

150 anos da Comuna de Paris (1871-2021)

A IDEIA
revista de cultura libertária



II.ª série ano XLVII vol. XXIV
números 94/95/96 Outono de 2021

♦ A IDEIA

revista de cultura libertária

fundador e proprietário: *João Freire*

director [por lei] e editor de texto: *António Cândido Franco*

editor gráfico: *Luiz Pires dos Reis*

assist. prod. gráfica: *Xénia Pereira Reis*

assist. prod. editorial: *Mara Rosa*

comissão editorial: *João Freire, José Maria Carvalho Ferreira, Paulo Eduardo Guimarães*

periodicidade: *anual (número duplo, triplo ou quádruplo)*

imagens: *Alex Januário, Almerinda Pereira, Ameli Jannarelli, André Montanha, António Couvinha, Cruzeiro Seixas, Délio Vargas, Dominique Labaume, João Francisco Vilhena, Manuel de Almeida e Sousa, Mara Rosa, Maria João Vasconcelos, Mário Cesariny e Rik Lina.*

capa: *pintura YVES ELLÉOUËT*

contra-capas: *collage AUBE BRETON-ELLÉOUËT*

agradecimentos para este volume: *Arquivo da Universidade de Évora [espólio fotográfico Cruzeiro Seixas]; Fundação Cupertino de Miranda (Famalicão); Galeria Perve; Grupo Surrealista De Collage (São Paulo); Grupo Surrealista de Madrid; João Francisco Vilhena; Le Monde Libertaire (França); Manuel Rosa; Archivio G. Pinelli (Itália); Rui Martinho.*

redacção e editor (endereço): *rua dr. Celestino David n.º 13-C, 7005-389 Évora, Portugal*

endereço electrónico: *acvcf@uevora.pt*

blogs: *http://aideiablog.wordpress.com; http://colectivolibertarioevora.wordpress.com*

depositários: *Livraria Letra Livre: Calçada do Combro, n.º 139, 1200-113 Lisboa; Livraria Uni-Verso: rua do Concelho, 13, 2900 Setúbal; Livraria – Miguel de Carvalho, Rua de O Figueirense, 14, 3080-059 Figueira da Foz; Livraria Utopia: Rua da Regeneração, n.º 22, 4000-410 Porto; Gato Vadio: Rua da Maternidade, n.º 124, 4050-369 Porto; Fonte de Letras: Rua Vasco da Gama, n.º 8, 7000-941 Évora.*

impressão: *Manuel Barbosa & Filhos*

morada do impressor: *Zona Industrial de Salema, fracção A2, Tocadelos 2670-769 Lousa*

tiragem: *500 exemplares*

depósito legal: *365900/13*

registo do título: *104 197*

ISSN: *0870-6913*

♦ ESTATUTOS EDITORIAIS ♦

*A Ideia é uma revista que faz da cultura o seu campo de acção. Através da criação poética e plástica, da expressão filosófica, da pesquisa social, da investigação histórica, da abertura a uma ciência humanizada, desligada dos interesses lucrativos do dispositivo industrial/militar, a publicação visa criar e alargar as bases dum espírito livre, criativo, gratuito e solidário, contributo efectivo para a realização plena de todos os seres vivos. Tirando este princípio geral, suficiente para lhe dar um propósito, o libertário, e uma família de ideias, o *anarquismo cultural*, a revista não tem plataforma programática. As colaborações não solicitadas são desejáveis, embora sujeitas a validação; da sua edição ou não, a revista dará sempre nota ao autor. A responsabilidade dos textos assinados incluindo traduções cabe aos autores, respondendo o director pelos não assinados. Os trabalhos publicados, salvo indicação em contrário dos autores, não têm direitos reservados e, sem intuítos comerciais, com indicação de autor/fonte, podem ser reproduzidos livremente. Não se segue nenhuma norma ortográfica e várias grafias do português coexistem. A revista aceita ainda publicar textos em francês, castelhano, catalão, italiano e inglês.*



CONDIÇÕES DE EXPEDIÇÃO DA REVISTA NA ÚLTIMA PÁGINA
DESEJA-SE PERMUTA PIDESE CANJE ON DEMANDE L'ÉCHANGE CHIEDESI SCAMBIO
WE ASK FOR EXCHANGE MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SUMÁRIO DE MATÉRIAS

	limiar	7
<i>Ernesto Sampaio / Mário Cesariny / Virgílio Martinho</i>	Ao Presidente da SPE	9
<i>António Cândido Franco</i>	Breve Notícia sobre Prémios Literários	10
<i>Michael Löwy</i>	Surrealismo & Liberdade	25
<i>Mário Cesariny</i>	Carta Inédita a José Manuel Rojo	27
<i>Eugenio Castro</i>	Eloquência do Sepulto	31
<i>Bernardo Pinto de Almeida</i>	Cruzeiro Seixas [1920-2020]	33
<i>Maria João Vasconcelos</i>	Cruzeiro Seixas, o Amigo	36
<i>José Mendonça</i>	Dois Poemas a Cruzeiro Seixas	39
<i>Cruzeiro Seixas</i>	Cartas a Nunes da Rocha & Carlos Mota de Oliveira	40
	<i>Cruzeiro Seixas</i> António Maria Lisboa [poema]	43
<i>Ricardo Álvaro & Miguel Martins</i>	Dois Poemas a Nunes da Rocha	45
<i>Luiz Pacheco</i>	Peça inédita a José Manuel Capêlo	47
<i>Zetho Cunha Gonçalves</i>	“Este é que é o meu Verdadeiro Retrato”	53
	<i>Zetho Cunha Gonçalves</i> respiração suspensa 10	57
	<i>Alberto Velho Nogueira</i> Uma Carta	60
<i>Sofia A. Carvalho</i>	Sobre o Espólio de Teixeira de Pascoas	79
<i>Murilo Mendes</i>	Carta a Maria da Glória Teixeira de Vasconcelos	81
	<i>Alexandre Vargas</i> Sonetos Inéditos	84
	<i>Jacinto Rego de Almeida</i> Reunião de Alto Risco	85
	<i>Luís Amorim de Sousa</i> Dixie	90
<i>João Carlos Raposo Nunes</i>	Para Lawrence Ferlinghetti	92
	<i>Cronologia</i> COMUNA DE PARIS	94
<i>Paulo Guimarães</i>	A Declaração de 18 de Abril	105
<i>Charles Reeve</i>	Sobre a Modernidade da Comuna	108
<i>Alexandre Samis</i>	A Comuna de Paris e o Federalismo Revolucionário	118
	<i>Louise Michel</i> As Mulheres de 1871	123
<i>Paulo Jorge Brito e Abreu</i>	poema para Louise Michel	131
	<i>Ana da Palma</i> À Espera de Louise	132
<i>Paulo J. Brito e Abreu</i>	Revolta e Liberdade nas Conferências do Casino	134
<i>António Martins Gomes</i>	A Comuna de Paris e o Padre Amaro	140
	A Comuna de Paris <i>Poema de Manuel Ribeiro</i>	145
	<i>António José Queiroz</i> Porto, 31 de Janeiro de 1891	149
<i>Francisca Bicho</i>	A Biblioteca “Anarquista” de Fialho de Almeida	153
	<i>Leão Tolstói</i> Cartas a Mohandas K. Gandhi	157
<i>João Freire</i>	O Programa Alternativo de Cronstadt	161
<i>Miguel Real</i>	José Saramago: um “Comunista Libertário”	166
	<i>Colectivo Elèuthera</i> Livros para uma Cultura Libertária	172
<i>Henrique Garcia Pereira</i>	O Lado Sinistro dos Trabalhadores da Saúde	178

	<i>João Belo</i>	Narciso	183
	<i>José Carlos Costa Marques</i>	Triunfante Carnificina	184
	<i>Carlos Alberto Braga</i>	Uma Outra Gramática	186
<i>Carlos d'Abreu / Ferran Aisa</i>		Papasseit, Escritor Social e Poeta de Vanguarda	188
	<i>Adriano Alcântara</i>	3 Poemas	195
<i>Joëlle Ghazarian, A. Cândido Franco, Mara Rosa</i>		3 Depoimentos	197
	<i>Max Hölzer</i>	2 Cartas Inéditas a António Telmo	206

LEITURAS & NOTAS 212

[A. Cândido Franco,
António Eloy, Eduardo Medeiros,
João Freire, José Manuel Martins, Juan Chica Ventura,
Leonor Coutinho, Maria João Marques,
Paul Avrich, Rui Arimateia
Selva Varengo, Teófilo Braga]

REGISTO BIBLIOGRÁFICO 253

[António Baião,
A. Cândido Franco, João Freire,
Mara Rosa, Maria Estela Guedes,
Paulo Jorge Brito e Abreu,
Pedro Morais]

ARQUIVO & REGISTO 297

Novos Colaboradores 315



Água (esq.) e *Terra* (dir.),
Barros de Mara Rosa, 2020



Este volume de 2021 da revista *A Ideia* vai dedicado sobretudo aos eventos que tiveram lugar em Paris entre Março e Maio de 1871. Passaram hoje 150 anos sobre esses acontecimentos, mas do nosso ponto de vista nunca eles foram tão actuais como hoje. Trata-se pois de lembrar, de comemorar, de celebrar, de festejar, mas também de continuar e de prosseguir. O séc. XX acreditou que a Comuna de Paris valia como um pretexto e que não passava duma pré-história das revoluções a vir. Na esteira das observações de Marx, faltara à Comuna uma mão forte, uma direcção de ferro, que a consolidasse numa duradoura ditadura popular, capaz de impor as reformas sociais e superar o capitalismo. Sabemos hoje que essa fraqueza do evento parisiense — as eleições, o pluralismo das facções, a variedade das opiniões, a liberdade de imprensa e uma minoria anti-autoritária que defendia avanços sociais e se batia contra a pena de morte, o fuzilamento dos reféns e o Comité de Salvação Pública — foi a sua força e é ainda hoje a sua actualidade. Ao invés, o que pareceu depois a força da primeira grande revolução social do século XX, que impôs com mão de ferro a ditadura do proletariado em 1917, acabou por ser a sua debilidade fatal. É muito provável que o futuro colha mais dos 72 breves dias da Comuna do que dos 72 longos anos do regime bolchevista, que se tornou uma das piores asfixias políticas vividas pela humanidade.

A Comuna teve porém um problema tático, que se tornou o seu erro crucial. As iniciativas militares que o governo de Adolfo Thiers tomou não tiveram em nosso entender por parte de Paris a resposta adequada. À ofensiva repressiva e bélica de Versalhes, apoiada por Bismarck, tentou a Comuna responder em idêntico plano. Pegou em armas e avançou para a guerra, isto com o estendal de flagelos, de desumanidades e de tiranias que a ela se ligam. Ora diante da desproporção de forças entre os de Paris e os de Versalhes — cerca de 1 para 3 — nunca a Comuna podia sair vitoriosa. Só uma tática diferente, de resistência não-violenta, mas activa, como aquela que pouco depois Gandhi ensaiou nos seus duros embates com o todo poderoso Império Britânico, primeiro na África do Sul e depois na Índia, podiam ter evitado o massacre em que a Comuna se tornou, contagiando a seu favor a opinião geral do país e obrigando os seus inimigos a moderar o ímpeto de carnificina.

As experiências das revoluções do passado mostram-nos uma das duas opções: ou as armas dos que procuram a emancipação são inferiores às dos seus senhores — nunca esta verdade foi tão implacável como nos Estados de hoje — ou quando o não são, como sucedeu em 1917, essas mesmas armas servem uma nova dominação. As transformações sociais do presente e do futuro para terem sucesso têm de ser feitas com o recurso a campanhas não-violentas de desobediência civil e de não-cooperação, cuja força é a razão das causas, a consciência geral da sua necessidade e nunca a força das armas.



fotografia de Dominique Labaume

Carta ao Presidente
Sociedade Portuguesa de Escritores
[2-4-1962]



Ernesto Sampaio
Mário Cesariny
Virgílio Martinho

N5/9409

Lisboa, 2 de Abril de 1962

Senhor Presidente
da Direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores

Os escritores abaixo assinados, confiados no elevado espírito responsável pela boa formação da S.P.E., a propósito do júri eleito para a atribuição do "Grande Prémio de Poesia", vêm por este meio impor um voto de desconfiança a essa eleição, e pedem que se proceda a novo escrutínio.

Os abaixo assinados:

Acusam a incapacidade literária, nalguns casos tocando a indigência mental, do dito júri;

Fazem notar a desqualificação que o mesmo representa para os concorrentes;

Discordam do título com que já se levou ao público leitor a proposta distinção, assim aparentada à gritaria em torno das corridas de cavalos;

Reservam o direito, em nome da modernidade, de dar pública forma a este documento.

aa) Ernesto Sampaio
Mário Cesariny de Vasconcelos
Virgílio Martinho



Breve Notícia sobre Prémios Literários

António Cândido Franco

Os prémios literários são talvez hoje em dia e do ponto de vista social o que há de mais curioso e revelador no meio literário português. Passam despercebidos tal a sua exorbitante quantidade, tendo acabado por cair na banalidade e pouco mais merecendo que uma discretíssima notícia de rodapé nos meios informativos. O caso dos prémios mais importantes, com dimensão internacional, como o Camões, não desmente a situação. Serão muito poucos os que saberão que o ensaísta brasileiro Antonio Candido ganhou o Prémio Camões em 1998 ou o poeta cabo-verdiano Arménio Vieira em 2009. Dir-se-á que não se sabe porque não são portugueses. Mas quantas pessoas em Portugal, fora do meio literário, saberão que Hélia Correia ganhou o mesmo prémio em 2015?! Com certeza muito poucas. Mesmo no meio literário português, pequeno e onde todos se conhecem ou têm notícia uns dos outros, a questão dos prémios não muda muito. Existe um desconhecimento do assunto, uma aceitação desinteressada e passiva, sem debate e sem avaliação dos processos, dos conteúdos e dos resultados dos prémios. Um caso como o de Herberto Helder, que recusou os prémios que lhe queriam dar, e por aí podia ter gerado um debate a favor e contra, é apenas uma excepção — como excepção é Luan-dino Vieira ao recusar o Prémio Camões em 2015. Nenhum debate se gerou em torno destas atitudes — a não ser dizer que recusar prémios era ainda uma maneira de os rentabilizar simbolicamente, o que equivale a desarmar qualquer recusa.

A carta que Ernesto Sampaio, Mário Cesariny e Virgílio Martinho escreveram em Abril de 1962 ao presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores, a antecedente da actual Associação Portuguesa de Escritores (APE), pondo em causa o então Grande Prémio de Poesia, e que no final deste texto transcrevemos, é pois um documento fundador da maior importância, numa altura em que os prémios literários eram poucos e os seus processos distintos dos de hoje — embora o seu fundamento fosse o mesmo, seleccionar e hierarquizar o meio. O documento partiu do grupo do Café Gelo — neste Café conheceu Cesariny os outros dois subscritores por volta

de 1956 e neste Café se continuavam a encontrar em Abril de 1962 e foi dirigido a uma instituição então tutelada por Joaquim Paço d’Arcos e fundada uns anos antes, em 1956, por proposta inicial de Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro. As razões aventadas para essa recusa são duas — a natureza do júri que atribuía o prémio e depois o nome mesmo do prémio, se não o prémio em si, que fazia equivaler literatura e corridas de cavalos. Nesta imagem incisiva das corridas de hipódromo, que traduz todo um repúdio pela competição, é preciso ver o cruzamento com um passo crucial (“os jockeys do *Grand Prix*”) dum texto de Julien Gracq, *La Littérature à l’estomac* (1950), que Ernesto Sampaio acabava então de traduzir e de publicar (Barca Solar, 1962). Este entrelaçamento leva-nos a pensar que a iniciativa de escrever ao presidente da SPE partiu de Sampaio, que pode até ter gizado o borrão da missiva, a que depois se associaram Cesariny e Martinho, também leitores entusiastas de Gracq.

Quem foi o júri do “grande prémio de poesia” de 1962, ano em que o galardão foi atribuído pela primeira vez? Embora a SPE tenha desaparecido cedo, em 1965, vítima dum prémio de que ainda se falará, e os seus arquivos se tenham perdido, ou sido destruídos, é possível saber pelos jornais que o júri foi constituído pelos seguintes membros: Maria de Lourdes Belchior, Álvaro Salema, Victorino Nemésio, Eugénio de Andrade e Manuel da Fonseca. Foi este o júri impugnado ou desautorizado pelos três subscritores. Estariam sobretudo em causa os dois primeiros nomes — uma professora universitária da Faculdade de Letras de Lisboa e um jornalista do *Diário de Lisboa*, e que era conhecido no meio surrealista por escrever artigos à quinta-feira no suplemento cultural a favor do neo-realismo e no resto da semana editoriais inofensivos para com a situação. Na carta aberta ao presidente da SPE é, porém, todo o júri que é posto em causa. Não se acredita na sua capacidade literária e considera-se mesmo que ele, no seu conjunto, desqualifica qualquer concorrente vencedor. Embora Mário Cesariny fosse já em 1962 um poeta reconhecido — acabara de publicar uma antologia da sua obra, *Poesia*, numa editora comercial — a carta ao presidente da SPE que se saiba não teve qualquer eco nos jornais e só por iniciativa dos subscritores circulou em folha volante policopiada no meio literário. O prémio foi dado sem grande surpresa ao livro *Poesia III*, publicado em 1961, de José Gomes Ferreira.

A história dos prémios literários em Portugal é ilustrativa. Ao invés do que se possa pensar, essa história é muito recente. Só começou no séc. XX e com ele bem entrado. Antes do Estado Novo não há prémios em Portugal — ou os que existem são pontuais, circunscritos a eventos especiais e não têm qualquer expressão no meio literário. Só com a estabilização da ditadura e a criação do Estado Novo surgem entre nós os primeiros prémios literários e artísticos com clara dimensão social. A criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) no final de Outubro de 1933 determinou uma política cultural do Estado que até aí, num regime mais liberal e onde a presença do Estado se pretendia fazer sentir menos, não existia. O SPN era um organismo estatal destinado a divulgar o ideário do regime salazarista e a enquadrar nos seus parâmetros a cultura em Portugal. Dinamizou mostras de arte, como as Exposições de Arte Moderna, coordenou nas suas instalações os serviços de censura e promoveu em larga escala prémios em variados domínios artísticos — das artes plásticas às letras. Tinha à sua frente um simpatizante de Mussolini e das ideias fascistas, António Ferro, que tivera contactos estreitos com o hiper-modernismo da geração futurista portuguesa, que fornecerá ao SPN um dos seus nomes mais ilustres, Almada Negreiros, que trabalhou para o organismo, fez cartazes para o regime e arrecadou galardões. Tudo isto corresponde a uma época em que o Estado e quem o governava se queria confundir com a Nação e até com a sociedade, não deixando qualquer margem para uma pluralidade de opiniões e de escolhas. Além duma autoridade forte, assente em mecanismos repressivos imediatos, este Estado impunha-se como uma realidade totalitária em todos os domínios da vida civil. Os prémios então instituídos incluem-se nesta lógica de totalidade, atribuindo-se o Estado, através deles, o papel de árbitro num campo em que até ali nunca ou pouco interferira. A sanção da qualidade duma obra e dum autor estavam até aí entregues a outros mecanismos — crítica e história da literatura e da arte, jornais e revistas, polémicas — que não os certames de Estado. A atribuição de prémios pelo SPN veio mostrar que o Estado se passou a atribuir o direito de consagrar uma obra e um autor — é a tese de João Pedro George no livro *O meio literário português (1960/1998)* (Difel, 2002) —, impondo-se como árbitro do valor artístico e literário. Também aí o Estado se queria confundir e sobrepor à vida civil, instrumentalizando os prémios.

O SPN arranhou prémios literários para todos os géneros de livros publicados — novelística, ensaio, poesia e teatro — e ainda criou prémios para manuscritos (poesia e ficção), destinados a autores que nunca tivessem publicado em livro. A política dos prémios foi talvez a de maior urgência. Fundado no final de Outubro de 1933, já em Novembro se anunciavam no organismo a constituição dos prémios literários, antes de mais o Prémio Antero de Quental, para premiar anualmente uma obra de poesia. O prémio foi atribuído até 1973 e a sua primeira atribuição contemplou excepcionalmente duas obras, *Romaria* de Vasco Reis e *Mensagem* de Fernando Pessoa, em duas categorias, a principal e a secundária. Centenas e centenas de obras e de autores foram assim premiados e mencionados nestes certames que duraram até 1973. Durante muitos anos o único prémio que coexistiu com os do SPN, foi o Prémio Ricardo Malheiros atribuído pela Academia das Ciências de Lisboa, a antiga Academia Real das Ciências ou Real Academia, instituição criada em 1779 com o incentivo do poder real. Anual, destinado a galardoar uma obra na área da ficção ou da poesia em língua portuguesa e subvencionada (pelo menos a princípio) pelos fundos deixados pelo seu patrono, o primeiro galardão foi atribuído em 1933 (Aquilino Ribeiro), mostrando-se mais maleável nas suas escolhas. Embora tenha galardoado muitos escritores ligados ao regime (Antero de Figueiredo, Samuel Maia, Mário Beirão, Vitorino Nemésio, Francisco Costa, Natércia Freire, António Quadros, Agustina Bessa-Luís...) também premiou escritores ligados ao neo-realismo (Alves Redol, Manuel Ferreira, Fernando Namora, Urbano Tavares Rodrigues). Estes dois sectores — católicos que aceitavam o regime e neo-realistas alinhados na oposição — distribuíam assim entre si este prémio, que estava longe de ter junto do público a projecção dos do SPN, mais tarde, em 1945, rebaptizado Secretariado Nacional de Informação (SNI).

Foi já no quadro adiantado do pós-guerra que surgiram os prémios da SPE. Formalizada por despacho ministerial em Julho de 1956, a nova associação teve também como prioridade instituir uma política de prémios, que se demarcasse dos prémios então atribuídos pelo SNI. Foi assim criado em 1959 o Prémio Camilo Castelo Branco, fruto de mecenato privado da Fundação Calouste Gulbenkian e mais tarde do apoio do Grémio dos Editores e Livreiros. Poucos anos depois, fruto ainda do mecenato da mesma Fundação,

estavam instituídos mais oito novos galardões, entre eles, quatro Grandes Prémios (Novelística, Poesia, Ensaio e Teatro) e ainda os respectivos prémios de revelação para escritores sem livro publicado. É no ano de 1962 que se assiste à primeira proliferação dos prémios literários em Portugal, com a particularidade de termos uma divisão clara em dois campos: um conjunto atribuído por um organismo de Estado e o outro, simetricamente equivalente, com os mesmos géneros, por uma associação de escritores, que se queria independente do poder político. É talvez esse desejo de autonomia, e até em alguns momentos de confronto, que potencia e diferencia essa associação de qualquer outra que hoje exista. Ainda assim, nada disso impediu que no quadro da criação dos “grandes prémios” em 1962, Ernesto Sampaio, Mário Cesariny e Virgílio Martinho não tenham sentido a necessidade de chamar a atenção para a incongruência e a falta de ética desta actividade que não prestigiava concorrentes e vencedores e inferiorizava ainda no seu conjunto uma classe que se comportava como galgos e cavalos a correrem cronometrados numa pista.

O afã de independência da associação e as suas opções oposicionistas — embora com diversidade, a SPE arregimentava uma maioria de escritores anti-salazaristas — acabaram por esbarrar na intolerância do governo e do poder em 1965, levando à sua dissolução e com esta ao desaparecimento dos prémios da SPE, sobrevivendo apenas aqueles que eram atribuídos pelo SNI. Foi um prémio que fez estalar a crise. O presidente da SPE era Jacinto do Prado Coelho, académico, professor da Faculdade de Letras e em geral membro do júri do Prémio Ricardo Malheiros, e o júri do Grande Prémio de Novelística era constituído pelos seguintes membros: João Gaspar Simões, Alexandre Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca, Fernanda Botelho e Augusto Abelaira. O prémio foi dado ao livro *Luuanda* de Luandino Vieira, que estava então preso no Tarrafal por implicação nos movimentos de libertação de Angola. O regime proibiu qualquer referência nos jornais ao prémio, dissolveu por decreto do Ministro da Educação — era então ministro Inocêncio Galvão Teles — a SPE, cuja sede foi assaltada e o seu material destruído, e mandou prender três membros do júri — Alexandre Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca e Augusto Abelaira. Adiante retomaremos os incidentes deste prémio para tentar perceber o seu significado.

Só depois do afastamento de Salazar, em 1968, foi permitido aos escritores voltarem a dispor duma associação sua e mesmo assim foram preciso vários anos de tropeços burocráticos e impedimentos legais para que a nova associação nascesse. A escritura da APE foi assinada a 13-4-1973 e só em Junho desse ano foram eleitos os seus primeiros corpos gerentes, tendo José Gomes Ferreira ficado como presidente. É possível que logo nessa altura se tenha pensado numa política de prémios nos mesmos termos do que sucedera com a SPE — prémios sem financiamento de Estado e que simetricamente se contrapunham aos do SNI. A revolução de Abril de 1974 veio deitar por terra esta estratégia e criar outras prioridades à associação, que se empenhou no processo revolucionário e fez o primeiro Congresso dos Escritores Portugueses em Maio de 1975 com a presença de Vasco Gonçalves. Os prémios foram esquecidos, deixaram de estar na ordem do dia e desapareceram de todo até 1977. O próprio prémio Ricardo Malheiros conheceu uma suspensão temporária e não foi atribuído em 1974. Uma época que questiona a dominação, que põe em causa a exploração, que se bate por reconhecer aos mais esquecidos direitos, é naturalmente uma época que procura uma reconfiguração social feita na base da solidariedade. Afasta, pois, até onde pode qualquer instrumento que possa contribuir para a desigualdade e a hierarquização. Por esse motivo, na Primavera de 1871, em Paris, numa altura em que se procurava democratizar o poder e alargar as competências da República, a Federação dos Artistas condenou a atribuição de prémios e sugeriu a invenção de novos mecanismos mais solidários e equitativos que pudessem incentivar os criadores.

Com o golpe militar do 25 de Novembro de 1975 e o fim da revolução, com um regime político centrado na entrega do poder às grandes e impessoais máquinas partidárias, a APE procurou adaptar-se ao novo tempo, antes de mais regressando à política de prémios que ficara suspensa. Como quer que seja, há uma importante diferença entre os prémios atribuídos pela SPE e os novos que a APE instituiu depois de 1977/8. Em poucos anos são recriados os prémios de revelação para ficção, ensaio e poesia e um conjunto de grandes prémios, onde sobressai o Grande Prémio de Romance e Novela, atribuído pela primeira vez em 1982. Para estes prémios a APE não procurou o mecenato privado, como fizera a SPE, mas os apoios de Estado. São feitas assim parcerias com os organismos

da Cultura oficial, do Ministério ou da Secretaria de Estado, que tutelam o livro e a leitura — primeiro o Instituto Português do Livro (IPL) em 1980 e depois os seus sucedâneos (IPLL, IBNL, DGLAB) — e que passaram assim a ser os financiadores dos prémios da APE. Pela mesma época criam-se duas novas associações de escritores — o PEN Clube Português em 1979 e o Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários (AICL) em 1980 —, cuja política vai também privilegiar a criação de novos prémios literários. O PEN institui prémios anuais para a poesia, a narrativa, o ensaio e a tradução, a que juntará ainda um prémio para primeira obra. Por sua vez a AICL criará o Prémio da Crítica e em 1984 o Prémio Jacinto do Prado Coelho, o primeiro presidente do Centro Português da AICL e acabado então de falecer. Todos estes prémios passaram também a ter financiamento do Estado através do Ministério ou da Secretaria de Estado da Cultura.

A todos estes prémios literários que nasceram na primeira década do novo regime saído da Revolução de Abril é preciso hoje acrescentar inúmeros outros, anuais ou não, promovidos por Câmaras Municipais, instituições privadas, universidades, jornais, editoras, fundações. O Prémio José Saramago, cuja primeira edição foi em 1999, é uma organização do Círculo de Leitores; o Prémio Vergílio Ferreira, que nasceu em 1995, é promovido pela Universidade de Évora; o Prémio Fernando Namora, cuja primeira cerimónia data de 1989, é instituído pela Sociedade Estoril Sol, que explora o Casino do Estoril; o Prémio Fernando Pessoa data de 1987 e é gerido pelo jornal *Expresso*; o Grande Prémio de Literatura *dst* é promovido pela Imobiliária Teixeira & Filhos; o Prémio D. Dinis é da responsabilidade da Fundação Casa de Mateus, de Vila Real; o Prémio Literário Manuel Alegre é dinamizado pela Associação Académica de Coimbra; o Prémio Leya pertence a um grupo editorial que tem o mesmo nome. A estes e a muitos outros, ainda há que somar os prémios da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e todos os mais recentes que a APE criou, entre eles, o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco, o Grande Prémio Vida Literária, o Grande Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes, o Grande Prémio de Poesia Maria Amália de Carvalho, o Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho, o Grande Prémio de Crónica, o Grande Prémio de Crónica e Dispersos Literários, o Grande Prémio de Literatura Biográfica. Se a isto juntarmos os prémios instituídos por

Câmaras Municipais – a de Viseu tem o Prémio de Poesia Judith Teixeira, a de Castelo Branco o Prémio Internacional António Salvado, a de Amares o Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda; a de Almada o Prémio Literário Maria Rosa Colaço e o Prémio Literário Cidade de Almada; a de Peso da Régua o Prémio Nacional de Conto João de Araújo Correia e por aí fora – a lista é infindável.

A grande maioria destes prémios são pagos com dinheiro do Estado – Ministério da Cultura, autarquias, escolas e universidades públicas – o que não quer dizer que estes prémios tenham hoje a mesma função que tinham no tempo do Estado Novo. A lição de António Ferro não se pode dizer que tenha sido esquecida, mas sofreu uma adaptação aos tempos da governação dos partidos, do fim da censura oficial e da liberdade de opinião. Mesmo pagos pelo Estado, esses prémios não são directamente atribuídos por ele, mas por instituições da sociedade, APE, PEN, AICL, SPA, que se regem pela legislação das associações culturais civis. Mais do que prémios de Estado, em que este aparece como juiz do valor literário ou artístico das obras, estes são prémios financiados pelo Estado, mas atribuídos por organismos independentes do meio artístico e literário. O Estado recuou assim nas funções que antes se atribuía e passou apenas a ver-se como “mecenas”, que fomenta as letras, mas nada exige em troca, deixando essas exigências para as organizações representativas dos autores. São elas que elaboram os regulamentos, que fornecem os conteúdos e que formam os júris. O Estado aparece apenas na retaguarda, cumprindo o seu papel de “mecenas” – e de mecenas desinteressado, embora exija que o seu nome figure também no prémio. Assim o Grande Prémio de Romance e Novela, talvez o mais conhecido dos galardões portugueses, chama-se em boa verdade Grande Prémio de Romance e Novela APE/DGLAB.

Existe, pois, um elo de articulação entre o Estado e essas organizações específicas das artes e das letras que não pode ser esquecido e que se revela até capital para se entender o estado em que se encontram essas associações, com corpos gerentes que pouco se renovam, presidentes que se eternizam nos lugares e acções que se resumem quase só à constituição de júris e à atribuição de prémios. Dos relatórios anuais ou bianuais dessas associações a parte de leão cabe sempre aos vários prémios que tutelam. Se, no final do séc. XX, 25 anos depois do 25 de Abril, a tendência destas associa-

ções se limitava quase só a viver da multiplicação dos prémios hoje a situação, dada a sua proliferação, parece atingir um ponto próximo da saturação. É com certeza difícil ou mesmo impossível para APE, com corpos gerentes limitados a uma dúzia de pessoas ou pouco mais, desenvolver qualquer outro trabalho que não seja elaborar regulamentos de prémios, constituir e reunir júris, deliberar sobre as obras a concurso, promover sessões para a entrega dos prémios e articular-se com os organismos do Estado donde vem o dinheiro que paga o galardão e os proventos do júri. O mesmo se dirá para as congéneres da APE – PEN, AICL. Sem se preocupar em dar uma única orientação directa a estas associações, sem precisar de manobrar eleições ou interferir na sua vida como fez em 1965 com a SPE, o Estado foi capaz de lhes tirar qualquer nervo contestatário, reduzindo-as a meros corpos vegetativos, sem qualquer poder mobilizador e reivindicativo. Os prémios foram o preço com que as calaram – preço com certeza elevado, pois estão em jogo anualmente dezenas, se não centenas, de milhares de euros, que aguentam vivas essas associações, pagando-lhes rendas, funcionários, júris, edições e secretariado.

Outro fenómeno que se acentuou nos últimos anos, e que merecia um estudo de pormenor, é o da natureza quase fantasmática dos júris que atribuem os prémios literários. No documento fundador de Ernesto Sampaio, Mário Cesariny e Virgílio Martinho já se apontava esta questão como muito problemática e por isso se exigia, com ou sem ironia, um novo escrutínio. Não obstante, estavam lá três poetas – Vitorino Nemésio, Eugénio de Andrade e Manuel da Fonseca. À medida que os prémios se multiplicaram, a qualidade dos júris baixou ainda mais. É impossível encontrar hoje qualquer júri que tenha a qualidade daquele que foi tão duramente criticado em 1962. A maior parte dos júris é hoje formada por professores universitários da área da literatura sem qualquer experiência significativa no domínio da criação. Veja-se por exemplo o caso do júri do Prémio de Narrativa do PEN de 2020. O júri teve como coordenadora Teresa Sousa de Almeida, uma professora de literatura aposentada da faculdade de ciências sociais e humanas da universidade nova de Lisboa e como membros António Apolinário Lourenço, professor de literatura da universidade de Coimbra e Sérgio Guimarães de Sousa, professor de literatura da universidade do Minho. A coordenadora-geral dos vários prémios do

PEN, também presidente do centro local, Teresa Martins Marques, está em idêntica situação. Fez ensino, manuais escolares, formou professores, assessorou um grupo parlamentar na área da educação, além de ter integrado muitos júris.

De feito, outro problema dos júris, que merecia um estudo atento, é a forma como os seus membros se desdobram e se repetem de prémio para prémio, de associação em associação, de corpos gerentes em corpos gerentes. João Pedro George na primeira parte do livro *O meio literário português (1960/1998)* (2002: 54 e 64), a mais fecunda com os anexos, detectava um limitado conjunto de pessoas que repetidamente exerciam o papel de jurados nos prémios literários — alguns atingiam números surpreendentes, com perto de três dezenas de prémios entre 1979 e 1995. Com a multiplicação ilimitada dos galardões, o problema complicou-se. São cada vez menos os jurados e cada vez mais os prémios. Logo os jurados repetem-se mais e mais e só se renovam à força de menos qualidade. Pescados nos muitos cursos de literatura das muitas universidades, os novos membros são ainda mais insignificantes. Se em 1962 os subscritores da carta ao Presidente da SPE faziam notar a propósito do júri *a desqualificação que o mesmo representa para os concorrentes*, a questão hoje tornou-se muito mais gravosa. A literatura premiada que hoje temos não é sancionada por criadores, como ainda sucedia em 1962, três poetas em cinco jurados, mas por mestres-escolas. Isso que Julien Gracq na nota final do seu panfleto de 1950 chamava “essa coisa impensável: uma literatura de mestres-escolas”, e que era então só uma ameaça, embora séria, está hoje plenamente concretizada nos prémios literários. Não obstante os vencedores destes olhem para o lado, façam de conta que o assunto nada tem a ver com eles e embolsem o cheque, nunca como hoje os prémios literários desclassificaram tanto quem os recebe.

Os premiados replicam a mesma nódoa dos júris. Já Mário Cesariny na entrevista que deu ao primeiro número do jornal *O Independente* (20-5-1988) dizia que um país que dava quatro prémios ao mesmo livro quase no mesmo ano — referia-se ao romance *Um amor feliz* (1986) de David Mourão-Ferreira — era um país que não se podia levar a sério. Se uma tal coisa acontecesse em França, dizia ele, dava no mínimo cancelamento de passaporte. Ora este caso está longe de ser único — menos ainda se atendermos a autores e não a

livros. Veja-se o caso de Maria Velho da Costa (1938-2020). Estreou-se em 1966 e recebeu pelo menos 13 prémios depois da Revolução de Abril — antes teve um processo judicial pela publicação das *Novas cartas portuguesas* (1972), que acabou em absolvição já depois da Revolução. Foi das primeiras premiadas, ou mesmo a primeira, mal se deu a estabilização do jogo partidário. Começou em 1977 com o Prémio Cidade de Lisboa, o primeiro a ser instituído pela APE, patrocinado pela Câmara de Lisboa e atribuído pela primeira vez nesse ano. Pouco depois foi galardoada com o Prémio D. Dinis (1983). Entre os restantes contam-se o Prémio Camões (2002), o Grande Prémio Vida Literária (2013) e o Prémio Vergílio Ferreira (1997). Recebeu duas vezes o Prémio de Novelística (ou de Narrativa) do PEN (1989 e 2009) e no mesmo ano, mas não pelo mesmo livro, ganhou o Grande Prémio de Romance e Novela da APE e o Grande Prémio de Teatro também da APE (2000). Um livro, *Dores* (1994), recebeu dois prémios — o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco e o Prémio da Crítica da AICL. Além destas distinções, ainda recebeu o Prémio Correntes de Escrita (2008), o Prémio Máxima de Literatura (2009), o Prémio Literário Casino da Póvoa e o Grande Prémio da Literatura dst (2010). Foi ainda distinguida com duas ordens honoríficas — a Ordem do Infante D. Henrique, criada pelo Estado Novo em 1960, no grau de Grande Oficial (2003) e a Ordem da Liberdade, criada pelo General Ramalho Eanes em 1976, no mesmo grau (2011). A bem dizer, Maria Velho da Costa não dava passo, livro ou texto sem de imediato ser distinguida e premiada. Uma tal tendência de acumulação não conhece limites nem barreiras. A consequência desta largueza é fazer com que o meio literário, através dos membros dos júris das várias associações, muitas vezes repetindo-se, se incline a premiar sem discriminação e durante muitos anos as mesmas pessoas.

A questão decisiva, porém, nem sequer é a dos júris e dos premiados — embora esta seja ilustrativa da incongruência e do desajuste dos prémios. O que mais importa é a lógica mesma que preside aos prémios, quer dizer, os seus valores e a natureza que apresentam. É costume dizer-se que os prémios servem para destacar e consagrar os melhores, arrumando o meio literário consoante a sua importância. É uma forma rápida e acessível de consagração. Quanto mais distinções um escritor recebe, e quanto mais importantes elas são, mais o seu valor no “mercado” literário sobe e o seu prestígio

se fortalece. O limite só pode ser o prémio Nobel e por isso José Saramago depois de o receber afirmou que nunca mais aceitava qualquer distinção interna. Em última visão, os prémios fazem hoje a história da literatura. Aceite-se por momentos que sim, que os prémios servem para escolher os melhores, que o fazem de forma infalível e que inscrevem o nome dos premiados num património indelével. Ainda assim, a lógica interna e a dinâmica ética dos prémios seriam questionáveis. Os valores do mérito são os valores mesmos da lógica empresarial que premeia os que mais conseguem e contabilizam, não importando como. É uma lógica desumana, que tem na base uma noção perigosa, a de que os mais fortes abafam os mais fracos. Dito doutro modo: os prémios literários tal como hoje se praticam estão alicerçados e põem em prática no meio literário uma forma de darwinismo social.

Não se trata, porém, apenas duma lógica desumana — trata-se também dum articulado falso. Os prémios não premeiam os melhores. Regresse-se ao caso de Maria Velho da Costa. Em 1997 foi distinguida com o Prémio Virgílio Ferreira, na primeira edição do galardão, na qual tive intervenção próxima, se não directa. O seu nome foi proposto por uma universidade exterior, de Lisboa, enquanto a universidade de Évora propunha Luiz Pacheco. No debate entre os jurados o nome deste foi afastado não por não ser o melhor — tinha tudo a seu favor nos domínios do prémio, narrativa e ensaio, com o acrescento de ter sido um dos primeiros editores de Vergílio Ferreira e ter uma longa carreira literária — mas por não ser “premiável”. Foi a expressão usada — de resto vulgar na boca dos jurados. Não são os melhores que fazem os prémios, mas os prémios que fabricam os melhores. Maria Velho da Costa é a *melhor* porque recebeu muitos prémios importantes — mas isso só aconteceu porque os *melhores* do que ela, os outros, os que ficaram na sombra, não eram “premiáveis”. O que se passou na primeira edição do Prémio Antero de Quental do SPN, em 1934, não anda assim tão longe, com Vasco Reis a ganhar o prémio na categoria nobre e Fernando Pessoa a ser relegado para a secundária.

Conclusão: com uma obra magistral no domínio da crítica, do ensaio e da narrativa, com dois processos judiciais em 1965 e 1966 por conta da sua acção de escritor e em que acabou condenado nos tribunais plenários do Estado Novo, sendo inclusive obrigado a cumprir pena de cadeia em 1967-1968, Luiz Pacheco numa longa

vida literária que vai de 1946 a 2006, nada menos do que 60 anos, nunca recebeu um único prémio literário. Não pertencia ele aos melhores? Pertencia, mas não era “premiável”. Também Mário Cesariny no momento em que se pronunciou sobre o romance premiado de Mourão-Ferreira, que arrecadava prémios desde o velhinho SNI, nunca recebera até aí, tinha então 65 anos, nenhum prémio literário. Não fazia parte dos melhores? Fazia, mas também não era “premiável”. Há, pois, os que são “recomendáveis” para os prémios e os outros, os incómodos, os não “respeitáveis”, que podem até ser óptimos, mas não podem, pelo comportamento e desalinho, receber prémios.

Daqui se pode inferir que as duas razões evocadas pelos três subscritores da carta ao presidente da SPE em 1962 são ainda hoje mais válidas, pois os problemas que aí impugnavam júris e prémios são hoje muito mais graves. Quer isto dizer que os prémios literários devem desaparecer? A história dos prémios literários em Portugal, de que aqui fizemos uma breve resenha, não abona a seu favor. Criados em força no quadro dum regime em que o Estado se arrogava o direito de arbitrar a qualidade literária das obras e dos autores, os prémios nasceram mortos. Eram propaganda vazia. O seu destino ulterior confirma a inanidade da sua nascença. O conformismo vegetativo e anémico em que se encontra o meio literário português, anestesiado por uma proliferação incontrolada de prémios soporíferos de que ninguém sabe o nome, sem um grito de alerta para os problemas sociais que hoje urgem, é a melhor prova a favor do que dizemos. O prémio atribuído a Luandino Vieira em 1965 merece, porém, figurar como uma nobre excepção numa história sem grandeza. Nem Luandino concorreu ao prémio — foi um jurado que propôs o seu livro — nem o recebeu. Esse prémio foi no seu tempo um acto corajoso, que contrariou convenção dos prémios. Qual? Sempre a dos “recomendáveis”. Luandino era o contrário dum “premiável”. A coragem de lhe dar o prémio teve um preço altíssimo — o fim da instituição que o atribuía e a prisão de três membros do júri — mas dignificou como em nenhum outro caso a atribuição dum prémio literário. Esse prémio inverteu a convenção e foi entregue a quem, merecendo-o, não podia recebê-lo. Momento único na história dos galardões, ele foi uma absoluta excepção. Os prémios foram sempre dados em Portugal a quem os podia receber, aos inócuos, aos “premiáveis”, mesmo que não fos-

sem *inter pares* quem mais os merecia receber. É esse o motivo de nem sabermos hoje quem é Vasco Reis nem lermos o seu livro *Romaria*. Nesse pecado fundador de todos os prémios literários lusitanos, reside afinal o supérfluo da sua essência.

Não se pense que a história geral dos prémios literários mundiais é mais elevada e generosa do que a que se conta para Portugal. Não é. Basta pensar que o prémio Nobel foi instituído com o dinheiro que resultou da invenção da dinamite e da multiplicação das guerras. Atribuído pela primeira vez em 1901 contemplou escritores anódinos como Sully Prudhomme, José Echegaray e outros, de que ninguém hoje recorda o nome, deixando por premiar outros como Zola, que saía duma encarniçada luta com o Estado francês, e Tolstoi, que defendia e punha em prática ideias sociais assustadoras. Foi ainda o dispositivo dos “recomendáveis”, não dos melhores, que ganhou. Outro prémio que é origem de muitos outros, que começou a ser atribuído em 1903 e é hoje o mais prestigiado e vetusto galardão literário francês, o Goncourt, tem na sua origem o testamento do escritor Edmond de Goncourt, o mesmo que escrevia no seu diário no momento em que Mac-Mahon e Gallifet tomavam de assalto Paris no final de Maio de 1871: “É excelente que não haja nem conciliação nem negociação [...] uma tal purga, chacinando a parte combativa da população, adia a próxima revolução pelo menos uma geração.” E concluía odiosamente: “Uf! São 20 anos de repouso que a antiga sociedade tem diante dela — isto se o governo arriscar tudo o que pode ambicionar neste momento.” Que sorte teve Céline em 1932 ao perder o Goncourt para Guy Mazeline! E que sublime razão teve Julien Gracq ao recusar o prémio que lhe queriam dar em 1951 pelo seu romance *Le rivage des Syrtes*!

Volta-se a perguntar: os prémios literários devem desaparecer? Tal como estão, tal como existem e respiram, são uma tralha que envergonha poetas e escritores e da qual nada se pode esperar. Amoleceram o nervo das associações da classe, desvitalizaram o seu impulso de confronto, sonegaram aos escritores a sua consciência, contribuíram para uma hierarquia abjecta entre eles — os grandes, os médios e os pequenos — baseada no prestígio pecuniário dos galardões, “canonizaram” os socialmente respeitáveis, deixando de lado os incómodos. Nada se perde se alguém tiver a ousadia de os deitar para o lixo. Mesmo que sem eles não seja possível restituir em toda a linha o antigo esplendor de rebeldia com que o

escritor surgia em público há dois séculos, ainda ficará ao menos a beleza das ruínas, o espaço da sua ausência, onde algo mais belo e mais viçoso pode brotar.

Por esse motivo é preferível fazer a pergunta doutro modo: são os prémios reformáveis? Talvez. Uma condição, porém, se exige e essa indispensável: inverter a sua lógica interna. Em vez de “fabricar” os melhores é essa, no quadro da meritocracia, a sua função devem servir de verdadeiro incentivo à criação. Assim os únicos “grandes prémios” que ainda fazem sentido hoje são aqueles que se preocupem em procurar o escritor esquecido, o escritor relegado, o escritor omitido, o escritor negligenciado, o escritor silenciado, o escritor humilhado, o escritor marginalizado, o escritor não-premiável, que preserva e insiste na sombra. No meio literário é esse que necessita de atenção e incentivo é esse o único que requer o conforto dalguma luz e dalguma publicidade. Resgatar o esquecido e o marginalizado, retirá-lo da sua maldição e reconhecê-lo um inteiro, um irmão que se cumpre ou se esforça por se cumprir é hoje a única possível função nobilitante dum prémio literário. Tudo o resto é produto duma época sórdida, rendida aos valores da vaidade, da ambição, da ganância e da predação humana imoral, desenfreada, suicida.

Nota Final: A carta que referimos no início do segundo parágrafo deste texto vai de seguida transcrita: *Lisboa, 2 de Abril de 1962 / Senhor Presidente / da Direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores / Os escritores abaixo assinados, confiados no elevado espírito responsável pela boa formação da S.P.E., a propósito do júri eleito para a atribuição do “Grande Prémio de Poesia”, vêm por este meio impor um voto de desconfiança a essa eleição, e pedem que se proceda a novo escrutínio. / Os abaixo-assinados: / Acusam a incapacidade literária, nalguns casos tocando a indigência mental, do dito júri: / Fazem notar a desqualificação que o mesmo representa para os concorrentes; / Discordam do título com que já se levou ao público leitor a proposta distinção, assim aparentada à gritaria em torno das corridas de cavalos; / Reservam o direito, em nome da modernidade, de dar pública forma a este documento. / aa) Ernesto Sampayo / Mário Cesariny de Vasconcelos / Virgílio Martinho*

surrealismo & liberdade

Michael Löwy

Vivemos sob um regime, o Kapitalismo (com K maiúsculo), que o sociólogo Max Weber definiu como “escravidão sem mestre”. Certamente, os ubumestres, os ubuchefes de gabinete, os primeiros-ubuministros, os ububanqueiros de Wall Street e outros pomposos das phynanças existem, mas são apenas bonecos, personagens de Karaghiozi, o teatro de sombras grego. Decisões são tomadas por um sistema impessoal, surdo, cego, totalmente racional e completamente irracional: os Mercados Financeiros, a Bolsa de Valores e o Kapital. Estamos trancados (ainda é Max Weber quem fala) em uma jaula de aço, uma casa de servidão, comparável aos piores despotismos do passado, mas agora anônima, sem rosto. A revolta surrealista emancipatória, que desde 1924 demonstrou claramente sua hostilidade irreconciliável à civilização capitalista ocidental moderna, continua sendo uma bússola infinitamente preciosa que nos permite encontrar um Norte em meio à névoa asfíxiante. Em seu ensaio sobre a revolta de escravos do Quilombo dos Palmares no século XVII, Benjamin Péret escreveu que a liberdade é o mais imperioso dos sentimentos humanos, o oxigênio sem o qual a mente e o coração enfraquecem. Abra as janelas do mundo, deixe entrar esse oxigênio emancipatório, estamos sufocando aqui! O que é o Surrealismo, se não o martelo encantado que quebra as grades da jaula de aço que nos aprisiona?

No final da década de 1930, Erich Fromm publicou um ensaio, intitulado *O medo da liberdade*, em que tentava explicar os processos psíquicos que levam os indivíduos a preferirem o totalitarismo fascista à liberdade. No entanto, a servidão voluntária não nasceu no século XX; ela sempre existiu nos regimes tirânicos do passado, como Étienne de La Boétie tão bem demonstrou no século XVI. Hoje, o nevoeiro asfíxiante do fetichismo das mercadorias leva muitos indivíduos a confundirem a liberdade com a livre escolha de um produto nas prateleiras. É uma forma de servidão voluntária que usa a máscara enganadora de “liberdade”. Ora, não chamamos de “liberalismo” essa escravização brutal ao espetáculo comercializado?

Diante dos apóstolos dessa “liberdade” substituta, dos apologistas e propagandistas dessa miserável falsificação, é hora de mostrar

a verdadeira face da Liberdade, ao mesmo tempo assustadora, selvagem, terrível e maravilhosa; capaz de, como a antiga Medusa, transformar seus inimigos em pedra com um único olhar.

Qual é o “espírito do Surrealismo”? Walter Benjamin escreveu em seu ensaio de 1929: “Desde Bakunine, a Europa carece de um conceito radical de liberdade. Os surrealistas o têm”. Esse espírito de liberdade está desesperado? Benjamin observou, nesse mesmo ensaio, que o verdadeiro revolucionário é um pessimista, um defensor da “organização do pessimismo”. Mas pessimismo não é desespero: é um apelo à resistência, à ação, à revolta libertadora, antes que seja tarde demais, antes que o *péssimo* seja realizado. O Princípio Esperança, de que falava Ernst Bloch que, tal como Benjamin, também era fascinado pelo Surrealismo, não é o oposto do pessimismo radical: os dois são dialeticamente inseparáveis.

O espírito surrealista da liberdade radical nunca deixou de estar presente, aqui e agora, como um fio de mercúrio elusivo, um relâmpago que escapa dos para-raios, uma tempestade tropical que não pode ser colocada em uma caixa, como rios apaixonados que escapam de seu próprio leito.

2019



La Main Magique sur les Amants Surrealistes, 2021,
Collage de Alex Januário

Mário Cesariny para José Manuel Rojo

[*carta inédita*]

Mário Cesariny teve contactos com o surrealismo em Espanha desde muito cedo, quando no início da década de 50 do séc. XX conheceu José Francisco Aranda (1925-1989), a viver refugiado em Lisboa — era filho dum republicano assassinado pelos franquistas — e que tinha desde a década anterior uma relação privilegiada com Luis Buñuel, de quem mais tarde escreveu a biografia. No final da década de 50, Aranda regressou a Espanha e instalou-se em Madrid, onde Mário Cesariny o passou a visitar. Na segunda metade da década de 80, quando se criou o Grupo Surrealista de Madrid, Mário, através de Aranda, foi dos primeiros a ter contacto com os jovens do grupo. A revista *A Ideia* publicou já no volume de 2019 seis cartas inéditas que Cesariny escreveu a Eugenio Castro e José Manuel Rojo, dois dos fundadores do grupo. Juntamos agora outra a José Manuel Rojo, com referência aos prémios literários, sobre os quais nos debruçamos neste volume. Ao invés do que sucedeu em 2019, em que optámos depois de muita hesitação pela tradução das cartas, desta vez escolhemos reproduzi-la tal e qual, naquele espanhol tão festivo do seu autor, que o recebeu no leite materno, já que sua mãe, Mercedes Escalona Cesariny, era de Hervás, na Extremadura espanhola. Procedemos a correcções de acentuação, uma ou outra troca de letra, mantendo porém muitos dos lusismos da sua escrita. Usa-se o sinal [/] para assinalar no original a mudança de página. [A.C.F.]

[Carta sem envelope / carta sin sobre; s/d (Inverno/Primavera de 1991)]

Querido Poeta

Te llamo poeta por que tienes cara y inquietud de poeta e por que en las cosas que leí tuyas, impresas, hay un rojo poeta. Y en las que me mandas ahora en tu carta también. Pero el “poema en prosa” es un poco el poema de todo el mundo, no? Toda España... (Media-Francia... Egipto... antiguo?). Más cerquita de la retórica, también. Incluso de la retórica surrealista. O general. Ah.

Pues Miguel Perez Corrales es un tío interesantísimo — raro! que habita en Canarias y pasa los tres cuartos de su tiempo en Portugal, sin que nadie lo vea — ni yo! — fotografiando detalles de gentes, ferrocarriles, casas y cosas, butacas, restos, rastos, señales negros, blancos, rojos, tierras, todo un arco-í-ris sorprendente, mágico, de objectos urbanos y suburbanos gastados por el tiempo e llevados como que a una cámara final de protesta; de presencia-física. Creo tener ya en casa más de dos mil de esos instantáneos y sigue mandándomelos a ritmo alucinatorio. Ya hablé a un editor

de Lisboa mi editor pero no conseguí interesarle en un álbum o cosa así. Donde que con mucho gusto te doy su dirección:

Calvário, 4, 2º

38300 orotava

Tenerife Islas Canarias /

y te mando también la “última entrega” fotográfica que me hace. Si le escribes, dile que, por no ver mucha esperanza de hacer algo aquí, al menos próximamente, con tanta maravilla, dirijo a “Salamandra” la hipótesis de publicarse al menos una docena o lo que pueda ser de estos poemas suyos, que lo son! Dile, además, que el prójimo NOA-NOA “mio” será también en su honor, sacando en fin a luz entera el “Señor Mio En Vós Confío” que, con su compañera, hizo en un cementerio de Madrid usa de um blanco-negro espeluznante para todas las autoridades religiosas y irreligiosas de fito cristiano.

Este “Noa-Noa”, cansancio de espíritu de papel rank-xerox, saldrá, por una vez, impreso en buen papel, buenas reproducciones y bueno todo. Me voy arruinar con esto, ya que no veo un chilro compensatorio de gastos. (Y esto, si, querría le dijeras: me arruino contento, por Miguel!)

Que además es poeta, con libros increíbles publicados; y una actividad de amor de propulsión por hélice del surrealismo tinerfeño que / las centrales gentes castellanas tienen por lindo ignorar, o subestimar.

Claro que el texto sumerio yo soy la santa y la puta se diría Gerard de Nerval, no? es un texto ritual; una oración, sumeria, dedicada a Istar. Lo encontré en un estudio ensaio sobre Gilgamesh (Epopoea de), con la versión más tardía (por eso mas completa) que es la que se encontró en la Biblioteca de “Asurbanipal, Rey de los Sirios, Rey del Mundo”, Etc., versión ya firmada y todo, pues desde aquel entonces se empieza a firmarla (los arábigos (semitas), por que, para que firmásemos “nosotros”, los occidentales, muchos siglos tendrían que pasar).

Recomeço (reempiezo?) (je recommence) esta carta más de 2 meses después de recibida la tuya última! La razón, no se presenta, porque no atisbo ninguna. Quizás quereria (?) (j’aimerai) (en fran+cês) responderte a fondo ay o al menos en / serio a una o dos cosas que planteas. Tu, dices “plantear”? Se dice? En portugués, la carga de este avión es más bien botánica.

En serio, te decía. Pero es que el “en serio”, ahora como hace dos meses, me da miedo. En medio de la frasis, cuando te crees que ibas a concluir, se me abre un abismo tan grande (quizás más triste que grande) que no puedo saltar. Configura-te, amor mío, que, como rezan noche y día (si no duermen) los padres de la Iglesia, gentes que todo lo saben a tiempo y hora — también porque escuchan mucho; su mitad de tiempo uno es escuchar — que, decía, configúrate...

Cambio de tren.

Te agradezco el envío del texto de los surrealistas argentinos, y aún más la dirección (l’adress) que ponen. Ahora voy poder escribirles — mandarles algo de los desiertos de acá. Cuanto a su texto, en su casi totalidad se parece muchísimo a relatório de congreso de partido político — y lo único, que ya no será poco, que me moción-emociona es su idea de contramanifestar las conmemoraciones faustuosas de la / destrucción de las Américas Pre-Españolas, Proto-Portuguesas y Pabo-Irlandesas y Escocesas.

El ataque a Octavio Paz es injusto. No hay escritor mexicano, y, quizás, americano, poeta, que más se tenga adentrado en el conocimiento, o reconocimiento, de las culturas de India (la India hinduista) y de China. Creo que viene de salir en España su libro “Conjunciones y disyunciones”. Si, en la Seix Barral. Llega-te a leerlo. Y es un libro que, en Méjico, sale en 1976. Me lo mandó (para que sepas como, y cuanto, soy de la banda). Y, si te fijas que el primero ensaio del libro ese es sobre “Las Caras de Culo” o “El culo de las caras” y te administras que cosa tal sale en Méjico — el país más obligatoriamente decente, y pundonoroso, y sin culo, de todas 3 Américas, ya verás con quien tratas.

Bueno, ahora, — hace un mes — el Premio Nobel. El horror, claro. Pero — lo saberás? — es que Paz es un Indio, o Amerindio, le gustan los / adornos. Lo sientes? El tilido cascavel. (serpiente). La fiesta. De gusanos sures amarillos.

Yo, personalmente, estoy prendado con el facto, tristísimo, de que los premios literarios portugueses sean una miseria innominal, pecuniariamente hablando: no dan para comprar un sombrero (de plumas). (naturales). No fuera así, y no sé que haría yo. Deveras. No sé.

Cervantes:

Pests.1.000.000.000.000.000!

(automobil, piscina, entregatos)

Camões:

Dos escudos.

(a pié)

~~Estoy, ahora,~~

Tengo, en fin, en manos, los elementos necesarios a que no salga error, o asnera grande, para lo que quiero escribir, me gustaría escribir, como comentario al tráfuga Guerrero de "Salamandra" 2. A ver se me atrevo, puedo, escribo y te mando. Llevará tiempo, su tiempo, digo.

Un abrazo tuyo para

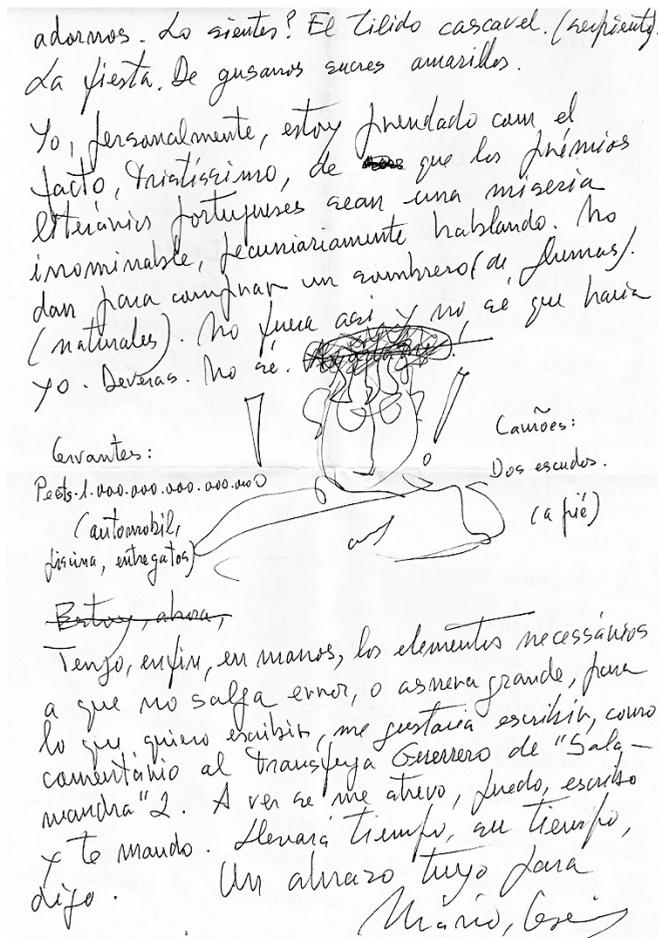
Mário, Cesariny

P.S. Como final, no te mando las fotos de M. Pérez Corrales. Mejor que le hables tu o que le diga yo algo antes de mandártelas. Pero estoy esperando que salga el nuevo "Noa-Noa", con una de sus fotos: "Carta de Madrid". Ya entregue en tipografía desde el año pasado.

Vale

Mário

Carta de Mário Cesariny a José Manuel Rojo



Eloquência do Sepulto & *Eugenio Castro*

[trad. MARA ROSA (excertos)]

Entre fios este cadáver de donzela, com sua chama, com sua erva-doce, com seu suor. Que assombro o das tesouras cortando o céu. Que lentidão a do novelo quando se demora a enforcar o abelharuco. Se não me matas, odiar-te-ei como aos filisteus. Tudo o que resiste vive à luz da mãe.

O que foge pelos outeiros do desespero, quando te abandonas à sorte dos coveiros que te moldarão o corpo com a terra de outros vivos? Letras do condenado ocupam-te o ventre. E um molusco apenas nascido colou-se na espalda do sacramento. Olho assim de perfil o espantinho e advirto o riso de uma manhã devedora da ausência. E o nada estremece ao escutar o canto da poupa.

É preciso suprimir as tábuas do riso para que a noite acolha os zarzinhos e a sua sede de vingança. Entre percussões e cuspidelas bailam os inúteis. Uma esperança corta-se uma mão. Uma desdita a língua. O princípio foi sangue.

Quem viu o esqueleto do nevão será testemunha do que acarreta um morto para salvar o acaso da incerteza.

Estripa-me, velha cesura que me abarca o fígado, para que possa alcançar a bem-aventurança neste dia de insurrectos.

Apenas me corrompo quando cedo aos benditos esta chave arrancada a Moisés e consumo a minha vingança de masturbador.

a los cien años de que la boca de sombra pronunciase la venganza de las palabras cautivas y la mantenga



José Manuel Rojo, Olga Billoir, Mário Cesariny,
Eugenio Castro, Madrid (1990/91)



Cruzeiro Seixas (O Teatro das Imagens),
fotografia de João Francisco Vilhena, 2020

CRUZEIRO SEIXAS

[1920-2020]

Bernardo Pinto de Almeida

Artur Cruzeiro Seixas, cruzou o século XX e entrou ainda com força neste, que agora vivemos, com a solidão do pássaro transviado, tendo-nos deixado há breves meses, à beira de completar um século de vida, essa apenas sua.

Desenhador, Poeta, Pintor, Artista, Coleccionador, Surrealista, Director de Galerias, Viajante, obscuro mestre dos mistérios, muitos lugares ocupou, sendo sempre ele mesmo em todos esses, ou todos, sempre, nele mesmo, já que cada um era, nele, contíguo ao outro, cruzando-se em si todo esse caleidoscópio de figuras, de sombras, de passagens múltiplas para universos raros, tumultuosos.

A desenhar, foi exímio, e isolá-lo, como muitos o quiseram, no Surrealista que também foi, ou no pouco surrealismo em português, seria diminuir o alcance maior dessa obra singular que deixou, e onde o desenho teve sempre e bem um lugar de destaque. Mas este foi, na Obra, muito mais: caligrafia e estrutura subjacente a um pensamento senão a uma Visão, a mesma que trouxe para a arte portuguesa do século XX sinais múltiplos de estranheza e de renovação do que ela era, ou tinha sido, mudando-a por dentro subtilmente.

Assim, pela presença latente de um erotismo forte, mostrado, por vezes, na ambiguidade entre o homo e o hetero-erótico, como se, em certo limite, já nem distinção de género se pudesse marcar, ao confluir tudo nessa zona incendiária de que falaram igualmente os seus poemas, nomeadamente os desse primeiro livro *Eu Falo em Chamas* de 1986 (editado pela Galeria Gilde). Todavia, a assunção dessa homossexualidade, ou dessa *homossexualma*, como lhe chamara Mário Cesariny, que outros apregoaram mas sem deixar disso rasto, permanece, nesses desenhos, como sinal ascendente, e creio que de facto pioneiro entre portas, de uma arte que se comprometeu sempre com o desejo, fosse qual fosse o género, afirmando-o, sempre, diante da mais clara luz.

Também, por aí, a presença pioneira de paisagens africanas como não haviam sido vistas antes em arte portuguesa, apesar dos cinco séculos do império. Uma grande noite cósmica, negra e densa como um ecrã, antecipa por vezes, qual escuro fundo de um teatro, o nascer desses desenhos, deixando que dela se recortem as figuras que emergem em rodopio de fantasias e de fantasmagorias que se contorcem diante dos nossos olhos.

Por isso vários poetas lhe pediram companhia nos seus livros, Herberto, Mário e outros, entendendo neles essa noite que anunciavam.

Poeta foi, por igual, como tardiamente o evidenciou a magna recolha que deles fez, a seu pedido, Isabel Meyrelles, amiga e cúmplice de toda uma vida, mostrando que a densidade da obra poética não era menor que a plástica, para surpresa de muitos. Desses poemas, ficaram versos com a limpidez do cristal que a língua portuguesa haverá de fazer seus, no tempo certo.

Pintor também, mesmo se por aí quase sempre em atraso sobre o demais, ousando mesmo assim sintonizar na cor a força essencial de onde nascia o desenho, acentuando-o em novos matizes.

E Artista antes do resto.

Dele deveria ficar lembrado, no museu do mundo, a colecção preciosa de objectos que deixou (muitos hoje felizmente guardados e visíveis na grande colecção da Fundação Cupertino de Miranda, em Famalicão), decerto das mais originais e ousadas tentativas de entrar nesse universo, raro em toda a arte do século XX, no território misterioso do objecto, e onde poderia ombrear com Joseph Cornell, não fosse o país lugar tão atrasado e distraído do que a arte pode ou deve ser.

Coleccionador também, primeiro de arte africana, muita dela hoje testemunho vivo da memória cultural de Angola, e integrando a sua museografia nacional, já que a colecção passou para as mãos de Manuel Vinhas e deste, decerto, para o Museu de Luanda, preservando-se assim em forte integridade que lhe fica devida. Mas, depois, também, de obras alheias, algumas delas da melhor arte portuguesa do seu século (também recolhida pela Fundação referida) como o elenco de obras de Cesariny, verdadeiramente exemplar, e de outras estrangeiras, avultando, entre estas, um pequeno quadro colagem de André Breton.

Director de galerias, deu uma programação consistente à de São Mamede, em Lisboa, e sob o olhar cúmplice de Francisco Pereira Coutinho, ali realizou trabalho notável que deu lugar a ver nomes como Paula Rego, então jovem artista, mas também Asger Jorn ou Henri Michaux, vistos pela primeira vez pelos indígenas, para espanto. Ou, mais tarde, a de Vila Moura, por convite de João Meyrelles que ali fora criar para Cupertino de Miranda, a urbanização da Marina.

E viajante sempre, entre uma actividade e a seguinte, entre África e Europa, entre mares e estradas várias por muitos e diversos países, sem jamais deixar esquecida, nisso, a vertigem do desenho, do apontamento breve, por vezes quase nervoso, urgente, obsessivo, de uma galeria imensa de iluminuras preciosas.

Não sei se a arte portuguesa, com o seu atavismo constante, temerosa de ter rosto próprio, esteve à altura de entender que quem realmente a fez, no seu auge do século XX, foram figuras de excesso como a deste discreto e secreto agente de uma outra galáxia: a da imaginação.

Esse trabalho que deixou, e foi muito, haverá de encontrar, no tempo, assim deveremos ainda esperar, o seu lugar certo, seta apontada a um alvo altíssimo.



Cruzeiro Seixas - o Amigo

Maria João Vasconcelos

Quando me convidaram para dizer umas palavras sobre ti, pensei que ainda estavas entre nós a comemorar os 100 anos que tanto esperavas... Talvez porque o diagnóstico de quando eras pequeno era que não ultrapassarias os 7 anos, tal a fragilidade do teu corpo.

Afinal o teu corpo era forte, robusto e saudável. Esperavas os 100 anos, embora como dizias “já não estou a achar graça nenhuma a esta longevidade”. A tua agenda era “um cemitério”, para onde te recusavas a ir, mas também não aceitavas as tuas limitações e estes últimos anos foram anos de silêncio, privação e solidão. Os amigos que mais admiravas tinham ido e a grande maioria das pessoas não te interessava, embora nunca tenhas recusado compromissos, entrevistas e saídas.

Ai!!! As nossas saídas eram momentos deliciosos! Tempos em que aprendi muito com um homem de cultura imensa e sensibilidade enorme. Adorava os nossos almoços à beira mar, de que tanto gostavas e onde em jovem tanto nadavas ... e esses almoços acabavam sempre com um docinho, morangos com chantilly, um leve suspiro e muitas vezes um poema, que recitavas de cor, sem falhas de palavras, pontos ou vírgulas ... Lembro um passeio de carro, em que me perdi e não sabia onde estava e tu, muito calmo, perguntaste se ainda estávamos em Lisboa. Eu disse que não sabia e tu, todo contente, disseste: “Que bom! ADORO PERDER-ME!” Quando íamos visitar museus e exposições tu eras o Guia; sabias tudo sobre tudo o que se via, quem fez, como fez, onde fez ... guiavas-me não só por toda a história que visitávamos mas também por Lisboa que conhecias tão bem!

A preocupação com a minha família, com a casa, com a minha mãe, com os meninos, lá longe no Brasil, com os que estavam perto, com os mais pequenos sempre me comoveu e

fascinou. Tão Amigo, tão lúcido! Um homem generoso, com uma alma antiga e sábia...

Os últimos anos foram penosos, o vai e vem de mudanças, de viagens, do Bairro Alto para a Expo, Cascais, Famalicão, Lisboa e sempre a lembrança e saudade daquela casa no Algarve, uma casa que foste construindo, pedra por pedra, tudo a teu gosto até dar uma alma às paredes, onde a tua já estava instalada. Eras o meu Amigo, o conselheiro, o mestre, com o teu sentido de beleza, o teu olhar sonhador, a inteligência e cultura extraordinária, o sentido de humor, a curiosidade num futuro que já não irias conhecer... O Amigo jovem, sempre presente atento para quem o mundo era o presente, com a sabedoria do passado e sempre uma esperança no futuro.

[texto lido em 5-12-2020]



Cruzeiro Seixas e Maria Amélia Vasconcelos na Casa de Pascoates
fotografia de Maria João Vasconcelos



trazia colados à garganta

os versos que (me) dizias
naqueles dias
tristes, cinzentos
subitamente coloridos
de branco
quando o sol aparecia

eu sorria

aquela árvore
por detrás do vidro
teimosamente
desviava o meu olhar
enquanto dizias
o poema da tua vida

partiste
e eu vou ver todos os dias
a árvore verde
que vias da tua janela
enquanto esperavas
o amigo que não vinha
7/12/2020

espero notícias tuas
ansiosamente
espero saber
porque continuas
a colar momentos
e recordações
de dias vividos
longe
da pessoa amada

espero mais desenhos
teus
dos que nos levam
ao longínquo universo
de seres irreais
de beleza surreal

não desistas
(de viver)
5/12/2017

Carta Inédita a Nunes da Rocha

Cruzeiro Seixas

Com três livros publicados à época na editora de Vitor Silva Tavares — mais tarde veio a ter muitos mais e foi um dos autores com Alberto Pimenta mais editados pela casa — Nunes da Rocha entrou em contacto com Cruzeiro Seixas por intermédio do editor da & etc e por motivo da capa daquele que veio a ser na mesma chancela o seu quarto livro, *A liberdade não é tua...* (1994) — e no final desta nota restitui-se a bibliografia completa do autor na editora de Vitor Silva Tavares. Trocou então algumas cartas com Cruzeiro Seixas, antes e depois da edição, que surgiu no final do ano com desenho de capa de Seixas. Desse conjunto se escolhe uma do pintor de Janeiro de 1995 para se dar a conhecer. Nela se fala da relação que o ligou a António Maria Lisboa e que embora breve — durou no máximo de 1949 ao início de 1952 — o marcou para a vida. Tinha 75 anos em 1995, mas continuava a viver lado a lado com o poeta de *Ossóptico*, recordando os seus passos e dele recebendo sinais e inspiração. António Maria Lisboa foi para os surrealistas portugueses um meteoro rapidíssimo, mas duma incandescência invulgar, que os ofuscou para sempre. Recuperamos a seguir a esta carta o poema com que o subscritor homenageou António Maria Lisboa (Cruzeiro Seixas, *Obra Poética III*, 2004) — o título do poema é da nossa responsabilidade. Outro ponto interessante desta carta é alusão ao trabalho plástico de Nunes da Rocha. Em passos de outras cartas para este mostra o mesmo interesse e, incentivando-o a continuar, tem observações dignas de nota, que expressam o seu pensar desalinhado, nada académico, sobre a arte. Numa carta, datada de 7-11-1994, altura em que estava a organizar na Galeria de São Mamede a “Primeira Exposição do Surrealismo ou Não”, que meteu ainda um recital de poemas, diz assim: “Insisto para que pinte! Olhe que a condição mais desejável para desenhar e pintar, é justamente o não ser vocacionado para isso. A lição mais admirável de desenho seria a que mostrasse os que, anónimos, os deixam nas paredes das retretes públicas, de que um dia por certo se fará um belíssimo álbum.” Numa outra carta sem data, mas que parece posterior à saída do livro de Nunes da Rocha na & etc e à mostra da São Mamede, diz ainda: “Congratulo-me com as suas experiências pictóricas; tenho para mim que a habilidade é prescindível, na pintura como na escrita; o que é imprescindível é OUTRA COISA.” Actualizámos alguma grafia, mas respeitámos em tudo o resto, incluindo sublinhados e parágrafos, o original, constituído por duas páginas. A mudança de página vai indicada na minha transcrição com o seguinte sinal: [∩]. É a seguinte a bibliografia editada por Nunes da Rocha na chancela de Vitor Silva Tavares: *Tráfico de Rimbaud na Costa Portuguesa*, capa e extra-texto José D’ alexandre (Lisboa, & etc, 1990); *Icaríada*, capa Vera Pinto e extra-texto Luís Manuel Gaspar (Lisboa, & etc, 1991); *O Livro III dos Últimos Românticos*, capa José D’ Alexandre (Lisboa, & etc, 1993); *... A Liberdade Não é Tua*, extra-texto e capa Cruzeiro Seixas (Lisboa, & etc, 1994); *Que Horas São*, capa José D’ Alexandre (Lisboa, & etc, 1998); *Cancioneiro da Trafaria*, capa Pedro Serpa (Lisboa, & etc, 2008); *Óculos Sujos, Fígado Gordo*, capa Luís Henriques (Lisboa, & etc, 2013); *Cova Funda*, capa Pedro Serpa (Lisboa, & etc, 2011); *Sabão Offenbach*, capa Lúcio (Lisboa, & etc, 2015). [A.C.F.]

Caro Nunes da Rocha

Fala-me do frio. Eu acho que o frio português é mais por dentro, e assim estou agora menos friorento por fora do que quando era novo. Mas as grandes cidades cobertas de chantilly são ridículas, e Lisboa é TUDO menos ridícula.

O que é bonito é ouvir cantar a noite como você canta. Eu fui incapaz de amar apenas a noite ou apenas o dia. Amei um e outro ao mesmo tempo, o que não deu evidentemente bom resultado.

Agradeço o seu postal, que entrou em mim como um dos tais comboios em viagem de circundanação. Não gostava nada de dizer como ouvi ao Cesariny, que tinha 200 anos e que nada já o surpreendia. Pois a mim tudo me surpreende, embora muito me surpreenda de me surpreender. Uma manhã destas por exemplo, surpreendi-me ao ver que o Tejo não tinha uma única tágide! E se possível mais me surpreendi ao ver como, perfeitamente, ele imitava, (para mais me confundir,) a Veneza do Turner. E ainda como exemplo entre mil milhões, o constatar, na leitura, casual de uma cronologia qualquer, que quando em 1951 eu já tinha o papo cheio de Europa fixando-me em África, e quando o Carlos Calvet tinha já pintado o seu “Barco de pedra”, ainda o Pomar estava no seu “Ciclo do arroz”.

É no excesso, meu caro, que me reconheço mais verdadeiro do que em qualquer espelho. As asas, sejam elas interiores ou exteriores, são hoje como máquinas, e a própria luz as acha ridículas, as despreza ou as teme.

Mas provavelmente nada disto tem pés nem cabeça. Fala-me do António Maria Lisboa, e sem pés nem cabeça lhe direi que ele não chegou a conhecer aquilo a que chamamos vida. Ele conheceu, e de que maneira, a vida com V grande. A vida foi-lhe “cosa mentale”. O Lisboa de 40 anos é-me impossível de ver, mesmo como simples hipótese. Os 25 anos, foi o máximo que ele pôde aguentar. Como podia haver nele tais corredores sombrios, tais poços sem fundo, tais abismos, tais criaturas sem mãos, sem olhos, sem coração, sem alma, sem verdadeiro desejo, mais vegetais que os próprios vegetais? Creia que foi dele que me lembrei quando fui depor flores nas ruínas do Castelo de La Coste, e a poucos quilómetros, no túmulo do Facteur Cheval. Sempre olharei o seu olhar apaixo-

nado, mas assustadíssimo, perante o amor que em 1949 eu apresentava ao meu lado. Ele fugiu à mentira que a vida é. Dizia: “Os termos fundamentais que poderiam definir o homem já não coincidem com o homem que vem. É assim que a ciência, e é assim que a técnica, tal como antes a religião, delimitam o homem noutra tom.” Ele adivinhou, mas não assistiu, a um Cesariny / que parecia ter um caminho diferenciado do escolhido pelos heróis do neo-realismo sempre candidatos à prisão, e afinal passou a vida a fazer exactamente o mesmo com a homossexualidade...

É difícilimo terminar. O Eduardo Salavisa gabou-me as suas pinturas que muito desejo ver. Mas agora tenho que ir a Famalicão ver exposta uma parte da colecção que à minha volta se formou. E ainda não digeri tudo o que vi recentemente em Espanha, particularmente a exposição “El Surrealismo en España”, no Reina Sofia, que estranhamente passou despercebida aos surrealistas daqui...

O velhíssimo abraço do,

Artur

17-1-95

ANTÓNIO MARIA LISBOA • ANTÓNIO PAULO TOMÁS
ANTÓNIO QUADROS • AREAL • CALVET • CARLOS EURICO
DA COSTA • CEZARINY • CRUZEIRO SEIXAS • D'ASSUMPCÃO
EURICO • **PRIMEIRA EXPO-** F E R -
N A N D O **SIÇÃO DO SURRE-** A L V E S
D O S **ALISMO OU NÃO** S A N T O S •
F E R - N A N D O
J O S É F R A N -
C I S C O • G O N -
ÇALO DUARTE • ISABEL MEIRELES • JOÃO RODRIGUES • JOÃO
VASCONCELOS • JORGE VIEIRA • JÚLIO • MALANGATANA
MÁRIO BOTAS • MÁRIO HENRIQUE LEIRIA • RAUL PEREZ
PAULA REGO • PEDRO OOM • RELÓGIO • RISQUES PEREIRA

ANTÓNIO MARIA LISBOA

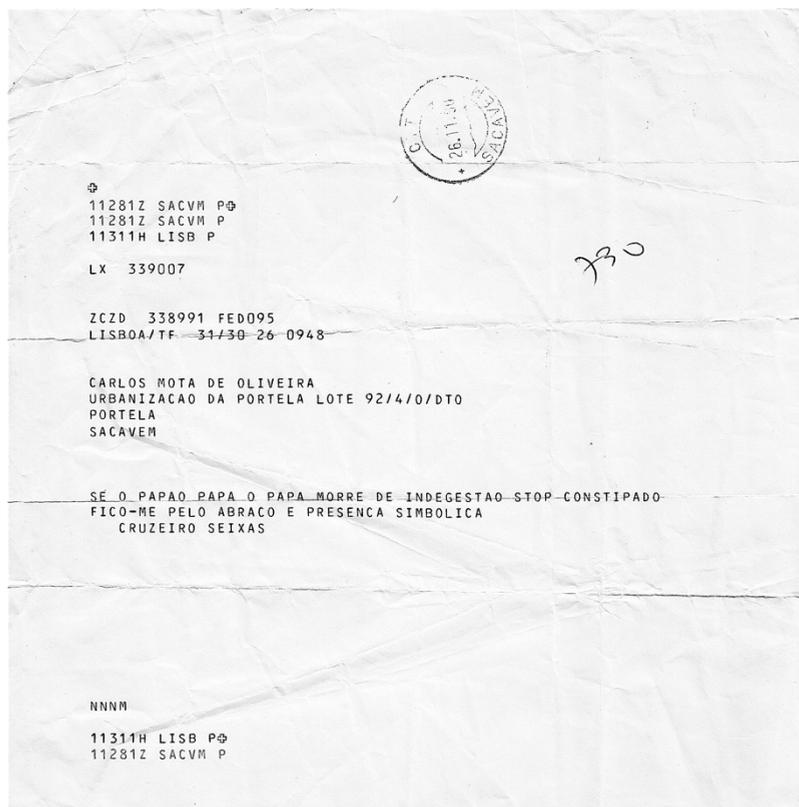
Cruzeiro Seixas

António Maria Lisboa
era muito mais alto do que normal
e mais magro do que gordo
sendo ao mesmo tempo muito mais pássaro
do que homem
excepto às sextas-feiras
em que era muitíssimo mais homem do que pássaro.
Tudo o que estava à volta dele
era de facto impressionante!
Usava uma canalização do lado direito
que expelia um líquido muito frio.
Do outro lado e com tons de um velho mapa
havia um penacho de fumo
sem fogo.
O caminho era sempre estreito
mas infinito.
Por ali ele caminhava como uma árvore
carregada de frutos quase maduros.
Seus lábios eram de bronze
e o seu tinteiro era o mar.
O António Maria Lisboa tinha uma mão do avesso
e acompanhava-se de uma mala cinzenta
em que guardava uma paisagem sempre a mesma
que via nas mais diversas posições.
A verdade é que odiava mulheres
fazendo com elas um fricassé azteca
que era uma das razões das nossas reuniões
para que era sempre convidada a Lua.
Os nossos encontros eram no metropolitano
que então ainda não existia.
No entanto era o nosso país
com excelentes dormitórios, engraxadorias, W.C.,
e aí o seu rosto transformava-se
como um espelho em dia de tempestade.
Sinais particulares da sua passagem?

Algumas cavernas no meu peito
certo sabor a cauteleiro nas nossas bocas
uma maior dureza nas pedras, o amarelecimento dos guardas-
-nocturnos
o silêncio e as setas.
E também esta maneira de andar em diagonal
este roxo cronométrico
e estas sanduíches de sal.
Na verdade ele está coberto de moscas verdes
e só por engano lhe podemos tocar.
Os seus olhos não têm pranto
e depois dele
o nosso pranto secou.
Seus sete pulmões respiram ainda nos nossos ouvidos.
Seu sexo perdeu-se no espaço.
Seus cabelos apaixonados
são a fusão impossível do pôr-do-Sol com a aurora.
António Maria Lisboa o disse.
Escuta-o.

1958 [in *Obra poética III*, 2004: 418/9]

Telegrama de Cruzeiro Seixas a Carlos Mota de Oliveira
26 de Novembro de 1990



2 poemas para Nunes da Rocha

I TÁBUA DE MARÉS ∞ *Ricardo Álvaro*

para o Zé, Nunes da Rocha

I

Lá fora, o Mundo está à bica, afogado em mágoas,
penas e alcatrão, escarra fel e amargos humores.
O gado manso e cabisbaixo não recorre da sentença,
debate-se em vão na fossa colectiva desta Inferneira:
cinzeiros de gente despejada no ralo do esquecimento.
A empreitada do Destino não dá folga nem paga
barqueiro à turbamulta em trabalhos forçados
por coroas de logros e acabamentos ao rés-do-chão.
Levantam-se cercos e andaimes nos arrabaldes,
abrem-se valas comunitárias, cavam-se trincheiras
no lodo do dia-adia, exumam-se os restos e aparas
dos convencidos da vida, fundeados ao largo, no poço
da morte. Tentam desvios por caminhos de treva
e estradas de osso e cascalho para atalhar o sangue.

II

Cá dentro, o Mundo foi dividido sem perdão
a golpes de fígado entre carnes secas e demolhadas.
A sede muge e os bebedores bebem
álcoois e venenos, à falta de pior, barricados
até ao último fiado, acantonados à «beira-mágoa»,
entre o sal grosso e o engaço. Faroleiros de ninguém,
acenam um adeus estrangeiro, escangalhados de dor,
riso e tristeza. Afiam dentes na língua da navalha,
raspam o ranço das tábuas, sopram velas de enxofre
e cantam para dentro hinos sem pátria, marchas tristes
de escárnio & desamor. Pedem lume emprestado
à estrela mais solitária da noite, enrolam folhas
de tabaco, acendem mortalhas na queimadura da febre
e tombam à vez sobre a pedra tumular do balcão.

III

Ao longe, na linha de tiro do horizonte a saque,
a gambiarra do Sol insinua-se, anuncia a vazante,
ameaça virar cadeiras e marés, e varrer a contrapêlo
o chão tabuado da coberta. O clarim toca a recolher:
os condenados à doca seca despedem-se, arrastam

o passo até ao mármore do altar, encomendam a abaladiça e levantam ferro com as velas encharcadas. Um esganado prega a Tabuada dos Aflitos, invoca emendas à Lei Seca e costumes antigos, o derradeiro pedido de clemência, tropeça no cordame da borrasca e cai de borco em campa rasa. A última sede é servida ao postigo pelo taberneiro-mor do porto de abrigo. O pavio da noite ardeu até acender o rastilho do dia e as crias da escuridão arreganham os dentes à alvorada.

2 POIZÉ *✎ Miguel Martins*

[coacção de um poema de Nunes da Rocha em *Óculos Sujos, Fígado Gordo*]

Sou este hemisfério ardendo
Na vela esquerda da ausência,
Parada noite entre chão
E insecto;
Também aquele Deus esquecido
E a agonia do versículo
Por exaustão de áscua;
Sou silêncio na fresta
Expulso pela luz,
Porque não há contrário
Às intenções do sopro.
Sou tudo isto, mais o regresso,
Porta do Engano.



Peça Inédita a José Manuel Capêlo

Luiz Pacheco

Poeta, editor e outras coisas mais, José Manuel Capêlo (1946-2010) frequentou muito a livraria de João Carlos Raposo Nunes, Uni-Verso de seu nome, depois de 1989, ano da abertura desta casa na Rua do Concelho, em Setúbal, onde ainda se mantém embora tenha trocado um número simples pelo mais certo e acompanhado treze. Capêlo, que depressa se tornou o Capelão, como Raposo Nunes o Raposão, entrou aí em contacto com Luiz Pacheco, também ele em Setúbal desde o final de 1989 e muito conviva da Uni-Verso, onde passava as tardes, depois de almoçar na Baixa e decilstrar ou nem por isso pelas tascas que envolviam a livraria e em que gostava de botar o seu dedo de conversa fora de letras e artes, o que já nem assim tanto sucedia na livraria de Raposo Nunes e Maurícia Teles. A carta que de seguida se apresenta não faz parte do espólio do editor da Átrio, e depois da chancela Oríon, e está antes na posse de Carlos Dutra, faialense e escultor que então vivia e trabalhava em Setúbal, cabendo-lhe a ele a honra de expor trabalhos seus na abertura da livraria no actual local onde se encontra. Vai para ele a nossa vénia por nos ter dado a conhecer este inédito do escritor. Consta de quatro folhas manuscritas em fotocópia – a divisão de página do original vai na nossa transcrição que se pretende diplomática ou perto disso assinalada com / , que foram entregues como oferta em data posterior não identificada ao escultor, num envelope com outro material, onde sobressai uma proposta de Março de 1991 de gente jovem do Seixal dramatizar texto de Pacheco; nada garante assim que o original tenha sido enviado ao editor e poeta, cujo espólio anda há muito extraviado e fora de acesso. Por esse motivo se prefere titular este texto como acima vai e não ao modo clássico de “carta inédita”. Seguro é que o editor chegou a pensar dar em livro os cadernos diários de Luiz Pacheco que estavam em seu poder – e para isso conosco falou – na segunda chancela que foi sua, a Oríon, nunca chegando a concretizar a edição não sabemos se por a vida lhe ter sido curta ou se por outra razão qualquer que esta missiva até pode ajudar a esclarecer. Para se entender a relação de Pacheco e Capêlo, o que nela corria de amigável e de carinhoso, e sempre assim correu, é indispensável consultar o livro *Cartas ao léu* (2005; 2020), cartas de Luiz José Guerreiro Pacheco a Raposo Nunes, que dois meninos bem apanhados – a moda de crítico literário vai de roda – acham que pouco valem, como se cada carta com valor poético e literário tivesse de ter o selo de Jorge de Sena e o japonês do ai-ku, em três linhas, não existisse nem valesse. Enganam-se, que o livro presta serviço como nenhum mais para a teia final de relações do Coiote da Estefânia e tem por lá frases que valem mais que as intermináveis jeremiadas dos grandes testamentos escritos e reescritos. A peça aqui publicada merece algumas anotações finais de esclarecimento, que dividiremos em quatro pontos. [A.C.F.]

Setúbal, 15 de Fevereiro / 1992

Meu Caro Editor

Já agora fazemos do nosso querido Raposão o correio azul barato, barato!

Recebi e agradeço o seu convite. Mas... do Pascoaes, tive a edição da Bertrand e não fui lá. Defeito, decerto meu — talvez da idade juvenil, de então, a minha. A dele era prolecta. E ele tinha um pastorinho alambazado, que lhe fazia saudosismo, numa arribana ou arrifana (= catre), com forte alegria mútua.

Li dele pouca coisa. Talvez, e picado pelo seu alvitre, me aprofunde. Sabia coisas giras dele. Por exemplo, o Manuel de Lima, que o conheceu pessoalmente, dizia-me e a + gente que o compositor preferido dele era o

HILÁRIO. O dos fados e baladas coimbrãs. Má-língua do Lima? é bem possível.

Quanto a Cesariny, há um texto do Cruzeiro Seixas (Sacaníssima Visão), publicado no “Jornal Novo”, ao ataque na altura ao Mário, porque não sei, o Cesariny espalhava (má-língua, também?!), que / lá no solar do Marão “se comia fome em bandejas de prata...”, isto depois da morte de T.P., no tempo já da sobrinha, D. Maria José Teixeira de Vasconcelos.

Mas eu tenho uma, que publiquei no “Diário de Lisboa”.

Adiante.

Conheço um rapaz, generoso de alma e algibeira, chamado J. M. Capêlo, que caiu na asneira de ir dizer ao meu Filho Paulo, sem tirte nem guar-te (?), que eu lhe dera originais, diários, tralha maluca e ia publicar na ÁTRIO.

HORROR!

O Paulo não me puxa as orelhas porque eu não era filho dele mas Papá. Mas se tu,

Ó CAPÊLO!

ouvisses o que eu ouvi... não achavas graça nenhuma.

Foi isto na Feira de Santiago, 91, aqui na Luísa Todi. Em Agosto, semanas depois, passava-lhe procuração legal no Notário de Palmela. Põe-te em contacto com ele.

Paulo Pacheco (quase dr.)

R. Cravos Vermelhos, lote 221,

2º Esq.

2955 Pinhal Novo

Telefone da repartição (01) 2362045

Capisce? Luz verde da Rua dos Cravos Vermelhos e eu / fico em amarelo pisca-pisca. Vou ler o Pascoaes, arranja-me livros ou crava o Raposo, e faço-te não

poemas
contos
ensaios

mas uma crónica. Ou o que sair!

Outra: a dr.^a Cecília Barreira, tua editada, escreveu no JL uma coisa gira, mas não alinhio com os q/ dizem que “picaste” a Dama.

Ora: primo ela escolheu um texto meu, trecho, um §, (ele há coincidências!) que eu, na revisão do dito texto tive mesmo mesmo para cortar. Por vergonha. Aquilo (o dito naco) é

UM NÔJO!

Ela tem toda a razão. Se puderes diz-lhe isto já, que tencionava escrever-lhe mas pouca prosa e 38\$00.

secundo ela refere-se que, 18, 19 anos (um borrachinho...) me deu uma coisa para eu criticar. Na Livraria Opinião, onde eu seria conselheiro literário.

tertio e último: não me lembro nada mas é possível. Ela, a C. B., fala no Hipólito Clemente como intermediário. Atenção: nunca fui conselheiro literário da Opinião. E porquê? Para quê?

A Opinião, que começou por / ser uma cooperativa (meteram-me a sócio) e o aldrúbias do

ORLANDO NEVES

(onde este entra abre sempre buraco). A Opinião era livraria, galeria, discoteca, bar lá em cima (era onde eu dava as “opiniões” (sobre os brancos, os tintos, as cervejolas).

Havia, depois do Orlando, um buraco feito, ele com a massa na algebeira,

havia uma equipa competente: o Hipólito, a Irene, o Madeira Luís, e, mais tarde, no bar, o Cabeça de Vaca, que Deus haja!

Eu comprava, levava fiado, pedia ou cravava algum. Da casa ou quem aparecesse.

Até cheguei ali a dar m/ primeira sessão pública de autógrafos (via editorial Fronteira, Serafim Ferreira, *Textos de Circunstância* um livro quase póstumo pois que só o vi pronto, li-o tão admirado daquilo que ali vinha (até um texto que não era, como obra do Pascoaes que nunca me passou pelas mãos, meu, mas versão livre m/)

Recebe um abraço e não me lixes com o m/ Filho. Ele é porreiríssimo, mas não me apetece que me puxe as orelhas ou descomponha.

Luiz Pacheco

P.S. aquela dos 2 exemplares, e 30% para quem quiser mais, tem barbas. Nem parece tua, ó Capêlo! LP

NOTAS

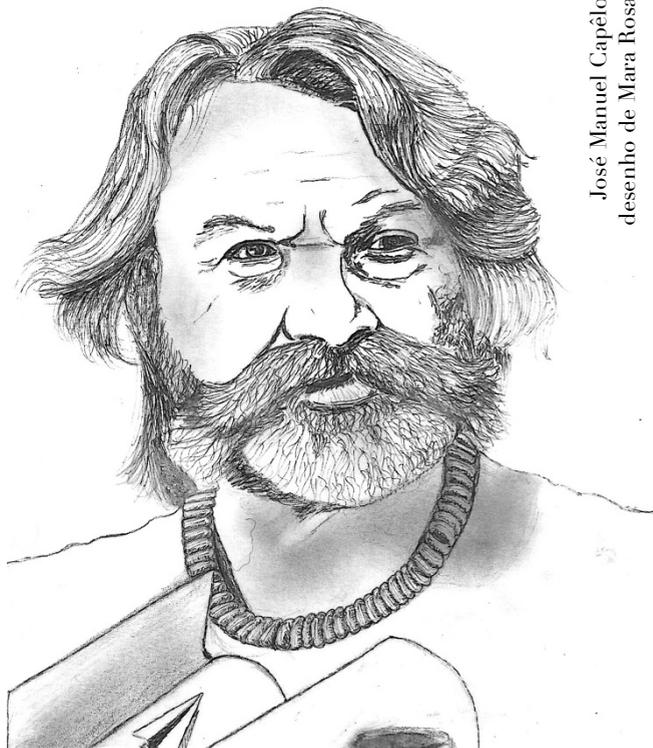
1 Pascoaes antes de mais. Conhecemos pelo menos dois textos de Luiz Pacheco referentes a Pascoaes. O primeiro (*Diário de Lisboa*, 24-8-1972), “O que é feito argelino?”, foi escrito a propósito da edição do opúsculo *Aforismos* de Pascoaes, com selecção de Cesariny e por este e por Cruzeiro Seixas editado em Julho de 1972. Referido nesta carta a José Manuel Capêlo, o texto remete ainda para uma carta de Cesariny de 1964, escrita de Paris, então inédita e depois publicada no livro *Pacheco versus Cesariny* (1974). O segundo, muito posterior, “Outro livro importante” (*Diário Económico*, 30-10-1996), recensão à reedição do livro de Maria da Glória Teixeira de Vasconcelos, *Olhando para trás vejo Pascoaes*, foi escrito no quadro das relações que o escritor então mantinha na livraria Uni-Verso, onde Pascoaes era o poeta mais falado e recitado e só isso justifica a atenção que este escrito do início de 1992 lhe dedica. Capêlo publicou um livro de Pascoaes, *Cartas de Pascoaes e Cebreiro – epistolário galaico-português* (1993).

2 Depois o texto de Seixas sobre Cesariny. “Sacaníssima visão C. Seixas responde a M. Cesariny” (*Jornal Novo*, 30-8-1978), glosando o título *Nobilíssima visão* (1959; 1976), responde a texto de Cesariny no jornal, “Apólogo do Grupo Surrealista de Pisa” (21-8-1978). A parte respeitante à Casa de Pascoaes foi a que mais desgostou Cesariny e que levou à ruptura com o amigo, que conheceu em 1936 nas velhas instalações da Escola António Arroio. Luiz Pacheco cita de cor, muitos anos depois, e com erros de permissão

Maria José Teixeira de Vasconcelos nunca teve a seu cargo a Casa de Pascoaes.

3 Sobre os diários de Luiz Pacheco na editora Átrio. Pela peça ora dada a lume fica-se a saber do contrato apalavrado entre o editor e o escritor para a edição duma parte dos seus diários. Na verdade, Capêlo comprou a Luiz Pacheco por 50 000 escudos três ou quatro cadernos com o propósito de os editar. Tudo indica que a compra terá sido feita no primeiro semestre de 1991. No final da vida estes cadernos conservavam-se no arquivo do editor, não se sabendo o destino que os herdeiros lhes deram.

4 Por fim *Textos de Circunstância*. Livro, com organização de Serafim Ferreira, saiu em 1977. Pela peça agora publicada, fica-se a saber que foi nessa altura que Luiz Pacheco fez a sua primeira sessão de autógrafos, na livraria Opinião, que ficava num prédio de esquina da Rua Nova da Trindade. A livraria fechou pouco depois, dando lugar mais tarde, já noutras mãos, à editora Cotovia, também hoje desaparecida.



José Manuel Capêlo
desenho de Mara Rosa

O negrume do humor surrealista, não necessariamente adstrito ao gracejo macabro mas ao não sentido das coisas quando apanhadas em flagrante delito de não solução, é um sublinhado do lado escuro antiteticamente mas indissolivelmente ligado ao branco. Uma antinomia que a dialéctica da metamorfose surrealista procura ultrapassar. Mas não é só na área do humor que a palavra negro é desfraldada pelos surrealistas. “Romance Negro”, “Magia Negra”, “Deus Negro”, o corvo em vez da pomba, são tantas outras expressões que traduzem a fascinação que o acto profanador exerce sobre o surrealismo. Este partido da maldição tomado pelos surrealistas canaliza uma estratégia de ataque ao dualismo de uma religião que mantém separadas as esferas do bem e do mal, voltando contra ela as suas próprias armas. Resta saber, dúvida legitimamente posta por Julien Gracq, se esta sede de sacrilégio só comporta a mística sumária de um novo influxo espiritual. Tudo indica que sim. Porque se o surrealismo rejeita o carácter negativo da religião que deixa indeterminadamente o além que oferece, reconhece que este além é uma exigência essencial da consequência humana, determinando-o sob a forma de um estado terrestre futuro. O negro é portanto em todas as gamas temáticas que o surrealismo o implica um valor galvanizante e criador, posto que dele vão derivar as cores de uma nova plumagem do espírito. Assim, na concepção criativa do negro formulado pelo pensamento surrealista, ressoa este princípio fundamental da alquimia: só o negro é uma cor verdadeira pois que todas as outras dela derivam. É-nos agora legível no texto surrealista aquela passagem obscura na qual o humor negro faz corpo com a própria criação poética. O negro é indissociável da visão poética como o é da operação alquímica. Tal como a Grande Obra, no plano estético da alquimia é o triunfo da transformação do inferior no superior, o esoterismo da poesia surrealista traduz a sua natureza de operação do espírito destinada a transformar o homem. Mas como transformá-lo sem que o princípio do prazer desligado do tempo triunfe sobre o desprazer que impõe o tempo como medida fatal da realidade humana? Depreciando a morte, transformando-a num brinquedo. Eis porque o humor negro é o inimigo mortal da sentimentalidade que submete o espírito ao fatalismo do tempo em cujo mecanismo repressivo coloca uma bomba, demonstrando que pela alta magia da vontade o homem é capaz de transformar o não prazer em prazer, o sentimento do tempo em sentimento de intemporalidade.



“Este é que é o meu verdadeiro retrato!” Herberto Helder
Desenho de Aldina

«ESTE É QUE É O MEU VERDADEIRO RETRATO!»

Zetho Cunha Gonçalves

Depois de ter organizado, em 2001, a turbulenta segunda edição do livro de poemas para a infância de António José Forte, *Uma Rosa na Tromba de Um Elefante*, com desenhos de Aldina – sua companheira desde o dia 25 de Abril de 1974, o dia da Revolução dos Cravos, até à hora da sua morte, a 15 de Dezembro de 1988 –, custou muita paciência, tempo e argumentos os mais esdrúxulos (não cabe agora aqui enumerá-los), convencer Antónia Maria Pereira, então responsável editorial da Parceria A.M. Pereira, a reeditar, também – e acrescentada de uma bela soma de inéditos –, a reunião da poesia de António José Forte, com o mesmo e magnífico título de *Uma Faca nos Dentes*, com que havia sido dada a público, em 1983, pela editora & etc, de Vitor Silva Tavares.

A escusa de Antónia Maria Pereira escudava-se naquele já caquético fadinho editorial cuja veracidade jamais alguém conseguiu comprovar: – A poesia não vende!

Até que um dia, numa daquelas tardes medonhas, batida de siberianos ventos em redemoinho – tarde chuvosa e geneticamente antipática – de finais de Outubro de 2002, consegui finalmente contornar todas as negações ou indecisões da editora: – E se tiver um prefácio do Herberto Helder, tu publicas? – Ah, com prefácio do Herberto, eu publico, claro que publico!... Mas tu consegues convencê-lo a escrever o prefácio?!...

Um ou dois dias depois, no Restaurante Solar dos Galegos, onde diariamente nos encontrávamos à época, aproveitando um daqueles momentos em que não estava mais ninguém que pudesse interferir na conversa, falei ao Herberto da possibilidade de se reeditar a poesia de António José Forte. E coloquei a questão:

– Herberto, você não se importaria que o seu prefácio figurasse no livro?

– Oh Zetho, quem é que organiza a edição, é você? pergunta-me o Herberto, levando o polegar direito ao canto dos lábios, num gesto muito seu quando a conversa tomava rumos mais assertivos.

– Sim, serei eu. Mas faço questão em discutir consigo todas as minhas opções, se você estiver de acordo, naturalmente!... Então, se for você a organizar a edição dos poemas do Forte, podem contar com o meu prefácio. Dêem-me aí uma semana para rever o texto e modificá-lo no que houver para mudar.

Fez uma breve pausa, e acrescentou, sem disfarçar uma certa comoção:
– O Forte, você sabe, foi um dos meus poucos Amigos cuja morte eu chorei... Foi o Forte, e foi o Carlos de Oliveira.

– E o Edmundo de Bettencourt?...

– A morte do Bettencourt foi um longo choro sem lágrimas, que me deixou, depois da morte de minha mãe, numa dupla orfandade, que dura até hoje!... Você sabe, já falámos disso várias vezes: o Bettencourt, para mim, era o pai que eu gostaria de ter tido. E eu, para ele, era o filho que ele nunca teve, e que gostaria de ter!... Porra, Zetho, você agora conseguiu comover-me!...

A conversa tomou então o sentido da memória. A comoção deu à iminência das lágrimas o lugar e o dom do riso e da gargalhada. Rememorações que há muito não afloravam nas conversas de Herberto, levaram-no a buscar nos fundos baús de milhentas histórias vivissimamente vividas – e preservadas em estado lúcido de um permanente humor *em visita* –, as mais hilariantes delas, a que a razoável competência do seu ouvinte-perguntador não deixava de instigar.

No dia seguinte, passava-lhe para as mãos um molho de fotocópias com os textos inéditos em volume, que viriam a ser incorporados na edição, não obstante as devidas ressalvas deste ou daquele texto ou poema cujas fragilidades os tornavam menores e, por contingência, imediatamente excluídos. Conhecendo como conhecia o espólio plástico de Aldina, e muito particularmente os seus magníficos e contundentes desenhos, figurados muitos deles nos mais frágeis e já bastante degradados suportes, como guardanapos e pedaços de toalhas de papel de restaurantes, decidi que, muito embora os poemas de António José Forte não necessitassem de leituras plásticas paralelas nem de ilustrações, a edição deveria ser acompanhada de uma boa soma de desenhos e fotografias de Aldina, posto ser essa uma forma de preservação dos mesmos. E essa é a razão por aquela edição ter tantos desenhos reproduzidos, cuja responsabilidade é exclusivamente minha.

Feita uma primeira selecção dos desenhos, fizeram-se fotocópias dos mesmos, bem como dos poemas e textos em prosa, a partir dos quais fui estruturando cada página e capítulo do livro. Quando já tinha uma primeira versão do conjunto organizada, sentei-me lado a lado com Herberto, durante várias tardes, afinando pormenores, trocando este desenho por aquele, mudando a ordem ou procedendo à exclusão de um poema ou texto. E, desses textos excluídos, lembro um em particular, que o foi, não pela sua falta de qualidade literária ou estética, mas porque tem como título *Herberto Helder*.

– Oh Zetho, este texto do Forte sobre mim pede-me o Herberto –, por favor, você não o ponha no livro. E acrescenta, no seu proverbial

pudor: – Como sou o autor do prefácio, não quero que pensem que eu e o Forte andámos aqui a esfregar as costas um ao outro... É um bom texto, sem qualquer dúvida, e é uma pena não entrar. Mas você compreende a minha situação...

Respeitei naturalmente a vontade e as razões invocadas pelo Herberto. E o texto – que é o belíssimo depoimento que António José Forte publicou no número do *Jornal de Letras* dedicado a Herberto Helder, onde descreve a sua particularíssima memória da leitura do original de *O Amor em Visita* – não figurou no corpo do livro. Seja, para proveito e exemplo de um «povo que oculta a cabeça nas entranhas dos mortos», transcrita aqui, no seu mais rigoroso sentido da homenagem – à Amizade e à Poesia –, essa prosa breve e fulminante, assinada pelo autor de *40 Noites de Insónia de Fogo de Dentes Numa Girândola Implacável e Outros Poemas*:

HERBERTO HELDER: Uma noite, há trinta anos, num banco da Avenida da Liberdade, o Herberto Helder quis ler-me o manuscrito do *Amor em Visita*. Não me lembro do que lhe disse, depois de ouvido o poema, mas se guardo o episódio tão vivo na memória é porque com certeza lhe atribuo algum significado singular. E o mais provável é termos ido festejar o acontecimento com muito vinho e nenhuma literatura. Era ao tempo o nosso estilo. / Quando, pelo telefone, esse veículo dito de comunicação que eu detesto, uma voz do *Jornal de Letras* me pediu com urgência um pequeno depoimento sobre o Herberto Helder, confesso que senti um arrepio de pudor. Vir publicamente falar de um amigo, de um terrível amigo, que é ao mesmo tempo um grande poeta português, é para mim uma situação francamente incómoda. Mas como recusar? Porquê? / A poesia é feita contra todos – está escrito e assinado definitivamente pelo Herberto Helder. No meio de tantos poemas a favor, disto e daquilo, haver um poeta assim exemplar é que nos redime da miséria e confusão intelectuais de todos os dias, e os dias são cada vez mais comprimidos. / Tome-se este efémero e breve depoimento como uma homenagem à noite, onde um poeta, de nome Herberto Helder, vive fascinado. [Lisboa, 11 de Novembro de 1988]

Tudo isto acontecia na maior cordialidade, com várias histórias sobre um que outro poema ou texto contadas pelo Herberto, entusiasmadíssimo com aquele trabalho de edição. E encantado com os desenhos, ele que era grande Amigo e profundo admirador da obra de Aldina, a quem carinhosamente chamava de «aquela grande maluca da Aldina». E é justamente quando lhe mostro o desenho que figurará junto a «Quase 3 Discursos Quase Veementes», a páginas 29, que Herberto como que dá um salto súbito para trás na cadeira, e diz:

– Este é que é o meu verdadeiro retrato!

Ficou um longo momento contemplando a fotocópia do seu «verdadeiro retrato», ora aproximando-o da vista, ora afastando-o a ambas as mãos. – Zetho, você desculpe – diz-me o Herberto, puxando a si a folha –, mas eu vou-lhe roubar este desenho, apesar de ser apenas uma fotocópia...

E, um segundo depois: – Será que aquela grande maluca da Aldina quer muita massa pelo original? Veja lá com ela, se faz favor, qual é o preço que me faz... É que este é que é mesmo o meu verdadeiro retrato!

No final dessa mesma tarde, telefonei à Aldina, dando conta do sucedido. Imediatamente me convocou para, no dia seguinte, ir a sua casa às 3 da tarde, impreterivelmente. – Oh Zetho – diz-me a Aldina mal entro porta adentro –, eu estou tão comovida com a atitude do Herberto!... Não sou capaz de lhe vender um desenho meu... Estive a pensar melhor, e vou oferecer-lhe o desenho... Mas tu é que sabes onde é que ele está...

Fui à gaveta do armário onde eu havia arrumado, já separados, os desenhos e fotografias destinados à edição do livro, peguei no desenho, e disse: – É este, Aldina.

Aldina tomou-o nas mãos, mirou-o bem, sorriu aquele seu belo sorriso de menina traquina que nunca deixou de ser, e, com imenso carinho, disse: – Aquele grande sacana do Herberto tem muito bom gosto!...

Acompanhei-a à moldureira, onde a escolha da moldura, do *passepapier*, do vidro, a questão do tempo de entrega e ainda outros pormenores técnicos foram uma verdadeira epopeia. Dois dias depois fui buscar o desenho emoldurado, deixando-o em casa da Aldina, conforme combinado. Por uma qualquer razão que agora me não recordo, não assisti à cerimónia da entrega do «meu verdadeiro retrato» ao seu retratado.

Quanto à edição de *Uma Faca nos Dentes*, com desenhos e fotografias de Aldina e prefácio de Herberto Helder, de que sou responsável, com a inestimável cumplicidade e o mais vivo entusiasmo de Herberto, ficou pronta a 12 de Março de 2003, com uma série de problemas tipográficos – a que sou total e absolutamente alheio! –, problemas esses advindos da incompatibilidade de programas de computador entre o *atelier* gráfico que paginara o livro e a gráfica impressora, saindo muitos dos desenhos sem nitidez, sumidos, ou sem contraste algum, e as últimas gralhas de texto corrigidas, já em *ozolide*, não assumidas, entre elas, algumas chatas, chatérrimas, como aquele *incontinente*, onde o certo é estar lá *incontingente*, por exemplo! – no prefácio de Herberto Helder.

Porém, e com todas essas imperfeições, que não são poucas, o livro fez-se, existe. E provou à saciedade, que afinal a Poesia *também* se vende!



respiração suspensa 10
(primeiro de maio dois mil e vinte: poema II)

Zetbo Cunha Gonçalves

São estacas humanas plantadas de vermelho sobre a relva
– voz uníssona e polifónica
arremessando aos ventos os instintos.

Lembram a força da Terra,
o pulsar dos frutos que habitam
– a revolta é um precioso dom, raro ofício dos tempos.



A Vida emboscada em tão mesquinha sobrevivência
aponta súbito
a um ponto cardeal submerso
– desejo pulsando pelas veias, artérias, astros e ofícios
o tenebroso alfabeto, a carne impunemente violentada.



A indignidade tem um rosto votado e longamente
multiplicado
– onde houver um cachorro a rosnar
haverá um ministro afagador e torcionário.



A arte do terror é a milenar impotência de afrontar o Sol
e fazer da sombra o lento fogo das águas sobre a Terra.



Noite esdrúxula ao meio-dia em ponto
– a quem despedir amanhã?
Quem matar ou deixar morrer, hoje?

Todo o poder não passa de uma excrescência intestinal
atrabiliária
– mentalmente contida,
ou extravasada e alarvemente aplaudida.



Não foi para esta indignidade em que nos sequestram

que nascemos;
não foi para soçobrar de uma vida invivível
que aprendemos a respirar
– o mundo não é ainda um instante irremovível,
precipício demoníaco, intransponível e fatal.

– O mundo
não é ainda uma resolução de esbirros e onzeneiros,
analfabetos doutorados e trogloditas!



São estacas humanas plantadas de vermelho sobre a relva
– e florescem!

Florescem dos destroços impostos à força obscura
de calamidade e morte
por quem odeia visceralmente a Vida
e a alegria da sua plenitude

– ignomínia
que nada mais sabe fazer
senão trair a Humanidade
– essa tão rara e vilipendiada espécie animal.



– Que ar respiram as águas e a sucessão das luas?
Que mãos antigas moldarão a infância?
Que rosto será tocado de paixão e festa,
se não incendiar de horizontes
as raízes da hecatombe?



São estacas humanas plantadas de vermelho sobre a relva
– voz uníssona e polifónica
arremessando aos ventos os instintos.

São estacas humanas plantadas de vermelho sobre a relva
– e florescem!

2-25.5.2020



fotografia de Maria João Vasconcelos, casa de Pascoaes

uma carta

Alberto Velho Nogueira

No volume anterior desta revista, o XXIII, do ano de 2020, publicou-se um texto sobre a leitura crítica de Alberto Velho Nogueira à literatura de Teixeira de Pascoaes, “Teixeira de Pascoaes lido por Alberto Velho Nogueira”, e uma resenha ao vol. 2 do livro *Ensaíos* (2019) de sua autoria onde tal crítica surge [republicada em *Bestiário 2* (2020)]. Tendo sido informado dessa análise ao seu trabalho, o escritor escreveu uma carta ao subscritor, carta que aqui se publica na íntegra por conter a sua refutação e ainda uma soma de observações pertinentes sobre o magistério crítico em geral e sobre o dele em particular. No próximo volume, o destinatário replicará, embora de forma muito breve. Por ora a palavra é de Alberto Velho Nogueira.

Siena, 26/6/2020

Senhor António Cândido Franco, bom dia,

Onde o senhor só vê erros e defeitos de argumentação, outros viram algum interesse. Quer isto dizer a que ponto o ensaio o irritou por ser contra as suas ideias a propósito de Teixeira de Pascoaes, e ser contra o poeta. A análise crítica tem que ser *a favor*, caso contrário está-se a *dizer mal*. Não existe um critério de elucidação crítica. O que analiso está escrito, pertence a uma objectividade acrescentada pelo ponto de partida social, político e estético em que me coloco, sem utilizar processos ideológicos e sem utilizar apropriações nacionalistas que coloquem o escritor numa territorialidade fixa no tempo e na geografia.

Não pretendo a polémica ou a discussão. Pretendo a controvérsia que está no meu texto e no seu, e que representa uma análise do que penso sobre os livros que analisei, sem que a confronto com outras opiniões, a sua, neste caso, que tem toda a razão de existir. Cada ensaio exprime, como o pensamento que lhe dá origem, os seus próprios limites. Um ensaio não é todo o conhecimento de um ensaísta. A discussão seria entre duas formas de conhecimento, a sua e a minha, como se o seu conhecimento e a sua argumentação fossem suficientes para responder ao que legitimamente penso e, ao mesmo tempo, como se tivesse (eu) que argumentar contra a sua forma de conhecimento (e de cultura), que exprime forçosamente uma opinião diferente, apesar de a respeitar. É surpreendente como o António Cândido Franco se apercebe daquilo que escrevo sem ter lido, provavelmente (?), pouco mais do que o ensaio sobre o Pascoaes. Leu algum dos dois livros de ensaios? E da ficção, o que leu? Se leu o “Autofágias” (1987) é pouco para se aperceber correctamente do que escrevo como ficção. É um texto de 1987. Quanto aos ensaios, publiquei dois volumes que tiveram uma edição pequeníssima: 50 exemplares cada. No *Bestiário 2* está reeditada uma ficção de 1998, à qual o senhor não faz referência nenhuma, a não ser

para qualificar a minha “copiosa obra” de *socialmente determinada* pelo homem de cultura que o senhor é, que identifica rapidamente o que diz respeito ao literário. Vê-se que ficou irritado com o que chama constantemente de erros, ou de falta de conhecimento — é uma *estratégia penosa* a de considerar que os outros, desde que tenham uma opinião contrária, é por serem ignorantes: um bom conhecimento de Pascoaes levaria inevitavelmente a um consenso sobre a grandiosidade do escritor — ao mesmo tempo que se define como o guardião do bom nome artístico de Teixeira de Pascoaes, do qual não se pode ter senão uma opinião grandiosa. Não é o meu caso, nem sobre Pascoaes nem sobre ninguém. Não agito as grandiosidades nem as genialidades. Não pratico a análise do elogio. Pretendo que as expressões ficcionais são necessárias, urgentes, a proteger, a conservar... são fundamentais a tudo, menos ao elogio. Se tenho alguma consideração por um agente de expressão é uma razão minha que não preciso de colocar nos ensaios que escrevo. A minha opinião é de análise. Sirvo-me das obras para elaborar o modo de analisar que constituí e que evolui à medida que elaboro outros discursos sobre os autores. Por enquanto, publico ensaios sobre as literaturas portuguesas, no plural, por serem várias e correspondentes à territorialidade portuguesa, embora tenha escrito ensaios sobre Dante, Elfriede Jelinek, Nathalie Sarraute, Hélène Cixous, Jacques Rancière, Philippe Beck, Nietzsche, outros ensaios, não publicados, sobre Pascoaes... e muitos outros. Estes ensaios e outros estiveram disponíveis num blog que eliminei. Publiquei até agora artigos fundamentalmente sobre as literaturas escritas em Portugal, se bem que tenha artigos sobre outros escritores que escrevem em português, mas fora da territorialidade portuguesa.

Não pretendo descobrir o que o senhor tem como conhecimento (cultura) nem faço uma busca para saber exactamente o que quer dizer com o seu artigo. É claro que estão erros no meu texto; o senhor apontou-os. Muito bem. Qualquer conhecimento implica erros. Estou em Siena, onde habito uma parte do ano, e não tenho os livros de Pascoaes à mão. Em todo o caso, se confundi (a ver, a verificar) a Maria Pia italiana com a rainha Amélia francesa, o Teixeira de Pascoaes não errou quando fez referência às portuguesas que choram como carpideiras, e não a que *veio de fora*.

Outros planos que considera erros não o são. São perspectivas diferentes e conhecimentos que se exprimem de modos diversos, por termos formas de conhecimento diversas. O Senhor utiliza o seu conhecimento biográfico e histórico sobre Teixeira de Pascoaes para assinalar erros sem nenhum interesse. O trabalho sobre o escritor já foi feito, e o senhor Cândido Franco colaborou para ele, se não me engano, vendo os títulos que publicou, e que não li, não por falta de interesse, mas por indisponibilidades várias. As minhas teorias estão elaboradas nos dois livros de ensaios até agora publicados. Baseio-me numa teorização própria que não responde

ao que normalmente se chama cultura, como ela aparece organizada desde Platão a Heidegger, entre outros. Temos culturas diferentes e modos de exprimir que não são felizmente idênticos. Felizmente, não por não querer alinhar na sua opinião, mas por ser necessário que se expressem ideias em controvérsia, e contrárias umas às outras. É isso o princípio da controvérsia.

Não preciso da divulgação da minha opinião argumentada contra o que o senhor escreveu. Portanto, não lhe peço uma publicação na revista citada. Cada um escreve aquilo que lhe julga necessário, sobretudo se se exprime com argumentação. É o seu caso; e o meu. Os dois textos respondem-se sem polémica. O seu texto responde ao meu, mas o que escrevi sobre Pascoaes não responde a nada nem a ninguém, se bem que o senhor veja no meu texto uma discussão. Não evito a discussão, se a quiser. Mas não por artigo, não por esta carta, por ser impossível alinhar duas formas de conhecimento opostas numa resposta telegráfica por carta ou por artigo. Algumas vezes não percebo como procura as minhas ideias e a formulação das suas críticas, mas esta realidade é outro assunto. Em todo o caso, obrigado pelo seu convite de resposta às suas anotações e às suas críticas.

O meu projecto é escrever análises sobre as expressões — não sobre a cultura ou sobre a literatura portuguesa, nem no sentido histórico nem no sentido filosófico, se por acaso a literatura portuguesa se afirma com uma partícula de filosofia. O escrever sobre as expressões implica entrar no campo das culturas e da História das literaturas, é claro, mas não é o meu ponto de partida. Por outro lado, não acredito na literatura, nas literaturas. Não é uma questão de crença. É uma questão de ver e de conhecer — a começar por mim — o que elas representam. Não acredito nas Artes como foram definidas e como ainda o são. *Defendo as expressões como uma urgência necessária se as obras exprimem alguma autonomia.* Verá mais adiante o que entendo por autonomia. Não se trata de *acreditar* mas de verificar, de ver, de ouvir, de ler, de analisar as expressões, porque elas estão aí, existem, exprimem-se, fabricam-se para os mercados, para as instituições, além de serem necessárias e urgentes, quando autónomas. A autonomia é um largo espectro que aqui não exemplifico. Não me fico pelos limites habituais do que se chama a autonomia artística. Analiso as expressões ficcionais ou para-ficcionais antes de serem cultura, antes de serem Arte, com maiúscula ou minúscula. Não acredito na literatura, nas *múltiplas literaturas*, e não numa só. A única é a que traça o caminho da única possível e cronológica e da melhor. Não analiso unicamente as grandes obras. O que é uma grande obra? Antes de defini-la será necessário tratar do grande e do pequeno. Não vou atrás do que já está estabelecido. Analiso todas as obras que sirvam as minhas teorias e o modo de as explicar, a meu ver, e sem poder nenhum, e sem autoridade — como poderia ter autoridade, mesmo que os textos a

declinassem, com tiragens minúsculas? E fora do meio institucional antes, contra o meio institucional na sua totalidade! Coloco os autores portugueses dentro das literaturas que conheço a partir da língua original, confrontando-os com outras territorialidades e evoluções das *savantizações*. Não analiso as obras de autores sem ter o conhecimento da língua, se bem que possam ser citados autores paralelamente às línguas que conheço, autores russos, japoneses, chineses... As obras que analiso não estão dependentes dos valores que a crítica habitual lhes queira dar. Pelo contrário; debruço-me não é o único motivo, evidentemente sobre escritores que representam um cânone nacional, não por eles serem nacionalistas, mas por serem vistos pela crítica como monumentos nacionais. Assusta-me ver as literaturas e as expressões em geral tratadas como monumentos fixos e determinados. A literatura, no singular, é a que os historiadores e os críticos da literatura exprimem segundo modelos críticos que os praticantes desses sistemas se respondem uns aos outros. As literaturas são múltiplas e as expressões, interessantes ou não, aqui e ali, representam urgências, quando autónomas. Teixeira de Pascoaes é um símbolo literário da literatura portuguesa (no singular, como corrente única!) e da História do pensamento ligado à sua expressão. O que tentei, e tento sempre, é analisar, não só os mercados, como também o modo como as expressões se produzem. Algumas são só prioritariamente culturais; outras são, antes de tudo, expressões que se governam com o que se chama autonomia, as que se separam (não digo que se tenham libertado; seria forçado) dos valores intrínsecos e extrínsecos, fazendo uma análise que forçosamente toca aspectos históricos e filosóficos, mas dentro de uma outra órbita, aquela que defini nos meus argumentos e ideias teóricas. Refiro-me a mim próprio, à minha órbita argumentada. Escrevi sobre vários autores e vários assuntos. O que me interessa é analisar, através dos autores, ou dos agentes da expressão ficcional em geral (os músicos, os pintores, os performers...), o que são as expressões, e, sobretudo, as *expressões savantizadas*. Termo meu. Com este termo não é só o campo do *erudito* que é tratado. O termo cobre outros fenómenos que têm em vista a maneira como as expressões se organizaram e se organizam (não digo progrediram, por agora; e talvez nem o diga nesta carta que lhe escrevo não posso responder a tudo nem a todas as ideias que pertencem à minha forma de conhecimento).

Acho estranho que o senhor critique a minha posição sem conhecer as minhas aplicações teóricas, se por acaso só leu o artigo sobre Teixeira de Pascoaes. Leu os dois livros de ensaios publicados? Outros artigos foram publicados num blogue, hoje inexistente, como disse acima.

A *savantização* corresponde a uma matéria de análise que parte de bases diversas das elaboradas pelos sistemas críticos. Por outro lado, tocar em Pascoaes como faço, é já em si uma leitura analítica arriscada, na medida em que toda a crítica e todos os pares portugueses, com algumas excepções

, e fora de Portugal, no seu tempo, elogiaram e elogiam o escritor. Se a crítica parte do elogio, o risco é ainda maior. Um escritor é feito para ser admirado, se é considerado grande, e para ser elogiado. Pascoaes é um símbolo e um escritor que é visto com grandeza, com génio, com lusitanidade, com nacionalismo. Não me interessa o mérito ou o desmérito. Nem o elogio. Fico perplexo com uma crítica generalizada que pratica a crítica pela amizade, sem independência. A análise elogiosa não é uma análise; faz parte *do negativo que a crítica projecta em cada escritor*, ao contrário do que se imagina. *O consenso é a pior das críticas*; é a paragem cardíaca dos escritores, sem pensar na morte da crítica. O elogio é um princípio de aceitação ao mesmo tempo que representa uma sujeição do crítico ao artista. O elogio e a admiração são critérios do sistema institucional que criou valores para a grande admiração e para a grandeza que, muitas vezes, são arranjos limitativos do que é o expressivo, sem que a crítica elabore um pensamento sobre as circunstâncias que fizeram os admirados e os admiradores. O admirar ou o acreditar são anúncios do sistema cultural, tradicionalista ou vanguardista. As vanguardas, curiosamente, não se desviaram da admiração e do elogio. O senhor Cândido Franco bem o pratica na sua obra biográfica sobre Cesariny. Sei que é um conhecedor e historiador de Pascoaes e de Cesariny. Li o seu livro sobre Cesariny. Muito bem. Tenho opiniões muito diversas e é isto que consta da controvérsia. Escrevi um ensaio sobre Cesariny, que sairá provavelmente nas edições de António Baião e de António Pedro Marques, se o ensaio for escolhido por eles para uma próxima publicação, no qual analiso também a sua biografia. Não foi este seu artigo que me fez escrever sobre Mário Cesariny e sobre a sua biografia, uma biografia na qual o biógrafo dá o braço ao biografado, pela esfera do elogio. A ligação entre si e o poeta é demonstrativa do admirativo que subordina o crítico ao escritor.

Estamos num mundo soi-disant livre, as opiniões, sobretudo se fundadas, exprimem-se com liberdade. Responder ao que diz sobre a minha análise seria entrar num diálogo sem fundo. A tiragem e a leitura do *Bestiário 2* são muito reduzidas, num país que conta só com admiradores e defensores de Pascoaes. Publiquei o artigo num livro de ensaios anterior à saída do *Bestiário 2*. A tiragem do livro publicado por mim foi de 50 exemplares, como disse. *Não me queixo de nada; estou só a dizer-lhe o que se passa com a minha opinião e o tratamento simbólico que ela tem no mundo da edição!* Ninguém me conhece, ninguém me lê. *E está muito bem assim*. Não tenho, portanto, nenhuma influência no meio da análise das literaturas, em Portugal e fora do país. *Nem quero ter*. O que escrevo é para responder ao que julgo dever fazer, no campo da análise do expressivo, e no campo do ficcional. A tiragem dos meus livros é exígua, para não dizer inexistente: 50 exemplares são só para colocar nas bibliotecas públicas os exemplares obrigatórios que

correspondem ao depósito legal. A minha opinião não conta na territorialidade portuguesa. E em nenhuma! O seu interesse nela, que agradeço, repito, não é só a expressão da sua opinião sobre o que escrevi; é também *uma defesa* do que é para si o escritor Pascoaes, que admira, e que não quer ver mal interpretado, sendo o *mal interpretado* qualquer ideia que venha *magoar* o que pensa sobre ele. É curioso que considera uma intromissão no seu terreno que alguém proponha outra análise de Teixeira de Pascoaes que não vá no seu sentido, querendo anulá-la pela ignorância que representarei, a seu ver, na interpretação do escritor. Sei que as minhas posições analíticas vão contra as correntes críticas portuguesas, elas próprias imbuídas de territorialidade, de centralismo nacional, de complexos de inferioridade. Pascoaes é, para a opinião geral praticada em Portugal, fundada ou não, um escritor a admirar. Não admiro ninguém. Sabia que ia *profanar* um entre muitos outros terrenos que significam a literatura, a única, a grande, a soberba, a eterna, a imortal... a que a crítica portuguesa defende como fundamento de uma grande literatura nacional. Grande ou pequena é a que existe. Não se pode inventar uma outra. Nada tenho a ver contra ela, apesar de parecer. É um conjunto de literaturas que existem e que têm a função de existirem para a expressividade territorial da língua. Em contrapartida, a crítica não desenvolve a sua função de análise. Estou contra a crítica em geral que se inicia a partir da admiração que se tem sobre um agente de expressão e a sua obra. Nada tenho a ver com os sistemas de admiração e com as suas admirações. Exprimo-me como desejo e com fundamento, mesmo se não está de acordo com a minha fundamentação. O meu conhecimento, por ser inédito, deveria dar-lhe que hesitar um pouco mais. Geralmente, argumenta-se contra as minhas teorias com as que já foram elaboradas pelos sistemas convencionais. *Em contrapartida, eu tenho que argumentar a partir das minhas teorias depois de conhecer as dos outros.* Tenho que responder pela meu conhecimento e perceber onde está o conhecimento dos outros. Cela va de soi! Os críticos, quando se manifestam (muito raramente, quanto aos ensaios e, muito menos, quanto às ficções), baseiam-se nos paradigmas existentes para me responderem. Não é por isso que o meu conhecimento é superior ou inferior a qualquer outro. É outro! Baseio-me noutros conceitos, que exponho, e que continuarei a expor nos próximos livros a publicar sobre a análise das expressões ficcionais e savantizadas, se bem que percorra os campos das expressões não savantizadas de todos os continentes, quando as ideias o pedem. As minhas ideias não são uma repetição das dos outros.

A minha ideia de *literaturalidades* aproxima-se mais de uns do que de outros analistas, de John Searle a Gérard Genette, se bem que a minha ideia cubra outras territorialidades de análise que vão do mais simples ao mais complicado dos elementos que sirvam para caracterizar o savantizado ficcional. *As literaturalidades não são a dificuldade de leitura. Podem provocar*

dificuldades de leitura, se estão presentes em quantidade (sobretudo em qualidade) e se são múltiplas de sentido, se são desconhecidas ou ainda não formuladas de modo a caracterizar o que é uma expressão: a minha expressão ficcional, por exemplo. A dificuldade pode aumentar com a complexidade das *literaturalidades*, mas não tem nada a ver com a dificuldade da compreensão da leitura. Escritores que escrevem (ou pintores, ou músicos...) com aplicação de muitas *literaturalidades*, ou seja, com muitos elementos dispersos que caracterizam o que é uma ficção savantizada, podem ser completamente claros, exprimindo-se no mais comum dos sentidos, o mais legível, o mais considerado, o mais legítimo... se bem que carregados de *literaturalidades*. As dificuldades não são identificadas pelas *literaturalidades*. Elas podem causar dificuldades, como não causar. Um exemplo (todos os exemplos são bons): Italo Svevo, que o senhor cita. É um bom exemplo para o que vou dizer a seguir sobre os sentidos e os sinais. Svevo será mais profundamente interpretado se o leitor tiver alguns conhecimentos de psicanálise, por exemplo; ou da situação de Trieste na História entre a Áustria e a Itália. Outro exemplo: José Saramago: um modo de *escrever bem*, pleno de características que definem o literário (pleno, portanto, de *literaturalidades*), sem que a compreensão dos seus sentidos literários esteja em dificuldade. Saramago não escreve com sinais literários mas com actos de linguagem que se definem por si como actos literários ficcionais.

Os sinais escritos numa expressão ficcional refiro-me agora ao ficcional savantizado literário, deixando de parte os outros sistemas ficcionais, como a pintura, a música... dão a entender um campo que não se reduz a uma estrutura de sentido, ou de sentidos, falsamente ilegíveis ou não. O sentido é a finalidade que está relacionada com os mercados e, cada vez mais, com os leitores que não têm *capacidade de investimento cultural*, ou que a perderam, por várias razões. O sentido único, falso ou verdadeiro, tem a ver com a História da banalidade literária, embora o sentido seja uma multiplicidade de sentidos ao mesmo tempo que é uma forma de significar o que os *sinais* poderiam querer dizer se o escritor fizesse apelo a eles. Se *um* sentido é apreendido imediatamente, temos uma convicção literária que se aproxima do classicismo ou, hoje, das tendências das literaturas para os mercados, duas capacidades literárias muito separadas pelos tempos e pela funcionalidade de cada, evidentemente. Se os *sinais* linguísticos são aplicados pelas regras dogmáticas da literatura, *da única literatura*, da grande literatura, os *sinais* submetem-se aos sentidos, ou ao *sentido único* (o que é impensável: um sentido único só no assertórico simples), ou ao *sentido facilitado* que o escritor quis atribuir ao que escreveu para ter maior conviência com os mercados, se bem que, apesar de exprimir *uma espécie de sentido único* (na direcção da compreensão imediata), manifesta *as deficiências literárias que se adaptam às condições dos mercados*. Os *sinais* das literaturas ficcionais de todos os escritores são a entender como uma série infinita de

sentidos, na medida em que todas as ficções têm sentidos linguísticos (*não um sentido de compreensão*), vários sentidos (como a literatura que escrevo), mesmo quando apareçam ocultos: são os sentidos que parecem que se orientam na direcção de uma dada ficção, a que cria *sinais* linguísticos que vão além (sem metafísica, sem transcendência) dos chamados sentidos. Os sinais são constituídos a partir dos actos de linguagem que trabalham numa série que posso intitular de ADN dos actos de linguagem que têm a capacidade de abrir certas portas de funcionamento que determinam, sem determinação absoluta – não se trata de um corpo humano, mas de um corpo vivo linguístico –, outros sinais numa cadeia que transporta o observador para um horizonte mais vasto do que os sinais primários implicados nos actos de linguagem. Os sinais que provêm dos actos de linguagem são a capacidade que liga o expressivo ao histórico, ao social, ao tempo, aos territórios, ou aos seus contrários, à desterritorialização, sem que se exija deles que entrem no comunitário ou na rede soi-disant de comunicação, por estarmos no registo do expressivo, ficcional ou não. As atitudes do ficcional ou do para-ficcional são organizadas pela vontade criativa de produzir aberturas expressivas – dentro do campo da necessidade e da urgência do expressivo – que não criem *ausências*. Outra vez: não o ou os sentidos da compreensão; os sentidos literários não são equivalentes à compreensão literária; a compreensão é a ligação imediata aos actos de linguagem, se se entende por compreensão aquilo que um discurso, seja ele qual for, determina em relação ao receptor; pode ser um discurso apreendido pela compreensão que tenha intenções ficcionais, para-ficcionais ou dentro da *linguagem de contrato*. Em contrapartida, a *interpretação analítica* é uma leitura dos sentidos e dos *sinais*, se tiver estes últimos. Tudo depende da matéria do discurso que, além da recepção e compreensão imediatas, depende também, e sobretudo, do conhecimento do receptor e da qualidade interpretativa dele. Nessa qualidade está uma soma de referimentos que dizem respeito ao conhecimento do analista e a uma forma mais larga, mas também mais ambígua, de cultura. *As minhas ficções, antes de serem sentidos, são sinais, e, sobretudo, antes de serem um falso sentido ilegível. São sinais que se propõem (que proponho) e que acabam com a necessidade de definir os sentidos, por haver, a partir dos actos de linguagem, a criação de presenças possíveis e abertas a todas as probabilidades de assimilação neles, actos de linguagem, e de referências aos comportamentos do mundo (uma forma rápida de dizer o que tenho a dizer). Não é nenhuma descoberta ver que escrevo com um sentido!, o sentido que o senhor classifica desdenhosamente. A um sentido tudo ficcionalmente pode reduzir-se quando se quer fazer referência à compreensão, ao reconhecimento, ao que o senhor chama identificador social. Mas que identificação e que social? Um sentido, mesmo que se pretenda que seja um identificador social, nada significa, depois de se afastarem os sentidos comuns das literaturas ficcionais. Os sinais que a minha*

literatura contém (que as literaturas contêm, *quando contêm*) não podem ser a totalidade dos sinais do mundo. Estou longe de qualquer ideia de obra total, ou de perfeição, ou de qualquer definição deste tipo. Os sinais que uma ficção contém são interessantes *se esses sinais não se reduzem aos sentidos que, eles, excluem outros sinais que a sociedade produz. Os sinais da minha literatura ficcional não provocam ausências. Ausências de quê? De outros sinais sociais. Refiro-me aos actos de linguagem que produzem sinais implícitos; não me refiro necessariamente aos sinais explícitos. Os sinais estão no mundo, são implicitamente considerados pelo escritor que sou. Os sinais estão envolvidos nos actos de linguagem, estão contidos nos meus actos de linguagem, por estarem *previstos neles, actos de linguagem*. A minha ficção pressupõe o que lhe fica de fora. Os sinais fazem parte da escrita por ser voluntariamente que destruo os sentidos para aparecerem os sinais, como razão psicótica dos actos de linguagem. Actos psicóticos sem uma justificação e razão clínicas.*

Não escrevo literaturas que contenham ausências, voluntárias ou não. Os sinais são, potencialmente, representativos da totalidade do mundo. Os meus sinais, que partem dos actos de linguagem, são, não só um sentido aquele que julga ter descoberto, e que lhe parece uma “falsa ilegibilidade”, mas uma quantidade de sinais que abrem o texto ficcional a *várias* e a *todas* as conotações possíveis. É aqui que está a autonomia que defino a partir da existência destes sinais que vão muito mais longe do que os sentidos, sobretudo do sentido que o Cândido Franco determina nos meus textos. Estes sinais nada correspondem aos sentidos. É uma potencialidade pensada como tal. Não é uma pretensão. É uma objectividade que não é abusiva considerá-la por fazer parte do modo de dispor dos actos de linguagem. Resta saber se as minhas literaturas são interessantes ou não. Os sinais com que escrevo ficção não *apresentam nenhuma potencialidade de criação de ausências*. Tudo está potencialmente presente. Repito: não é uma pretensão; é um modo de escrever que se separa de qualquer territorialização, sobretudo da que determina um sentido, o sentido que pretende ter descoberto. Se não fosse deste modo, as literaturas de Kafka e de Faulkner, por exemplo, estariam reduzidas a uma identificação, social ou não, do sentido!, e a uma estratificação definitiva do que escreveram. O que seria uma redução inimaginável. Um exemplo que me ocorre: Edward Hopper é o pintor que o senhor conhece. Na sua pintura aparece um mundo americano de origem europeia [aquilo a que chamam mundo branco! (sic)]. Agora que estamos não só agora, se bem que as notícias de agora ponham em relevo esta problemática diante de uma situação sobre as expressões e as sociedades, as expressões e o comportamento dos habitantes, sobre as expressões e a criação de ausências que algumas expressões (quase todas) expõem, a pintura de Hopper impõe uma ausência, entre outras que agora

não qualifico: a referente ao mundo afro-americano. Estando nos Estados-Únidos, a pintura de Hopper conduz o observador a uma conclusão limitativa.

A escrita de Pascoaes, igualmente, propõe uma relação a algumas outras questões sociais, mentais, culturais, habitacionais... as desejadas pelo escritor — estamos sempre no campo do linguístico ficcional — mas que se autolimitam, criando as *ausências* que analisei nos textos indicados no ensaio. Li o que ali foi escrito por Pascoaes, e não o que o senhor conhece do escritor, nem o que pensa sobre ele, assim como toda a estrutura mental portuguesa que vai no mesmo sentido do elogio. Muito menos fiz uma distinção entre a obra de valor e a obra de menos valor de Pascoaes. O que analisei interessa-me e fundamento-o a partir de Pascoaes. Os sinais de Pascoaes, como os de Hopper criam *ausências múltiplas*. Continuando com Hopper: as poucas personagens ou ambientes que pintou não representam a presença afro-americana. Se esta questão nunca interessou os historiadores da pintura, interessa-me como um exemplo do modo de analisar as obras ficcionais, como a de Hopper, sobre a presença dos sinais e do que sucede para além dos sentidos imediatos ou mediatos de compreensão e de leitura crítica. Os sentidos são uma pequena questão literária sem interesse. É unicamente um identificador de tentativa de destruição: Já vi a que modelo literário obedece a escrita do Velho Nogueira!

Muitos escritores podem ter um sentido aparente facilitado pelos actos de linguagem que apontam para a *compreensão* rápida e clara da escrita, sem se desvendarem os sentidos outros que os textos possam ter. E têm! O menos interessante dos escritores terá mais do que o sentido da compreensão pela leitura.

Os sinais expostos por Hopper na sua pintura causam *ausências*, entre outras a da temática afro-americana, que não está *implícita* na sua obra. A ideia sobre o mundo afro-americano não está prevista pela pintura de Hopper. Não quero dizer que todas as capacidades e todas as potencialidade devam figurar numa obra. Muito menos que devam ser explícitas. Seria impossível, fosse qual fosse o critério, da *Gesamtkunstwerk* a qualquer outra ideia! Refiro-me aos *sinais* que os actos de linguagem transportam para fora de qualquer sentido, difícil ou não difícil — o senhor escreveu “a falsa ilegibilidade”: ela nem é falsa nem é ilegibilidade; tudo é legível, embora não no sentido que o senhor lhe encontrou. Refiro-me aos sinais linguísticos que não causem *ausências, que não diminuam as potencialidades da escrita*. Se a pintura de Hopper não exprime uma parte da sociedade, *exprimindo vigorosamente uma outra*, é porque o pintor assim o quis. E está muito bem assim. *Não corrijo o que os agentes de expressão quiseram ou querem afirmar*. Só que posso ver nas obras *outros sinais* (não outros sentidos, não se trata disso!), e, sobretudo, as suas *ausências*. O que os agentes de expressão, pelo

discurso linguístico, afastaram ou afastam. A música de John Cage, outro exemplo, também não exprime, nos seus sinais, qualquer interesse pela comunidade afro-americana, servindo-me do mesmo exemplo de *ausência*. A música de John Cage exprime outras probabilidades; nessas outras probabilidades aparecem compensações, *sinais outros* que se referem a outros interesses que se aproximarão das representações que, aparentemente, não estão resolvidas pelos actos de linguagem.

Não se pode pedir tudo a todos; não se trata também disso. Trata-se de ver o que lá está: a redução a que uma obra se submete, por ser, antes de tudo, a obra que se submete aos cânones, ao social, às linguagens sociais, aos valores sociais, às savantizações organizadas desde há muitos séculos. A ideia de *savantização* responde a esta temporalidade, à organização das temporalidades, à ciência estética (agora não-estética; a época da estética acabou) que se fundou e se fundamentou através dos tempos até hoje, criando cânones e canonizações.

A música de Morton Feldman também cria *ausências*. Não falo de presenças explícitas como as das músicas de Archie Shepp, de John Coltrane, de Charlie Parker, de Louis Armstrong, de King Oliver, de Bessie Smith, razões explícitas sobre a cultura a que agora me refiro. Não me esqueço que outras referências podem compensar esta ausência especificadamente aqui nomeada; não faço agora um exame concludente sobre estes compositores.

Não falo de presenças explícitas, portanto, em relação aos assuntos do mundo, mas de *ausências* que os sinais de cada expressão provocam, ou não, em relação ao que se quiser tendo sempre a preocupação de ver se essas *ausências* estão implícitas nas linguagens ficcionais. É daqui que nasce uma interpretação.

A minha ficção contém, pretendo que ela contenha, os *sinais* que são mais do que os sentidos, ou de um sentido de falsa ilegibilidade. O que é isso? Que significa ilegibilidade? É forçado considerar como ilegibilidade (sobretudo como falsa!) a posição de um escritor que não contribui para os sentidos, sendo o sentido a parte condicionante que o senhor atribui ao que se chama sentido, e que aponta como uma falsa ilegibilidade. A minha ficção não trata da legibilidade soi-disant natural do discurso, a legibilidade a que todos os textos pretendem, quanto mais se aproximam do *discurso social admitido* (não digo *sentido*) ou das formas de *discurso para os mercados*, comercial ou institucional. Atenção: chamo aqui e agora de *comercial* os mercados que pretendem a multiplicação para venda. É uma definição rápida.

Os meus textos ficcionais não pretendem a nenhuma legibilidade, nem a um sentido, muito menos a um sentido determinado pelas opiniões, pelos mercados, pelas instituições, pelos críticos. Não nego a existência da crítica, embora verifique que a crítica vem carregada com as ideias da crítica territorial habitual, a que determina um sentido que é simultaneamente

uma localização, uma definição de territorialidade. Não dou, nem me interessa, uma resposta a uma eventual comunidade! Nem a um sistema de comunicação!

Resistente à edição e à comercialização? Sou. Não há nada a dizer sobre isto. Sou resistente a tudo o que se queira! Em todos os aspectos, mesmo ao desta carta. Não me sinto numa posição cómoda. Justificar as minhas ideias para além do que elas se justificam, parece-me uma inutilidade. O senhor faz-me pensar e explicar o que nada tenho a explicar, por ser esta explicação o resumo de uma actividade que não se explica por carta, como resposta à sua crítica destruidora, como se a crítica tivesse que ser destruidora e defensiva, a sua, sobretudo se o senhor se coloca no lugar de protector e de guardador da glória do poeta Teixeira de Pascoaes. A minha análise destes ou de quaisquer outros textos de Pascoaes não abala o mundo da consideração e do cânone com que Pascoaes é apreciado.

Se quiser publicar esta carta, é por querer dar-lhe forma pública. Mas é uma carta privada. Não é uma resposta ao que não tem resposta por carta ou por artigo. A sua opinião sobre as expressões está muito afastada da minha, como a minha está afastada da sua. A distância é equivalente. Não está o senhor Cândido Franco mais próximo de qualquer justeza.

Na sua crítica ao artigo sobre Pascoaes não entra em questão a minha “copiosa obra”. Copiosa porquê? Quem a lê? Nunca li nada escrito por si sobre ela. Copiosa e falsamente ilegível! Tudo isto significa um certo desdém!, entre a pessoa que sou e a crítica que escrevi sobre Pascoaes.

Não escrevi sobre Pascoaes, mas sobre a obra dele. Agustina Bessa-Luís escreveu sobre a pessoa de Pascoaes, e um pouco sobre a sua poesia e o seu encontro com Pessoa, no romance *O Susto*, como sabe. A Pascoaes trato-o com o respeito sobre a pessoa, que não vem à tona. Mas as ideias estão lá. No capítulo do expressivo, a personalidade voluntariamente não separada de Pascoaes em relação à sua escrita contém elementos que tocam a sua personalidade, mas não a sua pessoa. Pascoaes, como pessoa, participou da sua obra. Não se distanciou dela o suficiente para esclarecer-se a separação entre a obra e o homem.

As minhas linguagens são socialmente determinadas! Sabe determiná-las, pergunto? Nunca li nada seu sobre essa determinação. O que escreve, para os leitores que o lêem neste seu artigo, referindo-se à minha ficção, não tem fundamento. São ideias lançadas sem argumentação, são as ideias de base do tratamento da cultura em sentido geral, as ideias conhecidas. Tudo classificações (!) sem finalidade, senão a de abater o crítico e a de reduzir a escrita ficcional dele a uma espécie que se diz complexa mas que se descobre rapidamente, para pessoas de cultura como o senhor, que se trata de uma contrafacção. Uma imitação de alguma vanguarda! Ou de quê? As vanguardas acabaram há muitos anos, por desfibramento. Não represento nenhuma espécie de vanguardismo. Em contrapartida, a sua crítica,

na biografia de Cesariny, representa uma crítica vanguardista, numa única perspectiva histórica, a que serve a grandeza dos agentes de expressão.

Acrescento também que ser afirmativo, na minha análise, não é ser autoritário. A minha crítica baseia-se na afirmação de ideias, de conceitos e de tratamentos próprios às minhas teorias sobre as expressões, savantizadas ou não. *O ser afirmativo não implica autoridade*. A autoridade está no comportamento fixado da crítica histórica e filosófica que se dedica à História da literatura portuguesa (como única!), baseada nos cânones, na savantização, na *coluna de prestígio* nunca examinada, nunca analisada, nunca posta em causa, etc.. Nas ficções e nas críticas sobre as expressões *não aparece nenhuma noção de autoridade*. Sou contra todas as formas de autoridade, nas expressões e fora delas!

A crítica praticada em Portugal é autoritária, é vinculadora. E a do senhor Cândido Franco também. É mais do que autoritária: é uma posição crítica que impõe valores, é uma crítica nacional e totalitária no uso da dogmática irrepreensível que a História da literatura (única) portuguesa não admite. A crítica local contribui para uma ideia de certeza histórica. Não se toca nos valores canonizados!

Ainda sobre a noção de aceitar a literatura: nada aceito. A literatura é uma expressão como tal; se está proposta como uma carga de *sinais*, é por aí que abro a minha análise. E não só. As literaturas são expressões. Em risco de me repetir, acrescento que as expressões são a analisar antes de serem culturas. As minhas ficções são expressões forçosamente deslocadas dos critérios habituais da escrita e das expressões literárias. Estou muito mais próximo de Evan Parker e de Phil Minton do que de Mário Cesariny ou de André Breton. De Pascoaes ou de Pessoa, nem uma onça! Não pertença à literatura portuguesa; pertença à literatura escrita em português, num português longínquo e indeterminado, desregulado. Et encore! Como pertencer a uma literatura se ninguém a lê? *Nem quero que a leiam nem que a admirem!*

Tudo isto é provocado pela necessidade de lhe responder quando não quero entrar na discussão sobre ideias que se resumam a uma ou duas frases numa carta sobre as ideias que defendo e que criei. Se as criei, pouco se sabe ainda?! ou nunca! , sobre elas. Não me interessa ser conhecido. Não é sobre o ser conhecido que baseio o que faço.

O texto sobre Pascoaes irritou-o. Toquei num dos seus autores declaradamente admirados, e, por outro lado, em nada contribuí para o dogma português da crítica. Outros ensaios serão publicados sobre as matérias e ideias e conceitos que criei. Se quiser fazer o favor de os ler, e se tiver paciência para verificar os meus erros!, talvez possa ler melhor o que, até agora, e pelos vistos, não explicitiei como devia.

Escrevi acima o que entendia por *literaturalidades*. Um outro conceito a que se refere é o de *linguagem de contrato*. Esta linguagem não é a da poesia popular. A *linguagem de contrato* é a linguagem dos contratos societários,

na qual nada entra, ou muito pouco, de ficcional. A poesia popular, por mais *não savantizada* que seja, não entra na ideia da *linguagem de contrato*; não é uma linguagem que funcione para a realização de um contrato social, da ordem do medicinal, do jurídico, do matrimonial, do policial, etc.. A *linguagem de contrato* é tudo menos ficcional. Em princípio: há sempre uma mistura possível; tudo depende do narrador e ao que faz referência. A *linguagem de contrato* é necessária (Charles Pierce, John Dewey, John Searle, John Rawls, Jürgen Habermas, Axel Honneth... Estes nomes são citados para dar uma indicação da origem da ideia, não para valorizar as minhas ideias) para a comunicação social e para o entendimento democrático dos comportamentos sociais, mas não tem nada de ficcional. Embora — e está escrito noutros ensaios — as *linguagens de contrato* tenham, eventualmente, e por vezes, contacto com as expressões savantizadas, segundo as épocas e as escritas, e as expressões ficcionais em geral, e a História delas. Não posso desenvolver aqui o que penso sobre este assunto complexo.

No campo dos *sinais* muitos exemplos podem servir de ilustração desta ideia: Francis Bacon (o pintor), Alberto Giacometti, Baselitz... o mundo relacional de Elfriede Jelinek. E a minha “copiosa obra”! Não escrevo ficção para um esclarecimento do discurso. A minha escrita não é uma clarificação do discurso em relação a um fim de esclarecimento. Nem de comunicação, muito menos para uma comunidade.

Os sentidos não são fundamentais para uma apreciação, a não ser que os escritores façam deles o resumo, o prioritário — trata-se sempre de um resumo do trabalho cerebral — do que querem explicitar. Saramago é um exemplo da legibilidade (nem falsa nem verdadeira) que os critérios de leitura pedem, e os da natureza da presença das *literaturalidades* numa literatura completamente legível, no sentido de compreensão — a todos os níveis do compreensível —, sem falsa ou verdadeira legibilidade. O que é uma falsa ilegibilidade? É ainda um critério das vanguardas — a minha suposta! — postas já nas prateleiras.

Ainda a propósito de Auguste Comte e de Taine. Não conheço nem um nem outro. O senhor responde com a sua cultura e com o seu conhecimento, ao meu conhecimento e à minha soi-disant cultura.

O realismo é uma concepção histórica e uma multiplicidade de realismos expressivos que se multiplicaram e que ainda se multiplicam. Não existe um realismo, a não ser o histórico que assim foi considerado pela crítica (universal). Os realismos pertencem a todas as estruturas que assim se definam. Estão desde sempre nas obras. O realismo, como movimento histórico desenvolvido durante o século XIX, é uma definição que não é abrangente, não cobre outros realismos e outras entidades. Dito isto, não pertence a nenhum realismo, mas a uma objectividade do discurso que se des-

via da perigosidade dos sentidos para um percurso psicótico (não clinicamente falando, é claro) e não comunicativo, muito menos para uma comunidade.

Não escrevo sobre o provincianismo. Escrevo sobre as territorialidades e as procuras de integração pelo nacional, pela correspondência entre território e língua, como de duas geografias que localizam as literaturas, as expressões em geral, como a expressão acima rapidamente comentada de Hopper. O querer voluntariamente pertencer a uma territorialização implica um *Blut und Boden*, muito antes de ter sido aproveitado pelos regimes mais reaccionários até ao nazismo. Aplico a expressão como uma ideia geral das literaturas, o que elas propõem, não só a de Teixeira de Pascoaes. Fernando Pessoa é outro artista *Blut und Boden*, por exemplo.

Os meus ensaios críticos não são polémicos. No que diz respeito à ficção, coloco-me na edição que não tem mercado, nem institucional nem comercial. Muito menos comercial. Publico-me e (ou) fui publicado para deixar um testemunho do expressivo fora dos mercados, na medida em que as sociedades mais ou menos livres se deveriam referir, de modo urgente, ao expressivo se não quiserem morrer por asfixia — é o caso de o dizer. Não tenho territorialidade nenhuma. Se a língua é a portuguesa, desvio-a para uma distorção que acaba com a ligação territorial com a língua-código que sustém as literaturas.

Não espero reconhecimento ou satisfação crítica. A leitura da minha *copiosa obra* não pode ser feita senão pelos livros e pela paciência para lê-los. Com uma informação superficial feita a partir da Internet, e a partir das críticas que alguns analistas quiseram fazer dela, a partir da memória colectiva que nos dá a conhecer mesmo o que não conhecemos, a opinião só pode dar os comentários que definem mais o crítico do que o escritor que sou. A minha análise não é judicativa. É o próprio do ensaio, com nova matéria ensaística e com novos critérios, de ser tudo menos judicativa. É o senhor que quer que ela seja judicativa quando dirige o afirmativo para o judicativo.

Mesmo que não se trate, segundo Pascoaes e o senhor Cândido Franco, de ensaios, os livros que tratei como ensaísticos resultam dos critérios de *pensamentos ensaísticos* sobre os temas que o escritor abordou. Se não são ensaísticos, é por serem então categóricos, nada contendo de ensaístico, no sentido mais directo da palavra. Muitas vezes, os escritores, por falsa modéstia, intitulam o que fazem por palavras redutoras para passarem por simples. Algumas imprecisões de que fala no seu artigo são devidas ao facto de viver na Bélgica e de não ter contacto com todas as referências possíveis para corrigir o que escrevi. Não me desculpo. Situo a questão na capacidade da minha biblioteca e da minha voluntária ausência de Portugal.

“Este desconhecimento de linhas capitais do pensamento de Pascoaes, as mais representativas da sua complexidade de escritor e as que o próprio

elegia como as que lhe eram mais caras, faz com que o texto de Velho Nogueira tenha muito de fabricação. Ele não é uma leitura isenta de todo o Pascoaes mas a selecção de meia dúzia de títulos pouco representativos da totalidade e que são apresentados como uma parte que significa o todo”, escreve o senhor.

Não é o desconhecimento sobre as ideias do pensamento de Pascoaes. Sobre isso, o senhor nada sabe! É uma extrapolação que faz para se justificar e se posicionar em relação ao que escrevi, sem ter qualquer base de informação. O senhor Cândido Franco não precisa de desvalorizar o meu ensaio para glorificar Pascoaes, nem a sua opinião. Não mereço tanto! Como (tentar) abanar um ensaio quando a minha opinião nada simboliza e nada representa? *Escrevi sobre os títulos que indiquei e nada presume que não conheça a sua obra*, ou a parte que o senhor e o próprio Teixeira de Pascoaes consideram como fundamentais da sua obra. Esta *parte* analisada por mim é também *a sua obra*. Uma das partes da análise é a antologia editada por Mário Cesariny. Outros textos analisados representam o seu pensamento nacional. Chame-lhe o que quiser, mas é bem o seu pensamento mais íntimo! Os outros textos, por parecerem-lhe sem defesa possível (!?), são então a considerar como menores!? *Marânus* um texto menor? (Como quer que escreva: *Marános?*)

A saudade é uma ideia básica de Pascoaes.

Não pretendo escrever um artigo para *A Ideia*. Não há razão nenhuma. Publiquei esta parte da obra de Pascoaes — é, por agora, o que está publicado — mas publicarei mais ainda, a propósito de outros títulos da sua obra: *Santo Agostinho, Napoleão, São Jerónimo e a trovoada, São Paulo, Jesus Cristo em Lisboa*, com Raul Brandão, a sua poesia, a partir dos volumes originais, e não a partir da antologia elaborada por Cesariny. Não sei ainda quando serão publicados. Logo o informarei.

A crítica coloca-se numa posição histórica tentando, com o aparelho histórico, precisamente, e por ser uma crítica feita, passados os anos, tentando compreender melhor a obra do passado. Esta tentativa afasta qualquer deslocação para os motivos analíticos do literário que agora se revelaram como possibilidades de observação. A recolocação histórica afasta o leitor de hoje, o crítico e os eventuais leitores para uma revisão histórica, para uma justificação histórica dos valores contidos na obra, em vez de elaborar uma análise para saber se e como a obra de Pascoaes se expandiu, ou não, até hoje. A obra do passado só pode ser objecto da sua expansão se fizermos sobre ela uma procura da sua capacidade de *actualização*. É o que fazemos com qualquer obra do passado. Quanto mais o passado se revolucionou, mais a crítica histórica coloca o problema do autor, dando-lhe uma razão histórica, mas puxando pela razão histórica e só pela razão histórica, até uma *actualização* que, muitas vezes, por ser utilizado um aparelho crítico do passado, um aparelho de convicção histórica e um método biográfico,

diminui qualquer outra compreensão e interpretação do autor, agora numa perspectiva de *actualização*. A crítica passa a um passadismo retrógrado, a uma aglomeração de dados que nada contém que projecte a obra para os leitores de hoje. Nesta projecção não está nenhuma adaptação ao pouco investimento cultural dos leitores de hoje. A exigência analítica é a mesma, é a que está ligada à obra e ao conhecimento crítico dela na maior visibilidade objectiva possível e sem ceder às exigências críticas que facilitassem a abordagem dos leitores. Qualquer outro método de interpretação confirma os valores históricos da *savantização* a que procedeu Teixeira de Pascoaes, embora sem ver mais do que o valor que o escritor conservou desde a sua morte até hoje. Conservou? Como conservou? Quem garante que os valores são os mesmos? A prova está na análise que proponha uma clarividência que mantenha a obra no seu carácter temporal ajustado, se bem que ajustada aos dias e à História literária de hoje. A História é a do mundo, de todos, depois de ser só e em particular a História *localizada* da sua literatura. *Localizada*, não por se atribuir um lugar próprio, mas por conservar o lugar como uma referência territorial que causa as *ausências mentais* que dependem dos actos de linguagem de Pascoaes e que são impossíveis de transportar para a leitura de hoje — somos os leitores de hoje — na medida em que os actos de linguagem exprimem um mental que elucida a sua propensão para as *ausências*. Não se pense que as *ausências* são voluntárias. A fixação dos agentes de expressão a certas circunstâncias sociais do desenvolvimento do artístico coloca-os numa dependência involuntária dos sistemas e sub-sistemas sociais, sem que se apercebam.

O campo literário de Pascoaes reduziu-se como *peau de chagrin*, sofreu a avalanche do tempo, como todas — não tento, uma vez mais, uma espécie de intemporalidade, inútil por impensável — se bem que outras obras do passado contenham actos de linguagem que exprimem uma organização mental que permite a passagem (favorável) a outras intencionalidades que substituam as criadas pelos escritores do passado. As obras de ficção têm esta vantagem: a de fabricarem *presenças* ou *ausências* através dos discursos, a de fabricarem *temporalidades adaptativas* que prolongam a obra, sem lhe atribuírem uma intemporalidade, uma solução facciosa e mentirosa. A ficção é isto: a faculdade de criar *temporalidades adaptativas*. Quando as cria. A leitura de Pascoaes localiza-o no seu tempo, sem possibilidades de encontrar na sua obra *temporalidades adaptativas*. O que não impede o seu estudo e a leitura da sua obra, fundamental para se perceber o país e as literaturas que a territorialidade produziu, algumas como Arte, outras prioritariamente como expressão. Estou a pensar em Antero de Quental, como capacidade inventiva do expressivo, dentro do que chamo de *savantização*.

Não é uma questão de arcaísmo em Teixeira de Pascoaes; é um modo de fixação ao tempo e ao local — não especificadamente ao Marão —, a um local

que lhe garantiu a territorialidade que atribuiu legitimidade ao discurso saudosista de Pascoaes e que o atirou para um fundo nacional e fundador, segundo a ideia do poeta, fundo precoce de *idosidade*, e de idoneidade, que lhe deu o valor que ele próprio procurou, de forma decisiva, embora nem sempre consciente de todas as estratégias que as Artes, antes de serem expressões, propõem. A valorização de Pascoaes passa pela legítima religiosidade que vem da terra (*Boden*) e do sangue que vem da saudade (*Blut*). Teixeira de Pascoaes, como a maior parte dos escritores, não consentia em sentir-se estrangeiro e estranho à própria terra. O ser estrangeiro daria como resultado um ser sem raízes que, para a literatura de ontem, e ainda de hoje, era entendido como uma catástrofe, a nível pessoal. A filosofia conservadora reagiu do mesmo modo: Heidegger entendia que o ser alemão era uma territorialidade que definia a sua essência e a essência de uma comunidade, a alemã e a dos alemães. Uma teorização que encontrava o terreno propício para se desenvolver em todas as partes onde as savantizações predominaram sem análise, como um fundamento canónico. A situação de hoje não no *mundo* de hoje, num *mundo* como concepção global da totalidade dos habitantes, na medida em que a noção de *mundo* é uma concepção colonizadora a situação de hoje não se identifica com um posicionamento *Blut und Boden*, a não ser que se queira atribuir às literaturas o esquema de um passado conservador, preenchido pela História da dominação, sem aplicação possível no campo de expressivo autónomo. Em contrapartida, esta noção reapareceu ou manteve-se nas estruturas expressivas por se tratar sempre de expressões, mesmo quando não interessantes que dependem ou se fabricam para os mercados institucionais ou para os mercados rapidamente definidos pela função comercial. Estas medidas serviram de *técnicas conceptuais* para a imposição e a explicação sobre os valores do expressivo quando são sistemas organizados para estruturar os domínios e as predominâncias.

Um texto ficcional não esclarece, mesmo que se pense nas interpretações. As interpretações não existem para esclarecer um texto mas para dar a entender que a interpretação de um discurso se propõe como alternativa ao esclarecimento que o texto ficcional não necessariamente propõe. A *linguagem de contrato* evidencia e esclarece, por ser necessário um esclarecimento no contrato entre pessoas dentro de uma sociedade. A ficção, se esclarece, é por designar-se como esclarecedora para os mercados, institucionais e financeiros. Teixeira de Pascoaes pertence a uma época de esclarecimento pelo texto, pela *mise en évidence*. As literaturas *Blut und Boden* têm a finalidade de esclarecerem-se. Hoje, e a partir do século XX, na medida em que as literaturas ficcionais, sobretudo a prosa (a poesia escapou aos realismos explicativos, por ter tido outra funcionalidade que a fez saltar do romantismo para os nefelibatas e simbolistas), pressupunham uma racio-

nalidade incluída no discurso, como razão prioritária. Não é difícil de compreender como as literaturas ficcionais em prosa, a partir do romance e da novela (menos do conto, que se assimila ao desenho para a pintura), se desfiguraram, ao nível da presença das *literaturalidades*, para se apresentarem como sãs (!!) para os mercados financeiros.

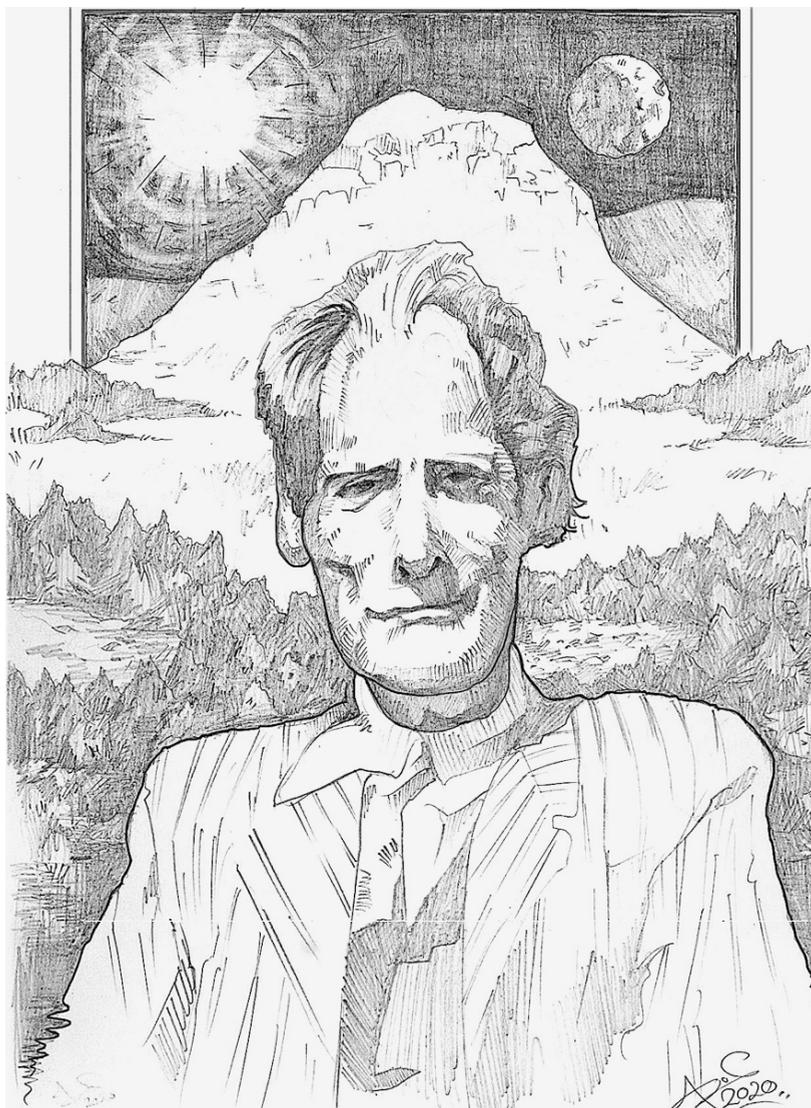
Algumas explicações sobre as literaturas são conhecidas do António Cândido Franco; exprimo-as para dar ao texto uma certa compreensibilidade. Teixeira de Pascoaes localiza o seu pensamento na legitimidade, confirmada pela crítica e pelos pares, da seiva que circula dentro dele como princípio defensivo (e defensor) da territorialidade mental. O sangue-seiva da língua purifica o poeta da saudade ao mesmo tempo que o Marão lhe indica a terra.

E muito mais teria que dizer.

Saudações cordiais.

Alberto Velho Nogueira

Teixeira de Pascoaes
desenho de André Montanha
2020



SOBRE O ESPÓLIO DE TEIXEIRA DE PASCOAES

Sofia A. Carvalho

Chamo leitor a quem me lê, com simpatia ou inteligência, pois a simpatia é a luz da inteligência, a lâmpada de argila nas mãos de Psiché. Aos outros chamarei analfabetos. Há-os voluntários e involuntários, os que não sabem ler e os que não querem saber ler, os que soletram palavras, como se contassem moedas caídas dum planeta remoto e os que as soletram ressentidos do que elas dizem, como diante de ofensas pessoais.

TEIXEIRA DE PASCOAES, *O Homem Universal*

Pascoaes, ao longo da sua existência de “maníaco escritor”, assim se define em *Duplo Passeio*, não largou a mesa de trabalho e os seus inúmeros papéis, deixando aos leitores uma obra de fôlego. Munido da sua “pequena lança gramaticida”, este prolífero Autor legou ao “leitor inteligente” mais de sessenta obras editas, excluindo versões, autógrafos, prefácios, correspondência, entre outros.

Parte do espólio de Teixeira de Pascoaes encontra-se ordenado, inventariado e microfilmado na Biblioteca Nacional de Portugal. Este trabalho meritório, iniciado por Maria João Teixeira de Vasconcelos e acompanhado pela orientação de Fátima Lopes, responsável, à altura, pelo Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea da BNP, cumpre o contrato de depósito firmado entre a BNP e Amélia Teixeira de Vasconcelos em 1987, tendo a documentação regressado ao Solar de Gatão, e à sua guardiã, em 1998.

Em 2012, a Câmara Municipal de Amarante chega a acordo com a família do Autor e, após autorização legal, procede ao levantamento do espólio e do conteúdo correspondente às três áreas comuns e contínuas que compunham o espaço privado do quarto e do escritório de Teixeira de Pascoaes, incluindo o mobiliário desse mesmo espaço. Actualmente, o espólio do Autor encontra-se preservado na Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, em Amarante, aguardando-se, com ansiedade de “manhãs”, a criação de um espaço-casa-museu dedicado ao Poeta, situado nas terras da sua infância mitológica (mas cuja radiação e irradiação, ultrapassando os limites da geografia, atinja a culminância universal, que permeia a sua criação), hipótese levantada e discutida por altura da realização do *Triénio*, congresso internacional dedicado a Teixeira de Pascoaes realizado em 2014, 2015 e 2017.

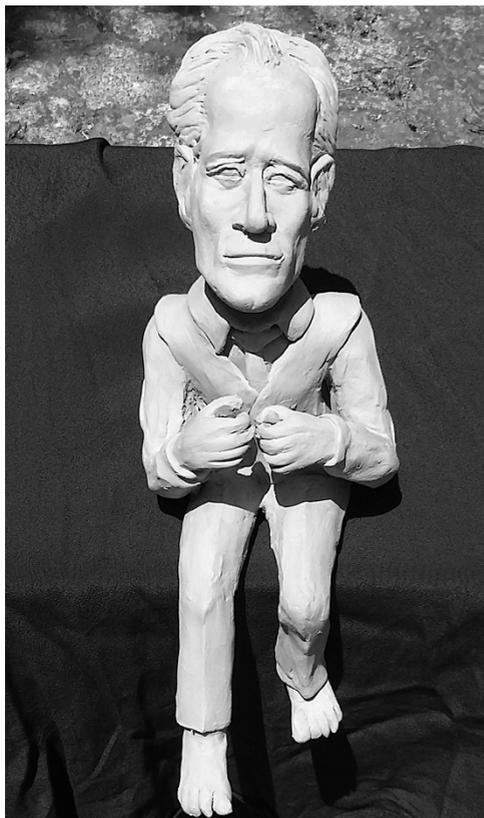
A organização do vasto e fecundo espólio de Teixeira de Pascoaes que, passados sessenta e nove anos desde o desaparecimento do Autor, ainda reserva inéditos para publicação, agora da responsabilidade da Câmara Municipal de Amarante, segue a ordenação, a inventariação e a

catalogação feitas pela BNP, nos finais da década de 80 e parte significativa da de 90. Assim, o leitor encontrará o espólio do Autor reunido em três grandes domínios: poesia, prosa e correspondência. Os dois primeiros abarcam a produção escrita de Pascoaes, incluindo manuscritos originais, autógrafos e tiposcritos, apresentando duzentos e cinquenta e quatro originais, o que corresponde a cento e treze títulos distintos, segundo nota explicativa do espólio. O último, um conjunto que ultrapassa os quatro milhares, corresponde ao extenso epistolário intelectual, mas também pessoal e familiar de Pascoaes, compreendendo a correspondência de e para o Poeta, bem como correspondência de terceiros. Um leitor interessado, o mesmo é dizer “inteligente”, na vasta e sedutora produção deste Autor deverá remeter pedido de consulta à Câmara Municipal de Amarante, detentora legal do espólio desde 2012.

A este espólio, não só acresce o precioso catálogo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, publicado em 2002, que contempla o registo anotado de um número relevante de manuscritos do Autor (poesia, prosa, cartas *et. al.*), dispersos por vários acervos, mas também o conteúdo da biblioteca particular do Autor, cuja consulta, ainda no solar de Gatão, foi sendo feita por diferentes estudiosos, investigadores e leitores de Pascoaes, e, já no novo espaço, por mim. Foram onze meses de trabalho maravilhado, ainda que espaçados entre os anos de 2017 e 2019, dedicados à consulta, levantamento, elenco, análise e cotejamento integrais dos livros que compõem a sua biblioteca (disto mesmo darei registo no meu trabalho de investigação), processo este que coincidiu com o início da inventariação e organização desse mesmo material pela CMA.

Um autor da magnitude de Pascoaes é sempre um leitor profissional, numa palavra, “inteligente”, que demanda aos seus leitores aquele grau de simpatia de que fala Pascoaes na epígrafe, que não é senão “a luz da inteligência, a lâmpada de argila nas mãos de Psiché.”

Teixeira de Pascoaes
barro de Mara Rosa, 2021



CARTA

A MARIA DA GLÓRIA TEIXEIRA DE VASCONCELOS

Murilo Mendes

Maria da Glória Teixeira de Vasconcelos (1881-1980), irmã de Teixeira de Pascoaes, foi também ela poeta e mãe de poeta (Maria do Carvalho). Depois da morte do irmão, dedicou-se à divulgação da sua obra, escrevendo já em avançada idade um comovente memorial sobre ele, *Olhando para trás vejo Pascoaes* (1971; 1996). A carta que a seguir se apresenta pertence ao espólio de Teixeira de Pascoaes microfilmado na BNP e foi por mim dada a conhecer sem comentários e com transcrição diferente, actualizada, no boletim da editora Assírio & Alvim *A Phala* (n.º 50, Julho/Setembro, 1996, pp. 172-73), aquando da reedição do memorial de 1971. Murilo Mendes casou com Saudade Cortesão, filha de Jaime e Carolina Cortesão, em 1947 no Brasil, mudando o casal em 1957 para Itália, onde Murilo se responsabilizou por aulas na Universidade de Roma. Pela carta se fica a saber que Murilo ainda esteve com Pascoaes em São João de Gatão por certo depois de 1950 e que votava ao criador de *Duplo Passeio* uma admiração incondicional, de resto partilhada por Jorge de Lima, conforme se vê na carta que este lhe escreveu em 28-9-1942, agradecendo a oferta do livro *Duplo Passeio* e que reproduzi e comentei há pouco no complemento português d'*A Phala* 3 (2016). Jorge de Lima e Murilo Mendes são precursores do advento do surrealismo em terras ameríndias. Veja-se a esse propósito o texto de Sérgio Lima, “*A invenção de Orfeu e o surrealismo ou as collages de Jorge de Lima e do Murilo Mendes*” (complemento português d'*A Phala* 3, 2016, pp. 61-75). [ACF]

Viane Castro Pretorio 64
Roma, 15 Março 1960

Cara Senhora D. Maria da Gloria,
Saudade e eu recebemos ontem, por intermédio de D. Carolina, a fotografia de Pascoais [*sic*] que reproduz o retrato de Columbano. Somos-lhe gratos por essa delicada lembrança. Bem sabe o quanto somos fiéis à memória de Pascoais, que para nós é um vivo. Foi para mim um dia inesquecível aquêlê [*sic*] em que o conheci pessoalmente na sua quinta: que personalidade magnética, que vibração de humanidade! Um único contacto, mas suficiente para alimentar uma recordação eterna. Foi também o dia em que, após tantos anos, Saudade reconheceu seu glorioso padrinho.

Não nos esquecemos também da visita que fizemos consigo e com meus sogros à ante-sala da eternidade onde repousa o Poeta, longe do túmulo vão do mundo, nessa bela paisagem de Amarante que êle [*sic*] tanto amou, à sombra da igreja românica.

São lembranças que nos enriquecem a nós.

Queira, prezada Senhora, aceitar os melhores votos e os mais afetuosos cumprimentos de Saudade e do seu amigo e admirador.

Murilo Mendes

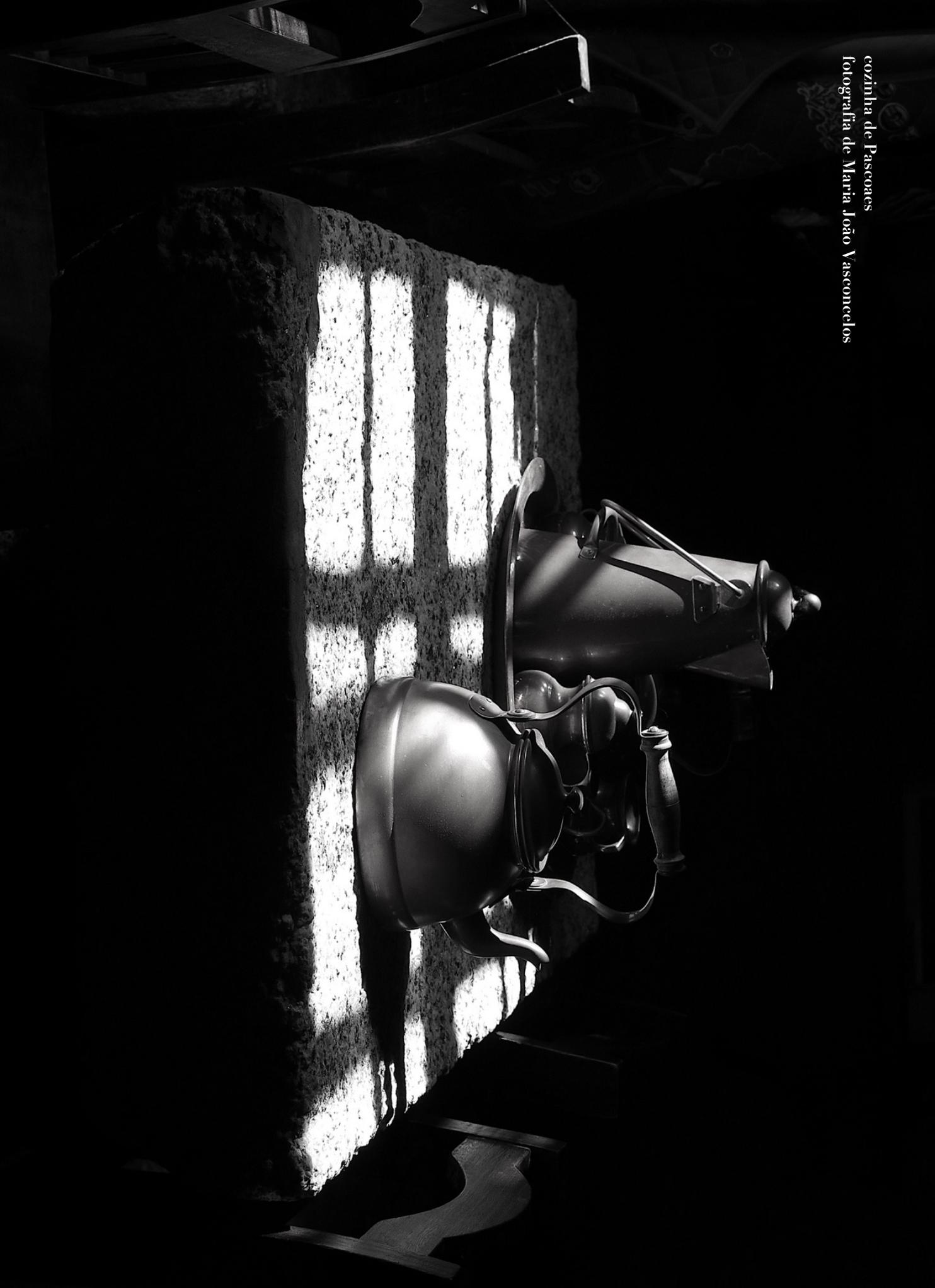
Gratos ainda pela expressiva dedicatória.

Um deus simpático o acaso!
Simpatizei sempre com os
anarquistas e com todos os
fantasmas de além da luz, ir-
mãos das sombras infernais.
Amo os anarquistas porque a
minha índole é maldosa, como
a de todos os seres que não têm
vergonha de viver, pois viver é
persistir na prática dum crime.
Saiba isto o senhor santo da
montanha e o senhor anaco-
reta do deserto, e outros lobos
e camelos, que o lobo é santo e
montanha, como o camelo é
anacoreta e deserto, e a baleia
é nauta e oceano, e a cotovia é
ave e céu.

Teixeira de Pascoaes

1937

cozinha de Pascoates
fotografia de Maria João Vasconcelos



DOMINGO À NOITE

(the old yachlog black notebook)

Às vezes penso na inutilidade da vida
toda ela a caminhar para a morte;
pequena ou média seja a sorte
será sempre em grande a saída?

Por isso que fico nesta esquina
sem muitas preocupações de maior
porque tudo o que for menor
serão coisas de lana caprina.

Assim estou com as minhas penas pensando
pensando que os amigos apenas
se foram embora mais cedo.

E continuo aqui sentado à mesa
mantendo a candeia acesa
num domingo à noite sem medo.

FADO

Quando nasci três moiras me fadaram
tons de poesia música e pintura
e fiquei assim ali deitado à espera
de que o quadro saísse da moldura

Para cortinas correr de um ambiente
onde eu me sentisse integrado
passada lua e sol presente quente
futuras estrelas longe o amplo espaço

Pouco depois cantar tocar guitarra
nos versos encontrar não menor garra
pincelada suave agreste tela

Em que me foi grafado o tempo dado
esperando não andar desafiado
o vadio que no vento leva a vela.

REUNIÃO DE ALTO RISCO

Jacinto Rego de Almeida

De manhã, consultei números da edição fac-similar da revista *Joaquim* (em homenagem a todos os Joaquins do Brasil), fundada em 1946 pelo escritor brasileiro Dalton Trevisan (n.1925), conhecido como o “Vampiro de Curitiba” (título de um dos seus livros). Esta alcunha deve-se à atmosfera de mistério criada à sua volta, sua aversão a entrevistas e recusa a visitas de desconhecidos, entre outras particularidades de comportamento pessoal. D. Trevis é a forma como o escritor assina, autor de *A polaquinha*, *A trombeta do anjo vingador*, *Guerra conjugal* (que deu origem a premiado filme do realizador Joaquim Pedro de Andrade), entre outras obras, inspiradas na observação de habitantes da sua cidade. Vidas frustradas dessa humanidade a quem o destino enganou despreendem uma luz suave de poesia que as engrandece e impõem à nossa simpatia. Desta forma, o escritor cria personagens e situações de significado universal numa linguagem concisa e popular com a valorização de incidentes do cotidiano. Entre muitas distinções literárias foi galardoado com os Prémios Camões e Machado de Assis (da Academia Brasileira de Letras), no mesmo ano de 2012.

E, em exemplares da *Joaquim*, vi críticas a Salazar, ao poeta António Boto e destaques a ilustrações de Vespeira, nas poucas referências a Portugal. A revista teve uma orientação editorial de promoção e enaltecimento de uma nova corrente da cultura e literatura brasileira nos anos 40 do século passado. Li o artigo “O anarcossindicalista”, sobre um sapateiro português, Timóteo Barbalhão, que tomou “*parte na derrubada de Dom Manuel*”.

À tarde tinha uma reunião nas Secretas com o tenente-coronel Tavares, marcada por telefone, por motivos que desconhecia e, claro, me preocupava. Nunca tal me havia acontecido. Conheci-o nos anos de chumbo da guerra colonial, em Bissau.

Após o almoço, o táxi chegou para me levar ao Forte da Ameixoeira.

O carro parou a um portão, “pronto, chegámos ao Forte, às Secretas”, disse o Heitor que me serve há mais de dez anos, saí do

carro e respondi que estaria disponível por volta das dezasseis horas para voltar para casa.

Um jovem soldado, quando citei o nome do tenente-coronel Tavares, guiou-me por longos corredores desertos com inúmeras portas até bater numa delas. “Entre”, gritaram de dentro da sala.

Agora, o Tavares está idoso, é um sujeito magro, de meia estatura, a cara bem barbeada com um pequeno bigode, um ar natural e inocente, um aspeto burguês, mas curvado como um prédio empenado. Reparei num alfinete de gravata com o escudo de Portugal, nos dedos amarelos pela nicotina e no seu andar calmo como o de um frade.

Cumprimentou-me com cortesia, tratou-me por tu e ofereceu-me uma cadeira à frente da sua mesa de trabalho:

“Sempre trabalhei com segurança e informações, mas lutei contra o terrorismo na Guiné nos anos sessenta, como sabes. Estou aqui há muitos anos no serviço de inteligência do Estado, o que quer dizer que passei a vida a trabalhar em prol da paz e da harmonia dos portugueses, e para estas atividades... é preciso tomates. (Pausa) Bem, vou direto ao assunto. Pedi-te que viesses aqui pela seguinte razão: fizeste uma transferência bancária de vinte mil euros, em setembro do ano passado para Guilhermina das Dores, pelas fotografias que tenho no processo uma mulher muito bonita, conhecida cortesã de Lisboa.”

O Tavares pôs os óculos e passou a ler algumas linhas de uma folha do processo:

“Ela, jovem, fez *strip-tease* num inferninho para os lados da Almirante Reis, mais tarde frequentou os melhores clubes noturnos e cabarets de Lisboa, participou da Feira de Cinema Erótico de Frankfurt... e confidenciou a um informante ‘*os homens que tive a meus pés foram três ou quatro e acabaram nas minhas costas*’”

“Uma boa frase” interrompi.

O Tavares tirou os óculos e continuou:

“Ela está sob nossa vigilância por motivos de reserva que não vêm ao caso. Pergunto-te informalmente os motivos dessa transferência de vinte mil euros, mas não és obrigado a responder-me. Estou apenas a querer ajudar-te...”

Fiquei estupefacto. Considero-me moralmente livre e ele exercia uma pressão indevida sobre mim e feria a minha intimidade. Pensei durante algum tempo e respondi-lhe:

“Guilhermina é conhecida por Verónica como saberás, vi-a fugazmente uma vez, é de fato uma mulher linda. Essa transferência foi-me pedida pelo meu advogado com a finalidade de atender aos anseios de um seu cliente após a sua morte. Um homem rico e íntimo de Verónica, tratado por engenheiro Gustavo, não me recordo do resto do nome. Esse cliente não queria que qualquer referência a Guilhermina constasse do seu testamento. Como estava em dívida com o meu advogado fiz-lhe esse favor, a transferência bancária de vinte mil euros. E é tudo”.

Mentir é uma arte de poucos, o bom mentiroso pratica as meias verdades. É o meu caso. O tenente-coronel pensou longamente e manteve uma passividade ativa. Depois, dei-lhe a estocada final:

“Se quiseres posso dar-te o nome e telefone do meu advogado para poderes confirmar o que te disse”.

O coronel olhou o relógio: “Não, não vale a pena. Não queremos nada com esses advogados de ricos e a tua explicação parece-me satisfatória” fechou a pasta e afastou-a da sua frente. Respirei aliviado, se o Tavares acolhesse a minha sugestão, teria que pagar um almoço para convencer o meu advogado a passar-lhe aquela versão.

“Ainda tenho uns minutos (e sorriu) ... sabes, o ambiente de segurança e informações tem os seus mistérios. Por exemplo, tem uma desconhecida que me telefona como se fosse uma amiga de longa data, fala em códigos, diz-me que tudo é confidencial, mas eu nunca a vi e não sei de quem se trata. Deve ser chanfrada, paranoica, mas eu aturo-a porque uma ou outra informação que ela dá tem algum fundamento. Mistério... (Pausa). Sei que és escritor, li um livro teu, não me recordo do título, mas lembrei-me agora que citas de passagem o ‘Jack o Estripador’, que é o meu caso preferido, uma obsessão de longa data. Quem foi ele? O neto da Rainha Vitória? Os modernos estudos sobre *serial killers* salientam que, em geral, são homens brancos, com QI acima da média, desajustados na escola e no trabalho, têm mães dominadoras e famílias instáveis, interessam-se por pornografia, têm propensões suicidas, urinavam na cama quando crianças...”

“Padeceram de enurese?” interrompi.

Ele continuou:

“Enurese? Bem, ele atemorizou Londres há mais de cento e vinte anos, há livros, filmes, milhares de estudos e reportagens sobre ele,

mas a sua identidade permanece um mistério. Suspeitou-se de um médico, M. Druit, de um judeu polaco Kosminiski que foi internado num asilo de loucos, num tal de Ostrog, apenas um desequilibrado e nos anos setenta surgiu a teoria de que seria o Príncipe Albert Victor, Duque de Clarence e Avondale, neto da Rainha Vitória.”

“Uma tese atraente, a polícia teria encoberto pistas que levariam ao Príncipe, muita gente ainda acredita... tanto mais que Jack deixou escrito, em 1888, uma frase digamos principesca ‘*Um dia os homens olharão para trás e dirão que criei o século XX*’” retorqui.

“Sim, conheço essa frase” disse o Tavares.

E continuei:

“Uma frase aristocrática, do tipo ‘*O assassínio é trágico, mas tem um lado grandioso*’ como escreveu Musil. (Fiz uma longa pausa teatral) Enfim, vou fazer-te uma revelação: Jack o Estripador foi Walter Richard Sickert, nascido em Munique em 1860, pintor impressionista que retratou prostitutas, discípulo de Degas, bonito, sociável e frequentador da boa sociedade de Londres.”

“Como é que sabes isso? Qual é a tua fonte de informação? Quem foi Degas? Como é que se escreve o nome do verdadeiro Jack o Estripador?” e puxou um papel para tomar notas.

“Degas foi um pintor famoso. (Pausa) Walter Sickert, esse, i, cê, capa, é, erre, tê. Bem, li recentemente o livro *Portrait of a killer: Jack the Ripper, case closed*, da escritora inglesa Patricia Cornwell, que investiu centenas de milhares de libras esterlinas para minuciosas pesquisas, testes de DNA mitocondrial, exames grafotécnicos de cartas que o assassino escreveu e do papel utilizado... (Pausa) enfim ela encerrou o assunto. Já podes dormir descansado.”

O Tavares estava siderado como se costuma dizer e gaguejou:

“Acreditas nessa versão?”

“Não tenho motivos para duvidar. Afinal ele era branco com QI elevado, pintava prostitutas, não sabemos se mijava na cama quando criança... e talvez estripasse prostitutas depois de matá-las.”

“Como é que arranjaste esse livro?”

“Comprei-o pela internet. (Pausa) Por acaso, recebi o mês passado um conhecido escritor inglês, amigo de longa data de Patricia

Cornwell e falámos a respeito desse livro. Então, acreditas que o caso está finalmente encerrado?”

“Não sei. Tenho que pensar no assunto” olhou o relógio com preocupação, apertou um botão e levantou-se para me encaminhar à porta.

No corredor, o jovem soldado já me esperava.

Na rua, respirei fundo e dirigi-me para o táxi.

Por ora, o assunto de Verónica parecia resolvido sem me causar maiores danos.

“O senhor parecia preocupado. O encontro correu bem?” perguntou-me o Heitor.

“Sim, correu bem, estou mais descansado Heitor.”

Comecei o dia com as revistas do “Vampiro de Curitiba” onde é citado André Breton: “*E exijo que aquele que ainda se negue, por exemplo, a ver um cavalo galopante num tomate deva ser considerado como um cretino*” – e a história do anarquista Timóteo Barbalhão. Depois o encontro nas Secretas com o Tavares e o assunto da boazuda Verónica e em continuação Jack o Estripador... e o dia ainda não acabou, pensei.

“Um dia em cheio” sussurrei... e dei uma boa gargalhada que surpreendeu o Heitor.

[Março de 2021]



Ilustração de Álvaro Rosendo, 2021

DIXIE

Luís Amorim de Sousa

logo à entrada da vila
parámos para comprar refrigerantes

dentro da loja
ornamentando as paredes
troféus de caça
espingardas
dizeres da Bíblia bordados em pano cru
e bandeirinhas da Confederação

o dono saudou-nos
howdy
bem-vindos a Ferristown
o tempo não podia estar melhor

o rio subiu três pés
e o peixe salta que dá gosto ver

além dos refrigerantes do costume
temos carnes fumadas
melancia
milho leite e ovos frescos

aqui há sempre fartura
deus não abandona nunca
os seus fiéis servidores

empilhado no balcão
o jornalzinho local
mostrava o rosto de um rapaz de cor
debaixo de um cabeçalho

FILADO

ontem à noite apanhámos
outro cabeça de alcatrão fugido à lei

demos com ele ao pé das quedas de água
mas nem por isso vinha mais lavado

cheirava tanto a bedum
que nem tiveram que soltar os cães

levou um tiro na coxa e outro na nuca
caiu de borco na cova dum texugo
e já não se mexeu mais

morte de bicho
para quem nem bicho foi
peçonha em forma de gente digo eu

se prosseguirem
para lá da propriedade dos McGreer
o rio alarga
faz uma praiazinha
podem nadar aí tranquilamente

e outra coisa
podem crer
que o tempo não vai mudar

ora aqui está
três dólares e dezanove é o vosso troco

obrigado pela preferência e uma vez mais
bem-vindos a Ferristown



Lawrence Ferlinghetti em Big Sur (Califórnia)
Desenho de Délio Vargas, 2021



Lawrence Ferlinghetti
desenho de Mara Rosa, 2021

para
Lawrence Ferlinghetti
João Carlos Raposo Nunes

Estávamos os dois no Paraíso nublado
a vomitar bolas de cristal
Com outros brancos
À ESPERA DA NOSSA MORTE

E uma esquadra de aviões de papel
colados por alunos do orfanato

LÁGRIMAS DE SANGUE

À ESPERA DA NOSSA MORTE
Para nos fazerem o funeral no Planeta Perdido
Onde homens moléculas
Aproveitarão a nossa chegada para iniciar o carnaval
da MORTE

E agora na auto-estrada
bebemos a música oriental
e levantamos voo em direcção ao Tibete
Pela nossa boca escorre ainda a música líquida
Duma cítara que teima
anunciar a NOSSA MORTE JUNTOS
Quando realmente conhecermos a

NOSSA ETERNIDADE

[poema de 1976, publicado em *É esta a nossa Onda Gigante*, Lx., 1977]
revisitado em Fevereiro de 2021, no momento do falecimento do Poeta



Comuna de Paris (Cena de Rua)
Desenho a Lápis de Mara Rosa, 2021

CRONOLOGIA

Comuna de Paris

A Guerra Franco-Prussiana

19-7-1870 A França declara guerra à Prússia, na sequência duma humilhação diplomática de Bismarck. Reabilitação da Guarda Nacional (Paris), herança de revoluções passadas desaparecida no Segundo Império. Organizada segundo o modelo militar, é uma força civil com base num serviço obrigatório imposto a qualquer cidadão.

10-8-1870 A mobilização para a Guarda Nacional estende-se a todos os homens dos 17 aos 35 anos. Mais tarde alarga-se a todo o território.

2-9-1870 Derrota francesa em Sedan. Capitulação de Napoleão III e prisão deste pelos Prussianos.

4-9-1870 Revoluções populares em Marselha e Lião, que aclamam a República federal. Na varanda da Câmara Municipal de Paris, Leão Gambetta proclama a República, una e indivisível, e forma-se um governo provisório de Defesa Nacional.

19-9-1870 Cerco da cidade de Paris pelos Prussianos que não reconhecem o governo provisório e recusa de Paris em reconhecer a derrota. Aos 68 anos, regressado do exílio, Victor Hugo enverga a farda da Guarda Nacional.

22-9-1870 A Guarda Nacional encarregada da defesa de Paris e a Comissão Central das vinte freguesias da cidade pedem ao governo provisório a eleição dum governo soberano da cidade a Comuna para tomar medidas eficazes contra o cerco. A cidade sofre de fome.

31-10-1870 Conflitos entre a Guarda Nacional e o Governo provisório da República sobre o destino da guerra. Agitação popular em Paris a favor da Guarda Nacional e tentativa de tomar a Câmara para formar um governo municipal soberano decidido a prosseguir a resistência.

Antecedentes Imediatos

6-1-1871 Segundo cartaz vermelho na cidade de Paris, assinado pelos delegados das Vinte Freguesias da cidade e pedindo a saída do executivo municipal e a sua substituição por nova municipalidade. Jules Vallès é um dos seus principais redactores. A Guarda Nacional parisiense é composta nesta altura por 20 legiões, uma por freguesia, quer dizer, mais de 100 000 homens.

22-1-1871 Rumores em Paris de que o governo provisório está em negociações com Bismark para assinar um armistício. Novas tentativas de tomar a Câmara para formar um governo municipal disposto a

resistir ao cerco; ocupação rechaçada por tropas fiéis ao governo provisório.

27-1-1871 A Guarda Nacional de Paris federa-se e elege uma Comissão Central, que tem por prioridade continuar a resistência ao cerco. Tem uma representatividade de 60% agrupa sobretudo as guardas dos bairros populares e é constituída na maioria por operários.

28-1-1871 O governo provisório da República assina em Versalhes um armistício humilhante com os Prussianos. Desagrado em Paris.

29-1-1871 Capitulação oficial de Paris.

8-2-1871 Eleições para a constituição duma Assembleia Nacional visando substituir o governo provisório. Vitória dos conservadores e dos monárquicos por larga maioria. Em 634 deputados, 396 são monárquicos. Paris vota na esquerda republicana a Comissão Central das Vinte Freguesias de Paris candidata-se e obtém vários lugares. Prossegue a concretização do armistício e parte do território francês continua ocupado.

16-2-1871 Sedeada em Bordéus, território não ocupado, a Assembleia Nacional investe Adolphe Thiers, de 73 anos, como chefe do executivo, que se mostra disposto a aceitar as condições do armistício, entre elas, a entrega da Alsácia e da Mosela à Prússia. Grande parte dos deputados republicanos demitem-se, seguindo o exemplo de Victor Hugo, Louis Blanc e Garibaldi. As fortalezas e os baluartes que defendem Paris nos arredores são entregues aos Prussianos. Sobe o desagrado em Paris.

1-3-1871 Entrada dos Prussianos em Paris. A Comissão Central da Guarda Nacional dá como indicação receber os Prussianos numa cidade deserta, em silêncio, com tudo fechado e repleta de bandeiras negras em sinal de luto. A Guarda Nacional recusa ser desarmada e conserva consigo as espingardas. Centenas de canhões, alguns fabricados durante o cerco por subscrição entre os parisienses, são acantonados e defendidos com sucesso no outeiro de Montmartre, zona operária de Paris. Os Prussianos desfilam na zona oeste da cidade. Saída de cerca de 15 000 pessoas de origem burguesa, que preferem refugiar-se na província. A Comissão Central da Guarda Nacional torna-se a instituição que domina Paris a única a ser obedecida.

3-3-1871 Os Prussianos abandonam Paris. Reforço da Comissão Central da Guarda Nacional e enfraquecimento progressivo da polícia e do exército regular ao serviço do executivo central de Thiers.

10-3-1871 A Assembleia Nacional decide abandonar Bordéus e instalar-se em Versalhes, 15 quilómetros a sudoeste de Paris. Desagrado do comércio de Paris, com uma classe média parisiense cada vez mais

divorciada do governo de Thiers. Assembleia geral da Guarda Nacional e proclamação política, exigindo o fim do exército permanente. 15-3-1871 Nova assembleia geral da Guarda Nacional de Paris e eleição definitiva da sua Comissão Central. Novos cartazes vermelhos.

A Comuna e o Municipalismo Soberano

17-3-1871 Decisão do governo de Thiers de recuperar pela força os canhões da Guarda Nacional acantonados no outeiro de Montmartre. Nessa noite tropas do exército regular tentam recuperar sem sucesso os canhões. Na madrugada seguinte, 18 de Março, ao apelo dos tambores dos federados na Guarda Nacional inicia-se uma jornada insurreccional em Paris de grandes dimensões populares. O exército é cercado por populares e recusa obedecer à ordem de fogo do seu comandante, o general Lecomte, que é preso e mais tarde executado contra as ordens da Guarda Nacional, que ao fim da manhã é senhora da situação. De tarde, a Comissão Central decide instalar-se na Municipalidade. De passagem em Paris, no Quai d'Orsay, Thiers foge para Versalhes. Tentativas de negociação entre as duas partes, sobretudo por iniciativa de Georges Clemenceau, republicano radical e anti-clerical que tenta conciliar os dois campos republicanos, o conservador e o federado.



Movimentação Popular (Paris, 18-3-1871)
Desenho de Mara Rosa, 2021

21-3-1871 Manifestação bonapartista e monárquica em Paris (um milhão de pessoas). Confrontos, a que se seguem medidas mais decisivas da parte da Comissão Central da Guarda Nacional, anulando as medidas impopulares do governo de Thiers (soldo da Guarda Nacional; penhora; direitos do inquilinato e moratória para dívidas comerciais). A Comissão Central torna-se o único poder em Paris, mas recusa governar em ditadura — um dos cartazes de 15 de Março proclamava “nunca mais ditadura de espécie nenhuma” — e procura legitimar a nova situação. São convocadas eleições — por sufrágio universal masculino — para domingo seguinte, 26 de Março.

23-3-1871 A cidade de Marselha proclama um governo municipal soberano.

26-3-1871 Eleições para o novo governo municipal de Paris. Vitória por maioria absoluta dos jacobinos, reunidos em torno de Charles Delescluze (1809-1871), um veterano republicano das revoluções de 1830 e 1848, que reivindicavam a Constituição de 1793 nunca aplicada e que elegem 40 delegados, quase todos de profissões liberais (advogados, farmacêuticos, comerciantes, médicos, dramaturgos, jornalistas). Os jacobinos estavam contra o governo de Thiers, que acusavam de traição — crime de lesa-pátria na constituição de 93 — e de capitulação ignominiosa ante o inimigo. Representavam a pequena e a média burguesia patriótica e republicana de Paris, ligada ao funcionalismo, aos serviços, ao comércio e à propriedade predial urbana. Em segundo lugar, ficaram os Internacionalistas, ligados à Internacional operária fundada em 1864 em Londres, de orientação proudhoniana e libertária, mutualistas e cooperativistas, em que se encontram as figuras mais representativas e simbólicas das medidas tomadas pela Comuna, como Jules Vallès e Eugène Varlin. Elegeram 17 delegados — quase todos operários de ofício (tipógrafos, encadernadores, padeiros, sapateiros, marceneiros, pedreiros, calceteiros, alfaiates, tintureiros, douradores, tanoeiros...). Por fim, ficaram os socialistas que se agrupavam em torno de Auguste Blanqui, defensores todos dum governo forte e autoritário. Elegeram 12 delegados — alguns membros da Internacional operária, como Émile-Victor Duval, operário fundidor, outros saídos do funcionalismo e do exército. Preso em Versalhes, à espera de passar em Conselho de Guerra pela jornada de 31-10-1870, Blanqui não chegou a ocupar o lugar. O mandato de todos estes delegados era imperativo, quer dizer, estava sujeito a escrutínio directo dos eleitores dos bairros de Paris em assembleias gerais regulares, que aí os podiam destituir a qualquer momento por voto maioritário. Nunca uma assembleia eleita por voto directo teve em França até aos

dias de hoje uma participação tão alta de artistas e de operários eleitos. A cidade tinha então cerca de dois milhões de habitantes e cerca de 500 000 eleitores. Devido à migração de Fevereiro e Março e às perdas de guerra, a taxa de abstenção foi cerca de 50%. A legitimidade do governo municipal de Paris resultou do sufrágio democrático, mas procurou ir além da simples representatividade do mandato arbitrário que acarreta o divórcio entre o eleito e o eleitor.

26-3-1871 A Comuna de Paris, com um governo soberano, legítimo e democrático, é proclamada na praça do município. Nos dias seguintes a França é agitada por movimentos municipalistas de idêntico sinal (Lião, Marselha, Narbona, Tolosa, Nimes, Nice, Grenoble, Perpignan, Annecy, Creusot, Dijon, Chartres, Saint-Étienne...). Em muito outros lugares o Município é ocupado e a bandeira vermelha içada. Adopção do calendário republicano de 1792 – ano 79.

29-3-1871 Medidas tomadas pelo governo de Paris a favor do inquilinato e abolição do serviço militar obrigatório. Na Guarda Nacional os oficiais e os comandos passam a ser eleitos. A bandeira vermelha substitui a bandeira tricolor. No dia seguinte, texto de Jules Vallès no seu jornal *Le Cri du Peuple*, “La Commune est proclamée”.

A Guerra Civil

2-4-1871 Novas medidas legislativas do governo de Paris: separação da Igreja e do Estado e escola laica, gratuita e obrigatória para rapazes e raparigas. Limitação dos emolumentos dos membros da municipalidade. Supressão da categoria de “ilegítimos” para as crianças nascidas fora do casamento; reconhecimento da união livre. Depois de conversações com Bismark, que autoriza a reconstituição do exército francês mediante pagamentos adicionais, o governo de Thiers dispõe de 130 000 soldados acantonados nos arredores de Versalhes, fora do olhar da população civil, e sob o comando do marechal Mac-Mahon, que fizera as sangrentas campanhas da ocupação da Argélia de 1830 a 1852 e fora nomeado marechal ainda por Napoleão III. Tomada da fortaleza de Courbevoie nos arredores de Paris.

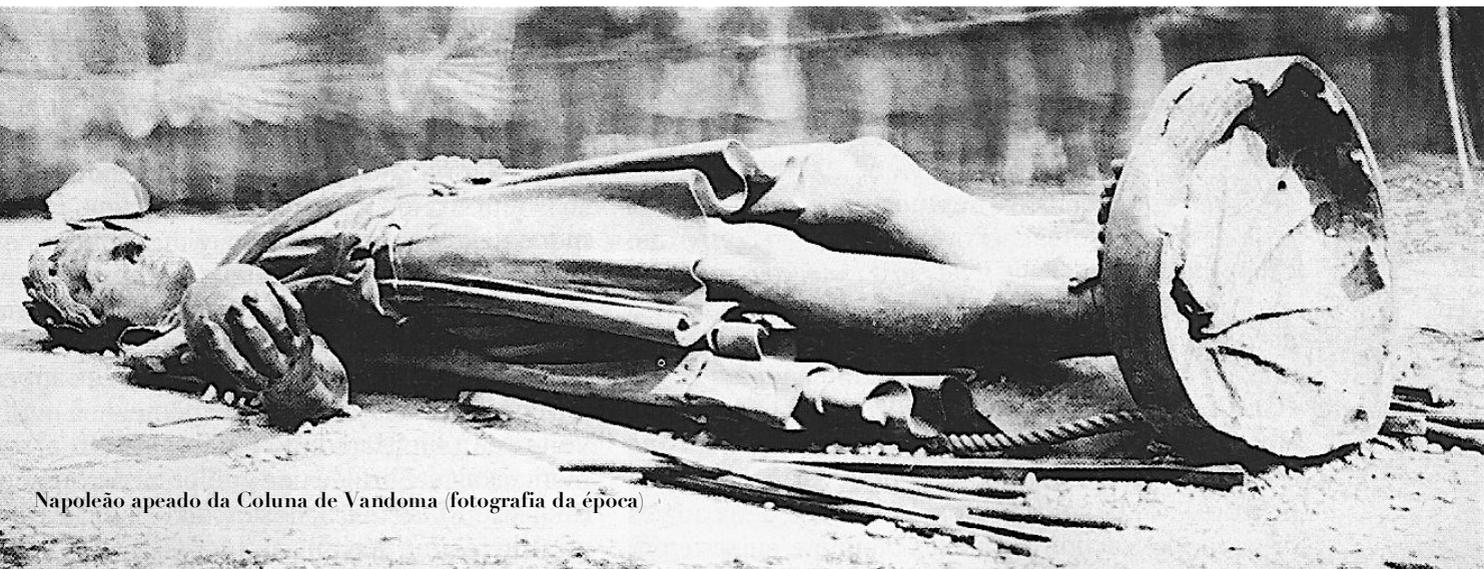
3-4-1871 Primeiros revezes militares do governo municipalista, que dispõe de cerca de 60 000 homens em armas – efectivos da Guarda Nacional e voluntários internacionais. O blanquista Émile-Victor Duval é capturado e fuzilado às ordens do general Vinoy. Sobem de tom as acusações contra Paris. Os prisioneiros comunistas são humilhados e maltratados nas ruas de Versalhes. Os jornais que apoiam o governo de Thiers declaram todos os parisiños “bons para serem fuzilados”.

- 4-4-1871 Fim do municipalismo em Marselha. Repressão sangrenta.
- 11-4-1871 Constituição da União das Mulheres para a defesa de Paris, em que Louise Michel (1830-1905), então blanquista e membro do Comité de Vigilância das mulheres de Montmartre, se evidencia — foi das raras a envergar o uniforme de casaca azul e calça listada de vermelho da Guarda Nacional, assumindo o comando de certas operações no batalhão 61 da Guarda Nacional. Outras mulheres também se notabilizaram na defesa da Comuna: Paule Mink, Louise Modestin, Eugène Morel, Elisabeth Dimitrieff (Internacionalista russa, adepta de Marx e fundadora da União das Mulheres), Nathalie Lemel e André Leo (1824-1900), romancista esta e teórica próxima dos irmãos Reclus, que advogava que qualquer revolução social seria impossível sem a emancipação da mulher. A defesa de Paris sustém com sucesso as investidas inimigas e os combates limitam-se às povoações limítrofes (Issy, Vanves, Bicêtre, Neuilly e outras).
- 20-4-1871 O governo municipal suprime o trabalho nocturno dos padeiros — uma das medidas mais significativas na protecção do trabalho. Tentativa de reforma judicial por Eugène Protot, delegado judicial, visando instituir uma justiça mais democrática — eleição dos magistrados e gratuidade dos actos. Mutualização das oficinas abandonadas, visando a emancipação do trabalho. Gustave Courbet, amigo próximo de Proudhon e presidente da Federação dos Artistas de Paris, declara em carta privada o seguinte: “A polícia acabou e a tolice, a exação e a disputa também. Paris governa-se sozinha e tudo corre sobre rodas. É preciso que tudo continue assim. Todos os corpos do Estado se constituíram em federações e bastam-se a si próprios.” A Federação dos Artistas de Paris é um exemplo de democracia comunalista: os membros da comissão são eleitos só por um ano, podem ser destituídos a qualquer momento por assembleias gerais, as mulheres são admitidas em pé de igualdade, medalhas e prémios são substituídos por outros incentivos, qualquer cidadão é convidado a propor medidas que contribuam para o melhoramento do destino dos artistas e para o progresso da arte. São rebaptizadas ruas, escolas e bairros de Paris, que perdem conotações religiosas e repressivas.
- 27-4-1871 O exército de Versalhes percebe o calcanhar de Aquiles da defesa de Paris — a saliência de Point-du-Jour, protegida pela artilharia da fortaleza de Issy. Depois de se assenhorear da aldeia de Moulineaux, Versalhes consegue isolar a fortaleza de Issy.
- 30-4-1871 Sem reforços, o comandante de Issy dá ordem de evacuação; os seus homens recusam abandonar a fortaleza e continuam a resistir. Sobressalto no governo municipal, que vota por maioria a

criação dum Comité de Salvação Pública, à imagem do que sucedera em 1793 e que teve a oposição da facção internacionalista de Jules Vallès e Eugène Varlin. Coubert formula a liberdade de criação, o fim da censura (em 1863, 30 00 obras haviam sido recusadas para exposição oficial), a eleição dos conservadores dos museus pelos artistas, a gestão dos teatros pelos actores, sublinhando ainda medidas iconoclastas no domínio da renovação simbólica da cidade.

9-5-1871 Queda da fortaleza de Issy e da fortaleza de Vanves (a 14).

19-5-1871 Édouard Vaillant, delegado da Instrução e do Ensino no governo da Comuna, faz votar na Assembleia a socialização dos teatros, que passam a ser considerados “grandes estabelecimentos de instrução”. A sua gestão passa a ser feita não pelo Estado, mas pelas associações dos artistas plásticos e dos actores. Demolição da Coluna de Vandoma, na Praça do Império, talvez o acto com mais significado simbólico do governo comunalista. A coluna fora erigida em 1810, para celebrar o “Grande Exército” e o seu chefe, Napoleão. Era um pilar de bronze de muitos metros de altura, com uma estátua de Bonaparte no cimo, trajado de César, com a esfera do mundo na mão direita e coroado com os louros da vitória. Verdadeiro acto de desnapoleanização da cidade, a demolição da estátua não foi feita às escondidas, mas no seio duma entusiasta festa popular com mais de 20 000 parisienses e de que ficaram as fotografias de Braquehais, um fotógrafo surdo-mudo nelas se vêem eleitos do governo federado, guardas-nacionais, marinheiros, operários, burgueses, muitas crianças, fraternizando. A proposta da demolição da coluna datava de 14-9-1870, partiu de Gustave Courbet e foi secundada por muitos cidadãos que a queriam fundir para fabricar armas para a defesa de Paris. No momento da queda, alguém disse: *A coluna representa a morte de quatro milhões de pessoas sacrificadas ao deus da guerra e à glória de três invasões.*



Napoleão apeado da Coluna de Vandoma (fotografia da época)

A Semana Sangrenta

21-5-1871 Entrada das primeiras tropas versalhesas em Paris pelas portas do sudoeste da cidade (Versalhes, Saint-Cloud e Auteuil). Início da Semana Sangrenta. Primeiros massacres nas ruas de Paris. O governo municipal, pela voz de Delescluze, apela à resistência popular: *Cidadãos, chega de militarismo. Lugar ao povo, aos combatentes de braços ao léu!* São reforçadas por toda a cidade as barricadas.

22/23-5-1871 Instalação dos Conselhos de Guerra em Paris, investidos de plenos poderes, para julgar os prisioneiros. Fuzilamentos em massa. Incêndios em Paris para atrasar o avanço das tropas de Versalhes. São destruídas as Tulherias e o edifício da Municipalidade — o Louvre, a Capela Santa (La Sainte-Chapelle) e a catedral de Nossa Senhora (Notre-Dame de Paris) são ameaçados, mas não destruídos. Louise Michel assumirá mais tarde a autoria destes incêndios.

24-5-1871 A mãe de Louise Michel é presa em vez da filha, que decide entregar-se para libertar a mãe.

25-5-1871 Charles Delescluze, o patrono dos jacobinos, é martirizado numa barricada do Château-d'Eau. O seu corpo foi enterrado secretamente em fossa comum para que o seu túmulo nunca se pudesse tornar local de peregrinação. Foi dado como trãnsfuga e condenado à morte por contumácia — condenação na ausência do réu — em 1874 numa encenação judicial.

26-5-1871 Chegada dos versalheses à zona operária de Paris, depois da difícil travessia dos incêndios da parte baixa da cidade, ao longo do rio Sena — das Tulherias ao edifício da Câmara. Derradeira resistência a nordeste, onde se situava o Clube dos Proletários e o cemitério do Père-Lachaise, e a norte da cidade, onde estava a sede da União das Mulheres.

27-5-1871 Episódio do Muro dos Federados, onde são fuzilados os 147 sobreviventes — homens, mulheres e crianças — que defendiam o cemitério. É aberta aos pés do muro uma fossa comum onde os seus corpos são depositados.

28-5-1871 Último dia da Semana Sangrenta. As barricadas dos outeiros operários de Belleville, a norte do Père-Lachaise, são tomadas. Mais fuzilamentos no Père-Lachaise — Eugène Varlin é um deles. O balanço final é sinistro. Nas estimativas mais altas, na Semana Sangrenta, entre 20 e 30 000 federados foram fuzilados, nas mais correntes foram 17 000. Nestes dias diz-se que o rio Sena mudou de cor e

ficou vermelho. Aos fuzilados é preciso juntar cerca de 40 000 prisioneiros – fuzilados alguns, como Louis Rossel; outros, como Louise Michel, condenados à deportação para a Nova Caledónia. E ainda os que se conseguiram esconder, como aconteceu com Jules Vallès, que se escapou para a Bélgica, refugiando-se depois em Inglaterra. É célebre o episódio do general Gaston Gallifet, um dos carneiros da Comuna, que só à sua conta mandou matar cerca de 3 000 pessoas. No domingo, 28 de Maio, último dia da Semana Sangrenta, escoltava em Paris um comboio de presos federados para Versalhes. A certa altura, perguntou: “Entre vocês, os que têm cabelos grisalhos, dêem um passo em frente”. Avançaram III cativos, para o ouvir dizer: “Vocês estiveram na revolução de 1848; são por isso ainda mais culpados do que os outros.” E mandou-os fuzilar ali mesmo.

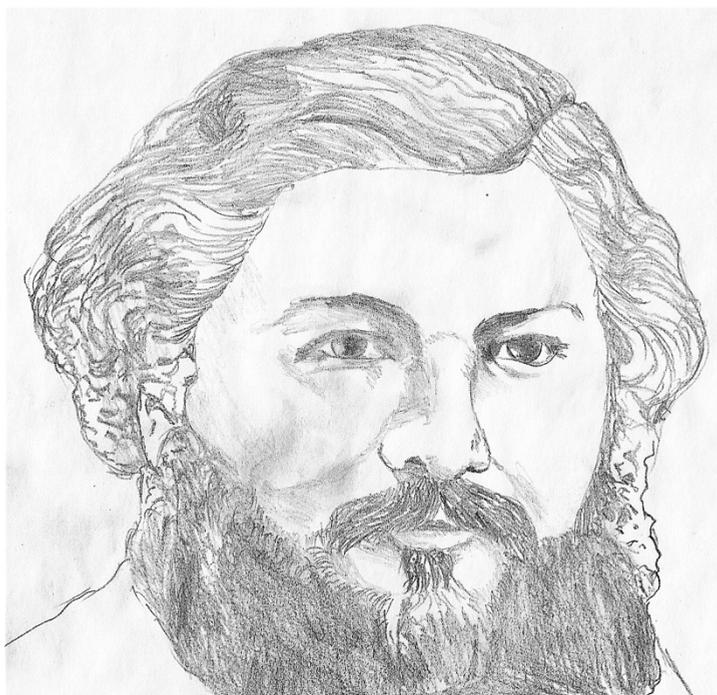
A Posteridade

7-6-1871 – Prisão de Gustave Courbet. Em dia indeterminado deste mês, um dos delegados da Comuna, o operário Eugène Pottier, que participou nos últimos combates da Semana Sangrenta e escapou à prisão e ao fuzilamento escondendo-se num andar da cidade, compõe os versos da “Internacional”, mais tarde célebres em todo o mundo e que o anarquista Neno Vasco traduziu para português em 1909.

7-8-1871 – Início dos Conselhos de Guerra em Versalhes para julgar os prisioneiros federados. Muitos condenados à deportação e muitos outros à morte.

14-8-1871 – Processo de Gustave Courbet – com direito a pena ligeira (seis meses de prisão e multa de 500 francos).

Gustave Courbet (1819-1877),
Desenho de Mara Rosa, 2021



28-11-1871 Fuzilamento de Louis Rossel, um dos oficiais do exército regular que se pôs ao serviço de Paris.

16-12-1871 Processo de Louise Michel em Conselho de Guerra. Declara aos juízes que se lhe pouparem a vida não deixará nunca de reclamar vingança contra os carrascos de Paris. Victor Hugo toma a sua defesa pública nos jornais e escreve em homenagem à sua coragem o poema “Virgo Major” “Maior do que um Homem”. Condenada a deportação para a Nova Caledónia, na Oceânia (Pacífico Sul).

14-7-1872 Jules Vallès é condenado à morte por contumácia no VI^o Conselho de Guerra, o mesmo que julgou Louise Michel.

3-5-1873 Início das deportações em massa.

30-5-1873 A Coluna Imperial de Vandoma é reerguida no seu novo pedestal. Reabertura do processo judicial contra Gustave Courbet, que é obrigado a cobrir todas as despesas inerentes ao novo monumento. Incapaz de arcar com uma tão grande despesa, Courbet prefere exilar-se na Suíça, ao mesmo tempo que os seus bens em França são confiscados pelo Estado.

24-7-1873 A Assembleia Nacional maioritariamente católica e monárquica, eleita em 8-2-1871, vota a decisão de erguer no outeiro de Montmartre, onde a revolução comunalista se iniciou, uma basílica católica, “Le Sacré-Coeur”, para expiar e apagar os “crimes dos federados”. A primeira pedra será colocada em 1875 e o edifício será dado por concluído em 1923.

21-3-1876 Vitor Hugo propõe ao Senado uma lei de amnistia total de todos os actos e de todas as pessoas implicados na Comuna, em dois artigos e sem qualquer condição prévia. Embora já se reconheça na época que sem o levantamento federal de Paris de Março de 1871, a III^a República, a de Thiers, não existiria, já que a Assembleia Nacional eleita em Janeiro era maioritariamente monárquica, o projecto nem sequer foi votado.

31-12-1877 Morte de Gustave Courbet no exílio, nas margens do Lago Lemano, perto de Genebra.

3-3-1879 Amnistia parcial de delitos relativos à Comuna. Tinha como condição o agraciamento prévio pelo Presidente da República.

11-7-1880 Nova amnistia parcial que deixou de fora os mortos, os fuzilados e alguns condenados à deportação. Manteve a cláusula do agraciamento prévio pelo Presidente da República.

13-7-1880 Regresso de Jules Vallès a França.

9-11-1880 Regresso de Louise Michel. É esperada por uma multidão que dá vivas à Comuna. Em contacto com Nathalie Lemel, evoluiu

para o anarquismo, de que se tornará uma das mais influentes propagandistas finiseculares. Na Nova Caledónia dedicou-se a estudos de etnologia e editou o livro *Légendes et chansons des gestes canaques* (1875).

1881 Regresso dos últimos deportados na Nova Caledónia.

14-2-1885 Morte de Jules Vallès.

1886 Publicação póstuma do romance de Jules Vallès, *L'Insurgé*, um dos mais comoventes documentos sobre o evento e dedicado a “todos os que se formaram sob a bandeira da Comuna, essa grande federação das dores”.

9-1-1905 Morte de Louise Michel.

2021 Embora as figuras mais conhecidas da Comuna estejam hoje integradas na memória oficial (Louise Michel dá o nome a uma estação de metro em Paris, a inúmeras escolas, colégios e ruas por toda a França; Eugène Varlin tem numerosas ruas com o seu nome e um anexo da Bolsa de Trabalho de Paris tem o seu nome; o mesmo para Jules Vallès, Louis Rossel, Charles Delescluze e muitos outros, todos largamente representados na toponímia do país), está ainda por votar, 150 anos depois, o projecto-lei de Victor Hugo (1876) o único que amnistia todas as pessoas que participaram no levantamento parisino da Primavera de 1871 e todos os actos que dele decorreram.

Louise Michel (1830-1905) aos 10 anos,
desenho de Mara Rosa



DECLARAÇÃO DE 18 ABRIL DA COMUNA DE PARIS

A 18 de Março, fez 150 anos que a população de Paris proclamou a Comuna, demarcando-se do governo de Adolph Thiers, que fora nomeado recentemente chefe de Estado e do governo pela Assembleia Nacional, reunida em Bordéus. A assembleia resultara de eleições realizadas por sufrágio masculino sobre um sistema de listas eleitorais. A 2 de Setembro do ano anterior, o exército imperial tinha capitulado na batalha de Sedan face aos Prussianos. Dois dias depois, declarou-se a revolução que proclamou a III República, à frente da qual ficava um Governo de Defesa Nacional que deveria buscar apoios internacionais para continuar a guerra. Porém, a 28 de Janeiro de 1871, Jules Fabre assinou o armistício. Foi neste contexto que, em Paris, foi proclamada a Comuna que rejeitou o armistício e propôs uma nova organização política e social para a França. A Comuna, saída duma insurreição popular, duraria apenas 72 dias, de 18 de Março e 28 de Maio. Cercada pelas tropas de Thiers, até então acantonadas em Versalhes, foi finalmente esmagada graças ao apoio prussiano que lhe entregou prisioneiros de guerra. Terminaria na *semana* sangrenta, um banho de sangue alimentado pelos ódios da classe dominante. Para a História, foi a primeira experiência de democracia social, constituindo uma referência incontornável para todos os que hoje se dizem de esquerda. A República deve realizar a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade e nenhum desses ideais existe sem os outros ou à custa dos outros, a não ser através de sofismas e mistificações doutrinárias. A Comuna permanece por isso uma referência próxima dos ideais libertários. Transcrevemos aqui a declaração ao povo francês, de 19 de Abril, vertida por nós para português. Nessa declaração, o Conselho da Comuna proclama o seu programa e novos princípios constitucionais. [*Paulo Guimarães*]

DECLARAÇÃO AO POVO FRANCÊS

No doloroso e terrível conflito que mais uma vez impõe a Paris os horrores do cerco e do bombardeio, que derrama sangue francês, que mata os nossos irmãos, as nossas mulheres e os nossos filhos, varridos por obuses e por granadas, é preciso que a opinião pública não esteja dividida, que a consciência nacional não seja perturbada.

É preciso que Paris e todo o país saibam qual é a natureza, a razão e a finalidade da revolução que está ocorrendo. É preciso, enfim, que a responsabilidade pelos lutos, pelos sofrimentos e infortúnios de que somos vítimas, recaia sobre aqueles que, depois de terem traído a França e entregue Paris ao estrangeiro, perseguem com obstinação cega e cruel a ruína da França, com o objectivo de enterrar, no desastre da república e da liberdade, o duplo testemunho da sua traição e do seu crime.

A Comuna tem o dever de afirmar e realizar as aspirações e desejos do povo de Paris. Deve especificar o caráter do movimento de 18 de março, mal compreendido, mal desconhecido e caluniado pelos políticos que se sentam em Versalhes. Mais uma vez, Paris trabalha e sofre por toda a França, para a qual se prepara, por meio de suas lutas e sacrifícios, a regeneração intelectual, moral, administrativa e económica, a glória e a prosperidade.

O que ela está pedindo? O reconhecimento e consolidação da república, única forma de governo compatível com os direitos do povo e o desenvolvimento regular e livre da sociedade; a autonomia absoluta da Comuna, e que ela se estenda a todas as localidades da França, e assegurando a cada uma a integridade dos seus direitos, e a todos os franceses o pleno exercício de suas faculdades e aptidões, como homem, cidadão e trabalhador; a autonomia do Município (Comuna) será limitada apenas pelo direito de igual autonomia para todos os demais Municípios aderentes ao contrato, cuja associação deve assegurar a unidade francesa.

São direitos inerentes ao Município:

- a votação do orçamento, das receitas e das despesas municipais;
- a fixação e a repartição do imposto (entre os cidadãos);
- a direção dos serviços locais;
- a organização do poder judiciário (magistratura), da polícia (administração interna) e da educação;
- a administração de bens pertencentes ao Município;
- a escolha por eleição ou por concurso, com responsabilidade (civil e criminal) e direito permanente de controle e destituição, de magistrados [juizes, deputados] ou funcionários municipais de toda espécie;
- a garantia absoluta da liberdade individual, liberdade de consciência e da liberdade de trabalho;
- a intervenção permanente dos cidadãos nos assuntos municipais através da livre manifestação das suas ideias, e da livre defesa dos seus interesses: garantias dadas a essas manifestações pelo Município, que é o único responsável pelo acompanhamento e garantia do exercício livre e justo do direito de reunião e publicidade;
- a organização da defesa urbana e da Guarda Nacional, que elege seus dirigentes e que se destina unicamente à manutenção da ordem na cidade.

Paris não quer mais do que isto, a título de garantias locais, na condição, claro, de encontrar na grande administração central, a delegação de municípios federados, a realização e a prática dos mesmos princípios. Mas, favorecendo a sua autonomia e aproveitando da sua liberdade de ação, Paris reserva-se o direito de proceder como bem entender, de levar a cabo as reformas administrativas e económicas exigidas pela sua população; de criar instituições próprias para desenvolver e propagar educação, a produção, o comércio e o crédito; a universalizar o poder e a propriedade,

de acordo com as necessidades do momento, os desejos dos interessados e os dados fornecidos pela experiência.

Os nossos inimigos enganam-se ou enganam o país, quando acusam Paris de querer impor a sua vontade ou supremacia ao resto da nação e de reivindicar uma ditadura que seria um verdadeiro atentado à independência e soberania de outros municípios.

Eles se enganam ou enganam nosso país, quando acusam Paris de continuar a destruição da unidade francesa, constituída pela Revolução, às aclamações de nossos pais, que se reuniram para a festa da Federação de todas as partes da velha França.

A unidade, tal como nos foi imposta até hoje pelo império, pela monarquia e pelo parlamentarismo, é apenas uma centralização despótica, pouco inteligente, arbitrária ou onerosa. A unidade política, como quer Paris, é a associação voluntária de todas as iniciativas locais, a cooperação espontânea e livre de todas as energias individuais com vista a um objetivo comum, o bem-estar, a liberdade e a segurança de todos. A revolução comunal, iniciada pela iniciativa popular de 18 de Março, inaugura uma nova era de política experimental, positiva e científica. É o fim do velho mundo governamental e clerical, do militarismo, do funcionalismo público, da exploração, do comércio, dos monopólios, dos privilégios, aos quais o proletariado deve sua servidão; a pátria, seus infortúnios e desastres. Que este querido e grande país, enganado por mentiras e calúnias, fique tranquilo!

A luta entre Paris e Versalhes não pode terminar com compromissos ilusórios; o resultado não pode ser posto em dúvida. A vitória perseguida com indomável energia pela Guarda Nacional, assenta na ideia e no direito.

Apelamos para a França! Advertimos que Paris em armas possui tanta calma quanto bravura; que ele defende a ordem com tanta energia quanto entusiasmo; que se sacrifica tanto com razão como com heroísmo; que ela apenas se armou para se dedicar à liberdade e à glória de todos, para que a França ponha fim a este conflito sangrento! Cabe à França desarmar Versalhes pela manifestação solene de sua vontade irresistível. Apelamos à França que tire partido das nossas conquistas, que se declare solidária com os nossos esforços; que ela seja nossa aliada nesta luta, que só pode terminar com o triunfo da ideia comunal ou a ruína de Paris!

Quanto a nós, cidadãos de Paris, temos a missão de realizar a revolução moderna, maior e mais fecunda de todas as que ilustraram a história. Temos o dever de lutar e vencer!

Paris, 19 de Abril de 1871.



Sobre a Modernidade da Comuna ⁽¹⁾

Charles Reeve

I. A Oposição Centralismo/Federalismo

Entre Marx e Proudhon, o desacordo centrou-se sobretudo nas questões económicas. Proudhon, tinha uma concepção da organização política descentralizada e uma ideia de federalismo que resultavam das suas perspectivas económicas e da sua reivindicação de uma sociedade como associação de produtores privados. Marx comungava com ele de uma «aversão pela pieguice socialista» (2) e da rejeição dos socialistas utópicos. A sua visão do poder político atribuía ao Estado unitário, centralista, o papel fundamental na transformação social e na abolição da exploração. Foi assim que criticou o projecto de Proudhon como uma tentativa de «aplanar o antagonismo entre o capital e o trabalho» com o seu sistema bancário e a sua economia fundada na troca de produtos (3). Para ele, isto era contraditório com uma ruptura com o sistema de exploração capitalista e com a emancipação social daí decorrente.

Foi então que a Comuna de Paris de 1871 irrompeu bruscamente neste debate, apresentando-se como acontecimento histórico determinante para o futuro das ideias socialistas e a divisão das duas correntes, forçando-as a reposicionar-se acerca da questão do poder político. Desta vez, o problema do sistema de representação e da expressão da soberania popular pôs-se de forma aguda numa perspectiva de classe mais nítida, uma vez que a evolução do capitalismo colocou no centro da vida social o confronto entre a classe dos produtores e a burguesia.

Os eleitos da Comuna exprimiam sensibilidades diversas, que iam desde blanquistas a fourieristas e a militantes das corporações sindicais. Eram, na sua maioria, centralistas, defensores da concepção jacobina, e não federalistas. Os mais radicais eram colectivistas, e alguns opunham-se a Proudhon, como foi o caso de Eugène Varlin. De acordo com as circunstâncias, as suas ideias aproximavam-se das de Marx ou de Bakunine, sem que as possamos considerar directamente como subordinadas às duas figuras da Associação Internacional dos Trabalhadores. Seria abusivo ver o funcionamento das correntes da época à semelhança dos partidos operários que apareceriam depois.

Enquanto os proudhonianos quiseram ver na prática política da Comuna a influência dos princípios federalistas anticentralistas, Marx, por

seu lado, foi obrigado a rever algumas das suas concepções. Na *Mensagem do Conselho Geral da AIT*, definiu a Comuna como «essencialmente um governo da classe operária, resultado da luta da classe dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política finalmente encontrada que permitia realizar a emancipação económica do trabalho» (4). Para ele, esta nova forma política foi «o verdadeiro segredo da Comuna de Paris». Na expressão «finalmente encontrada» estava implícita a confissão de que fora o movimento real que o tinha levado a reconhecer essa nova forma de governo e a reformular as suas ideias políticas.

II. O Elemento Negativo e o Elemento Positivo

Marx, antes de mais, enfatizava o elemento negativo da Comuna, a destruição do Estado burguês. Nas suas notas, registadas durante os acontecimentos, preparatórias da sua obra *A Guerra Civil em França*, escreve de forma clara: «Não se tratou, pois, de uma revolução contra esta ou aquela forma de poder de Estado. [...] Foi uma revolução contra o próprio Estado, esse aborto sobrenatural da sociedade; foi a retomada pelo povo e para o povo da sua própria vida social. Não foi uma revolução para transferir este poder de uma fracção das classes dominantes para outra, mas uma revolução para destruir esse terrível aparelho de dominação de classe.» (5) Porém, sessenta anos mais tarde, um marxista crítico como Karl Korsch sublinharia que Marx relegava para segundo plano o elemento positivo, construtivo, da Comuna: o seu carácter federativo e anti-centralista. (6)

Já vinte anos antes da Comuna, em 1850, na *Mensagem do Comité Central à Liga dos Comunistas*, Marx defendia a ideia de uma representação mais próxima do exercício directo da soberania. «É preciso que, a par dos novos governos oficiais, eles [os operários] estabeleçam ao mesmo tempo os seus próprios governos, quer sob a forma de órgãos dirigentes, de conselhos municipais, quer de clubes ou comités operários.» Deviam dotar-se de «chefes eleitos por eles próprios e de um estado-maior igualmente eleito por eles e às ordens, não do poder de Estado, mas dos conselhos municipais revolucionários formados pelos operários» (7).

No seu modo de ver, estes conselhos, clubes ou comités formavam um duplo poder revolucionário que minava o poder do Estado burguês. No entanto, Marx não parecia considerar estas formas de organização de democracia directa como órgãos de autogoverno. De certa maneira, elas apresentavam-se como estruturas provisórias, transitórias, utilizáveis pelo novo Estado revolucionário, que, por seu lado, devia seguir o modelo de uma instituição centralizada e hierárquica. O exercício directo da soberania continuava a ser uma excepção, uma passagem na construção da organização centralizada dirigente. Assim, em 1864, e ainda na

sequência do fracasso das revoluções de 1848, Marx preconizou a organização do proletariado em partido político, «indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e do seu objectivo supremo: a abolição das classes» (8). E também: «A grande tarefa das classes trabalhadoras é a conquista do poder político.» (9) É esta ideia da «conquista do poder político» que a experiência da Comuna veio clarificar.

Embora Marx, após os fracassos das revoluções de 1848, tenha integrado os comités de base na sua teoria do derrubamento do Estado burguês, só após a experiência da Comuna de 1871 referiu explicitamente a necessidade da *destruição* do antigo aparelho de Estado: «A classe operária não pode apoderar-se simplesmente da máquina do Estado tal como ela é e utilizá-la para os seus próprios fins.» (10) A propósito de uma nova edição do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels apresentaram essa formulação como um simples «melhoramento de uma ou outra expressão», uma «remodelação de certas passagens» (11), mas a verdade é que estávamos perante uma mudança importante de visão política da sua parte e da corrente socialista que partilhava das suas concepções e sofria a sua influência. A partir daí, é a «forma política finalmente encontrada», a Comuna, que se torna o modelo de governo da classe operária. «Não um organismo parlamentar, mas um corpo actuante, simultaneamente executivo e legislativo» (12) — concepção unitária que se ajustava ao exercício directo da soberania.

III. Duas Concepções da Acção Revolucionária

O conflito entre Bakunine e Marx havia deixado marcas, e este último explicaria mesmo *a posteriori* a desorganização da Comuna como um efeito da falta de centralismo e de uma direcção unificada. Seja como for, os partidos sociais-democratas e a sua ala extremista russa, os bolcheviques, não fizeram mais do que tornar rígida esta orientação no sentido da defesa de um «Estado socialista centralizado». Lenine, em *O Estado e a Revolução*, integrou esta ideia na sua concepção de um «Estado dos soviets», no qual os soviets se incorporariam no novo Estado e o serviriam. A experiência da Comuna era assim reduzida ao facto político, à destruição do antigo Estado e à sua substituição por um novo, centralizador e controlado pelo partido de vanguarda. E, em 1921, Trotsky, um dos dirigentes do Estado bolchevique, que entretanto se tornara mais leninista do que o próprio Lenine, produziu uma explicação do fracasso da Comuna que dá relevo ao autoritarismo centralista: «A hostilidade para com a organização centralista [...] constitui sem dúvida o ponto fraco de uma certa parte do proletariado francês. A autonomia [...] é, para certos revolucionários, a garantia superior da verdadeira actividade e da independência individual. Mas isso é um grande erro, que custou

muito caro ao proletariado francês » (13). A Comuna teria falhado, não por causa da debilidade da democracia, da atonia do exercício directo da soberania pelos trabalhadores, mas devido à ausência de uma «forte direcção de partido», à falta de «um aparelho centralizado e ligado por uma disciplina de ferro».

Estes são, pois, os termos do confronto entre duas concepções da acção revolucionária que tomará forma nos primeiros anos do século XX, durante a era das revoluções.

IV. Atribulações da Democracia Directa

A experiência e as conquistas da Comuna podem hoje ser revistas à luz da luta permanente que teve lugar entre as correntes que trabalham para a instituição de uma democracia fundada na delegação de poder e as que lutam pelo alargamento do exercício directo da soberania pelos trabalhadores. No espírito e na prática dos *communards*, estas duas visões tinham-se afrontado e haviam por vezes coabitado. Em *Paris, bivouac des révolutions* (14), Robert Tombs reanalisa a gigantesca bibliografia sobre a Comuna, debruçando-se de novo designadamente sobre as práticas de democracia directa contidas no espírito e nas acções da Comuna, na organização da vida quotidiana, na vida política e na especificidade da guarda nacional, que não funcionava como um exército regular (15). Corrobora Jacques Rougerie ao afirmar que «a república ideal, tal como os *communards* a concebiam, era uma forma de democracia directa, onde o povo entendia exercer a soberania em vez de a delegar, e onde os representantes eram tolerados pelos representados» (16). Para Tombs, a atitude dos *communards* perante a violência revolucionária foi um dos aspectos que confirmaram a presença dos valores emancipadores na Comuna. Assim, este autor sublinha que os raros actos violentos cometidos contra indivíduos durante este período — vinganças, execuções sumárias

foram obra das correntes mais rígidas e autoritárias, em particular dos blanquistas. E realça que, no seu conjunto, a Comuna tentou sempre colocar-se acima da violência brutal, como prova a sua rejeição firme do restabelecimento da pena de morte, inclusivamente para actos de traição militar e de colaboração com o inimigo — embora tenha existido sempre um fosso entre o modelo, as aspirações e a realidade.

Robert Tombs parte da prática concreta para desconstruir certos mitos, representações, lendas e imagens da Comuna. E, ao fazê-lo, relativiza o exercício da democracia directa. Neste capítulo, a questão da participação das mulheres foi particularmente esclarecedora. Tombs insiste no facto de elas terem desempenhado um papel limitado na Comuna, sem comparação com o que tiveram durante a Revolução Francesa. Chama a atenção para o domínio masculino das instituições políticas da Comuna

e para a ausência de medidas para nelas integrar as mulheres (17). Estas «podiam usar da palavra e fazer petições, mas não votar nem tomar decisões» (18). Durante a Comuna, o sufrágio universal, reservado aos homens a partir de 1848, não foi posto à discussão nem sequer reivindicado. Havia muitas mulheres que eram militantes activas e tomavam a palavra no debate político, mas elas permaneceram sub-representadas nas organizações revolucionárias. A sua participação nos combates tinha mais que ver com a actividade logística militar e o esforço de guerra como em todos os conflitos do que com um empenhamento directo.

Na obra *L'Imaginaire de la Commune*, Kristin Ross descreve a forte presença do desejo de um mundo novo na experiência da Comuna e relativiza vigorosamente esta opinião. Para ela, a União das Mulheres foi «a maior e a mais eficaz organização da Comuna» (19). Reconhece, porém, que estas organizações «não se interessavam absolutamente nada por reivindicações parlamentares ou formuladas em termos de direitos» e que os seus membros eram «indiferentes aos direitos de voto [...] e às formas tradicionais da política republicana em geral» (20), e que a sua preocupação era sobretudo encontrar trabalho, pedindo à Comuna a criação de cooperativas de produção.

No entanto, podemos sem dificuldade subscrever a conclusão de Robert Tombs segundo a qual: «Esta falta de convicção no que respeita à igualdade política deve certamente influenciar a nossa interpretação das atitudes e das actividades das mulheres da Comuna.» (21). E somos tentados a acrescentar: e dos homens! Vemos assim como a aspiração dos participantes na Comuna a uma soberania alargada do povo teve dificuldade em impor-se.

V. Timidez na Questão Social

Este papel limitado, desempenhado pelas mulheres, não deixava de estar relacionado com a timidez da Comuna quanto à questão social. É sabido que a Comuna foi dominada pelas correntes republicanas, jacobinas e reformistas, o que explica, entre outras coisas, o pouco empenho posto nas realizações sociais. A recusa de atacar a propriedade privada em geral, as empresas e os empresários capitalistas (22) e o sistema bancário, o respeito de uma certa hierarquia dos salários e mesmo as tentativas de diminuir o salário dos trabalhadores das cooperativas ilustram isso claramente. E como esquecer que a duração da jornada de trabalho se manteve nas dez horas? O próprio Marx reconheceu que «as principais medidas da Comuna foram tomadas em benefício da classe média» (23). E um dos representantes da Internacional, designado para o conselho da Comuna, o operário húngaro Léo Frankel, indignou-se: «A revolução de 18 de Março foi feita exclusivamente pela classe operária. Se

não fizermos nada em prol desta classe, não vejo qual é a razão de ser da Comuna.» (24).

O protesto deste companheiro de Marx traduzia a impotência dos representantes revolucionários perante a orientação dominante da Comuna. Este mesmo Frankel, que fez aprovar algumas medidas socialistas, designadamente a que limitava o trabalho nocturno, apelava, por outro lado, aos trabalhadores para que se empenhassem na formação e gestão das cooperativas e agissem directamente em defesa dos seus interesses. Como outros camaradas, entre as quais a internacionalista russa Elisabeth Dmitrieff, Frankel arvorava-se em paladino de um exercício mais directo da soberania. É verdade, escrevia Lissagaray, «que não se devia procurar o programa revolucionário da Comuna nos salões do Hôtel de Ville [sede da administração municipal da cidade de Paris], mas sim na rua, na luta por uma outra sociedade» (25). Élisée Reclus não dizia outra coisa quando afirmou que o ideal superior da Comuna foi «erigido para o futuro, não pelos seus governantes, mas pelos seus defensores» (26). Dar lugar à Comuna é dar lugar ao povo, segundo a fórmula de Jules Vallès, que, no *L'Insurgé*, transmitia todo o espírito da autonomia e da emancipação desta insurreição (27).

VI. A “Forma Encontrada” Não é a Forma Acabada

Depois do advento das revoluções burguesas — a inglesa e, sobretudo, a francesa —, a teoria política do poder democrático desenvolve-se em torno da necessidade de separar a soberania popular — e, mais tarde, a soberania proletária — do seu exercício pleno. Este «grande inconveniente da democracia» que preocupava Montesquieu tinha sido resolvido de forma autoritária pelas classes dirigentes por via da delegação permanente de poder da democracia parlamentar. Mas a Comuna de 1871 voltou a colocar na ribalta da História as aspirações à *democracia pura*, rejeitada por Robespierre, levantando de novo o estandarte do alargamento da soberania à colectividade dos produtores. Propôs mandatários, controláveis e revocáveis, e uma instituição que fundisse as funções legislativas e executivas, centralizada, mas que, ao mesmo tempo, permitisse a autonomia. Estas exigências tiveram um eco límpido e prudente no seio das correntes socialistas, em Marx e nos seus partidários, mas um eco mais forte nos defensores dos princípios anticoncentralistas e anti-autoritários, anarquistas e anarco-comunistas. Deste ponto de vista, e apesar da forte presença de correntes dirigistas no seu seio, a Comuna inflectiu a orientação jacobina herdada da Revolução Francesa. Embora esta inflexão fosse bastante relativa, constituiu um passo em frente no caminho da soberania plena dos explorados.

Só depois da Comuna se exprimiu claramente nos debates do movimento socialista a correlação entre centralismo jacobino e Estado revolucionário e, por consequência, a oposição entre soberania de tipo jacobino e soberania directa. Para as correntes marxistas o problema do Estado revolucionário determina a tomada de posição a favor das concepções centralizadas. Ou seja, toda a evolução para o federalismo era assim vista como prejudicial para a função do Estado revolucionário.

No seu estudo da Grande Revolução, Kropotkine tinha já feito notar a ambiguidade da oposição centralismo/federalismo, cujas fronteiras se deslocavam segundo as circunstâncias e os interesses de classe. Trinta anos mais tarde, Karl Korsch, nos seus estudos sobre a Revolução, pôs também em evidência que, muitas vezes, os centralistas burgueses eram liberais nas questões económicas. Com efeito, a burguesia era simultaneamente federalista e unitarista, consoante as circunstâncias e os seus interesses. Korsch salientou que, mais tarde, no campo socialista, esta oposição entre centralismo e federalismo também não seria insuperável e recordava que Proudhon admitira, em 1848, a necessidade momentânea da centralização política. (28) Neste mesmo plano, defendia a ideia de que «é errado ver, tal como Proudhon e Bakunine, na forma “federativa” uma superação do Estado burguês» (29). A maioria das correntes marxistas identificou muitas vezes incorrectamente o federalismo com o separatismo e todo o Estado com o Estado unitário e centralizador. Ora, no seio do movimento socialista do século XIX, discutia-se como encontrar uma alternativa ao Estado autoritário, e não como o superar. O próprio Proudhon tinha a ideia de um Estado baseado numa federação de comunas e de associações operárias. Como já sublinhámos, o seu projecto não tinha nada em comum com o federalismo do passado feudal; era precisamente o contrário do isolamento, da fragmentação e do egoísmo de interesses diversos. Ele foi mesmo ao ponto de considerar que era o Estado centralista que constituía uma ameaça para a unidade, enquanto o Estado federalista permitia uma espécie de unidade mais harmoniosa das forças sociais. Com o Estado autoritário centralista, «tudo o que conseguiríamos [...] seria criar um antagonismo irreconciliável entre a soberania geral e cada uma das soberanias particulares, levantar autoridade contra autoridade; numa palavra, enquanto se imaginava desenvolver a unidade, estaria a organizar-se a divisão» (30). Também Bakunine insistiu em várias ocasiões no facto de a Comuna se proclamar federalista sem no entanto negar a unidade nacional. Deste intenso debate acerca do antagonismo entre os princípios federativo e unitarista, Karl Korsch extraiu uma conclusão fecunda para o futuro: a ideia federalista pode ser abordada como *uma alternativa histórica* ao centralismo do Estado unitário visto como passagem obrigatória para derrubar a or-

dem capitalista (31).

Neste debate, Korsch avançou uma nova interpretação da fórmula da Comuna, a «forma finalmente encontrada da emancipação». Para ele, a Comuna não foi a forma acabada, o *modelo* de um novo Estado revolucionário tal como o marxismo e, depois, o marxismo-leninismo dele se reapropriaram, mas uma forma que existiu num dado momento histórico, que todavia foi uma «forma política susceptível de ser desenvolvida» (32), uma forma capaz de levar à instauração de uma sociedade sem classes nem Estado, ao fim do poder político especializado e separado, e à construção de uma associação emancipadora — abordagem esta que permite igualmente pensar que «a Comuna de 1871 marcou de certo modo o fim de uma era», a era da forma política democrática, do alargamento máximo da democracia política formal, separada da democracia económica e social. (33) A democracia representativa parlamentar estende-se aqui até ao limite dos seus possíveis. Para além desse limite, o povo soberano deve apropriar-se de toda a sua soberania. Fazendo nossa a fórmula de Robespierre, podemos dizer que o exemplo da Comuna mostra que «o que o povo pode doravante fazer bem por si próprio» é tudo. Ou seja: ir além da democracia representativa sob a sua forma mais alargada, renunciar a todas as limitações no exercício do seu poder. Depois da Comuna, o caminho para uma sociedade emancipada implicava a superação — pelo movimento real — da representação no terreno político e a construção de formas de associação capazes de exercer a plena soberania daquelas e daqueles que estão desapossados do poder institucional.

Para que esta orientação tomasse uma forma e um conteúdo concretos, foi preciso ver chegar os movimentos de massas do princípio do século XX, as greves de massas europeias e russas, o crescimento rápido das correntes sindicalistas revolucionárias, as primeiras grandes dissensões no seio das correntes centralistas da social-democracia e o aparecimento dos movimentos dos conselhos. São estes princípios da democracia directa que continuarão a afirmar-se em todos os movimentos sociais animados pela criatividade da auto-organização e cada vez que se exprima o desejo dum autogoverno dos oprimidos.

Notas: 1) Este texto é uma versão modificada do capítulo «A Comuna de Paris (1871), os limites do exercício da «democracia pura», do livro *O Socialismo Selvagem, ensaio sobre a organização e a democracia directa nas lutas de 1871 até aos nossos dias*, tradução Luís Leitão, Antígona, Lisboa 2019. 2) «Deux lettres sur Proudhon», em Karl Marx, *Œuvres, Économie 1*, Gallimard, col. «Bibliothèque de la Pléiade», org. Maximilien Rubel, 1963, p. 1449. 3) Karl Marx, *Révolution et contre-révolution en Europe (1848-1849)*, em *Œuvres IV, Politique 1*, Gallimard, col. «Bibliothèque de la Pléiade», org. Maximilien Rubel, 1994, p. 44. Para a crítica das ideias económicas em Proudhon, veja-se *Misère de la philosophie*.

Réponse à la Philosophie de la misère de M. Proudhon (1847), em Karl Marx, *Œuvres, Économie 1, op. cit.*, pp. 1-136 [*Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon*, trad. port. Zeferino Coelho, José Barata-Moura e Fernando Silvestre, Lisboa, Avante, 1991]. 4) *Id.*, *La Commune de Paris. Adresse du Conseil général de l'AIT*, *Le Temps des Cerises*, 2002. 5) *Id.*, *La Guerre civile en France* (1871), edição acompanhada dos trabalhos preparatórios de Marx, Éditions Sociales, 1968, pp. 211-212. Excertos recolhidos de *Critique sociale*, n.º 3, 2008 (<http://critique-sociale.info/bulletins-2/numero-3-decembre-2008>) [*A Guerra Civil em França*, trad. port. Eduardo Chitas, Lisboa, Avante, 1984]. 6) Karl Korsch, «La Commune révolutionnaire», em *Marxisme et contre-révolution*, Seuil, 1975, pp. 109-119. 7) Karl Marx, *Adresse du Comité central à la Ligue des communistes*, 1850. 8) *Id.*, *Adresse inaugurale et Statuts de l'Association internationale des travailleurs*, «Statuts, article 7a2», em *Œuvres, Économie 1, op. cit.*, p. 471. 9) *Ibid.*, p. 467. 10) Karl Marx e Friedrich Engels, prefácio do *Manifeste communiste* (1872), em *Œuvres I, Économie 1, op. cit.*, p. 1481 [*Manifesto do Partido Comunista*, trad. port. Álvaro Pina, Lisboa, Avante, 1984]. 11) *Ibid.* 12) Karl Marx, *La Guerre civile en France, op. cit.* 13) Lev Trotsky, «Les Leçons de la Commune», prefácio a C. Talès, *La Commune de 1871*, Spartacus, 1971, p. 171. 14) Robert Tombs, *Paris, bivouac des révolutions. La Commune de 1871*, Libertalia, 2014. 15) *Ibid.*, p. 317. 16) *Ibid.*, p. 241. 17) *Ibid.*, p. 295. 18) *Ibid.*, p. 281. 19) Kristin Ross, *L'Imaginaire de la Commune*, La Fabrique, 2015, p. 36. 20) *Ibid.*, p. 37. 21) Robert Tombs, *op. cit.*, p. 282. 22) *Ibid.*, pp. 190-191. 23) Karl Marx, *La Guerre civile en France, op. cit.* 24) Citado por Robert Tombs em *Paris, bivouac des révolutions, op. cit.*, p. 198. Sobre Léo Frankel e os seus camaradas revolucionários da AIT, o belo livro de Julien Chuzeville, *Léo Frankel, communard sans frontières*, Libertalia, 2021. 25) Prosper-Olivier Lissagaray, *L'Histoire de la Commune de 1871* (1876), Maspero, 1969. 26) Citado por C. Talès em *La Commune de 1871, op. cit.*, p. 163. 27) Veja-se também Kristin Ross, *op. cit.* 28) Pierre-Joseph Proudhon, *Du principe fédératif* (1863), citado em Karl Korsch, *Marxisme et contre-révolution, op. cit.*, p. 100. 29) *Ibid.*, p. 115. 30) *Id.*, *Du principe fédéraliste*, citado em Daniel Guérin, *L'Anarchisme*, Gallimard, col. «Folio», p. 90. 31) Karl Korsch, «Fédéralisme, centralisme, marxisme», em *Marxisme et contre-révolution, op. cit.*, p. 107. 32) Karl Korsch, «La commune révolutionnaire (II)», em *Marxisme et contre-révolution, op. cit.*, p. 110. 33) Serge Bricianer, comentário ao artigo de Korsch, «La commune révolutionnaire (II)», em *Marxisme et contre-révolution, op. cit.*, p. 118.

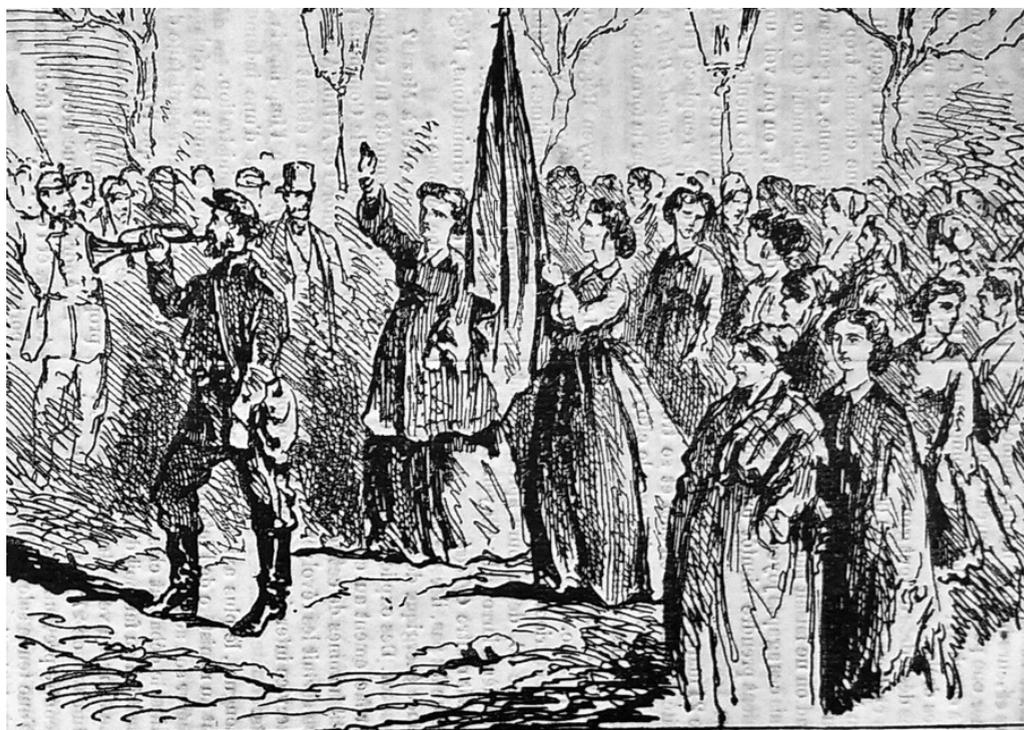


Imagem da Época (Paris, 1871)
Arquivo Dominique Labaume



André Leo (1824-1900),
desenho de Mara Rosa, 2021

A COMUNA DE PARIS E O FEDERALISMO REVOLUCIONÁRIO

Alexandre Samis

Nós apelaremos para a força... Proprietários, defendei-vos! Haverá combates e massacres.
Pierre-Joseph Proudhon

A derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana, a captura de Napoleão III pelos prussianos, em Setembro de 1870, e a proclamação da República nesse mesmo mês, não foram mais que tantos outros fatos relevantes para a composição do quadro geral de enorme instabilidade política na França. O cerco de Paris pelas tropas prussianas, que duraria até janeiro do ano seguinte, as privações experimentadas pelos parisienses durante esses meses, a claudicância do governo de “Defesa Nacional” sob a bandeira da República, tudo isso deu a Paris motivos para pensar em insurreição.

No ano seguinte, após 28 de Janeiro, data da assinatura do armistício com a Prússia, diante dos termos vexatórios do acordo no qual além de uma pesada dívida de guerra o governo se comprometia a entregar parte de seu território ao invasor, o povo de Paris explodiu em insatisfação. Situação agravada pela eleição de uma Assembleia Nacional de fisionomia conservadora, em 8 de Fevereiro.

Diante dos fatos, a Guarda Nacional toma para si a defesa da República. Concretamente, a partir de 15 de Fevereiro os guardas nacionais passam a discutir a sua organização sob a forma federativa. Os membros da Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores) que haviam hesitado por um momento aderem completamente às manifestações. Com eles estavam o Comitê Central Republicano de Defesa Nacional dos Vinte Distritos de Paris, a Federação das Câmaras Sindicais e a Federação das Associações Operárias que, de certa forma, formalizam um pacto com o Comitê Central da Guarda Nacional. Assim, no julgamento dos internacionalistas, a Guarda Nacional, além de se assentar em uma clara estrutura federada, tinha condições de realizar a versão mais bem acabada do “povo em armas”.

Os 30 mil prussianos que entraram em Paris no dia 1º de Março, como parte do acordo de paz, são recebidos com muita hostilidade pela população. O exército de ocupação terminaria por ficar muito menos tempo que o pretendido. Por força do fato, temendo perder o controle da situação, o governo decide resgatar das mãos dos guardas nacionais as peças de artilharia e os fortes de Paris.

Assim, no dia 18 de Março, alguns destacamentos do exército saem de seus quartéis com ordens para ocupar pontos estratégicos dentro da cidade. A operação é denunciada pelo alarme dado pelas mulheres operárias nos bairros. A pronta adesão da Guarda Nacional à resistência acaba

por provocar um desfecho inusitado. Os comandantes da ação governamental, os generais Lecomte e Clément Thomas, acabariam fuzilados sumariamente por seus próprios comandados.

Na prática Paris passava às mãos da Guarda Nacional e do povo insurreto. O governo conservador, representado na figura de A. Thiers, parte sem demora para Versalhes. Era o primeiro ato da guerra civil.

No dia 19 de Março o Comitê Central da Guarda Nacional chamava o povo ao sufrágio. O edifício do *Hôtel de Ville* ficaria então ocupado pela Guarda Nacional até o fim da apuração dos votos e a nomeação dos eleitos para a formação da Comuna. No dia 21, um novo decreto suspendia o despejo de locatários por seus senhorios. Também foram suspensas as execuções por dívidas e debatidas as eleições para o comando da Guarda Nacional.

No dia 26 Março aconteciam então as eleições. Com o fim dos pleitos, os parisienses tomavam conhecimento dos nomes de 80 novos representantes. Destes, 25 eram operários, e ainda dentro deste acanhado universo eram também minoritários os militantes da Internacional.

Segundo as crônicas da época, 200 mil parisienses acorrem à posse dos eleitos que aconteceu no dia 28 de Março em cerimônia pública. Os ecos da comemoração chegam, ainda que um tanto distorcidos, a diferentes partes da província. Das mais variadas formas as notícias desceram o Ródano movimentando também o sul do país. Em Marselha, cidade na qual os trabalhadores portuários estavam em greve desde 10 de Março, os clubes civis e os da Guarda Nacional enchem-se de radicais que não poupam de críticas o governo de Versalhes. Ao norte, em Limoges, a partir de 22 de Março, ensaia-se também um movimento no mesmo sentido, mas sem maiores consequências, apesar de o povo ter tomado a Prefeitura. No departamento de Limousin, outras cidades ainda manifestariam apoio a Paris, como Tulle, Solignac e Aubusson. Mesmo na região colonial da Argélia houve quem comemorasse a Comuna.

Coube ao veterano Charles Beslay, um reputado proudhoniano, fazer o primeiro pronunciamento oficial e a abertura dos debates para que fossem tomadas as primeiras medidas da Comuna. Para tal, foram criadas as seguintes comissões: Guerra, Segurança Geral, Finanças, Ensino, Subsistência, Justiça, Trabalho e Trocas, Relações Exteriores e Serviços Públicos. E ainda uma “Executiva”. Todas federativamente articuladas. Era ainda, por força de seu desenho e concepção, um órgão simultaneamente executivo e legislativo.

Tanto mais surpreendente pode ser considerada a forma federativa assumida pela Comuna se tomadas em conta as forças político-ideológicas em seu interior. Uma vez que a “maioria” presente no governo, jacobinos e blanquistas, era essencialmente centralista; e apenas a “minoría” era federalista.

A Comuna empreendeu esforços notáveis nas seguintes direções:

a) **Política:** supressão do exército permanente e substituição pelo povo em armas; separação entre a Igreja e o Estado; abolição dos cultos religiosos, estabelecimento da elegibilidade dos estrangeiros; adoção da bandeira vermelha, símbolo da “Unidade federativa do gênero humano”, e do calendário revolucionário de 1789.

b) **Social e Trabalhista:** ajuste dos rendimentos dos funcionários públicos de acordo com os salários dos operários manuais; supressão do trabalho noturno nas padarias; fim das multas impostas aos trabalhadores pelos patrões em estabelecimentos comerciais e fabris; reorganização do trabalho feminino; arbitramento da administração comunal no que se referia aos vencimentos dos trabalhadores nas suas diversas funções; extensão do prazo para o pagamento dos aluguéis e a adaptação, para novos termos, dos contratos anteriores; moratória de três anos para as dívidas; devolução de itens penhorados por operários que não excedessem o valor de 20 francos, principalmente no caso de instrumentos de trabalho e livros; instituição de pensão para os federados feridos, suas viúvas e órfãos, mesmo que ilegítimos; fixação dos salários em no máximo 6 mil francos anuais, fixados também os vencimentos dos professores em 2 mil francos; as oficinas abandonadas foram colocadas à disposição dos trabalhadores, sob o controle de suas câmaras sindicais; padronização das 10 horas para as jornadas de trabalho; estímulo aos *ateliês* cooperativos no prédio do Louvre, encarregados de reparar e fabricar armas; instituição de um crédito estatal destinado à criação de associações operárias, mutualidades, com taxas de juros anuais de cinco por cento; os prédios vazios foram destinados aos trabalhadores sem moradia ou aos que foram desalojados em virtude dos bombardeios; e ainda o estabelecimento da gratuidade na educação pública que deveria ser laica e politécnica.

c) **Jurídica:** confisco de bens de raiz; abolição dos processos ordinários dando a ambas as partes direito de voz e ampla defesa; organização de um tribunal civil em Paris; a eleição para a magistratura, a organização do júri e o julgamento pelos pares, além de ter sido feita a encomenda de um estudo sobre os manicômios judiciários.

Cabe ressaltar que o grupo internacionalista, tomando-se este, no sentido ideologicamente mais amplo, como socialista revolucionário, era o único com um projeto econômico definido. Baseados nas prédicas de Proudhon não apenas postularam os cargos de administração e finanças da Comuna, como foram eles os responsáveis diretos ou indiretos pela subsistência de Paris nos dias que se seguiram ao 18 de Março.

No domingo, 2 de Abril, a artilharia de Versalhes abria fogo sobre Paris. Como reação ao fato, a população dos bairros operários apressa-se em levantar barricadas. Ainda mais enfurecidas, as mulheres postulam a vanguarda das tropas para marcharem sobre Versalhes. Mas na realidade o exército da Comuna não estava preparado adequadamente para o confronto. A Guarda Nacional, ainda que com alguma experiência adquirida

durante o cerco prussiano, não estava pronta. A Segurança Geral e a polícia de Paris tinham problemas também. Os espiões de Versalhes andavam pela cidade sem maiores impedimentos. Os clérigos não sofriam maiores constrangimentos por fazer aberta e caluniosa oposição ao novo regime.

Enquanto o governo da Comuna esforçava-se por colocar em prática as reformas, os versalheses não deixavam de agir para ampliar o seu poderio militar. Foi nesse período que Thiers barganhou com o ministro alemão Bismarck a libertação de milhares de soldados que haviam sido detidos pelos prussianos.

Diante das várias derrotas frente às tropas de Versalhes, após uma grande polêmica opondo “maioria” e “minoría”, é criado então o Comitê de Salvação Pública com o fito de aumentar a eficácia das ações militares da Comuna. Na prática, segundo os internacionalistas, instituía-se a ditadura.

A situação militar da Comuna, todavia, acabaria por se agravar ainda mais após a morte de 50 soldados da Comuna e a prisão de mais de 200 pelos versalheses no ataque surpresa ao Moulin-Saquet, na madrugada de 3 para 4 de Maio. Louis Charles Delescluze, republicano jacobino e membro da Comuna, assume então a Comissão da Guerra.

No dia 22 de Maio as tropas de Versalhes iniciavam a ofensiva final. Os invasores, em pouco tempo, já eram suficientes para formar colunas dentro de Paris. Por onde passavam deixavam guardas nacionais degolados. Durante a madrugada do dia 22, Louise Michel — que fazia parte da comissão de vigilância de Montmartre — preparava a defesa, em colaboração com os operários residentes no bairro. Incorporada ao 61º Batalhão da Guarda Nacional a “virgem vermelha” pactuara inclusive com os guardas uma resistência encarniçada aos invasores, se preciso, até a morte.

Finalmente, às 5h da manhã, o primeiro projétil de obus caía sobre Paris. Cerca de 130 mil soldados das tropas invasoras já tinham cruzado as portas da cidade. Nas barricadas, os guardas nacionais e as milícias improvisadas encontravam a morte sem que o Comitê de Salvação Pública colocasse seu plano de defesa em ação. Diante desse quadro, os bairros tiveram então que improvisar, eles próprios, as suas defesas. Apesar de precariamente erguidas as barricadas de Maio conseguiram fazer milagres. Entre os dias 25 e 26 de Maio, reunindo as últimas forças, a Comuna, o Comitê Central e a Comissão de Guerra realizaram um encontro na administração do 11º distrito. Nessa ocasião, dos 20 distritos da capital, apenas quatro continuavam integralmente nas mãos da Comuna.

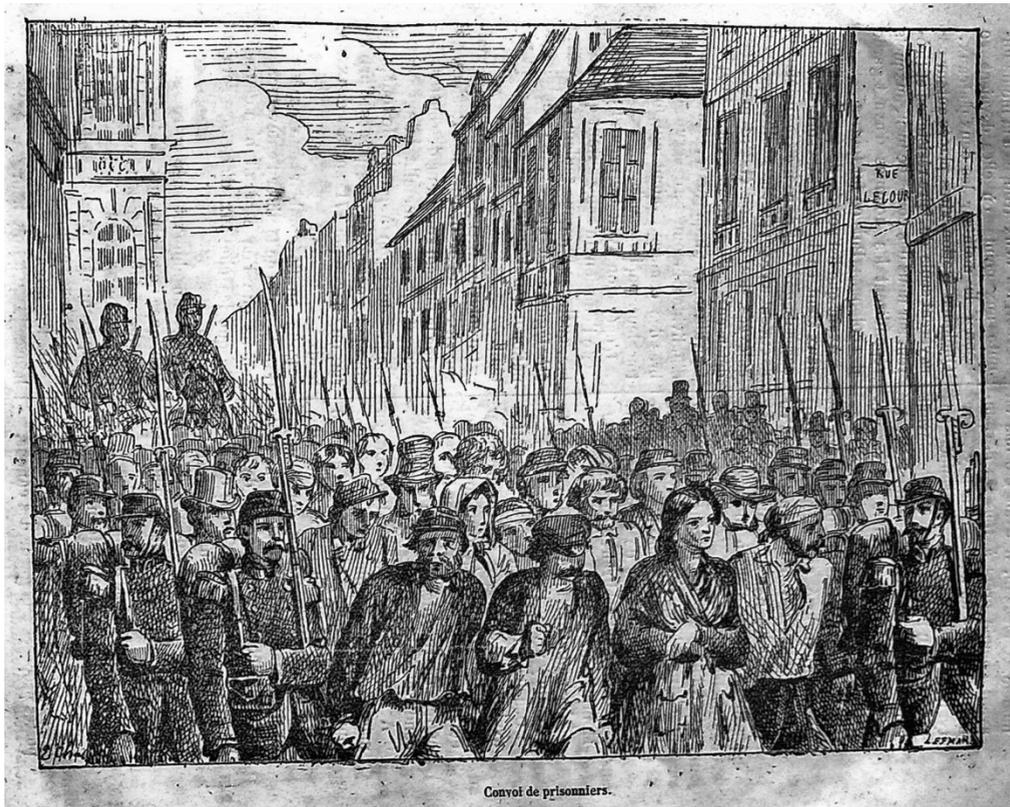
Uma vez que os delegados da Comuna havia trocado a legislatura pelas barricadas e que o Comitê de Salvação Pública não mais existia, o Comitê Central da Guarda Nacional, ao qual se somou o internacionalista Eugène Varlin, que já fora chefe eleito do 193º Batalhão, assumiu a função diretiva das ações contra o inimigo. Mas era demasiado tarde. No dia da queda

definitiva de Paris, no coração da cidade, os versalheses concluíam a tomada do cemitério Père-Lachaise, após sangrenta luta, com armas brancas, no corpo a corpo. Na contabilidade geral, mais de 30 mil fuzilados pelo inimigo, segundo estimativas parciais.

O tempo era de vingança, de razia, de acerto de contas com os rebeldes. As mulheres acusadas de envenenar os soldados e colocar fogo nos prédios de Paris, as “petroleiras”, assim como crianças identificadas com um delito qualquer, foram fuziladas. Os chefes de oficina, operários artistas e mestres, morreram, foram presos ou emigraram. O setor calçadista quase desapareceu; a indústria de madeira perdeu um terço de seus profissionais; havia no fim da repressão menos 10 mil alfaiates; menos pintores, especialistas em telhados, bombeiros hidráulicos, chapeleiros, joalheiros, cinzeladores e pintores em porcelana. A indústria de mobiliário que antes ocupava mais de 60 mil trabalhadores ficou destruída. Os proprietários reclamaram ao governo que, sem outra alternativa, assegurou que enviaria alguns soldados para substituir os antigos operários. Mesmo diante desse fato, a repressão não diminuiu. As deportações em massa para áreas coloniais e prisões em fortificações parecem ignorar os apelos da própria burguesia.

Ainda que derrotada militarmente a Comuna de Paris sobreviveria como memória fundamental do projeto inconcluso da classe trabalhadora. A violência terminaria por silenciar menos que suscitar a notoriedade do esforço coletivo empreendido por mulheres e homens naquela primavera de 1871.

Imagem da Época (Presos da Comuna, 1871)
Arquivo Dominique Labaume



Convoi de prisonniers.

As Mulheres de 1871

Louise Michel

Preso pelo exército republicano de Versalhes, julgada, condenada e deportada para uma colónia do Pacífico, a Nova Caledónia, a professora primária Louise Michel, combatente da Comuna, escreveu no cativo uma longa história testemunhal desses acontecimentos, começando pela derrota militar de 1870 e a “agonia do império”, seguindo-se o governo republicano de “defesa nacional”, os combates do cerco alemão à capital e a recusa da rendição, mas sobretudo a proclamação autonomista da Comuna (18 de Março), a sua obra, o avanço militar pelos *versillais* e o esmagamento final dos *communards* em Maio de 1871. Dele extraímos as passagens seguintes. [João Freire]

Entre os mais implacáveis lutadores que combateram a invasão e defenderam a República como aurora da liberdade, estiveram numerosas mulheres. Quiseram fazer das mulheres uma casta mas, sob a força que as esmagava ao longo dos acontecimentos, a selecção foi feita. Não fomos nisto consultadas, e também não queremos consultar ninguém. O mundo novo nos reunirá à humanidade livre, onde todos têm o seu lugar.

Com Maria Duresme, o direito das mulheres avançava corajosamente, mas apenas por um dos lados da humanidade, o das escolas profissionais das senhoras Jules Simon, Paulin, Julie Poussaint. O ensino dos pequeninos da senhora Pape Carpentier funcionando na Sociedade de Escolas Primárias da rua Hautefeuille tivera tal sucesso durante o Império que os melhores alunos frequentavam já as outras classes. Tínhamos como cúmplice o Sr. Francolim, do ensino primário, o qual, pela sua parecença com os sábios da alquimia de então, era por nós amigavelmente tratado por “doutor Francolinus”. Quase sozinho, ele tinha criado uma escola profissional gratuita na rua Thévenot.

As aulas tinham lugar à noite. Algumas de nós, quase todas professoras primárias, iam à rua Thévenot depois das suas aulas: eram a jovem Maria La Cecillia, a directora Maria Andreux e várias outras mulheres que aí davam cursos; eu dei três, entre os quais de literatura, onde era fácil encontrar citações de autores antigos que se adaptavam à situação presente; e a geografia, em que os nomes e as pesquisas do passado vinham facilmente até ao presente e onde as ruínas nos diziam tanto, e me apaixonavam. À quinta-feira havia também o desenho (que a polícia imperial uma vez interrompeu por causa de Victor Noir, quando este que se encontrava quase moribundo), onde se usava o giz branco sobre a ardósia, que fazia um contraste muito interessante.

Quando as coisas se complicaram, Charles de Sivry assumiu o curso de literatura e a senhora Potin, minha amiga de instituição vizinha, o de desenho. Todas as agremiações de mulheres, olhando para a hora terrível que vivíamos, se juntaram à Sociedade de Socorros às Vítimas de Guerra. Aí, as burguesas, mulheres dos membros da Defesa Nacional, chegaram a ser heróicas. Digo-o sem espírito sectário, pois que eu tanto estava n'A Pátria em Perigo e no Comité de Vigilância das Mulheres como no comité da Sociedade de Socorros às Vítimas de Guerra: o espírito dominante foi generosidade e largueza; os socorros foram prestados, distribuídos, para aliviar um pouco todas as necessidades e também para encorajar a não-rendição. Se alguém no comité da Sociedade de Socorros às Vítimas de Guerra tivesse falado de rendição, teria de imediato sido posto na rua tão energicamente como nos clubes de Belleville ou de Montmartre. Éramos as mulheres de Paris, tal como as dos bairros periféricos; lembro-me do pequeno gabinete que tinha (com a caixa do esqueleto pedagógico ao lado) na Sociedade de Escolas Primárias, logo à direita da direcção, ou nos Socorros às Vítimas ao pé da senhora Godchaux que, com os seus cabelos brancos, lembrava uma marquesa do antigamente, e lançava por vezes, com um sorriso, algumas gotas de água fria sobre os meus sonhos.

Era eu, ali, uma privilegiada? Não sei. Talvez que as mulheres amem as revoltas. Nós não somos melhores do que os homens, mas o poder ainda não nos corrompeu. E o facto é que elas gostavam de mim, e eu delas. Quando após o 31 de Outubro fui presa pelo Sr. Cresson não por ter tomado parte em alguma manifestação mas por ter dito que faltara para partilhar os perigos com as mulheres e não reconhecia o governo a senhora Meurice, em nome da Sociedade de Socorros às Vítimas de Guerra, levantou o seu protesto, exactamente como também fizeram Ferré, Avronsart e Christ, em nome dos clubes.

Quantas coisas tentaram as mulheres em 1871! Todas e em toda a parte! Tínhamos inicialmente montado ambulâncias nos fortes e como, com surpresa, tínhamos encontrado o governo da Defesa Nacional disposto a acolher-nos, começámos a acreditar que estes governantes estavam realmente dispostos para o combate. Mas eis que eles começaram a enviar para os fortes uma massa de jovens absolutamente inúteis, ignorantes e cansados que gritavam de medo, enquanto os fortes regurgitavam de vida nós todas, apressámo-nos a apresentar a demissão, procurando onde pudéssemos ser de maior utilidade; e eu reencontrei há um ano uma dessas bravas mulheres das ambulâncias, a senhora Gaspard. Nas ambulâncias, nos comités de vigilância, nas oficinas municipais, sobretudo em Montmartre, as senhoras Poirier, Escoffon, Blin e Jarry arranjam maneira de que todas recebessem um mesmo salário. A “marmita

revolucionária”, onde durante todo o cerco a senhora Lemel, do sindicato dos encadernadores, evitou (não sei como) que tanta gente morresse de fome, constituiu um verdadeiro sucesso de devoção e de inteligência. As mulheres não perguntavam se uma coisa era possível, mas sim se era útil, e então empenhavam-se em realizá-la.

Um dia, em Montmartre, havendo insuficiência de ambulâncias, com uma jovem amiga da Sociedade de Escolas Primárias resolvemos fundar uma. Era a Jeanne A., mais tarde senhora B. Não dispúnhamos de um tostão, mas tínhamos uma ideia para arranjar fundos. Levámos conosco um homem da Guarda Nacional de boa estatura e fisionomia “à 1793”, com espingarda e baioneta. Nós, cintadas com faixas vermelhas e sacos na mão feitos de propósito, lá fomos com ele às casas ricas, mas com caras fechadas. Começámos pelas igrejas, com o guarda marcando o passo no chão com a coronha da arma e nós avançando pela nave recolhendo os donativos, a começar pelo padre que estava no altar. Por sua vez, pálidos de pavor, os devotos deitavam tremelicando o seu óbolo nas nossas sacolas, alguns de boa vontade, pois todos os religiosos davam; depois, foi a vez de certos financeiros, judeus ou cristãos, e enfim das pessoas comuns, com um farmacêutico da Butte a oferecer o material: a ambulância estava fundada. Rimo-nos muito, na sede municipal de Montmartre, a propósito desta bem-sucedida expedição, que ninguém teria encorajado se tivéssemos tido a indiscrição de a revelar previamente.



Louise Modestin (?-?),
desenho de Mara Rosa, 2021

O dia em que as senhoras Poirier, Blin e Excoffons vieram à minha escola para lançarmos o Comité de Vigilância das Mulheres ficou-me gravado na memória. Era à noite, depois das aulas, elas sentaram-se nos bancos contra a parede: Excoffons exaltante com a sua cabeleira loura, a “mãe” Blin já idosa, com uma capeline de tricô, e a senhora Poirier usava um capuz vermelho de indiana; sem quaisquer cumprimentos e sem hesitações, elas disseram-me simplesmente: É preciso que você venha connosco. E eu respondi: Eu vou.

Na minha escola, havia nessa altura quase duzentas alunas, miúdas de seis a 12 anos; e crianças dos três aos seis anos, rapazes e raparigas, de quem a minha própria mãe se ocupava, com muito amor. As maiores da minha aula ajudavam-na, ora uma, ora outra. As crianças, cujos pais eram gente do campo refugiada em Paris, tinham sido enviadas por Clemenceau; a municipalidade encarregava-se da sua alimentação, dando-lhes leite, carne de cavalo, legumes e às vezes guloseimas. Um dia, tardou a chegada do leite e os mais pequenos, impacientes, puseram-se a chorar; aflita, a minha mãe chorava com eles. Sem reflectir, para ver se eles se calavam, pus-me a ameaçá-los com o envio para o Trochu [o general mais importante do governo da Defesa Nacional]. Logo eles gritaram cheios de medo: Senhora, nós vamos portar-nos bem, não nos mande para o Trochu! Esta reacção e a paciência com que eles esperaram o leite deu-me a noção da medíocre estima que tinham pelo governo de Paris.

Falou-se muitas vezes das invejas entre professoras primárias. Pessoalmente, nunca dei por elas. Antes da guerra, fazia frequentes trocas de lições com a minha vizinha mais próxima, a jovem Potin, que vinha à minha turma dar aulas de desenho, enquanto eu ia dar aulas de música à dela; e, ora uma, ora outra, levávamos as nossas alunas mais avançadas aos cursos na rua Hautefeuille. E durante o cerco ela assegurou as minhas aulas, enquanto estive presa.

[...]

Desde 5 de Abril que as baterias do Sul e do Oeste instaladas pelos alemães contra Paris serviam agora aos *versillais*, a quem nós chamávamos “os prussianos de Paris”: para dizer toda a verdade, acrescenta-se que nunca altivos lanceiros germânicos usaram de tanta ferocidade. As balas explosivas de que se servia o exército de Versailles contra os federados nunca haviam sido usadas contra Paris. Eu vi um desgraçado que nas trincheiras das colinas tinha recebido um desses projecteis na face. Nós recolhemos alguns deles, que bem poderiam figurar numa exposição de armas de caça contra elefantes, mas desapareceram numa das revistas policiais que sofremos.

Todos os Campos Elísios foram varridos pelas balas. O Mont-Valérien,

Meudon e Brimborion não deixavam de vomitar metralha sobre os desgraçados que habitavam do lado de cá do rio. No outro lado, com o reduto de Moulineaux e o forte de Issy tomado e perdido várias vezes, a luta mantinha-se quase igual. O exército da Comuna era *um punhado* de homens, comparado com o de Versalhes; tiveram de ser bravos para resistir durante tanto tempo, apesar das traições sempre tentadas e da perda de tempo no início. Eram poucos os militares de profissão: com Flourens morto e Cipriani preso, restavam Cluseret, os irmãos Dombrowski, Wroblewski, Rossel, Okolowich, La Cecillia, Hector France, alguns sargentos e soldados que tinham ficado em Paris, e também marinheiros que tinham aderido à Comuna. Entre estes, alguns oficiais, como Coignet, chegado ao mesmo tempo que o aspirante de marinha Lullier, e Perusset, capitão de longo curso. Diziam os marinheiros que tinham mais que fazer do que pagar indemnizações de guerra aos prussianos; quando tivessem vencido Versalhes, iriam retomar os fortes que estavam nas suas mãos. Um deles, Kervisik, que foi deportado connosco para a península de Ducos, ainda falava disso quando, a nós, do outro lado do oceano, já nos parecia longínquo o tempo da Comuna.

Nos primeiros dias de Abril Dombrowski foi nomeado comandante-em-chefe da cidade de Paris. Nós aguardámos o resultado da luta que prosseguia, mas os *versailleurs* atacavam em simultâneo Neuilly, Levallois, Asnières, o bosque de Bolonha, Issy, Vanves, Bicêtre, Clichy, Passy, a Porta Bineau, Ternes, a avenida da Grande-Armée, os Campos Elísios, o Arco do Triunfo, Saint-Cloud, Auteil, Vaugirard, a Porta Maillot. Foutriquait [alcunha de Thiers, o chefe do governo republicado, em Versalhes] ia declarando que só os bandidos de Paris faziam uso de artilharia, pondo-se como vítima. Escrevia o *Mot d'Ordre* [jornal de Henri Rochefort] que “os numerosos soldados que enchiam as ambulâncias de Versalhes eram feridos fingidos, e as covas abertas após os combates eram para supostos mortos, pois assim o impunha a lógica sangrenta do ‘Pequeno Polegar’, que entretanto cobria Paris de fogo e de metralha mas anunciava nos seus comunicados e nos seus jornais que Paris não estava a ser bombardeada”.

O capitão Bourgoüin foi morto quando atacava a barricada da ponte de Neuilly, uma perda séria para a Comuna. Dombrowski teria apenas dois ou três mil homens, às vezes menos, para sustentar o assalto de mais de dez mil do exército regular. O general Wolf, que fazia a guerra à maneira dos Weyler de hoje, tendo cercado um edifício onde se encontravam duzentos federados, conseguiu surpreendê-los: foram todos degolados. No parque de Neuilly, ouvíamos constantemente o roçar das balas através dos ramos, com um ruído parecido com o dos habituais aguaceiros. A ilusão era tão forte que chegávamos a sentir a humidade, mesmo sa-

bendo bem que se tratava de metralha. Sobre a barricada Peyronnet, junto à casa onde estava Dombrowski e o seu estado-maior, caíram durante certas noites dilúvios de artilharia *versailleise*, parecendo que a terra tremia e um oceano tombava do céu.

Numa noite em que os camaradas me forçaram a ir repousar, encontrei perto da barricada uma igreja protestante abandonada, cujo órgão tinha apenas duas ou três teclas partidas. Estava eu envolvida naquela música quando me apareceu um capitão dos federados com quatro ou cinco homens furiosos.

É você que provoca o tiro de obus sobre a barricada! Eu vinha aqui para fuzilar o artista... E assim acabou o meu ensaio de harmoniosa imitação da dança das bombas. No parque, havia alguns pianos abandonados à frente das casas, e alguns em bom estado, apesar de expostos à humidade. Nunca percebi porque os haviam deixado assim, no exterior.

Na barricada de Neuilly, crivada de estilhaços, havia horríveis ferimentos, homens com o braço arrancado até à omoplata, deixada à vista, outros com o peito perfurado, outros ainda com o maxilar arrancado. Fazíamos-lhes o penso, mas sem qualquer esperança. Os que podiam ainda falar diziam “viva a Comuna” antes de morrer. Nunca observara tão horríveis ferimentos. Em Neuilly, em certos sítios, como no posto de Henri Place, estávamos tão perto dos *versillais* que os ouvíamos falar. Fernandez, a senhora Danguet e Mariani tinham vindo ter connosco e havíamos feito uma ambulância móvel perto da barricada Peyronnet, face ao estado-maior. Os menos feridos ficavam; os outros eram levados em grandes ambulâncias, conforme as decisões dos médicos; mas um penso rapidamente feito sobre a ferida ainda ajudou a salvar alguns soldados.

Como sempre acontece, no meio de coisas trágicas surgem outras, grotescas. Um hortelão de Neuilly tinha semeado melões em estufa, que ele guardava ciosamente como se a pudesse proteger dos obuses. Tiveram que o levar à força e partir os vidros da estufa para o impedir de voltar ali. Aqueles que gostavam de rir contavam também que certos agentes do Sr. Thiers em Paris, enviados para um certo local para organizar a traição, introduziram-se nos esgotos subterrâneos da cidade mas executaram tão mal os seus planos que alguns deles, enjaulados como ratos, não foram capazes de sair dali, e tiveram que apelar à boa-vontade dos inimigos para os resgatar: a mecha, afinal estava molhada. Outros agentes, que procuravam fomentar ódios entre o Comité Central e a Comuna, mostraram-se tão desajeitados que rapidamente se denunciaram por si próprios. Nós ríamos de todas estas coisas, entre os tiros e as explosões dos obuses.

A Porta Maillot aguentava-se, com os seus legendários artilheiros, embora poucos — mais os velhos, os novos, e até as crianças ajudavam. Na

manhã de 9 de Abril, um marinheiro de nome Fériloque ficou com o ventre rasgado, junto à sua peça. O seu nome era-nos familiar. Conhecemos Craon, outros mantiveram-se desconhecidos. Que nos importa o seu nome?! É a Comuna! É sob este nome que todos os seus combatentes serão vingados. Como num sonho, assim passam os batalhões da Comuna, orgulhosos da sua marcha de revoltados, os vingadores de Flourens; os “zuavos” da Comuna, os batedores federados, semelhantes às guerrilhas ibéricas, prontos para audaciosas iniciativas. Moços perdidos que, com tanto desprendimento, pulavam das trincheiras para diante! Os “turcos” da Comuna, os “lascars” de Montmartre, com Gensoule e outros mais. Todos estes bravos de coração terno que Versalhes tratava de bandidos têm hoje as cinzas a voar aos quatro ventos, os ossos mordidos pela cal viva. São, eles, a Comuna! São eles o espectro de Maio!

Mas os exércitos da Comuna contaram também com as mulheres cantineiras, as das ambulâncias, tão soldados como os homens. Apenas algumas ficaram conhecidas: Lachaise, a cantineira do 66º regimento; Victorine Rouchy, dos “turcos” da Comuna; a cantineira das Crianças Perdidas, as das ambulâncias da Comuna: Mariani, Danguet, Fernandez, Malvina Poulain, Cartier. As mulheres dos Comitês de Vigilância: Poirier, Excoffons, Blin. As da Cordoaria e das escolas: Lemel, Dmitrieff, Leloup. As que organizaram a instrução mas prontas para a luta de Paris, onde foram heroicas: as senhoras André Léo, Jaclar, Périer, Reclus, Sapia. Todas podem ser contadas como pertencendo ao exército da Comuna, e valendo legiões.

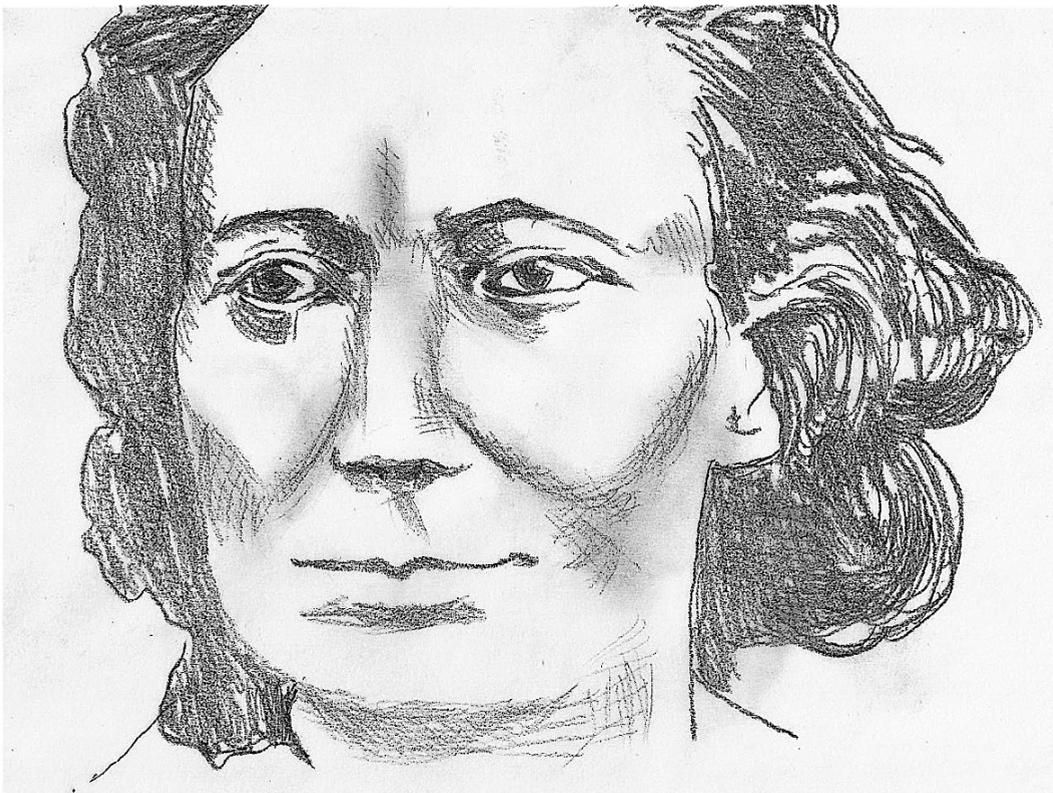
A 17 de Maio o forte de Vanves ficou cercado, com os *versillais* a atirarem de Bagneux, de entre duas barricadas. A 16 tinha ocorrido em Neuilly um violento combate de artilharia. Mas, de Saint-Ouen ao Point-du-Jour e do Point-du-Jour até Bercy, continuavam a bater-se os dois corpos-de-exército da Comuna. A Porta Maillot aguentava-se, Dombrowski também. Os membros da Comuna Paschal Grousset, Ferré, Dereure, Renvier aí acorriam muitas vezes, tão bravos que lhes perdoávamos a sua fantástica generosidade. O exército da Comuna era tão escasso que os mesmos estavam em toda a parte. Que importa?! Aguentavam-se assim.

Mas, apesar dos cuidados da Comuna, havia misérias horríveis. As crianças, em vários locais (entre os quais a rua Pergolèse) apanhavam os engenhos explosivos, que alguns iam vender a estrangeiros por poucas moedas, ignorando que eles poderiam ser recolhidos e tratados pela Comuna; outros levavam esses engenhos para casa. Os pequenotes tinham as mãos e as sobranceiras queimadas e espantávamo-nos como não lhes acontecia algo de pior. Às vezes, iam divertir-se assistindo ao teatro do Guignol, que funcionou até ao fim de Maio na avenida da Étoile, e aí uma mulher levava-os para o Hotel-de-Ville. Até então, o exército da

Comuna fora o exército da liberdade; agora ia ser o exército do desespero.

Termino este capítulo com duas citações de Rossel: a primeira é anterior à sua entrada no exército da Comuna e contém um juízo sobre esta. É um fragmento da carta que enviou do campo de Nevers em 19 de Maio de 1871 ao general ministro da guerra em Versalhes: “Há dois partidos em luta no país e eu alinho sem hesitações ao lado daquele que não assinou a paz e não conta nas suas fileiras com generais culpados da capitulação.” A segunda citação, sobre o exército regular, encomendou-a ao seu advogado Albert Joly pouco antes de morrer: “Vós, republicanos, não quiseram re-fazer o exército. Pois vai ser o exército que irá desfazer a República. Eu morro pelos direitos cívicos dos soldados — é bem o mínimo que poderão acreditar de mim”.

[J.F. traduziu de Louise Michel, *La Commune*, Paris, Stock, 1898, reed. *Fac simile* 1971: p. 151-156 e 250-257]



Louise Michel (1830-1905),
Desenho a Lápis de Mara Rosa, 2021

O homem está condenado a ser livre.
Jean-Paul Sartre

Ó meiga «communard», Amiga e companheira,
Tu foste, Liberdade, o meu lema e emblema,
Se vai, só para ti, a salva verdadeira,
Pra ti a «Soledad», pra ti o meu poema.

Eu tenho, em minha mão, teu seio pequenino,
Rotundo como o lai, redondo como um ovo,
Por isso pra ti vai, vasconço e paladino,
A lis e o laurel da Esp'rança e mundo novo.

Pra ti o lavorar, pra ti a lavareda,
Amiga e alumbrada, Amiga de ABC,
E as alas, meu Amor, as armas na alameda,
A Lira de quem canta e a letra de quem lê.

Existes a trinar minha Musa alvinitente,
Existes a loar. E Liberdade é teu nome,
Enquanto aqui houver um só dolente e doente,
Enquanto em plaga houver uma criança com fome.

Ó Santa «communard», «du peuple» Imperatriz,
A galope e a galope as Maias, em tropel,
Que em lume e Saint-Bernard, em Montmartre e em Paris,
Sou alvo e me alcandoro em Louise Michel.

Por isso, Virgem rubra, em leiva-Leonardo,
Quisera, em alvaiade, ser o teu lavrador,
Numa alva de alabastro eu ser o teu Abelardo,
♥ Heloísa, Michel, Luísa, meu Amor. ♥

Que Luz, 07/ 04/ 2021
AMOR OMNIA VINCIT

à espera de Louise

Ana da Palma

On ne peut pas tuer l'idée à coups de canons ni lui mettre des poucettes (1) (Michel, 2015, 42)
Mère, pourquoi frémir quand je te dis mon rêve? (2) (Michel, 1905, 63)

As pessoas foram chegando a partir das 10 da manhã. Pouco a pouco uma massa formava-se junto à estação (3). Um telegrama enviado de Londres e publicado no jornal *L'Intransigeant* (4) indicava que Louise Michel e “alguns amigos do degredo” chegariam no dia 9 de Novembro às 11 da manhã na estação de comboios Saint-Lazare. Apesar das estratégias iniciadas pelo governo francês (5) para controlar os excessos e minimizar o impacto do regresso (6) de todas as pessoas condenadas pela sua participação na Comuna de Paris (7), apesar da premente censura, do controlo social, de ter declarado a 23 de Maio de 1880 que a bandeira vermelha, a bandeira da igualdade social, fora ilegal, o povo esperava a “heroína da comuna”, um símbolo da revolta, uma militante comprometida, uma mulher “sem manchas” (8). Mas, mito ou realidade, se Louise Michel representa alguma coisa é que relembra as 1051 mulheres processadas pelos 26 conselhos de guerra, as que foram mortas à entrada das tropas de Versailles em Paris, as que conseguiram escapar, como Victorine Brocher (9) que com a bandeira vermelha enrolada à volta do busto, disfarçou-se de criança, escondeu-se e fugiu, outras como Alix Payen (10) estavam a viver momentos dolorosos de sangue e morte e nunca chegaram a entrar nos registos militares criminais da história da Comuna. É também não esquecer a barbaridade suplementar exercida sobre as mulheres da Comuna, quando os tribunais procuraram provar que eram “pétroleuses” (11), de sexualidade desviante, concubinas, putas, lésbicas, de moralidade comprometida, ladras, histéricas ou criminosas e as violações ocultadas frequentemente incentivadas pelos oficiais, como transparece no relato de Elie Reclus (12). A população foi acolher a comunarda, a mulher armada e fardada de guarda nacional, a mulher que desafiou os seus captos (13), aquela que lutou nas barricadas e que participou nos clubes (14). À espera de Louise nessa manhã de Inverno, o povo de Paris foi homenagear todas as pessoas que se empenharam na organização, nos ideais da Comuna e que lutaram pela justiça e liberdade perspectivada numa república social e as que morreram — de que ainda hoje não se sabe ao certo o número (15). Revisitar a Comuna com Louise Michel é mergulhar numa história deliberadamente esquecida e deturpada (16). Segundo os jornais da época (17), estavam cerca de 20 000 pessoas junto à estação. Toda a gente esperava e Louise nunca mais chegava. Mas não foi a comunarda blanquista que chegou nesse dia. Não foi só a degredada (18) que chegou a Paris, aquela que tomou o partido dos Canacos revoltados

em 1878, foi uma mulher cuja sensibilidade e empatia evoluiu politicamente, foi Louise Michel a Anarquista que chegou nesse dia 9 de Novembro por volta do meio-dia, no comboio vindo de Dieppe, vestida de preto como sempre, desde o assassinato de Victor Noir e lenço vermelho, um chapéu de feltro com uma flor vermelha.

Notas: 1) Michel, Louise (2015 [1898]). *La Commune*. Paris: La découverte. Edição de 1898 disponível em pdf em gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France. [“*Não se pode matar a ideia com canhonadas nem agrilhoá-la.*”] 2) Michel, Louise (1905). *Œuvres Posthumes. Volume premier. Avant la Commune*. Alfortville: Librairie Internationaliste. Disponível em pdf em gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France. [“*Mãe, por que estremecer quando te digo o meu sonho?*”] 3) Louise Michel lembra-se: “(...) *puis à Paris la foule, la grande foule houleuse qui se souvient*” (Op.Cit.2015, 418) [“(...) *depois em Paris a multidão, a grande multidão tumultuosa que se lembra.*”] 4) *L’Intransigeant*, mardi 9 novembre 1880, Red. Henri Rochefort. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France. 5) Além da censura, da dissolução da guarda nacional, e da lei de 14 de Março de 1872 contra membros da Associação Internacional de Trabalhadores [Ministère de l’intérieur. Bulletin officiel du Ministère de l’intérieur. 1872. n°6 disponível em pdf em gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France]. Os habitantes de Paris viram a organização municipal ser entregue a um prefeito com poderes executivos e o policiamento entregue ao prefeito da polícia, ambos nomeados pelo Estado, até 31 de Dezembro de 1975 quando o cargo de um(a) eleito(a) “presidente de câmara” foi reestabelecido. 6) Lei de Amnistia parcial de 3 de Março de 1879 e finalmente uma lei de amnistia total de 11 de Julho de 1880. 7) A comuna de Paris, 72 dias de experimentação de uma república social por meio de vários socialismos num contexto de guerra, decorreu de 18 de Março a 28 de Maio 1871. A chamada “semana sangrenta”, foi o esmagamento da comuna pelo Estado francês em que o sangue do povo escorreu pelas margens do rio Sena, decorreu de 23 a 28 de Maio. 8) Foram muitos os nomes que lhe foram dados dos mais gloriosos aos mais horrendos e depreciativos. 9) Brocher, Victorine (2019). *Souvenirs d’une morte vivante. Une femme dans la Commune de 1871*. France: Éditions Libertalia. 10) Payen, Alix (2020). *C’est la nuit surtout que le combat devient furieux. Une ambulancière de la Commune, 1871*. France: Éditions Libertalia. 11) Significa incendiárias, o termo ficou conotado depreciativamente com a Comuna. Thomas, Édith (2021[1963]). *Les “Pétroleuse”*. Paris: Gallimard. Élisabeth Retif, Joséphine Marchais, Eugénie Suétens e Eulalie Papavoine acusadas de terem incendiado Paris, acusadas de serem *pétroleuses*, uma acusação nunca provada, foram condenadas à morte, mas acabaram por ser deportadas (Op. Cit.2015, 340-341). 12) Elie Reclus (1908). *La Commune de Paris au jour le jour, 1871, 19 mars-28 mai*. Paris: Schleicher Frères Éditeurs. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France. 13) No dia 16 de Dezembro de 1871, havia 7 acusações contra Louise Michel, das sete apenas uma foi considerada, a terceira: “o porte e uso de arma e da farda de guarda nacional”. *Louise Michel devant le 6e conseil de guerre : son arrestation par elle-même, dans une lettre au citoyen Paysant*. 1880. A transcrição integral do processo encontra-se disponível na: *Gazette des tribunaux* : journal de jurisprudence et des débats judiciaires. 1871-12-17 Fontes: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France. 14) Os chamados clubes eram locais de encontro para discussão de assuntos importantes ou para leituras. Ver Édith Thomas no livro citado, capítulo VI Os clubes. (2021[1963], 137-155). 15) Audin, Michelle (2021). *La semaine sanglante. Mai 1871. Légendes et comptes*. France: Éditions Libertalia. 16) Além de ter prevalecido a história dos vencedores, a comuna de Paris só veio mencionada nos manuais escolares do 10º em humanísticas em 2002. Fournier, Éric (2013). *La commune n’est pas morte. Les usages politiques du passé de 1871 à nos jours*. France: Éditions Libertalia. 17) *Le Gaulois*: littéraire et politique. 1880-11-10 e o jornal *La Justice* / dir. G. Clemenceau ; réd. Camille Pelletan. 1880-11- 11. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France. 18) “*J’ai raconté bien des fois comment pendant le voyage de Calédonie je devins anarchiste.*” (Op.Cit.2015, 385) [“*Contei várias vezes como me tornei anarquista durante a viagem à Caledónia.*”]

ANTERO E SEUS AMIGOS: REVOLTA E LIBERDADE EM CONFERÊNCIAS DO CASINO

Paulo Jorge Brito e Abreu

*O Cristianismo foi a Revolução do mundo antigo:
a Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno.*
Antero de Quental

limiar

A palavra «comunismo» deriva do latim «communis», que significa «pertencente a vários ou a todos conjuntamente, à disposição de todos, público». Se me permite o leitor, o comunismo, como bem o divisou Agostinho da Silva, era uma das correntes do Cristianismo prisco, primordial ou primitivo, e, antes do Cristo, ele era afecto e era afeito à Fraternidade dos Essénios. Entre outras qualidades, os primeiros comunistas condenavam o comércio e a propriedade privada, punham, lealmente, os seus bens em comum, e refusavam, rejeitavam, o verter o sangue humano e o uso das armas. Meditemos, por isso, e firmemos: só existe uma «communio» quando existe, para a firmar, uma unidade em comum. Ou melhor: quando se abole o véu de Maya, quando não há separação entre o Eu e o Tu. Em nota superlativa, e portanto superlativa: o único lance em que o Cristo se encolerizou, ele foi ao deparar com os vendilhões do templo. E trazemos, pois, à colação, um pensador da estirpe de Jacques Maritain: *A infelicidade, no século XIX, não se deve ao facto de Marx ter existido, mas de não ter existido um Marx cristão*. Nos aprimora e vigora o Santo Agostinho: «Nenhum cristão deve ser mercador» ...

coordenadas aporéticas

Os dois maiores Poetas portugueses do século XIX, eles são, de feito, os dous grandes anarquistas do século XIX – e aqui realço e sublinho, além de Antero de Quental, o António Duarte Gomes Leal (1848-1921). Nenhum dos dois, porém, era ateu em «stricto sensu». Ouçamos o que assera, certo, o Poeta Bulhão Pato, em suas *Memórias*: *Antero tinha tal entusiasmo por Hegel e Proudhon que*

escrevia e dizia: Cristo, Proudhon e Hegel! Ao proferir estes nomes, assumia um aspecto grave e os olhos exprimiam certa beatitude. Que o mesmo é dizer: o Autor dos *Sonetos* era o Astro e era o estro, ele vivia embriagado com o sangue do Cristo. Foi ele quem inflamou o grupo reunido na Travessa do Guarda-Mor. E em casa, lilial, de Jaime Batalha Reis (1847-1935). Passaram, depós, para S. Pedro de Alcântara, para a Rua, depois, da Cruz de Pau e pra uma casa, preclara, na Rua dos Prazeres. E era, nas palavras de Eça, «a nossa escandalosa fornalha de Revolução, de Metafísica, de Satanismo, de Anarquia, de Boémia feroz...» E a talho de foice, digamos nós ora: a mesma «Opera Mundi» se repete, caroyal, em todas as gerações, as personagens, alfim, é que mudam... É sempre a eterna luta entre Liberdade e Autoridade, o radical e o filisteu, o psiconauta do sonho e o Velho do Restelo. Sendo o grupo do Antero, e sendo, o radical, aquele que está de acordo com as sóficas raízes. E era a frol e era a flama. E eram Numes, e eram nomes, como Jaime Batalha Reis, Eça de Queiroz, Germano Vieira de Meireles, Salomão Sáraga e Manuel de Arriaga. E, numa segunda fase, Oliveira Martins, José Fontana e Ramalho Ortigão. O semelhante, por isso, atrai o semelhante. E voam juntas, e conjuntas, as aves, liliais, da mesma plumagem. Nas argutas palavras de Ramalho Ortigão, este Ágape, ou Cenáculo, era um «poderoso centro de espírito e de estudo, de fantasia e de ideias no meio da sociedade lisbonense, a mais incaracterística e mais banal do mundo». E na terra, segundo Leonardo Coimbra, «mais antifilosófica do planeta» e não lembras, aqui, o Alumbrado???. Não alembras o Alto perante o Lilipute???

E ora muito e muito bem. Pondera e refere o historiador das ideias: a 18 de Maio de 1871 apareceu, em a «Revolução de Setembro», um manifesto assinado por doze nomes notáveis: Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queiroz, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel Arriaga, Salomão Sáraga e, ademais, o Teófilo Braga. Ou como quem diz: quer Manuel Arriaga, quer Teófilo Braga, seriam, mais tarde, Presidentes da República. Em apuração, e proposição, eis o que se lia na *Revolução de Setembro*, anelavam, os proponentes: *Abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movi-*

mento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos; ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam na Europa; agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência modernas; estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa. E é força, aqui, é força dizê-lo: à distância de 150 anos, as Conferências Democráticas tinham, dessarte, uma anelação: ela reflecte, e ela repete, a Comuna de Paris. Ou melhor: a 22 de Maio de 1871, Antero de Quental fez a primeira colação, a que chamou, na chama, «O Espírito das Conferências» e «a 22 de Maio», no dizer, diligente, da Enciclopédia Focus, «um exército de 170 000 homens, comandados por Mac Mahon e Galliffet, entrou em Paris. Os federados barricaram as ruas, resistiram heroicamente até 28.» Se trata, aqui, de um autogoverno de carácter proletário, e claramente popular. Para Karl Marx, na cita, «verbi gratia», a Comuna foi «essencialmente, um Governo da classe operária, a fórmula política finalmente descoberta». Como quer que seja, o escopo e a escola do Grupo do Cenáculo era educar, instruir, e não e nanja destruir: esse o seu brandão e esse o seu brasão. Mas vale a pena, aqui, o divulgar e averbar: Antero nunca foi, ele nunca foi, em tempo algum, um materialista dialéctico. Ele escreve, em dado passo, de acordo com Kant, que só por a moral pode ser o mundo salvo. Todo o seu pensar tem um fundamento ético-voluntarista, como em Proudhon, e não histórico-automático-dialéctico, como acontece com o Autor de *O Capital*. Não menos relevante que esta última Obra, é, em 1840, o livro-manifesto proudhoniano: *Qu'est-ce que la propriété?*. Ficando célebre, na ala radical, o seu lema e emblema: «A propriedade é um roubo.» A lavra mereceu encómios, as menagens, benquistas, de Karl Marx, em *A Sagrada Família*, de 1845. Mas quando Proudhon dá a lume, em 1846, o *Sistema das Contradições Económicas ou Filosofia da Miséria*, logo, logo em 1847 Marx o verbera, ele o fulmina, de feito, com *A Miséria da Filosofia*: entre os dous apologetas, o apartamento, por isso, estava consumado.

Mas voltando, aqui mesmo, às Conferências Democráticas: a 27 de Maio, profere, o Antero, a seguinte prelecção: «Causas da Decadência dos Povos Peninsulares». Elas são, segundo o Autor, as seguintes e requintes: o catolicismo que se segue ao Concílio de

Trento (1545-1563), a monarquia absoluta e, ademais, as nossas conquistas ultramarinas. E quem diz Catolicismo pós-tridentino diz, outrossim: a malquista Inquisição e a Contra-Reforma. Prosseguindo na verrina, a 8 de Junho, aqui eis a prelecção de Augusto Soromenho, Professor, desta feita, no Curso Superior de Letras: «Literatura Portuguesa», onde à excepção de Gil Vicente, e Camões, ele fez a negação, refutação, dos valores literários nacionais. A quarta conferência, efectivada a 12 de Junho, propô-la e fê-la o Autor de *O Primo Bazílio*: «A Literatura Nova, o Realismo como nova expressão da Arte». Diga-se a verdade: o Eça, aqui, hauriu a sustância em Flaubert, Proudhon e Taine. Sendo eminente e proeminente, na escola de Antero, a lição proudhoniana: *Du Principe de l'Art et de sa Destination Sociale*, uma lavra vinda a lume em 1865. O mesmo Eça que mais tarde, a 10-02-1886, se havia de consorciar, casar, quero eu dizer, na capela particular da Quinta de Santo Ovídio, com Emília de Castro Pamplona, filha, lilial, da Condessa de Resende. Mas também o mesmo Eça que fora dado, à nascença, como filho de Mãe incógnita. A quinta e última conferência, a 19 de Junho, foi da responsabilidade, adelfa, de Adolfo Coelho: e tratava, e versava, «A Questão do Ensino». Ela erigia, ou exigia, além da liberal liberdade de consciência, a separação completa do Estado e da Igreja, e é dilecto, aqui, o dilucidar, e avulta, na revolta, bem metade do Voltaire: Adolfo Coelho denegriu, e apoucou, os professores conimbricenses. De Salomão Sáraga, anunciou-se, ainda, uma sexta conferência, «Os Historiadores Críticos de Jesus» mas o Renan, forte e fértil, mas o Renan era de mais para a nossa capoeira. E quem se dirigiu, a 26 de Junho, ao Casino Lisbonense, encontrou, colado na porta, o aviso, bem «nazi», de interdição das conferências. Que elas eram, maldizentes, de pessoas indecentes. Que elas eram «prelecções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado.» Mas retorquia, figadal, mas firmava e afirmava o Eça n'*As Farpas*: «Era a primeira vez que a Revolução sob a sua forma científica tinha em Portugal a sua tribuna».

E ora arriba e ora sus. E matutemos e ponderemos tendo, em nossa mente, a Alegoria da Caverna: quando surge, neste plano, uma Luz muito alta, os homens das trevas, eles ripostam, a repelem, eles tendem a ficar, com o lume, encadeados. E daí que seja, o grande Génio, menosprezado como vil, qual roaz e criminoso.

Quando surge, nesta terra, um Bocage, sempre surge um aljube; e quando surge, nesta plaga, um Antero, sempre surge um Marquês de Ávila e Bolama. Mas venceu, contumaz, o conciliábulo. Mas ficou-nos, da parte do Antero, *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, e nos ficou, da parte do nosso Eça, o Manifesto inaugural do Realismo em Portugal. E historicamente veio a lume, a folha prima d' *As Farpas*, em Maio, mavioso, de 1871. Pouco antes, desarte, escrevia, o grande Eça, ao Emídio Garcia: «*As Farpas* são um panfleto revolucionário, é a ironia e o espírito ao serviço da justiça. São o folhetim da Revolução.» E ora vamos ovante avante. Que me releve, agora, o leitor: nos meus verdes 20 anos, em 1980, me pediram, de feito, um soneto em a Selene: e eu adrede fi-lo, e eu o intitulei de «Revolução Social». Ora «A Revolução Social», eu soube-o mais tarde, é o título de um livro de Pierre-Joseph Proudhon... E seja o núbil o nitente, amável ledor, e Paz na terra, Paz pra ti, Amor para a Humanidade.

Que Luz, 01/ 04/ 2021
AMOR MAGISTER EST OPTIMUS



Desenho de Délio Vargas (mão esquerda) 2021



Antero de Quental, desenho a caneta vermelha de Almerinda Pereira, 2021

A 2021

A COMUNA DE PARIS E O PADRE AMARO

António Martins Gomes

“Nos fins de Maio de 1871 havia grande alvoroço na Casa Havanesa, ao Chiado, em Lisboa”. Assim começa o derradeiro capítulo da obra literária *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queiroz. Publicado inicialmente em fascículos, entre Fevereiro e Maio de 1875, o romance inaugural do realismo em Portugal foi recebido não só com assinalável entusiasmo pelo público, mas também com algumas reservas pelo seu contundente anticlericalismo, pois veiculava a ideia de que a Igreja Católica exercia uma influência perniciosa na formação dos seus membros, forçando-os ao celibato e a uma vida de reclusão norteada por regras sociais contrárias aos valores modernos de liberdade e laicismo.

Este romance, depois de ter acompanhado as acções pouco edificantes do Padre Amaro em Leiria, tem o seu desfecho no bairro mais elegante da capital portuguesa e, num esplêndido registo satírico, mostra a forma como a burguesia lisboeta reagiu ao episódio histórico da Comuna de Paris. A narração principia através do olhar do protagonista, recém-transferido para Lisboa e já aliviado de remorsos por ter quebrado os votos de castidade com a melíflua Amélia Caminha e ter confiado o fruto dessa relação pecaminosa à “tecedeira de anjos”. Ao atravessar o Largo do Chiado, o clérigo observa a consternação de muitos transeuntes que liam, em telegramas afixados numa tabuleta, notícias de Paris a arder e a saque, e vituperavam os comunistas e a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Amaro também escuta os queixumes indignados daqueles que imaginavam ver o Hotel de Ville, as Tulherias e Versalhes em chamas. Segundo outro telegrama, a Bastilha, a Praça da Concórdia, os Campos Elísios e o Arco do Triunfo também já estavam a ferro e fogo. Os que conheciam a capital francesa abominavam a ideia de, naquele fatídico momento, estarem a ser destruídos restaurantes, casas de jogo, salas de baile, prostíbulos, cafés e outros lugares requintados do prazer mundano. Noutra grupo, injuriava-se Proudhon, e alguém, ignorando que o acrata francês já havia falecido, se dispunha a dar uma sova naquele monstro incendiário, se

por ali o topasse. Alguns jovens, imbuídos de romantismo social, louvavam as proezas sediciosas da Comuna de Paris. Havia ainda quem imaginasse as labaredas do socialismo a progredir em Lisboa. Ao verem os pobres a cobiçar o estilo de vida dos ricos e a sociedade burguesa a ser tão violentamente esmagada pelas mãos da Internacional, todos entendiam que era necessário usar a força e a repressão.

Por mero acaso, Amaro encontra o cónego Dias, com quem troca algumas impressões, junto à recém-inaugurada estátua de Camões, sobre o trágico fuzilamento de padres em França. Temendo que tais ideias subversivas se difundam em Portugal, os dois “modelares” representantes da benevolência eclesiástica acabam por desejar a prisão e a morte de todos os maçons, republicanos e socialistas que estavam a destruir a Igreja, a família, o exército e a riqueza.

Finalmente, surge o conde de Ribamar, que também se mostra deveras abatido com as más novas. Porém, recorrendo à sua vasta experiência de estadista, acredita que a insurreição será dominada. Com a imperatriz Eugénia de volta ao trono e Pio IX em Roma, a democracia será banida, e tão cedo não se ouvirá falar em “república”, “questão social” e “povo”. A uma pergunta de Amaro sobre a hipótese de aqui chegar o ideário republicano e materialista, o conde considera que não há motivo para tal inquietação, pois são poucos os tolos que apregoam o estado de decadência de Portugal; pelo contrário, a ordem será mantida enquanto houver clérigos reverenciáveis a impor a fé, tal como os dois que o ladeiam. E declara que a prova da prosperidade nacional está ali em redor, naquele ambiente buliçoso e invejado por outros povos europeus.

Nos últimos parágrafos, surge então a paradoxal visão positivista. Focalizado em denunciar o lado sórdido da sociedade, o narrador espelha a nua e crua verdade dos factos e revela personagens de aspecto débil e cansado que por ali circulam ao entardecer, ociosas e consumidas por vícios que causavam a degenerescência da raça e o definhamento da indústria. No plano derradeiro da obra, a pequenez daquela tríade presunçosa e alheada da realidade social, símbolo da contínua aliança entre o trono e o altar, contrasta ironicamente com a estátua de Camões, a evocar, no topo do seu pedestal marmóreo, a epopeia monumental que, em tempos idos, uma nação ousada havia protagonizado.

O final deste romance queiroziano ocorre precisamente em Maio de 1871, num período em que o mundo ocidental começa a ser intensamente abalado por vários movimentos socialistas e proletários. Graças ao trabalho de propaganda desenvolvido a partir de 1865 pela Associação Internacional dos Trabalhadores [AIT] em França, na fase do mutualismo proudhoniano, o modelo económico-social do liberalismo é suspenso e passa a vigorar um governo socialista. O episódio efémero da Comuna de Paris também teve uma larga repercussão na capital portuguesa; com efeito, aos princípios idealistas da Internacional aderiram vários intelectuais pertencentes à inconformada geração de 70, os quais perfilhavam os valores da liberdade e combatiam a letargia romântica, um sinal, segundo estes jovens revolucionários, de atraso social e ignorância cultural.

Ao longo deste período, diversos acontecimentos marcantes ataram em Lisboa as chamas primordiais do socialismo. É o caso de uma reunião clandestina decorrida num barco, em pleno Tejo, onde o sapateiro Francisco Mora, o gravador Tomaz Morago e o tipógrafo Anselmo Lorenzo – o patriarca do anarquismo espanhol – instruíram Antero de Quental, José Fontana e Batalha Reis sobre a importância de os trabalhadores portugueses se juntarem à causa da AIT e constituírem a grande falange do proletariado mundial. Em acréscimo a este encontro determinante para disseminar o socialismo utópico por toda a Península Ibérica, Antero publica *O que é a Internacional?*, em cujo opúsculo divulga as linhas programáticas da nova associação operária e proclama a árdua luta a ser travada entre o Trabalho e o Capital, entre os que produzem a riqueza e os que monopolizam os meios de produção.

Durante a segunda metade da década de 60, Antero de Quental havia observado o duro quotidiano dos operários e adquirido uma sólida formação baseada nas leituras de Proudhon, Michelet e Hegel. Para melhor entender a condição laboral, trabalhou como tipógrafo em Paris, em 1867. No ano seguinte, após a destituição de Isabel II, Antero publica *Portugal perante a revolução da Espanha*, onde elogia o republicanismo e propõe o federalismo ibérico. Em Lisboa, este destacado ideólogo envolve-se numa firme missão de apostolado social e forma o Cenáculo, um espaço fértil em debates filosóficos de temas sociais, sob o lema político do socialismo utó-

pico e do republicanismo. Com a colaboração, entre outros intelectuais, de José Fontana, Eça de Queiroz, Batalha Reis, Manuel de Arriaga e Oliveira Martins, organiza as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, onde seriam apresentadas novas orientações filosóficas e científicas, e debatidas as melhores formas de inovar a sociedade portuguesa ao nível político, económico e cultural.

A 22 de Maio de 1871, no início da “semana sangrenta” em Paris, Antero de Quental profere o discurso que abre um ciclo de dez sessões onde se debateriam questões prementes na Europa e divulgariam algumas teorias político-ideológicas, como positivismo, socialismo, republicanismo, democracia, anticlericalismo e realismo. Na noite de 27 de Maio, a poucas horas da derrocada da Comuna de Paris, Antero disserta sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. A decadência nacional, tema abordado por Almeida Garrett em 1830, ao colocar Portugal na balança da Europa, surge também no pensamento do orador, que identifica três razões para o declínio das duas nações ibéricas, a partir do século XVI: a intolerância do catolicismo pós-tridentino; o absolutismo a impedir o poder local e a ascensão da classe média; e as conquistas a Oriente, que infundiram o parasitismo. Como solução, propõe a liberdade religiosa, o federalismo republicano e a valorização do trabalho e da indústria.

Para além de Antero de Quental, outro “tolo” que fala da decadência de Portugal, como dizia o conde de Ribamar no final do romance, é o próprio Eça de Queiroz, que também intervém com uma palestra sobre o realismo como nova expressão literária. Em sintonia com o pensamento de Proudhon e Zola sobre a missão social da arte, censura a escola romântica por glorificar as emoções e inculcar o alheamento social, e defende a literatura realista, que faz a crítica do homem, a anatomia do carácter e a denúncia dos males sociais. Na sexta sessão, onde Salomão Saragga se pronunciaria sobre os historiadores críticos de Jesus, uma Portaria governamental proíbe as Conferências por ofenderem “o código fundamental da monarquia” e exporem “doutrinas e proposições que atacam a religião e as Instituições políticas do Estado”.

Também em Maio de 1871, no primeiro número de *As Farpas*, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão declaram que decidiram escrever

aquelas crónicas mensais para irem registando o “progresso da decadência” com exemplos da inércia social, da crise económica, da falta de cultura e instrução do povo, ou das debilidades da indústria e do comércio. Ainda neste mês, o matemático e astrónomo José Falcão, figura emblemática da geração doutrinária republicana, publica, sob anonimato, *A Comuna de Paris e o Governo de Versailles*, em cujo opúsculo alude ao impacto benéfico da Comuna no operariado e defende o regime republicano como forma de reduzir o grande fosso entre ricos e pobres.

Com efeito, sob influência das ideias libertárias de Proudhon, Bakunine, Kropotkine e Réclus, a Comuna de Paris desperta na sociedade e no mundo laboral a atenção para as questões sociais e para a necessidade de se formar um movimento associativista entre o operariado português. Ao longo dos anos seguintes, Antero de Quental funda a Fraternidade Operária, associação de resistência que edita o semanário *O Pensamento Social*, são fundados o Centro Republicano Federal de Lisboa, o Partido Socialista Operário Português e o Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa, é editado o jornal acrata *A Revolução Social*, é eleito o primeiro deputado republicano, são criados os primeiros núcleos da AIT e aumentam os movimentos grevistas.

No início da década de 70 do século XIX, poderiam até ser poucos aqueles “tolos” iconoclastas que se empenharam em debater a decadência de Portugal, mas bastaram para atear, muito contra a vontade do padre Amaro, os primeiros rastilhos de socialismo e republicanismo durante um período de revolução industrial e de maior consciencialização política do proletariado.

Barricadas na Comuna de Paris,
Desenho a Lápis de Mara Rosa, 2021



A COMUNA DE PARIS

poema de *Manuel Ribeiro* no jornal *A Batalha*

[apresentação e transcrição *Gabriel Rui Silva*]

O poema “A Comuna de Paris”, que Manuel Ribeiro publica em 19-3-1921 n’ *A Batalha* (p. 1), jornal que ajudara a fundar e onde exercitou determinante e regular intervenção, sinaliza a derradeira colaboração do romancista com o periódico anarco-sindicalista. Tenha-se presente que no início desse mês de Março ocorrera a fundação do Partido Comunista Português, liderada por Ribeiro, e que a relação deste com *A Batalha* tinha vindo a arrefecer desde o seu protagonismo na criação da Federação Maximalista Portuguesa (Maio de 1919) e da canalização do labor de escrita para o jornal *Bandeira Vermelha*, porta-voz da referida organização. Para além disso, a inesperada proposta cato-comunista presente no romance de estreia de Ribeiro, *A Catedral* (Maio de 1920), tinha contribuído para o acentuar de perplexidades entre os companheiros d’*A Batalha*. Ribeiro publica um primeiro texto sobre a Comuna de Paris n’*A Batalha*, em 18-3-1921, “Páginas da Comuna O Dezoito de Março A proclamação de Thiers”, e, no dia seguinte, o poema “A Comuna de Paris”. Em boa verdade, na sequência da prisão de Ribeiro (15-10-1920 / 9-1-1921), o *Bandeira Vermelha* interrompera a publicação e só ressurgiria em 17-4-1921 nas vestes de porta-voz officioso do PCP, de modo que importa destacar o que se afigura ser o duplo intento de Ribeiro ao publicar o poema sobre a Comuna n’*A Batalha*: por um lado, afirmar a continuidade de um combate, *Ser pelo Trabalho é ser pela Revolução*, e o exemplo da revolução Russa nessa luta, o reavivar em Moscovo da luz extinta na Comuna, *a gloriosa Moscou / A cidade imortal que já Roma ofuscou*; por outro, no subtil apelo à unidade que as duas últimas estrofes traduzem, recordar que *Onde o coração bate aí é que se luta*, e a afirmação d’*A Batalha* como *baluarte audaz da Revolução*, local unitário a partir do qual o operariado construiria *uma muralha de aço*, expressão que meio século depois ressurgiria por entre as hostes da organização fundada por Ribeiro... Na transcrição optou-se por respeitar a singularidade gráfica do original, não se procedendo a actualizações. [G.R.S.]

A COMUNA DE PARIS

Funde-se em sombra o génio... O imortal francês

Que deslumbrou o mundo após noventa e três,

O que depois de ser César e Usurpador

Foi, oh destino vário, o grande semeador

Da Liberdade e em vôo ousado de aguia leva

O alento germinal que o pópulo subleva

Na Europa, em toda a parte;

Esse que a História mais absolve que condena

Napoleão Bonaparte,

¹⁰ Tomará como um astro, ao largo, em Santa Helena.

Funde-se em sombra o génio... E mai a luz se cerra

A Reacção que já aduncas garras ferra
No corpo virginal da nívea Liberdade
Requinta-se no mal, redobra em crueldade.
Um lúgubre poente agonisa na França.
As almas mais viris enublam-se sem esperança.
As águias imperiais fogem da luz morcegos.
Os dragões de Austerlitz adomam-se borregos.
E os vinte anos banais do outro Napoleão,
20 Em que Quarenta e oito é sómente um clarão,
Calcam na sua marcha idiota de elefante
A sementeira ideal lançada pelo gigante.

Mas sob a cinza opaca, um dia, de repente,
Ergue-se toda branca e bela e resplendente
A alma da velha Gália audaz e subversiva,
Fénix recém-nascida a arder em chama viva.
Paris acorda, vibra, e em rubra efervescência
Desabrocha ao livre sol a sua florescência
De homéricos heróis, e louca de emoção
30 Despedaça o Império em plena insurreição
A alma de Prometeu expande-se porém
E livre de grilhões avança, vai além,
No ilimitado anseio igualitário e puro.
Um horizonte novo abre-se no futuro.
A Revolta acha enfim sólido fundamento,
Noventa e três vai ter seu justo complemento.
A mão que despedaça a opressão feudal
E faz luzir na treva o tríplice fanal
E grava em letras de oiro os direitos do homem,
40 Cujos brilho perene os anos não consomem,
A mesma mão levanta o facho da Igualdade
E clama em brônzea voz: “És livre, Humanidade
Une-te pelo Amor, trabalha e sê feliz!”

Era a voz da imortal Comuna de Paris.

Mas, ai, a grande Luz extingue-se depressa.
Os espectros do crime em legião compressa
Toldam-lhe o brilho intenso e na sombra maldita
Em furia, a Reacção atroz se precipita.
Sobrevivências más abatem-se em cardume
50 Como abutres crueis sobre àvesinha implume.
E a Comuna baqueia em cafreal massacre
Afogada no sangue ardente e rubro e acre
De milhares de heróis varados pelo crime.

Mas êste sangue é bom, porque o sangue redime...

A sociedade é como um matagal cerrado,
 Onde a raiz só cede à ponta do arado.
 As lutas sociais não são (creiam, não éro)
 Simples torneios, são epopeias de ferro.
 Que o diga lá ao longe a gloriosa Moscou,
 60 A cidade imortal que já Roma ofuscou,
 Cuja espada brilhando em fulgurantes lumes,
 Férreo gládio de dois ígneos cortantes gumes,
 Arrasa o cárcere e ergue a escola à Luz que vem,
 Castiga o mal e rasga a ampla estrada do Bem.

Pioneiros do Progresso e da Civilização
 Ser pelo Trabalho é ser pela Revolução.
 Quer com a pena quer empunhando uma espada,
 Numa proclamação ou numa barricada,
 É sempre a mesma heróica e épica labuta.
 70 Onde o coração bate aí é que se luta.

Saudamos-te, Comuna, esforço intemerato,
 A quem o coração de todos nós é grato.
 Se em sangue te afundaste, oh sol do Ocidente
 Raias mais belo já nos céus do Oriente.

... Mas neste aniversário,
 Que atrai e chama aqui o revolucionário,
 Alguma coisa mais nos emociona e prende:
 É uma auréola de oiro, uma auréola que explende
 E desta bela terra a Luz ideal espalha,
 80 Nome que só dizê-lo é um repto: *A Batalha!*

Em tôrno dela como um resistente arnez
 De férreas convicções o operário português
 Forma um só peito, forma uma muralha de aço
 E unido pela fé no mesmo estreito abraço
 Ostentando *A Batalha* assim como um balsão
 Faz dela o baluarte audaz da Revolução.

[18-3-1921]

ANO III—N.º 703 PREÇO 5 CENTAVOS Sábado, 19 de Março de 1921

REDACTOR PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
 Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
 EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

IMPRESMENTE INDECENTE...
CONFEDERAÇÃO PATRONAL
 e as suas misérias

EM VOLTA DE "A BATALHA"
As manifestações feitas ontem
 Na nossa redacção [cis. Todos os grandes movimentos pro-] Notas várias

A Comuna de Paris
 Fundo-se em sombra o génio... O imortal francês
 Que deslambrou o mundo após noventa e três,
 O que depois de ser César e Usurpador
 Foi, oh destino viário, o grande semeador
 Da Liberdade e em voo onusado de génia leva
 O alento germinal que o pópulo subleva

Na organização política posta em prática nos territórios rebeldes de Chiapas, no sul do México, o papel das assembleias é muito importante, embora não se possa afirmar que tudo se decide de forma horizontal. Quanto às autoridades eleitas, está dito que elas “governam obedecendo”, de maneira a que o “povo dirija e o governo obedeça”. Os mandatos são concebidos como “responsabilidades” e cumpridos como um serviço prestado à comunidade, sem remuneração nem qualquer tipo de vantagem material e tendo como fonte de inspiração os sete princípios do “governar obedecendo” entre os quais “servir em vez de se servir”, “propor e não impor”, “convencer em lugar de vencer”.

Os homens e as mulheres que exercem um mandato continuam membros comuns das comunidades. A autonomia zapatista põe em prática uma “despecialização” das tarefas e dos cargos políticos. “Todos nós, à vez, temos a obrigação de ser governo” dizem eles.

Por consequência, isto leva a aceitar que o exercício da autoridade se cumpre a partir duma posição de não saber. E é justamente na medida em que aquele ou aquela que tem uma função de autoridade assume que não sabe que se pode tornar uma “autoridade sã” esforça-se por ouvir e não lhe custa reconhecer os seus erros. Desse modo, deixa que a comunidade o oriente na elaboração das suas decisões. Confiar as tarefas do governo àqueles e àquelas que não têm nenhuma capacidade especial para as exercer constitui o melhor e o mais fecundo terreno para que o “governar obedecendo” possa crescer e solidificar.

fonte: encyclopedia-anarchiste.xyz
[adaptação da revista *A Ideia*]

Porto, 31 de Janeiro de 1891

António José Queiroz

Cumpriu-se este ano o 130º aniversário da revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. Uma data que ficou na memória e no coração de muitos portugueses e particularmente dos portuenses, que ano após ano se deslocam ao cemitério do Prado do Repouso para prestar uma comovente homenagem “Aos Vencidos”, junto ao monumento que se tornou símbolo de Liberdade e Resistência. O generalizado silêncio da imprensa sobre esta efeméride tem um inequívoco significado político-cultural. Que de certa forma cauciona a opinião de quem desvaloriza o papel do 31 de Janeiro no contexto político da época.

A nível internacional, face à expansão do capitalismo industrial e financeiro, a questão colonial ganhara uma nova dimensão. Após a Conferência de Berlim de 1884/1885 ficou bem claro que não bastava invocar direitos históricos para assegurar o domínio dos territórios africanos. Com a apresentação do famoso “mapa cor-de-rosa”, Portugal jogou a sua cartada e perdeu. O país, que vivia na ilusão de ser um parceiro das grandes potências ocidentais, não gostou que lhe fizessem ver que afinal não passava de um protectorado britânico. Foi esse o significado mais profundo do *ultimatum* britânico de 11 de Janeiro de 1890. Daí os protestos e a indignação de norte a sul do país.

No Porto, sob “reserva e frieza aparentes”, palpitava “um sentimento indeciso de inquietação e vergonha” (1). Do histórico comício do Teatro Príncipe Real, a 26 de Janeiro, resultou a criação da Liga Patriótica do Norte, “genuína expressão das aspirações e do pensamento da cidade” (2). A heterogeneidade dos seus dirigentes suscitou, porém, desconfianças e obstrucionismos que minaram inexoravelmente a sua acção. Ainda assim, “começava a inquietar os poderes públicos” (3). O decreto ditatorial de 7 de Abril, que proibía as reuniões públicas sem prévia autorização, traçou-lhe o destino: numa “sessão triste, quase lúgubre”, a Liga declarava-se dissolvida (4).

Entretanto, a questão colonial, que continuava em aberto, seria liquidada a 20 de Agosto, em condições porventura mais gravosas do que as ditadas pelo *ultimatum*. “Finis Portugalliae”, gritou Oliveira Martins; “Finis Patriae”, poetou Guerra Junqueiro. A prosa indignada da imprensa fazia cair governos mas não tinha força para derrubar o trono. Não se podia contar com Lisboa, “a não ser como o principal núcleo de resistência da Monarquia”. Para “conduzir uma revolução a sério” não restava senão o Porto (5). Pela sua tradição liberal, era a cidade onde “mais viva” palpitava “a velha fibra revolucionária” (6). Estas opiniões

ultrapassavam as fronteiras da cidade. Teófilo Braga, membro do Directório republicano, pensava o mesmo: *Se estivermos à espera do levantamento de Lisboa nunca ele virá, porque esta gente aqui é timorata e cheia de conveniências, tem medo da polícia, da guarda municipal, etc. Além disso, os dirigentes são elementos velhos que tudo empatam. A revolução do Porto é que pode acordar esta gente, e então ver-se-á forçada a aderir. [...] / Portanto, tudo apertada para abreviar o movimento e para que o Porto retome a sua gloriosa iniciativa. Não vai doutro modo. A gente do Directório sabe desta minha opinião e apesar de quererem que Lisboa seja o ponto de irradiação, vêem-se obrigados a confessar que é esse o caminho mais rápido e seguro (7).*

A partir de Junho germinou no Porto a ideia de derrubar a Monarquia e proclamar a República. Alves da Veiga, Basílio Teles e João Chagas começaram por essa altura a aliciar civis e militares. À redacção do jornal *A Justiça Portuguesa*, do polémico Santos Cardoso, acorriam numerosos sargentos. O mal-estar da classe, descontente com as normas de promoção, dava gás à revolução. A indiscrição de alguns conspiradores e as medidas tomadas pelas autoridades civis e militares precipitaram os acontecimentos. Na madrugada de 31 de Janeiro alguns regimentos saíram dos quartéis. Eram, porém, insuficientes. E faltava-lhes uma voz forte de comando. De nada serviu (bem pelo contrário) o gesto romântico de querer replicar o *modus operandi* do 24 de Agosto de 1820. Politicamente, foram vários os constrangimentos que debilitaram irremediavelmente as acções em curso. Desde logo o difícil relacionamento entre os republicanos do Porto e de Lisboa. Que era já antigo, como se verificou, em 1887, no congresso extraordinário do partido. Nos inícios de Janeiro de 1891, após novo congresso, a situação piorou ainda mais, com as alterações no Directório: saídas de Elias Garcia e Sousa Brandão, favoráveis ao movimento, e entrada de Homem Cristo, seu adversário confesso.

Quanto à participação popular, as fontes disponíveis não permitem concluir que tenha faltado. A maioria dos militantes socialistas terá ignorado a revolta; outros operários, porém, com mais pessoas de humilde condição, tiveram participação activa (8). O que não surpreende, já que o Porto, “única cidade industrial do país”, dava trabalho a 80 mil pessoas (9). Veja-se este texto (pouco conhecido) de Raul Brandão: *Talvez eu um dia publique as minhas recordações do 31 de Janeiro: sobre as figuras tão interessantes dessa época, o José Sampaio, o Junqueiro, o Basílio Teles e sobre a redacção da República Portuguesa, a que João Chagas comunicava febre. E hei-de principalmente acentuar o que essa revolução, como nenhuma outra, teve de entusiástico idealismo. E o povo do Porto sentiu-o: participou da mesma alegria e comungou da mesma dor. / Eu morava à beira-rio. Soada a hora do fracasso, uma barca descia o Douro com os presos que levava para Leixões. Em todas as janelas se agitavam lenços, em todos os olhos se notavam lágrimas.*

Vi mais: um homem rude ajoelhou na terra, desatando a chorar, com os braços estendidos para o barco cheio de soldados imberbes, de rapazes das escolas e de homens capazes de se sacrificarem por uma ideia. Não sei quem era o homem ajoelhado, mas nunca mais a sua figura me saiu diante dos olhos: um velho, um trabalhador, um humilde decerto, nesse momento dominado pelo quadro e pelo que nele representava. Quando a gente procura uma palavra para designar uma figura destas, só encontra – o povo. / Efectivamente aquele homem era o povo (10).

A marcha triunfante da “gloriosa, sublime manhã” de 31 de Janeiro dirigiu-se à Câmara Municipal em cuja varanda Alves da Veiga proclamou a República. A bandeira que subiu ao mastro, vermelha com círculo central verde, era a do Centro Democrático Federal 15 de Novembro. Sendo óbvia a homenagem à recente República brasileira (15 de Novembro de 1889), esse gesto simbólico poderá ter querido lembrar também a Comuna de Paris, cujo ideário federalista (e não só) era partilhado por Alves da Veiga e muitos outros republicanos.

O que se seguiu, porém, terminou em tragédia. Para a posteridade ficou a ideia de que o 31 de Janeiro foi um fracasso. Porque visava ser uma revolução e não passou de um pronunciamento militar. Não. Não é sério querer reduzir a “uma insurreição das casernas” (11) o que não pertence apenas “à biografia dos regimentos” (12). De facto, não pode ignorar-se que o movimento foi reactivado após a publicação do *Manifesto dos Emigrados*. E que teve papel decisivo na viragem do comportamento do rei e da classe dirigente do regime, situação que viria a ser fatal para a Monarquia.

Na infeliz gesta portuense, nem todos sabiam definir o ideal por que lutavam. Mas a fé que nele tinham era inabalável: *Eu, meu senhor, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma cousa santa*, respondeu um soldado anónimo ao presidente do Tribunal durante o julgamento dos revoltosos (13). A “tradução” é-nos dada por Sampaio Bruno: [...] *A República não é o governo d’um partido nem o monopólio de tal ou tal casta de gente. A República é, pelo contrário, o governo de todos, por todos e para todos. A causa da República compreende todo o país e, no fim e ao cabo, a República é a Nação [...]. / Consequentemente, ontem como hoje, hoje como ontem, ainda e sempre uma só palavra havia, uma só palavra há: – República!* (14). Nunca saberemos se a República do 31 de Janeiro teria sido “uma cousa santa”. A de 5 de Outubro de 1910, manifestamente, não foi. Daí o sabido desencanto de Sampaio Bruno.

Mas o que foi afinal o 31 de Janeiro? “A irreflexão jacobina de alguns desvairados”? (15) “O mais luminoso e viril movimento de emancipação” em Portugal no século XIX? (16) Uma “lição moral inesperada”? (17) A “manifestação de uma crise moral que não se debelou”? (18) Um símbolo que urge transformar em consciência? (19) “A última utopia”? (20) O quer que tenha sido não justifica a desvalorização historiográfica a que foi

votado. É tempo, pois, de o olhar outra vez, sem preconceitos, procurando compreendê-lo à luz de nova documentação, nomeadamente diplomática. Porque não foi “um fenómeno extravagante”, como disse Sampaio Bruno (21). E como muito bem concluiu José Augusto Seabra, o 31 de Janeiro “continua a simbolizar a actualidade permanente do republicanismo em Portugal” (22).

Notas: 1) Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, 2.^a ed., Lisboa, 1968, p. 105. 2) Basílio Teles, *Ob. Cit.*, p. 109. 3) Idem, *Ob. Cit.*, p. 130. 4) Idem, *Ob. Cit.*, p. 133. 5) Basílio Teles, *Memórias Políticas*, Lisboa, 1969, p. 7. 6) Heliodoro Salgado, *A Insurreição de Janeiro*, Porto, 1894, p. 121. 7) Carta de 15/11/1890, in Homem Christo, *Monarchicos e Republicanos*, Porto, 1928, pp. 303-304. 8) Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, p. 307. 9) Ruy Luís Gomes, *A Revolução Republicana de 31 de Janeiro*, Porto, 1966, p. 15. 10) *A Tribuna*, 31/1/1922, p. 1. 11) *O Protesto Operário*, 15/2/1891, p. 1. 12) João Chagas & ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Lisboa, 1910, p. 56. 13) *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, 1991, p. 12. 14) Bruno, *A Dictadura*, Porto, 1909, p. 293. 15) *O Protesto Operário*, 8/2/1891, p. 1. 16) João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *Ob. Cit.*, p. 437. 17) Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, p. 309. 18) Anselmo Vieira, *A Crise Nacional*, Lisboa, 1926, p. 107. 19) Cristiano de Carvalho, *Revelações*, Barcelos, 1932, p. 155. 20) Albano Costa, “O 31 de Janeiro: A Última Utopia”, in *Nova Renascença*, n.º 40, 1991, p. 151. 21) Esta afirmação consta de um texto até há pouco inédito. O 31 de Janeiro, “amplo”, “vastíssimo” movimento, teve por base o “núcleo” doutra “conjura” que estivera para “explodir” no tempo de D. Luís. Vd. Paulo Samuel, *Sampaio (Bruno), do idealismo republicano à crítica literária*, Porto, 2015, p. 209. 22) José Augusto Seabra, *O Porto e o Republicanismo (A Geração do 31 de Janeiro)*, Porto, 2004, p. 45.



Bandeira do Centro Democrático Federal
desenho de Mara Rosa, 2021

A Biblioteca ‘Anarquista’ de Fialho de Almeida

Francisca Bicho

Com este breve texto pretendemos fazer uma pequena incursão na biblioteca do escritor Fialho de Almeida, percorrendo o ‘Catálogo Geral da Sala Fialho de Almeida’, da então Biblioteca Nacional de Lisboa (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914), para através do mesmo podermos inferir acerca dos autores e títulos que, sobre a temática anarquia/anarquismo, integravam a sua biblioteca, o que nos permitirá concluir do significado dos mesmos no número total, e porventura do eventual interesse do escritor sobre a matéria.

Fialho de Almeida nasceu em Vila de Frades, concelho de Vidigueira no dia 7 de Maio de 1857, e faleceu em Cuba a 4 de Março de 1911, vila da naturalidade da sua mulher, e onde passara a residir após o casamento em 1893. Até à sua morte, Fialho dividiu-se entre as casas de Vila de Frades e Cuba, gerindo as propriedades e trabalhos agrícolas e ocupando-se na actividade da escrita, com algumas idas a Lisboa, viagens à Galiza e outros países da Europa, como aconteceu em 1910. Assim, é natural que os seus bens móveis, e obviamente revistas e livros, se distribuíssem pelas casas de Cuba e Vila de Frades, constando do testamento do escritor que o mesmo legava à Biblioteca Nacional de Lisboa [hoje BNP] todos os seus livros, encadernados ou não, que estivessem nas casas de Cuba e Vila de Frades, bem como as estantes, caso a Biblioteca as quisesse.

Ora, através do testamento não nos é possível conhecer em pormenor quais os livros a que se referia Fialho de Almeida, o que apenas conseguimos determinar, quanto a número de volumes, através do ‘Documento da Relação de Bens’ à data da sua morte – processo 526 da Repartição de Finanças de Cuba. Este documento remete-nos para as quantidades e localização dos livros, quer em Cuba quer em Vila de Frades, registando um somatório de 2 980 volumes em Cuba e 1 565 em Vila de Frades, o que perfaz um total de 4 545 volumes, acrescidos da menção a estantes existentes nas duas casas, mas não nos esclarece, como é óbvio, quanto a títulos e autores.

Assim, o Catálogo Geral que começámos por referir, é o único documento que nos apresenta a biblioteca do escritor, elencando o conjunto de livros que integrou à época a designada Sala Fialho de Almeida, da então BNL. Tal Catálogo Geral é constituído por páginas numeradas de um a 304, mais uma com “A Obra de Fialho de Almeida”, mas na verdade não indica o somatório da quantidade dos volumes, ainda que a lápis vermelho haja na última página uma indicação de B 3 840, talvez aposta por mão de quem o manuseou. Importa essencialmente o conteúdo da biblioteca, mas ficam dú-



vidas sobre a diferença deste número em relação ao que foi apurado no documento da declaração de bens em processo arquivado nas Finanças, e já antes referido.

Antes de iniciarmos o percurso através do Catálogo Geral relativo à biblioteca de Fialho de Almeida, em pesquisa de autores para destaque neste texto, lembremos o anarquista Gonçalves Correia (1886-1967), que ao apresentar o seu jornal *A Questão Social* (Cuba, 1916), se reporta aos “pais” que o inspiravam Kropoktine, Faure, Grave, Malatesta, mas igualmente Réclus e não podemos deixar de recordar como o próprio se dirige em carta “A Um Republicano” (*Estreia d’Um Crente*, 1917), a quem pretendia elucidar sobre a importância dos valores que defendia, recomendando-lhe o *Trabalho*, de Zola, *A Sociedade Moribunda e a Anarquia*, de Jean Grave, *A Dor Universal*, de Faure. Destes autores, Fialho possuía na sua biblioteca Faure, Grave, Kropoktine, Réclus e Zola, mas também Bakounine, Stirner, Tolstoi, ou ainda outros, que consideramos ser de mencionar, em particular pelos títulos das obras – assim, Basch, Boissier, Bouglé, Brissa, Fouillée, Fournière.

Na verdade, seremos necessariamente breves na sistematização de autores e títulos, esperando que nenhum deles, anarquistas ou revelando preocupações visando uma sociedade nova e mais justa, seja esquecido na observação das páginas deste significativo catálogo. Vamos passar a uma apresentação de autores e títulos, seguindo a ordem alfabética em que se encontram, e referindo prefácio, edição, local e data da edição, quando tal consta das informações e na forma como surgem mencionados tais elementos. Pela ordem dos autores que destacamos, indica-se o número das páginas correspondentes: 14, 21, 31, 34, 39, 98, 108 (2), 127, 150, 236, 272, 282-283, 302-303.

BAKOUNINE, Michel: *Oeuvres [Fédéralisme, socialisme et antithéologisme; Lettres sur le patriotisme; Dieu et l’État]*, 2^{ème} éd., Paris, 1895; *Oeuvres [Fédéralisme, socialisme et antithéologisme; Lettres sur le patriotisme; Dieu et l’État]*, 4^{ème} éd., Paris, 1902; *Oeuvres II [Les ours de Berne et l’ours de Saint-Petersbourg (1870); Lettres à un français sur la crise actuelle; Septembre 1870; L’Empire Knouto-Germanique et la révolution sociale (1870-1971) – avec une notice biographique, des avant-propos et des notes, par James Guilamme]*, Paris, 1907.

BASCH, Victor: *L’individualisme anarchiste – Max Stirner*; Paris, 1904.

BOISSIER, Gaston [destacado entre 4 títulos por se referir a Saint Simon]: *Saint Simon – Les grands écrivains français*, 2^{ème} éd., Paris, 1889.

BOUGLÉ, C.: *Les Idées égalitaires – étude sociologique*, Paris, 1889; *Les Sciences sociales en Allemagne – Les méthodes actuelles*, 2^{ème} éd., Paris, 1902.

BRISSA, José: *La revolución de Julio en Barcelona – Su represion – Sus victimas – Proceso de Ferrer com el informe del fiscal y el del defensor Señor Galceran – Recopilación completa de sucesos y comentarios*, 3.^a ed., con 117 gravados, Barcelona, 1910.

FAURE, Sébastien: *La Douleur Universelle – philosophie libertaire*, préf. Émile Gautier, Paris, 1895.

FOUILLÉE, Alfred [destacados entre 6 vols. pela temática do título]: *La propriété sociale et la démocratie*, Paris, 1884; *La Science sociale contemporaine*, 2^{ème} éd., Paris, 1885.

FOURNIÈRE, Eugène: *L’idéalisme social*, Paris, 1898.

GRAVE, Jean: *L’Anarchie, son but, ses moyens*, 4^{ème} éd., Paris, 1899; *La Société Future*, Paris, 1895; *La Société Mourante et l’anarchie*, préf. Octave Mirbeau, Paris, 1893; *L’individu et la société*, 3^{ème} éd., Paris, 1897.

- KROPOTKINE, Pierre: *Autour d'une vie – Mémoires*, préf. George Brandés, 3^{ème} ed., Paris, 1902; *La conquête du pain*, préf. Elisée Réclus, 2^{ème} ed., Paris, 1892; *L'Anarchie – la philosophie – son idéal*, conférence, Paris, 1896; *L'Entr'aide – un facteur de l'évolution*, trad. L. Bréal, Paris, 1906; *Paroles d'un revolté*, préf. Elisée Réclus, nouvelle ed., Paris, s/d.
- RÉCLUS, Elisée: *La Civilisation et les grands oeuvres historiques*, préf. V. Metchuikoff (Léon); *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*, 4^{ème} éd., Paris, 1898; *Le Socialisme en danger*, préf. Kropkine (Pierre).
- STIRNER, Max (J. Caspar Schmidt): *L'Unique et sa Propriété* [Der einzige und sein eighentum], trad. Robert L. Reclaire, Paris, 1900.
- TOLSTOI [entre 23 obras destacamos]: *Ce qu'il faut faire*, trad. B. Tseyllino/E. Janbert, Paris, 1888; *Ma confession*, trad. Zoria, Paris, 1887; *Pouvoir et liberté*, trad. Michel Delines; *Les grands problèmes de l'histoire*, Paris, 1888; *Que faire?*, trad. Marina Polousky/Debarre, Paris, 1887.
- ZOLA, Émile [entre 26 obras destacamos]: *Germinal* (5 vols.), Paris, s/d; *La bête humaine*, Paris, 1890; *La Joie de vivre* (4 vols.), Paris, s/d; *L'argent*, Paris, 1881; *La terre* (5 vols.), Paris, s/d; *Travail*, Paris, 1901.

Elaborada esta lista de autores, diremos que a *biblioteca anarquista* de Fialho de Almeida tem algum significado no conjunto da biblioteca do escritor, sendo de realçar que se trata de edições francesas, com excepção para a obra que seleccionámos sobre a revolução em Barcelona e o processo Ferrer.

A concluir, e pela relação entre Fialho e Raul Brandão, ocorre-nos o destaque dado por este (*Os Operários*: 1984) ao operário culto Hilário Marques, que aderiu ao anarquismo em 1895, e o entusiasmo com que lhe falou do “Manifesto” de Faure, que enunciando as condições de miséria de muitos milhões, terminava com o apelo à adesão de cada um para a construção de uma sociedade favorável ao desenvolvimento integral do ser humano. E lembremos de novo o anarquista Gonçalves Correia dando-lhe voz sobre a importância que atribuiu a Grave e *A Sociedade Moribunda e a Anarquia*, pela forma como permitiu esclarecer as dúvidas sobre os princípios de Kropotkine, mas também Faure e *A Dor Universal*, em que claramente é atacada a organização social que é um verdadeiro inferno, ou ainda Zola e o *Trabalho*, que considerava verdadeira bíblia sociológica para compreender a nova sociedade de iguais pela qual pugnava. Ora, Fialho de Almeida possuía efectivamente estas obras; contudo, tal não nos permite concluir sobre o seu pensamento quanto aos valores do anarquismo, arriscando-nos apenas a presumir que era efectivo o seu interesse. De facto, seria interessante interpretar alguns dos textos da sua obra na perspectiva de avaliar se os mesmos reflectem influência de autores anarquistas.



Presos Militares de Infantaria 10
(31-1-1891)

DUAS CARTAS A MOHANDAS K. GANDHI

Tolstói

Conhecem-se três cartas de Tolstói a Gandhi e outras três deste àquele. A correspondência teve lugar entre 1-10-1909 e 7-9-1910, poucas semanas antes da morte do escritor russo (7-11-1910). Gandhi tinha 40 anos e Tolstói o dobro — 81. Abriu com uma carta de Gandhi, a propósito dos acontecimentos do Transval, na África do Sul, então efervescentes, e fechou com outra de Tolstói. É esta a carta que de seguida se apresenta, juntando-lhe a que antes a anunciou. Ao que sabemos a correspondência entre os dois homens nunca foi dada a conhecer em língua portuguesa. Trata-se dum acervo de grande significado, onde Gandhi, em diálogo com Tolstói e experimentando no terreno com sucesso as ideias de resistência passiva deste, afina a noção de *satyagraha* como meio de luta capaz de respeitar o valor humano do adversário. Trechos da segunda carta, em que Tolstói condenando a violência condena qualquer forma de governo, foram dados a conhecer no jornal *A Batalha*, nos 100 anos da morte do pensador russo. A fonte para a tradução é o livro de Marc Semenoff, *Tolstói et Gandhi* (Paris, Denoël, 1958).

para M.K. Gandhi
de Iassnaïa-Poliana [s/d; Maio/Junho de 1910 (?)]

Prezado Amigo,

Acabo de receber a sua carta e o seu livro *Indian home role* — a Lei da autonomia da Índia. Li o seu livro com um vivo interesse, já que penso que o problema tratado nas suas páginas — a resistência passiva — é duma importância capital e não somente para a Índia mas para a humanidade inteira. Não encontro a sua primeira carta, mas li com paixão a sua biografia de Doke; ela permitiu-me conhecer-vos e compreender-vos melhor. Ainda por agora convalescente, sou obrigado a fazer um esforço para não vos escrever de imediato tudo o que teria para vos dizer sobre este livro e sobre a sua actividade que admiro. Fá-lo-ei logo que melhore. O seu amigo e o seu irmão. Leão Tolstói

de Kotchety, 7 de Setembro, 1910
para Gandhi, Joanesburgo, Transval (A.S.)

Recebi a sua revista *Indian Opinion*, sentindo uma grande alegria ao perceber o que aí se escreve a propósito dos praticantes da resistência passiva. E desejo dar-vos a conhecer as elucubrações que uma tal leitura em mim provocou. Quanto mais vivo, mais desejo — aproximando-se a morte — dar a conhecer aos outros os meus sentimentos profundos. Trata-se daquilo que para mim tem uma importância crucial — aquilo que se chama «resistência passiva». Na verdade, esta resistência passiva não é mais que o ensinamento do amor, não falseado por interpretações mentirosas. O amor — quer dizer, a aspiração das almas humanas para a

harmonia e a acção que daí resulta — o amor é a lei superior e única da vida humana. Todo o homem conhece esta lei por tê-la sentido no mais profundo da alma — e as crianças são disso um exemplo eloquente —, todo o homem a conhece até ao dia em que a mentira do mundo lhe transtorna as ideias. Esta lei foi proclamada por todos os Sages do universo, tanto os da Índia e os da China como os da Europa — Gregos e Romanos. E julgo que foi claramente expressa por Cristo na máxima: «O amor contém toda a lei e os profetas.»

Cristo foi mais longe. Prevendo as deformações que podem ameaçar esta lei, indicou claramente o perigo desta alteração, tão comum nos homens que não vivem senão para os interesses do mundo. Com efeito, como dizia o mesmo Cristo, os homens não hesitam em defender pela força os seus interesses pessoais, de responder aos encontrões com encontrões, de retomar pela violência o que foi usurpado, etc. Ele sabia aquilo que nenhuma criatura razoável pode ignorar, que o emprego da violência e o amor são inconciliáveis — o amor lei fundamental da vida. Uma vez admitida a violência, seja em que circunstância for, a lei do amor é vista como insuficiente — e daí a sua negação. Toda a civilização cristã, tão brilhante à superfície, desenvolveu-se com base neste mal-entendido óbvio e estranho, por vezes consciente, o mais das vezes inconsciente.

Na realidade, logo que a violência foi admitida ao lado do amor, este desapareceu, não mais existindo como lei primeira da vida. E sem a lei do amor não pode existir mais do que a da violência, quer dizer, o direito do mais forte. A civilização cristã viveu assim 19 séculos. É certo que em todos os tempos os homens se deixaram levar pela violência para organizarem a sua vida. Mas a diferença entre os povos cristãos e os outros reside na seguinte duplicidade: a lei do amor no mundo cristão foi formulada com uma clareza e uma precisão que em nenhum outro ensinamento religioso se encontra; e os filhos do mundo cristão aceitaram esta lei, ao mesmo tempo que permitiam a violência. Demais, como fundaram a sua civilização sobre esta violência, toda a existência dos povos cristãos não representa senão uma contradição entre aquilo que pregam e aquilo que vivem. Contradição entre o amor, admitido como lei essencial, e a violência, reconhecida como necessária sob todas as suas formas — autoritarismo dos governos, dos tribunais e dos exércitos —, às quais nos submetemos, louvando-lhes até os méritos. Esta contradição não parou de crescer com o desenvolvimento do cristianismo, para atingir nos últimos tempos o seu acume. O problema hoje é o seguinte, com esta alternativa: ou aceitar definitivamente que a vida se constrói a partir do poder do mais forte, rejeitando por conseguinte a

esfera moral e religiosa, ou aceitar que o nosso dever é suprimir o sistema em que vivemos, alicerçado na violência, com os impostos, as instituições jurídicas e policiais e antes de mais os exércitos.

Um exame na disciplina de Educação Moral teve lugar na Primavera passada, numa das instituições femininas de Moscovo. O professor da disciplina, e depois o bispo presente, interrogaram as raparigas sobre os Mandamentos e em especial o sexto. Depois de obtida resposta sobre este último « Não matarás! », o bispo punha por vezes uma nova questão: o homicídio é sempre, em qualquer circunstância, proibido pela Lei de Deus? Instruídas na mentira pelos professores, as desditosas jovens deviam responder e assim faziam: «Nem sempre. O homicídio é permitido na guerra e também para castigar os criminosos.» Uma, todavia, a quem perguntaram «isto não é invenção, mas facto relatado por testemunha «o assassínio é sempre um pecado» respondeu prontamente, muito emocionada e corando: «o assassínio é sempre proibido, tanto pelo Antigo Testamento como pelo Evangelho; e não somente o homicídio como todo e qualquer mal feito contra o próximo.» E foi o bispo que, apesar do seu fausto e da sua hábil eloquência, se teve de calar. A rapariga saiu vitoriosa. Sim. Nós podemos falar nos nossos jornais dos progressos da aviação, das relações diplomáticas complexas, dos diferentes clubes, das descobertas, das alianças de todos os tipos, de obras que qualificamos de artísticas, e calar a resposta da rapariga. Ainda assim é impossível silenciá-la, já que qualquer pessoa pertencendo ao mundo cristão sente, com mais ou menos confusão, a verdade desta resposta. O socialismo, o comunismo, o anarquismo, o Exército de Salvação, a criminalidade que aumenta, o desemprego, o luxo crescente e insensato dos ricos e a miséria dos pobres tudo manifesta, tudo testemunha, que esta contradição interior deve e não pode ficar sem ser resolvida. Quanto à solução não há senão uma a do reconhecimento da lei do amor e da recusa de qualquer violência.

Eis porque a sua actividade no Transval, país que parece estar nos confins da Terra, é um acontecimento crucial, a realização mais importante de todas as que têm actualmente lugar no mundo. E não serão apenas os povos cristãos a participar neste evento todas os povos nele tomarão parte.

Julgo que será do vosso agrado saber que esta mesma acção se desenvolve entre nós, na Rússia, sob a forma de recusa do serviço militar. E o número destas recusas aumenta de ano para ano. Por mínimo que seja no Transval o número dos partidários da não-violência, ou na Rússia o dos refractários, tanto estes como aqueles podem afirmar que Deus está com eles. E Deus é mais poderoso que os homens. A prática do cristia-

nismo, mesmo sob o aspecto degenerado que tomou entre os povos cristãos, aliando a palavra do amor com o reconhecimento simultâneo dos exércitos e do armamento, com vista a homicídios em vasta escala em tempos de guerra, representa, repito-o, uma contradição gritante e terrível. Tão gritante que mais tarde ou mais cedo, porventura em breve, todos a reconhecerão. Os homens serão então obrigados ou a renunciar à religião cristã, dando razão às autoridades, ou a acabar com as guerras ou as violências que autoridades e governos promovem — sendo as últimas necessárias a qualquer governo.

Os governos — tanto o vosso, inglês, como o nosso — conhecem esta contradição. Trata-se porém do instinto de conservação. Eis porque a luta contra a violência é reprimida com mais energia pelos poderes russo e inglês do que qualquer outra actividade antigovernamental; vemo-lo na Rússia e percebemo-lo nos artigos da vossa revista. Estes governos sabem bem onde reside a ameaça mais grave para a sua sobrevivência; por isso a sua vigilância não desarma. Trata-se para eles não somente dos seus interesses, mas de ser ou de não ser.

Com a minha profunda estima.

Leão Tolstoi



CRONSTADT o programa alternativo

João Freire

Muita coisa já se publicou sobre a revolta dos marinheiros de Cronstadt contra o novo poder bolchevista da Rússia em 1921. À mão, por exemplo, podem estar: o livro escrito por um dos protagonistas, Efim Yartchouk, *Cronstadt dans la révolution russe, suivi du dossier de l'insurrection de 1921* (présentation et trad. Alexandre Skyrda), Paris, Noir & Rouge, 2018; o do historiador Paul Avrich, *Cronstadt 1921*, New Jersey, Princeton University Press, 1970; e ainda a obra já antiga de Ida Mett, *La Commune de Cronstadt*, Paris, Spartacus, 1949 (mas escrita em 1938).

Cronstadt era uma base naval e um arsenal, situados em pequena ilha do Mar Báltico, quase no fundo do chamado Golfo da Finlândia. No Inverno o mar gelava com frequência ligando então a ilha ao continente e aproximando-a assim de São Petersburgo [Petrogrado na época da revolução], situada talvez a uns 40 quilómetros. Os marinheiros e os operários da pequena cidade tinham-se distinguido já na revolução de 1905 e depois em 1917, encontrando-se muito politizados e francamente alheios a qualquer apoio às incursões armadas de generais “brancos” que alimentaram a guerra civil em 1919-21. Aliás, alguns deles acabavam de regressar de operações em terra contra Kaledine, no sul. Havia ali comunistas, socialistas-revolucionários, anarquistas, mencheviques, etc., e, bem entendido, muitos sem-partido.

Mas o prolongamento da política do “comunismo de guerra”, a escassez de bens alimentares e do aquecimento, e as medidas brutais e autoritárias tomadas pelo governo revolucionário tornaram-se insuportáveis para uma parte do operariado de Petrogrado — que se põe em greves e protestos —, e também com ecos em Moscovo, Nijni-Novgorod, etc., para já não falar na insurreição camponesa que lavrava ainda na Ucrânia onde o anarquista Makhno ajudava os “vermelhos” a combater os “brancos”, para logo depois ser perseguido por eles. Respondendo ao apelo dos operários de grandes fábricas de Petrogrado que estavam a ser alvo de repressão, o Soviete de Cronstadt (Conselho de delegados dos marinheiros, soldados e operários) envia uma missão à cidade do Nêva para se informar da situação em 26 de Fevereiro (1921). Ao regressar, convocam uma reunião na praça central da cidade, onde comparecem cerca de 16.000 marinheiros, soldados e operários que aprovam, por aclamação, uma resolução oriunda dos marujos do couraçado *Petropavlovsk* que vai constituir a sua bandeira de oposição ao poder bolchevique. Ei-la:

- 1 Dada a composição actual dos Sovietes, proceder imediatamente à re-eleição dos Sovietes, por escrutínio secreto.
- 2 Liberdade de palavra e de imprensa para os operários e camponeses, incluindo anarquistas e toda a esquerda socialista.
- 3 Liberdade de reunião para as associações sindicais e de camponeses.
- 4 Convocar até ao dia 10 de Março uma Conferência não-partidária de delegados operários, de soldados e marinheiros de toda a província de Petrogrado.
- 5 Libertação dos presos políticos dos sectores socialistas, assim como os operários, camponeses, soldados e marinheiros detidos devido a movimentos reivindicativos.
- 6 Eleição de uma comissão para revisão dos processos dos detidos nas prisões e campos de concentração.
- 7 Suprimir todos os chamados “departamentos políticos”, pois nenhum partido deve ter privilégios para a propaganda das suas ideias e receber dinheiro do Estado para esse fim. Em sua substituição, instituir comissões de informação e cultura, eleitas em cada localidade e financiadas por dinheiros públicos.
- 8 Abolir imediatamente todas as barragens e controlos nas estradas.
- 9 Igualizar as rações alimentares para todos os trabalhadores, com excepção dos afectos a postos de trabalho perigosos ou insalubres.
- 10 Suprimir os “destacamentos de choque comunistas” nas unidades militares, bem como nas fábricas e empresas. Se necessário, tais destacamentos serão constituídos pelos próprios trabalhadores ou militares.
- 11 Dar aos camponeses liberdade de acção, no que toca às suas terras, ao direito de possuir algum gado, com a condição de eles próprios trabalharem e não empregarem assalariados.
- 12 Pedimos a todas as unidades do exército e dos alunos-oficiais que se associem a esta resolução.
- 13 Exigimos que todas as resoluções sejam difundidas pela imprensa.
- 14 Designação de comissões móveis de controlo.
- 15 Autorizar uma livre produção artesanal, que não empregue trabalho assalariado.

O Conselho dos Comissários do Povo de Lenine e Trotsky logo qualificou de sediciosa esta proclamação. Como interpretar uma tal reacção do governo revolucionário? Pelo menos, de duas maneiras: pelo seu auto-convencimento de serem a força de vanguarda da revolução; e pela persistência da guerra civil, onde “todos os que não estão connosco, estão contra nós”. A revolução trilhava assim o caminho bem conhecido desde os *enragés* do tempo de *la Terreur*: o de, na sua voragem sangrenta, liquidar também os seus próprios filhos. De facto, Cronstadt e o levantamento camponês da Ucrânia foram os dois acontecimentos que ficaram mais conhecidos no processo da instalação vitoriosa do poder ditatorial do partido de Lenine, Trotsky e Estaline. E isto sobretudo porque

os anarquistas foram uma das suas vítimas e, com o espírito de rebeldia que os caracterizava, não mais se calaram e deixaram de divulgar os factos, sobretudo fora do país, fossem russos exilados ou não.

Mas, tomando a proclamação dos insurrectos de Cronstadt de 1 de Março pelo seu valor facial, o que é que podemos interpretar deste seu último manifesto? Essencialmente, três posições-chave: *Primeira*: a recusa da liderança política do partido bolchevique, nos diversos aspectos em que ela se manifestava, por ser intrinsecamente autoritária e ditatorial. *Segunda*: a reclamação do prosseguimento do sentido original dos Sovietes, como uma espécie de “democracia das gentes do povo” onde cabiam todas as facções “de esquerda”, mas não a representação dos interesses dos ricos, proprietários, generais e aristocratas, o que não andaria tão longe quanto possa parecer de uma versão benigna da “ditadura do proletariado” (ou seja: eles advogavam firmemente a continuidade “da revolução social”). E *terceira*: que, vista a terrível situação de fome que estava a matar milhões de pessoas, as violências e a desorganização do país (sem qualquer comércio externo, a produção quase parada e os circuitos paralisados), que se libertassem os pequenos agricultores e artesãos dos constrangimentos impostos pelo governo para que um mínimo de comércio acontecesse e o abastecimento pudesse chegar às cidades. Eis o que são reivindicações mínimas e moderadas, com pouco a ver com “a anarquia” que alguns prosélitos ainda reivindicavam.

Por último, uma palavra sobre a reacção do governo revolucionário “vermelho”: no dia 5 Trotsky lança um ultimato à Cronstadt revoltada e a 7 começam os bombardeamentos contra a ilha, que responde; com tropas frescas vindas da província (para compensar a recusa de vários regimentos) e até o recurso aos bombardeamentos aéreos, a luta prossegue até ao dia 17 de Março, em que os assaltantes tomam o controlo da cidade, que dominam inteiramente a partir do dia seguinte. Em Moscovo, a encerrar o Xº congresso do Partido Comunista, festeja-se o Cinquentenário da proclamação da Comuna de Paris. Na região de Petrogrado, milhares de marinheiros e outros resistentes são massacrados, fuzilados, presos, expulsos ou deportados. O socialismo-de-Estado podia seguir o seu curso.

1871

18 DE MARÇO

1891

1891

7 46
2462 ✓

O TRABALHADOR

NUMERO UNICO

AOS REVOLTADOS DA COMMUNA DE PARIZ



Francisco Nóbrega Quintal Júnior, de 85 anos de idade, vem declarar por sua honra, não possuir bens móveis ou imóveis sujeitos a tributação do Estado e a direitos de herança conforme as respectivas leis [...] declaração esta feita em atenção a sua Esposa e companheira pela consideração que lhe merece. Passo a expor que os meus bens pessoais são apenas os que as leis actuais reconhecem ao indivíduo comum, como: vestuário e calçado, objectos simples de decoração, uma máquina de escrever (Messa) e alguns livros. Meus filhos bem sabem que apenas uma lembrança da vida de seu pai lhes é lícito pedir, e até justo. Embora os preconceitos que uma parte da Humanidade tem acumulado através dos séculos nunca o preocupassem, preocupam-no agora neste momento, não para os aceitar, antes pelo contrário, para significar que viveu e morre completamente desprendido deles. Termino como amante da paz, e por conseguinte, esquecendo pretensas ofensas que, porventura, tenham obscurecido os ares pouco propícios da vida que o rodeou. O Ideal Libertário ou anarquista foi desde a sua juventude um sonho inigualável que sempre procurou respeitar, e como tal manteve sempre o meu ateísmo, o qual abraça todos os pretensos deuses com que a humanidade se enfeita: os deuses religiosos, os deuses políticos, os deuses económicos. À minha companheira e a meus filhos e seus descendentes manifesto toda a minha amizade.



mas©

barcoymaos,
Collage de Manuel Almeida e Sousa

José Saramago um “Comunista Libertário”

Miguel Real

Após duas décadas de militância empenhada no Partido Comunista Português, a Queda do Muro de Berlim e a implosão da União Soviética levantaram dúvidas na mente de José Saramago sobre o acerto da realidade do ideal comunista. Em 2003, após o fuzilamento de cubanos em fuga da ilha, ordenado pelo Partido Comunista Cubano, Saramago conclui que o seu comunismo não é o soviético, não é o cubano, não é aquele que o seu Partido defendera durante o Estado Novo, mas um “comunismo libertário”.

Em 1988, Saramago visita a União Soviética, que o desgosta, confessará mais tarde a João Céu e Silva (*Viagem com Saramago*, 2009: 130). 1988 é igualmente o ano em que aflora a contestação no PCP designada por “Terceira Via”, descrita com pormenor por um dos seus membros, Raimundo Narciso, em *Álvaro Cunhal e a Dissidência da Terceira Via* (2007). Saramago tinha assinado o documento, mas recusa afrontar Álvaro Cunhal, cujo passado heroico respeitava, e mantém uma posição intermédia entre o comité central e os dissidentes. No entanto, encontra-se presente na fundação do Instituto Nacional de Estudos Sociais organizado pelos Dissidentes. Segundo *O Jornal* (22-4-88), Saramago considera o Grupo de Vital Moreira constituído por “pessoas de boa-fé” e apela ao diálogo entre os Críticos e o Comité Central, confessando que, no entanto, “algo terá que mudar no Partido para que se mantenha inatacável a sua unidade”, acrescentando que a “Perestroika há muito que já devia ter sido feita” e profetiza que “um negro poderá vir a ser presidente” dos Estados Unidos da América. No *Expresso* (14/5/88), Saramago avisa os dirigentes do partido que “a história mostra que os que queimam acabam sempre queimados”.

Em 1 de julho deste ano, *O Jornal* anuncia que Saramago não só tinha assinado o documento da “Terceira Via” como o entregara diretamente a Álvaro Cunhal. Igualmente o assinaram o historiador António Borges Coelho, o pensador da estética musical Mário Vieira de Carvalho, o historiador António Hespanha e centenas de militantes. Reivindicam o predomínio do voto secreto nas eleições internas, a criação de um Conselho Político Permanente e, em geral, a democratização das estruturas do Partido.

No ano seguinte, dá-se a queda do Muro de Berlim, e, dois anos depois, a implosão da União Soviética, que alteram radicalmente o

mapa geoestratégico europeu, deixando órfã alguma mentalidade política de esquerda, parecendo ter a História dado razão às forças liberais e capitalistas. Saramago, ao mesmo tempo que saúda as massas berlinenses na rua, lança críticas ao estatismo burocrático da União Soviética. Se o “socialismo real” não se manifesta de acordo com o “socialismo ideal”, Saramago permanece fiel ao “socialismo ideal”, condenando o primeiro. A queda do Muro de Berlim em 1989 e implosão da União Soviética em 1991 vêm expor as perversões do “socialismo real”. Saramago responderá, primeiro, com a afirmação de que continua a pensar do mesmo modo e que o seu ideal de socialismo/comunismo não mudou. Ao jornal de Huelva, *Verano 90*, de 26 de agosto de 1990, Saramago, após a queda do Muro de Berlim e perante a situação de quase implosão da União Soviética, declara: “Apesar de tudo, sigo sendo comunista. Agora, [nós comunistas], estamos vivendo o que se pode chamar uma travessia do deserto (...) o capitalismo nunca desilude porque não promete nada (...) O socialismo tem prometido tudo e não o cumpriu”.

No final de 1991, Saramago concede uma importante entrevista a Francisco José Viegas da revista *Ler*, nº 16. É a primeira vez que fala aberta e publicamente sobre os acontecimentos ligados à queda do Muro de Berlim em 1989 e à implosão da URSS em 1991. Declara que o modelo do socialismo/comunismo soviético falhou: “Podemos dar-lhe os nomes que quisermos, socialismo científico, socialismo real, mas os factos estão aí, a dizê-lo e a prová-lo calmamente: o modelo real falhou”. Mas corrobora:

A ideia, o ideal comunista, não nasceu ontem, não nasceu com Lenine, com Marx. Acompanhou o Homem desde o início de tudo, desde o início dos tempos. O facto de os recentes acontecimentos na URSS apontar claramente para um caminho que se situa fora da área do comunismo, não quer dizer que o comunismo tenha acabado (...) O ideal não morre. Sobreviverá, disso tenho a certeza, e haverá tempo para pensar nele noutra escala, noutras condições.

Dirá igualmente a Francisco José Viegas na citada entrevista:

Eu tenho o partido que tenho, e não tenho outro. Se estou dentro, tenho de enfrentar todas as consequências...

Note-se que, nesta entrevista, existe uma deslocação semântica da palavra “socialismo” não já o real, que porventura nem socialismo verdadeiro terá sido, mas o “ideal”. Saramago projeta para o futuro a

realização de um socialismo/comunismo que, como fundamento e motor da igualdade entre os homens, sempre terá existido como *ideal*.

Saramago saúda a queda do Muro de Berlim e a implosão da União Soviética, exige alterações nos procedimentos internos do seu Partido, mas não desdenha das suas ideias comunistas. Ao *Folha de São Paulo* de 15 de agosto do ano seguinte, diz Saramago:

Não me importo se eu chegar a ser o único comunista vivo sobre a terra. Talvez seja mais fácil ser capitalista. Talvez o homem por instinto [o egoísmo, o individualismo] seja mais capitalista. Eu prefiro o homem mais civilizado por uma mentalidade socialista nova.

Em 18 de Abril de 2003, o *Expresso* anuncia que em texto de *El País*, Saramago se demarcou de Cuba após a prisão de dissidentes do regime e de fuzilamento de três cubanos. Teria escrito Saramago:

Cuba não ganhou nenhuma batalha fuzilando estes três homens, mas perdeu a minha confiança e destruiu as minhas esperanças e defraudou as minhas expectativas.

O *Expresso* (sem assinatura de jornalista) comenta que as posições de Saramago é expressão de “uma rutura ideológica e afetiva, certamente dolorosa, mas que revela lucidez e coragem política”. Adianta o jornal que o *Avante!* (jornal oficial do PCP) não reproduziu as palavras de Saramago. Na edição de 24 do mesmo mês, o *Público*, contactado o Partido, regista que este “lamenta a posições de Saramago, garantindo que os fuzilados eram “mercenários”. Ao jornal *Ideal* (Granada) do mesmo dia do *Público*, Saramago afirma:

Eu não me distanciei da revolução cubana, a revolução cubana é que se distanciou dela mesma.

Em 6 de maio, declara ao jornal argentino *Cultura* a mesma ideia:

A minha relação com povo cubano mantém-se intacta, o meu coração está com essa gente, como tem estado sempre. Só me distanciei do governo.

José António Saraiva comenta no *Expresso* de 25 de abril do mesmo ano que as declarações de Saramago foram “um rude golpe no mito Fidel de Castro e Cuba”. E o jornal *La Hora de la Tarde* (Santiago do Chile), do dia 28 seguinte, afirma que o cantor Juan Manuel Serrat e o realizador Almodovar juntam as suas vozes à de Saramago. A diversos jornais de Santiago do Chile, onde Saramago se encontrava, intervindo nas Conferências Presidenciais da Humanidade, promovida

pelo Presidente da República do Chile, o escritor confessa que os fuzilamentos foram a gota de água que o forçou a alterar a sua opinião sobre Cuba.

Face à desilusão com o “socialismo real” soviético e com o poder em Cuba, Saramago, em entrevista à revista *Poder* (México) de março de 2004, confessa ser agora *um comunista libertário*. Já em 1991, revelara à revista *El Sol*, de 10 de fevereiro que:

A minha piedade pelo homem levou-me à busca da utopia pelo comunismo, de uma relação verdadeira e real entre os homens, cuja condição é a eliminação do poder, mas **um comunismo anarquista**, que não tem nada a ver com o [comunismo] que agora fracassou.

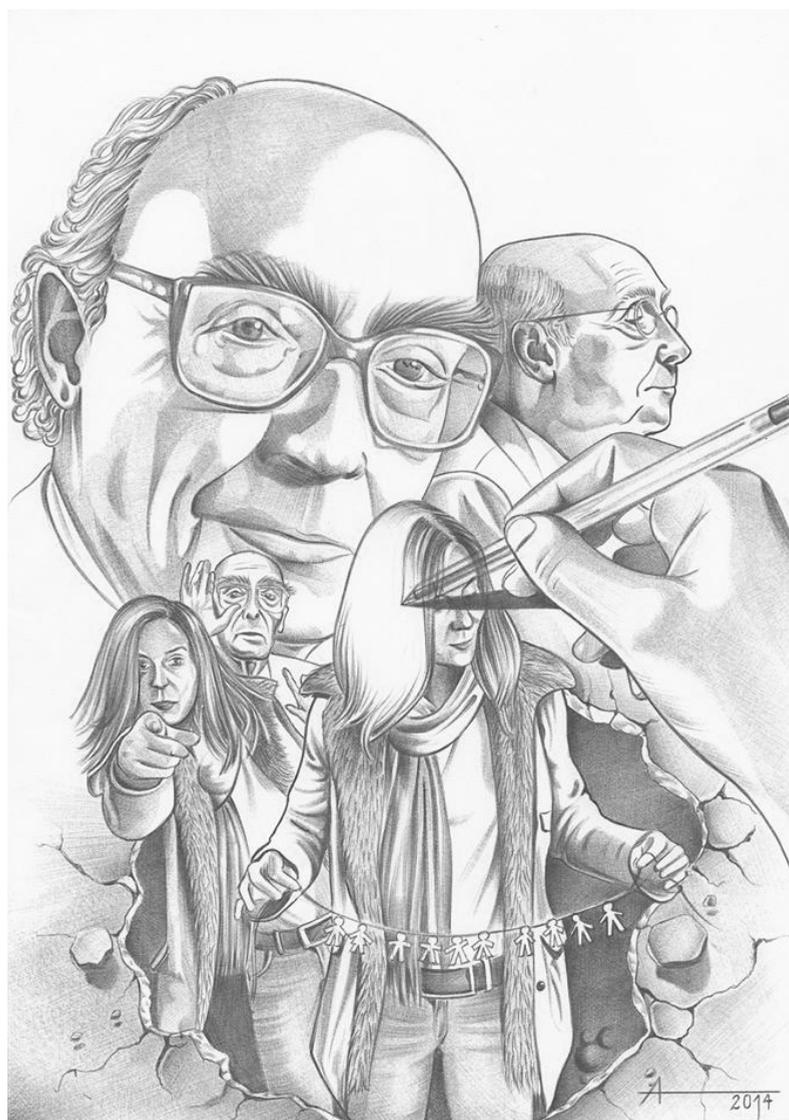
A desilusão com o estado injusto do mundo não lhe retira a militância. No mês de março de 2004, é anunciado pela CDU (coligação de que o PCP faz parte) que Saramago faz parte da lista, em lugar não elegível, às eleições do Parlamento Europeu.

E em 28 de Abril de 2004, no primeiro aniversário da manifestação contra a guerra do Iraque, Saramago diz ser “Madrid [naquele dia] a capital moral do mundo”. No *El País* de 20 de outubro deste ano, Saramago publica um artigo intitulado “George Bush ou a Idade da Mentira”, artigo totalmente demolidor da personalidade e da ação do presidente americano. Recorde-se que Saramago declarara ao *Diário 16*, de 15 de março de 1991, que “É preciso que Sadam perca a guerra [do Iraque], mas também que Bush não a ganhe”. A João Céu e Silva, Saramago confessa (*Viagem com Saramago*, 2009:129):

O meu Partido tem as suas ideias e eu tenho as ideias do meu Partido, mas não necessariamente da mesma maneira.

Em outubro de 2017, aquando da adaptação do romance *História do Cerco de Lisboa* no Teatro Joaquim Benite, em Almada, dramaturgia de José Gabriel Antuñano e encenação de Ignacio García, o historiador A. Borges Coelho, militante de sempre do PCP até à queda da União Soviética, referiu-se a José Saramago com palavras simples, mas que consideramos muito corretas, referindo que a sua (de ambos) relação como o PCP “era muito livre”, “o nosso ideário era extremamente livre: nem podia ser de outra maneira, porque éramos leitores de tudo, das novidades, não ficávamos enconchados só num núcleo de ideias” (*Cadernos de Textos*, de *História do Cerco de Lisboa*, Teatro Joaquim Benite, Almada, 2017: 43). E continua: “Depois da queda da União Soviética, eu afastei-me, isto é, deixei de ser militante propriamente do Partido Comunista. O Zé [Saramago] nessa

altura escreveu-me uma carta dizendo: “É pá, nada é perfeito. Faz como eu: quando me dá na cabeça, digo o que quero.” Era esta a prática da liberdade de Saramago no interior do PCP — nenhuma ordem nem ninguém o arremetava, a sua conduta, a sua idiossincrasia, as suas reações orgânicas, espontâneas, eram as de um homem livre, um “libertário”, que o labirinto da história de Portugal durante o regime do Estado Novo tornou militante do Partido Comunista (de recordar que José Saramago se filiou no Partido Comunista Português em 1969 pela mão do seu mais íntimo amigo, Augusto da Costa Dias, simultaneamente seu editor na Livraria Portuguesa *Os Poemas Possíveis*, 1966 — seu companheiro na revista *Seara Nova*, para a qual convidou Saramago a fazer crítica literária).



José Saramago,
desenho de Almerinda Pereira, 2014

Temos amiúde a impressão de que a “regressão antropológica” provocada pelo capitalismo sobretudo nas últimas décadas também afectou quem se lhe podia opor. É uma transformação determinante à qual não se dá a atenção que merece. A economia mercantil nasceu em sectores muito limitados dalguns países; depois, ao longo de 250 anos, conquistou o mundo inteiro, e não só em extensão geográfica mas em profundidade – aquilo que se chamou a “colonização interior”. Pouco a pouco, dentro das sociedades capitalistas, qualquer actividade, qualquer pensamento ou sentimento, tomava a forma de mercadoria ou por ela era satisfeito. Descreeveram-se já os efeitos da sociedade de consumo e suas consequências nocivas nos contextos ditos “atrasados” – e aqui valeria a pena citar Ivan Illich. É conhecido e não vale a pena repeti-lo. Não conseguimos porém ainda perceber que devido a esta transformação a sociedade capitalista já não se encontra dividida em dominantes e dominados, exploradores e explorados, carrascos e vítimas, administradores e administrados. O capitalismo é hoje uma sociedade governada por mecanismos anónimos, cegos, automáticos e incontroláveis de produção de valor. Qualquer um de nós é ao mesmo tempo actor e vítima deste mecanismo, embora os papéis assumidos e as recompensas obtidas não sejam os mesmos. [...]

Não é certo que qualquer movimento de oposição, qualquer protesto, seja uma boa notícia. Com os desastres que se avizinham em cadeia, com as crises económicas, ecológicas e energéticas, que se irão cavar, é mais do que certo que as pessoas se revoltarão. A questão porém reside em saber como reagirão. Talvez vendam droga e enviem as mulheres para a prostituição; talvez roubem as verduras biológicas cultivadas por um camponês; talvez se envolvam numa milícia armada com o objectivo de organizar um inútil massacre de banqueiros e políticos. Talvez se dediquem à caça dos imigrantes. Talvez cuidem apenas de organizar a sua sobrevivência no meio do colapso. Talvez ainda possam aderir a movimentos fascistas e populistas, que andam à procura de bodes expiatórios para entregar à vingança popular. Ou podem ao invés empenhar-se na construção colectiva duma nova maneira de viver sobre as ruínas legadas pelo capitalismo. Nem todo o mundo aderirá a esta opção, que é afinal a mais difícil. Se atrair muito poucas pessoas, acabará abafada. Por isso, o que podemos desde já hoje fazer é essencialmente canalizar os protestos que estão a surgir em todos campos no bom sentido. Sem qualquer dúvida, que os vislumbres e os hábitos procedentes de sociedades pré-capitalistas podem aqui ser um bom contributo para optar pelo caminho criativo.

ELÈUTHERA

livros para uma cultura libertária

Colectivo Elèuthera

[trad. Mário Rui Pinto]

Elèuthera é o nome que alguns heréticos ingleses deram a uma ilha das Bahamas onde aproaram, em meados do século XVII. Estes aventureiros, fugitivos das perseguições religiosas da época, fundaram ali uma comunidade de “livres e iguais” que deu vida à primeira, embora efémera, República do novo mundo. Em sintonia com estes precursores, iniciámos a nossa aventura editorial em 1986, também nós fugitivos das perseguições do presente: homologação, aquiescência, banalidade...

A *Elèuthera* começou com três títulos em catálogo e um nome insólito. De facto, *elèuthera* também significa *livre* em grego. Escolhemos um nome que não parecesse uma etiqueta anarquista, confiando mais no conteúdo da mensagem do que na marca. *Elèuthera* sempre se considerou um projecto cultural, com o propósito de dar um contexto comum, original e coerente às tantas reflexões e vozes do pensamento libertário que se propõem mudar a realidade a partir de uma crítica radical ao poder e ao princípio da autoridade. Pensamento vivo, rico de história, presente nos saberes e na cultura contemporânea, mas de tal modo diluído que perdia em inteligibilidade e impacto.

Em 35 anos de actividade parece termos dado às inúmeras expressões libertárias uma coerência cultural e uma dignidade intelectual até então ausentes do panorama italiano. Cada novo título tem sido vivido como uma festa, uma mensagem, pequena, mas fortemente significativa em si e para o contexto no qual acontece: um sinal de que existir e agir em dissonância com um mercado à procura da normalização não só é possível, como amiúde necessário e, até, gratificante. Cada livro é mais uma pequena peça que se junta àquele ambicioso mosaico que queremos desenhar, destinado a ficar incompleto, como tem de ser, pela sua natureza, o mosaico da liberdade.

Não é fácil relatar anos de experimentação, de tentativa e erro, incursão e retirada, desvio e regresso. Contudo, pensamos que o nosso catálogo consegue desenhar um mapa inteligível da viagem iniciada. Certo que não a fizemos sozinhos. A *Elèuthera*, de dimensão artesanal, não é certamente um feito memorável na história da edição italiana, mas esperamos que o tenha sido para os percursos individuais de todos e de todas aquelas que partilha(ra)m esta reflexão colectiva. Se o objectivo é ambicioso, certamente não o é a dimensão de uma iniciativa editorial ainda convicta

que “pequeno é belo”, e que o conceito de “limite” tem um valor positivo, mas também que “lento é belo”, porque permite escolher e fazer escolher, em vez de atordoar mentes e estantes com títulos que produzem o terrível ruído do vazio.

Estamos convencidos que o livro não é apenas um produto com prazo de validade, para circular, velozmente, nas prateleiras já de si entupidas das livrarias. Certo que é um bem e como tal deve ser considerado, mas também veicula um valor extra-económico que não constitui a primeira especificidade de uma mercadoria vulgar: a circulação de ideias. Se este valor tem um preço, nós estamos dispostos a pagá-lo.

Apoiada nos acontecimentos dúbios que vão ocorrendo num mercado editorial que caminha noutra direcção, a *Elèuthera* continua a sua edificação de uma cultura libertária que desenha cenários e perspectiva futuros, em dissonância com as orientações prevalecentes. E mantém-se longe dos supermercados do óbvio, preferindo itinerários imprevisíveis mas de grande satisfação ética e estética — que passam pela construção, ou reconstrução, dos conceitos de comunidade, de cidadania, de democracia directa, de igualdade, de diversidade e, será supérfluo dizê-lo, de liberdade.

A *Elèuthera* pode ser considerada a ‘herdeira’ natural de outra editora, a *Antistato*, fundada em 1950 por Pio Turrone (1906-1983), autodidacta e uma das principais figuras do anarquismo italiano no pós-Segunda Guerra Mundial. Em 1975, Turrone decidiu afastar-se da actividade militante e passar a editora ao *Gruppo Anarchico Bandiera Nera*, constituído por Amedeo Bertolo, Rossella Di Leo, Paolo Finzi, entre outros e outras, grupo este já envolvido em iniciativas editoriais.

Em 1986, já responsáveis únicos pela *Antistato*, Bertolo e Di Leo decidiram-se pelo fim desta e pela criação de uma nova editora, a que chamaram *Elèuthera*. Na altura, pareceu-nos que uma editora “estritamente” anarquista como a *Antistato* estava no fim das suas possibilidades, mesmo se já havia uma abertura com a colecção “Segno libertario”. As vendas começaram a declinar e acentuaram-se os problemas de distribuição. Também pensámos que seria mais interessante dar prioridade a uma editora mais artesanal que militante. De facto, enquanto a *Antistato* deu prioridade aos clássicos do pensamento libertário e à reconstrução histórica do anarquismo, a *Elèuthera* decidiu dar prioridade à actualidade, à cultura contemporânea.

A *Antistato* respondia, sobretudo, às exigências de um movimento que ressurgia depois de anos de estagnação e que precisava de reconquistar uma memória teórica e histórica perdida. Com o passar do tempo, o hoje e o amanhã tornaram-se para nós mais importantes que o ontem. Afir-

mou-se a necessidade de definir uma nova identidade anarquista, contendo em si novas formas e expressões, embora mantendo a tradição, os valores e as ideias-força do seu ser e do seu agir. Mas não só. Não queríamos fazer esta procura dentro de um vazio social, cultural e político, mas no interior de uma inter-relação viva (e salutar!) com os movimentos e as expressões libertárias que, com perspectivas diversas, contribuíam para o desenvolvimento de uma cultura, se não coerentemente anti-hierárquica como é a anarquista, certamente com fortes acentos não-hierárquicos: referimo-nos aqui a algumas expressões dos movimentos ecológico, feminista ou não-violento ou até a uma certa revisão epistemológica da cultura ocidental.

A distância e a estranheza que se podem sentir com algumas abordagens e formulações são mais que legítimas, mas fazem parte do jogo: não propomos qualquer ortodoxia monolítica, mas um leque amplo de contributos, por vezes contraditórios, que têm como denominador comum a cultura libertária. Assim, a *Elèuthera* iniciou e desenvolveu não apenas um projecto cultural libertário, mas também um laboratório de pesquisa cultural, multidisciplinar por vocação, que continua a disponibilizar uma “plataforma” de expressão, original e consistente, para todos os pensadores que pretendem mudar a realidade, criticar a dominação e os conceitos de poder e de autoridade. Nestes anos de existência temos dado voz aos muitos teóricos libertários cuja visão crítica, e não especificamente ideológica, do mundo e da sociedade pode ser relevante para o mundo dos anarquistas.

Mantemo-nos a navegar até à actualidade, embalados na descoberta diária de inúmeras áreas de pensamento: história, urbanismo, antropologia, ciência, epistemologia, educação, ecologia e, claro, anarquismo e teoria libertária. Mas com uma visão adicional que marca a diferença. A característica distintiva do catálogo de *Elèuthera* não é apenas a sua abrangência interdisciplinar, mas também a fusão do conhecimento, porque acreditamos ser crucial perturbar todas as taxinomias — cultural, linguística, estética, psicológica, antropológica... — para reconstruir permanentemente, através da experimentação recombinação, categorias que parecerem unívocas à primeira vista, mas revelam perspectivas não-pensadas.

Com o passar dos anos, o nosso catálogo foi aumentando com obras de pensadores italianos e estrangeiros, homens e mulheres, que querem recontar o mundo nas palavras das suas áreas específicas de trabalho e paixão, através das lentes de uma visão híbrida. As suas elaborações abrangentes e novos discursos influenciaram profundamente a paisagem cultural italiana, pelo que, ao fim de 35 anos de actividade, as di-

versas componentes que constituem o mundo dos livros — autores, livreiros, críticos, público — consideram a *Elèuthera* como a melhor editora italiana de ensaio na área das ciências sociais. Hoje, o nosso catálogo contém 427 títulos, 143 dos quais esgotados, para além de diversos materiais relacionados com a actividade, como *t-shirts*, vídeos e sacos... e até um avental pirata.

Pais e mães fundadoras do anarquismo — Bakunine, Kropotkine, Elisé Reclus, Malatesta, Voltairine de Cleyre, Emma Goldman — acompanham as reflexões dos já desaparecidos Camus, Bookchin, Ivan Illich, Jacques Ellul, Colin Ward, Henri Laborit, Ursula Le Guin, Castoriadis, Enrico Baj, Pierre Clastres, Luigi Veronelli, Graeber, Eduardo Colombo, aos quais se junta um leque alargado de autores e autoras ainda vivas. Autores e autoras de temáticas muito diversas, mas com o objectivo de transmitirem a mensagem fundamental desta cultura multifacetada: a exigência de uma nova organização social, estruturada do simples ao complexo, sem passar pela instituição social e imaginária de qualquer hierarquia.

Para uma melhor visão deste catálogo, achámos útil criar o que chamamos de “Percursos de Leitura”, dentro dos quais nos esforçamos por incluir os títulos que vamos editando em uma ou várias “coleções” imaginárias, algumas tradicionalmente disciplinares ou temáticas, outras mais vagas e abertas. Apesar do resultado não nos satisfazer totalmente, neste momento co-existem 24 destes “Percursos de Leitura”, que vão da Antropologia, da Arquitectura e Urbanismo e das Artes à Sexualidade e Género e às Utopias Piratas, passando por Crítica das Instituições Globais, Cultura da Comida, Mulheres Rebeldes e, claro, Pensamento Anarquista e Libertário. Este catálogo multifacetado devemo-lo não apenas a Bertolo, um leitor ávido e crítico de qualquer proposta editorial que aterrasse nas nossas secretárias, mas também a um vasto grupo de amigos e companheiros, que nos dão sugestões e informações, ajudando-nos a encontrar e a seleccionar as vozes mais interessantes no panorama contemporâneo.

A acção colectiva que, de forma consistente, tem moldado a nossa busca por novos autores está também reflectida no quotidiano do nosso grupo editorial, baseado numa contínua e recíproca consulta e em decisões partilhadas. Em resumo, horizontalidade, solidariedade, responsabilidade, todas elas características fundamentais da cultura libertária. Um dos grandes objectivos ao fundarmos a *Elèuthera* foi alcançar uma maior audiência, libertária, fluída, talvez até contraditória, mas sempre viva e substancial. Com este objectivo em mente, escolhemos não condicionar a distribuição dos nossos livros às fronteiras dos canais militan-

tes, algo limitados no seu alcance, disponibilidade e geografia, mas entrar no mercado livreiro nacional, decisão que se veio a revelar um enorme desafio para uma editora ‘marginal’ como a nossa. Deparámo-nos com as dificuldades inerentes a um mercado com outras exigências e dominado pelo “*big business*”. Sempre tentámos fugir desta lógica cultural insensata, sustentada por motivações económicas, e criar uma dinâmica em que a publicação de cada livro envolva os diversos intervenientes do processo editorial em contacto directo com o leitor.

Na altura em que a “opção mercado” foi tomada, entendemos que a presença em todo o tipo de livrarias era imprescindível, porque são o lugar próprio para adquirir livros, mas decidimos manter a distribuição militante — de feiras a conferências ou encontros, de mercados a festas populares —, mais ligada à acção e à presença políticas, que apesar de alguma descontinuidade temporal tem revelado um aumento de interesse e de empenho. Embora muitas e muitos possam considerar a opção pelo mercado contraditória para uma editora libertária, a realidade mostra que aquela decisão fundacional permite-nos estar hoje ainda vivos. Se nos tivéssemos limitado aos canais militantes tradicionais, um projecto como o nosso teria acabado num tempo de crise de mercado, de vendas *on line* e de cadeias de lojas. Assim, ainda aqui estamos, a lidar com as “leis do mercado”, mas mantendo a nossa editora a trabalhar, a desafiar regras, sempre solidários com as livrarias que encaram o livro como um bem cultural imprescindível.

O nosso “público-alvo” continua a não ser os leitores e as leitoras ocasionais, mas as pessoas que se reconhecem na área cultural libertária (ou que a querem conhecer), que se reconhecem nesta tensão de pesquisa que move o projecto editorial. Pessoas que não consumam passivamente o produto-livro, mas que o insiram num projecto de crescimento individual e colectivo; pessoas que não procuram a segurança das respostas fáceis, mas o confronto, a reflexão; pessoas que procuram ideias e soluções novas, longe das propostas institucionais e dos conformismos (mesmo de esquerda).

Esta editora tem sido uma mistura de pensamento (elaboração intelectual) e acção (labor manual), para fazer nascer uma forma integrada de trabalho, evitando a parcelização e reflectindo uma inerente consistência libertária entre meios e fins, nos quais a produção de qualquer coisa — incluindo livros — é em si mesma uma forma de acção política.

O desaparecimento de Bertolo, em Novembro de 2016, não nos fez perder o rumo, muito menos desistir, mas levou-nos à decisão de criar, formalmente, um *Comitato Redazionale*, que se reúne duas vezes por ano, e no qual têm assento todos os membros do colectivo e um leque alargado de cumplicidades, que nos ajudam, não só na gestão da editora, mas

também, e sobretudo, na análise de potenciais novas edições e na sua programação. Continuamos a navegar rumo à ilha da Anarquia... com ilusões e sem remorsos!

Nota Final: Este texto é uma versão resumida do capítulo do livro “Viver a Utopia cinco ilhas de um arquipélago disperso” (Barricada de Livros, 2021), da autoria do Colectivo Elèuthera, constituído por Sara Braun, Andrea Breda, Rossella Di Leo, Francesco Mosca e Roberto Viganò.

Bibliografia: Site: <https://eleuthera.it/>; Fofi, Goffredo. “La civiltà anarchica di Elèuthera”, in *Il Sole 24 ore*, 27-11-2016; Bertolo, Amedeo. “Amedeo Bertolo: o elogio da cidra”, in *Anarquistas e Orgulhosos de o Ser*, Barricada de Livros, Lx., 2018, pp. 199-215.



Lawrence Ferlinghetti
na City Light Books de São Francisco,
Desenho de Délio Vargas, 2021

O Lado Sinistro dos Trabalhadores da Saúde

Henrique Garcia Pereira

Introdução

Os dois termos do binómio copulativo ‘SAÚDE e ANARQUIA’, usado há uns anos em jeito de saudação pelos meus amigos brasileiros, têm sido submetidos durante a pandemia a um duro embate: a propagação infinita do vírus, que arruína a SAÚDE, tende também a minar a ANARQUIA, pelas severas medidas tomadas pelo Estado para o “**combater**”.

O estilo belicista usado pelo Estado no **combate** à pandemia é uma roupagem ideológica que apela para uma ação “imediata”, invocando a ordem, disciplina e obediência, no sentido de “unir rapidamente os esforços de todos contra o inimigo invisível”. Nesta narrativa mistificadora, os hospitais são a “linha da frente”, e os trabalhadores da saúde, os “nossos **heróis**”, ...

Mas esses **heróis** têm o seu lado sinistro (aliás como os semideuses terrenos da mitologia grega...), já que são chamados a intervir numa repressão intensa dos ‘comportamentos desviantes’ relativamente à norma que eles próprios ajudaram a definir no quadro do **capitalismo** global. Deste modo, a retórica da luta contra o vírus pode traduzir-se numa linguagem que tende a substituir o “inimigo invisível” por “inimigos visíveis”, assim designados pelo seu potencial de “contaminação”, ou seja, de veículo de **morte**. Neste contexto, os trabalhadores da saúde ficam arvorados, pelo Estado, em figuras de autoridade e proteção organizadas segundo uma rígida **hierarquia** (e ligadas a um certo ‘mistério’ transcendental implícito numa representação ameaçadora da **morte**).

Como é próprio do **capitalismo**, cada nível da **hierarquia** tende a espezinhar os níveis inferiores, numa relação senhor-escravo que me fez lembrar a que foi objeto da campanha de denúncia ativa em que participei no pós-Maio68, retomando a consigne *rendre la honte plus honteuse en la livrant au public*, e visando revelar a dominação que qualquer *p’tit chef* exercia sobre as empregadas dos grandes armazéns (como o Lafayette) ou dos centros comerciais (como o Odéon).

Por outro lado, fazendo um paralelo com o sistema de castas indiano, posso dizer que as camadas “superiores” dos trabalhadores da saúde — **médicos e enfermeiros** — distribuem entre si os papéis de sacerdote, comerciante e guerreiro (os dois primeiros, quase sobrepostos desde sempre, o último, criado recentemente pela retórica do Estado). Abaixo dos sudras designados eufemisticamente por “assistentes operacionais” encontram-se os párias, isto é, os “utentes” (conceito que em tempo de pandemia engloba quase toda a população).

Quanto aos **médicos e enfermeiros**, arrisco-me a afirmar sob pena de graves represálias que essas castas abusam do poder que lhes é conferido pelo bastão de Esculápio. E, protegidas pelos “bastonários”, reduzem a pó os **párias** que lhes caem na alçada, infantilizando-os ferozmente (e escondendo os seus desígnios titubeantes sob a capa da “competência” de quem aparenta que sabe o que é bom para qualquer “outro”). Quanto aos assistentes operacionais, cabe-lhes efetuar todas as tarefas rejeitadas pelas castas nobres, com base numa espécie de “servidão voluntária” *à la* Etienne de La Boétie, em que não há lugar para qualquer revolta, mas sim para a humilhação dos **párias** (segundo o modelo dos seus superiores, mas mais difuso).

Na verdade, o poder do Estado, exercido *manu militari* sobre todas as camadas dos trabalhadores da saúde leva a que estes, sobre-explorados em desmedidos horários de trabalho, sejam impelidos a **humilhar** os “seus” doentes, descarregando sobre eles a coação a que estão submetidos. É essa **humilhação**, combinada com o fantasma da **morte**, tende a induzir a submissão por parte dos **párias**, obstaculizando a explosão da revolta das ‘gentes’ em tempo de pandemia. Para ilustrar algumas das reflexões anteriormente emitidas, proponho-me relatar uma experiência pessoal, ocorrida durante jan./fev. de 2021.

Autoficção

Na manhã de 29-01-2021, “dei entrada” no hospital CUF Descobertas para o tratamento cirúrgico, por artroplastia, de uma coxartrose que me andava a importunar há quase uma década.

Para os procedimentos de “admissão”, dirigi-me ao “Balcão Central” e aproximei-me sob o óbvio constrangimento da distância social de uma funcionária que antes de qualquer gesto da minha parte vociferou ferozmente: “NÃO SABE QUE TEM DE TIRAR A SENHA?” Intimidado pela forma negativa-interrogativa desta interpelação, pedi que ela me encaminhasse para a mirífica SENHA, sem conseguir com isso outra resposta senão a convocação de uma **c’lega** (como ela disse) para me amparar até à máquina cuspidora de SENHAS.

A partir deste primeiro confronto, verifiquei que a designação de **c’lega** se referia a um corpo anódino mas feminino invocado incessantemente para desempenhar um qualquer serviço solicitado a alguém por um qualquer “utente”. Assim, por dupla sinédoque — uma de género, outra de atitude —, as **c’legas** passam a designar os trabalhadores da saúde que julgam poder superar o *burnout* (e sublimar a exploração do Estado) através de uma mesquinha ‘manobra de diversão’ exercida sobre os “utentes”.

Depois de ultrapassados os severos procedimentos de “admissão”, puseram-me seminu numa maca, e anestesiaram-me rudemente. Acordei na mesma maca mas num ambiente novo, onde surgiu um sujeito **façanhudo** a interrogar-me sobre coisas pessoais, debaixo de uma luz encadeadora (o que me recordou vivamente o interrogatório a que fui submetido na sede

da PIDE, em novembro de 1964). Em seguida, o meu **algoz façanhudo** mudou de tom e passou a interpelar-me através de um discurso lamechas/autoritário/infantilizante, conjugado inicialmente na terceira pessoa (por exemplo, “a perninha deste patriota está muito boa, mas se ele se mexe muito, mando-o outra vez para o bloco operatório”), que passou depois à primeira do plural (“temos de nos restabelecer depressa, já vamos passar para o nosso quartinho para aliviar as dores no tu-tu”).

Quando comecei a olhar em volta (depois das c’legas afastarem de tempos a tempos as cortinas de plástico azul que definiam o meu **espaço** de “confinamento” na **sala de recobro**), veio-me ao espírito outra analogia com a minha longínqua experiência prisional, desta vez no Aljube. O meu **espaço** na CUF correspondia ao ‘curro’ de 2x1.5 m onde estive encerrado durante 18 dias, sem possibilidade de usufruto de quaisquer “objetos pessoais” (a *printed matter*, o caderninho e esferográfica eram os que mais falta me faziam).

Por outro lado, fui-me apercebendo de que o poder abstrato dos [Mellos + Chineses] era corporizado localmente pelo meu **algoz**, no seu papel de misógino e arrogante caudilho que comandava o exército de c’legas que deambulavam pela **sala de recobro** abraçando estranhas “pranchetas” com inscrições hieroglíficas. Ao fim da tarde, pareceu-me ouvi-lo invetivar asperamente (“PENSAM QUE SOU MAQUEIRO?”) as c’legas que me tinham deixado abandonado a jazer no epicentro da **sala de recobro**, para se camuflarem junto às paredes, em misteriosos movimentos de uma coreografia centrífuga.

E logo as c’legas fizeram repercutir sobre mim a violência a que eram sujeitas, expondo-me a uma bateria de **perguntas** insidiosas, mais uma vez na forma negativa-interrogativa (como por exemplo, “NÃO TEM DE USAR FRALDAS? NÃO TEM PIJAMA PARA VESTIR?” NÃO TEM DE TIRAR A PRÓTESE PARA DORMIR?). Por estas **perguntas** e outros sinais de agitação, percebi sem qualquer “ajuda” das impenetráveis c’legas (que falavam ao telemóvel sem me ligar nenhuma) que estava prestes a ser conduzido ao meu **quarto**. Depois de atribulado (e demorado) trajeto em que quase chocámos com outros veículos em trânsito, as c’legas abandonaram-me à minha sorte à porta do **quarto**, resmungando que as c’legas (outras, interpretei eu) “já vinham fazer a “transferência para o quarto” (o que implicava uma certa especialização que era difícil de descortinar para um observador externo como eu, mas que dependia afinal de uma vagarosa “mudança de turno”). Nessa noite não dormi nada, com o meu sono constantemente interrompido pelas c’legas que vinham executar numerosas operações enigmáticas/virulentas/invasivas, ao ritmo alucinante de um verdadeiro ‘tiro de barragem’ apontado sobre mim.

No dia seguinte não me lembro de ter tomado o primeiro almoço, com a atividade desenfreada das c’legas que se apossaram definitivamente do meu corpo delapidado, no *locus horrendus* onde fiquei enclausurado.

Ao meio-dia, o desejado almocinho foi na verdade uma marcada decepção, já que as vitualhas apresentadas pelos [Mellos + Chineses] se revelaram de uma qualidade medíocre, sugerindo que não conseguindo poupar no número de c'legas (por um qualquer contrato de trabalho que não pode ser violado em tempos de pandemia sem gravíssimo escândalo), nem querendo reduzir os gastos de marketing e de espetáculo a **empresa** tinha decidido cortar nas despesas com os seus utentes para assegurar o mesmo nível de lucros (à maneira das **empresas** de imobiliário mais *fancy*, que mantém o show à volta dos seus *resorts* à custa de alguma economia no cimento, correspondente à alimentação dos utentes da CUF).

E logo se instalou uma certa rotina que durou quase uma semana, pondo em prática no 'teatro de operações' que era o meu quarto as linhas gerais de um **período** de 'paz podre'. Nesse **período**, em que as c'legas visaram robotizar para 'memória futura' a minha conduta através de uma fisioterapia agressiva acoplada a uma socio-psicoterapia pretensamente apaziguadora, ocorreram algumas incursões punitivas sobre o meu ser, nomeadamente, o afluxo quotidiano de esquadrões de c'legas em ordem-unida (sem "distância social", mas em néscia galhofa), com o objetivo de me martirizar através das mais variadas **táticas**. Em particular, uma dessas **táticas** do **foro** da 'guerra de nervos' consistia em afirmar mordazmente que "não havia o *Público* nem o *Diário de Notícias*, só o *C'rrreio-da-Manhã*"; outra do **foro** da 'guerrilha' consistia em arremeter sobre mim logo que me apanhavam distraído a ler no cadeirão, obrigando-me a elevar os pés para limpar o chão por baixo (usando como arma uma terrível esfregona).

Finalmente, foi-me dada "alta", um ato solene eivado de um certo suspense e mistério transcendental que só me foi anunciado no momento em que fui submetido a (outro) teste COVID-19 com ritual ampliado, e em que me deram recomendações precisas sobre a maneira de continuar a ser vítima do aparelho terapêutico/repressivo.

Conclusão

Em resultado desta **experiência hospitalar** na época desta pandemia, que foi ténue reverberação de um longínquo tempo de reclusão na época subsequente à *peste brune* (assim nomeada por Daniel Guérin), pude concluir que o sistema de saúde apresenta um padrão coercivo que replica, à maneira dos fractais de Mandelbrot, a estrutura repressiva geral do Estado, que se manifesta sob a forma de uma **ação** guerreira contra as '**gentes**' (mais do que contra o **vírus**).

De facto, posso atestar que, durante esta **experiência hospitalar**, fui vítima de áspero, ofensivo e vexatório 'tratamento' burocrático, aplicado à generalidade dos "utentes" em enclausuramento. Esse **tratamento** é à sua escala e atendendo às brumas que anunciam a morte uma importante componente constitutiva da punição das **gentes** por parte do Estado, exacerbada

O que importa é imitar os Índios,
que se escapam sós para a floresta mal chegam aos 60 anos.
TOLSTOI, 1897

pela pandemia e inserida no esquema genérico de repressão dos comportamentos sociais e individuais desviantes/anómalos.

Posso ainda conjecturar que o discurso humilhante usado pelos trabalhadores da saúde na sua relação comigo (e outros “utentes”) é uma peça crucial da ideologia belicista que o Estado desenvolveu durante a pandemia, disfarçando-a sob a capa da “luta” contra a ameaça pandémica.

Para contrariar essa estratégia do Estado posso concluir – na esteira de Montaigne – que é necessário “rir da febre” (agora do vírus), num espírito lúdico que se opõe com firmeza (racional) a toda a atitude agonística.

Nos antípodas da ideologia que – pela estratégia bioterrorista do Estado denunciado por Foucault – promove a guerra contra o vírus como forma de normalizar as ‘gentes’, posso delinear algumas **ações** subjacentes a uma **atitude** plural que leve ao lançamento de **modelos** auto organizativos horizontais capazes de enfrentar a pandemia. Tais **modelos** baseiam-se, em primeiro lugar, na monitorização ativa e denúncia objetiva das **atitudes** conducentes ao reforço de discursos nacionalistas/autoritários/patriarcais, como por exemplo, ladainhas sobre a “necessidade de **proteger** os nossos” do vírus (e de outros “comportamentos externos”, em que a ‘proteção’ é feita de forma violenta).

Em jeito de corolário das **ações** e **modelos** aqui sugeridos, pode conceber-se um método baseado na ajuda mútua e solidariedade, com o objetivo de desenvolver – em estreita ligação óbvia com os trabalhadores da **saúde** – uma **convivência** saudável com este (e outros) vírus. Esta **convivência** está ligada ao repúdio da dominação selvagem sobre a natureza, da qual todos os vírus fazem parte, em particular, o SARS-COV-2, cuja explosão pandémica pode ser vista como um certo reflexo *fuzzy* (como diria Zadeh) dos ecocídios praticados pelo capitalismo global.



Desenho da Mão Esquerda, Délio Vargas 2021

narciso

João Belo

*Sou proprietário do meu poder
e sou-o ao reconhecer-me como único.*

MAX STIRNER

**Atiram pedras aos outros
por verem espelhos em tudo
para não ser como eles
fecho os olhos fico mudo**

**Mas ainda assim e sempre
é sempre comigo que eu ando
amando-me continuamente
em tudo o que vou amando**

**Narciso afinal não foi
o que não o seja algum
e a eternidade o que é
senão a vida de cada um?**

**É impossível que o mundo
por mais que nos minta a voz
não seja antes de tudo
absolutamente nós**

**Cada um é como o outro
ofuscante torre de marfim
de si para si murmurando
não consigo viver sem mim**

mens agitat molem

Triunfante Carnificina *✎ José Carlos Costa Marques*

UMA voz profética ergueu-se da carnificina.
Voz que prega no deserto, voz que entre vozes não se ouve,
voz vinda do fundo abissal onde a raça humana se ergueu
do nada para o quase nada,
e aí se instalou na carnificina contínua a que chamam história
universal, local e indecifrável,
sem horizonte para além do sangue sobre a própria espécie
e sobre todas as outras, vegetais e animais
e virais e microbianas,
10 com ela obrigadas a conviver e a suportar
o insuportável jugo da triunfante vencedora.
Que história pode sobrar ainda
das que foram vencidas,
vermes, aranhas, borboletas,
pombos viajeiros, elefantes,
mansíssimos leões bravios e os tigres
submetidas aos pés da vencedora humanidade,
no seu triunfo tiritando,
enregelada de pânico perante um inapreensível ser semivivo,
20 talvez por ela própria suscitado ou mesmo produzido?
O deserto, o deserto sem apelo, o fogo, a floresta incendiada,
os gelos derretidos, o sangue humano derramado,
o sangue vegetal ignorado,
o sangue mineral,
ó tu pedra que Pascoaes amou e quis chamar junto de si,
e tu irias,
que mais virá a sufocar a vida não humana,
a própria vida humana dos vencidos por outros humanos,
a barbárie glorificada pela ignorante cultura,
30 pela ciência desta época que amanhã
será mitologia,
a massa sangrenta a ressumar das esponjas que enxugam séculos
e milénios e ao nada nos conduzem,
na ponta da pacífica buldózer feita de aços bélicos reciclados,
e tão violenta como eles rasando vertentes, minas d'água e socalcos,
onde, quando, compreenderemos nós os bárbaros

e os que nos julgamos civilizados,
quando entenderemos o grito dos vencidos,
dos judeus bosquímanos, dos ciganos judeus,
40 dos lapões pastores de renas,
das inumeráveis abelhas e aranhas
sacrificadas,
de rastos diante da húbris da espécie triunfante,
vencedora,
glorificada,
cega perante toda a aniquilação que a transporta.

Porto, 14 de outubro de 2020

NOTAS

verso 1 «Over the Carnage rose Prophetic a Voice», in *Drum Taps*, de Walt Whitman.

verso 2 *Uma voz entre vozes*, Porto, 2017, livro do autor do presente poema.

versos 30-31 «A ciência de uma época é mitologia para as próximas», Kepler, citado por F. Carvalho Rodrigues, físico e professor, em prefácio de 7-9-de-2020 à reedição facsimilada do livro *Vida, Espírito e Matéria*, de Erwin Schrödinger, traduzido por G. F. Sacarrão.

verso 34 Alusão à palavra de ordem pacifista «fazer das armas arados».



Paris, 1871, Desenho de Mara Rosa, 1871

UMA OUTRA GRAMÁTICA

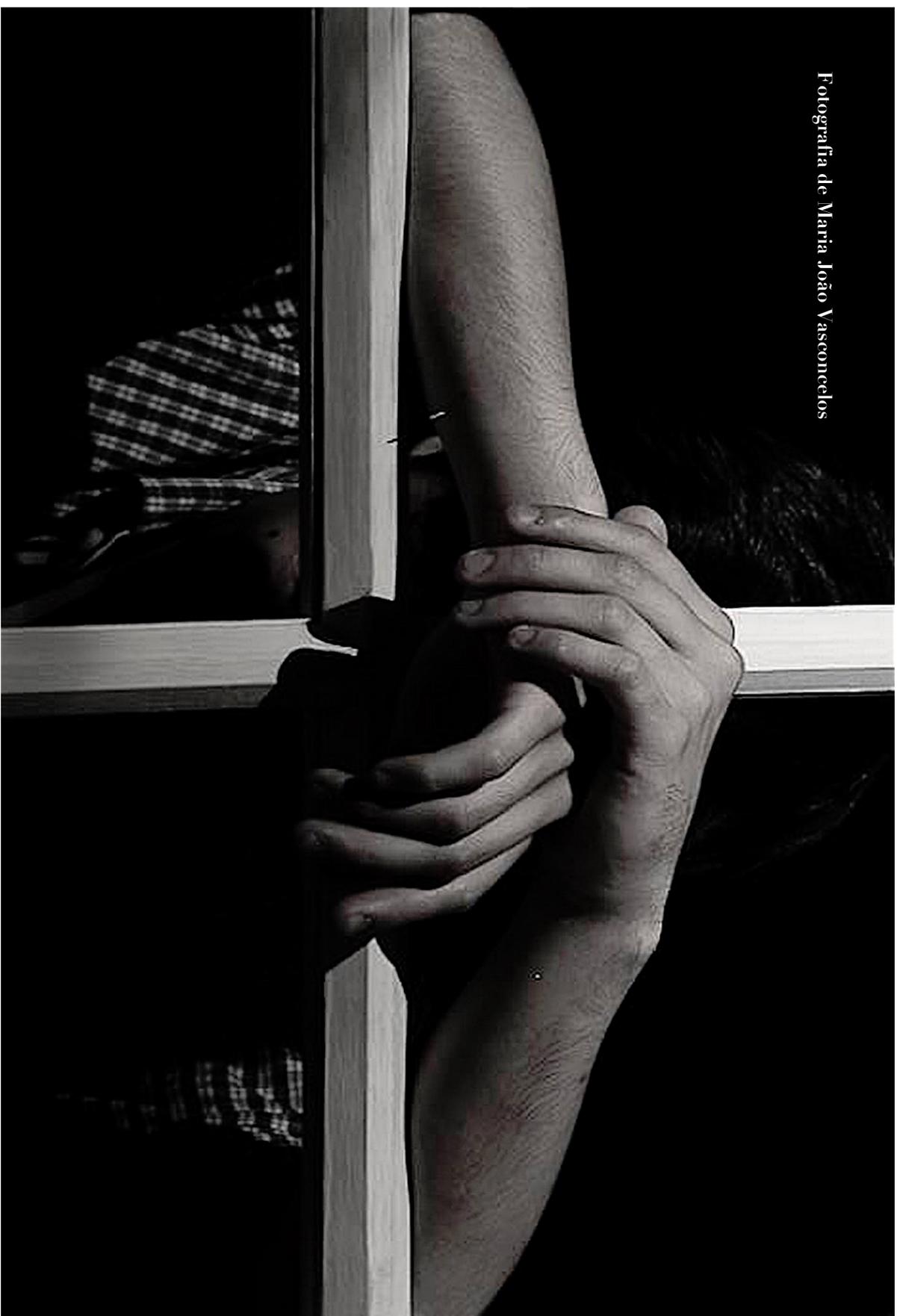
Carlos Alberto Braga

A barca acosta e logo a escabiose
ancora nos símbolos e cala a percepção.
Eneve, o nome tomba: sempre sonhado, jamais habitado,
é uma reminiscência da tempestade retida alhures
que a ilícita presença humana não ousa encarar.
A conjunção é convocada para a aridez onde a semântica falece,
o destino é negado, a folha rejeita as frases,
suspende-as no umbral da interjeição.
A violência desdobra-se da terra para o céu,
abre os regos para a sementeira da ilusão;
à sombra da árvore carcomida
até o verbo tombará como tudo o que é perecível.

Chegada a hora da ceifa, o movimento das máquinas
inscreve na palavra um canto demente.
Padece a pleura, em convulsão antecipa o encarceramento dos pulmões.
Coberto de escamas o silvo fundeia nas veias,
nem mesmo o sopro das vogais o amaina,
acapeladas pelas cinzas tomam a manifestação pelo princípio,
imprestável é a sua pronúncia.
Quem ousará o transe nocturno
para reter na alma o som impronunciado?
Tal é o incerto exílio no abismo;
imolado nos ramos calcinados
outro é aquele em que o sobrevivente se tornou.

Encoberta por hordas de equívocos a usurpação dá-se à luz.
Como o peregrino antes de mim arrojame na lama,
o caos na sela do sangue, os gestos, que da loucura padecem,
lavrando a língua com impiedade.
Uma poderosa logorreia perfura os ouvidos,
o automatismo ruma o pensamento para uma sinistra enseada,
lugar de todos os naufrágios.
Das águas à montanha terrível será a prova dos vivos,
caminho de servidão entre espectros e letras à deriva,
o sentido elidido perpetuado pela razão.
É tempo de invocação, de uma outra gramática,
do verso na matriz da língua.

Fotografia de Maria João Vasconcelos



JOAN SALVAT-PAPASSEIT
escritor social & poeta de vanguarda

Ferran Aisa
Carlos d'Abreu

Joan Salvat-Papasseit nasceu a 16-5-1894 em Barcelona. Filho de família humilde e trabalhadora, aos 7 anos ficou órfão de pai, morto num acidente no barco da Companhia Transatlântica onde trabalhava como fogueiro. A criança Joan Salvat entrou então para o Asilo Naval Espanhol sito na corveta Tornado ancorada no porto de Barcelona, instituição onde também foi parar o seu irmão Miquel. Aqui recebeu uma educação católica, patriótica e militar. Aos 12 anos abandonou o Asilo e entrou nas Escolas Salesianas onde apenas permaneceu um ano lectivo, abandonando os estudos para se integrar no mundo do trabalho, no qual realizará todo um leque de tarefas: aprendiz numa loja de alimentos, moço de armazém, aprendiz numa oficina de escultura, vigilante no molhe da madeira, empregado nas *Galerías Layetanas*, editor... De permeio vive períodos desocupado, é leitor compulsivo, boémio, jornalista revolucionário, amante da cultura, membro de ateneus, poeta de vanguarda, poeta ultraísta e poeta com maiúscula.

Da sua passagem como vigilante nocturno no porto de Barcelona, nascerá o poema “Nocturno para acordeão”, um dos mais belos poemas em catalão do séc. XX. Com ele, não só faz referência à sua condição de trabalhador, como é uma espécie de aviso para navegantes, que de alguma maneira dele haviam desdenhado. É um autodidacta, um operário, um homem que se formara à base de leituras e agora escreve não só artigos sociais mas até poemas, poemas de combate, poemas de amor, poemas de vanguarda.

Na adolescência, com os seus amigos Joan Alavedra, Emili Eroles, Antoni e Enric Palau, frequenta as livrarias antiquárias do Portal de Santa Madrona e faz-se sócio do Ateneu Enciclopédico Popular. São os anos de formação e da sua militância radical contra o flamenquismo e as corridas de touros. Salvat-Papasseit inspirado em Gorki, Noel e Costa inicia o seu impulsivo regeneracionismo. Em 1914 começa a escrever artigos em castelhano com o pseudónimo de Gorkiano nas publicaciones *Los Miserables* e *Energía*, entre outras.

Salvat-Papasseit era um jovem sem ofício nem benefício e escrevia sem parar, guiado por uma febre desconhecida e comia pouco. Em *Los Miserables* publicou “¿Portugal de España?” e “Un pueblo, Portugal”. No primeiro dos artigos tece uma severa crítica aos defensores da integração de Portugal em España, ao mesmo tempo que defende a liberdade dos povos que formam a Península ibérica. Lembra que já Pi y Margall no

seu programa, tentava conduzir com o seu federalismo a vontade espanhola. Salvat-Papasseit, continua: “Portugal *será nuestro*, quando nós formos também de Portugal, unidos nos deveres e nas aspirações, e livres a Catalunha e a Vascónia por sua vez, num iberismo nobre. Mas a força e o rancor que já matou, transformar-se-á em ódio. E devemos fazer com que não cheguem ali os ecos desta voz que em Espanha tenta fazer-se ouvir e invadir as consciências, para ir à conquista de um grande povo que soube conquistar-se a si mesmo. (...) Pela unidade ibérica todos os nossos esforços. Para que Portugal chegue a ser obrigado a dar-nos o que tem a troco do nosso, que é miséria apenas, o saber opôr-se há-de ser nosso dever.”

O outro artigo sobre Portugal custou-lhe um processo judicial. Salvat-Papasseit, anos depois, sobre o assunto escreveria: “Processado e levado ao banco dos acusados por uma causa nobre, fui condenado por um jurado de indoutos e um tribunal de velhos. O artigo em questão era “Un Pueblo, Portugal” (*Los Miserables*, 8-2-1915). A condenação foi de dois meses e um dia de cárcere. O mencionado artigo, referia que

“Este é um povo digno, Portugal. Este é um povo digno que odeia os ditadores e sabe desterrá-los. Dizia Pi y Margall que de povos pequenos vêm os grandes exemplos; se pudesse chamar-se a algum povo da Europa, povo livre que não pode chamar-se Portugal estaria de certo na vanguarda: tem alma libertária, Portugal. Isto a Espanha sabe, sabe que o não pode sangrar sob a tirania dos seus reis mas, não deixa de pensar em dominá-lo. Portugal dá-nos luzes de rebeldia santa. No-la dá a cada passo. Agora Pimenta de Castro, caricatura daquele também recente João Franco, que pelos seus desvarios facilitou a vitória da República, poderá dar-nos conta. Poderá enganar-se o povo, e até conduzi-lo por estranhos caminhos a seu bem; mas o povo dá o sangue pela justiça, e assim não é impossível que chegue a conhecer os que são falsos: apenas que esse conduz ao negro cepticismo no que pode fundir-se para se não levantar quando é mais necessária a sua existência. Apenas resta um remédio. É que Portugal sabe levantar-se quando começa a obra do que aspira a tirano: expulsá-lo com força e com violência do lugar elevado sem ser merecedor desse lugar. É a liberdade o pão que os povos ganham com o suor do rosto, terá dito Lamennais. O pão com o suor do rosto que amassaram os dignos portugueses é pão de liberdade. Não lhe há-de faltar nunca a Portugal um grande Afonso Costa; nem uma Maria Silva lhe há-de faltar. Não lhe há-de faltar nunca outro capitão Rego; não lhe há-de faltar nunca um povo construtor de mais nobres direitos cada dia, de mais grandiosas gestas para a liberdade. Se agora é a sua República o que ama Portugal, será alguma coisa mais pela que dará a sua vida generosa. / Sabeis como chamaram aqui em Espanha à última rebeldia lusitana? Chamaram-lhe desordem, chamaram-lhe *anarquia*. Os Estados Unidos à acção do México deram-lhe também este nome. Os Estados Unidos tinham e mantêm sobre o México sobejas e conhecidas intenções, os papagaios daqui de Espanha, do século XVII, guardam

aleivosia a Portugal. Com um soberbo exemplo para os iberistas sem cobardes desejos: que quando dali do México nos chegava o agravo de ter assassinado vários espanhóis, não pensamos mandar nenhum barco de guerra, no entanto, quando em Portugal, que não nos perseguiram nem pensaram em nós, já lhe mandámos um torpedeiro, e o *Río de la Plata*, e o *España*. E não é obra do rei nem é obra do Governo: é dos papagaios esta obra; do ambiente podre que eles criam. Mas o povo espanhol tem um grande amor ao povo português. É bem que protejamos os nossos irmãos que estão fora de Espanha mas somente isso. Já nos virá igualmente o amor dos lusos, ainda que o não procurem esses nossos papagaios. / É um povo muito digno Portugal. Já o sabem as pernas do Manelzinho Bragança, e o sabem também aquele tontinho do Paiva e esse Pimenta de Castro. É um povo mais digno que este povo espanhol. Gritem os papagaios; assim como venceram no 5-10-1910, assim como venceram no 14-5-1915, venceriam também qualquer bastarda intenção de outra nação imbecil. É um povo muito digno Portugal.”

Em *Los Miserables*, num texto sem assinatura de Março de 1916, sob o título de “Gorkiano”, lemos: “Gorkiano foi condenado em julgamento por um júri a dois meses e um dia de prisão devido a um artigo publicado em *Los Miserables*. Esta foi a pedrada brutal que atirou Cretino sobre a pobre criança. Ele é um entusiasta que com a pureza da infância sente ânsias redentoras e escreve. Já aprenderá a viver. Os pássaros nos seus primeiros dias, são inexperientes e confiados. Mas logo, à força de pedradas, aprendem todas as nossas picardias, as que vão defendendo as nossas vidas de pardais velhos. Pobre Gorkiano! Bem lhe dizia que se fosse habituando, às impressões que senti das vezes em que me sentei no banco dos réus por ter escrito.” O autor do texto, depois de expressar a sua confiança de que Gorkiano não fosse condenado, citava Ángel Samblancat que, com a sua experiência de passar pelos tribunais, sentenciava: “Condenar-te-ão... Condenaram-no. Quando chegará o santo dia em que não seja delito falar e ou escrever? Que resta à liberdade do pensamento, se para ser livre tem de se esconder meticulosamente nas circunvalações da capa cortical? Pobre Gorkiano! Melhor dito. Ditoso Gorkiano! Gorki, o seu mestre, também foi perseguido e condenado por escrever. O foi também Miguel Servet, o foi Galileo, o foi Savonarola. A nossa maior glória, a nossa dos personagens, é esta. É consagração de mártir. O nosso martírio é um passo até um porvir glorioso. Adiante!” Alguns anos mais tarde, o Salvat-Papasseit poeta, num dos seus versos de vanguarda, “Marxa nupcial”, levantará a sua voz bem forte clamando: “Cuspiu/ a casca pelada/ dos cretinos.”

O julgamento de Salvat-Papasseit realizou-se a 26-3-1916. O tribunal qualificou o artigo “Un pueblo, Portugal” de “delito de exaltação à sedição”. Apesar da brilhante defesa do seu advogado Eladi Gardó, o Júri pronunciou o veredicto de culpa e condenou-o. Eladi Gardó, então vereador

em Barcelona pelo Partido Radical, tinha sido um dos fundadores do Ateneu Enciclopédico Popular. O jornalista Eliseo Fortun, no *Sabadell Federal* (11-3-1916), fez eco do julgamento: “Virá o dia em que não seja crime o falar e o escrever, em que se respeite tanto a liberdade de pensamento como a palavra, sinal desse pensamento, a tradução à vida real, sem a materialização da acção, seja sagrada, o dia em o que o delito só exista no acto material. Esse dia será o precursor de outro grande dia em que desaparecerá o delito e a sua sanção por terem desaparecido as leis. Nestes dias gloriosos, o porvir reivindicará a memória anónima de todos os que temos sofrido e sofriremos por ter escrito, e será para a memória de Gorkiano, no meio do anónimo da imensidão dos tempos futuros, um grande timbre de fama ter sofrido pelo que sofreu Galileo, Juan Servet ou Savonarola e tantos homens grandes... Não nos preocupa o facto material da prisão, nem deve preocupar a Gorkiano: esperamos que se lhe possa aplicar a pena condicional. O que nos preocupa é o facto em si da condenação, pelo que significa para o conceito que do direito temos.”

Após a etapa boémia e revolucionária no Bar del Centro com os seus escritos em *Los Miserables*, Joan Salvat-Papasseit ingressa nas Juventudes Socialistas e publica os seus artigos na *Justicia Social*. Neste mesmo ano publica no *Sabadell Federal* “La glosa de un socialista” e a 1-7-1916 aparece o seu primeiro artigo escrito em catalão “La Nacionalitat i el Socialisme”, no qual critica os nacionalismos. Depressa rompe com o socialismo e se manifesta ácrata, editando a sua “Folha de subversão espiritual”, a revista *Un enemic del poble*, onde segue os passos filosóficos de Ibsen, Nietzsche, Kropotkine e Dídac Ruiz, pensamentos que recolhe com os seus escritos e aforismos. Também é o momento em que se inicia na vanguarda artístico-literária criando a revista *Arc Voltaic* onde publica um desenho do jovem Joan Miró e, influenciado por Apollinaire escreve os seus primeiros caligramas. Entre os colaboradores das suas revistas destacam-se Torres-García, Barradas, Josep Maria de Sucre, Xavier Nogués, e outros. Salvat-Papasseit que se inclina para o anarquismo na revista *Un enemic del poble* (Nov. 1917) publicará a sua contundente proclamação: “Eu não quero alistar-me debaixo de nenhuma bandeira. Elas são o verdadeiro distintivo das grandes opressões. Incluindo o Socialismo, que é uma nova forma de opressão, porque é um estado novo seguidor do Estado. Serei agora o glosador da divina Acracia, da Acracia impossível na vida dos homens que não sentem o desejo de uma Era melhor.”

A 7-7-1918 casa-se com Carmen Eleutério mas, neste mesmo ano Salvat-Papasseit cai doente da chamada gripe espanhola e as suas sequelas arrastá-lo-ão à morte. Nesse ano tinha publicado *Humo de fábrica* onde recolhe os seus artigos de denúncia dispersos pela imprensa, entre eles “Un pueblo, Portugal”. A publicação de *Humo de fábrica* é referido no *Solidaridad Obrera*, através da pena do “cenetista” Diego Ramón: “(...) “Gorkiano” é um dos espíritos mais selectos que produziu a humanidade. (...) Aos 24

anos redigiu dois livros! “Humo de fábrica” que se pôs à venda e um outro, em catalão, que se encontra em caixas. Lede este livro, irmãos. Juro-vos que há páginas deslumbrantes, não só pela sua expressão bastante bela, por certo não pela quantidade de ideias mas pela quantidade de pensamento. Não escrevo estas linhas para fazer a crítica da obra, senão para a recomendar.”

Joan Salvat-Papasseit, depois de ter sido vigilante nocturno do molhe da madeira de Barcelona, passa a trabalhar nas *Galerías Layetanas*. Depressa será encarregado da secção de livros de referida galeria; o jovem poeta avança muito rapidamente até à vanguarda. À livraria chegam as últimas novidades de livros e de revistas, Salvat lê tudo o que tem à mão e entusiasma-se com as publicações que chegam do estrangeiro: *Nord-Sud*, *Les Trois Roses*, *La Rose Rouge*, *Les Arts a Paris*, *Valori Plastici*, *Poesia*, *Lacerba*, *De Stijl*, *Mercure de France*, *Revue des Deux Mondes*, *Sic*, *Comedia*, *Orpheus*, *Aventure*, *Les Mamelles de Tirésias*, *La Revue du feu*, *Dada*, *Portugal futurista*, etc. A leitura destas revistas abre-lhe o conhecimento através de autores de primeira linha da vanguarda mundial: Vicente Huidrobo, F. T. Marinetti, Theo Van Doesburg, Vladimir Maiakovski, Pierre Reverdy, Fernando Pessoa (Álvaro de Campos), Tristan Tzara, James Joyce, Guillaume Apollinaire... Nas *Galerías Layetanas*, naturalmente, também lê as revistas de vanguarda que se publicam na Catalunha: *L’Instant*, *Trossos*, *Un enemic del poble* e *391*. Esta última que se publicava sob o patrocínio das Galerías Dalmau era dirigida por Francis Picabia. Artistas, escritores, poetas e gente de cultura passam pelas Galerías Layetanas a comprá-las. Desta maneira Salvat-Papasseit entrará em contacto com a gente da literatura catalã: Foix, López-Picó, Pla, Riba, Sagarra, Millàs-Raurell, Puig i Ferrater, Maseras, etc. À livraria também chegam as últimas edições de livros de Cocteau, Jacob, Albert-Birot, Samain, Soupault, Picabia... Salvat-Papasseit lê os livros de poesia *Vingt-cinq poèmes* de Tristan Tzara e *Les ardoises du toit* e *Quelques poèmes* de Pierre Reverdy. No poema “Mouvement” de Tzara e no “Stop” de Reverdy encontramos a vibração que busca Salvat-Papasseit para os seus poemas vibracionistas.

Em 1919 com o seu irmão Miquel funda a Llibreria Nacional Català, onde editará os seus próprios livros e os de outros poetas catalães. Nesse mesmo ano aparece o seu primeiro livro de carácter vanguardista *Poemes en ondes hertzianes*. Ano em que nasce a filha Salomé. A sua inclinação para o vanguardismo leva-o a corresponder-se com os principais poetas e escritores desta tendência literária, tanto europeus como espanhóis: Petronio, Avermaete, Marinetti, Vando del Villar, Gómez de la Serna, Bacarisse, Guillermo de Torre, Alfaro Siqueiros, etc. Em 1920 vai a Paris comprar livros e revistas de vanguarda para as Galerías Layetanas. Salvat-Papasseit escreve artigos e poemas em diversos periódicos e revistas: *El Dia de Terrassa*, *Columna de Foc*, *Mar Vella*, *La Publicitat*, *La Mainada*, *La Sardana*, *La Revista*,

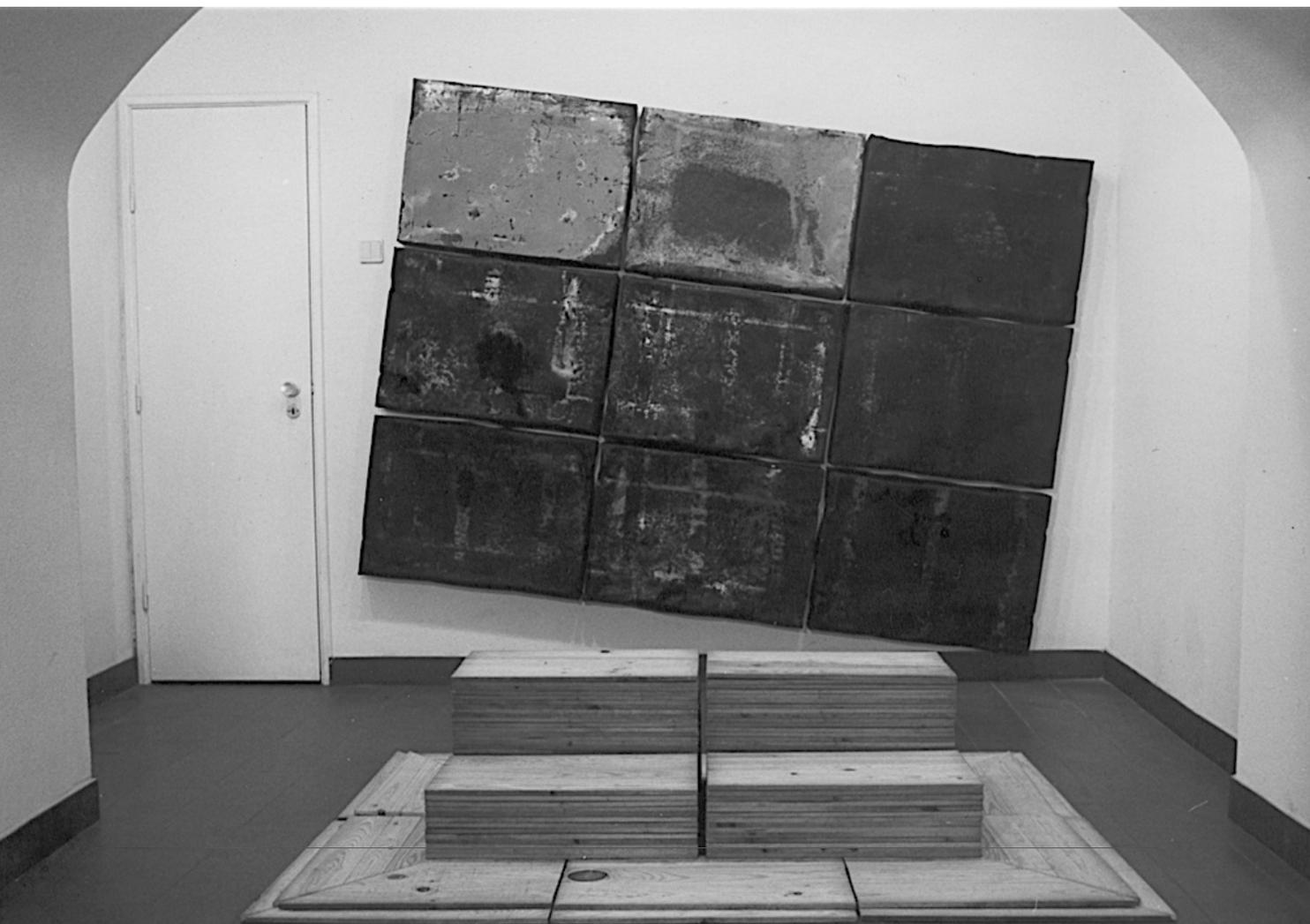
Messidor..., nas revistas ultraístas madrilenhas *Grecia, Ultra, Cosmopolis, Tableros...*, e nas internacionais *Sic, Valori Plastici, Der Stilj, Vida Americana...* Nas revistas ultraístas publica poemas em castelhano e em catalão, também usa o francês nos seus escritos publicados no estrangeiro. Entre a sua obra também figuram os manifestos poéticos “Concepte del poeta” e “Contra els poetes en minúscula. Primer Manifest Català Futurista.” Salvat-Papasseit termina o segundo manifesto com as seguintes palavras: “Convido-vos, poetas, a que sejais futuros, quer dizer, imortais. Que canteis o hoje com o dia de hoje. Que não meçais os versos, nem os conteis com os dedos, nem os cobreis com dinheiro. Vivamos sempre de novo. O *amanhã* é sempre mais belo que o passado. E se quereis rimar, podeis rimar mas, ser poetas com maiúscula: altivos, valentes, heróicos e sobretudo, sinceros.”

Em 1921 publica *L'irradiador del port i les gavines*, onde se destacam os poemas: “Marxa nupcial”, “Tot l'enyor de demà” e “Res no és mesquí”. Um ano depois nasce a sua filha Núria. Salvat-Papasseit irá intercalando a edição dos seus livros de poesia e de revistas como *Proa*, com a estadia em sanatórios, tentando paliar a sua tuberculose. A sua passagem por Cercedilla, em pleno Guadarrama, inspirar-lhe-á os versos de *Les conspiracions*, com versos de ar catalanista que seguirá com a sua colaboração em *Estat Català*, revista fundada por Francesc Macià. Naquele mesmo ano publica *La gesta dels estels*, durante as temporadas que passa em sanatórios e balneários nos Pirinéus franceses. Com o seu novo livro entrega um novo ramalhete de versos apaixonados, eróticos, amorosos, combatentes. Instala-se na localidade francesa de Vernet, no Grand Hôtel du Portugal et du Park graças à ajuda económica do empresário têxtil e colecionador de arte Luis Plan-diura. Este estabelecimento criado nos anos sessenta do século XIX por um rico empresário belga amigo do rei de Portugal, era luxuoso. Entre os seus clientes destacam-se a cantora Mistinguette, a atriz Sarah Bernhart e o escritor Rudyard Kipling. Entrava-se no hotel por um átrio acristalado, diante do qual havia um sumptuosa escada de mármore. No primeiro andar grandes salões rodeavam a sala Amèlie, nome da esposa do rei de Portugal, onde estava a sala de leitura. Todas os quartos de dormir dispunham de chaminé e aquecimento através de irradiadores alimentados por água fervente da fonte termal do rés do chão. As águas do hotel tratavam o reumatismo, a asma, a paralisia, etc. Gente de toda a Europa aí passava largas temporadas. A estadia de Salvat-Papasseit foi apenas de um mês mas serviu-lhe para usufruir da Natureza nos seus passeios pelo bosque com numerosos regatos. Salvat-Papasseit em Vernet continua a sua paixão poética e escreve os versos mais eróticos que integrarão o seu livro *El poema de la rosa als llavis*. Quem era a musa do poeta? Talvez uma enfermeira de Les Escaldes ou uma empregada de Vernet? À senhorita Marie-Louise Bouche, que conhece no sanatório dedica o poema “Prometença”, um canto de amor e de luta para a sua amada e para a sua terra: “escuta.....amada minha: / se eu fosse à guerra / levaria

a espada / como os guerreiros de antanho / levavam o arco com as setas //
lutaria, quem sabe, por qual ampla bandeira / mas o melhor era que fosse
/ a da minha terra: / quatro barras de sangue / o ouro do coração que ondeia
// montaria um cavalo de crina reluzente / e o meu nome se alçaria / mais
alto que a tormenta // o meu elmo /.....qual estrela // tomaria as cida-
des /e as suas moças sairiam a receber-me // não saberia regressar /
se voltar não pudesse com a espada florida”

Em Fev. 1924 falece a sua filha Núria de apenas dois anos e, alguns meses
depois, a 7 de Agosto, morre Joan Salvat-Papasseit, com 30 anos, no seu
domicílio em Barcelona. Nos 2 anos seguintes os amigos editam-lhe 2 livros
inéditos, *Óssa Menor. Fi dels poemes d'avantguarda* e *Els nens de la meva es-
cala*, um livro de contos dedicado às suas filhas.

Exposição de Carlos Dutra na Livraria Uni-Verso (1990?)



CAMINHOS

Há caminhos levados da breca
corpos onde nos redimimos
noites caladas
Há anáforas aborrecidas
mãos insistentes
dias a fio
Há ainda o vestígio dos pássaros
e o seu voo seguro sobre as catedrais
além da linha do horizonte
Alguém a monte foge disto tudo
como de palavras a cito sem fundo
à vista ou verso a preceito
Mas há ninhos caminhos
e pássaros aqui
[8/8/2016]

MANGUITO

Quando morrer não digam nada a ninguém
A morte acontece e eu não sou nada
e isso é bom e natural
como um manguito
Todos por aqui vagueamos
mais uns outros menos
mais bolso ou nem tanto
no saldo imediato
Enquanto isso
o dia brilha
gaiato
e a noite vem
quieta
em sobressalto
[7/4/2011]

CENA TRISTE COMO O MILHO

Um gajo viver ainda
e ver um trilho
de miséria a rastejar
desde o limiar
enquanto
em caixa alta se coscuvilha
um divórcio de milhões
e discute o fino resort
conspureado
de homens traficados
Pelos vistos
só no futebol
a fruta é boa

Fotografía de Dominique Labaume
Algeciras



três depoimentos sobre um livro

A 2-1-2020 surgiu nas livrarias francesas o livro de Vanessa Springora, *Le Consentement* (Grasset), que esgotou em 24 horas os 20 000 exemplares da 1.^a edição. Este caso é mais sintomático do que parece. Decidimos assim abordar o livro de Springora, cuja tradução portuguesa saiu em Setembro de 2020 a partir de três leituras diferentes, deixando em aberto a possibilidade de regressar ao tema sexualidade de forma mais desvolta e aberta em edição próxima.

Joëlle Ghazarian

INFORTÚNIOS MEDIÁTICOS DA MORAL [*Que a floresta não esconda a árvore*]

Consentimento [ed. port.: Alfaguara, Lisboa, 2020, trad. Tânia Ganho], de Vanessa Springora, é um livro que foi difícil de escrever. O título remete para o consentimento, legalmente estabelecido, em França, nos 15 anos, do acto sexual com um adulto. Tarefa demorada, necessária. De início redigido na terceira pessoa e no passado, a autora só o retomou em 2016, escrevendo-o então na primeira pessoa e no presente. Editado em França em Janeiro de 2020, foi rapidamente traduzido em várias línguas e países; em português, saiu em Portugal em Setembro de 2020 e no Brasil em 2021.

Não se trata de um trabalho de literatura, embora a autora, que exerce funções numa grande editora parisiense (a Julliard), seja desde criança apaixonada pelos livros; trata-se, mais propriamente, de um depoimento autobiográfico reconstruído graças a uma memória que remonta a anos passados. Vanessa cresceu em Paris, num ambiente muito marcado pelas repercussões do Maio 68, num meio ligado à edição, com a mãe e quase sem o pai. Os anos 70 foram ágil palco de uma grande efervescência no plano da liberdade (sexual, em particular), com ocorrências contra diversas formas repressivas existentes nos costumes. Isso terá despertado em alguns homens (sem maiúscula) um lirismo falocrata infantil que neles encobriu durante algum tempo, com volúpia, a sua obrigação de serem homens (ainda sem maiúscula). E o mesmo aconteceu certamente também com algumas mulheres, no gosto pela submissão (factor marcante da *verdadeira* mulher, sendo a puta o nosso paradigma) ou no seu maior desejo de *fingir*, quando já não têm quinze anos. Tais excessos são sempre compreensíveis, ainda que destruam indivíduos. Mas nem por isso essa época deixou de ser muito rica. Nos nossos dias, paira uma espécie de estranho ódio por esse tempo, provavelmente porque foi o grande momento da revolta da juventude mundial. Foi também a primeira época (para quando a segunda?) em que a juventude, segundo Margaret Mead, desfez as amarras com a família e desejou criar um mundo mais decente. Isso, pelo menos em parte, explica a negligência dos pais de Vanessa, bem como a indiferença do meio culto em que ela evoluiu.

Num estilo simples, sem particularidades, a não ser uma ironia surda, quase não revelada, e uma dor sóbria, Vanessa Springora expõe a solidão em que

viveu, em criança, na adolescência (parece não ter tido amigos) e como jovem. Uma tal solidão, associada à ausência de reconforto, tanto por parte da mãe, presente, como do pai, ausente, conduziu-a, aos 14 anos, em 1985, ao ostentativo desejo de um adulto, desejo que ela partilhou e pelo qual lutou, como as crianças sabem lutar pelo que querem sem conhecer as consequências. Mas, por volta dos 15 anos, desejou, com força semelhante, libertar-se da prisão onde se encerrara desde há mais de um ano e meio, e cujo carcereiro era um escritor parisiense quinquagenário, chamado Gabriel Matzneff, que gostava, sexualmente, de crianças. Vanessa, a bem dizer sem qualquer ajuda exterior (salvo o apoio moral de um jovem vizinho de 21 anos, de origem russa), vai conseguir desfazer o feitiço atado naquele nó. Porém, doravante, acrescenta-se à sua solidão um novo sofrimento — o de ter sido possuída e utilizada como um objecto. Cabe-lhe pagar sozinha as consequências dos seus actos. E chega mesmo a ser censurada, designadamente pela mãe e por um amigo a quem pediu apoio (o escritor E.M. Cioran), por ter rompido aquele laço humilhante.

Durante mais de 20 anos, Vanessa irá comportar-se de uma forma autodestrutiva, sofrendo, por um lado, com discrição, e por outro de maneira ostentativa. Com discrição porque sozinha, fechada em si, com uma espécie de delicadeza obstinada, e com ostentação por ter necessidade de manifestar *a noite tonitruante* da sua existência. É levada à ostentação não só para exorcizar a dor, mas também por uma extrema exigência de dignidade para consigo mesma. Para existir, é preciso não ser cobarde. Até que chega, por fim, em Janeiro de 2020, o *Consentimento*.

O título exprime-se nos meandros de uma vasta interrogação. A aparente legitimidade do abusador sexual de crianças e adolescentes entroncaria nisso, no consentimento, brandido como superior explicação. É este o argumento de Gabriel Matzneff e dos seus semelhantes. E é esta noção, não só legal, mas simplesmente ética, que Springora revolve no seu livro. Não falo de todos os adultos que têm relações com jovens pré-adolescentes, falo dos que abusam da confiança deles ou que os maltratam.

Obviamente, quando o livro é publicado, Matzneff já deixou há muito de ser para Vanessa um serafim. Mas o momento para expor publicamente a sua narrativa seria sempre mal escolhido como o que escolhera para se deixar seduzir. Deverá então a vítima calar-se sempre, até morrer, por respeito ou por medo dos agressores? Num contexto muitíssimo diverso, mas cuja lógica é semelhante, os sobreviventes dos campos de extermínio nazis também deviam calar-se, porque o que tinham a dizer era indizível e dificilmente tinham quem os ouvisse. Tal como as crianças: criança, do latim *infans*, é o que não fala.

Mas a reacção pública ao livro de Vanessa Springora foi e continua a ser a de um espanto inesperado: «O que hoje mudou, e é disso que se queixam, fustigando o puritanismo reinante, tipos como ele e os seus defensores, é que, depois da libertação dos costumes, a voz das vítimas está, também ela,

a libertar-se.» Vanessa faz parte de um meio social e de um mundo em que *hoje* lhe é possível exprimir-se. No entanto, este livro pode mesmo desinteressar um público elitista. Pois ainda se trata de David contra Golias, e eu tendo mesmo a pensar que o combate pode estar perdido, embora não de antemão. Vanessa tem recebido uma enorme e calorosa correspondência de pessoas que a compreendem, que se congratulam pela sua iniciativa de vir «falar» na praça pública, mas está também sujeita aos destruidores ataques baixos que enxameiam nas «redes sociais», autênticos vertedouros do que pode haver de mais boçal na espécie humana *modernizada*. A sua iniciativa é arriscada.

O forte eco mediático que este livro suscitou e as ondas de choque que promove, visíveis no número de traduções, são altamente representativos de um impensado que tem permanecido oculto, de uma universal infâmia clandestina que é transversal às classes sociais e às diversas camadas culturais: o repetido e imparável abuso sexual de crianças e adolescentes, de ambos os sexos. Um «fenómeno» contemporâneo inquietante e revelador.

Por exemplo: o êxito editorial deste livro pôde levar algumas pessoas a ver nele qualquer coisa de abusivo ou oportunista. É uma estranha forma de reagir ao desvendamento da dor causada pela redução de uma pessoa à condição de objecto.

Consentimento, dizia, é um testemunho reflectido. É a desforra da autora expressa no mesmo terreno do seu abusador, a escrita. Deste modo, ela também o encerra num livro, dando-o a conhecer a um público a que ele nunca poderia ter acedido. Mas não é uma vingança, porque a vingança é um acto reactivo, e a desforra é uma construção holística que pode libertar da obsessão. A autora não vem fazer um ajuste de contas, nem promover a censura do seu adversário; o seu livro não é uma queixa apresentada em tribunal. O que ela procura é fazer reflectir sobre a questão da responsabilidade colectiva em todos os domínios; levar a discussões de fundo sobre o agir dos adultos nas suas relações com as crianças. E aqui entra a questão do mesmo combate para libertinos e moralizadores: esquivar a questão social do masculino e do feminino.

Um dos efeitos «colaterais» da publicação deste livro é o que ele exerce sobre a própria existência das obras de Matzneff. Se, por um lado, estas (que nunca tinham sido grandemente lidas) foram alvo de reticências editoriais, as suas vendas, por outro lado, após a publicação de *Consentimento*, aumentaram (por fim) consideravelmente.

Assim «popularizada», a prolixa escrita de Matzneff acaba também por ser alvo da curiosidade de quem nunca se tinha dignado lê-la. Podendo constatar que se trata de uma coisa repetitiva, lancinante e descritiva, de um sentimentalismo piroso, estetizante e ao mesmo tempo cru, camuflando assim, a quem não tem olfacto, tanto a insipidez dita amorosa como a malvadez acerada. O seu atractivo principal, para um público «especializado», terá

residido sempre nas eternas descrições sexuais brejeiras, poéticas ou vulgares, de muitos dos seus livros, onde o autor não se coíbe de inserir, e amplamente, cartas («de amor», obviamente) dos miúdos e miúdas de quem alegremente abusou, com o beneplácito da «cultura parisiense».

De certo modo, *Consentimento* abriu uma caixa de pandora. Tenderão a vir a público, nas mais diversas paragens, outras revelações destes pesados mistérios guardados a sete chaves no obscuro silêncio das famílias. Já há quem diga, escaldado, que tais narrativas são «uma moda». Que reacção estranha e sem empatia! A explicação, todavia, é clara: uma pessoa «saiu do armário», dando com isso coragem a outras para fazerem o mesmo e deixarem de se sentir sós com esse fardo. São tantas as vítimas, de resto, que os depoimentos poderão tornar-se pandémicos. «Uma vítima inocente é sempre um escândalo», declarou Matzneff, em 2002, num canal de televisão, depois de ter encarreirado o assunto para o terreno consensual das vítimas de atentados ou da guerra.

Uma moda? Será a violência, a intimidação, a violação, o abuso social, moral ou sexual de outrem considerado uma moda? Isso nunca. O que superiormente predomina é o poder, a força, nunca ridicularizados.

Uma moda, iniciar as crianças às necessidades do amor adulto? E por que razão acabar tão depressa com a infância dos outros? Por que motivo encurtar a falta de jeito e os jovens erros, fazê-los envelhecer mais depressa? Não terá valor a descoberta às apalpadelas? Não se aprenderão melhor assim os ritmos das nossas estações? E por que motivo, sendo a criança amoral sem o saber e tendo uma forte sexualidade sem objectivo, por que motivo o adulto (esse que não sabe ter relações sexuais com gente da sua idade) *deveria* aproveitar-se disso? E porque não *aprenderia* esse adulto qualquer coisa com a criança: ser afectuoso, acariciador sem ser pragmático, ou seja, sem ser activo sexualmente? Isso também seria uma libertação e uma evolução. No *Consentimento*, Vanessa diz que o seu «iniciador» (justificação ocidental) não a ensinou a conhecer o seu corpo e o seu próprio prazer; que ele se serviu dela com palavras de amor, de que só mais tarde pôde dar-se conta, quando a si mesma se conheceu sexualmente. Era sempre repetitivo, limitado nos actos. Além disso, era de notoriedade pública que Matzneff não se preocupava com a liberdade sexual dos jovens, preocupava-se unicamente com a dele. Para se deixar prender a indivíduos destes, que em primeiro lugar utilizam sempre as palavras destinadas ao abuso, não basta ser criança, é preciso ser uma criança que se sente e se sabe sozinha. Matzneff alardeava o jogo do amor passionai que cativava as suas pequenas presas ocidentais. Podemos porém ler num dos seus livros, *Mes amours décomposés*, de 1983 (reeditado em livro de bolso em 1992...), este passo sobre as crianças que ele ia sofregamente procurar nas Filipinas: «Que descanso, a prostituição! As garotas e os garotos que se deitam comigo sem me amarem, ou seja, sem pretenderem devorar a minha energia e o meu tempo, que sinecura! Sim, logo que possível, partir de novo para a Ásia!»

Uma moda? Na moda está de facto a pedofilia, diria eu sem rir, tanto como a violação, a prostituição de crianças, e outros notáveis “avanços”. A banalidade do mal, neste vasto campo de actuação... São aos montes os que a praticam, com tendência a piorar. E não apenas «por causa» do confinamento.

Eu, que nunca fui sexualmente timorata, quero lá saber da moral antimoral de libertinos e moralizadores. Como diz Georges Darien n’*O Ladrão* (1897), «devemos ser do nosso tempo, mas não demasiadamente».

António Cândido Franco

1. Estamos diante dum testemunho ou duma construção? Dum documento ou duma ficção? A narrativa de Springora trabalha com a verdade ou com a verosimilhança? Sei que antes mesmo de o livro surgir nos escaparates já os jornais e os telejornais franceses o apresentavam como um documento irreprensivelmente verdadeiro e que a forma como ele esgotou em 24 horas se deveu antes de mais ao carácter documental com que foi apresentado. Caso se anunciasse mais uma ficção, mais um romance, ainda que sobre o mesmo tema proibido e com a mesma publicidade, a corrida do público, a sua sede voraz, teria sido muito mais comedida. Qual é o romance que esgota em França nas primeiras 24 horas da sua saída 20 000 exemplares? Não creio que haja. Também as consequências judiciais e editoriais que se seguiram de imediato à publicação do livro — abertura dum inquérito pelo procurador da República, seguido pouco depois por um processo judicial ainda em curso, e retirada de livros em circulação por iniciativa das editoras que os editavam — parecem provar que estamos diante dum documento, uma fatia da vida real que tem implicações palpáveis na realidade sensível. Nenhum livro de ficção, nenhum romance teria o poder de cometer uma tal proeza e de se substituir assim à realidade. Não obstante, nada disto, que é contextual, quer dizer, demasiado exterior ao livro, chega para esclarecer as minhas dúvidas. Lido o livro, única prova real que me pode desfazer hesitações, a impressão que me fica é a de que a sua natureza não é por inteiro a do testemunho. Usa processos típicos da ficção, a começar logo pelo uso de iniciais no nome das duas personagens principais da intriga (V. e G./G.M.). Mas também a caracterização dos pais de V., sobretudo do pai, é tão esquemática (grosseiro, maníaco, violento), tão desprovido de vida, que lembra muito mais uma personagem-tipo de ficção do que uma pessoa da vida real. Pergunta-se como foi possível que um livro assim, com as duas personagens principais apenas identificadas por letras, pudesse ter um tão grande impacto sobre a realidade? É uma das interrogações que o livro me suscita e cuja resposta me parece estar por um lado na campanha de publicidade que precedeu o seu lançamento, identificando G.M. a Gabriel Matzneff, e por outro na epígrafe que abre o terceiro capítulo, tirado dum livro, cujo autor é G.M., intitulado *Les moins de seize ans*. Ora Matzneff é autor dum livro com esse título — o único em França. Poder-se-á sempre

replicar que o G.M. da epígrafe pode não coincidir com o G.M. do livro de Springora. O da epígrafe só pode ser Gabriel Matzneff; o do livro pode ser Gilbert Morand ou qualquer outro cujo nome comece com essas duas letras e tantos são. Mesmo atendendo a que no início do capítulo VI do livro, o último, a narradora identifique G. como autor do livro *Les moins de seize ans*, a dúvida da identificação da personagem da narrativa com o escritor só ficou devidamente esclarecida com a publicidade que precedeu o livro e as entrevistas que a sua autora deu depois dele.

2. O livro de Springora trata duma relação amorosa e sexual entre uma jovem de 14 anos, V., e um adulto, G.M., de perto de 50. Isso pode explicar o *voyeurismo* massivo com que o livro foi recebido na sociedade francesa, as inúmeras entrevistas a que sua autora foi chamada a dar, as muitas traduções que teve no mundo, constituindo um dos raros casos de sucesso de livraria no quadro da pandemia. Só esse facto pode justificar ainda a abertura dum inquérito e dum processo judicial a uma pessoa real, o escritor Gabriel Matzneff, e a saída do mercado de alguns livros seus. Nesse sentido, sou levado a crer que este livro de Springora teve algo de oportunista. Foi um livro fácil — e basta observar o seu estilo de escrita para se perceber o que quero dizer. A crítica que abordou o livro chegou a dizer que se tratava de uma obra “de excelente qualidade literária” — é isso que figura por exemplo na badana da contracapa da edição portuguesa. Ora a “excelente qualidade literária” não passa de uma escrita sem erros grosseiros, mas também sem qualquer criatividade, e dum fio narrativo frágil, a que faltam elos e sequências, mas que toca um assunto “proibido” — logo atractivo. A escrita de Springora é escolar e acessível e está muito longe duma escrita luminosa e inspirada. Poderíamos a seu propósito falar dum novo tipo de grau zero da escrita, em que a literatura aparece substituída pelo mercado — um estilo todo ele feito para vender, um estilo adaptado ao leitor que compra livros nos hipermercados ou nos quiosques de jornais. Mas a facilidade do livro tem ainda outro alcance. Desde o início do séc. XXI que a situação de Matzneff e da sua literatura começaram a mudar. Por um conjunto variado de razões, que seria moroso esmiuçar aqui, a sua estrela empalideceu. O prémio Renaudot em 2013 atribuído a Matzneff chamou de novo a atenção para o escritor e colocou em cima da mesa as questões legais do relacionamento sexual com menores de 15 anos (idade do consentimento legal em França) que alguns dos seus livros tratavam. Nessa época, que se alongou até 2019, vários comentadores manifestaram surpresa que esses livros continuassem a circular. A principal editora do escritor, a Gallimard, recebeu nesses anos as primeiras cartas de ameaça com processos judiciais. Num contexto assim desfavorável, e que tinha tudo para receber de braços abertos o seu testemunho, Springora decidiu publicar o seu livro. Foi a estocada final — inquérito, processo judicial ao escritor, retirada dalguns livros seus do mercado — que permitiu o êxito retumbante e facilímo do livro.

3. Não discuto aqui o fundamento que proíbe uma relação sexual entre um jovem de 14 anos e um adulto de 50. Não é esse o meu propósito e não o saberia discutir com propriedade. Tudo o que posso aqui dizer é que as campanhas em prol das vítimas não podem perder de vista os direitos humanos e dar lugar a perseguições desumanas e a situações inadmissíveis, fazendo novas vítimas. Não é aceitável que livros de Matzneff tenham sido retirados de circulação pela sua editora e não possam hoje ser encontrados em livraria – tal como é inaceitável que uma placa comemorativa de Guy Hocquenghem (1946-1988), pioneiro das lutas homossexuais em França, placa colocada em 2019 pela Câmara de Paris numa casa onde ele viveu, tenha sido retirada em 2-9-2020 no seguimento de pressões públicas, denunciando a amizade de Hocquenghem com Matzneff. Defensora do património escultórico a qualquer custo, a direita não hesitou aqui em exigir ruidosamente a destruição da placa. Por seu lado, a rede das livrarias da FNAC apagou o nome do autor dos seus arquivos. É um autor inexistente. O mesmo fez a biblioteca central do Québec, onde o nome de Matzneff desapareceu. Algumas bibliotecas municipais em França fizeram o mesmo. Manuscritos do escritor foram apreendidos pela justiça (e podem mais tarde vir a ser destruídos). Temos hoje a possibilidade de ler o ponto de vista de Springora sobre a história que viveu em 1986/87 com Matzneff mas foi-nos tirado o direito de lermos o ponto de vista do escritor sobre essa mesma história. O *carnet noir* em que o escritor fala dessa mesma relação, *La prunelle de mes yeux* (1993), já não está disponível em livraria e não pode ser lido de forma acessível. Mesmo em alfarrabista, o livro quase não se encontra. Nem a FNAC nem a Amazon o disponibilizam. Encontrei apenas um exemplar – edição vulgar de bolso da Folio – a um preço inacessível (84 €). Tiramos assim a possibilidade de confronto e até o direito do exame crítico. O livro com que ele pretendeu responder no final de 2020 à narrativa de Springora, *Vanessavirus*, foi recusado por todas as editoras francesas – por medo de campanhas difamatórias, boicote das livrarias e por fim represálias judiciais. Acabou por ser editado no início do ano numa pequena edição de autor, 200 exemplares, por subscrição, sem sequer poder aceder às livrarias. Mais uma vez aí nos roubam o direito à leitura acessível. É uma situação perigosa e intolerável. Sabemos que os temas morais – sucedeu no passado com a homossexualidade – podem dar origem a pestes emocionais altamente contagiosas que levam a actos inqualificáveis. Retirar títulos de um escritor de circulação, ameaçar editoras e livrarias, proceder à apreensão dos seus manuscritos, impedi-lo de editar, limpar o seu nome de bibliotecas públicas é uma situação muito preocupante. Foram precisos quase 200 anos para podermos editar Sade em liberdade – ainda em 1957 a edição das obras completas do escritor foi confiscada e destruída e o seu editor, Jean-Jacques Pauvert, coagido a pagar uma pesada multa. As descrições sexuais de Sade e as suas perversões são muito mais condenáveis do ponto

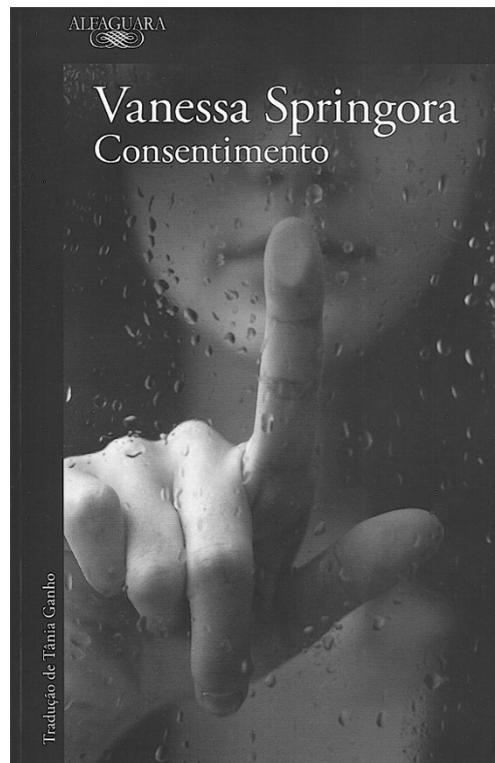
de vista moral que as de Matzneff. Sade arrisca-se assim a regressar à clandestinidade e com ele muitos outros. Diante duma tal perspectiva só não se inquieta quem despreza o altíssimo valor da liberdade de expressão e o que ela representou de avanço nos últimos 200 anos!

Mara Rosa

Todo o sensacionalismo ao redor de “V” e “G” é um autêntico teatro de marionetas, um golpe comercial (não da autora, mas da propaganda mediática); as medidas do governo que daí resultam tresandam a hipocrisia moral, já que o próprio sistema governamental, e social, pelas suas características hierarquizantes, estimula nas mais diversas formas a relação de dominador/dominado; a onda de censura literária em torno do caso cheira a mofo e faz reviver certos cenários dos regimes mais autoritários, sendo que em nada resolve as questões centrais evidenciadas no livro: a protecção das crianças face ao comércio ou ao abuso sexual e a consciencialização para os relacionamentos abusivos, aqui em qualquer idade. O consumidor aplaude o espectáculo e clama vingança. Morte ao lobo do capuchinho vermelho! Faça-se dele vítima ou carrasco que a estrutura social não é vista nem achada nessa problemática. Queimem-se todos os livros que retratem a crua realidade dos factos. Arre demo! Eu que, estimulada pela problemática levantada em *Consentimento*, me decido enfim a ler *Lolita* de Nabokov, receio não o encontrar fora das velhas prateleiras de um alfarrabista em extinção. Quanto ao livro propriamente dito, não é mau. Pensado numa lógica de venda massiva, é complexo na sua simplicidade. Está dentro das tendências da actualidade, lê-se facilmente. Recomendo-o a adolescentes que vejam na literatura um enfado. Felizmente já o li, mas se as tendências políticas dão em mudar, arrisca-se a ser também abolido do mercado editorial. O sucesso do livro não se deve apenas à forma escurra presente na sua escrita; tem o valor de um testemunho assente num tema capaz de acender centelhas de revolta passíveis de criar verdadeiros incêndios. No nosso quotidiano não são raras as histórias de paixão entre adolescentes e adultos e a meu ver cada caso é um caso. Não há como comparar a estrutura de uma criança de 6 anos a um adolescente de 16, como não é possível ignorar as diferenças individuais que aceleram ou retardam o amadurecimento da pessoa adolescente. Por outro lado, a adolescência é revolucionária por natureza e a de Springora parece-me um exemplo disso. Se a sua mãe rejeitasse o seu impulso apaixonado, seria quase certo que Springora fugiria; se denunciasse o caso às autoridades, seria fracturante para a relação entre ambas. Aos 14-15 anos, Springora não conhecia as leis pavlovianas que servem de instrumento a relações de submissão e isso, mais que um problema de cariz legislativo, parece-me constituir uma grande lacuna na educação pública e familiar, no conhecimento que a criança adquire de si e do mundo que a rodeia, sem o qual não pode haver uma verdadeira noção de consenti-

mento. Quanto a Matzneff, mais que um criminoso consciente dos seus crimes de uso (ou abuso) de menores, parece-me tratar-se de um ser que não tem consciência real da dor que pode provocar nos outros por viver demasiado centrado em si. O turismo sexual de menores, por exemplo. Matzneff fala dele a certa altura como de um oásis. Relata-o na primeira pessoa e pôde experienciá-lo porque se trata de um mecanismo existente. Creio que mais que fazer afirmações de culpas ou de desculpas, há que colocar questões sem medos nem tabus. Antes de mais, precisamos de saber exactamente o que queremos dizer quando dizemos pedofilia. O sentido demasiado lato da palavra põe no mesmo nível violações, tendências afectivas e comércio humano. Por outro lado, é importante perceber, no que concerne a relacionamentos abusivos, qual o agravo de tais relações quando estas se transformam em relações comerciais. Como estas muitas perguntas por responder surgem como cogumelos de um livro aparentemente simples. A bipolaridade popular que se concentra apenas na procura de um culpado ou de uma vítima oculta demasiados ângulos de um prisma bem mais complexo do que aparenta. Tendo por base um testemunho, o livro ultrapassa o mero relato factual quando enfatiza as emoções que a autora pretende evacuar com imagens que as traduzem, aproximando-se por vezes de uma biografia romanesca. *Consentimento* é em simultâneo preto e branco, colorido e incolor, salgado e insípido. Abre e é essa a sua valia espaço à problemática da manipulação nas relações e da inerente toxicidade; contudo não pode ou não deve nunca servir de falsa bandeira para acentuar um autoritarismo social e governamental que, cego à complexidade das relações humanas, nos alheia da raiz dos problemas.

Desenho de Ariana Vitorino, 2021



DUAS CARTAS PARA ANTÓNIO TELMO

Max Hölzer

apresentação e tradução
RISOLETA PINTO PEDRO

A correspondência inédita cuja divulgação se inicia, ocorre no âmbito de um círculo de estudos ocultistas orientado pelo austríaco Max Hölzer (1915-1984) em Portugal. As mais de 30 cartas de Hölzer para António Telmo, escritas em francês entre Maio de 1975 e Abril de 1980, são remetidas de Paris na sua quase totalidade e reflectem três tipos de mensagens: o retorno e agradecimento em relação a estadas anteriores em Portugal; a antecipação de próximas vindas, com recomendações sobre logística da estadia e dos encontros, que podem ser públicos, como conferências, ou num círculo mais reduzido e criteriosamente escolhido, sendo António Telmo sempre referido como indispensável e prioritário, a ele acrescentando os nomes de Carlos Silva e Francisco Sottomayor. “Confirma” Telmo, no conto “Trabalho de Grupo” (in *Contos Secretos*, 2016) que *durante os três primeiros anos fui, por assim dizer, o único discípulo daquele mestre. Embora nos reuníssemos, de quinze em quinze dias, na casa de Francisco Sottomayor, o meu trabalho era individual. Um terceiro conteúdo toma a forma de recomendações sobre exercícios espirituais, leituras, ou considerações acerca da evolução do processo de conhecimento, bem como a concentração na atenção e na auto-observação: o conceito de “rappel”, muito presente em Gurdjieff (1866-1949), cujos princípios de trabalho Max Hölzer transmite nos seus grupos e conferências. À excepção da última carta, resposta inequívoca, breve, seca (e arriscaria a acrescentar: deslegante e mal disfarçadamente despeitada) à decisão de Telmo deixar o grupo, o tom alterna entre o amistoso e o intensamente amistoso, o pragmático, o reflexivo e o didáctico, confundindo-se por vezes estes dois últimos, embora o segundo possa raiar o autoritário quando contempla “conselhos” como restringir as leituras de Telmo às por si recomendadas no âmbito do trabalho, ou “aconselhar”, por exemplo, em alternativa à tradução que Telmo pretende fazer, de Z’ev Ben Shimon Halevi, um outro livro de autor por si escolhido, num cerco conceptual e espiritual intolerável para um espírito livre como o do nosso filósofo. Por isso, compreende-se a afirmação deste no conto “Trabalho de Grupo”: *Era o maior sacrifício que me era imposto dentro do meu destino de aprendiz de filósofo. Eloquente é a orientação transmitida numa das cartas para a leitura de um texto de Ouspensky: *Leiam-no em conjunto, sem demasiada discussão, onde é claro o menosprezo pelo espírito crítico, na linha da submissão absoluta aos mestres, atitude antitética à liberdade da Filosofia Portuguesa. A expectativa de referências ao surrealismo não se concretizou, pois raras são as alusões literárias; é o caso da funda impressão que lhe deixara, em 1969, uma declamação de Pascoaes por José Marinho. E a este nível é quase tudo. A um olhar atento não será indiferente o facto de citar Jarry, o mais próximo que aqui encontramos do seu interesse pelo surrealismo. Hölzer editou publicações surrealistas entre 1950 e 1952, com traduções de Breton, Péret, Lautréamont e outros. Na década de 1950, foi um dos primeiros poetas de língua alemã na área do surrealismo. Posteriormente, voltou-se para o estudo da Kabbala, que ganhou grande impacto na sua produção poética. Escolhemos deste epistolário, duas cartas, a bem dizer as primeiras,***

apenas precedidas por cartão de quatro linhas, e que vão em tradução nossa. Na segunda carta, a Dalila e o Dr. José M. referidos no final são Dalila Pereira da Costa e José Marinho — que acabava de morrer a 5 de Agosto. Terminamos com passo de texto de A. Telmo escrito por volta dos 80 anos e publicado no vol. I das *Obras Completas* (2014) sob o título “O Quarto Inimigo do Guerreiro”: *O I Ching aconselhou-me a retomar o caminho que em tempos pratiquei sob o impulso de Max Hölder. Fiz várias tentativas de praticar a meditação. Vi, mais uma vez, que a minha individualidade vocacionada para a arte poética se dissolvia com a prática dessa meditação, em que, como se sabe, temos de deixar toda a imagem, todo o sentimento, todo o pensamento. [...] Além disso o Jung, apesar do seu nome que parece chinês, está-me indicando que o caminho de um ocidental não é o do Oriente.* [R.P.P.]

Paris, 16 de Maio 75

Caro António Telmo,

Como o tempo passa (está na sua natureza, diria Alfred Jarry), tive dificuldade em habituar-me à mudança. Em Lisboa, no seu país, recebemos forças que vêm da natureza, o que aqui falta quase na totalidade.

Gostaria muito de ter notícias suas e de toda a sua família. Lembre-se que eu penso em si todos os dias. Que não tenhamos tido a oportunidade de nos reencontrarmos antes da minha partida, fez-me sentir que neste mundo tudo deve ser vivido como exercício e que a continuidade pressupõe a mudança, para quem se põe ao caminho. O tempo é propício ao trabalho, propõe-nos incessantemente possibilidades de aprendizagem em carne e osso e sentimentos, e exercermos, em nós mesmos, a força conciliadora que em geral é apenas “prazer sob todas as formas, vindo de fora”.

Vou enviar-lhe por estes dias um livrinho de um poeta que é muito mais que isso, que me transmitiu uma grande alegria através dos seus diversos escritos e do elevado sentimento que deles emana (o livrinho, esgotado, foi uma compra de “ocasião”, desculpe o aspecto exterior usado).

Mas os outros grandes livros esperam ainda (em Frankfurt), talvez me possa informar de que modo poderei fazê-los chegar até si, para que endereço. Eventualmente, para o seu editor.

Encontro-me envolvido em diferentes trabalhos que afinal são um único, com intensidade. Isto exige muito de mim e aumenta constantemente.

Creia-me, bem como toda a sua família, vosso amigo fiel.

Max Hölder

6 de agosto 75

Caro António Telmo,

Logo após ter recebido a sua carta, e muito contente por ter o seu endereço certo, mandei que lhe enviassem os livros, e pensei que deste modo teria uma “resposta” imediata: mas desconhecia que o amigo em Frankfurt que aguardava a morada tinha partido antes de receber a minha carta. Depois, eu próprio tive de me deslocar a um colóquio na Universidade de Genebra, cujo tema era o facto religioso “interdisciplinar”, como é conhecido (teólogos, sociólogos, etc.) — foi muito decepcionante, mas pelo menos parcialmente, uma confissão da sua total impotência. Entretanto — participando com um certo empenho

[*termo indecifrável*] nos “acontecimentos” continuei a trabalhar intensamente em várias direcções e “marginalmente” também a escrever outras coisas sobre Fernando Pessoa, que penso poder publicar no próximo Outono ou Inverno como “introduções”...

Sabe que Castañeda publicou um quarto volume, *Tales of Power*, que é absolutamente extraordinário e dá-se se tivermos paciência para o analisar, comparar, compor os “membros” as chaves e um conhecimento estrutural bastante avançado.

Escreva-me, por favor, e diga-me se recebeu os livros. Interessava-me também saber uma outra coisa se tem a possibilidade, através do seu editor, de encomendar livros franceses ou ingleses.

Francisco não conseguiu ir aí para uma das suas curtas estadias? Vou escrever-lhe.

Se puder fazê-lo, e seria uma boa preparação para um trabalho posterior, leia o livro de Ouspensky, *Fragments de um Ensinamento Desconhecido*, o livro apareceu também em espanhol, e em francês e inglês, naturalmente. Leiam-no em conjunto, sem demasiada discussão.

Tem toda a razão quanto à solidão. Mas por outro lado, ela não comporta chispas reveladoras suficientes pelas quais começamos, se abandonarmos todo o nosso vocabulário e todas as nossas representações psicológicas habituais, etc., a conhecermo-nos a nós mesmos. Não há tempo a perder.

Penso em si todos os dias, e estamos cada vez menos separados pelo espaço.

Com o meu mais cordial afecto,

Max H.

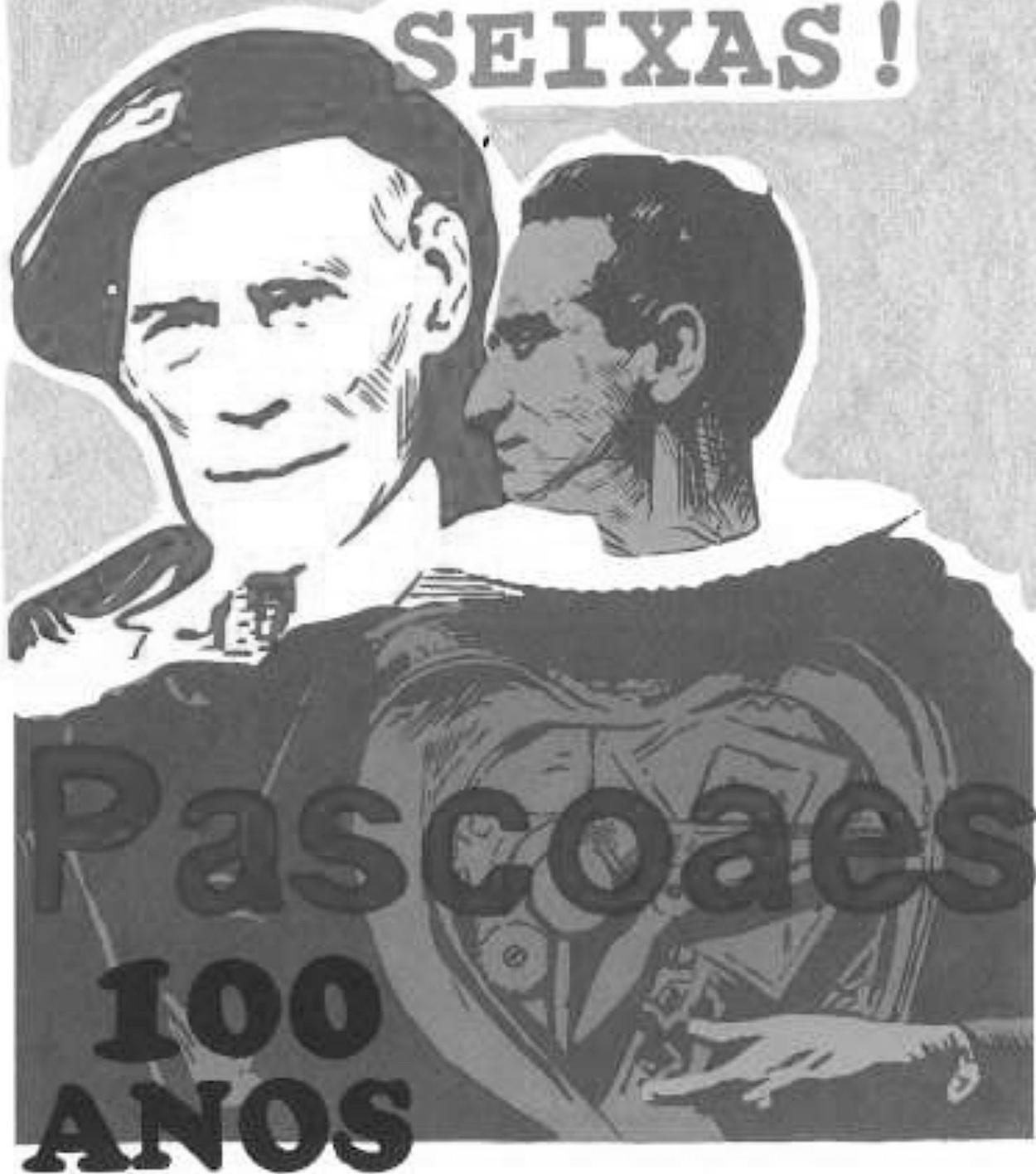
Obrigado pela sua bela carta! Dalila escreveu-me a dizer que o Dr. José M. tinha sido operado e se encontrava ainda num estado de fraqueza diga-me para onde poderei escrever-lhe e enviar um livro.

Mais les autres grands livres attendent encore
(à Francfort), peut-être dirais-tu un mot
comment les faire parvenir à nous, par quelle
adresse, etc. pour notre édition.
Mais, je me trouve dans des différents travaux
qui sont un seul, fructueux, avec intérêt. Il
est beaucoup exigé, et augmente avec chaque pas.
Écrivez-moi, je vous prie, pour des questions
je ferai le mieux que je peux pour répondre.
Croyez-moi, avec toute la famille, votre
ami fidèle.
Max Hölzer



Max Hölzer e detalhe de carta sua a António Telmo

**VIVA
CRUZEIRO
SEIXAS!**



Obra pertencente à série "100 obras para Cruzeiro Seixas" de autoria do colectivo "Borderlovers", de Pedro Amaral e Ivo Bassanti. Créditos para Casa da Liberdade - Mário Cesariny / Perve Galeria, 2020

A perspectiva de Murray Bookchin alerta-nos para o facto do tempo revolucionário ser necessariamente muito demorado e tudo depender do contexto. A pergunta é: como estabelecer o quadro institucional susceptível de assegurar o desenvolvimento máximo das capacidades mutualistas do ser humano? As pistas que ele dá organizam-se à volta do confederalismo democrático, quer dizer, da concepção anarquista de comunidades descentralizadas unidas por um encaixe federal. Retomando a política à dimensão do município, favorecendo as relações cara a cara, aquilo que também se chama de municipalismo libertário supõe o direito de todos assistirem às assembleias municipais, organizadas estas segundo os procedimentos da democracia directa com tomadas de decisão por maioria e sustentadas por uma ética da solidariedade e da amizade (a *philia* em grego). A passagem da escala local a escalas mais largas efectua-se sob a cláusula do mandato imperativo para os delegados saídos das assembleias municipais. A dimensão das unidades políticas e daquilo que representa uma cidade decente (e não uma cintura urbana de extensão indefinida) tornam-se elementos ecológicos determinantes num quadro onde as dimensões das municipalidades se adaptam às possibilidades naturais onde elas se localizam. A comunidade municipal toma em conta então nas suas deliberações o equilíbrio entre a cidade e o campo, e ainda a proporção, a complexidade e a intensidade das tecnologias empregues para cumprir eficazmente as funções sociais sem sobrecarregar o meio natural. O mesmo acontece com o habitat humano, que não deve prejudicar este meio. Estas preocupações recorrentes nas projecções utópicas do pensamento anarquista tornam-se em Bookchin imperativos ecológicos. Temos então por maioria de razões todos os motivos racionais, morais e emocionais de trabalhar segundo as orientações da ecologia social. E não apenas em função das nossas visões libertárias e aspirações a uma vida plenamente humana, mas ainda pela nossa sobrevivência num equilíbrio mínimo com a natureza.

RENAUD GARCIA

2017



Murray Bookchin, desenho de Mara Rosa, 2021

NO CENTENÁRIO DE MURRAY BOOKCHIN [1921-2006]

♦ *Selva Varengo*

Em 14-1-2021 Murray Bookchin completaria 100 anos. Se fisicamente nos deixou há 15 anos, as suas ideias, porém, continuam vivas e activas em muitos lugares da Terra. Muito embora as suas ideias tenham favorecido o nascimento de numerosas outras experiências, pequenas e grandes, um pouco por todo o lado, influenciando movimentos sociais, ecologistas, eco-feministas e outros, é sobretudo digna de nota a sua influência sobre a experiência revolucionária do Rojava. Hoje, depois das questões que o aquecimento global e a pandemia do novo vírus colocaram, o pensamento político de Bookchin parece gozar duma segunda juventude e suscita novo interesse, até em meios inesperados onde cresce a consciência das inter-relações entre pandemia, aquecimento global e disfunção social. Dito doutro modo, Bookchin não é meramente um dos pioneiros do movimento ecologista, denunciando logo em 1952 (1) uma crise ecológica no horizonte, mas um dos pensadores políticos radicais mais originais da segunda metade de novecentos. A sua teoria da ecologia social contém na verdade elementos inovadores, entre os quais o facto de haver reconduzido a crise ecológica às suas raízes sociais. Para o autor a crise ecológica contemporânea deriva no imediato da economia capitalista, mas tem as suas raízes profundas na hierarquia social que emergiu com a família patriarcal, hoje fortemente institucionalizada. Ele individualiza em especial como causa da crise ecológica a rotura do equilíbrio entre seres humanos e natureza provocada pela emergência daquilo que define como “lógica do domínio”. Aceitar que alguns indivíduos são superiores aos restantes torna “natural” considerar todos os outros seres vivos como inferiores aos humanos e assim passíveis de exploração. Desse modo o domínio da natureza pelo humano entrelaça-se com o domínio dum ser humano sobre outro. Por conseguinte, para a ecologia social o necessário equilíbrio entre seres humanos e natureza só é possível através duma mudança das relações sociais que leve à eliminação da ideia de domínio: “Os grandes problemas que incompatibilizam sociedade e natureza nascem todos no seio do desenvolvimento social e não entre natureza e sociedade.” (2) Daqui a afirmação bookchiniana da necessidade duma transformação radical da sociedade através da construção daquilo que ele chama uma “sociedade ecológica” ou uma sociedade orientada em sentido libertário, não hierárquica e não classista. Tal mudança não acontece em Bookchin por meio duma política reformista de sinal parlamentar, limitada apenas a intervenções cosméticas, nem se baseia na errada convicção que a sociedade em geral e a humanidade enquanto tal sejam culpáveis na sua totalidade do desastre ecológico. É antes necessário tomar consciência do facto que o sistema capitalista é incompatível com o restabelecimento dum elo harmonioso entre os seres humanos e o ecossistema e deve assim ser desmantelado desde os seus fundamentos e substituído por relações sociais diferentes, capazes de harmonizar evolução social e evolução natural. Ademais duma profunda transformação social, são ainda indispensáveis segundo o autor para a criação duma sociedade ecológica transformações culturais que levem ao desenvolvimento de novas sensibilidades e novos modos de pensar, numa lógica de interpretar que não seja a do domínio

e a da opressão. Só se pode chegar a esta nova sensibilidade não hierárquica através dum longo processo educativo, seja intelectual seja ético, de modo a tornar cada ser humano responsável pelas suas acções e capaz de se autogerir. Assim, um elemento capital da ecologia social é a construção duma ética ecológica fundada sobre os valores da participação, do apoio mútuo, da complementaridade e da valorização da diversidade, inserindo-os numa perspectiva definida como “humanismo ecológico”.

Próximo de tudo isto está o nascimento de uma política de base em que esteja presente uma distinção clara entre o poder de decisão e a sua execução administrativa: enquanto o primeiro deve ser da responsabilidade e da competência exclusiva de assembleias populares, o segundo pode ser entregue a um corpo administrativo de delegados, eleitos sob mandato revogável a qualquer momento. A sociedade ecológica deve então ser identificada com a prática da democracia directa, baseada na acção directa de assembleias populares com plenos poderes de decisão. A aplicação política da ecologia social é constituída pelo municipalismo libertário, cujas recuadas origens Bookchin individuou nos primórdios das revoluções americana e francesa e na significativa experiência da Comuna de Paris em 1871. Esses acontecimentos políticos auguram o desenvolvimento de municipalidades livres de dimensões aceitáveis, contidas e descentralizadas, caracterizadas pela democracia directa e cada uma delas constituída no seu seio por unidades autónomas ainda mais pequenas, em sintonia com o ecossistema em que se encontram. A necessidade de democracia directa, de descentralização e de municipalismo libertário está estritamente conexa e indissoluvelmente ligada ao confederalismo, quer dizer, à realização duma “não autoritária comuna das comunas”. Isso implica interdependência das comunidades seja do ponto de vista cultural, mas evitando particularismo e localismo, seja do ponto de vista económico, abandonando o centralismo de Estado. Para Bookchin a nova sociedade não pode prescindir duma mudança económica: o actual sistema económico capitalista deve ser radicalmente alterado de modo a tornar-se compatível com a ética comunitária. A opção não está entre escolher nacionalizar ou privatizar a economia, mas sim municipalizá-la, de modo que toda a comunidade local possa controlar os meios de produzir e os serviços: uma economia municipalizada, moralizada, caracterizada pelos princípios da reciprocidade, da interdependência, do cuidado e do empenho mútuo. Aplicar a moral à economia significa para o autor substituir a concorrência e a falsa iniciativa da economia de mercado pela reciprocidade e a interdependência, dando vida a uma autêntica economia comunitária baseada no princípio “de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo as suas necessidades”. Não obstante os princípios expostos, não é possível para Bookchin imaginar que forma assumirá amanhã a sociedade ecológica, tanto mais que a mentalidade dos seres que a criarão será provavelmente muito distinta da de hoje. A passagem da velha à nova sociedade não sucederá através duma rotura imprevista da ordem actual, nem mesmo por meio de acções exemplares, mas será com certeza um processo intermitente e demorado. O importante será em qualquer caso reafirmar aquilo que é um elemento fundador do pensamento libertário, isto é, a coerência entre meios e fins — e não

foi por insignificativo acidente que a ecologia social foi também chamada eco-anarquismo ou ecologismo anarquista. [original in *Bolletino-Archivio G. Pinelli*, n.º 56, 2020, pp. 18-21]

Notas: 1) v. Herber (pseud. M. Bookchin), “The problems of chemicals in food”, in *Contemporary Issues*, vol. III, n.º 12, Junho/Ag., 1952. 2) M. Bookchin, *Toward an ecological society* (1980).

PIOTR KROPOTKINE [1842-1921]

♦ *Paul Avrich*

Em Fevereiro de 2021 perpez 100 anos sobre a morte de Kropotkine. Mais do que fazer aqui um novo resumo da vida aventurosa deste revolucionário ou de insistir sobre as originalidades da sua obra escrita, preferimos dar a palavra a um historiador e analista com boas credenciais porque, nele, podemos facilmente encontrar a abordagem crítica e mais distanciada que geralmente falta aos correligionários. [J.F.] Piotr Kropotkine, o sobressaliente discípulo de Bakunine, foi, tal como o seu predecessor, um rebento da aristocracia latifundiária, educado num círculo de gente da melhor estirpe, entre as de maiores posses da província de Tver, onde ocorreu a juventude de Bakunine: os antepassados de Kropotkine haviam sido grandes príncipes de Smolensk na Rússia medieval, descendentes de um ramo do clã Riruk, e governadores de Moscovo antes do advento dos Romanov. Educado no elitista Corpo de Pajens de São Petersburgo, Kropotkine serviu com grande devoção como *page de chambre* do Imperador Alexandre II [que acabou com a servidão em 1861], e posteriormente como oficial do Exército na Sibéria, destacado para o regimento cossaco do rio Amur. Como antes havia feito Bakunine, Kropotkine renunciou ao seu passado aristocrático trocando-o por uma vida consumida em grande parte nas prisões e no exílio. Ele também se viu obrigado a sair da Rússia czarista em condições extremamente dramáticas, escapando em 1876 ano da morte de Bakunine de um hospital-prisão próximo da capital e passando ao Ocidente através da Finlândia, onde permaneceu até que, com a idade de 75 anos, a revolução de Fevereiro lhe permitiu voltar ao seu país de origem.

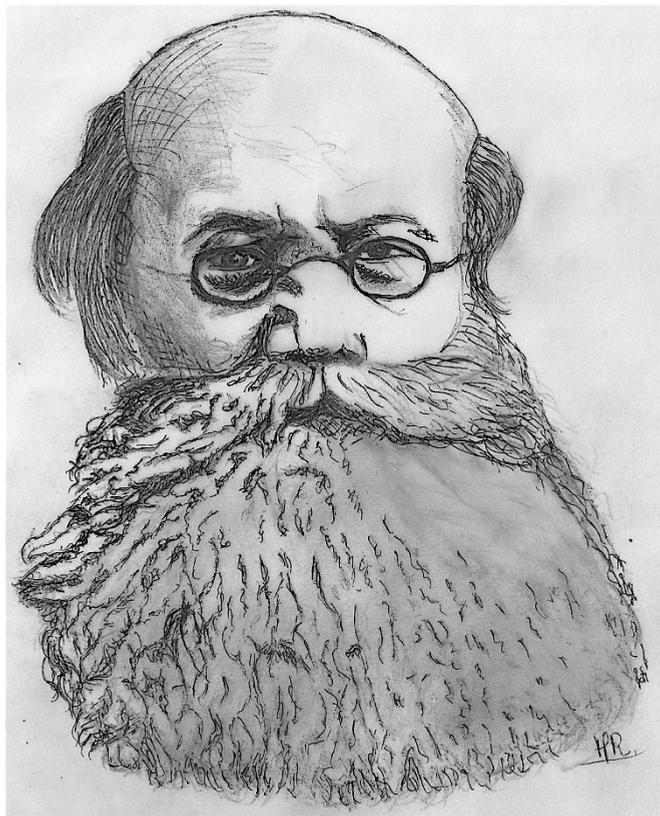
Ainda que assumindo alguns dos aspectos mais importantes do credo bakunista, desde o momento em que Kropotkine empunhou a tocha do anarquismo esta ardeu com uma chama mais suave. A natureza de Kropotkine era especialmente pacífica e benevolente: faltava-lhe o carácter violento de Bakunine, a sua pressa titânica de destruir, o seu desejo irreprimível de dominar; tão-pouco possuía os traços de anti-semitismo, nem manifestava o incipiente desvario que às vezes despontava nas acções e nas palavras de Bakunine. Com as suas atitudes elegantes e as suas grandes qualidades de carácter e inteligência, Kropotkine era a própria personificação da razoabilidade. A sua educação científica e as suas abordagens optimistas deram à teoria anarquista um cariz construtivo que contrastava profundamente com a negação cega de que se havia impregnado com as obras de Bakunine. No entanto, todas estas qualidades não significavam de maneira nenhuma que Kropotkine se opusesse ao recurso à violência. Era partidário do assassinato dos tiranos sempre que os executores

fossem movidos por motivos nobres; mas também é verdade que a sua aceitação do derramar de sangue em ocasiões como essas se inspirava sobretudo na compaixão que sentia por todos os oprimidos, mais do que em qualquer tipo de ódio pessoal contra os governantes déspotas. Kropotkine pensava que o terrorismo era um dos poucos meios de resistência das massas oprimidas, assim como um útil instrumento, como a “propaganda pelo facto”, que podia complementar a propaganda oral e escrita para despertar os instintos de rebeldia no povo; e tão-pouco manifestava alguma inquietude no que se referia à revolução, enquanto tal; dificilmente se poderia pensar que as classes possidentes entregariam sem luta os seus privilégios e propriedades. Como Bakunine, previa um levantamento que destruiria para sempre o Estado e o capitalismo. Mas confiava honestamente que a revolução não fosse muito dura, com “o menor número de vítimas e o mínimo de exasperação”. A revolução de Kropotkine seria rápida e humana — ao contrário das sangrentas e incendiadas visões demoníacas de Bakunine.

Em contraste com Bakunine, Kropotkine não era partidário dos métodos golpistas para preparar a revolução. Durante a época em que havia sido membro do Círculo Chaikovski em São Petersburgo, a começos dos anos 70, nunca deixou de manifestar a sua enérgica crítica às sinistras intrigas que rodeavam a personagem de Sergéi Necháev, jovem e fanático admirador de Bakunine, cuja mania das organizações secretas excedia mesmo a do seu próprio mestre. O Círculo Chaikovski concentrou todos os seus esforços num labor propagandístico entre os operários das fábricas da capital, e, tal como Kropotkine, afastava Nechaev por este recorrer aos “métodos dos velhos conspiradores, sem sequer se deter perante a mentira, com o fim de forçar os seus companheiros a seguir as suas orientações”, com as suas fórmulas de clandestinidade e de férrea disciplina. O papel a desempenhar pelos intelectuais era o de levar a cabo uma tarefa de propaganda entre o povo para acelerar a espontaneidade insurreccional característica deste. Todos os grupos de conspiradores divorciados do povo traziam em si mesmos o germe maligno do autoritarismo. Com a mesma veemência de Bakunine, Kropotkine insistia que a revolução não seria “uma simples mudança de governantes” mas sim uma revolução “social”; não seria a conquista do poder político por um punhado de jacobinos ou de Blanquistas, mas sim “o trabalho colectivo das massas”. Mais ainda, mesmo se Kropotkine nunca direccionou os seus ataques contra a organização clandestina do seu próprio mestre, parece bastante claro que a sua oposição a todas as possibilidades ditatoriais incluía a sociedade ‘invisível’ de Bakunine.

A obstinada determinação de Kropotkine em proteger o carácter espontâneo e igualitário da revolução reflectia-se na sua concepção da nova sociedade que haveria de surgir das ruínas da velha. Mesmo aceitando a abordagem de Bakunine sobre a associação de produtores autónomos, unificada flexivelmente numa federação livre, afastava-se dela, sem embargo, num ponto fundamental. Sob o “colectivismo anarquista”, cada membro das cooperativas operárias estaria obrigado a realizar um trabalho manual e receberia uma remuneração proporcional à sua “contribuição directa à produção”. Por outras palavras, o

critério de distribuição, como na ditadura proletária dos marxistas, estava baseado no trabalho e não na necessidade. Kropotkine, ao invés, pensava que qualquer sistema de recompensa baseado na capacidade individual de produzir era tão injusto como as demais formas de sujeição salarial. Ao distinguir entre trabalho superior e inferior, entre o que é meu e o que é teu, a economia colectivista tornar-se-ia incompatível com os ideais do anarquismo puro. Mais, o colectivismo necessitava de alguma forma de autoridade dentro das associações operárias para determinar o cumprimento individual e supervisionar uma distribuição justa dos bens e serviços. Em consequência, a ordem colectivista, do mesmo modo que as organizações conspirativas que Kropotkine repudiava, continha o germe da desigualdade e do domínio. Era impossível avaliar a parte de cada indivíduo na produção da riqueza social, declarava Kropotkine n' *A Conquista do Pão*, posto que eram milhões de seres humanos os que se haviam esforçado para criar as riquezas do mundo actual. Cada hectare de terra havia sido regado com o suor de gerações inteiras, e cada légua de caminho-de-ferro havia cobrado a sua porção de sangue humano. Ainda menos se podia dizer que existisse algum pensamento ou invenção que não fosse herança comum de toda a humanidade. “Cada descoberta, cada avanço, cada aumento da soma de riquezas humanas deve a sua existência ao trabalho intelectual e físico do passado e do presente”, continuava Kropotkine, “e, com que direito, então, pode alguém apropriar-se da mais pequena porção de todo este conjunto e afirmar: Isto é meu, não teu?”



Kropotkine, desenho de Mara Rosa, 2021

Kropotkine considerava a sua teoria do “comunismo anarquista” como uma verdadeira antítese do sistema salarial, sob todos os aspectos. Nenhum centro de poder poderia obrigar alguém a trabalhar, até que todos trabalhassem voluntariamente “no desenvolvimento pleno das suas capacidades”. Kropotkine substituíra, pois, o princípio da remuneração salarial pelo princípio das necessidades: cada pessoa seria o árbitro das suas próprias exigências, tomando nos armazéns comuns todas as coisas que considerasse necessárias, correspondendo ou não a uma parte do seu trabalho. O generoso optimismo de Kropotkine levava-o a supor que, uma vez eliminados o poder político e a exploração económica, todos os homens trabalhariam voluntariamente, sem nenhum tipo de obrigação, e não levariam dos armazéns comunitários mais do que o necessário para terem uma existência confortável. Por fim, o comunismo anarquista poria um termo a todos os privilégios e coacções, anunciando uma Idade de Ouro de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens.

Geógrafo e naturalista eminente, Kropotkine acreditava — não menos do que Marx — que as suas próprias teorias sociais se apoiavam em bases científicas. Durante os cinco anos que havia passado ao serviço do governo na Sibéria, Kropotkine chegou a repudiar a tese dos seguidores de Darwin (em particular, T. H. Huxley) segundo a qual a evolução das espécies biológicas se baseava na luta e na competição internas. O seu estudo da vida animal nas regiões orientais da Sibéria levou-o a questionar a imagem, geralmente assumida, do mundo natural como uma mata selvática, com lutas de vida ou morte, em que os sobreviventes são os membros mais capazes da sua espécie. As suas próprias observações indicavam-lhe que, no processo de selecção natural, a cooperação espontânea entre os animais era muito mais importante do que a competição feroz e que “aqueles animais que adquirem hábitos de entajuda ficam indubitavelmente mais capacitados para sobreviver”. Em nenhum momento Kropotkine nega a existência de lutas no reino animal, mas estava seguro de que a entajuda desempenhava um papel muito mais importante. Mais, o apoio-mútuo era “o factor orientador da evolução progressiva”. Kropotkine não via nenhuma razão para que o princípio da ajuda-mútua não pudesse também aplicar-se ao Homo Sapiens, tal como nas outras espécies do mundo animal. Em sua juventude, havia chegado a crer com uma fé cega no espírito fraterno do campesinato russo. Alguns anos mais tarde, durante o seu serviço na inhospita Sibéria, a satisfatória cooperação que encontrou entre as tribos e comunidades nativas Dukobor foi um jorro de luz que iluminaria toda a sua reflexão posterior. Foi também durante a estadia siberiana que Kropotkine abandonou toda a esperança de que o Estado pudesse actuar como um veículo de reforma social. Volveu então os seus olhos para a criatividade espontânea das pequenas comunidades anarquistas. As suas impressões favoráveis sobre uma vivência comunitária não corrompida reforçaram-se em 1872 quando visitou o tecido vicinal dos operários relojoeiros das montanhas suíças do Jura. Sentiu-se imediatamente atraído pelas suas associações mutualistas e pela ausência no seu seio de ambições políticas e de qualquer tipo de distinção entre dirigentes e associados. A mescla de trabalho manual e intelectual e a sua capacidade para

integrar nos pequenos núcleos aldeões de montanha o trabalho manufactureiro e a agricultura familiar suscitaram também a sua calorosa admiração.

Kropotkine plasmou sobre estas agradáveis observações o que ele considerava ser uma confirmação científica, e fê-lo indagando nos anais históricos. Em termos gerais, sustentava que sempre havia existido uma acentuada tendência para trabalhar em conjunto, com espírito de solidariedade e fraternidade. A ajuda-mútua entre seres humanos havia sido uma força muito mais poderosa do que a vontade egoísta de dominar os demais. De facto, a humanidade devia a sua sobrevivência à ajuda-mútua. Contra as teorias de Hegel, Marx e Darwin, Kropotkine sustentava que as raízes do processo histórico se encontravam mais na cooperação do que no conflito. Além disso, recusava a ideia de Hobbes de que a condição natural do Homem era a da guerra permanente de todos contra todos. Em todos os períodos históricos haviam existido associações de entreaajuda de diversos tipos, que alcançaram um ponto de máximo desenvolvimento nas corporações de ofícios e nas comunas livres da Idade Média europeia. Para Kropotkine, o surgimento do Estado centralizado nos séculos XVI a XIX fora apenas uma aberração transitória no trilho habitual de evolução do mundo ocidental. Apesar dessa aparição, as associações voluntárias haviam continuado a desempenhar uma função chave nas relações sociais, e o espírito de entreaajuda se reafirmou “inclusive na nossa sociedade moderna, reclamando o seu direito a ser, como havia sido sempre, o princípio orientador do progresso futuro”. O rumo fundamental da história contemporânea voltava a inclinar-se para as sociedades cooperativas, descentralizadas e apolíticas nas quais os indivíduos podiam desenvolver livremente as suas faculdades criadoras sem a manipulação de reis, sacerdotes ou soldados. Por toda a parte o Estado artificial abdicava das suas “sacrossantas funções em benefício de grupos sociais de voluntários”.

O estudo da vida humana, juntamente com as suas próprias experiências na Sibéria e no Jura, alimentaram a profunda convicção de Kropotkine de que que os indivíduos eram mais felizes em comunidades apropriadamente pequenas para permitir o florescimento dos instintos naturais de solidariedade e ajuda-mútua. Ao acabar o século, Kropotkine antevia uma nova sociedade onde “a indústria se combinaria com a agricultura, e o trabalho manual com o intelectual”, tal como escreveu num dos seus livros mais conhecidos. Os homens e as mulheres das aldeias, unidos pelos vínculos naturais do esforço cooperativo, distanciar-se-iam naturalmente da artificialidade dos Estados centralizados e dos massificados complexos industriais. Não que Kropotkine tivesse alguma especial aversão pela tecnologia moderna, em si mesma. “Compreendo plenamente — escreve ele algures nas suas *Memórias* — o proveito que os homens podem extrair da força das máquinas, do carácter inteligente do seu trabalho, da precisão dos seus movimentos e dos seus produtos”. Utilizada em pequenas oficinas e voluntariamente, a máquina resgataria o ser humano do esgotamento e monotonia a que o operário está submetido na empresa capitalista, e desapareceria para sempre o estigma da inferioridade que tem marcado o trabalho manual. Os membros da comunidade trabalhariam, dos 20 aos 40 anos, quatro ou cinco horas diárias, suficientes para uma vida confortável. A divisão do trabalho, incluindo a maléfica separação entre tarefas intelectuais e

manuais, daria lugar a uma diversidade de empregos agradáveis, e o seu resultado seria uma existência humana integrada, orgânica, como a que prevalecia na cidade medieval. No seu idílico retrato do futuro, o nostálgico apego de Kropotkine por uma vida mais simples, mas mais plena, levava-o a idealizar as unidades sociais autónomas de tempos passados — como as próprias comunidades camponesas e as de artesãos russos, a *óbschina* e o *artel*. Em face do constante processo de concentração política e económica na Europa do séc. XIX, Kropotkine virava-se para o passado em busca de um mundo mais feliz e não contaminado pela intrusão do capitalismo e do Estado moderno, como ponto de apoio para um similar mundo futuro, livre das estruturas que restringiam os impulsos naturais da humanidade. [João Freire trad. Paul Avrich, *Los Anarquistas Rusos*, Madrid, Alianza Editorial, 1974: 33-40; 1ª ed., Princeton, 1967]

MÁRIO DOMINGUES E OS MOVIMENTOS NATIVISTAS

♦ *Eduardo Medeiros*

Sabemos alguma coisa do envolvimento de Mário Domingues no movimento anarquista dos anos 20 do século passado em Lisboa. Igualmente da sua inúmera e diversificada produção jornalística e ficcionista ao longo dos anos até ao seu falecimento em 1977. E ficou-nos o seu renovado apelo libertário após o 25 de Abril. Mas sabemos pouco da sua participação na luta dos afro-portugueses, mulatos e negros assimilados que protestavam contra o racismo vexatório que lhes era dirigido nas colónias e na metrópole, e das suas insistentes lutas para uma integração plena na cidadania nacional. É dos contextos dessas lutas do final do séc. XIX até à vitória decisiva do salazarismo em 1933 que me vou ocupar neste breve artigo, que por razões de espaço vai sem referências. Lá para o fim, escreverei mais umas notas sobre Domingues.

Do final do séc. XIX até 1933 houve em Portugal e nas suas colónias africanas movimentos pela valorização dos assimilados — nativistas, pan-africanistas, anti-racistas, etc. Depois da II Grande Guerra esses movimentos deram lugar a correntes independentistas. Aqueles primeiros surgiram em contextos de urbanização nas colónias, de mestiçagens, de assimilacionismos, de literacias e de lutas políticas e sociais, pré e durante a República. Os segundos, das lutas anticoloniais depois da II Guerra. Os primeiros foram sobretudo animados por movimentos “afro” da América, Caraíbas, Inglaterra e França. No caso das colónias portuguesas foram-no também pela luta pela República das lojas maçónicas locais, de socialistas, de republicanos e de anarquistas, grupos que por ali se formaram com deportados e imigrantes. Os três primeiros decénios do séc. XX foram pois de intensas lutas políticas em Portugal e nas colónias e de resistência dos povos africanos à implantação imperial — ideias e actos que não punham em causa o colonialismo. Dos internacionais, o pan-africanista terá sido o mais importante e duradouro. Duas linhas ideológicas o percorreram: a “justiça social e racial”, do norte-americano William Du Bois, e o “nacionalismo negro”, do afro-jamaicano Marcus Garvey. Ambos denunciavam o trabalho forçado, práticas escravistas, servidão, e outras ameaças aos direitos dos africanos (assimilados e indígenas). De 1901 a 1933 situa-se o movimento negro e anti-racista em Portugal e desde 1911 o de uma geração pan-africanista. Em

1901, um grupo de angolanos publicou em Lisboa um protesto intitulado *A Voz de Angola clamando no deserto*. Oferecida aos amigos da verdade pelos *naturais*, contra o racismo do jornal *Gazeta de Luanda*. O conflito era semelhante ao que existia em Lourenço Marques entre colonos e assimilados. Em 1911 assimilados de Angola organizaram uma manifestação contra o racismo na colónia. O jornal *A Reforma* censurou o radicalismo da manifestação e negou as acusações feitas. No mesmo ano, o são-tomense Ayres de Menezes fundou em Portugal um jornal para africanos, *O Negro*, órgão da Associação dos Estudantes Negros. Mário Domingues tinha 12 anos. O primeiro número era um autêntico manifesto político. *O Negro* — um jornal de *assimilados*, da “camada mais instruída e ilustrada da raça negra” — propunha aos “menos cultos” [sic] a criação de um Partido Africano. A escolha do nome do partido era o ponto de partida para um programa por fases e que ia da raça à nação, passando pela luta de classes. Em 1912, o são-tomense João de Castro (1887-1955), o angolano José de Magalhães (1867-1959) e outros activistas, fundaram uma federação de associações que designaram Junta de Defesa dos Direitos de África. Os seus estatutos apontavam para uma federação de todas as regiões da “África Portuguesa”. Pretendia a revogação das “leis de excepção”, uma educação para todos os naturais das colónias, o fim da segregação racial e o fim do tratamento diferenciado entre os “cidadãos indígenas” (i.e., os *assimilados*) e os colonos, e o cumprimento dos direitos civis e humanos dos africanos em Portugal. A Junta propunha meios pacíficos de luta (petições, conferências...) e tinha como órgão *A Voz de África*. Um ano após a fundação, começaram as crispções dentro da Junta, com posições ideológicas diferentes de acordo com as duas linhas emergentes no pan-africanismo. José de Magalhães pugnava por um reformismo de justiça social e racial como o norte-americano Du Bois e João de Castro militava pelo nacionalismo negro divulgado pelo afro-jamaicano Garvey.

A I Guerra Mundial silenciou as manifestações desses estudantes em Lisboa. No entanto, em Angola, por duas vezes, primeiro em 1914 e depois em 1917, foram presos assimilados por estarem ligados a actividades consideradas subversivas. Em 1916, *O Africano* de Lourenço Marques registava um curioso apelo à unidade de «changanas, chopes, inhambanes, senas, quelimanenses», angolanos, cabo-verdianos e são-tomenses. Este pan-africanismo limitado às fronteiras coloniais permitiu a um autor afirmar que essas associações jamais pugniariam pela separação de alguma parcela ultramarina. Declarava, sim, que pretendiam promover “a conciliação dos interesses das diferentes classes e raças nacionais” por meio de “reformas compatíveis” com o “supremo bem da Pátria Comum”. Isto não era uma posição original, nesta época. Nos anos que se seguiram à fractura da Junta, continuaram as polémicas em vários artigos envolvendo as duas novas organizações, como em “O Protesto Indígena”, publicado no periódico são-tomense *Liberdade*, onde José de Magalhães e Nicolau dos Santos Pinto eram acusados de «falsos amigos do povo africano» e instrumento das «castas interessadas na exploração e escravização das raças indígenas».

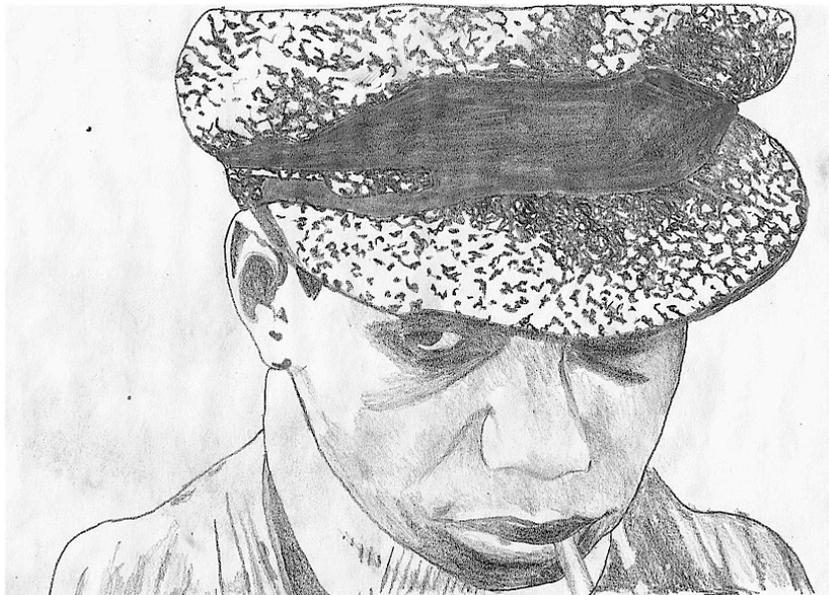
Em 1919 ou 1920, José de Magalhães fundou em Lisboa a Liga Africana e em 1921 João de Castro o Partido Nacional Africano. O PNA era uma organização relacionada com a Associação Universal para o Progresso Negro, de Marcus

Garvey. A Liga Africana assumiu um posicionamento político institucional, pugnando por melhores condições de vida dos africanos nas colónias e em Portugal. Abriu delegações em várias cidades e em São Tomé. Passou a aceitar a filiação de brancos e adaptou os seus Estatutos a este tipo de reivindicações. No seu artigo 10 podia ler-se que o “progresso das raças [sic] africanas” era o objectivo prioritário. Esta noção de “progresso”, tanto material como intelectual, dava grande realce à educação. Tal como nos Estatutos da Junta também a Liga propunha meios de propaganda legais, tais como conferências, publicações, inquéritos, escolas, etc. Quando o moçambicano João Albasini visitou Lisboa em 1920, reuniu-se na capital do Império com muitos daqueles que tenho vindo a mencionar, e dessas conversas fez eco o jornal *A Batalha* (26-1-1920), talvez pela pena de Mário Domingues, referindo-se à necessidade de “evangelização socialista da raça negra” e deu ainda publicidade a uma reunião da Comissão Executiva da Junta Nacional dos Indígenas a qual considerava o novo projecto de lei sobre o trabalho indígena “uma monstruosidade jurídica” ofensiva da liberdade dos negros, apelando para a solidariedade dos organismos operários em favor da emancipação das raças indígenas. No Congresso Nacional dos Socialistas portugueses do mesmo ano foi aprovada uma moção que exigia a equiparação racial nas colónias portuguesas, moção apresentada por um membro da Liga.

Em 1921, com a crise na Junta, João de Castro promoveu em Lisboa uma Primeira Convenção dos Povos Africanos, da qual emergiu o Partido Nacional Africano. Este denunciava os casos de trabalho forçado em África, as práticas escravistas e os crimes contra os africanos. Mas o discurso de João de Castro foi-se tornando mais moderado no respeitante às ideias sobre a emancipação dos africanos. Não pronunciava “África para os africanos” nem apelava para o fim do colonialismo. Com o decorrer dos anos, esse discurso chegou mesmo a tornar-se conservador e por vezes derrotista, chegando o PNA a defender Portugal na Sociedade das Nações quando acusado de trabalho forçado nas colónias. Mais tarde, já em meados da década de 30, durante o Estado Novo, João de Castro reformulou de novo o discurso, tornando-se este cada vez mais resignado e militando até «pela causa africana dentro da Nação portuguesa». Tanto a Liga como o Congresso Africano foram adeptos de uma melhoria da situação dos nativos de África, em colaboração com as autoridades coloniais. Em 1931, José de Magalhães e João de Castro reconciliaram-se, sendo o activista de ascendência angolana convidado para exercer o cargo de presidente honorário no novo Conselho Nacional do Movimento Nacionalista Africano, criado então por João de Castro como forma de unificar as várias associações negras existentes. O “renascimento afro” desenvolveu-se durante os três primeiros decénios do séc. XX e tocou São Tomé, Angola, e Moçambique, mas nem Castro nem os seus companheiros dessas lutas tiveram (se as tiveram são pouco conhecidas) ligações políticas com a geração seguinte, quer nas colónias, quer em Portugal (quer no estrangeiro) — por exemplo, com os da Casa dos Estudantes do Império dos anos 40 e 50. Nestes anos estiveram em Portugal personalidades como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Lúcio Lara,

Viriato Cruz, Marcelino dos Santos que defendiam a independência das colónias. Alguns dos quais militaram no MUD juvenil e no PCP. Foram eles que cimentaram os partidos políticos nacionalistas em cada uma das colónias.

Mário Domingues terá convivido em Lisboa, sobretudo de 1917/18 a 1933, com notáveis dos movimentos nativistas e anti-racistas, de parceria com a sua militância anarquista e o seu labor jornalístico. Todavia, a participação no movimento não terá feito dele um militante da *negritude* de Garvey, nem da de Senghor mais tarde. Tão pouco terá militado ao lado dos independentistas de 50 e 60. Domingues nasceu na Ilha do Príncipe, na roça Infante D. Henrique, a 3-7-1899. Era filho de António A. J. Domingues, de classe média, e de uma angolana, da leva dos trabalhadores forçados nessa roça de cacau. Com 18 meses foi para Lisboa, onde teve educação esmerada da avó paterna, tendo frequentado o Colégio Francês, onde concluiu o curso elementar de Comércio. Como referi, cedo terá convivido com militantes do “movimento negro” e conhecido as suas publicações, tanto as editadas na metrópole como as editadas nas colónias. A partir dos seus 19 anos (1918), terá aderido ao ideário anarquista e participado nas actividades de um grupo libertário para a realização do congresso da União Anarquista Portuguesa. Paralelamente ao seu ofício de guarda-livros, começou a escrever para jornais anarquistas, dos quais *A Batalha* (Lisboa), «*Comuna*» (Porto) e a revista *Renovação*. Escreveu para *Mocidade Africana*, chefiou a redacção d'*A Voz D'Africa* e do *Tribuna D'Africa*, e dirigiu a *Africa Magazine*. Foi representante dos escriturários (?) e jornalistas (?) no Partido Nacional Africano, partido que defendia mudanças administrativas nas colónias portuguesas de África e o reconhecimento social dos africanos negros na metrópole colonizadora. Após o 28-5-1926 dedicou-se por inteiro à escrita ficcional. Publicou (com pseudónimos) muitos romances policiais, de aventuras e cor-de-rosa, como *O Preto do Charleston* (1930) e *Má Raça* (1932). Pelo menos nestes está presente a questão integracionista na pátria lusa, os preconceitos raciais, os vexames que abalavam o seu espírito. A 10-7-1970, foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.



Mário Domingues, Desenho a Lápis de Mara Rosa, 2021

Apesar de se ter afastado do movimento anarquista, quando em 1975 apareceu a *Voz Anarquista*, escreveu uma carta ao director onde declarava: “Agora, mais do que nunca, é preciso proclamar bem alto que o anarquismo não é a desordem, a violência e o crime, como as forças reaccionárias têm querido qualificá-lo. Urge desfazer essa lenda tenebrosa e demonstrar ao grande público, enganado por essas torpes mentiras, que o anarquista ama e defende o ideal supremo da ordem, exercida numa Sociedade edificada na Liberdade, na Fraternidade e na Justiça Social. À *Voz Anarquista* cabe essa sublime tarefa, recorrendo o exemplo de homens superiormente lúcidos como foram Proudhon, E. Réclus, Sébastien Faure, Bakunine, Kropotkine, Neno Vasco, Pinto Quartín, Campos Lima, Cristiano Lima, Aurélio Quintanilha e outros propositadamente esquecidos, que abriram aos homens o Caminho da Liberdade”. Mário Domingues faleceu em 1977, depois do processo de descolonização e independência dos países africanos de língua portuguesa. [Coimbra, 22/04/2021]

MUTUALISMO E MERCADO LIVRE

♦ *Vários*

Onde o anarquismo social luta por modernizar o seu pensamento — talvez com a excepção notável do sistema de Economia Participativa, conhecido pela sigla ParEcon — os mutualistas americanos afrontam directamente as doutrinas económicas hegemónicas no seu próprio território, como é o caso do ‘Centro para uma Sociedade sem Estado’ [Center for a Stateless Society] ou de Kevin Carson, e sobre essa luta assentam as bases de uma escola económica que se quer libertária e anti-capitalista. Seja como for, é de abordar com atenção as teses desse movimento, de que resulta uma argumentação económica de peso contra o capitalismo. Nascido na década de 1960, no contexto da nova esquerda americana, o libertarianismo de esquerda procura fazer uma síntese entre o pensamento libertário clássico e o anarquismo anti-capitalista. Do libertarianismo clássico o libertarianismo de esquerda herda o vínculo com o mercado, contrapondo-se porém à propriedade privada. Este movimento demonstra estar mais relacionado à esquerda que ao libertarianismo clássico, devido à proximidade deste com os meios reaccionários. O libertarianismo de esquerda inscreve-se na linha do anarquismo individualista e mutualista americano do virar do século XIX. Encontramos em Kevin Carson e no conjunto do Centro para uma Sociedade sem Estado os principais representantes do mutualismo americano da actualidade. Para as fontes do mutualismo americano o anarquismo mutualista dos Estados Unidos é uma corrente original, ligada particularmente ao inspirado pensamento de Benjamin Tucker. Este foi grandemente influenciado por Pierre-Joseph Proudhon. «Pai» do mutualismo e do anarquismo, este último é autor de uma obra incontornável, pese embora a sua tradução em inglês ser ainda parcelar. Muitas das ideias do mutualismo americano são de facto bebidas em Proudhon que idealizou a transformação da sociedade através da força da associação e da «reciprocidade». A criação e a entrada em circulação, graças ao crédito mútuo, de um capital operário foram acções que permitiram ao assalariado ter como recurso alternativo cooperativas independentes do patronato. Os anarquistas americanos adaptam esse programa às práticas militantes individualistas, próximas da desobediência civil

e da acção directa. Além disso, não partilham o cepticismo de Proudhon a respeito do mercado livre. Crítico do colectivismo, Tucker pretende responder ao problema da propriedade privada pelo princípio de posse individual. Em oposição ao colectivismo, os libertarianos de esquerda recuperam a ideia proudhoniana da posse justificada pela ocupação ou pelo uso directo da propriedade. A fórmula de *Occupancy & Use* [ocupação e uso] traduz bem o conceito. E vão mais longe que Proudhon: enquanto o francês era legalista, os militantes americanos defendem a tomada de posse individual e a redistribuição da propriedade não usada através de práticas como a ocupação. Tucker é também a favor do voluntarismo que postula que todo o compromisso do indivíduo deve ser expressamente voluntário. Os voluntaristas vêem o imposto como um roubo e rejeitam a democracia, através da qual a maioria adquire o direito de submeter as minorias. Mas Tucker reconhece uma limitação a esse princípio: dentro da estrutura base de uma associação o indivíduo é levado a respeitar as regras do grupo para se integrar. É no enquadramento deste voluntarismo e deste lado hostil ao colectivismo que Tucker e os mutualistas americanos adoptam o livre mercado. Este é para eles o sistema menos coercivo: o trabalhador deve dispor livremente do produto do seu trabalho. Nenhum colectivo tem o direito de roubar o indivíduo à sua criação. Este argumento ético é dominante na defesa do mercado pelos primeiros individualistas americanos. O principal contributo de Tucker para o pensamento mutualista da actualidade é porém o «big four» [os quatro grandes monopólios]. Ao invés da opinião liberal, Benjamin Tucker interessa-se por provar que o capitalismo está intimamente ligado à figura do Estado. O «big four» representa quatro monopólios exercidos pelo Estado a favor das elites económicas. São eles: o monopólio fundiário, o monopólio monetário, o monopólio sobre patentes e o monopólio sobre as tarifas aduaneiras.

O monopólio fundiário é o princípio segundo o qual o Estado impõe que sejam respeitados os títulos de propriedade, mesmo quando se trata de propriedades deixadas ao abandono. Como já vimos, os mutualistas respondem a isso considerando que apenas a ocupação e a utilização podem funcionar como títulos de propriedade válidos. Quanto ao monopólio monetário, designa o poder do Estado no plano bancário. O Estado decide as condições de criação das instituições bancárias e da emissão de moeda e controla ainda as taxas de juros. No conjunto este monopólio favorece os detentores de um capital importante, permite o enriquecimento pelo simples empréstimo e força os mais desprovidos de capital a pagar taxas elevadas pelos empréstimos concedidos. A solução para este monopólio consistiria em acabar com as barreiras à entrada no mercado bancário. A multiplicação das sociedades de crédito mútuo, concedendo acesso ao crédito gratuito permitiria baixar as taxas de juros e devolver ao crédito o seu carácter de utensílio económico. O monopólio sobre as patentes serve a imposição pela lei do respeito sobre a propriedade intelectual. Denunciada por Proudhon, esta propriedade é um obstáculo à inovação e deve ser abolida com o Estado. Por fim o último monopólio, o do proteccionismo, de acordo com Benjamin Tucker permite às indústrias nacionais, protegidas da competição, vender a sua produção a preços mais elevados do que alguma vez seria admissível num contexto de comércio livre, o que prejudica arduamente o assalariado. Estes quatro grandes

monopólios permanecem uma referência para os mutualistas modernos por revelarem o quanto o capitalismo depende do Estado para existir. Mas as teorias económicas de Tucker são maioritariamente pensadas à escala das relações individuais e é preciso aguardar que do mutualismo moderno emergja uma teoria macroeconómica do mercado livre anti-capitalista. Kevin Carson e o Centro para uma Sociedade sem Estado são os protagonistas da modernização do mutualismo. Esta modernização está ligada à fórmula do «freed market» [mercado libertado]. A especificidade do trabalho de Carson assenta no estudo das ligações entre o Estado e o capital, num contexto histórico determinado, em que recupera a tipologia das «três épocas da civilização» de Mumford. São elas a era eotécnica (ou pré-industrial), a era paleotécnica e a era neotécnica. A era paleotécnica, ligada ao desenvolvimento da máquina a vapor e ao evento da revolução industrial. É uma fase fundamental na concentração do capital e da indústria. Deste período emerge um sistema de relação corporativista em que o Estado e a esfera económica se fundem. Através do monopólio sobre as «tarifas», o Estado põe em prática um proteccionismo favorável à cartelização e à centralização da indústria. A propriedade privada é vista como um direito inalienável do indivíduo. À era paleotécnica sucede a neotécnica que assiste à substituição do vapor pela energia eléctrica, mais rentável e capaz de longas distâncias. Dessa era, que é a nossa, deveria derivar um processo inverso de descentralização industrial, mas apesar das novas possibilidades tal não se verifica: o Estado integrou a estrutura económica da era paleotécnica que aplicou às tecnologias modernas. Assistimos à emergência do produtivismo que sistematiza e acelera as suas cadeias de produção: trata-se do erro do fordismo e da obsolescência programada. Esta constituição económica não é um processo «natural». Se Proudhon postulava que toda a indústria deixada ao livre-mercado se dirigiria no sentido da criação de monopólios, os mutualistas modernos são pelo contrário partidários da teoria dos «rendimentos de escala decrescentes». Esta concepção acredita que quanto maior é a amplitude duma empresa, mais será burocratizada e ineficaz. Num mercado verdadeiramente livre a grande indústria não tem viabilidade pois seria incapaz de fazer face às suas despesas exponencialmente crescentes. Na era neotécnica o mercado não é verdadeiramente livre. Tem a interferência do Estado que objectiva preservar a concentração do capital e os interesses dos detentores da propriedade, participando nas despesas das indústrias através do «bem-estar corporativo» (o sustento das empresas) e das subvenções em matéria de transportes, de energia e de infraestruturas. As barreiras à entrada do mercado (os pré-requisitos à criação de uma empresa) e a desigualdade criada pelas práticas de crédito completam esse cenário favorável ao grande capital. Ao invés os mutualistas defendem a ideia de uma sociedade constituída «organicamente», descentralizada, dominada por comunidades assentes na auto-suficiência e na resiliência face às colisões económicas. À medida que a indústria doméstica se desenvolve, as pequenas cooperativas constituirão os principais actores económicos. Estes elementos podem então estabelecer um acordo entre si de um mercado livre do Estado. O mercado libertado inscreve-se também no ambientalismo que condena o produtivismo em benefício de uma pequena indústria durável, local e adaptada à procura. É assim que o movimento mutualista americano procura justificar o mercado livre pelo anti-

capitalismo. [fonte: *Le Monde Libertaire*, n.º 1811, Nov., 2019]

ARTE CONTEMPORÂNEA – ARTE FINANCEIRA

♦ *Juan Chica Ventura*

A arte contemporânea tornou-se a locomotiva do mercado, lugar até aqui reservado à arte moderna. Essa arte representa já 15% do produto de vendas mundiais contra 3% em 2020. É uma viragem, já que a arte mais antiga detinha o monopólio. Os recordes estavam com os impressionistas e os modernistas. A arte contemporânea funciona em circuito fechado, num círculo protegido, visando o benefício dum pequeno número. Quatro cidades – Nova Iorque, Londres, Hong-Kong e Pequim – concentram 83% das receitas mundiais. É uma arte totalitária. Depois do fim de Paris, Nova Iorque era desde a década de 60 do século passado a capital que reinava soberana neste domínio, antes da China lhe roubar em 2010 o primeiro lugar. Na Europa, noutros tempos, o artista surgia no centro dos debates sempre acompanhado de escritores e de poetas; os negociantes de arte, os *marchands*, não faziam parte do seu círculo próximo, estavam na periferia. Nos Estados Unidos o problema coloca-se de forma diferente. O núcleo, o centro vital do meio artístico está nas mãos de negociantes, de empresários e colecionadores que se apressaram desta vez a colocar os artistas na periferia, concentrando o universo artístico sobre os homens de negócios. Galeristas acabaram assim a fidelizar os seus artistas, assalariando-os, como fez Leo Castelli que começou a sua carreira de galerista em Paris, na Praça de Vendôme, em 1939, para partir para Nova Iorque no pós-guerra. Entre 1960 e 1990 nenhum artista célebre lhe escapou: Raoul Rauschenberg, Jasper Johns, Andy Warhol. Castelli apresentará assim os seus pintainhos em todas as grandes capitais com a intenção de valorizar e difundir os seus jovens artistas, que se tornarão célebres à escala mundial. Em meados da década de 70 o termo vanguarda foi substituído por “arte contemporânea” com o propósito de comercializar um novo produto artístico numa pequeníssima minoria em detrimento de todos os outros artistas da mesma época. “Não há arte que não seja a contemporânea e Marcel Duchamp foi o seu profeta.” Os *ready-made* deste foram de imediato reeditados e uma especulação financeira desenfreada abalou o mundo com o “urinol”. A arte contemporânea esvaziou todos os critérios estéticos para não deixar lugar senão aos critérios financeiros. Mais do que nunca, a arte contemporânea tornou-se uma arte financeira. Outrora os artistas não produziam quadros em série, já que a raridade fazia quota. Hoje os artistas devem produzir em quantidade, já que é o “stock” de obras que circula e produz a quota. É aquilo que se chama um mercado mundial ou mundializado. É esta situação que permite que a arte de mercado se torne uma referência financeira. Os chamados artistas de arte contemporânea, pelo menos os mais reconhecidos mundialmente, vêem o seu estatuto mudar de artista para empresário ou homem de negócios. Esses artistas empregam centenas de assistentes. Takashi Marakami (1962), artista plástico japonês, faz parte dos artistas mais caros do mundo. Emprega uma centena de assalariados em Tóquio e quase o mesmo número em Nova Iorque. Em 2006, a Christie’s, salão de vendas britânico, classificou-o no “top ten” em sexto lugar. Outro artista plástico, Jeff Koons (1955),

estadunidense, antigo homem de comércio, paga salário a 140 empregados a sua fortuna está estimada em 400 milhões de dólares. Estas empresas “culturais” não se importariam de ser vistas na linha da tradição das oficinas dos antigos Mestres, tais como Giotto e Rubens. A diferença é que os antigos dominavam todas as técnicas, fornecendo desenhos e maquetes, e orientavam o trabalho dos seus aprendizes, intervindo manualmente nas obras para os toques finais. Estes falsos artistas da arte contemporânea contentam-se em fazer funcionar a sua agenda de contactos, evitando quase pegar num lápis e num pincel. São adubados por bilionários e funcionam como marcas ou “logos”. Os seus assalariados – explorados, servis e desprovidos de direitos, para evitar qualquer reivindicação de “direitos de autor” – são descartáveis como tampões “kleenex”. Basta ao “manager” de tempos a tempos a fazer um “turnover”, um renovamento de pessoal. A produção de peças em série permite colocá-las junto de grandes colecionadores, o que facilita o seu funcionamento como arte monetária. Eis a utilidade desta arte: circular para ganhar benefícios fiscais e render comissões (branqueamento, fuga legal ao fisco e por aí fora...). A arte contemporânea defende a desconstrução permanente em modo transgressivo e escandaloso para chamar a atenção e vender. É preciso esvaziar para marcar originalidade. Todas as formas de tradição, de património e de herança são abandonadas, para deixar apenas no seu lugar o mercado; todo e qualquer valor que não seja a venda é abolido. A arte financeira tem um belo futuro enquanto for útil às exigências do capitalismo mundializado. A moral desta arte é que o indivíduo, no caso o artista, se tornou um valor de mercadoria como qualquer outro. [fonte: *Le monde libertaire* (n.º 1825, Fev., 2021)]

O JOVEM ANARQUISTA JOÃO ANGLIN

♦ *Teófilo Braga*

O gosto pela leitura, em geral, nomeadamente de quase tudo ao que aos Açores diz respeito, fez com que há alguns anos, possivelmente em 1996, tenha chegado às minhas mãos uma separata da revista *Insulana* (1) dedicada ao jornal de inspiração anarquista *Vida Nova* (2), de Ponta Delgada, que terei lido e não dado muita importância. Em 2010, no âmbito do meu envolvimento na defesa dos animais, ao pesquisar sobre Alice Moderno, precursora dos atuais movimentos de defesa do ambiente e amiga dos animais, deparei-me com um texto de João Anglin, no jornal *A Folha* (3), que primeiro havia sido publicado no *Vida Nova*. A leitura, quase simultânea, da *História dos Açores*, de Carlos Melo Bento, onde o Dr. João Anglin era apresentado como “professor liceal de grande mérito pedagógico, legionário nacionalista e um dos importantes esteios do regime” e do livro *A oposição ao Salazarismo em São Miguel e em Outras Ilhas Açorianas (1950-1974)* onde a dado passo se pode ler que o Liceu Antero de Quental, em pleno regime salazarista conservava sob a gestão do Dr. João Anglin “significativos traços democráticos” e que aquele “estava longe de ser uma figura autoritária e era coadjuvado, nas suas funções, por professores de tradições democráticas, como o meu pai (4) e o Dr. João Bernardo Rodrigues” despertou-me a curiosidade em conhecer melhor a personalidade do Dr. João Anglin que foi durante muitos anos reitor do Liceu Antero de Quental, escola

onde frequentei os antigos 6º e 7º anos do Ensino Liceal, hoje correspondentes ao 10º e 11º anos de escolaridade. A seguir, com vista a conhecer melhor a vida e a obra do Dr. João Anglin, o primeiro passo foi, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, consultar todos os exemplares disponíveis do *Vida Nova*, fotografar todos os textos da sua autoria e depois lê-los. Terminada, digamos, esta primeira fase, fui procurar, na minha pequena biblioteca particular, todas as publicações sobre ele ou da sua autoria.

Através da investigação, que fiz até ao presente, pode-se concluir que, na sua adolescência, ele foi um militante libertário, já que, de acordo com João Freire, não se limitou a “uma adesão intelectual à doutrina”, mas teve uma actividade de relevo “no sentido de difundir e alargar o raio de influência social” do ideal anarquista, como o demonstram os textos que publicou no mencionado jornal. Nos parágrafos seguintes apresento a opinião do jovem João Anglin durante o período que vai de 8 de junho de 1908 a 22 de abril de 1911. O 1º de Maio, data comemorada em Portugal desde 1890, foi tema usado por João Anglin em dois textos. Para além da denúncia da situação degradante em que viviam (e vivem) os mais explorados, nomeadamente os operários, há nos textos uma mensagem de denúncia do capitalismo e da transformação da data, por alguns, em dia de “festas e patuscadas” e uma palavra de esperança numa revolução que “se não fará esperar muito”. Só quando tal acontecer, escrevia Anglin, aquele dia deixará *de ser um dia de protesto e de luta para ser um dia de festa e regozijo universais*.

O combate aos vícios, como o tabagismo e o alcoolismo, foi uma das batalhas em que se envolverem muitos anarquistas. A propósito do alcoolismo, João Anglin lançou o seguinte apelo: “Operários micaelenses! Abandonai a imunda taberna, esse antro de penúrias e desgraças; deixai de frequentar essas nojentas espeluncas que não vos prestam outro serviço senão o de arruinar a vossa saúde e conseqüentemente a de vossos filhos; renunciái a tudo isso e trabalhai com ardor pela causa da vossa emancipação que é uma causa justa, equitativa e racional.” O *Vida Nova*, pela pena de João Anglin, foi também um dos pioneiros, nos Açores, na chamada de atenção para os maus tratos infligidos aos animais domésticos, nomeadamente aos animais de tiro (bois, cavalos e burros). Os seus apelos, que eram simultaneamente denúncias pelo facto das palavras não se traduzirem em atos, foram importantes, ou mesmo decisivos, no sentido da criação da Sociedade Micaelense Protectora dos Animais, que viria a ser legalizada a 13 de Setembro de 1911, mas que começou a ter um funcionamento efetivo com a chegada à sua presidência, em 1914, de Alice Moderno. O antimilitarismo foi, também, um assunto que não esteve ausente das preocupações e textos de João Anglin e do *Vida Nova* à semelhança do que acontecia noutros jornais nacionais que publicavam cartas/apelos aos soldados ou cartas destes a descrever a vida nos quartéis. João Anglin, para além considerar os quartéis como “focos de imoralidade e ociosidade”, escreveu que com a incorporação no exército perdiam-se braços produtores (na agricultura) e quem beneficiava era “o Estado e toda essa corte de *satélites* que em torno dele adejam, porque assim é mais um autómato a servi-los, mais uma lança a defendê-los”.

A influência da Igreja Católica na sociedade micaelense foi um dos alvos de

João Anglin como se pode confirmar através da leitura de alguns dos seus textos, nomeadamente os que polemizavam com o jornal *São Miguel* e o intitulado “Miséria”, escrito em defesa do contramestre da banda regional e de outros militares que foram detidos por não se terem confessado. Neste texto, para além da denúncia do militarismo, o autor, tal como outros anarquistas, mais do que combater os fundamentos da religião, aponta as suas baterias para os “ministros” que corrompem “as sublimes doutrinas do fundador do Cristianismo”. A leitura atenta do que escreveu João Anglin sobre a igreja e a religião leva-nos a concluir que o seu anticlericalismo está associado à ligação existente, segundo os anarquistas, entre o clero e a sua oposição ao avanço da ciência.

Na maioria dos textos de João Anglin a educação e a instrução são os temas principais. Segundo ele, a sociedade retrógrada em que vivia só poderia ser destruída por meio da instrução que segundo ele é: *O único guia seguro que dirige os povos pela estrada que conduz à civilização; ela é também o meio eficaz para as massas proletárias se libertarem do jugo que lhes impõe a burguesia. Só por meio de uma instrução baseada nos princípios da justiça e do amor, é que o povo compreenderá os seus direitos e gritará bem alto: Queremos liberdade.* É por estar convicto de que, como escreveu E. Valladares, “as pessoas educadas para a liberdade e igualdade enxergariam o mundo a partir de uma óptica, bastante distinta daquela filtrada pela ideologia que justificava a dominação e a exploração” que João Anglin toma partido por Francisco Ferrer e Guardia, criador da Escola Moderna pois, segundo ele, nas Escolas Racionalistas: *... o ensino é baseado unicamente na razão, havendo da parte dos professores o máximo cuidado em não inculcar às crianças ideias que a ciência rejeita e a razão reprova. Destarte em lugar de escravos submissos as Escolas Racionalistas formavam homens rebeldes e conscientes, fortemente preparados para a luta contra a tirania.*

Contrariamente ao propalado pelos três grandes inimigos do anarquismo, o Estado, a Religião e o Capital, a ação dos anarquistas ao longo dos tempos tem privilegiado a propaganda e a violência só foi usada por correntes minoritárias ou por indivíduos isolados. De acordo com João Freire os anarquistas “identificando no Estado, na propriedade privada açambarcada, no militarismo, no fanatismo religioso ou patriótico, etc., formas permanentes de violência, e desejando que esta situação cessasse cessando com ela também a violência não viam outro meio senão o uso de uma outra violência, esta justa, legítima e necessária, para atingir tão altruísta e benfazejo fim.” Em muitos dos textos escritos por João Anglin há um apelo contínuo à instrução e educação e só esporadicamente surgem palavras apoiando a necessidade do uso da violência, de que é exemplo o seguinte extrato: “Multidões de famintos, cobertos de andrajos que vos afundais no lodaçal da miséria, reflecti na vossa situação desesperada, compenetrar-vos dos direitos que vos assistem, acordai da apatia em que até aqui tendes permanecido e levantai-vos impetuosamente, revolucionariamente, destruindo os males que vos oprimem, exterminando os vampiros que vos atormentam.” A citação referida, está inserida no texto intitulado “O proletariado universal” que começa com um extrato de William Godwin. Ao escrever o mencionado texto João Anglin ter-se-á inspirado naquele autor ou no texto que se transcreve de Eça de Queirós: *As revoluções não são factos que se*

aplaudam ou se condenem. Havia nisso o mesmo absurdo que em aplaudir ou condenar as evoluções do Sol. São factos fatais. Têm de vir. De cada vez que vêm é sinal de que o homem vai alcançar mais uma liberdade, mais um direito, mais uma felicidade. / Decerto que os horrores da revolução são medonhos, decerto que tudo o que é vital nas sociedades, a família, o trabalho, a educação, sofrem dolorosamente com a passagem dessa trovoadá humana. Mas as misérias que se sofrem com as opressões, com os maus regímenes, com as tiranias, são maiores ainda. ... As desgraças das revoluções são dolorosas fatalidades, as desgraças dos maus governos são dolorosas infâmias.

Através da leitura dos textos da autoria de João Anglin, com aproximadamente cem anos, pode-se constatar que tanto a nível regional como a nível mundial tanto e tão pouco se alterou pelo que ainda, ao contrário do que ele dava a entender, está muito longe e é tortuoso e íngreme o caminho para uma sociedade mais justa, fraterna e pacífica. Mas, tal como escreveu Luce Fabbrì: “É mais importante o caminho até à anarquia, do que a meta porque à meta não se chega nunca e, em contrapartida, o caminho é o concreto. É muito importante que o caminho se torne coerente com a finalidade, pois é a única coisa palpável que temos. Se abandonamos o princípio como forma de chegar mais rápido à meta, suicidamo-nos.” (5) [PICO DA PEDRA, 14-3-2021]

Notas: 1) Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, publica-se desde 1944. 2) O jornal *Vida Nova* publicou-se, quinzenalmente, em Ponta Delgada entre 1908 e 1912 e intitulava-se de “órgão do operariado micaelense”. Foi seu diretor Francisco Soares Silva, proprietário de um atelier de pintura decorativa. Existe um trabalho sobre o jornal, datado de 1995, realizado no âmbito do Seminário “História Económica e Social Contemporânea”, da Universidade Lusófona, da autoria de Licínia Correia, que foi publicado, em 1996, na Revista *IVSVLAVA*, vol. LII. 3) Jornal criado por Alice Moderno. Publicou-se, em Ponta Delgada, entre 1902 e 1917. 4) Dr. Lúcio Miranda, professor de matemática, pai de Sacuntala de Miranda e casado com D. Fedora Serpa de Miranda. Faleceu em Londres, onde se encontrava exilado. 5) revista *Utopia*, n.º 6, p. 82.

Alguma Bibliografia: Freire, J. (1992). *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento; Freire, J. (2009). “De onde vem a violência”. *A Ideia* n.º 66, pp. 3-9; Queirós, E. (1979). *Primeiro de Maio*. Lisboa: O Jornal; Valladares, E. (2000). *Anarquismo e Anticlericalismo*. São Paulo: Editora Imaginário, Rio de Janeiro/Instituto de Estudos Libertários, São Paulo: Nu-Sol.

UMA IDEIA SOBRE O PENSAMENTO ANARQUISTA

♦ *António Eloy*

1 A ecologia política não é uma ideologia mas uma forma de estruturar pensamento, organizar lógicas económicas, defender a solidariedade social e promover novas opções culturais e antropológicas. É desde logo crítica de todos os dogmatismos, até colocar em causa as suas próprias acções, e entre essas o cientificismo, os discursos ideológicos, comunistas, liberais ou conservadores, ou alguns dos seus matizes, socialismo, fascismo, e as suas decorrências o racismo e o machismo, assim como as fantasmagorias a elas ligadas. Tendo passado por muitos passados por várias vezes bordejei a “Ideia”, conheci e tive reuniões fraternas com Emídio Santana e participei numa das poucas manifestações genuinamente anarquistas, depois do fuzilamento dos últimos anti-fascistas, pouco antes da morte de Franco. Li muitos teóricos anarquistas, que não gostam desse epíteto e preferem o de libertário. Gosto particularmente de Murray Bookchin, mas outros tantos outros que não são reconhecidos como

tal, mas são de facto libertários, de que destaco regularmente Cornelius Castoriadis. Tenho as maiores dúvidas em relação ao anarquismo enquanto ideologia, essas são instrumentos de luta e conquista de, do poder, e como sabemos, embora a revolução espanhola nos tenha dado ministros da C.N.T./ Federação Anarquista Ibérica, tal desiderato é marginal ou mesmo recusado por esse (anarquismo) enquanto estrutura de pensamento, aliás houve diversas cisões com, sobre, essa situação. A anarquismo, prefiro, pois, o conceito libertário que é um ponto de chegada e partida e como tal um caminho. E como nos dizia o grande poeta ibérico António Machado “Caminhante não há caminho”, que com a Ideia continuemos a caminhar.

2 Costumo considerar-me como papel mata-borrão, hoje esquecido mas para quem como eu aprendeu a escrever com uma caneta bico de pato que molhava no tinteiro da mesa que dividia com um colega, esse era muito importante. Leio, interpreto e absorvo, aproveito. Tenho dificuldade em integrar em categorias, em gavetas pensamentos e até acções e as suas motivações, todas têm que ser enquadradas no tempo e no modo, para aqui mencionar uma revista importante e que quando a conheci já tinha caído no pior dos fanatismos. Há fanatismos por todos os lados, quando não se tolera a diferença de pensamento e logo de intervenção em nome de uma doutrina que é, sempre, sagrada. O próprio anarquismo caiu não poucas vezes nessas lógicas e diatribes, recordo as querelas entre a luta armada (bombas e atentados) e a não violência e o pacifismo, que aliás tem um exemplo histórico em Portugal. Costumo definir-me como não violento, e nem preciso de referir o meu acordo com a escolha de Gandhi entre um violento e um covarde, mas é uma opção cheia de dificuldades, por via dos encalhos que cada dia mais se vão colocando. Defendo as lógicas da ruralidade e quantas vezes tenho que detalhar que a convivialidade em torno da matança do porco é em tudo um momento de puro anarquismo, para não referir o corte de cabeça da galinha para a cabidela rural, ou até outros momentos intimamente articulados com a ruralidade. E, quem me conhece sabe-o, não me perco com as palavras e dizem-me por vezes até alguma “grosaria” ou agressividade que coloco nos discursos e discussões, sendo que já não será a 1.^a nem a última que depois de discussões férreas saímos das reuniões em confraternização e abraços.

3 Diz-me o João Freire dos temas deste número d’*A Ideia*, já referi o meu apreço por Bookchin, e de Kropotkine, cujos textos ignoro, foi bem querido por Lenine, que até permitiu o seu funeral com uma multidão, no que terá sido o último momento anarquista da ditadura comunista, mas sei que é muito considerado pessoalmente e pelos seus textos. Já a Comuna de Paris, é um momento histórico em que as análises de Marx e Bakunine nos dão momentos de iluminação das suas convergências e também divergências e que continua nos dias de hoje a ser um momento de polémicas e diferentes leituras. Parabéns pelas escolhas e sei que serão abordadas com as pinças que conheço da Ideia. A história é, são momentos que hoje analisamos e modificamos e que articulamos que os instrumentos de conhecimento que cada dia nos são mais disponibilizados.

4 Nem sempre a luta pelos direitos civis, na sua globalidade, tem encontrado a convergência do pensamento anarquista, que não do libertário, que não é o

mesmo. E será certamente tema central deste número Louise Michel, pelo seu papel na Comuna e a continuação do seu pensamento e acção política, mas é sobre a divergência entre feminismo e anarquismo que encontro matéria para registo. Embora certamente haja muitos conjuntos que se intersectam e não possamos tomar a nuvem por Juno cruzei-me com muitos expoentes anarquistas que eram contra a contracepção (por ser química) e contra a interrupção voluntária da gravidez, por razões “religiosas”, sem perceber que os direitos das mulheres passam pela sua autonomia sexual e pessoal e que não se pode ter outro limite no direito que o da sociedade (que se aplica também no caso da eutanásia ou morte assistida) sendo o do indivíduo, devendo ser, soberano se não existem quadros de conflitualidade. O mesmo em relação às drogas, que deveriam ser todas legalizadas. Infelizmente também nestas áreas vemos, conheço muita moral anarquista contra o direito individual e também o social que esse representa. Também vem a talhe de foice a oposição, e não me digam que é por contestar os mecanismos legais e institucionais do Estado, de defensores do anarquismo ao casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a práticas que relevam do direito individual nessa área. Mas cada anarquista é um partido, cada anarquista é o seu deus, cada um defende a sua ideia. Nada me move contra tal, a não ser o assumir de um (em) colectivo que desde logo releva todas essas discrepâncias individuais.

5 Não era, que se saiba, anarquista mas Immanuel Kant deixou-nos um texto “A Paz Perpétua: um Esboço Filosófico”, em 1795, que é base para algum pensamento dessa corrente político-filosófica, o pensamento federalista, desde logo contra o Estado-Nação e por uma organização política ainda hoje da maior actualidade. Sou um iberista (não confundir com os nacionalistas defensores da nau ibérica), cultural (sou meio raiano) e político, defendo uma Europa Federal, com Parlamento com poderes e órgãos representativos resultantes da vontade popular, e desde logo a Federação Anarquista Ibérica, nunca bem estruturada em termos sequer teóricos, mas que induzia num conceito supra-nacional, muito apropriado nos tempos da República Espanhola (e que aliás levou também ao pânico de Salazar pela eventual absorção de Portugal pelas hordas franquistas) onde as diferentes entidades constitutivas de Espanha tiveram graus diversos de autonomia (e essas nunca quiseram senão isso! Ao contrário do que nacionalismos pacóvios hoje pretendem). Hoje, continuo a defender a uma federação republicana ibérica, que num quadro federal europeu tivesse capacidade de desenvolver outros valores além da economia. Também nesse quadro vejo com simpatia a dissolução das forças armadas nacionais e a criação de forças europeias dedicadas à defesa do ambiente e do património, assim como da protecção dos valores naturais e culturais. No caminho para uma paz, perpétua...

6 Mas vivemos tempos complicados, do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista do sistema sanitário, profiláctico ou curativo. E também aqui o pensamento ligado a esta área tem muitas contradições e conflitos. Conto uma história ilustrativa: contraí o Covid, sem que tenha desrespeitado nenhuma das medidas sanitárias, esse não me atingiu o pulmão, limitou-se a frios devastadores, arrepios trepidantes e falta de apetite, além de febre que foi o detector

do bicho. Mas pior, muito pior foram as sequelas, comecei a ter dores lancinantes nas pernas (afinal era só uma e a simpatia da outra) e após alguns dias vou ao meu osteopata, que depois de me dar uma massagem me disse “envia, já uma foto das tuas pernas ao teu médico”, que na hora me manda fazer um doppler. A médica que mo fez, passadas poucas horas disse-me “vai já ao centro de saúde porque arriskas uma embolia pulmonar”, e o meu médico e amigo logo informado mandou-me tomar umas injeções, na hora comecei com essas. Passados 20 dias estou já noutra terapia médica, já ando e as dores, da trombose venosa, transformaram-se em moinha. Esta história a propósito do anti-cientificismo que grassa muito no meio alternativo/anarquista. A Covid não existe, as vacinas são uma forma de nos chipar, os médicos estão ao serviço do “Vil Gaitas”, etc. Felizmente que mesmo aí há quem dê vacinas às crianças para evitar a varíola ou a polio e outros bacilos e vírus e até o “santo” Ivan Illich, que não era anarquista, mas talvez um dos melhores escribas sobre a “Nêmesis médica”, a vingança divina, não era contra tratamentos e paliativos, adequados. O anti-cientificismo foi também um marco dos movimentos ecologistas, mas num quadro específico, de luta contra a interferência dos financiamentos militares para fins científicos, no momento pós 68. Hoje, infelizmente os capitais financeiros já não têm origem, nem destino que se possa tracejar, pelo que hoje só espirrar é que escapa ao controle (se não inventarem outro chip, eh, eh, eh).

7 Como os sete pecados mortais de outra religião, doutrina, forma de poder em estrutura de pensamento ritualizado, com os seus diversos artefactos e procedimentos, aqui deixei 7 esconjuros, ou alguns dirão provocações, para uma corrente política da minha simpatia (nunca esquecerei, ainda nos tempos pós-franquistas, 1976, um camarada da CNT que me recolheu para passar a noite que teria ocorrido na rua, perto da Estação de Chamartin e uma noite de épica!). Hoje o desconhecimento em que mergulhados nas ditas redes vivemos, a ignorância (há um programa americano de reconstrução de casas, numa televisão. Sabem o que nunca, nunca há nessas? Pois isto que terão na mão. Nem um livro!) a ignorância abissal e o bolsar balofo que vemos nas *têvês* e que se vai acumulando, tornam cada vez mais necessária a discussão, o debate e o confronto. O que fez o anarquismo. Como dizia Bakunine: *Era uma festa sem começo e sem fim; eu via todo o mundo e não via ninguém, pois cada indivíduo se perdia na multidão incontável e errante; eu falava com todo mundo sem lembrar nem das minhas palavras nem das dos outros, pois a atenção estava absorvida a cada passo por acontecimentos novos, por notícias inesperadas.* Que a festa continue.

Nota Final: Não referi, mas não por esquecimento, mas para respeitar o n.º de palavras proposto, outras e importantes discussões, também neste campo, sobre municipalismo/comunalismo e organização social das comunidades, tema fascinante que levou Bookchin a afastar-se do anarquismo, no quadro de polémicas que aqui também afloro, no final da sua vida.

EDUARDO LOURENÇO [1923-2020]

♦ *João Freire*

Filho de tropa e aluno do Colégio Militar, condição que nunca reivindicou mas também não repudiou, Eduardo Lourenço foi sobretudo marcado pelos cuidados femininos e o pequeno universo aldeão onde foi menino, circundado pelo

mesmo género de horizontes telúricos que forjaram o carácter de Torga, de onde guardou o sotaque beirão ligeiramente sibilante que, tal como o seu estatutário perfil fisionómico, tão perturbantemente o aproximava de Salazar. Culturalmente, Eduardo Lourenço é provavelmente o mais rico conhecedor e pensador português do século XX, sendo capaz de se abalançar com segurança pelo domínio do ensaio que cruza os saberes da filosofia, da literatura, da história e da política. Neste sentido, é um *clássico*, menos aventureiro do que um Sartre ou disciplinado que um Habermas, mas com a elegância florentina de um Eco. O seu itinerário intelectual levou-o naturalmente à ruptura, não apenas com o regime do Estado Novo e as suas mais repressivas, repelentes ou anacrónicas instituições, mas também com o provincianismo aqui imperante, mesmo entre boa parte das elites culturais, e talvez mais doloroso para si com o universo pré-moderno em que mergulhava o país rural e, necessariamente, a sua própria infância aldeã.

Nas décadas de 40 e 50, com poucas honrosas excepções — um Agostinho da Silva, um Jorge de Sena, um António Sérgio, talvez a de um Virgílio Ferreira e de um punhado de “renegados surrealistas” — tudo o que em Portugal era “do contra” e já não estava ligado filialmente ao republicanismo desembocava fatalmente na área ideológica dos comunistas, ou na aceitação táctica da “frente anti-fascista” que estes habilmente manipulavam. E se pensarmos na extraordinária penetração que o pensamento de Marx/Lenine logrou então em todo o mundo (em várias áreas científicas, em certas artes e na literatura, e necessariamente na política), não é difícil admitir que o nosso pensador não tenha podido eximir-se do colete-de-forças do marxismo como quadro de análise dos fenómenos políticos — já que, de economia, poucos percebiam realmente alguma coisa e era muito tentador para os ignorantes assumirem as premissas mecanicistas por ele propostas neste campo. A *libertação* deste dogma, só muito poucos o fizeram, e mesmo um espírito lúcido como António José Saraiva só o realizou tardiamente, alertado pelos levantamentos juvenis-culturais-urbanos dos anos 60, e não os conduzidos pelas “vanguardas” dos movimentos de descolonização. A “esquerda pensante” — independentista, gestionária ou apenas portuguesa — foi muitas vezes excelente no seu realismo político (a “análise concreta da situação concreta”) mas petrificou-se e impediu-se de identificar e entender outros fenómenos que corriam mais fundo, no âmago das sociedades (e, com atraso, também na portuguesa).

Porém, ao contrário destes, Lourenço expatriou-se verdadeiramente para o mundo, sobretudo para o mundo da cultura clássica europeia e francesa, face aos dramas que a Modernidade também trouxe, alguns dos quais ele viveu directamente, embora sempre mais na condição de observador do que na de actor. Espírito ocidental mas aberto ao mundo e à diversidade, foi sempre cauteloso face ao anti-americanismo envolvente e tão do gosto dos intelectuais europeus (e de alguns norte-americanos). Daí que também Eduardo Lourenço tenha sido surpreendido pelo protagonismo dos militares na “revolução dos cravos” em Portugal. Mas revelou a sagesa de não vir apressadamente juntar a sua voz ao coro dos vencedores, antes colheu elementos adicionais para uma

mais completa compreensão do que fora aquela tão prolongada ditadura paternalista e conservadora: para a sua “psicanálise”. As últimas décadas terão sido mais penosas para a sua capacidade de pensar o mundo, porque este se estava deslocando, descentrando e metamorfoseando em termos mais difíceis de entender para um espírito racional, múltiplo mas atento ao peso da história, como era o seu. Já o predomínio americano e a lógica do confronto Leste/Oeste o questionava, quanto mais a “globalização” e a irrupção do islamismo político violento! E o seu narcisismo deveria sorrir com ironia pelas frequentes manifestações de apreço público de que agora era alvo, incluindo a última nomeação para o Conselho de Estado. Só talvez a “sociedade comunicativa” em que estamos a desembarcar verdadeiramente o interessasse, pelas desafiantes questões que ela levanta, em contexto técnico-económico absolutamente imperativo.

Depois da perda do melhor cronista português das últimas décadas Vasco Pulido Valente, deixou-nos agora o nosso mais lúcido e sábio especialista da cultura lusa e ocidental. O universo cultural em que Eduardo Lourenço se desenvolveu está provavelmente em profunda mutação. Mas é forçoso que o seu exemplo venha a iluminar os melhores das novas gerações.

QUATRO NOTAS

♦ *João Freire*

I. A vivência dentro das prisões é geradora de sentimentos de frustração, desânimo e revolta, tendo em conta estarmos em presença de situações cruéis, desumanas e degradantes, sem que se vislumbre sentido útil na finalidade da sua existência, quer para os reclusos, quer para quem lá trabalha. As prisões são fonte de conflitos sociais e familiares, envolvendo reclusos e funcionários prisionais. As prisões não ressocializam nem promovem a paz social. Somente alimentam o desejo de vingança das vítimas e dalguma opinião pública, não tendo efeito relevante no ressarcimento dos danos dos crimes. Além de que promovem o sensacionalismo primitivista que alimenta certos órgãos de comunicação social. A convicção de que essa desumanidade, provocadora de penas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, proibidas por tratados e convenções internacionais, não pode continuar a existir nem é passível de correção, aliada à ineficácia e fracasso do modelo penitenciário existente no mundo ocidental há pouco mais de 200 anos, não tem outro caminho que não seja a sua abolição. Tal constatação é reforçada pelo contributo retirado das bases filosóficas das maiores religiões professadas no mundo, que assentam nos pilares do perdão e da misericórdia e não na vingança, tendo em conta a imperfeição do ser humano e a sua condição de potencial pecador. A alternativa passa pela assunção da prevenção da prática de atos anti-sociais como a via exclusiva e prioritária a implementar, complementada com o novo modelo de justiça preventiva que tem vindo a ser instaurado em vários países, deixando de se aplicar penas de privação da liberdade.

II. Pierre Bance, de quem falámos em *Um Programa Libertário* (2018) a propósito do suposto libertarismo dos independentistas curdos, escreve agora, em conclusão ao seu livro *La Fascinante Démocratie du Rojava* (Paris, Noir et Rouge, 2020, 600 p.), o seguinte (traduzo): «Ao fechar este livro, o leitor terá percebido

que a Federação Democrática da Síria do Norte não é a sonhada sociedade libertária. Ainda menos essa ‘sociedade contra o Estado’ de que falam os românticos ocidentais como para esconjurar a má-sorte, pressionados pelo desejo de encontrar uma alternativa à hegemonia do capitalismo. Será mesmo uma democracia? Caminhar para uma sociedade sem Estado, em vez de ‘contra o Estado’, está ainda nas mãos da Administração Autónoma da Síria do Norte e Leste, e talvez do seu povo. Para isso, dispõem de uma doutrina, o confederalismo democrático, e de uma ferramenta, o Contrato Social. Uma aposta na ideia, um desafio para a história. O caminho é longo e difícil, de natureza a desencorajar os impacientes, cansados da etapa da conciliação federalista dos constrangimentos, desiludidos pela força do direito e dos factos. Mas não é isto inerente a todos os projectos revolucionários?» O jurista francês Bance merece ser lido com atenção porque, ao contrário da maior parte dos anarquistas, dá a devida atenção ao direito no projecto libertário. No entanto, é também daqueles prosélitos que aposta nas dinâmicas da luta armada de certos povos dominados que, em condições particulares, desenvolvem formas de sociabilidade elementar mais igualitárias. Mas quem acredita que, de Chiapas ou do Curdistão, ou quiçá amanhã dos Roingas, possam sair exemplos e motivações para os povos do resto do mundo mais desenvolvido, e mesmo para outros mais pobres ou atrasados? Mas nem por isso devemos desesperar de tentar novas soluções de emancipação social baseadas na liberdade e solidariedade humanas.

III. Conheci o Jean-Louis Phan-Van em Meudon-Clamart, arredores de Paris, cerca de 1973, estava ele a sair do ensino secundário e já ajudava na venda da imprensa libertária nos mercados matinais de domingo. Com o Patrick Vaqué, o Germain Parès (primeiro director-gerente de *A Ideia*, por ser francês, e há pouco falecido), talvez também o Antoine Escartin e o Ali Touati, e outros, resolvemos um dia inscrever-nos na *Confédération Nationale du Travail Française* (sindicalista-revolucionária) que se encontrava moribunda, assenhoreando-nos “democraticamente” da estrutura da *Région Parisienne* (CNT-RP) que funcionava na Rue de la Tour d’Auvergne, onde até então pontificava o anarquista espanhol Liberto Sarrau. Na referida zona periférica, onde residíamos e trabalhávamos, constituímos mesmo uma *Union Locale* CNT (legal) e, em 74-75, agimos também com mandato da Cooperativa Editora d’A Batalha para propagandear o relançamento do movimento libertário em Portugal e ajudar a publicação daquele seu jornal histórico. Neto de mandarim, filho de pai indochinês mas cidadão francês, e mãe gaulesa “de souche”, Jean-Louis não prosseguiu estudos, viveu vários anos como refractário ao serviço militar obrigatório do seu país (inclusive passando algum tempo em Portugal) e, finalmente, trabalhou desde os anos 80 na *Cité des Sciences et de l’Industrie* onde desempenhou a função de delegado sindical da CNT durante várias décadas. Com aptidão natural para o desenho, colaborou regularmente com a imprensa libertária de diferentes países. Uma interessante sua entrevista biográfica encontra-se em Mimmo Pucciarelli, *Engagement libertaire & organisations anarchistes*, Lyon, Atelier de Création Libertaire, 2011.

Ora, desde o início do século que Jean-Louis Phan-Van tem sido um elemento fulcral da iniciativa editorial que queremos aqui referenciar. Com ele

desempenharam igualmente um decisivo papel outros libertários franceses, que ele nos revela como tendo sido sobretudo Daniel Pinós, Solange Bidault, os mais conhecidos Frank Mintz e Miguel Chueca, e ainda outros como Daniel Aïache e Richard Wilf. Da longa lista de livros publicados, saídos sob a chancela da *Editions CNT-RP*, constam pelo menos os seguintes, que temos alinhados na nossa estante, desde *La Confédération Générale du Travail*, de Émile Pouget, e *La colectividad de Calanda* (ambos de 1997); *Autogestión et anarcho-sindicalisme*, de Mintz (1999); e, de Jérémie Berthuin, *La CGT-SR et la Révolution espagnole* (2000). Em 2001, curiosamente, um dos primeiros títulos por eles editados terá sido o meu *Les anarchistes du Portugal*, bem como as actas de um colóquio internacional realizado no ano anterior em Paris e que levou o título de *De l'Histoire du mouvement ouvrier révolutionnaire*. Em 2002, sai um conjunto de textos publicados à época por Sébastien Faure sob o título *Les anarchistes et l'affaire Dreyfus*, antecédidos de um estudo de Philippe Oriol. Em 2003, publicamos, do nosso Carlos da Fonseca, *Le garrot pour deux innocents: L'affaire Delgado-Granado*; e, do já bem conhecido autor René Berthier, *Octobre 1917: le Thermidor de la révolution russe*. No ano seguinte são dados à estampa dois novos volumes: *La Canaille! Histoire sociale de la chanson française*, de Larry Portis; e, de Raúl Zibechi, *Argentine – archéologie de la révolte: la société en mouvement*. O ano de 2005 assiste à publicação de dois outros livros: de Luciano Lanza, *La ténébreuse affaire de Piazza Fontana*; e de Frank Fernández, *L'Anarchisme à Cuba*. Entretanto, outros livros, e sobretudo brochuras, iam sendo publicados, sempre sob a mesma chancela CNT-RP e dando como morada em Paris a sede da Rue des Vignoles n° 33, perto da Praça de República, onde também há muito se alojavam os velhos anarquistas espanhóis da CNT-FAI no exílio. Em 2006 serão, pelo menos, publicados os livrinhos *Vision anarchiste et syndicaliste*, com textos de Bakunine, e uma apresentação de Frank Mintz; e, de Émile Pouget, *1906-Le Congrès syndicaliste d'Amiens*. No ano seguinte encontramos apenas uma publicação, *La volonté du peuple: démocratie et anarchie*, do psicanalista de origem argentina, mas residente em França, Eduardo Colombo. Em contrapartida, em 2009 saem a público três obras de grande dimensão: *Histoire du Fascisme aux États-Unis*, de Larry Portis; o “clássico” *Nationalisme et culture*, do anarco-sindicalista alemão Rudolf Rocker, pela primeira vez posto em francês; e uma obra nova, de Franklin Rosemont, *Joe Hill: Les IWW et la création d'une contre-culture ouvrière révolutionnaire*, traduzida de um original americano. E ainda o texto de Hugues Lenoir *Éduquer pour émanciper!* Como se vê, são quase todos livros de autores contemporâneos sobre temas actuais e só mais raramente reedição ou tradução de obras antigas. Vale a pena também realçar a qualidade do trabalho gráfico destes livros, incluindo algumas ilustrações, e até por vezes com o miolo impresso em papel *couché*.

Sobreveio depois uma pausa, motivada por uma crise de orientação que abalou a organização sindical da CNT. Nessa sequência, os editores resolveram prosseguir o seu labor mas sem qualquer ligação a organizações formais, agindo apenas por conta própria. A linha editorial manteve-se idêntica nessa fase seguinte, em que o mesmo grupo militante criou as *Éditions Noir & Rouge*. Mas, diferentemente, a sede passou então para a própria residência do Jean-

-Louis, no Paris da *rive droite*. A colecção segue então em 2013 com os textos apresentados num colóquio em Lyon em 2005 que saíram sob o título de *Élisée Recluse et nos géographes: textes et pretexts*. Ainda no mesmo ano saem *Histoire de la mouvance anarchiste*, de Frank Mintz; e *La Révolution défaite: Les groupements révolutionnaires parisiens face à la révolution espagnole*, de Daniel Aïache. Em 2014, a frequência de publicação apressa-se, pois podemos registar: o texto intitulado *Bakounine: entre syndicalisme révolutionnaire et anarchisme*, de Maurizio Antonioli; *Peut-on parler avec l'ennemi?*, de Alain Brossat; *Occupons Wall Street: l'anarchisme d'Occupy Wall Street*, de Mark Bray; e ainda o livro *Le mouvement anarchiste en France, 1917-1945*, da autoria de David Berry. Mas no ano de 2015 apenas terá saído o original de Michel Keller *Le Christianisme et l'égarément du monde*. No ano de 2016 registamos o lançamento de *La critique du productivisme dans les années 30: Mythe et réalités*, de Philippe Pelletier; e *Le rêve égalitaire chez les paysans de Huesca, 1936-1938*, de Pelai Pagès. Contudo, no ano seguinte, 2017, apenas terá saído o livro de Pierre Bance *Un autre futur pour le Kurdistan? Municipalisme libertaire et confédéralisme démocratique*. Nos anos mais próximos de nós, o ritmo mantém-se, com a publicação em 2018 de um trabalho de tradução e apresentação por Skirda de um texto do marinheiro russo Efim Yartchouk que levou o título de *Kronstadt dans la révolution russe, suivi du dossier de l'insurrection de 1921*. É também por esta data que sai o livro de Julien Vignet *'Égoïste point ne seras' - Esquisse d'une histoire de l'associationnisme*. E em 2019 registamos, da autoria de Emilio Crisi, *Révolution anarchiste en Manchourie, 1929-1932*. Finalmente, em 2020, Pierre Bance retoma o seu objecto de estudo político-jurídico publicando agora *La Fascinante Démocratie du Rojava: Le Contrat Social de la Fédération de la Syrie du Nord*. Outras obras terão possivelmente sido ainda editadas, de que não temos nota. Acresce que, recentemente, os editores resolveram também avançar para a publicação periódica de um *magazine* ilustrado a que deram o nome de *Chroniques Noir & Rouge*, de que já saíram três números. Como se percebe, embora sem esquecer os temas consagrados pelo movimento anarquista (as revoluções russa e espanhola, e o nome de algumas figuras de destaque deste movimento internacional), na maior parte dos casos estamos perante um esforço interessante de renovação dos assuntos tratados, e até com a relativa novidade de muitos autores não serem franceses, entre os quais se encontram diversos norte-americanos menos conhecidos. Eis algo a que *A Ideia* não podia ficar alheia, concorde-se ou menos com a orientação política escolhida por este novo militantismo.

IV. “Os 70 dias de Ángel Pestaña na Rússia soviética” tal é o título de um interessante artigo publicado por Daniel Pinós na revista parisiense *Chroniques Noir & Rouge*, nº 4, Fev. 2021 (p. 25-31). Nele se relembra que o conhecido militante da CNT de Espanha Ángel Pestaña foi mandatado por esta central sindical para ir à Rússia ao II Congresso da Internacional Comunista, em Julho-Agosto de 1920, para, do seu relatório, a confederação concluir se deveria, ou não, aderir à IC. O resultado acabou por ser negativo, e a CNT ficou definitivamente afastada de qualquer influência do comunismo bolchevista. Pestaña publicou dois livros onde relatou essa missão, livros que tiveram uma recente tradução em francês e donde Pinós transcreveu algumas passagens. Além de

Petrogrado e Moscovo, Pestaña visitou outras cidades (incluindo Kropotkine em Dimitrov), "... onde só faltava uma coisa: o povo, o verdadeiro povo, e não essas gentes que nos acompanhavam, cantavam em coro nas nossas visitas, recepções e ajuntamentos". Sobre a visita feita à República Tchouvachie, escreveu: "Depois de nos terem explicado as características do território, quisemos saber em que consistia a autonomia de que beneficiavam no seio do regime centralista russo. O que longamente nos foi explicado. Eram autónomos, mas deviam conformar-se às ordens, às leis e aos decretos dos dirigentes soviéticos, não podendo modificá-los. Deviam adaptá-los às condições económicas, sociais e políticas do território, pagar os impostos como qualquer outra província, fornecer ao Exército Vermelho os homens necessários e respeitar a disciplina do partido e a ditadura do proletariado". Num encontro com Zinoviev, Pestaña terá manifestado a sua estranheza perante a disparidade de salários e a diversidade de regimes de duração de trabalho que se praticavam, sem obter qualquer resposta satisfatória. No Congresso, diz Pinós, "Pestaña foi interrompido ao fim de dez minutos, com o pretexto de que ultrapassara o tempo atribuído, sendo obrigado a deixar a tribuna. Minutos breves para Pestaña mas intermináveis para os bolchevistas; as suas palavras foram como um desafio. Imediatamente várias pessoas tomaram a palavra para verberar o delegado da CNT. O próprio Trotsky falou durante três quartos de hora para responder a Pestaña. O delegado da CNT pediu a palavra para se explicar, mas foi-lhe recusada. Na manhã seguinte, Zinoviev começou o seu discurso por uma réplica contra Pestaña, que durou toda a manhã. Uma vez mais, recusaram a palavra ao espanhol". Segundo o livro que escreveu, Pestaña terá pronunciado na tribuna frases como estas: "Camaradas delegados: Na minha opinião, a revolução não é, não pode ser obra de um partido. Um partido não faz uma revolução, não vai além da organização de um golpe-de-Estado, e um golpe-de-Estado não é uma revolução... Dizerem-nos que sem um partido comunista não se pode fazer a revolução, que sem um exército vermelho não se podem preservar as suas conquistas, que sem a conquista do poder não há emancipação possível e que sem ditadura não se pode destruir a burguesia — é fazer declarações que ninguém é capaz de provar!" Antes do regresso a Espanha, Pestaña e outros delegados foram convidados a ir ao Kremlin. Ao questionário que deviam preencher, e sobre a opinião que levavam de Lenine, o sindicalista espanhol terá respondido: "Autoritário e absorvente". E, recebidos no seu gabinete, ter-lhe-á dito com a franqueza que o próprio Lenine solicitara: "a visão que levo da maior parte dos delegados ao congresso é deplorável. Com raras exceções, têm todos uma mentalidade burguesa. E alguns são carreiristas, seja por temperamento, seja por educação". O que terá suscitado da parte de Lenine um comentário em surdina: "liberdade, liberdade...para fazer o quê?" Explicam em nota os editores que Ángel Pestaña (1886-1937) foi secretário-geral da CNT entre 1929 e 1931, sendo expulso por ser um dos subscritores do "Manifesto dos Trinta", que se opunha à FAI. Fundou então o Partido Sindicalista, através do qual foi eleito para o parlamento da República, mas todos se reintegraram na CNT no congresso de Saragoça de Maio de 1936, ao qual também compareceu Emídio Santana em representação da CGT portuguesa.

PRESERVAR O NOSSO CAPITÓLIO

♦ *Leonor Coutinho*

No dia 6 de Janeiro de 2021 o mundo foi surpreendido pela invasão violenta do Capitólio enquanto decorria a sessão de ratificação da eleição do novo presidente dos EUA. Poucos acreditaram, por absurdo, que os grupos extremistas convocados para o local pelo presidente cessante viessem tentar, pela força, contrariar o legal funcionamento das instituições democráticas. Foi aí que se tornou evidente para todo o mundo a dimensão das rupturas na sociedade americana de anos de propaganda extremista, da livre circulação de falsidades, da defesa do ódio e da força bruta. A tal ponto que os directores das grandes empresas de redes sociais cortaram o acesso aos mesmos grupos de que difundiram as ideias durante anos.

O nosso presente parece apertar-se cada vez mais à nossa volta: somos surpreendidos pela evidência das alterações climáticas, pela destruição das condições de vida no nosso planeta, pela invasão dos mares pelos plásticos que estrangulam a vida marinha, pelo degelo dos pólos, pelo extermínio não só dos mamíferos mas também dos insectos e outros animais que formam a estrutura das cadeias vivas. Há, por certo, uma consciência maior da ameaça que estas catástrofes constituem para a humanidade mas é cada vez mais frustrante saber que, mesmo no ano de 2020, a temperatura do globo continuou a aumentar, apesar da recessão económica provocada pela pandemia. Apesar de não conhecermos a origem da pandemia este novo vírus veio aumentar a nossa sensibilidade aos desequilíbrios em que nos fomos habituando a viver.

Tivemos a sorte, em Portugal, de uma primeira vaga relativamente ligeira mas fomos agora surpreendidos pela fragilidade da nossa sociedade face à dimensão da segunda vaga. Quando, como diz a fábula, chegou o lobo e nos apanhou distraídos. Felizmente a colaboração na ciência tem permitido avanços substanciais na medicina e na salvaguarda da qualidade da vida humana o que parece ter permitido vacinas eficazes num tempo recorde. Temos porém mais evidência de um fosso cada vez maior entre uma ultra minoria dos mais ricos e todos os outros humanos, desigualdades que a pandemia veio aprofundar e evidenciar. O nosso imaginário de uma revolução popular libertadora dos mais fracos, alimentada durante anos pelos humanistas foi abalado a 6 de Janeiro. Segundo o sociólogo João Freire: *o dia 6 de Janeiro de 2021 poderá vir a ficar na História como o da reversão do sentido simbólico – controverso mas finalmente de sinal positivo – atribuído às revoluções.*

O Capitólio de Washington é o edifício sede das duas câmaras do Congresso Americano: a Câmara dos Representantes e o Senado. Os pais fundadores dos EUA em 1792, decidiram construí-lo como sede do poder legislativo e judicial apenas 16 anos depois da declaração de independência da coroa britânica (das 13 colónias ocidentais) a 12 de Julho de 1776. Na realidade, os americanos celebram no dia nacional, a 14 de Julho, não tanto a sua independência, mas a adopção, dois dias depois, no Congresso de Filadélfia, do texto fundador da federação e dos seus direitos, o célebre “Bill of Rights” que afirma não só dos direitos dos “Americanos” mas de todos os homens e cito a primeira frase:

Todos os homens são criados iguais, e são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre outros são a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Pode-nos parecer estranho que este texto fundamental estipule a igualdade entre os homens quando ainda vigorava a escravatura em alguns dos estados da federação. Na realidade o Estado de Vermont aboliu imediatamente a escravatura mas foi necessário esperar 100 anos e uma guerra civil para que ela viesse a ser erradicada dos EUA. Esta declaração de independência e de direitos que constitui a essência da constituição americana adopta os princípios filosóficos do iluminismo, desenvolvido no século XVIII essencialmente em França e no Reino Unido e baseia-se na liberdade, no progresso, na tolerância, na fraternidade, num governo constitucional e na separação da Igreja e do Estado. Ele é a base da constituição cuja redacção foi terminada em Setembro de 1787 mas só entrará em vigor em 1789, depois de ter sido aprovada por 2/3 dos Estados americanos. Em França esse é o ano da tomada da Bastilha mas a declaração dos direitos do cidadão, em França, também proclama direitos que eram negados a metade dos franceses. E Olympe de Gouges morre no cadafalso pela defesa do direito das mulheres e cidadãs. Estas batalhas históricas pelos direitos dos humanos e pela defesa de um Estado com estrita separação de poderes, iniciaram um caminho de que nós somos herdeiros. O Capitólio é um símbolo dessa luta e assim representa, em meu entender, os valores humanos e democráticos *que nos devem unir*.

A sua primeira pedra foi pousada por George Washington em 1793, no final do seu primeiro mandato e o seu nome reporta à fundação de Roma. Consta que o monte capitolino está ligado a Saturno pai de Júpiter, principal deus dos Romanos. A lenda do quadrado traçado por Rómulo para fundar a cidade rapidamente cede perante a instalação de um templo aos 3 deuses capitolinos: Júpiter, sua mulher Juno e sua filha Minerva. O monte do Capitólio, com os templos e edifícios de representação que se foram sucedendo ao longo da república e do império romano foram sempre o local simbólico da ordem romana e da sua lei. Naquele tempo o Capitólio unia os deuses aos cidadãos romanos e para além das políticas dos seus dirigentes representou durante centenas de anos o orgulho da cidadania romana. O Capitólio do iluminismo, em Washington, tem no seu cimo desde 1863, uma estátua da liberdade armada. Trata-se de uma figura feminina alegórica detendo uma espada na mão direita e uma coroa de louros a que se junta o escudo da vitória. Simboliza a necessidade de defender sempre a liberdade.

Apesar das ameaças que nos rodeiam beneficiamos de um bem-estar imenso quando nos comparamos a qualquer outro período da história, aliás, o mesmo acontecia com a sociedade romana antes do caos a destruir com um enorme retrocesso para o bem-estar dos seus cidadãos que durou cerca de mil anos. A história mostra que houve grandes progressos do bem-estar da humanidade mas também ocorreram retrocessos dramáticos e por vezes muito duradouros.

O ataque do Capitólio torna evidente, na minha opinião, um novo extremismo pouco afeito à tolerância e ao respeito pelos outros em que desaparece o respeito pelas instituições democráticas e mesmo pela verdade. Para o presidente cessante foi um desastre porque fracturou mesmo os seus apoiantes.

Para os líderes dos grupos extremistas pode ter sido apenas a perda de uma batalha. Para a maioria dos participantes convencidos pela palavra do seu líder cessante terá sido um protesto heróico mas inconsequente e continuam persuadidos que a votação lhes foi roubada. O funcionamento actual das redes sociais em que cada um apenas é confrontado com os que pensam como ele não ajuda a conhecer e respeitar os que não fazem parte do mesmo grupo e dificulta a distinção entre a verdade e a mentira. A sociedade americana foi facilmente transformada numa sociedade dividida, vivendo de narrativas antagónicas, e de notícias falsas.

Depois do clímax que constituiu a tomada violenta do Capitólio era necessário garantir uma tomada de posse sem descalços do novo presidente, o que foi conseguido com uma mobilização militar sem precedentes tanto em Washington como nas outras capitais estaduais. E, no dia 21, foi concretizada a posse do novo presidente, eleito de acordo com a lei enquanto o anterior se retirava à última hora sem cumprir os rituais de transmissão que deveriam facilitar o sarar das feridas. Os psicanalistas descrevem em pormenor as nossas dificuldades na percepção e aceitação do outro. O racismo, a segregação por país ou por religião ou a misoginia ilustram a necessidade de encontrar bodes expiatórios para as nossas frustrações mas também esse desconhecimento do outro, essa falta de empatia que revela frequentemente uma excessiva atenção com o próprio umbigo. Os nossos valores e ideais são, neste nosso tempo, frequentemente feridos.

Concluo com uns versos da poetisa negra Amanda Gorman que foi chamada a recitar na tomada de posse do presidente Joe Biden: *we ask ourselves where can we find light in this never-ending shade?/ For there is always light,/ if only we're brave enough to see it./ If only we're brave enough to be it.* [Existirá luz nesta sombra sem fim?/ Haverá sempre luz/ Se formos suficiente bravos para a ver/ Se formos suficientemente bravos para sermos essa luz.]

Nota do Editor: texto polémico na área libertária, pela defesa que faz do actual modelo de intervenção política, não nos custa dar-lhe guarida, marcando porém alguma distância crítica. A nossa descrença na evolução recente do mundo é incomparavelmente superior à da autora. Daí a nossa necessidade de encontrar uma alternativa para o modelo político actual. E dizemos isto não à luz de qualquer cartilha do séc. XIX, mas tendo em conta a experiência dum pensador como Jacques Ellul (1912-1994), afinal um cristão protestante, para quem nenhuma das mudanças essenciais de hoje podia chegar através do jogo eleitoral partidário. Hoje filiada no Partido Socialista, Leonor Coutinho foi amiga de primeira hora desta revista e foi ela que no final de Abril de 1974 trouxe (de Paris) para Lisboa os primeiros exemplares do seu número de estreia.

‘O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS’ DE JOÃO BOTELHO

♦ *José Manuel Martins*

O ano da morte de Ricardo Reis — um filme que valia a pena não ter sido feito, e que valeria a pena não fazer. Talvez se aguarde como peça fílmica, sem o livro. Não com o livro. O livro, aliás, soube *morrer* o Portugal impossível de Pessoa com o da nossa contemporaneidade: para todos aqueles para quem Pessoa é Pessoa, mister foi que, então, como o *nosso-muito-nosso incontemporâneo trazido à nossa contemporaneidade* — q.d., que nos pertence, mas como uma sombra, muito mais de nove meses depois da inumação nos Prazeres. Isso Saramago,

apesar de através de uma via por demais (mas não açambarcadoramente) política, captou magistralmente. E captou-o em literatura, não em acontecimentos, em narrativa, em cenários (que estão, lá, mas subordinados). O que põe o eterno problema: um filme translata, traduz, ilustra, baseia-se-em, um livro, ou busca um cinemático que seja um correspondente livre do literário (afinando primeiro as contas entre o fílmico e o literário, e só então entre o livro e o filme)? Porque não está mal a chuva a preto e branco (mas chove duas vezes mais no filme do que no livro, o que é um facilismo escusado: contei 360 mm num e apenas 148 mm no outro), o óculo primordial do cinema a repetir o processo reciprocamente cinematográfico de Saramago por cenas (perfazendo o anel), o jogo de luz e sombras do *inter-lúdio* entre épocas, entre vida e morte, heterónimo e ortónimo, ficção e realidade, revisitação intertextual de um escritor desde e até outro, etc., etc., a atmosfera do adereço e da cenarística, e até o fechado das cenas de multidão (n' *O Século*, no comício, em Fátima), que são exactamente assim no original – cortes fechados sobre a cena, sem horizonte (que não o do céu, e até nisso Botelho é feliz). O problema é que nem resulta um filme que se veja por si, nem muito menos um homónimo do livro, que se aguarde *com* o livro. Não que o casting não seja notável – Marcenda é Marcenda, a sua figura dada com uma fidelidade essencial quase de bruxaria; as vizinhas (Breia e Cruz, duas cornucopianas históricas), os velhos do banco de jardim, os exilados espanhóis – três pares quase demasiado o clichê perfeito do personagem-tipo; L.L. Barreto é o Pessoa vinte anos mais velho que morreu aos 47, e é o momento mais perturbador do filme, porque nos convencemos de que estamos a ver Fernando Pessoa (quantas variações já houve sobre o cinema-múmia, o mundo da imortalidade, o espectro vivo, etc., etc.?...), e por isso é credível que essa fosse a natural conversação pessoana de Fernando na sua Lisboa dos dias (o que não é uma pretensão, explícita ou latente, de Saramago, sem deixar de cumprir um módico de verosimilhança). E os pides, e os hoteleiros, e até Lídia. Mas esse acerto do casting é o acerto com uma simples imaginação de leitura (essa invencível tendência da significação para se constituir em figuração sensível, que constitui o mundo da leitura e do texto). O inacreditável é o actor brasileiro (de resto, no livro, Reis, protagonista, é também o protagonista da inapreensibilidade das suas feições). Mas sejam, as feições: agora, o acento brasileiro é ridículo, distractivo e imotivado (seria ainda mais ridículo se a justificação fosse, sei lá, para emprestar ainda maior dissonância a um heterónimo como ao mesmo tempo também cidadão vivo que interagisse carnalmente no mundo material – perfeitamente adequado a quando esse mundo material for a *realidade-em-si* e *para-si* própria do mundo ficcional. E seria ridículo porque essa façanha da gestão dos estatutos ontológico-modais, por Saramago, consiste em pensamento literário e é intransponível para uma tal variante de acento: pelo contrário, Reis deveria falar como o autor das odes, sob pena de as passarmos a ouvir como poemas brasileiros, por muito que, exilado, tenha escrito metade lá por essas bandas (mas com dicção ventríloqua do ortónimo, se faz favor); era como pormo-nos a ouvir Campos com acento escocês de Glasgow ou “O menino de sua mãe” com toada de Durban. De resto, inverosímil num emigrado adulto ao fim de uns meses de volta à

Baixa. Estupenda, igualmente, a fidelidade com que é filmada a ambiguidade da cena da rusga policial, que no livro, como no filme, começamos por julgar que se dirige a Reis, mas se revela, no final, uma cena de cinema (a exegese deste tour de force notável de Saramago ocuparia páginas — como ele ao mesmo tempo se atira à propaganda Lopes Ribeiro e ao carácter de mimese trompe l'oeil do medium cinematográfico, repetindo em escrita um tropo cinematográfico bem conhecido, que se desmascara sempre só no fim do seu sortilégio e pode assim, ficção dentro de ficção, permutar lugar com “a realidade” numa construção sofisticada das metalepses intermediológicas. O filme colhe e restitui, ironicamente, este cinematografismo do livro de Saramago... no plano mesmo do próprio cinematografismo!).

Mas talvez o maior acerto de todos seja a música, composta (por Daniel Bernardes) agora para esse outro outrora ao sabor do francesismo modernista então dominante, o de Luiz de Freitas Branco, com alguns retoques de aflicção vienesse schonenberguiana (ou talvez, mais liricamente, berguiana), e que tão bem responde à mágoa maviosa lusitana, subtilmente captada nesta vibração d'alma e de ser. O carácter de epocalidade (a complexa relação connosco desse tempo nosso e outro que entra em extinção, que é o grande feito de Saramago), recebe assim o seu *tom*. Dei algumas indicações (diferentes, nos dois casos) de por que é que este filme, e qualquer filme possível, é destinado a falhar (sem demasiado subjectivismo, e não longe do que dizem alguns críticos). Qualquer filme falharia porque a literatura não é nem transponível nem sequer *equivalível* (mas há tantas excepções que me desdizem, de Oliveira a Zurlini!...). Mas este filme falha sobretudo porque quer filmar o livro como soma de cenas, tomando a cena pelo telos do literário. Tudo o que Botelho aprendeu do cinema (e quanta erudição citacional ele não semeia para gulodice de cinéfilos...) o impede de aprender com o cinema. Dêem este “Ano da Morte” para as mãos de uma Duras (mais do que para as de um Resnais ou de um Robbe-Grillet), para as de um Mani Kaul ou até de um Glauber, e teríamos obra. Assim... temos mais uma volta pelo chiado do cineasta do Príncipe Real. [5-10-2020]

O° CULTO DA AJUDA – CAPELA/CATEDRAL DE ARTE VIVA

♦ *Levi Condinho*

Mil novecentos e sessenta e quatro foi, para mim — tinha 23 anos —, o ano da entrada de mais uma paixão, uma devoção, na minha vida inquieta e ávida de novos conhecimentos e sensações. Através de um programa do posto 2 da então Emissora Nacional, dedicado à cultura e, sobretudo, à música dita “clássica”, ou seja, música erudita, descobri, às quintas-feiras à tarde, aquilo que se tornaria algo de diferente, por vezes mágico, quando não objecto de obsessão: “Música de Vanguarda”, ou seja, aquela música que, talvez mais do que nunca, rompia com os cânones — diversos — da longa tradição de séculos da música escrita no Ocidente desde a Grécia (há fragmentos de notação musical provindo da antiguidade grega), passando pela Idade Média, até ao fim do Romantismo e aos diversos modernismos da primeira metade do século XX. É precisamente nesta época que o conceito de vanguarda se instaura na música, com

a dissolução tonal em muitas obras de Debussy, com Stravinsky, sobretudo em “A Sagração da Primavera”, para muitos musicólogos uma espécie de estética cubista na arte dos sons, e, sobretudo, com o grande Arnold Schoenberg e seus pares/discípulos da Segunda Escola de Viena, e a irrupção de um sistema que cortaria definitivamente com o velho sistema tonal predominante desde, pelo menos, os tempos do gigante Johann Sebastian Bach: o atonalismo, fixado em normas das quais procederiam o dodecafonismo – os 12 sons da escala sem domínio de nenhum sobre qualquer outro –, depois o serialismo – esses mesmos sons organizados em séries – e o atonalismo livre. Após a Segunda Guerra Mundial, e continuando muitos importantes compositores a compor segundo as várias tradições, quer tonais, quer atonais (ou modais), surgia uma plêiade de jovens que se interrogavam sobre o caminho a seguir, enquanto arautos não dos cânones estabelecidos, mas da possibilidade de “progresso” (entre aspas, pois não considero que haja progresso na arte em si, apenas na filosofia possibilitante de novas formas) da arte musical. Aqui entram, por exemplo, Pierre Boulez, Karlheinz Stockhausen, Bruno Maderna, Luigi Nono, Henry Pousseur, Luciano Berio, etc. Reuniam-se nos célebres cursos de Verão de Darmstadt, onde compareceu também um outro compositor, que, só por si, constitui um outro género musical, Olivier Messiaen, como constituiu o não-classificável John Cage. Também no pós-guerra, pela mão de Pierre Schaeffer, engenheiro-músico, de Pierre Henry e de outros, aparece outra corrente que viria a ser determinante, para o “bom” e para o “mau”, no desenvolvimento da arte acústica-musical. Refiro-me à então (finais dos anos 1940/início dos 1950) denominada música electrónica (hoje chamada música electro-acústica), inextricavelmente conectada com a música concreta, processada através de objectos e já firmada com Luigi Russolo e os futuristas (italianos e russos) nas primeiras décadas do século XX.

Até ao advento do pós-modernismo, em inícios dos anos 1980, todo este universo, múltiplo e fervilhante, era conhecido como “música de vanguarda”. Depois, essa designação foi pulverizada e incorporada no conceito mais abrangente de “música contemporânea”. Em Portugal, a “música de vanguarda” só aparece em inícios dos anos 1960, sendo de referir, aqui, a figura eternamente tutelar de Jorge Peixinho. Sempre inovadora desde a sua fundação, a Fundação Calouste Gulbenkian criou, em 1977, os Encontros de Música Contemporânea, que acabaram em 2002, e que foram determinantes no conhecimento da nova música, no aparecimento de novos compositores – portugueses, mas não só –, na consciência de outro modo de viver, sentir, inteligir a música. Um pouco por todo o país, outros “encontros” e eventos da mesma índole surgiriam, graças, também, a duas figuras a que devo/devemos imenso: o saudoso Carlos de Pontes Leça e Luís Pereira Leal, dos Serviços de Música da Gulbenkian.

Depois desta incompleta – que remédio!... – introdução, chegou o momento de “entrar” no assunto fundamental, com as figuras de dois dos jovens compositores a quem a Gulbenkian deu, muito mercidamente, a mão, no contexto dos referidos Encontros: o casal Paula e Miguel Azguime. Foram e são, além de músicos, pessoas exemplares na sua forma ecológica e plena da consciência do “ser-aí, no mundo”, militantes de um sentido “outro” da existência e seu

aprofundamento, consciente e crítico. Foram, a nível europeu, precursores na entrada do *miso*, pasta de soja de origem japonesa que, hoje, faz parte importante da dieta alimentar de muita gente (gente mais consciente do que eu, *mea culpa...*). Foi do termo “miso” que nasceu, em 1985, a Miso Music Portugal, que passou a uma prática activa e tentacular no domínio de uma forma ontológica/artística/musical não só de pensar, mas, sobretudo, de agir. Criou a sua própria editora de discos e vídeos – Miso Records; não digo “passe a publicidade” porque quero mesmo publicitar, com toda a minha energia –, organizou, a partir de 1992, o Festival Música Viva, disperso por várias salas de Lisboa, e não só, entre as quais o Centro Cultural de Belém, mas não tendo um espaço estável para a sua realização.

Até que, em Outubro de 2014, esse espaço surge, e chama-se O’ Culto da Ajuda. O’ Culto porque parece “ocultado” numa velha Travessa – Travessa das Zebras – de piso empedrado com as velhas pedras muito soltas, contígua à Calçada da Ajuda e vizinha da Presidência da República. O’ Culto, também, porque ali acontece o culto – ciência, prazer, porque não religião? – do novo, do ousado, do verdadeiramente criador e criativo das artes, sintoma maior da vida! Ali acontecem música – onde o Jazz, por exemplo, também não é excluído, nem a música improvisada, nem formas próximas do rock/performance –, teatro, performance, poesia oral, artes visuais, cinema, dança... e tudo... como diria o velho Almada! E, muito importante, o O’Culto é, finalmente, o espaço onde, merecidamente, os Azguime têm o seu dispositivo sonoro, a sua “orquestra de altifalantes”, com toda a panóplia de aparelhos capazes de proporcionar os mais excitantes, hipnóticos, cósmicos, extáticos, por vezes necessariamente brutais sons da surpresa. E, diga-se, magistralmente “manipulados” pelas mãos dos dois feiticeiros, Paula e Miguel Azguime. O local onde tudo acontece é uma espécie de “loft” que foi recuperado, e que, nos seus primórdios, era bastante precário, sendo hoje apoiado institucionalmente e sem qualquer favor. Pelo contrário, nós cidadãos – alguns, virtualmente, todos – é que somos devedores...

Desde 21 de Novembro de 2014 até hoje – 10 de Maio de 2021 – assisti no O’Culto a 48 eventos artísticos. Muitos mais houve, mas não é possível “estar” sempre. Não podendo falar de todos esses eventos, nem de todos os compositores e intérpretes, não resisto, no entanto, a lembrar alguns, para mim, inesquecíveis: – os do muito presente Sound’Ar-te Electric Ensemble, agrupamento nortenho, de qualidade excepcional em qualquer parte do mundo, muitas vezes dirigido pelo maestro Pedro Neves; – os de vários pianistas solistas, como Joana Gama, Elsa Silva, João Paulo Esteves da Silva, Joana Sá (com a cantora Savina Yannatou), Ana Telles, Ana Cláudia Assis (com o violoncelista Miguel Rocha), João Lucena e Vale, e José Bon de Sousa; – os de solistas como as cantoras Inês Simões e Marina Pacheco, o violoncelista Filipe Quaresma, os percussionistas Pedro Carneiro – e seus deslumbrantes discípulos –, Nuno Aroso, os flautistas António Carrilho, Sílvia Cancela e Clara Saleiro, o clarinetista Hugo Queirós, o guitarrista/poli-instrumentista/compositor Vítor Rua, o violinista Ernesto Rodrigues e ainda a cantora e “velha” cúmplice de Miguel Azguime, Frances M. Lynch. Nomeio ainda alguns agrupamentos de alta craveira, como Soli-Tutti, Performa Ensemble, Drumming – grupo de percussão

dirigido por Miquel Bernat, Alunos da Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, Quarteto de Cordas de Matosinhos, Duo Tágide, Coro Juvenil da Universidade de Lisboa (canto e performance), e Lisbon Ensemble XX/XXI, com a bailarina Teresa Doblinger. No domínio do teatro, refiro a extraordinária actriz Ana Brandão na cantata profana “A Dama e o Unicórnio”, com texto de Maria Teresa Horta e música de António de Sousa Dias; e o grupo Teatro da Rainha, numa inesquecível versão teatralizada do “Discurso sobre o Filho da Puta”, de Alberto Pimenta. Imperdoável seria não referir o histórico Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, fundado há 50 anos por Jorge Peixinho; e a Orquestra de Robôs Phobos de Sonoscopia, com vários instrumentistas portugueses, e dirigido pelo compositor/encenador/performer Lukas Ligeti, filho de um dos maiores compositores universais do séc. XX, György Ligeti.

No espaço exíguo, mas virtualmente infinito do O’Culto, público, artistas e compositores convivem e confraternizam, sem quaisquer veleidades de vedetismo, irmanados no amor à Arte autêntica, podendo inclusive abeirar-se do pequeno e simpático bar, celebrando a vida e a arte com bebidas cujo teor de qualidade está bem ao nível dos acontecimentos. Ali estiveram, entre outros, os já falecidos compositores Clotilde Rosa, Lopes e Silva, os ainda e felizmente vivos decanos Álvaro Salazar e Cândido Lima, e João Pedro Oliveira, Christopher Bochmann, Pedro Amaral, Sérgio Azevedo, Carlos Caires, Daniel Schvetz, António de Sousa Dias, António Chagas Rosa, João Madureira, Isabel Soveral, Luís Tinoco, Ricardo Ribeiro, Sara Carvalho, Bruno Gabirro, Eurico Carrapatoso, Jaime Reis, Hugo Vasco Reis, Tiago Cutileiro, Pedro Junqueira Maia, Ângela da Ponte, Eduardo Patriarca, Armando Santiago, em conversa filmada, e José Luís Patriarca (já falecido); e, claro, Paula Azguime e Miguel Azguime, prolífico, extraordinário não tenho mais adjectivos, não chegam compositor, grande, entre outros grandes compositores portugueses e universais. Também performer e poeta.

Ainda de referir a actividade formativa, de seminários, colóquios, workshops do O’Culto. Vários são os amigos que me acompanham nas peregrinações àquele espaço, e cito apenas Ana Amorim, Emília Pereira e Augusto Quirino. Nomear fiéis do “culto” parece-me louvável!

Sou, desde a minha longínqua juventude, frequentador de imensos espaços, salas e auditórios de muitas e variadíssimas músicas. Recentemente, tivemos a amarga, mas talvez previsível, surpresa da pandemia que todos sabemos. Durante os necessários confinamentos, muitas foram as saudades que tive desses espaços de sonho, de cultura, de devaneio... Mas, seguramente, entre eles, no primeiro lugar da saudade, esteve sempre o O’Culto da Ajuda! [10-5-2021]

O SURREALISMO EM PORTUGAL EM 1968

♦ *A. Cândido Franco*

A propósito da pertinente recensão que Miguel Real faz ao livro de Manuel da Silva Ramos *Ao colo de Virgílio* lê-se no *Jornal de Letras* [JL, 10-3-2021] uma passagem sobre o surrealismo em Portugal. Diz assim: *Sim, sabemos que se atribui a Cruzeiro Seixas, recentemente falecido, a apodo de “o último surrealista”, afirma-*

ção absolutamente verdadeira se tivermos em conta a história do surrealismo português. Porém, Manuel da Silva Ramos publica o seu primeiro livro muito novo, em 1968, quando o surrealismo já perdera o ímpeto literariamente revolucionário inicial. Digamos que o surrealismo, a sua escrita antissistema, antirrealista e antipsicologista, reabilitadora do automatismo da escrita, do império do sonho frente à realidade repressiva, da liberdade criadora absoluta, era já um cadáver histórico no final da década de 60, praticado quase em exclusivo pelos antigos fundadores desta corrente literária. Abstenho-me de transcrever mais, embora o seguimento pudesse também ajudar. O que para já interessa é a “história do surrealismo português” tal como o autor a coloca: em 1968 o “o surrealismo já perdera o ímpeto literariamente revolucionário inicial”; esse mesmo surrealismo “era já um cadáver histórico no final da década de 60, praticado quase em exclusivo pelos antigos fundadores desta corrente literária.” Aqui bate o ponto — o “cadáver histórico”, “praticado quase em exclusivo pelos antigos fundadores desta corrente literária”. Muito se poderia dizer sobre esta ideia de “corrente literária” aplicada ao surrealismo, mas o que importa agora é o *cadáver histórico praticado quase em exclusivo pelos fundadores*. Ora vale a pena lembrar que alguns dos que andavam em Portugal no final da década de 60 pelo surrealismo, e continuaram, não eram fundadores de nada. Virgílio Martinho, António José Forte, Afonso Cautela, Manuel de Castro, Gonçalo Duarte, Ernesto Sampaio, João Rodrigues, Ricarte-Dácio, António Barahona e alguns mais só haviam chegado ao surrealismo no final da segunda metade da década de 50, ou mesmo já no início da de 60, quer dizer, muitos anos depois dos “fundadores” se terem manifestado o que aconteceu entre a Primavera de 1947 e a exposição de Junho de 1949 do grupo “Os Surrealistas” — isto se falarmos de acção colectiva. Para se perceber o que está em causa, basta adiantar que Ernesto Sampaio, nascido em 1935, só se estreou em 1957, Manuel de Castro em 1958, António José Forte em 1960 e António Barahona, nascido em 1939, em 1961. Estamos a falar de poetas e escritores que nada têm a ver com os tais “fundadores” — Barahona era na Primavera de 1947 uma criança que acabara de fazer oito anos — e todos eles ligados ao surrealismo no final da década de 60. Mas talvez mais significativo para se perceber a situação real do surrealismo em Portugal nesse período é a publicação da colectânea *Grifo* (1970), que constitui hoje uma das mais importantes manifestações gráficas, plásticas e poéticas do surrealismo entre nós — só o primeiro número da revista *Pirâmide* (Junho, 1959), feita ela também pela geração de Forte, Sampaio e Castro e não pelos fundadores, tem importância equivalente. Dos 10 autores — 11 se entrarmos em linha de conta com o gráfico — que aí comparecem em 1970 um único pertence à geração dos “fundadores”, Pedro Oom. Nem Mário Cesariny, nem Cruzeiro Seixas, nem Lisboa, nem qualquer outro aí surge. Quase todos — as excepções são Eduardo Valente da Fonseca e Virgílio Martinho — nasceram na década de 30, ou mesmo no início da seguinte, como creio ser o caso de Maria Helena Barreiros, que publicou na colectânea “Três narrativas”. O gráfico que preparou esta *antologia de inéditos*, Vitor Silva Tavares, nascido em 1937, estava então a iniciar uma carreira de editor, de publicista e de prosador, que em tudo faz parte do surrealismo em Portugal. O primeiro número do jornal & etc só apareceu em 1973 — e durou 25 números

e o primeiro livro da editora com o mesmo nome da “folheca” surgiu em 1974 já após a Revolução e até à morte do editor tirou muito livro de surrealista “fundador”, como Carlos Eurico da Costa e Pedro Oom, de surrealista não fundador, como António José Forte e Sergio Lima, ou até de surrealista inédito, como me parece ser o caso de Nunes da Rocha (1957), que se estreou com *Tráfico de Rimbaud na costa portuguesa* (1990). A estreia deste Vitor em opúsculo foi também em 1970 com *Dois textos à pressão* na mesma editora surrealista que editara Cesariny, Lisboa, Natália, Herberto a Contraponto de Luiz Pacheco. Bastava o seu itinerário como editor e poeta a sua prosa é tão imaginativa que tem direito ao poeta para nós percebermos que muito do surrealismo português estava ainda a nascer no final da década de 60. Concordar-se-á pois que o *cadáver histórico praticado quase em exclusivo pelos fundadores* aplicado à situação do surrealismo em Portugal em 1968 é expressão pouco ajustada.

ANTUNES DA SILVA [1921-1997]

♦ *Maria João Pereira Marques*

I. O ano de 1945 é com certeza marcante na vida de Armando Antunes da Silva (1921-1997), um jovem que acaba de publicar o primeiro livro, *Gaimirra*. Vive então em Évora, a cidade-berço em cujas ruas o podemos imaginar a caminho do emprego na Junta Nacional dos Vinhos, a colaborar no periódico *Democracia do Sul*, de visita à casa da avó que o criou ou de braço dado com Arlete, a mãe do seu único filho acabado de nascer. Pouco depois, por pertencer aos quadros do Movimento de Unidade Democrática, Antunes perde o lugar de escriturário, no Grémio da Lavoura, e é detido em Caxias. De regresso a Évora, o diploma de um curso comercial e as experiências profissionais acumuladas mostram-se insuficientes para que faça frente à influência negativa que pesa sobre si. Obrigado a procurar um meio de sustento em Lisboa, acaba por permanecer contrariado na capital quase quatro décadas, circunstância emocional relevante para a sua obra. Composta por três romances, dois diários, alguns livros de poesia e vários de contos, crónicas e reportagens a colaboração permanente na imprensa nacional faz-se em inúmeros jornais e em algumas revistas e com a direção do semanário eborense *Notícias do Sul* (1976-1981) a literatura antunina tem como motivo maior o Alentejo, espaço de saudade e sonho. Depois de se reformar, perder o filho e a primeira esposa, a evolução da democracia em Portugal e o regresso à cidade de Évora, por que tanto anseia, constituem para Antunes da Silva motivo de decepção e tristeza, sentimentos com que fecha *Jornal I* e *Jornal II*, os diários que guardam os seus últimos escritos.

II. A Natureza recurso político e poético partilhado com outros neo-realistas foi explorada por Antunes da Silva, de forma consistente e apelativa, frutificando deste labor um universo literário único. Absorvido pela materialidade terrestre, o escritor começa por aproximar, baralhar e fundir os elementos da Natureza numa tentativa de reorganizar o Todo, reflexo do desejo pessoal de ajustar a sociedade humana. De *Gaimirra* (1945) a *Suão* (1960), o íntimo do autor esconde-se de modo altruísta. Na época, pessoas, plantas, bichos, elementos da geologia e da meteorologia trocam entre si acções e partes do corpo. Em

seguida, idêntico desejo de unir o díspar, mas direccionado para o “eu”, descobre-se, nas associações surreais de *Alentejo É Sangue*. Hesitantes, surgem, em 1966, e numa única prosa deste livro, estranhas sucessões verbais, que de novo se descobrem na poesia de *Rio Degebe* (1973), e se tornam, mais ou menos constantes, entre 1984 e 90, em *Jornal I* e *Jornal II*. Negando ser um escritor social a tempo inteiro, na terceira e última etapa do percurso espiritual, Antunes da Silva volta a escrever-se com o exterior, mas fá-lo unicamente com o mundo físico da Natureza. Concentrado na redacção da paisagem-mãe, lugar onde há muito ensaia perder-se, o guerreiro procura por fim recuperar-se, no apreço de cada ser. O reconhecimento de que a perfeição dos entes naturais, porque participa do divino, tem valor poético próprio; a religiosidade com que reveste o rio e o mar, o Sol e a Lua, ou o consolo do eterno retorno, atestam os degraus por que sobe a afirmação do panteísmo antunino. Nos anos 90, em *Jornal II* e na *Breve Antologia Poética* (1991), a espiritualidade panteísta confirma-se na viragem definitiva para o espaço celeste, latifúndio sem cercas senhoreado por aves e astros, mas também pela luz e pelo som, corpos intrigantes que se apoderam das cogitações do escritor sobre o mistério da Criação, da qual, mais do que nunca, recusa sentir-se excluído, ao antever a chegada da morte. Na sua procura de liberdade e harmonia, Antunes da Silva foi um homem que partiu da Terra e chegou ao Céu.

IN ILLO TEMPORE da representação simbólica do herói fundador de Évora

♦ *Rui Arimateia*

Évora é um organismo vivo, tem um querer, um sentir, uma vontade, muito próprios, construídos ao longo de milénios. Tem uma egrégora telúrica, de experiência feita e vivida, que resistiu identitariamente ao longo dos séculos e orientou os seus habitantes a adaptarem-se, a organizarem-se segundo padrões genésicos pré-definidos e independentes das pequenas vontades dos homens comuns. Évora é uma Cidade por excelência axial, vertical, tocando a cada um de nós na profundidade do espelho em que o nosso olhar mergulha. Évora tem vários centros e todos eles comunicando entre si, independentemente do espaço e do tempo, cujas formas serpentinadas e essenciais a transformam numa *mater* abarcante, soberana e, simultaneamente, protectora e destruidora. A destruição é apanágio da divindade tal como a criação, tal como a perfeição. E Évora pertence a um tempo e a um espaço fora das lógicas comezinhas dos seus figurantes mortais porque passageiros. Não tentemos compreender Évora dentro dos nossos intelectos estreitos e condicionados. Não tentemos dominar Évora porque para a dominar seria preciso compreendê-la, seria preciso destrinçar as diferentes linguagens ocultas que ela nos faz chegar: a dos pássaros e a do vento; a do touro na delimitação sagrada da terra ancestral e a das sereias na ondulação das árvores centenares; a dos anjos escrita no fogo cristalizado das pedras erguidas em saudação; a dos homens na elaboração da síntese possível das diferentes mensagens de libertação e a inscrita na pedra do cavaleiro templário... Évora tem coração e sentir, tem olho de vigília e de pensamento, tem útero protector com a possibilidade de criação, mas igualmente tem mão de ferro, de espada, para purificar e afastar a mente e o desejo profanos do

sanctum sanctorum que em si encerra e que paradoxalmente quer partilhar de forma generosa com aqueles que souberem e ousarem escutar a melodia do som sem som que desde remotas antiguidades sempre guiou e guiará o peregrino incansável, o buscador, o homem liberto das peias do destino, em busca da eternidade!

A fundação de Évora data de tempos imemoriais, ofuscados pela lenda... Cidade erigida nos tempos míticos dos heróis e dos deuses... Tempos em que a cidade era vista como Pátria... como a terra dos antepassados... As suas origens mergulham num passado longínquo e desconhecido, assumindo-se através dos tempos como um local de encontro e de encruzilhada de diferentes civilizações e culturas. A Catedral Medieval era simbolicamente o expoente máximo do poder espiritual e até mesmo temporal da época. Era o centro do mundo de onde irradiava uma energia que organizava as forças do Cosmos numa batalha incessante contra as forças do Caos. A Catedral era um factor de equilíbrio numa luta dita desigual. A fundação/construção de uma catedral seria por excelência um acto de re-fundação e de manutenção do Espírito do Lugar! Sendo que um mito de fundação é esperança de vida em devir e não uma experiência de morte. Uma das funções simbólicas mais importantes dos mitos de origem é o de proporcionar a antiguidade à cidade através do herói fundador da mesma. Muitas vezes coincidente com a própria origem da humanidade, após um dilúvio, uma catástrofe purificadora e criadora de um novo ciclo de vida... A natureza semidivina e lendária do herói fundador provém do facto deste poder ter sido gerado por um progenitor divino e outro humano, geralmente uma virgem. Assim convertido num mediador entre o céu e a terra, entre a cidade onde um nasce e o outro cria, ou entre a natureza e a cultura.

Em Évora esta mediação lendária ter-se-á produzido duplamente, primeiro através de Elbora, um hermafrodita, um mediador entre o homem e a mulher. Os filhos deste mediador, Évora e Évorinho, desdobram a ambivalência de seu (sua) progenitor(a) e personificam a dualidade humana em termos da diferenciação sexual. Não posso deixar de apontar um símbolo representativo da cidade, do qual desde já proponho uma re-leitura, mítica talvez, mas que considero essencial para se compreender a busca por uma universalidade de Évora cuja memória mais recente remontará ao tempo dos construtores das catedrais da Idade Média. O símbolo referido é a assim denominada “pedra de armas” da cidade de Évora, do período gótico do séc. XIV e que se encontra no Claustro superior da Catedral. Esta “pedra de armas” consiste numa representação iconográfica-escultórica em pedra branca, com a figura de um cavaleiro e com duas cabeças humanas, feminina e masculina, inscritas logo acima e enquadrando o cavaleiro que empunha uma espada de dois gumes. Várias interpretações e leituras têm sido adiantadas, embora nenhuma possua verdadeira fundamentação histórica, antes aparecem ao saber das ideologias inventadas pelos poderes dominantes de épocas passadas... Olhe-se então esta figura equestre enquanto a representação do homem em busca da Sabedoria-Sageza – sinónimo, em termos da iconografia simbólica, de cavalo branco – e contribuindo deste modo para a evolução espiritual e cultural do ser humano, representado

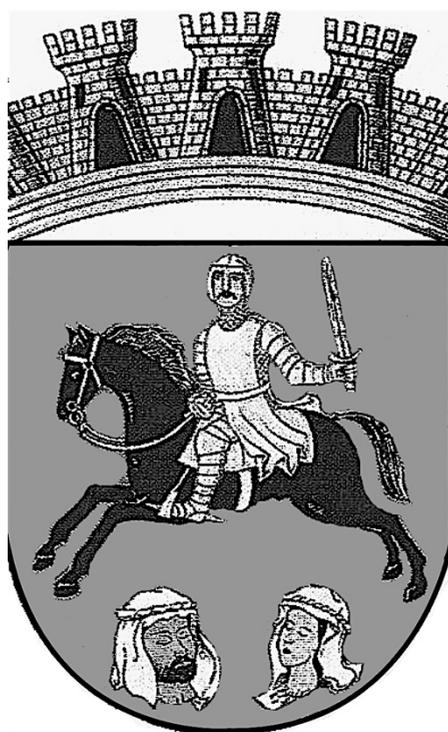
aqui pelos bustos, feminino e masculino. Este homem assumiu-se como guerreiro, uma vez que incontáveis perigos têm ameaçado desde sempre a Civilização e a Cultura enquanto sustentadoras do génio humano. A espada defende com secretos movimentos circulares um espaço sagrado de uma egrégora, cadinho onde fermentam a criação, a protecção e a cura solares.

Os mitos fazem parte integrante de um corpus geral de comentários sobre a natureza humana, um instrumento humano para que possamos compreender a nós próprios, compreender o mundo que nos rodeia e enfrentar o desconhecido. Sempre a dicotomia Cosmos / Caos ou a luta dos opostos para a edificação de uma realidade mais elevada! Os mitos mostram o quanto de construção simbólica contêm as cidades. Em Évora, até hoje tem sido importante preservar o Espírito do Lugar, é agora urgente cada vez mais vivê-lo equilibradamente. Évora marca indelevelmente todos quantos a ela se ligam, por nascimento ou por opção, por obrigação ou involuntariamente, como diriam os do V Império: nasce-se em Évora, por missão ou por castigo... [Évora, 19 de Junho de 2021]

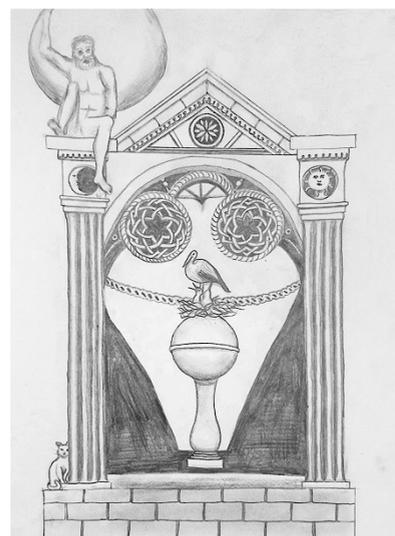
Nota do Editor: O actual brasão de Évora inspira-se em imagens da segunda metade do séc. XVI e deturpa em sentido chocantemente sanguinário e islamofóbico anteriores representações simbólicas, que remontam a inscrições pré-históricas e convergiram num baixo-relevo do séc. XIV cavaleiro de espada desembainhada e ladeado por duas cabeças, masculina e feminina, que é a mais antiga representação do brasão da cidade e está longe das imagens posteriores, concordes com a cultura dominante no Tribunal da Inquisição acabado de chegar a Portugal em 1536.



Brasão original da cidade de Évora
desenho de António Couvinha



Brasão de Armas da Cidade de Évora
(1989)



Brasão alternativo para a cidade de Évora
desenho de Mara Rosa
(2021)

LOUISE MICHEL

***LA COMMUNE*, 2015**

Corria o ano de 1898 quando Louise Michel publicou o livro *La Commune*, peça singular do ponto de vista documental, que faz ressurgir do túmulo a história não oficial da queda do Império de Napoleão III e a história de um apaixonado sonho colectivo marcado pela coragem, a traição, o sangue, o suor e a dor a que chamaram Comuna. Embora nascido em Paris, este foi um sonho sem fronteiras. Trata-se da 4.^a ed. do livro (éditions La Découverte, Paris, 2015, pp. 480) e é organizada e apresentada por Éric Fournier e Claude Rétat. *La Commune* reúne vasta documentação (fotografia e texto), abrangendo relatos de revolucionários – como o de Flourens a propósito da morte de Victor Noir, ou o de Hector France e Cipriani que testemunharam a morte de Flourens já durante a Comuna. Entre o acervo documentado no livro estão as cartas de soldados e de comandantes do exército de Napoleão III, destinadas a parentes e ao poder central por ocasião da declaração de guerra à Prússia pelo “homem de Dezembro”, pretextando o desprezo de Bismarck para com a “nação francesa”. São cartas que deixam transparecer o nível de desorganização e de deficiência dos franceses, fazendo adivinhar o fracasso da guerra contra a Prússia. A declaração de guerra contra o vizinho prussiano, revestida que foi de intenso patriotismo, era de enorme utilidade estratégica para acalmar o descontentamento popular – tão subido que fazia tremer o “pequeno Napoleão” com uma real ameaça de implantação da República. Distráído o povo com o patriotismo anti-prussiano, caso conseguisse a vitória contra Bismarck, ele deixaria de ser visto como o “indesejado” para se tornar no “aclamado”. Da colectânea reunida pela autora, evidenciamos os excertos de discursos políticos e de declarações públicas – tanto da parte de revolucionários de vários municípios (Lião, Marselha...), que aderiam à Comuna, como da parte de Thiers e dos seus –, documentos que revelam uma reacção disposta a tudo para esmagar qualquer oposição e manipular a opinião pública, em guerra aberta com a Comuna e com todos os que por ela clamavam por sentirem que Thiers criara uma República muito pouco republicana, mudando os nomes e mantendo “tudo na mesma”. Vendido o seu exército deparado e querendo a todo o custo pôr fim à Comuna, Thiers, que a 26-2-1871 assinara com Bismarck o armistício franco-prussiano e a 10 de Maio o tratado de Frankfurt que pôs fim à guerra entre as duas nações, pediu ao governo prussiano a libertação de 100.000 prisioneiros de guerra, prontamente levados a massacrar Paris, que resistiu até se esvair na *semana sangrenta* do fim de Maio. O livro é ainda enriquecido por alguns poemas completos de L. Michel e vários excertos de poemas seus abrem alguns capítulos; outros, não raros, são abertos com citações de Victor Hugo. Com palavras impregnadas de imagens fortes que materializam as sensações experimentadas por si e pelos seus (e pelas suas muitas) camaradas, Louise Michel descreve a história da Comuna de Paris, desde o contexto político, económico e social às suas ideias, passando pela sua implantação e culminando no terror que se abateu sobre este projecto de República Social. A altiva poetisa, que inspirou Victor Hugo no seu *Virgo Major*, recorda ainda os fuzilamentos em massa que

transformaram as ruas em desérticas ruínas cobertas de corpos inertes e banhados de sangue; relembra as deportações e a sua prisão; e invoca as inúmeras mulheres que se insurgiram na luta pelo direito à participação activa da mulher na vida social e urbana, tendo participado e gerado importantes iniciativas, manifestações e rebeliões e prestado auxílio na alimentação, vestuário, educação e defesa armada. Elas fizeram história nesta segunda revolução francesa. Da autora ficou o nome, em escolas, colégios, ruas e até numa estação de metro de Paris, mas a esmagadora maioria foi apagada do caminho, sem amnistia, sem rasto e sem rosto. Mulheres que sem pestanejar se ergueram por um sonho: “Comuna ou morte!” Decorridos 150 anos deste evento camuflado em todas as frentes, duas ideias saltam à vista. A primeira: este conjunto de pessoas diversas provou que as comunidades conseguem mais com menos – mais realizações pessoais e colectivas, mais cor e mais liberdade no exercício da criatividade (nas artes, na pesquisa, no aprendizado, na vida), quando não têm à perna os entraves de um Estado impositivo dos interesses de uma insignificante minoria, que atropela todos os outros. Conseguem mais, com menos intermediários por via da participação directa, isto é, sem lugares cativos nos cargos administrativos e por isso com muito menos espaço para corrupção e lutas pelo poder pessoal. Tudo isto com uma percentagem ínfima de recursos, quando comparada com os gastos que qualquer estrutura governamental acarreta; e quase sem desperdício, pois num projecto desta envergadura (realizado em condições extremas) não se coloca se “uma coisa é ou não possível” mas sim se “é útil ou não”. A segunda ideia, que surge como importante lição deste episódio é que a luta pela via da violência – mesmo pela finalidade mais digna – está intrinsecamente condenada ao insucesso. O caminho para a emancipação ou é por via do Amor ou não será. [MARA ROSA]

VITOR SILVA TAVARES

TEXTINHOS, INTRÓITOS & etc, 2017

Com algum ou mesmo muito atraso não queremos, não podemos deixar aqui de registar a saída deste livro merecido e maior, dalguém que é entre nós reconhecido como editor e até como jornalista, já que fundou e coordenou importantes suplementos e folhas culturais, mas que é também um genuíno ser verbal que nos deixou algumas prosas escritas que chegam para afirmar um escritor sem ecos nem becos e onde só e sempre o reconhecemos a ele. Com edição da chancela Pianola, pesquisa de Mariana Pinto dos Santos, Miguel Pereira, Rui Miguel Ribeiro e Luís Henriques, nota introdutória deste último e curiosa fotografia de Manuel Brito, este livro é uma magna antologia de dispersos de Vitor Silva Tavares, desde 1956 – tinha ele 19 anos e já a imprensa lhe dava abrigo, chamando a atenção para a sua facúndia – até ao ano final de 2015. Estão aqui os textos maiores que publicou na imprensa de Benguela, Angola, no *Jornal do Fundão* de António Palouro, no suplemento literário do *Diário de Lisboa*, no *Jornal de Letras e Artes (JLA)*, na folha por ele fundada & etc, e nas notas que foi escrevendo para os muitos livros dos seus editados na chancela do subterrâneo 3 – a & etc. De todo este magma sobressai em primeiro plano, a servir de pórtico ao restante edifício, e bem, a autobiografia que escreveu em

1995 e onde diz que veio ao mundo com cinco setes — foi sorte. Nasceu às 7 horas, no sétimo dia da semana, no dia 17 do sétimo mês de 1937. Homem de quina ou de coroa, ou não somassem quatro cinco os números do seu nascimento e não fossem cinco as estrelinhas da sua sorte, pintou porém o sete na frase e no verso, encontrando os mais vagabundos acasos verbais. Tirado à sorte, um deles aqui vai. A propósito do desinteresse que editores, jornais e televisões tinham e mantêm por um escritor do gabarito de Zola, saiu-se ele com esta (p. 453): “O silêncio editorial e merdiático (...lá me fugiu a caneta para a sanita...) que tem rodeado o autor de *Germinál...*”. Assim se vê o génio verbal daquele que a si mesmo se chamou o *Chandler da Madragoa*. [A.CÂNDIDO FRANCO]

JORDIMAÍZ

EL OTOÑO DE KROPOTKIN, 2018

Estamos en el “año Kropotkin”. El pensador anarquista y científico ruso Piotr Alekseievich Kropotkin murió el 8 de febrero de 1921 en Dmítrov, localidad rusa a 65 km al norte de Moscú. Diversos actos, encuentros y publicaciones habían sido previstos para honrar su memoria. Entre ellos, un encuentro internacional en Italia, un congreso de SAT (Asociación Anacional Mundial), que utiliza la lengua esperanto, en Moscú, una colección de poemas de poetas ibéricos en homenaje al impulsor del comunismo libertario... Pero estamos también, ¡ay!, en el segundo año de la pandemia del SARS-CoV-2, que ha imposibilitado todo esto y que sigue causando tanta muerte y tanto dolor. Algunos de esos proyectos, sin embargo, sí que están viendo la luz o a punto de hacerlo. En el ámbito de la FAI, la editorial madrileña Ediciones Antorcha tiene ya preparado para imprenta un libro que recoge todos los folletos escritos por el gran anarquista ruso. Además, en el número 17 de la excelente revista de estudios libertarios *Germinál* habrá un artículo sobre *Kropotkin y la Revolución rusa*, probablemente junto con un DVD con el entierro de “El gran hijo de Rusia”. Por su parte, la editorial libertaria mallorquina Calumnia, que ya en 2018 había publicado el opúsculo kropotkiniano *La ley y la autoridad*, ha lanzado otro librito del mismo autor sobre un tema complementario del anterior, *Las cárceles y su influencia moral sobre los presos*. Con gran alegría he recibido la noticia de que, en este marco, la editorial argentina Libros de Anarres está a punto de publicar la segunda edición, corregida y aumentada, de *El otoño de Kropotkin*, de Jordi Maíz. Un verdadero regalo para quienes admiramos las figuras del biografiado y del biógrafo. Maíz, además, es autor de un bello opúsculo sobre Kropotkin y la música, que en marzo de este año está previsto que vea la luz, primero, en Chile y, más tarde, en Brasil, traducido al portugués. Me referiré, pues, a la primera edición de *El otoño de Kropotkin. Entre guerras y revoluciones (1905-1921)*, de Jordi Maíz, con prólogo de Carlos Taibo e introducción de Frank Mintz, publicada en *crowdfunding* por LaMalatesta Editorial, Madrid, en 2018, y que consta de 197 páginas de texto más 38 de fotos de gran calidad e interés.

Jordi Maíz, nacido en 1977 en Andalucía, es poeta, además de doctor en Historia por la UNED, profesor en esta universidad y en un instituto mallorquín y alma de la editorial libertaria mallorquina Calumnia Edicions. Junto con Antorcha y LaMalatesta, Calumnia merece nuestro aplauso por la cantidad y calidad de obras clásicas y actuales del ámbito libertario que están poniendo al servicio de quienes nos interesamos por esta concepción del mundo. Como historiador pedagogo,

Maíz expone hechos históricos y biográficos con extraordinaria competencia, soltura y objetividad. Indicando fuentes y referencias. Presentando datos constatables para que las conclusiones sean no las suyas sino las de quienes lean su exposición. Aplicando, en definitiva, un concepto epistemológico de la Historia. Inmediatamente después de su emocionada dedicatoria, en la página 7, desaparece el poeta y entra en acción el historiador. Y este saca al barbudo luchador ruso del “santoral” anarquista y lo coloca frente a sus propias contradicciones, frente a aquellas que muchos de nosotros tendríamos, de encontrarnos en sus circunstancias. Baja la estatua del pedestal. La humaniza. Hace que nos sintamos como el personaje, que lo hagamos más nuestro.

El otoño de Kropotkin centra la atención en cuatro zonas de la vida del gran maestro anarquista. En la primera, que ocupa la cuarta parte del texto, Maíz nos sitúa en los antecedentes necesarios para la comprensión de la última parte de la vida del biografiado: nacimiento en Moscú, en 1842, en el seno de una familia aristocrática; marchas en Manchuria y Siberia como miembro del ejército ruso; expediciones científicas a Suecia y Finlandia; toma de contacto con la Federación del Jura y con los antiautoritarios de la Primera Internacional; primera detención por actividades anarquistas y exilio en Francia y Suiza; segunda detención y fuga a Londres en 1876. Sólo cuarenta años después, Kropotkin regresará a Rusia. En ese tiempo desarrolla una extraordinaria labor como gran teórico anarquista y referente intelectual y moral del exilio ruso a través de obras como *La conquista del pan*, *Campos, fábricas y talleres*, *El apoyo mutuo: un factor en la evolución* o *La Gran Revolución Francesa*, uno de los pocos libros anarquistas respetados incluso por los marxistas, siempre dispuestos a contraponer su “socialismo científico” con el ridículo “desviacionismo pequeñoburgués” que para ellos es el anarquismo. Maíz nos presenta la fracasada Revolución rusa de 1905, con el nacimiento de los primeros soviets y de la esperanza en el regreso gracias a un nuevo proceso revolucionario. La Primera Guerra Mundial (1914-1918) marca la segunda zona de atención del texto de Maíz de una manera especial por la división que la postura de Kropotkin creó en el seno del movimiento anarquista mundial apoyando, junto con, entre otros, Malato y Grave, al bando aliado, frente al posicionamiento mayoritario, contrario al conflicto, defendido por personalidades anarquistas como Emma Goldman, Aleksandr Berkman y Errico Malatesta. En este punto esencial, la objetividad del historiador es más que apreciable. Otros juzgan y dictaminan la cantidad de anarquismo que hay en quienes adoptan determinado tipo de posturas. Maíz no las juzga, sino que ofrece testimonios y fuentes, y nos deja sacar nuestras propias conclusiones. Como debe ser. En el imaginario anarquista, siempre se le había atribuido a Francia el germen revolucionario. Frente a ello, estaba para Kropotkin el peligroso imperialismo belicista de Alemania. Y eso, que en aquel momento escandalizó a no pocos oráculos ácratas, veinticinco años más tarde sería apoyado por ellos mismos en la Segunda Guerra Mundial frente a Hitler.

Hasta febrero de 1917, cuando encontramos a Kropotkin preparando su regreso a la Rusia revolucionaria, su participación en el movimiento anarquista “quedó reducida prácticamente a la invisibilidad”. En este regreso sitúa Maíz la tercera zona de atención de su texto. Momento fundamental. Aquellos oráculos ácratas rumorean ahora que el viejo luchador exiliado se acerca a los sectores menos revolucionarios y más conservadores del proceso de febrero, y que está dispuesto a aceptar cargos. Falso. Kerensky le ofrece la cartera de Educación y él la rechaza indignado

diciendo “¿No sabe que soy anarquista?”, según declara su hija, Alejandra. Néstor Maknó, sin embargo, siempre se mostró esperanzado ante el regreso de Kropotkin. Igual que las sesenta mil personas que lo aguardaban a su llegada a Petrogrado. Hubo rumores de que en Dmítrov el viejo anarquista vivía con su esposa y su hija en situación muy cómoda. Falso. Emma Goldman lo desmintió contando la situación lamentable y prácticamente de exilio en la que se encontraban. Kropotkin rechazó cualquier tipo de beneplácito o prebenda. El encuentro de Kropotkin con Lenin es descrito con todo lujo de detalles con palabras de Vladimir Bonch-Bruevich, secretario de Lenin y amigo de Kropotkin. Todo un acierto de Maíz. El viejo anarquista condena ante el líder de la Revolución los métodos dictatoriales empleados y defiende los principios federalistas. Lenin lo anima a escribirle cartas con críticas a la Revolución, lo que Kropotkin realiza en varias ocasiones sin ambages y con su fino sentido revolucionario. Por otra parte, le ofrece publicar sus obras, a lo que el viejo anarquista se niega en redondo. A las muchas personalidades que lo visitan (entre ellos, Ángel Pestaña, secretario general de la confederación anarcosindicalista española CNT) les expone sus críticas a los bolcheviques, que, según él, dan ejemplo de cómo no se debe hacer una revolución. Los oráculos se quejan de su silencio. Kropotkin es consciente de que situarse públicamente contra la Revolución es darle bazas a la contrarrevolución para manipular su figura. Plantea el fenómeno revolucionario como algo científico cuyo rumbo la acción individual es incapaz de cambiar.

La cuarta zona de atención del texto de Maíz es la muerte de Kropotkin el 8 de febrero de 1921 a la edad de 78 años y su entierro multitudinario. Lenin ofrece a la familia no sólo hacerse cargo del ceremonial, sino construirle un panteón. La familia rechaza el ofrecimiento. El cuerpo de Kropotkin es trasladado de Dmítrov a Moscú y llevado al Salón de las Columnas del Palacio del Trabajo, donde permanece tres días. La comisión funeraria exige a las autoridades bolcheviques la liberación de presos anarquistas. Al final, siete de ellos son liberados para participar en la ceremonia bajo promesa de volver a la cárcel. Para muchos, el entierro de Piotr Kropotkin fue la última gran movilización del anarquismo en Rusia, un funeral que, metafóricamente, certificaba su propia muerte. Los restos del gran científico del anarquismo y padre del comunismo libertario reposan en el cementerio moscovita de Novodévichi. Hasta allí me hubiera dirigido en este “año Kropotkin” para recitar ante su tumba mi poema de admiración a su persona y a su obra. Un poema cuyo final es: *Hoy, utopía; / mañana, hecho radiante: ¡la anarquía.* ¡Salud y poesía! ¡Salud y anarquía! [MIGUEL FERNÁNDEZ]

JACQUES ROUGERIE

EUGÈNE VARLIN aux origines du mouvement ouvrier, 2019

Operário ligado à indústria do livro era encadernador desde os 13 anos , Eugène Varlin (1839-1871) foi uma das figuras mais significativas da Comuna de Paris e um dos mais activos membros da secção francesa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em Londres em 1864 e à qual aderiu logo no ano seguinte, tendo estado presente pelo menos nos congressos de Genebra (1866) e Bale (1869), onde conheceu Bakunine e James Guillaume e votou favoravelmente as teses colectivistas não compareceu ao congresso de Lausana (1867) em virtude de estar preso por pertencer ao secretariado francês da AIT. Com Courbet, Vallès, Benoît Malon, Léo Frankel e outros, fez parte

do sector minoritário da Comuna, o Internacionalista, que esteve na origem das suas medidas mais avançadas e que em Maio votou contra o Comité de Salvação Pública, proposto por blanquistas (Raoul Rigault) e aprovado por jacobinos. Assinou nessa altura o manifesto da minoria, alertando para o perigo dum ditadura. Antes da Comuna, durante o cerco prussiano, foi membro da comissão central das freguesias de Paris e da comissão central da Guarda Nacional e comandante eleito dum dos seus batalhões. Candidato sem sucesso às eleições de 8-2-1871, acabou por ser eleito com larga maioria a 26-3-1871, sendo então delegado do município às finanças e mais tarde delegado à manutenção alimentar. Varlin fundara com Nathalie Lemel em 1866 uma cantina cooperativa, La Marmite, que tivera um importante papel durante a guerra, chegando a mais de 8 000 cooperantes em 1870. Participou nos combates da Semana Sangrenta, era já então intendente da Guarda Nacional, e parece ter estado nos últimos embates na barricada da Rue de la Fontaine-au-Roy, em Belleville, na manhã de 28 de Maio. Foi reconhecido nessa mesma tarde por um padre na Rue Lafayette. Sem protestar, apresentou os papéis de identidade, declarando-se membro da Comuna. Embora tivesse sido contra o fuzilamento de reféns e se tenha oposto com determinação ao fuzilamento dos últimos reféns em poder dos federados de Paris, entre eles o arcebispo da cidade, foi preso de imediato, maltratado e martirizado pelos soldados e pelos populares que os acompanhavam, acabando horas mais tarde fuzilado no outeiro de Montmartre, no exacto lugar onde os vencedores haviam de erigir a igreja do Sacré-coeur. Eis em traços largos a vida breve mas rica de Varlin, que Jacques Rougerie, estudioso que tem dedicado grande parte da sua investigação aos episódios do federalismo parisiense e às suas figuras, pretendeu biografar neste seu livro (Éditions du Détour, 256 pp.). Embora o método biográfico do autor, com recurso a longas citações de jornais da época e de trechos epistolares ou programáticos de Varlin e amigos seus, esteja longe de ser da nossa preferência, reconhecemos um valioso contributo neste trabalho biográfico, que se torna em simultâneo uma crónica das associações operárias parisienses no período que vai da fundação da secção francesa da AIT até ao final da guerra franco-prussiana. Fundador com Nathalie Lemel em 1869 da Federação Parisiense das Associações Operárias, que passa por ser o núcleo embrionário da Confédération Général du Travail (CGT), fundada em 1895, Varlin é uma daquelas figuras inclassificáveis segundo os padrões do século XX, que são ainda os da nossa geração, o que o torna figura insituada e excêntrica no nosso tempo. Para se perceber o que queremos dizer, basta avançar que votou sempre na AIT alinhado pelas teses de Bakunine, James Guillaume e César de Paepe, considerou-se um anti-autoritário e um defensor da autonomia das secções locais diante do Conselho Geral da AIT, batendo-se pelo princípio federalista nos vários planos organizativos (local, regional, nacional e internacional). Foi porém candidato às eleições de Fevereiro de 1871, como de resto foram outros membros anti-autoritários da AIT como Malon e Tolain, eleitos estes, e depois às do município de Paris de 26 de Março, onde foi eleito, ocupando então cargos de responsabilidade na república municipal. Esta compatibilização das posições federalistas e até certo ponto abstencionistas com candidaturas sufragadas. Proudhon já o

fizera e os mutualistas proudhianos continuavam a fazê-lo — não é pormenor irrelevante. Embora atípica nos dias de hoje, numa altura em que o movimento anarquista se mostra intransigentemente abstencionista, a posição de Varlin merece reflexão séria, que a situe nas condições do tempo, mas a cruze outrossim com os tópicos de Murray Bookchin. Figuras como Varlin fazem parte da proto-história do anarquismo — a certidão de nascimento deste movimento é o congresso de Saint-Imier de 15-9-1872 — ao mesmo tempo que se mostram fecundas para a sua actualização. Pela seriedade e pelo entusiasmo do coração, pelo idealismo, pelo heroísmo da morte e até pelo anti-autoritarismo pouco reconhecível nos dias de hoje, não queremos fechar esta nota sem dizer que Eugène Varlin nos lembra um certo Antero de Quental — esse que também opunha à *mauvaise fortune, bon coeur* e que esteve em Paris no Inverno de 1867 para trabalhar como operário do livro. O mesmo que em Junho de 1871, logo depois da proibição das Conferências do Casino, se encontrou em Lisboa com Anselmo Lorenzo, para criar a primeira secção portuguesa da AIT, para a qual escreveu o conhecido folheto de propaganda *O que é a Internacional?*, que fecha com a célebre fórmula abstencionista — isto não obstante Antero ser mais tarde, em 1875, no seguimento duma das resoluções do congresso de Haia (1872) da AIT, um dos fundadores do Partido Socialista Português: *O programa político das classes trabalhadoras, segundo o Socialismo, cifra-se em uma só palavra: abstenção. Deixemos que esse mundo velho se desorganize, apodreça, se esfacele, por si, pelo efeito do vírus interior que o mina. No dia da decomposição final, nós cá estaremos então, com a nossa energia e virtude conservadas puras e vivas longe dos focos de infecção desta sociedade condenada.* [A.C.F.]

DIOGO FREITAS DO AMARAL

D. AFONSO III, O Bolonhês (1212-1279), 2019

De seu título completo, *D. Afonso III, o Bolonhês (1212-1279) – Um Grande Homem de Estado*, assinalamos a reedição numa colecção de bolso, “bestseller” (Bertrand, 280 pp.), desta biografia do quinto rei português, cuja edição original data de 2015 e se segue a uma outra biografia do mesmo autor, esta do rei fundador, *D. Afonso Henriques – biografia* (2000) e que de acordo com ele na introdução deste livrinho teve 18 edições e vendeu nada menos do que “cerca de 80 mil exemplares”, o bastante para dar de comer ao autor se ele, fundador do CDS, professor catedrático, primeiro-ministro (interino), vice-primeiro ministro (duas vezes), ministro dos Negócios Estrangeiros (duas vezes), ministro da Defesa Nacional, ministro de Estado, conselheiro de Estado, deputado inúmeras vezes, presidente da assembleia geral das Nações Unidas e Grã-Cruz de inúmeras Ordens, além de descendente pelos “de Sousa” dos seus dois biografados, necessitasse para tanto dessa bagatela que são os direitos de 80 000 livros vendidos em 18 edições. O título do livrinho que ora nos ocupa diz ao que vem — a biografia de “um grande homem de Estado”. Reside aqui o primeiro grande equívoco deste trabalho, já que não se pode aceitar na fase intercalar ou intermédia da cultura ocidental, a Idade Média, uma ideia de Estado tal como a conhecemos hoje, depois do Renascimento e do parto do Estado-Nação. O Afonso III que surge neste livro, um homem moderno de Estado, com

instrumentos centralizados e centralizadores, tem assim algo de postiço, modelado que foi com os valores do seu intérprete de hoje, mas não com os do tempo em que se moveu e viveu e que são os únicos que podiam interessar para dar vida e verdade ao retrato. Fica assim sendo uma caricatura de si mesmo, um boneco mal articulado, fruto de interesses exteriores e ulteriores, sem verdade íntima e vital. Para biografia falta a este trabalho a construção desse retrato pleno, inserido no tempo, e falta ainda a compreensão do drama íntimo que coube a este homem, que não pode ter sido só como quer Freitas do Amaral um frio homem de Estado. A sua experiência mais humana e menos política, centrada por exemplo na sua condição de filho segundo e na relação com a sua primeira mulher, Matilde, teria sido muito mais interessante sob o ponto de vista biográfico do que apresentá-lo como um “moderno” capaz de antecipar as visões maquiavélicas da política pós-renascentista. A valorização que Freitas faz deste rei, toda centrada na sublimação e na exaltação da centralização do poder de Estado, daí o “grande Homem de Estado”, acabaram por ditar a curiosa dicotomia com que este livro se constrói. A palavra “anarquia” comparece pelo menos seis vezes nas suas páginas, chegando mesmo a titular um dos capítulos, o sétimo, “Portugal em completa anarquia”. Perguntar-se-á: anarquia, em Portugal, e ainda por cima completa?! Sim. Fica em causa o reinado do irmão do Bolonhês, Sancho II, visto como um rei fraco, sem Estado, sem autoridade, sem poder e até sem ambição. Não custa, porém, perceber que a figura de Sancho II é muito mais humana e simpática — foi um dos raros reis portugueses que parece ter preferido o Amor ao poder — e daria um retrato biográfico muito mais consistente e entusiasmante do que o seu irmão que o destronou e lhe sucedeu. Lastima-se que um homem que se pretendia culto, lido e tolerante, como era o caso do fundador do CDS, se mostre tão desatento no uso e no abuso da palavra *anarquia*, dando-a sempre como sinónimo de desordem e de crime. Aconteceu desconhecer ele a obra do geógrafo Eliseu Réclus e a sua conhecida afirmação de que “a anarquia é a mais alta expressão da ordem”, lesando assim voluntária ou involuntariamente todo um movimento de ideias e de práticas que teve e tem no seu seio homens de altíssimo valor moral — basta citar Kropotkine e Tolstoi — que serão sempre modelos de humanidade. Muito mais haveria a dizer sobre este livrinho, mas queremos tão-só pedir atenção para aquele que é o seu segundo grande equívoco — o uso da expressão “Reconquista cristã”. Muito ao gosto do autor do livro, que usa e abusa dela, a expressão, que tem largo passado atrás de si, passado aliás muito inquisitorial, em nada nos convence para explicar o que aconteceu na Península Ibérica no momento da formação dos vários reinos cristãos peninsulares a partir do século XI. Diz o autor do livro que um dos grandes feitos deste seu rei foi “expulsar os muçulmanos — para sempre — do domínio do território português” (p. 216). Ora sabemos que a comunidade muçulmana não foi expulsa do território português e passou apenas a obedecer administrativamente, mas não religiosamente, a um rei cristão, como antes a comunidade cristã, dita moçárabe, obedecia a um califa muçulmano. Este facto elementar para a compreensão da história da Península, e aquilo que nela houve de tolerância e de cru-

zamento, não de conquista e genocídio, ainda não entrou na historiografia portuguesa, que teve uma real promessa de abertura e de renovação com a historiografia liberal de um Herculano que depois, de Oliveira Martins até Marcelo Caetano, se gorou, dando lugar aos dislates que acima transcrevemos. E não faltavam ao autor do livro, até na história do seu Afonso III, momentos capazes de ilustrarem esta verdade basilar, um deles maximamente exemplar a relação que o rei teve com a filha do último alcaide mouro de Faro. Iniciada logo em 1249, no primeiro momento da chegada à cidade algarvia, essa mulher, Madragana, deu-lhe três filhos e tudo leva a crer que foi a grande e a mais duradoura paixão amorosa do rei, que não teve filhos do primeiro casamento e apenas, assim parece, os teve por obrigação pública no segundo. [A.C.F.]

DAVID GRAEBER

DETTE / 5000 ANS D'HISTOIRE, 2020

Esta é a mais recente edição (Babel, 2.^a ed., 672 pp.) do livro originalmente editado em inglês (*Debt, The First 5000 Years*, Melville House, 2011, Nova Iorque) com sucessivas reedições (2013, 2014, 2016 e 2020). A capa é ilustrada por um desenho de Oivind Hovland que caricatura o capitalismo. Concebido inicialmente como um livro de matriz académica no contexto da iminência da crise financeira de 2008, *Dette / 5000 ans d'histoire* materializou-se depois como um projecto de incentivo ao debate a respeito de temas fulcrais, tendo por base um vasto e diversificado leque de documentação intelectual, da economia à filosofia, da etnografia à história, da antropologia à religião a bibliografia do livro ocupa umas “modestas” 73 páginas. Ao fazer uma história da dívida o autor levanta problemáticas que põem em causa os seus actuais fundamentos, invariavelmente assentes em visões económicas apoiadas na teoria da troca imaginada por Adam Smith, sendo esta o mito fundador da economia enquanto realidade moderna. Esta teoria “colada com cuspo” foi crucial para a desumanização do modo de pensar as relações humanas ao reduzi-las a uma competitividade matemática de equações numéricas em que tudo é passível de ser quantificado, valorizado e desvalorizado ao sabor dos interesses da banca e do Estado. Para Smtih a troca é um modo de acção próprio aos seres humanos a lógica e o diálogo são formas de comércio que funcionam como mecanismos de obtenção de vantagens individuais e do máximo lucro possível. É a esta pulção que o pioneiro da economia enquanto disciplina atribui a origem da divisão do trabalho, “fonte de todas as realizações humanas e da civilização” (p. 35). Smith vê o mercado como um dom da divina providência cuja “mão invisível” conduz a humanidade ao bem-estar geral e à natural anulação das dívidas se aquele opera sem entraves (p. 56). Ao isolar das relações sociais e até da moral e da ética a economia, Smith ignora a “economia humana” que tem como valor central a dádiva e tem na dívida um *símbolo* da vontade de perpetuação das relações entre as pessoas tendo por base inúmeros exemplos de vivências em comunidades sem Estado, o autor deste livro observa que uma dívida só é saldada por inteiro nos casos em que se pretende cortar relações. Esta noção de “economia humana” é aqui retratada como uma economia *comunista* no sentido que Graeber atribui ao comunismo (partilha e entreaajuda), só possível quando

fundado no Amor, a unidade de medidas imensuráveis que nos pode de facto conduzir à equidade. A descontextualização da vida em comunidade dá-se pelas mãos da santa economia do Estado, do poder militar-religioso e do mercado: assim nasceu o escravo; assim a mulher nos primórdios do mercado surgiu como mártir do pagamento das dívidas de família ao credor; assim estamos nos dias que correm, alheados do nosso contexto natural de existência. Com a mesma violência se impôs o trabalho forçado e o consumo monopolizado que acarretou dívidas impagáveis de povos inteiros e eterna mão-de-obra duplamente escrava: dos credores e do consumo. Tudo graças ao recurso à violência. Quase não há registos etnográficos de povos sem Estado com mercado e as exceções são povoações que têm relações próximas com outros povos organizados em Estado. O mercado é uma força hierarquizante que quando apoiada no capitalismo impessoaliza a vida entre as pessoas e as torna dependentes da sua existência. Servindo-se das suas práticas, dos seus conhecimentos, das suas crenças e das suas lutas, acorrenta-as à ideia de que nada mais existe. Um exemplo de apropriação cultural capitalista é o apoio mútuo aplicado à execução de tarefas colectivas: a entreatajuda perde a função de apoio entre colegas que são estimulados a competir entre si e é direccionada para o desempenho de uma tarefa. A título de exemplo, um médico que ao fazer uma intervenção cirúrgica pede o bisturi ao assistente. Outra teoria, referida pelo absurdo, é a da “dívida primordial” que, apoiada nos textos Vedas, defende que o ser humano já nasce endividado: para com o cosmos, deus, família e sociedade. Uma dívida universal e arquetípica mediada e regulada pelo Estado (pp. 55, 80, 86, 312). A esse respeito, Graeber sublinha que só existe dívida quando o credor tem os meios numéricos de quantificar com precisão a obrigação moral do devedor e quando a soma é passível de ser liquidada. Por um lado, considerar que estamos em dívida para com as entidades acima assinaladas requer que nos vejamos como elementos exteriores de entidades que nos constituem, por outro pressupõe que essa é uma obrigação moral passiva de ser paga e que o Estado está no campo das divindades celestes, mediunicamente eleito para mediar tal feito. Por fim, o autor chama-nos a atenção para os chamados “parasitas da sociedade”: os que não trabalham e vivem à custa do sistema ou ainda os que nem têm casa e trabalho e vivem de esmolas. Estes últimos são pessoas que merecem reflexão por se recusarem a participar no teatro das dívidas de honra e fazerem questão em não pagar dívidas: porque não as aceitam como tal. Retornemos ao conceito de dívida como uma obrigação quantificável: o valor da moeda (física e/ou virtual conforme a época) é fictício e passível de subir e descer a bel-prazer dos banqueiros e do Estado. Ficção que ganhou ênfase depois que Nixon desassociou o dólar do valor do ouro. Quem decide quanto se deve a quem? Que fundamentos há para que se aceitem tais valores quando o Estado se torna o principal devedor? Apenas um: a força militar como factor de intimidação. Os soldados não só estão na origem do mercado como também garantem a sua continuidade. Graeber percebeu que a violência inerente ao estágio actual do capitalismo nos condicionou a ponto de bloquear o imaginário colectivo, de tal modo que não conseguimos vislumbrar qualquer alternativa

menos nefasta que o referido modelo económico, cujo final desastroso é inevitável por natureza. Ao percebê-lo considerou que uma obra que abrangesse a história da humanidade no seu todo poderia quebrar o muro mental colectivo ao revelar a diversidade de dispositivos inventados em torno da vida económica e política no passado, contribuindo para libertarmos o olhar face ao futuro. O apanhado de temas aqui esboçado não reflecte um décimo da riqueza desta vasta e complexa obra e nem seria possível fazê-lo numa simples recensão. Fica portanto a sugestão de uma reflexão mais aprofundada que lhe faça jus. Este livro é hoje um documento inigualável, que abre caminho a uma mais abrangente visão da história, convidando à desconstrução de verdades relativas e obsoletas e à libertação dum espaço que possa acolher a imaginação — tão cara à criação, tão urgente ao futuro. [M. R.]



David Graeber, desenho de Mara Rosa, 2021

ANDRÉ BRETON/PAUL ÉLUARD

CORRESPONDANCE 1919-1938, 2019

Com uma informada e criteriosa apresentação de Étienne Alain-Hubert, foi reunida em volume a troca epistolar entre André Breton e Paul Éluard (Gallimard, pp. 464), desde o seu conhecimento, em Março de 1919, até à ruptura final, em Outubro de 1938, quase 20 anos depois, altura em que Éluard opta por se aproximar do Partido Comunista Francês em detrimento do surrealismo e do seu posicionamento político — muito próximo na época da oposição de esquerda soviética e antes de mais de Trotsky então exilado no México e com o qual Breton se encontrou em Maio de 1938, resultando daí a criação da FIARI (Federação Internacional de Arte Revolucionária Independente) e a redacção a quatro mãos do manifesto desta, em que se garantia a liberdade, a autonomia e o pluralismo da esfera artística e se contrariavam as indicações do *realismo socialista* que vinham da URSS. Antes mesmo de falarmos do volume, dê-se uma palavra sobre o seu organizador. Alain-Hubert tem um trabalho consolidado sobre um dos autores em jogo, André Breton, já que foi um dos colaboradores de primeira hora de Marguerite Bonnet (1921-1993) na organização das *obras completas* deste escritor que saíram em quatro volumes (Gallimard: 1988; 1992; 1999; 2008). Com o falecimento em 1993 da autora de *André Breton. Naissance de l'aventure surréaliste* (1975), talvez o estudo mais sedutor sobre o autor de *Nadja*, Alain-Hubert assumiu a publicação dessas obras, acabando o quarto e último volume por ser quase da sua exclusiva responsabilidade. Organizou também em 2016 a correspondência de Breton para o bibliófilo e colecionador Jacques Doucet, um dos mais significativos volumes deste género que recentemente têm aparecido de Breton. Este deixou testamentado que o seu espólio epistolar só podia vir a público, por salvaguarda da privacidade dos envolvidos, 50 anos após a sua morte o que determinou que só em 2016, falecido que fora em 1966, o caudal da sua correspondência começou a vir a lume — e uma única excepção foi a sua correspondência com a filha Aube Breton, nascida em 1935 e publicada por iniciativa desta em 2010. Além do tomo com as cartas a Doucet, foram assim dadas a público as cartas de Breton a Simone Khan, sua primeira esposa, ainda em 2016, as cartas trocadas com Tristan Tzara e Francis Picabia, estas em 2017, e com Benjamim Péret, também em 2017. No quadro da publicação das obras de Aragon, foram ainda dadas a lume em 2011 as cartas que escreveu a Breton e que este conservou no seu espólio — as deste foram possivelmente destruídas pelo destinatário. O epistolário Breton/Éluard, surgido em Novembro de 2019, é porventura o mais importante de todos os revelados até agora — talvez com a excepção do de Breton/Péret, cobrindo quatro décadas (1920-1959) e a todos os títulos excepcional, dada ligação próxima dos dois até ao final da vida. Péret parece ser o único amigo de juventude que Breton conservou sem interrupções até ao final da vida, já que todos os outros se afastaram

Desnos em 1929, Aragon em 1931, Tzara em 1936 e Éluard em 1938, e outros houve. Mas se a ligação de Breton e Péret foi excepcional pela duração, sobretudo no período que se seguiu à II Grande Guerra, a ligação com Éluard, nos 20 anos que durou, foi porventura a mais intensa das conhecidas, aquela em que Breton mais colocou de si e a única que seriamente lamentou ter acabado,

a ponto de a tentar retomar em 1945, com uma carta enviada de Nova Iorque, aqui dada a conhecer, e que ficou sem resposta. Éluard foi ainda o único, ao menos neste período, com quem escreveu um livro a quatro mãos, *Immaculée Conception* (1930). De resto, a ruptura dos dois fez-se a bem dizer em silêncio. Os sinais do fim no epistolário são quase imperceptíveis – apenas a surpresa magoada de Breton, no México, na Primavera/Verão de 1938, por saber que o amigo colaborara com um poema na revista *Commune*, dirigida por Aragon e órgão duma associação de escritores tutelada pelo PCF (p. 425) que acabara de fazer chegar ao México as mais infames acusações contra si para sabotar a sua acção. Depois disso só reticências e silêncio, que Breton tentou ultrapassar com a carta de 1945, a que ainda se seguiu uma *carta aberta* a Éluard em 1950, esta não publicada no volume, pedindo a sua intervenção a favor dum surrealista Checo, Závís Kalandra, condenado à morte por desvio trotskista e a que Éluard voltou a não responder, indiferente ao destino do seu antigo amigo que o recebera em Praga em 1936 e que foi enforcado em 27-6-1950 – mais tarde, em 1990, foi reabilitado e homenageado por Vaclav Havel, que o considerou vítima dum processo iníquo e desumano. Além de dar a conhecer a intensa mas não inabalável amizade que uniu dois homens, esta correspondência informa-nos sobre alguns dos acontecimentos marcantes que tiveram lugar neste período, antes de mais a exposição de Londres de 1936, o primeiro grande evento surrealista internacional – e em que Éluard teve um papel central de coordenação. O mesmo se diga para a revista *Minotaure* (1933-1939), que foi o último projecto surrealista em que o poeta participou. Mas a obsessão política do grupo surrealista, a ânsia de encontrar uma organização revolucionária que lhe desse guarida e voz, as sucessivas decepções e dificuldades que vai encontrando, parece ser o tema mais impressionante deste epistolário, sobretudo a partir do final da segunda metade da década de 20. Esse tópico confirma-nos que o surrealismo emancipado do pós-guerra, aquele que se seguiu à exposição de Paris de 1947, sem ilusões de subordinação política, marca um ponto forte de avanço sobre este período dominado pela cortina de nevoeiro da política partidária. [A.C.F.]

KENNETH REXROTH

LE COMMUNALISME, 2019

Com o subtítulo *Les communautés affinitaires et dissidentes des origines jusqu'au XX^e siècle* [as comunidades afinitárias e dissidentes desde as origens até ao séc. XX], foi recentemente dado em francês (L'Insomniaque, 2019, 320 pp.) este livro de Rexroth, publicado originalmente em inglês, *Communalism: from its origins to the twentieth century* (1974), onde se faz uma súpula ainda hoje actual do que se sabia sobre cristianismo primitivo, seitas heréticas da Idade Média, movimentos milenaristas do Renascimento e utopistas comunitários dos dois últimos séculos, marcados por ideais sociais. Usando uma palavra pouco usual, *comunalismo*, aqui no sentido de vida comunitária e comunitarismo, nanja de municipalismo, o título ajuda a perceber a lógica do livro, que o subtítulo da tradução francesa se presta também a esclarecer. Trata-se de cartografar uma tendência comunitarista dentro da cultura do Ocidente, primeiro nas franjas

da cultura religiosa, judaico-cristã, depois nas margens da cultura laica utópica do século XIX, num espaço que vai da Europa à América do Norte, com referências à do Sul — redutos jesuítas do Paraguai. As raízes de todo este movimento estão na aldeia neolítica, numa altura em que todo o grupo social participava como igual neste comunitarismo. Hierarquizando funções e grupos dentro da comunidade, a Cidade-Estado acabou por criar a fuga daqueles que procuravam uma realidade distinta da que lhe era oferecida, nostálgica do comunitarismo perdido e associada a desvios religiosos, primeiro dentro do judaísmo, os essénios, e depois do cristianismo, os beguinos, os Irmãos do Livre Espírito, os hussitas, os huteritas, os diggers e as várias ramadas anabaptistas, algumas eminentes nos Estados Unidos, onde ainda hoje estão, como os Amish e os Quakers. Sobra ainda um conjunto nada despreciando de experiências comunitárias, sobretudo no séc. XIX e no espaço estadunidense, criadas sob o influxo do cooperativismo de Robert Owen e do comunitarismo ou mesmo do comunismo de Fourier e de Cabet, com especial destaque para a Icária deste, que durou quase meio século, e para a New Harmony do primeiro, que acabou por inspirar uma das figuras mais eminentes da tradição libertária americana, Josiah Warren. Experiências nem sempre efémeras, menos ainda falhadas, estas comunidades, que se sucederam ao longo dos séculos do lado de fora da sociedade instituída, por vezes até em oposição feroz a ela, como sucedeu à cidade de Münster, mostram a persistência duma tradição dissidente no Ocidente, que parece ter hoje, no quadro duma sociedade onde o controle digital é cada vez mais apertado, um futuro crucial diante si. Este trabalho de Rexroth ganha em ser lido em cruzamento com o clássico de Norman Cohn, *The pursuit of the millenium: revolutionary and mystical anarchists of the Middle Ages* (1957; 1961; 1970; 1992) e até com a síntese de Raoul Vaneigem *Les hérésies* (1994). [A.C.F.]

MANUEL DE ALMEIDA E SOUSA

TACTO, ACTO OU THEATRO, 2019

Edição crocodarium/bicicleta, dois projectos editoriais da associação Mandrágora, activa desde 1979, este livro, que conta com uma nota inicial de Rafael Dionísio e uma outra final de Martim d'Alba, merece ser saudado na linha de Artaud como uma soberana reflexão sobre o teatro — não o teatro do público, o teatro da cenografia e dos actores, em suma o teatro do espectáculo, mas o teatro real, o grande teatro da vida no que esta tem de sensível e de sublime. Daí o *tacto*, o mais imediato dos sentidos. E daí a origem do *acto* que por sua vez é sinónimo de *theatro*. Deste ponto de vista só a realidade existe. O teatro está aí, sim, mas para ser vivido e não para ser representado como espectáculo. Por este motivo nos surge o *theatro* em lugar do *teatro*, ficando este para o que é representado e o outro para o que é vivido. Organizados segundo a orgânica e a dinâmica do alfabeto de à a z entram *k*, *w* e *γ* — estes 26 textos, muito próximos da escrita automática, propõem uma palavra que recupere os poderes perdidos e originais da palavra livre, intocada e a bem dizer incriada, a palavra poética e theatral, hoje secreta, a palavra pura e não subordinada aos imperativos duma socialização hierárquica e aos ditames duma comunicação tecnolozada e reduzida a elementos básicos que estão a transformar a palavra num

mero sinal de código da estrada. A corrupção da linguagem verbal, que a reduz a uma miniatura do que outrora foi, parece ser um dos grandes momentos da escravização do espírito humano, já que a linguagem foi até há bem pouco tempo um dos últimos territórios de liberdade, invenção e criatividade. [A.C.F.]

MARIA ESTELA GUEDES

***CLÍTÓRIS CLÍTÓRIS*, 2019**

Clitóris Clitóris (ed. Urutau, 2019, 66 pp.) é um provocador aglomerado de poemas críticos da misoginia e do machismo que se alarga à denúncia de outros preconceitos enraizados nas barbas do patriarcado, tendo como tema central a mutilação genital feminina. Prática presente em sociedades fortemente patriarcais e que julgamos fora do mundo ocidental mas que é, também, uma realidade presente nas sociedades ditas democráticas, embora ilegalizada e camuflada. Esta prática é executada por mulheres que com ela pretendem proteger a criança da exclusão social. As consequências são nefastas quando não ocasionam a morte. Na sua poesia, Estela Guedes vê no clitóris o falo do corpo feminino, descartando a (in) conveniente ideia de que não há masculinidade na mulher ou feminilidade no homem. Claro está que um homem não “dá à luz” e é essa a chave do surgimento de tão diversas formas de agressão à mulher com fins claros de submissão ao longo da história da civilização. A submissão da mulher é, contudo, um cristal complexo com vários ângulos e graus e que requer por isso uma atenção mais aprofundada – jogos de letras, jogos de palavras intercalados por recursos à erudição, palavras soltas e silêncios que tecem as vagas e os ritmos incertos das ondas e dos versos. É um livro quente, sem “papas na língua”, de intermitente clareza. A imagem que ilustra a capa é simbólica: uma pintura convertida a vermelho e negro, de uma mulher que se mostra nua, de olhar para dentro e protegendo com a mão o sexo como quem diz «é meu». Esta colectânea poética é um grito que clama pelo direito de ser-se por inteiro, sem amputações culturais ou exclusões sociais, independentemente do género ou idade, do credo ou sistema político-moral, dentro ou fora do país de origem. Citações como as de Herberto Helder, de Drummond de Andrade e de Maria Teresa Horta ilustram o livro como desenhos ou retratos. Subjacentes a esta obra estão o feminino, a dor, o desejo e o direito a este. Composto numa dualidade entre racionalidade e despojo, depreende-se deste livro que o desejo é tão capital quanto a procriação. Surge um grito no silêncio: «Castrai antes as leis da falsa honra social que mais desonram que um bacanal. Autonomia *clitórica forever!*» [M. R.]

MARIA ESTELA GUEDES

***ESTA NOITE DORMIMOS EM TÂNGER*, 2020**

Resultado de três viagens ao oeste do norte de África, Marrocos, a primeira em Novembro de 2018 e as outras em Maio e Dezembro de 2019, este livro, *Esta noite dormimos em Tânger* (Urutau, São Paulo, Brasil, 86 pp.), reúne um conjunto de 38 poemas escritos durante as viagens e ainda sete fotografias a preto e branco de alguns dos locais referidos nos poemas – cinco de Tânger (Medina;

Rua de Portugal; Castelo; Cemitério Judeu; Grutas de Hércules) e duas de Alcácer-Quibir (Estação de Comboios; Praça do Mercado). Poesia de viagem, poesia do espaço, estes poemas elegem um território, o do Rife, que tem por eixo a cidade de Tânger, a que são dedicados a maior parte dos textos e das fotografias, mas que se estende a locais vizinhos como Ceuta, Alcácer-Ceguer, Tetuão, Arzila, Alcácer-Quibir, Xexuão, Souk el Arbaa e outros. Embora o exotismo compareça, ou de forma ostensiva como no contrastivo Ramadão ou mais subtil nos registos do dia a dia, o que melhor define estes poemas é o reencontro ou o reconhecimento dum espaço, que sendo absolutamente outro e exterior, e assim o exotismo, é também maximamente familiar. Daí o fundo histórico sempre presente nos poemas, com referências directas a personagens conhecidas da história portuguesa, como os filhos de João I, Henrique e Fernando, este o Infante Santo que neste território se ficou, e D. Sebastião, que também nele se perdeu. Esta última figura é mesmo o motivo mais recorrente dos poemas, e talvez aquele que lhes dá uma unidade, quer pelo que a figura tem de espessura e surpresa histórica — órfão de pai antes de nascer e rei aos três anos — quer pelo que ganhou de simbólico logo após se perder aos 24 anos na segura dos montados de Alcácer-Quibir. É pois sobretudo como fantasia e como fantasma que o Encoberto aflora nestes versos, para acompanhar os itinerários interiores de quem deambula pelo seu espaço final. Surge como aparição, mas também como interrogação fatal do destino e das suas metamorfoses. Bastava ao jovem rei ter escolhido o lugar que escolheu para se perder, para advir uma figura muito mais interessante do ponto de vista biográfico, simbólico e até histórico do que todas as outras que então viviam na corte portuguesa, desde os avós paternos, responsáveis pela chegada do tribunal inquisitorial ao reino, ao tio-avô, cardeal-rei, primeiro grande responsável pela estruturação desse mesmo tribunal. Mas não são só as aparições fantasmáticas de Sebastião ou do Infante Santo que fazem deste espaço um território reconhecível. É o próprio quotidiano, a própria paisagem, que o tornam tão familiar a quem escreve que ao fantasiar a sua infância no poema “Tia Maria” (pp. 41-42) a territorializa neste mesmo espaço. Anotações do espaço visitado, poesia de viagem à procura do lado de fora, logo poesia deslumbrada, estes poemas tornam-se também registos duma deambulação por dentro que faz coincidir e não sem comoção o passado com o exterior. [A.C.F.]

A.V.

PÃO E DIGNIDADE, 2020

Recebemos os n^{os} 5 (Fevereiro-Junho) e 6 (Novembro de 2020) da pequena revista *Pão e Dignidade*. Pequena, em formato impresso, mas bem rica de conteúdo e forte na personalidade com que marca a sua presença no espectro dos periódicos libertários. Na primeira daquelas edições, de 48 pp., dá-se um largo espaço ao anarquista alentejano Gonçalves Correia (1886-1967), um individualista e naturista, activo e radical nas suas convicções, como poucos o são, aqui com uma ênfase particular na temática do amor livre. Também se faz referência a Jean-Louis Phan-Van, um amigo francês que chegou a viver entre nós e desde sempre foi activo no campo do sindicalismo libertário. E dá-se ainda a

palavra a um leitor que disserta sobre a proximidade entre anarquia e maçonaria. No número mais recente de *Pão e Dignidade* (de igual tamanho) surgem dois temas dominantes: a crítica dos espectáculos tauromáquicos, e também da caça; e um trabalho de Marianne Enckell (a grande animadora do CIRA, Centre International de Recherches sur l'Anarchisme) sobre uma série de mulheres anarquistas notáveis, em diversos países, no último século e meio, sempre especialmente atentas à necessidade de emancipação social da mulher. O título escolhido para esta publicação foi de grande felicidade. Nos curtos textos da responsabilidade da redacção, é curioso o estilo literário que predomina, onde se combina a referência bibliográfica ou histórica rigorosa com alguma linguagem mais afectiva ou emocional. De resto, ao texto de apresentação, regularmente repetido, intitulam-no “ASSIM PENSAMOS E SENTIMOS”. E concluem-no desta maneira curiosa: “É o nosso ideal da Acracia que o exige e lhe dá graça.” Saúde e boa continuação para *Pão e Dignidade*! [JOÃO FREIRE]

[A publicação pode ser encontrada nas seguintes livrarias: *Uni-Verso*, Rua do Concelho, 13, 2900-331 Setúbal; *Escriba*, Rua da Cooperativa Piedense, 100F, 2805-125 Cova da Piedade; *Fonsecas*, Rua Maria Andrade, 64-B, 1170-218 Lisboa; *Barata*, Avenida de Roma, 11-A, 1049-047 Lisboa; *Tigre de Papel*, Rua de Arroios, 24, 1150-053 Lisboa.]

MANUEL ALMEIDA DOS SANTOS

A ABOLIÇÃO DAS PRISÕES, 2020

Manuel Almeida dos Santos, engenheiro e industrial fixado em Vila Nova de Gaia, foi um dos grandes activistas dos primeiros tempos da secção portuguesa da Amnistia Internacional, há quarenta anos atrás. Já então se interessava pela situação dos detidos e condenados nas cadeias deste e de qualquer outro país. Hoje, é presidente da Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos (da Sociedade de São Vicente de Paulo), uma organização católica que já obteve o Prémio Direitos Humanos atribuído pela Assembleia de República. E publicou em finais de 2020 um *e-book* intitulado *A Abolição das Prisões: Contributos para Acabar com uma Crueldade*. O livro reúne artigos e estudos provenientes de diversas fontes publicados nos últimos quinze anos, o primeiro dos quais (da autoria do próprio Almeida dos Santos) começa assim: “Há 20 anos, Emídio Santana, vulto destacado do pensamento português do século XX e um dos que mais pugnou, além do mais, pelo respeito pela dignidade humana, deixou-nos um testemunho onde descreve a crueldade, a ineficácia e a desumanidade do aparelho de justiça em geral e do sistema prisional em particular [...]”, reportando-se ao seu livro *Onde o homem acaba e a maldição começa*. Encontramos nesta nova publicação textos de militantes da referida Obra Vicentina, de reclusos em cadeias portuguesas, alguns poemas, artigos em periódicos do organizador e editor desta recolha, citações do *Novo Testamento* e de hierarcas religiosos, exposições feitas às autoridades políticas nacionais, uma longa análise da realidade prisional pelo sociólogo António Pedro Dorés, uma posição emanada de membro da Pastoral Carcerária do Brasil, ou o registo de uma audição sobre este tema na Assembleia da República. Insere ainda um texto original de João Freire intitulado “Memórias de Prisão” (p. 143-167) onde se relembram alguns casos sofridos por anarquistas, mais ou menos famosos, antigos e mais recentes. E M. Almeida dos Santos conclui a sua introdução ao livro sintetizando

assim “É tempo de começarmos a trilhar o caminho visando a abolição das prisões”. [J.F.]

BRUNO LEFEBRE

***JE SUIS UN PAUVRE TYPE*, 2020**

‘*Romance dada*’ aparece também inscrito, como um subtítulo, na capa deste livro de Bruno Lefebvre (uma obra da St. Honoré éditions, de Paris, 2020, 156 p.). No verso da cobertura podemos também saber que o *pauvre type* “estagiou” aferrolhado numa prisão acusado da morte de uma professora primária e que, graças à sua *Conseillère en Orientation Psychologique*, lhe foi confiada uma alta missão de estudo sobre o estado das nossas Universidades, que ele cumpriu com zelo, e depois outra, *chez les Zadous*, mas aí a subida dos mares veio surpreender tudo e todos. Contudo, parece que a história não vai acabar aqui. Eis o tema ficcionado por Bruno Lefebvre, francês das Saboias que experimentou trabalhar na Baviera e foi em jovem poeta e guitarrista, depois antropólogo das técnicas, do emprego, das indústrias e do ambiente na Europa, professor universitário à Nantes e investigador do CNRS. Chegada a hora da “retirada”, voltou aos seus primeiros amores, do jazz e da literatura. Reside agora em Setúbal e toca habitualmente nos bares nocturnos da nossa cidade marítima e operária “que carrega nos erres”. [J.F.]

DULCE PASCOAL

***AMORAS*, 2020**

O pensador diz o Ser, o poeta nomeia o sagrado Martin Heidegger

Tenho, na minha banca de trabalho, o opúsculo *Amoras* (supl. *A Ideia*, 2020, 24 pp.), de Dulce Pascoal. Este livro não existe, porém, super-existe, ele insiste e ele resiste no Teatro do Ser. Logo, logo na lauda prima, a Autora se apresenta como «nua e sem pátria». A apatridade, nesta Poesia, vai contra o patrão, a apatridade, por isso, é forma de Anarquia. E por isso nós diremos: à guisa, «verbi gratia», da Louise Michel, a Palavra é ponderosa, a Palavra aqui existe em estado selvagem. Um pouco mais longe e averbaria que isto é lance, que *Amoras* participa no pensamento mítico. Quero eu dizer: contra a Musa como oblata, contra a Arte que existe em estado de graça, «os usurários do mundo», eles são, deveras, «os senhores do imundo». São eles que transmudam o Verbo na verba, a Liberdade em golilha, e a pessoa, dessarte, no anonimato. Ou nos vocábulos, aqui, da Autora e promotora: «É a ti, madame, que trocas / pessoas por cash, / não te invejo, antes te deploro / por esforçada ufanía, / e por não teres inteligência q. b. / para milionária não seres.» Parafraseando, por isso, António Telmo, aduziríamos, então: em *Amoras*, agora, a serpente mercurial; nos canibais, ou no chacal, o cifrão comercial. Em lhaneza de chão plano: do lado do capital, a comunicação pragmática e utilitarista; do lado da Dulce, afinal, a Palavra, sideral, em gnósico estado. Do lado, cousificante, da tecnocracia, o sujeito manipula e serve-se do objecto; mas no verso, lilial, das Ciências humanas, há simbiose, empatia ou simpatia, entre o sujeito e o objecto do conhecimento. O conhecimento poético, desta sorte, é verdadeiramente «co-naissance», é o nascer, em conjunto, para a estese e Vida Nova. E mais, e mais, do que a mera

comunicação, nas *Amoras* nós temos a Poesia ou comunhão. Ou na linha de Carl Rogers: o «rapport» e ligação, uma enfática, empática, compreensão. O trovar e transmutar, a *transfêrencia*, afinal, na escola de Freud. E p'ra melhor compreendermos a linguagem da Autora, ouçamo-la no poema «Poeta Menor»: «Eu não quero criar. / Quero servir-me, quero apropriar-me / daquilo que me dão, de borla. / Quero viver melhor, usando / essas palavras, as dos poetas. / Quero plagiar, desviar, recombina, / amassar as velhas palavras / com a minha farinha nova, / com este tempo e esta gente.» E são, na egrégora, «os campos magnéticos». É a lis e a liga, a liança da língua. E são, como em Goethe, «afinidades electivas». Entendamos, então, a Autora: muito longe do egoísmo, bigotismo, ou egocentrismo, a Dulce não é Narciso, ela quer contribuir, com mais uma pedrinha, para a erecção da catedral do livre-pensamento. Mudar a vida, como em Rimbaud, o mundo transmutar, na linha de Marx e eis o escopo, e a escola, da Dulce Pascoal. E aqui eis o verde Verão. Eis aqui, na voz da Dulce, “O Movimento das Ideias”, pensamento é movimento para a nossa Poetisa. Que francamente, aladamente, nos demanda: «E se os poetas de quem gosto / me deixam repeti-los, / quem desgostarei? / Quero ser a plagiadora-mor. / Quero ser o eco / dos versos que me encantaram. / Quero ser Mímésis.» Aprender, por isso, esta Poesia, é qual o simular, assimilar, é ser, facundo, o similar. É, por isso, a «participação mística» da qual fala, na linha de Levy-Bruhl, o Carl Gustav Jung. A ficção, de facto, é fingimento. O cultuar é cultivar. E imitar, por isso mesmo, é dinamizar, é pedra de toque nas Ciências Humanas. Que me releve, aqui, o ledor: dinamizar ou imanizar??? Eu diria que é o mesmo que «dinamitar». Cultuando, somente, o engenho e o Génio, eis o escol, o fanal, da Dulce Pascoal: «... espertos expertos / das ciências e das artes / (das Artes, meu Deus! / Das Artes e das Ciências! / Repito o Pessoa / que anda agora / a ser vendido / a retalho / para a gente / bem-pensante / o ter na estante, / e assim *contante* / fazer figura / para a restante...)» É que o Pessoa, como todos os Génios, ele prefere, e ele requer, uma grande paixão. O prosaico, e o «marchand», ele vive da Literatura, mas o dólido, e a Dulce, ela vive para a Letradura. Não basta, aqui, o gostar de Poesia, é mister, em vez disso, o devotar-se, sacrificar-se, pela mesma Poesia e aqui no alto alteamos, aqui nós falamos da Dulce Pascoal. Seguindo e segundo Thomas de Quincey: se a Literatura de conhecimento pretende apenas ensinar, a Literatura de poder quer transmutar, o mover, e portanto comover. É que o «pathos», dessarte, é sim-pático, passional, e dimana, a empatia, do Logos patético e eis o «topos», o tropo, da lucubração. Nos socorremos, aqui, do arguto Schopenhauer: Poeta que viva, economicamente, da sua Poesia, é qual a venusta que viva, venal, dos seus encantos e prazeres e por isso, no dote, o donaire e o dom, e por isso nós falámos do estado de graça. Que o tónico e típico do Poeta, e da Musa, é o estado e a estância da maternidade. Os Poetas são portanto possuídos por a vis, os Artistas são médiuns do Verbo literal. E por isso o Carlos Seixas. E por isso eles amam o «Rebis» e pluma, a flama litoral. Se a Dulce, por isso, é exúbere, é que ela, na purga, é ex-cêntrica, ela está, no êxtase, fora de si. Compreendamos, entanto, a escada de Jacob: o sonho, aqui, é oração, visitação, separação temporária entre a Alma e o corpo. E nessa separação, a Alma contempla o mundo

das Ideias, os Arquétipos, arcaicos, e tipos arcanos. Ou melhor: a Alma delectreia, a Alma vislumbra, quicá, a viração e «Mathesis» do Grande Arquitecto. O homem, por isso, é homem simbólico, o homem, na mente, ele sabe mentir. E quanto, aqui, e quanto ao diferendo entre o signo e o símbolo??? Ouçamos, com donaire, a Dulce Pascoal: «Soava a exagero orwelliano / que do falso a verdade era um momento; / assim ia o vate pelo cano, / Ninguém via silêncio neste tempo. // Mas de astúcia feroz o publicano, / em hábil, teológico fragmento, / enreda, untuoso, cada hermano, / e coarta, atento, o movimento.» Quer ela, no indício, indicar: o promover e comover, «O Movimento das Ideias» de que falámos atrás. E sendo, os publicanos, aqueles que ela apoda de «patológicos normais». O burguês e filisteu, o Sancho Pança, afinal, e o Velho do Restelo. Quem asserta, assim disserta, ela nunca será uma «Poeta Menor». Será, em vez disso, a lilial iconoclasta, mas aquela que se inclina perante o estro e o Génio. Não há, por isso mesmo, inovação sem transmissão, não há Revolução sem perene tradição. E não é, no labor, e não é que labuta o nosso batel? E não é que «A Batalha» é preste centenária??? E, no ardor, seara nova. E a Psicanálise, alfim, o sonho do século. Ouçamos, por isso, ouçamos como a Dulce aqui-lata a sua Musa: «Eu, amálgama do que sobrou / do instinto amordaçado / por vontade de outrem; / eu, amálgama de palavras / e símbolos forjados / ao acaso de bibliotecas / e de doutrinas / transmutadas / em pensamentos / políticos, filosóficos / e de outra ordem», e sublinhamos, alçando: «ao acaso de bibliotecas». Que os livros, por isso, são libertos. Que as bibliotecas são um pouco «Amoras» e jardins. Que a Natura é nutrice e é nitente o natal. E no conselho das nações, as nações serão julgadas por os livros que publicam. E no fim, no fim de tudo, palavras, palavras, e palavras, tão-somente. Com elas ficamos e na Flora fincamos. Num país e numa época em que a Língua Portuguesa é cousificada, é venérea venal e rameira pintada, ler as *Amoras*, da Dulce Pascoal, é um acto, crucial, de higiene, é regressar, leve-leve, às águas da matriz. Assertavam, há centúrias, dissertavam alquimistas: visita tu, entanto, o interior da terra e rectificando, ratificando e laborando, tu lá encontrarás a gema escondida. E depurando, acurando e acrisolando: na linha, então, de Celan, na linha de Baudelaire, de Goethe e Nerval, versámos, e tratámos, de uma Alquimia do Verbo. E dizemos, agora: são Amigas, portanto, as *Amoras*, são as línguas de Fogo do perene Pentecostes. A luminar, a liberar, e a preste alumiar. E a siderar, sem simonia, o celeste, o ABC, o Amigo do «abaissé». Pois seguindo o ensinamento do solerte Estagirita, este livro é um ser vivo, estimado ledor. São as fibras, os músculos e ossos, as entranhas, rasgadas, da Dulce Pascoal. Com ela, porfiado, celebramos. Celebramos, por exemplo, o que disse João Belo, à beira, beletrista, dos anos 80: «Entre o fortuito e o acaso, um passo: não é por acaso que nada é por acaso.» [PAULO JORGE BRITO E ABREU]

MARIA AZENHA

BOSQUE BRANCO, 2020

Mais recente livro de Maria Azenha, *Bosque Branco* (Pontevedra e São Paulo, Edit. Urutau) traz como diferença, em relação a obras anteriores, o seu mini-

malismo: na maior parte, os poemas têm dois, três versos. Uma extrema economia de escrita para a imensidão do conteúdo imaterial. Um amor que é mais do que o amor, o mais corrente amor entre duas pessoas apaixonadas. Por isso este amor usa máscara, o que é próprio do teatro. A máscara apresenta o Amor, a personagem de uma divindade. Se por vezes a personagem se apresenta como o Amado, na maior parte dos casos o amor surge como uma energia calorosa, o afeto suscitado pelas religiões, em especial o cristianismo, e num ambiente bucólico, imaginável como um bosque, criado pelos gestos e andamentos das figuras. O “bosque branco” faz parte desse ambiente angelical onde o amor não consente a violência, mesmo quando o cenário é citadino, e a cidade está trespassada de agressões. A brancura, cor que domina o livro, não oculta os sinais da vida difícil, envolve-os numa paz de inverno, de neve talvez anestésica, em que o único choro é aquele que ainda não tem por motivo as paixões adultas. O choro é a fala das crianças e mesmo bebês que, com os anjos, povoam as folhas deste belo livro. Vejamos um dístico: *O Anjo do deserto além flutua. / São as minhas mãos lípidas e puras à roda da tua cintura.* O livro é branco, no ar pairam brisas, tudo é leve e suave, benfazejo, neste livro encantado. Mesmo os sinais de tristeza e dor, caso das lágrimas, se desvanecem sob fumos brancos e além de neblinas. Chamariz de bem-aventurança, Maria Azenha conseguiu um livro bem-aventurado, de esconjuro dos males que nos afligem e das dores que diariamente sofremos e nos trespassam o coração. Mundo de descanso, de esquecimento, de paz, conseguido por obra de uma grande idealização, possível só numa obra de arte ou nos remotos tempos em que fomos crianças: *É chegado o reino das crianças. / Toma-me em teus braços e escandaliza os homens.* No extremo da calma, é claro que é a morte que nos contempla, mas também ela é serena, se negada na sua habitual carga negativa. Amor e Morte parecem o par ideal deste livro que se passeia por desertos e cemitérios, sem gritos nem alardes de tragédia, tranquilo como o destino. *Uma vez disse-te: estou morta. / Mas nunca é isso o que alguém quer dizer.* Maria Azenha está madura como poeta, rainha absoluta dos seus meios de expressão, que são muitos e flexíveis, da riqueza de emoções que é capaz de transmitir, e também dos espaços transferidos da pintura para a escrita — há quase sempre uma grande espacialidade, um visionarismo na escrita que parece provir do que os olhos inventam: paisagens infindas, grandes mares, grandes desertos, ao longe contemplados como os poemas vistos: *Desenhei um poema. / Desenhei-o para ti. // Ficarias louco se o visses.* [MARIA ESTELA GUEDES]

JOSÉ VIALE MOUTINHO

O AMOROSO, 2020

Paulo Ghiraldelli, filósofo com canal no YouTube, onde conversa connosco diariamente, defende a tese de que a nossa sociedade, ou a sociedade nos regimes capitalistas, está desertizada. Mais acrescenta que, para encontrarmos o seu rasto, é preciso ir para a dança, onde temos, exemplifica ele, o erotismo de Shakira, o erotismo de Michael Jackson, que não hesitou em pôr a mão no sexo. Temos Madonna, temos muitos mais, mas eu diria que nem toda a exposição de sexualidade na dança é erótica. Frequentemente limita-se à sedução,

por exposição do corpo nu ou sinalética facial explícita, porém a extrema juventude de alguns artistas exclui a questão erótica, deixando o ato de sedução suspenso no vazio. Claro que tudo isto depende do observador, provavelmente a classe etária que mais vê os vídeos destes artistas reage de maneira diferente da nossa, escritores demasiado adultos, que lemos obras como *O Amoroso* (Pontvedra /São Paulo, Editora Urutau, 2020), de José Viale Moutinho, em que o erotismo é algo de muito mais complexo/completo e ao mesmo tempo quase invisível. Não deixemos de lado, entretanto, a questão de a tão curta vida do século XXI ter visto desaparecer o erotismo nos costumes, a ponto de o filósofo brasileiro contrariar com uma ironia baseada no descritivo fisicalista o que ele designa por uma juventude assexuada, de mãos ocupadas no teclado do portátil. Será? Se assim for, atravessamos um curioso período de esquecimento da cultura erótica que pelo mundo floresceu desde os mais remotos tempos pré-cristãos, e penso, entre mais, em Alexandrian, com a sua *História da Literatura Erótica*, que no-la comunicou tão exaustivamente. A juventude ignora talvez o que seja o erotismo, muito mais desembaraçada com o sexo e com a pornografia, e ocupada mentalmente com problemas vindos a lume nestes tempos, os da identidade e das minorias LGBT. Foucault entendia, na sua *História da sexualidade*, que a identidade sexual faz parte da constituição do sujeito desde o século XVIII.

José Viale Moutinho escreve poemas diáfanos, no avesso da pornografia, intimamente ligados à questão do sujeito, sim, mas posicionados na língua, como se fosse ela o sujeito feminino alongado no leito, à maneira de uma “Olympia” de Manet ou da “Grande odalisca” de Ingres. Se existe uma palavra-motriz, neste livro, desencadeadora de um arrebol de situações eróticas, ela é a palavra língua, “langue” em francês e “tongue” em inglês “e a língua descobre / essa sombra / de carne viva // entre as pernas”. ‘Língua’ é um vocábulo muito rico, tanto como a energia sexual, que desempenha funções diversas e não unicamente a dirigida à procriação. A língua parece sintetizar esses diversos caminhos que o desejo sexual e o amor conduzem por vezes aos fulgurantes êxtases de felicidade. Mas tudo permanece ainda tão pouco estudado que ficamos por vezes perplexos com uma moralidade de sacristia prisioneira da maior das ignorâncias. A língua, dizia, é um órgão multifuncional, que toca o céu (palato) e a terrena folha de papel em que o poeta delineia os seus programas amorosos. Será por acaso que o termo vem a designar coisas tão diferentes como o músculo da boca e o código que usamos para comunicar? A língua diz e cria nomes, a fala não é um véu suspenso do teto de nuvens, ela é um bocado de carne capaz de dizer o que de mais importante ocorre na vida de um ser humano. Por isso o poeta ama os nomes, atribui ao nome à palavra a importância que daria a uma companheira: “doce nome / despe a blusa // deixa nus / os ombros / os seios livres / ao silêncio / da minha boca”. Diáfanos, os poemas, translúcidos, porque vindos de detrás da névoa ou de uma cortina ligeira. Poemas curtos, que mal sugerem as situações mas que sintetizam nesta exiguidade uma amplitude de conceitos vindos da arte e muito em especial da arte da escrita: fotografia, música, poesia, tudo converge para o esboço do instante mágico a vir, tudo é bom para grafitar o que veio. *La petite mort*, o amor louco, o amor e a morte,

daí, tão inevitável como ela, a aparição da língua morta: *e se a morte / se despe / nas tuas mãos? // e se a boca / se enche / de línguas mortas?* Delicado, subtil, substituída a fisicalidade erótica pela doçura da linguagem poética, o livro de José Viale Moutinho convoca a cultura e experiência dos leitores para irem retirando véu a véu os sete com que Salomé seduziu Herodes, de maneira a enfrentarem um Eros mais brutal. Esse facto avulta quando transposto para terceira pessoa: seja o pintor da obra dionisiaca da capa, seja Mihály Zichy, artista húngaro, de quem se reproduzem desenhos muito libidinosos no interior do livro e que, segundo nota final d' *O Amoroso*, ilustram um livro fescenino, *Poesie*, de Giorgio Baffo. Talvez a juventude dos nossos dias seja assexuada e tente seduzir em vez de descobrir o seu Eros, como afirma Paulo Ghiraldelli. Será por falta de leitura, mas não é por os seniores lhe faltarem com o ensino e com os livros. [M.E.G.]

MANUEL SILVA-TERRA

POEMA HÖLDERLIN, 2021

Acabado de editar (Editora Licorne, 54 pp.) e prefaciado por Isabel Aguiar, este livro de pequenas dimensões surge como um grito de angustiada revolta abafado pelo sonho do poeta – a eterna infância que ele anseia ver resgatada pelos deuses “caídos sem glória nem dignidade” (p. 31). O autor de *Hölderlin* aventura-se nas velozes linhas-férricas do modernismo de uma narrativa poética que tem, porém, traços pré-rafaelitas. Silva-Terra mergulha no monólogo interior da sua personagem e tomado pelo espírito do Eliot de *Waste Land* (1922), resgata de Hölderlin a paixão pelas deidades gregas, funde-se com o seu personagem e viaja sem freio pelos tempos, pelas cenas e lugares que marcaram as vidas e as feridas de ambos – ele, Hölderlin, e ele, autor deste novo *Hölderlin*. O recurso à imagem como veículo expressivo de sentimentos abstractos é recorrente ao longo do livro: quando a noite se torna no útero que acolhe os mortos (p. 24), quando as nuvens são os seios maternos em que as mãos do recém-nascido se prendem (p. 26) ou quando o deserto se torna a salvação última num mundo em chamas (p. 27). Em *Hölderlin* estão presentes os quatro elementos, de resto como sucede em *Four Quartets* (1943) de Eliot, sendo que em Silva-Terra abundam o fogo e a água. Ambos os elementos têm a carga da solidão quando envoltos na premissa do abandono forçado: dos deuses e da amada *Diotima*. Na solidão, a água é a saudade de que o autor força o esquecimento. Acolhe-o o fogo da esperança, outra forma de solidão, no retorno ao deserto – o vazio necessário a qualquer recomeço. Do “cerco de Tróia de Leninegrado” a Hiroxima, Silva-Terra revive o trágico e olha desesperado para um futuro comprometido pelo esgotamento dos recursos naturais. Mas surgem sempre amoras silvestres que o resgatam do racionalismo metódico modernista em que se perde “sem o fio nem Ariadne” (p. 31) e de um trago lhe reanimam a luz da inocência. Mas para ele o poeta “não gosta do bom gosto nem aprecia a sensatez” e “em cada poema cada palavra é uma gota de sangue” (p. 25). Assim é este poema, uma ferida que sangra sem sarar, sangra e sagra os poetas que o visitam em espectro e lhe imprimem os seus íntimos pensamentos – poetas que viveram a guerra, que a têm entranhada no sangue e que tal como Silva-Terra

têm nas memórias dos cenários da sua infância o portal para o mistério do mundo e de todas as deidades. [M.R.]

JÚLIO HENRIQUES,
***FORA DE DENTRO*, 2020**

Com edição da chancela Barco Bêbado, que reeditou o livro de José Manuel Pressler, poeta que nos é caro pelo seu drama humano, reuniu Júlio Henriques, entre éditos e inéditos, um conjunto de poemas, em número de 58, do-seados em três partes – aberturas, ocorrências e interstícios –, que intitulou *Fora de dentro*. Este título obriga-nos a uma paragem. Tanto o podemos entender como “o fora do lado de dentro” como “o estar fora do dentro”. Na primeira hipótese temos o verso e o reverso da mesma mónada, uma proximidade e contiguidade que tornam simétricos estes dois espaços, frente e reverso da mesma moeda, e na segunda temos uma desvinculação mais forte, que nem sequer permite falar de dois lados contíguos. É possível que o sentido do título vá mais neste sentido, o de uma desvinculação de espaços, um andar *por fora*, embora existam interstícios e muitos destes poemas sejam feitos do lado de fora, mas a olhar para dentro. Não admira que a primeira tentação dum leitor atento destes poemas seja falar em binarismo e que este possa mesmo constituir aos seus olhos uma chave de acesso à sua leitura. Trata-se dum livro que se estabelece e desenvolve em compasso binário, dois tempos e duas unidades – o fora e o dentro. Aliás este processo de composição em dois termos distintos é já detectável em *Alucinar o estrume*, um livro anterior em que o campo e a cidade, o bucólico e o grotesco, marcam na aparência o desenvolvimento de cada episódio vivido por Estêvão Vao, protagonista da narrativa e, não obstante a total autonomia, alter-ego do autor. Nesse sentido, não custa ver nestes versos os poemas de Estêvão Vao anotados no seu rústico canhenho de notas. Temos assim um conjunto de poemas marcados pelo deslumbramento do espaço exterior, espaço sem medida, sem alto nem baixo, vertigem sem fundo, e um outro conjunto tocado pela fobia do lado de dentro, espaço medido e construído pelo saber, pela cultura, pela ciência, pela técnica e pela arte. Espaço selvagem e espaço civilizado podem assim ser os dois termos em que estes versos se repartem, primeiro para exaltar e depois para constatar um processo de falência. Se os poemas de exaltação, os poemas do espaço selvagem que ocupam a primeira parte do livro (“aberturas”), em número de 12, nos tocam pela capacidade de promover o idílio, e exemplo disso é o segundo poema do livro em que se fita a “noite escura e esplendorosa” (p. 10) ou o quarto, “Berço de Água”, em que se assinala a “floresta viva” (p. 12), já os poemas que observam e escarpelizam o lado de dentro, e respeitam às outras duas partes do livro (“ocorrências” e “interstícios”), têm neles uma visão da corrosão e uma experiência directa do pesadelo. É por isso que esta poesia – e o poema que fecha o livro, “Mas a civilização avança”, é um bom exemplo disso – leva ao horror, à abjecção, cuja sùmula está na percepção de que nos dias de hoje, no mundo da técnica moderna, se nasce já morto, o nado-morto do desaforismo – “Agora o sonho mais real/ é morrer/ sem ter nascido” (p. 65). Para lá destes dois termos estão porém os interstícios, os espaços intervalares, entre o fora e o dentro, que fogem à

polaridade e se constituem como uma fenda, palavra tão do autor, uma ranhura que tanto permite a fuga ao lado de dentro e o contacto com a *exterioridade* como uma visão crítica, de grande amplitude, do que se passa dentro. A fenda, a “ligeira fenda” da página 52, é assim um espaço cómodo, um observatório de raro privilégio, que tanto permite o deslumbramento da noite escura e esplendorosa, do berço de água e do “claro brilho” (p. 18), como a captação, quase sempre em registo de sarcasmo, da toxicidade dos jornais, da televisão, da política, da economia, da finança, do turismo, do agro-negócio, da guerra, da publicidade e de tudo o que constitui hoje uma forma activa mas silenciada do princípio da realidade e da pulsão de morte. A fenda tanto assegura o acesso ao “alto da alma” (p. 17) como o “permanente litúgio com a realidade” (p. 39). Mas esse espaço de fronteira entre o dentro e o fora, esse intervalo escondido entre o horror e o esplendor, esse *vão* ou *vau*, é também só por si um lugar que pode não estar perto de nada, um território que complexifica o dilema binário. Ele está além e aquém – é um terceiro excluído, capaz de alterar a ossificação da vida em duas estruturas simétricas, verso e reverso, que se alimentam uma à outra. Por isso no início desta nota dissemos que só num primeiro impulso se pode falar a propósito deste livro de binarismo. A chave de acesso à sua leitura não é aí a nosso ver que se encontra, mas no que escapa tanto ao dentro como ao fora e que é a fenda, a abertura, o espaço vazio entre os dois e o lugar não da escrita, mas da palavra e da consciência. Por isso se tivéssemos de escolher um único poema deste livro para ficar connosco, ou para significar o que com esta nota de leitura queremos dizer, não hesitaríamos em escolher o poema “Diana Urraca/ Aliás Deirdre Palomar” (p. 29), elogio do amor e da mulher única – “Nos teus olhos cintilantes/ brilham sempre como dantes/ os ardores estonteantes”. Nele se pressente como os amantes, estando dentro, realizam o milagre da *exterioridade* sem necessitarem de qualquer fuga. Fundam em pleno o real mais largo e absoluto, onde o amor máximo coincide com a máxima consciência. O Amor permanece hoje, como avisou Annie Le Brun, a única utopia que parece realizável. [A.C.F.]

MIGUEL SERRAS PEREIRA

À TONA DO VAZIO & REPRISÉ, 2020

Editora vocacionada para a publicitação e divulgação das ideias libertárias, BARRICADEA DE LIVROS editou no final de 2020 a sós – em parceria com a chancela de *A Batalha* editara já uma selecção de poemas de Jesús Lizano – o seu primeiro livro de poesia, *À tona do vazio & reprise – cinquenta anos de poesia de Miguel Serras Pereira [1969-2019]*, com uma nota prefacial de Emanuel Cameira. Não podemos deixar de assinalar e saudar esta edição, que nos dá a conhecer um livro de inéditos, “À tona do vazio” (2019), e uma selecção de poemas anteriores, tratando-se dum autor que esteve umbilicalmente ligado a esta revista, *A Ideia*, de que chegou a ser director no final da década de 80. Foi até no quadro mental dela, e da revista *Raiz & Utopia*, que ele se estreou com o seu primeiro livro de ensaios, *Outra coisa – poesia, psicanálise e política* (1983). Na nota biobibliográfica que precede a colectânea, da autoria de Ana Marques, diz-se, e por esta ordem se diz, que o seu autor se notabilizou na tradução, no ensaio e na poesia, que

começou a publicar em 1982 com o livro de estreia *Corça*. É provável que a actividade mais notória de Serras Pereira ao longo destas quatro ou cinco décadas que ele leva de acção escrita seja no domínio da tradução onde verteu autores como Michel Tournier, Cervantes, Proust, Virginia Woolf, Kundera, Foucault, Rimbaud e muitos, muitos outros. E é também certo que a sua intervenção poética tem sido, além de discreta, muito espaçada no tempo com apenas cinco livros em quase 40 anos, entre 1982 e 2020, e quase sempre em pequenas casas editoras. Seria porém um erro grave ver a actividade deste poeta bissexto como menor. A sua poesia revela desde cedo uma voz própria, embora com uma linhagem escolhida, onde se podem sentir os ecos directos dum Eugénio de Andrade ou duma Sophia de Mello Breyner – voz essa que se autonomiza ainda mais na afinação dum timbre próprio nestes seus inéditos de 2019. Talvez por isso o prefaciador desta edição refira no título do seu breve estudo “o cinzel lírico de Miguel Serras Pereira”. De facto há muito pouco de satírico ou de ridente, ao modo de Cesariny ou de O’Neill, nesta poesia. Toda ela se vaza numa pureza clássica de lira que impressiona pela dívida que ainda tem à métrica de Bernardim e de Camões. Os seus sonetos são duma perfeição rítmica e sonora que custa superar. Mas será muito pouco ver e admirar neste verso apenas a perfeição da forma. A arte poética de Serras Pereira tem uma outra componente, a desmesura do amor, sem a qual esta lira não tinha a força e a surpresa que para nós tem. E não se pense que o amor, a sua desrazão e o seu excesso, são apenas aqui um tópico linguístico, meramente literário. Não. Este amor foi amassado com carne e alma e escrito com sangue. Se milagre há nesta poesia é o equilíbrio que ela consegue, porventura sem mesmo o procurar, entre uma forma contida, pura e clássica, toda ela razão e medida, apolínea até ao âmago, e uma embriaguez sentida de quem em nome do Amor e de sua ferida tudo entrega e perde para assim estar disponível a ganhar o que secretamente mais se deseja. [A.C.F.]

CARLOSMOTA DE OLIVEIRA

DUAS NOVELAS PANDÉMICAS, 2021

Carlos Mota de Oliveira é o autor do poema “Meio milhão de Desempregados” (in *Este outono sobre os móveis dourados*, ed. autor, 2005, 128 pp.), onde descreve um diálogo na Assembleia da República entre os deputados da maioria de direita e o presidente do hemiciclo, João Bosco Mota Amaral, que presidiu à Assembleia entre 2002 e a Primavera de 2005. A certa altura diz Mota Amaral aos deputados, moralizando-os (p. 107): “Um deputado / não é / um animal // de / lavoura // ou um caldo / de / castanhas piladas!” Ao que os deputados respondem (p. 112): “Ó Amaral / montas / é muito mal! Ó Amaral / enche-te / mas é de genebra! / Ó Amaral / que / diabo / com / franqueza / toca-nos / mas é / ao bicho!” Poema maximamente representativo, ele dá-nos a ver sem reбуço os processos da criação do autor – a sátira política, o castigo dos costumes, a crítica social amplificada ao grotesco pelo delírio, que assim ocupa um papel capital na construção da sua poesia, a ponto de o podermos considerar, ao delírio, como a marca mais pessoal do seu estilo. Ora o delírio pode assumir dois regimes – o do funcionamento do pensamento e o da simulação deste. O sonho é

o mais óbvio resultado da primeira ordem, o mais espontâneo e *natural*, enquanto o poema, por reforço da vontade, o é da segunda. Toda a criação poética e literária, toda a criação artística tem na base uma simulação imaginária que no caso de Carlos Mota de Oliveira não conhece qualquer limite ou barreira. O delírio comanda a sua escrita. É o que agora sucede no seu mais recente livro, *Duas novelas pandémicas* (ed. autor, 220 pp.). O facto de ser escrito em prosa nada altera a sua característica, pois os processos empenhados na sua construção são ainda os mesmos – a sátira, no que tem de crítica, mas também de excesso e de delírio. Nesse sentido a segunda novela aqui dada a lume, “Tininha, Dom António Marto e Dom José Ornelas”, dividida em 13 capítulos, é um ponto alto da manifestação do espírito deste autor. A história conta-se depressa: Tininha é uma prostituta que faz sexo oral, na estrada nacional de Vendas Novas, onde vive. António Marto e José Ornelas são dois dos seus clientes, que só por coincidência fortuita são homónimos de dois posicionados eclesiásticos portugueses. Depois duma sessão de sexo oral, vão os três a Vendas Novas comer bifanas e beber cerveja, antes de visitarem a casa da Tininha. Mais tarde esta abre um comércio local na cidade, “Concertos Rápidos em Homens”. O comércio torna-se famoso internacionalmente e figura como “o maior êxito do empreendedorismo nacional”. Tininha passa a ser identificada como Portugal. Decorre daqui que lhe são feitas grandes homenagens locais e depois nacionais. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, atribui-lhe por fim uma ordem honorífica, a Ordem Militar de Torre e Espada. No momento da sua morte, o país inteiro interroga-se qual o destino a dar ao corpo de Tininha. As opiniões dividem-se entre o Mosteiro de Santa Cruz, onde repousa o fundador do reino, Afonso Henriques, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, onde se deita o vencedor de Aljubarrota e Ceuta, e a igreja de Santa Engrácia, Panteão Nacional, onde Sidónio, Carmona e Delgado jazem. Por fim, depois de muita teima, é escolhida a Igreja dos Jerónimos para dar repouso eterno ao corpo de Tininha, entre os túmulos de Vasco da Gama e de Luís de Camões. Basta seguir a linha da efábulação, os seus passos e a sua conclusão, para percebermos que esta novela de Mota de Oliveira recorre na sua construção a algo de semelhante à alucinação onírica. Não há aqui qualquer indício de reconstituição realista, apenas o uso de processos desfiguradores do real, que transformam este numa paródia humorada, grotesca, cujo sentido nos é dado de forma alegórica e carnavalesca. Na nota biográfica que o autor escreveu para este seu livro diz-nos que *nunca deu uma entrevista a qualquer órgão de informação em quase cinquenta anos de vida literária*. Não só nunca deu uma entrevista – e nesses 50 anos publicou outros tantos livros – como nunca nenhuma das associações que dão prémios literários em Portugal se lembrou de o chamar – ele, que merecia como ninguém o Grande Prémio da Novela Pandemónica. [A.C.F.]

CRUZEIRO SEIXAS

EU FALO EM CHAMAS, 2020

Cruzeiro Seixas estreou-se como poeta em livro em 1986 com um conjunto de 32 poemas, prefaciados em francês por André Coyné, francês então de passagem por Lisboa – foi leitor de língua e literatura francesas na Faculdade de

Letras de Lisboa – depois de ter passado pelo Peru e de se ter ligado de forma próxima – foi seu testamenteiro – ao poeta Cesar Moro (1903-1956), um dos primeiros a assumir, logo na década de 20, o surrealismo na América do Sul de língua castelhana – embora tenha escrito uma parte da sua obra em língua francesa. Livro editado por um jovem galerista de Guimarães, Luís Teixeira da Mota, *Eu falo em chamas* revelou um poeta mais interessado no trabalho *óptico* com as palavras do que na essência sonora da linguagem verbal tal como a trabalhavam Cesariny ou Leiria com recurso às associações da cabala fonética. Que assim fosse não admira, tratando-se de alguém que tanto já dera no domínio do desenho, da escultura, da pintura ou da criação de objectos, quer dizer, no campo dos materiais visuais puros. Nenhum som audível, apenas imagens visíveis. É verdade que no surrealismo esses dois caminhos, o visual e o sonoro, visam obter a mesma coisa, manifestações de segundo nível, e chegar ao mesmo ponto – o real supra-sensível ou surreal. Quer as palavras, quer as imagens, quer as coisas (sobretudo nas suas representações), escondem por detrás da sua realidade quotidiana mais mesquinha um continente secreto e maravilhoso, que não é outro senão aquele que o surrealismo demanda. Artur Manuel do Cruzeiro Seixas trabalhou ou sublimou estes materiais visuais, primeiro nas imagens plásticas, depois nas palavras, e com eles obteve frutos inesperados na assimilação do real de segundo nível. Embora subordinada à sua procura plástica, a sua poesia verbal consegue curiosos resultados, que se alargaram nas grandes recolhas posteriores, organizadas por Isabel Meyrelles e publicadas em três volumes pela editora Quasi no início do século e em curso de republicação na Porto Editora – saíram já dois volumes em 2020, com uma soma total de centenas de poemas. A estreia poética de Seixas foi agora reeditada numa edição fac-similada pela Fundação Cupertino de Miranda e pelo jornal *Público* – o livro foi distribuído a 3-12-2020, dia em que ele faria 100 anos – e que tem um acréscimo de interesse: o livro foi intervencionado à mão pelo autor com desenhos pintados a guache e aguarela. [A.C.F.]

MÁRIO CESARINY

UMA ÚLTIMA PERGUNTA, 2020

Uma última pergunta – entrevistas com Mário Cesariny (1952-2006) (Documenta/Fundação Cupertino de Miranda, 2020, 432 pp.), organizado, introduzido e anotado por Laura Mateus Fonseca, prefaciado por Bernardo Pinto de Almeida e posfaciado por Perfecto Cuadrado, junta 26 entrevistas – e uma (*des*)entrevista no posfácio – feitas a Mário Cesariny, à excepção da entrevista feita por Mário Cesariny a Carlos Botelho (1952) e do apaixonado testemunho de Artur Cruzeiro Seixas sobre Cesariny dado ao *DN* (29-12-2006). A fotografia escolhida para capa apanha Cesariny em contraluz sobre uma Lisboa histórica e popular à beira Tejo, além do qual surge a Outra Banda, em que se vislumbra mesmo na névoa do longe o Cristo-Rei. Entre fotografias, cartas, colagens e capas de jornais que no livro lhe ilustram histórias e encontros, mais que um pintor-poeta ou poeta-pintor, surge um Mário muito humano e sensível que, embora avesso a entrevistas, se entrega às palavras despido de ensaios com a

sua característica espontaneidade e deixa claro duma vez por todas que o surrealismo é intrínseco à vida. André Breton percebeu-o, tendo criado um movimento que “reuniu o romantismo, o simbolismo, o futurismo, as tradições libertárias e outras correntes” (p. 164), votado a uma “revolução mental, social e moral” (p. 335) assente nos valores da “liberdade, amor e poesia”, que Mário encara como “a tríade do surrealismo” (p. 360). Não basta assim a criação de um conceito como “surrealismo histórico”, que em Cesariny é sinónimo de “surrealismo copista” (p. 262), nem bastam as tentativas de estetizá-lo (p. 164), de musealizá-lo (p. 334) ou de deturpar o significado da palavra (p. 293) para que se dissolva o cristal da sua essência. Para Mário, o poeta é um mago metafísico que cruza na sua alquimia a liberdade com a realidade (p. 136) a realidade mais verdadeira, que supera a quotidiana (p. 217), contra a qual se insurge mesmo quando faz dela um instrumento de escrita poética. Assim o fez com o neo-realismo quando o utilizou para combatê-lo (p. 372). Indigna-se, pois, que numa tão vasta e heterogénea riqueza poética (“Cesário Verde, Gomes Leal, Guerra Junqueiro, Antero de Quental”), o país reduza a poesia portuguesa a Fernando Pessoa e, transformando-o numa “catedral” (p. 305), uma “espécie de emprego público” com “bolsas, viagens, congressos” (p. 209), obscureça o fértil campo da poesia em Portugal. Além de exímio escritor (p. 186), Pessoa contribuiu com os seus heterónimos para a desconstrução do mito ocidental da personalidade (p. 122), mas para o entrevistado “a poesia vale como uma liberdade mágica” (p. 371) e quem assim a alcançou, “além de todos os limites” (p. 306), foi Pascoaes (p. 231), um “poeta cósmico”, “surrealista sem surrealismo e rimbaudiano sem Rimbaud” (p. 110). A poesia de Cesariny extravasou a escrita e a oração para desaguar nas suas telas pelo delta da arte automática como “linguagem universal” (pp. 184 e 304). Unido a Mário por uma amizade de adolescência e pela empresa surrealista, Artur Cruzeiro Seixas recorda com fraterna paixão a sensibilidade do amigo, latente “na poesia, na ironia e no toque de genialidade” (p. 398). A respeito da sua iniciação no domínio do desenho, da pintura e da poesia, conta que Mário lhe tocou a sensibilidade, libertando-a (p. 400), mas sempre recusando identificar as suas criações com a palavra “arte”. Cruzeiro Seixas vê em Cesariny um fenómeno capaz de arrastar multidões e avisa que “a história da sua obra está (...) por fazer”. Recorda o som do piano que acusava a sua presença “a um quilómetro de casa”, deixando transparecer a saudade da sua “companhia inesquecível, extraordinária, exaltante”. Com a sua “entrevista não entrevista” a Cesariny, colagem de outras entrevistas, conversas entre os dois e comentários do “não-entrevistador”, Perfecto Cuadrado encerra o livro lembrando o “Mestre e companheiro de Barricada” (p. 411). Na ideia de ter ou não havido um movimento surrealista português, o poeta defende que não houve, por falta de condições no regime de então e que o facto de assim ter sido permitiu que as práticas surrealistas – suas e dos seus companheiros – fossem mais livres por não serem pautadas por uma organização centralizada. Quando confrontado com a afirmação de que “a sua poesia é um grito que reconhece a sua própria inutilidade” (entrevista de Francisco Vale), Mário desconstrói dizendo que quem está convencido da inutilidade do seu grito “não grita”. O grito poético é para si “um exercício de libertação”.

Esta compilação de entrevistas organizada por LMF convida o leitor a um contacto informal com o homenageado, cujo génio poético é nas palavras de Afonso Cautela “uma das aventuras mais fascinantes da nossa poesia”, agitando na clandestinidade “as águas estagnadas do pântano literário do país mais anti-poético e mais charro do planeta.” [M. R.]

VITOR SILVA TAVARES/MÁRIO CESARINY/SERGIO LIMA

“POR MENOS, SÓ TALVEZ NO BIAFRA”, 2020

Com edição conjunta de duas chancelas, Frenesi e Barco Bêbado, e nota prefacial dos dois editores, Emanuel Cameira e Paulo da Costa Domingos, surgiu no final de 2020 a “troca de correspondência” entre o poeta brasileiro Sergio Lima, autor de *Aluvião Rei* (1992), Mário Cesariny, intermediário da edição deste livro, e Vitor Silva Tavares, seu editor na chancela & etc. O livro ora publicado, com 21 cartas, completa assim o que dele sabíamos, e alguma coisa era, quer pela publicação da correspondência de Mário Cesariny para Sergio Lima, *Sinal respiratório* (2019), quer pela publicação logo na edição de 1992, e aí em fac-símile manuscrito, da carta de Mário Cesariny a Sergio Lima de Janeiro de 1991. No conjunto temos nove cartas de Mário Cesariny para o editor da & etc, sete deste para o poeta de *Pena Capital*, uma de Mário a Sergio, e por fim quatro cartas do poeta brasileiro ao seu editor. A troca abre com a carta já referenciada de Cesariny de Outubro de 1991, em que este faz num repelão a leitura do poema a editar, e termina um ano depois com a carta de 23-11-1992, de Sergio a Vitor, momento em que o livro está já em circulação e o autor, de posse dele, agradece ao editor o trabalho feito “A EDIÇÃO ESTÁ BELÍSSIMA, BELÍSSIMA. MUITO BOA.” Pelo meio temos sobretudo a troca de correspondência entre M. Cesariny e V. Silva Tavares há nestas cartas momentos altíssimos como o autor de *Pena Capital* propor-se sócio da casa editora & etc por não saber em que gastar o dinheiro [carta s/d (decerto final 1991); pp. 18-19] e deste para aquele, num desandar de palavras para tratar do livro e da vida, com curiosas sugestões de edição (Pedro Oom e Fernando Alves dos Santos) e muito parolar saboroso sobre cada um. Sobram as quatro cartas de Sergio a Vitor, todas sobre a edição do livro, da paginação à capa, e que finaliza com aquela caixa alta que atrás se deu. Faltam no conjunto as cartas de Sergio a Mário *Sinal respiratório* apenas restitui as deste àquele e de Vitor a Sergio, em resposta às quatro que agora ficámos a conhecer. Embora! O livro tal como ficou é uma peça preciosa para se conhecer os bastidores da edição deste livro chegado do Brasil e para se retomar contacto com a palavra excelsa de dois escritores portugueses, ou como dizem os editores, “dois gigantes criativos que se respeitam mutuamente e que, mutuamente, procuram (e encontram) o melhor terreno para a travessia dalguma arte vinda do outro lado do oceano.” [A.C.F.]

LUIZPACHECO

INTERVENÇÃO (MINHA) SURREALÍSTICA?!!!!, 2020

Na chancela Barco Bêbado, por iniciativa do seu editor, Emanuel Cameira [E.C.], e com capa de Hugo Canoilas, surgiu um inédito de Luiz Pacheco, que

aqui se saúda, pois não têm sido comuns nem o aparecimento de inéditos em livro nem as reedições deste escritor, que as merecia talvez mais do que qualquer outro. Trata-se de fragmento epistolar, e fragmento porque truncado, em falta de texto, dirigido a Vítor Silva Tavares (VST), não datado, e que tem por base, como indica o editor, seis páginas dactilografadas com emendas manuscritas. O editor na nota de abertura da edição (plaquete, 20 pp.) data o texto, mas só como probabilidade, do primeiro trimestre de 1967, localizando-o nas Caldas da Rainha. Se a localização não nos oferece qualquer dúvida Luiz Pacheco viveu nas Caldas de Janeiro de 1965 até ao Verão de 1968, altura em que foi transferido da prisão local, um pardieiro no centro da vila termal, para o Limoeiro em Lisboa já a datação nos levanta alguma incerteza. No primeiro semestre de 1967 Vítor Silva Tavares deixara já a editora Ulisseia, onde fora substituído por Serafim Ferreira (ver *Cartas na mesa*, 1997: 75 e 78), e estava empenhadíssimo na edição do suplemento “& etc” do *Jornal do Fundão*, que iniciara publicação no início do ano. Lendo este fragmento epistolar, todo ele centrado em dar resposta a uma pergunta de VST qual foi o papel de Luiz Pacheco na intervenção surrealista em Portugal podíamos ser levados pensar, tanto mais que na parte final do fragmento isso se parece confirmar, que VST estava a recolher informações sobre o surrealismo em Portugal com vista a escrever um artigo jornalístico sobre o assunto e que a peça podia estar a ser preparada no quadro da sua actividade no suplemento do Fundão. Consultada esta publicação, que teve uma oportuníssima reedição fac-similada em 2019 com um bom estudo inicial de E. C., não há rasto de qualquer texto de VST sobre o surrealismo em Portugal, o que leva a pensar que a escrita deste texto deve ser antes remetida para o segundo semestre de 1966, em que VST ainda na Ulisseia publicou no início de Agosto desse ano a colectânea de Mário Cesariny, *A intervenção surrealista*, que muito mexeu com Luiz Pacheco. As relações de Luiz Pacheco e Mário Cesariny, que, depois dalgumas picardias no tempo do Café Gelo (1955-62), eram pacíficas e fraternas, tinham-se deteriorado no início do ano com a publicação duma folha volante de Pacheco, *Comunicado ou intervenção de província*, que caiu mal a Cesariny. Falava-se aí da sua recente prisão em Fresnes, em Outubro/Novembro de 1964, assunto que não interessava a Cesariny expor. O desagrado teve consequências na construção da colectânea *A intervenção surrealista*, muito mexida ainda nessa Primavera de 1966 e donde à última hora saiu um texto sobre o picto-abjeccionismo de Cesariny da autoria de Luiz Pacheco, cuja presença no livro ficou reduzida às breves e nem sempre simpáticas referências na cronologia inicial. Conhecem-se hoje as duas primeiras reacções de leitura de Pacheco ao livro primeiro numa carta (ainda hoje inédita) a Natália Correia, datada de 20 de Agosto de 1966, um sábado, e a segunda a VST, sem data ou datada apenas de domingo, que tanto pode ser 14 ou 21 de Agosto, carta esta publicada no livro *Pacheco versus Cesariny* (1974: 279-294) e quase toda ela consagrada a escarpelizar o livro acabado de sair e que lhe mereceu depois uma nota crítica, “O caprichismo interventor do senhor Mário Cesariny” (*JLA*, 7-9-1966), onde vem ao de cima o seu raríssimo talento crítico. Não conhecemos infelizmente a resposta de VST a esta carta, que com certeza a deu, tanto mais que era ele o editor do livro. É possível que

tenha sido aí, ou pouco depois, que VST decidiu pedir ao seu interlocutor um esclarecimento mais cabal do que fora a intervenção surrealista em Portugal e qual o papel nela de Pacheco. Uma coisa é certa: o texto agora publicado, cujo título parece ser da responsabilidade do editor, é ulterior à publicação da peça crítica no *JLA* de Azevedo Martins e parece até dar-lhe continuidade, sublinhando alguns pontos e pormenorizando outros, o que nos leva a datar o texto do Outono de 1966 e a enquadrá-lo na saída do livro de Mário Cesariny na editora Ulisseia no Verão desse ano. Um último ponto merece atenção. As alusões que o remetente da carta faz à edição de *Bloco*, colectânea com subtítulo *teatro, poesia, conto*, cuja edição Pacheco coordenou com Jaime Salazar Sampaio em 1946, nada têm a ver com surrealismo em Portugal. *Bloco*, onde Pacheco se estreou com “História antiga e conhecida” na reedição ficou “Os doutores, a salvação e o Menino” pertence ainda à intervenção neo-realista, embora neo-realismo insatisfeito e em ruptura, sedento de novos trilhos, como foi o de Cesariny e o de O’Neill nesses anos. E aí convém esclarecer as datas da nota inicial de E. C., quando se fala de “surrealistas nos anos 46-48”. Salvo Cândido Costa Pinto, António Pedro e António Dacosta, todos eles mais velhos, todos eles por fora e sem espírito de grupo, não há surrealismo em Portugal e menos ainda *intervenção surrealista* antes do final da Primavera, Verão de 1947 momento em que O’Neill e Cesariny lêem o livro de Maurice Nadeau, *Histoire du surréalisme*, e Cesariny parte para Paris ao encontro da primeira grande exposição surrealista do pós-guerra, a da galeria Maeght, onde encontrou cara a cara Henri Pastoreau, Victor Brauner e André Breton. Sobre a intervenção “surrealística” propriamente dita de Luiz Pacheco diga-se que o modo como aparece tratado neste fragmento é modesto de mais para a importância real que tem. Mas isso são contos para outra vez. [A.C.F.]

LEOPOLDO ALVES DOS REIS

A TEMPESTADE FOI UM INSTANTE, 2020

Há uma pergunta inevitável que fazemos ao ter este livro na mão: quem é Leopoldo Alves dos Reis? Não se dá notícia dele antes deste livro, que parece ser a sua estreia. Na nota biográfica do livro sobre o autor apenas se diz que nasceu, por acidente com certeza, nas Berlengas, sem se indicar o ano. Não é difícil associar este Leopoldo Alves dos Reis a um Alves dos Reis muito mais conhecido e muito mais antigo, que viveu há 100 anos, Artur Virgílio Alves dos Reis, que consumou a famosa burla do Banco de Portugal, introduzindo em circulação através da emissão de notas falsas uma massa monetária que representava então 50% do volume do dinheiro em circulação no país. É provável que os dois Alves dos Reis tenham uma afinidade de sangue, pois Leopoldo, na história que nos conta, não se esquece de referir, e com manifesto agrado, o primeiro Alves dos Reis (p. 33). *A tempestade foi um instante*, que tudo aponta ser a estreia do novo Alves dos Reis, é uma novela ou pelo menos assim o diz Patrícia Frutuoso na nota introdutória do livro (p. 13). É ainda esta autora que nos chama a atenção para que este livro “tenta alertar-nos para outras modalidades de vida possíveis, que tornem os homens e as mulheres mais livres e mais felizes.” Mas, afinal, que história nos conta esta novela? Uma história de

vida, a de Leopoldo, segundo a interpretação da autora do *prelúdio* do livro, uma história de amor, a de Filipe (que se confunde ao narrador) e Leonor, segundo a nossa leitura – e história de amor completa, desde o momento em que ambos se conheceram na serra da Arrábida, perto de Lisboa e de Setúbal, até à ruptura final na Índia, em Madras, “terra de grandes iogues e mestres de zen”, lugar em que Filipe troca Leonor por Claire, uma professora de ioga irlandesa. Nesse final se fica a saber que a felicidade humana depende da liberdade com que vive as suas paixões e que só o desejo move o destino. Pelo meio, Filipe e Leonor dão uma golpada de risco numa companhia de seguros, enriquecem e partem para uma longa viagem ao Oriente, onde se dá o desenlace final. Percebe-se que o jovem Alves dos Reis tem uma dívida para com o seu antepassado. Tal como o outro, também este quer ser perito em sabotar os mecanismos do dinheiro e em enriquecer sem se escravizar num trabalho desgastante. De resto, pela sua novela e pelo prelúdio ficamos a saber que Alves dos Reis detesta a mercadoria, o capitalismo e o trabalho, que associa a um instrumento de tortura romano chamado *tripallium*. Como quer que seja, quer viver bem, beber os melhores vinhos, comer as mais requintadas comidas, dormir nos hotéis mais caros. Percebe-se a sua afinidade ao seu antigo antepassado, também ele grande amante da vida, do gozo e do luxo. Acreditamos que a história de amor entre Filipe e Leonor tenha muito de autobiográfico e que o novo Alves dos Reis tenha posto nesta Arrábida ficcional muito da sua vida e da sua *tempestade* íntima – e é com certeza por aí que o seu livro se nos impõe como uma tocante e ingénua, e por isso bela, história de amor, que encontra numa frase de Camilo Castelo Branco citada pelo narrador de primeira pessoa “só a beleza nos salvará, porque é ela que possui o poder moderador dos delitos do coração” – o seu acume. Não obstante a sua ingenuidade, este livro recorda-nos pela temperatura escaldante do amor os grandes momentos do amor paixão no ocidente – as canções de amor e as cantigas de amigo da cortesia medieval, a iluminação de Dante, o *sturm und drang*, o romantismo inicial dum Novalis e dum Kleist, a força sublime dum Breton e dum Péret. Mas este livro tem também uma rede de alusões, uma teia de lugares e de nomes em que se reconhece mais e menos do que uma história autobiográfica. É o livro de alguém que leu Débord e Vaneigem, que se assumiu no que eles disseram sobretudo a *jouissance* – e fez disso um programa para a sua vida. Daí o elogio que o narrador faz de homens como Émile Henry, Ravachol, Palma Inácio e François-Pierre Lacenaire (p. 33). É provável que a chave deste livro editado nas Edições Ismene esteja assim numa entrevista que o editor português de Jacques Mesrine, Luís Oliveira, deu ao jornal *Público* em 27-6-2019. [A.C.F.]

ANTÓNIO FEIJÓ, JOÃO FIGUEIREDO, MIGUEL TAMEN (coord.)

O CÂNONE, 2020

Organizado por António M. Feijó, João R. Figueiredo e Miguel Tamen, constituído por 64 capítulos, muitos dos quais da autoria individual dos organizadores, este livro (Tinta-da-China/Fundação Cupertino de Miranda, 2020, 536 pp.) pretende ser uma cartografia crítica da literatura portuguesa desde a poesia dos primitivos cancioneiros até Luiza Neto Jorge (1939-1989), a que junta a

tentativa de esclarecer as noções críticas que contribuem para a construção desse mapa, a começar pelo “cânone”, que dá o título ao livro e ao qual se dedicam quatro capítulos. Dizem os organizadores na breve nota introdutória que o livro não é um repositório exaustivo” e por isso “não vale a pena procurar nele o cânone da literatura portuguesa” (p. 10). Se assim é, faria mais sentido intitular de outro modo o livro, que assim se chama aquilo mesmo que não pretende ser. Aceite-se este mal-entendido de base e diga-se que os capítulos em média de seis páginas são demasiado curtos para poderem trazer qualquer novidade sobre autores que em geral foram já estudados ao pormenor ao longo de gerações. Por esse motivo as peças aqui reunidas pouco ou nada adiantam sobre obras e autores na melhor hipótese são resumidos repositórios das melhores ideias anteriores, como o dedicado a Dom Duarte, noutros casos mostram-se meros artigos parcelares, esforçados, mas sem qualquer rasgo, como o dedicado a Antero, e na pior chegam a ser desastres de leitura, como as páginas sobre Cesariny, cujo desembaraço não apaga o cliché, tão patente na forma como fala de António Maria Lisboa, e o erro factual. Como quer que seja, não nos interessa numa breve nota como esta observar em pormenor através dos autores escolhidos e do seu tratamento a construção do livro, que tem méritos inegáveis, a começar pelo texto de abertura sobre o “cânone”, mas tão-só destacar o capítulo dedicado aos “prémios literários”, da autoria de João Pedro George (pp. 425-430) já que o tópico nos interessa de sobremaneira no volume desta revista que abre com uma carta de 1962 sobre prémios literários. É verdade que não podíamos esperar luz nova sobre o assunto em quatro ou cinco páginas, mas mesmo assim teria sido possível dar uma reflexão muito mais estimulante e desassombada. O autor limita-se a dizer porque razão os escritores aceitam ou não aceitam prémios e as razões de *rentabilidade simbólica* que apresenta para a não aceitação não convencem no caso de Herberto e de Luandino e a chamar a atenção num parágrafo final para a perda de relevância do literário. É pouco, para quem escreveu outrora um livro tão promissor, mas não isento de precipitações, como *O meio literário português (1960-1998)* (Difel, 2002, 346 pp.). Exemplo dessa insuficiência é a conclusão que atribui como causa da perda de importância do literário um requentado lugar a expansão da televisão e da internet esquecendo a convivência do campo literário com o político e as suas instituições culturais (IPL, IPLL, IBNL, DGLAB) que começou logo depois de finda a revolução, ainda na década de 70 e que nos parece muito mais pertinente do ponto de vista sociológico. Alberto Velho Nogueira no livro *Ensaio 3* (2020) consegue mais ao falar do tópico em dois parágrafos conferir na p. 337 o comentário ao reconhecimento institucional em literatura do que George nestas quatro páginas e meia. Uma última palavra para o título do livro e para o que nele vai de equívoco. A palavra *cânone* tem uma longa tradição jurídico-religiosa e remete para algo de intocável, acima de qualquer debate. O canónico é o indiscutível. Ora a deslocação da palavra para a área literária obriga também a uma deslocação de sentido. Não se pode aceitar que as escolhas que se tornam *canónicas* em literatura sejam indiscutíveis. O que pode interessar é mesmo a percepção de que essas escolhas têm um fundamento circunstancial, uma orientação extraliterária, uma génese política e

social e uma arrumação estética e filosófica, ou outras, que convém ao máximo dilucidar e debater. Faltou pois a este livro um texto capital, que perspectivasse de forma crítica as escolhas feitas, sopesando-as do ponto de vista da sua determinação e confrontando-as com outras — sobretudo através de autores não escolhidos (Jorge Ferreira de Vasconcelos, Fernão Álvares do Oriente, Rodrigues Lobo, Francico Manuel de Melo, Cavaleiro de Oliveira, Verney, Filinto, Junqueiro, Eugénio de Castro, Fialho, Ferreira de Castro, Edmundo Bettencourt, Luiz Pacheco, António Maria Lisboa, António José Forte, Manuel de Castro, Ernesto Sampaio...). [A.C.F.]

JOÃO CARDOSO ROSAS [coord.]

***HISTÓRIA DA FILOSOFIA POLÍTICA*, 2020**

Com coordenação de João Cardoso Rosas, 19 colaboradores e 25 capítulos, esta *História da Filosofia Política* (Presença, 2020, 592 pp.) foi concebida e projectada para ser “uma obra de referência” no domínio da teoria política. Isso nos diz o seu coordenador na breve “nota introdutória” à obra, onde nos informa ainda que nela se “dá forma ao cânone do pensamento político ocidental”. O problema do cânone em política é o mesmo do cânone em literatura. Há que o discutir, perceber-lhe as determinações exteriores, sociais e políticas, e recuperar de forma contrastiva aquilo que foi deixado de lado. Em política e literatura não há autores absolutos, intemporais, universais e indiscutíveis; há antes autores situados segundo valores convencionados em determinado tempo e lugar. Cada geração, cada época, cada região têm o seu cânone, pois as afirmações e os quadros dominantes variam de época para época, de área para área e até em última visão de pessoa para pessoa. Isto que se diz para a literatura e para a política pode até ser dito para a religião, onde nasceu a noção de texto sem discussão possível, trazendo com ela o conceito de *cânone* como obra sagrada e intocável. E dizemos que até em religião o *cânone* pode ser discutido, pois a existência de apócrifos, que não fazendo parte do conjunto canónico são lidos por complemento, quando não em alternativa, é bastante para abalar um edifício sem fissuras. Veja-se ainda o que se passa com o Testamento Hebraico, chamado Antigo Testamento pelos cristãos, que tem 24 textos na origem, e na versão cristã vetero-testamentária passa a ter 46, havendo ainda diferenças entre católicos e protestantes nos textos a incluir e na forma de os distribuir. Embora se concorde com o coordenador da obra aqui em análise quando sublinha que se trata duma história da filosofia política do ocidente — o mundo árabe teve outra, o Oriente outra e os espaços geo-temporais mais diversos tiveram outras ainda —, já se discorda em absoluto dele quando pretende que o que aqui é dado seja o cânone dessa mesma filosofia política ocidental. Estão aqui presentes 27 autores, de Platão a Hannah Arendt, a que se juntam três dos fundadores dos EUA e que são tratados em conjunto. A lógica que presidiu a essa escolha é por um lado temporal — os antigos (Platão, Aristóteles, Cícero), os medievais (Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino e a neo-escolástica ibérica) e os modernos (a partir de Maquiavel) — e por outro cirúrgica, o que se torna óbvio no caso dos modernos, os mais representados com cerca de 20 autores. Com a escolha destes pretende-se talhar uma linha de pensamento

que vai da “naturalização” do poder político com Maquiavel e Hobbes à contratualização e à representação soberanista, com uma dominante forte de pensadores liberais britânicos (de Locke a Edmund Burke, de Hume a Adam Smith, de Stuart Mill a Karl Popper). Percebendo a lógica que presidiu e orientou a escolha, e sem tal lógica dificilmente se escolheria um autor como Adam Smith, temos de concluir que estamos longe de qualquer cânone universal da filosofia política ocidental. Trata-se antes duma colectânea de autores, construída a partir dum ponto de vista pessoal, que legitima e dá corpo a uma certa ideia de sistema representativo – a democracia que se afina através do mérito com a teoria dos *aristoi*, o governo dos melhores, cujo ponto de partida está em Aristóteles. A única grande excepção a esta lógica política parece-nos ser Hannah Arendt, que fecha a colectânea e deixa um ponto de indeterminação na construção deste edifício blindado. Segundo a autora de *The Origins of totalitarianism* (1951), “cada sistema político deve garantir o máximo possível de instrumentos institucionais para a participação directa dos cidadãos na política” (p. 586). Esta exigência coloca a teoria política num outro patamar, que já não é o da representação, mas o da “participação directa”. O problema da soberania torna-se assim distinto. Em lugar de um centro donde emanem as decisões e as ordens, seja ele despótico ou representativo por meio do sufrágio, temos um espaço alargado a todos, uma esfera pública viva, onde se exerce em permanência o diálogo e se tomam as decisões que a todos dizem respeito. Estamos assim diante de uma outra lógica política, que embora subterrânea tem importância acrescida. Esta outra lógica teria permitido construir uma outra antologia, com destaque para Diógenes, Rabelais, La Boétie, Meslier, Godwin, Fourier, Proudhon, Thoreau, Ruskin, Kropotkine, Gandhi, Karl Korsch, Castoriadis e alguns outros que nem sequer aparecem referidos nesta, mas que se mostram decisivos para a invenção do que mais importa no domínio político da nossa tradição – a participação directa na governação da *res* pública que Arendt percebeu como capital para inutilizar qualquer tentação totalitária. As formas actuais de dar expressão à liberdade e que foram aquelas que o coordenador da obra elegeu – o livre-arbítrio moral e a autonomia no liberalismo clássico – estão longe de pôr em cheque essa ameaça, já que também elas deram e dão um contributo nada despreciando para a burocratização corrosiva da política. [A.C.F.]

RICARDO FLORES MAGÓN

***TERRA E LIBERDADE*, 2020**

Com a chegada da nova edição da Barricada de Livros aos escaparates, é impossível não falar, logo para abrir hostilidades, da concepção gráfica da Ana Paula Pires, que tem vindo a trabalhar com o editor Mário Rui Pinto na feitura de alguns dos seus melhores livros. Nesta edição, destaca-se imediatamente a impressão à dianteira do livro, que folheando a partir de baixo nos permite ler a inscrição «Tierra Y», e a partir de cima «Libertad». É um excêntrico pormenor tipográfico que enriquece o livro e que também se destaca por fazer frente aos acabamentos monocórdicos que há muito monopolizaram a edição portuguesa. Para isso não são precisos materiais caros, cartolinas Fedrigonis para a capa ou

baixos relevos a dourado: às vezes basta, simplesmente, ter uma ideia. Que é, logo aí, uma ideia a mais do que as que têm os nossos editores contemporâneos, que passam por uma fase de fetichização da pobreza, quando não apenas cultora de um conservadorismo invisual. Também o tema do livro tem bastante importância, ou não se tratasse da primeira edição por cá que colige textos da autoria de Ricardo Flores Magón (RFM), uma das figuras intelectuais de maior impacto para as lutas anarquistas contemporâneas. Como muitos sabem, a história de RFM confunde-se com a da década revolucionária de 1910 a 1920, no México, apesar de o seu papel ser por demais exagerado pela historiografia anarquista. Aliás, a sua relevância não reside nesse período conturbado, mas na abertura de um espaço de reivindicação do direito à terra, que tem sido a chave das lutas indígenas da última centúria. Se pensarmos no que foi a revolução mexicana, concluímos que esta não foi, sequer, uma revolução no seu sentido estrito, isto é, não se tratou de um evento, mas de um longo arrastamento de golpes de estado, assassinatos de presidentes, impasse e confusão ideológica. E é certamente através deste último ponto que se pode compreender o impacto que teve RFM na radicalização do Partido Liberal Mexicano (PLM) e o seu papel na propaganda de um certo anarquismo pelo México e Baixa Califórnia. Logo à partida, diga-se que a revolução se inicia não só como uma tentativa de terminar com o porfiriato — período em que Porfirio Díaz presidiu ao governo mexicano —, como também extinguir o caudilhismo que marcava a política nesse território. É, inicialmente, uma revolução política, que procura reabilitar a Constituição de 1857 e terminar com o clientelismo político. Quando o PLM surge, logo em 1906, com RFM e o seu irmão Eduardo na fundação, a sua organização está mais próxima de um movimento heterogéneo que de um partido de massas, funcionando na clandestinidade. Mesmo que o seu programa tenha tido uma importante componente social (oito horas de trabalho, legislação laboral para acidentes e trabalho infantil, por exemplo), é ainda claramente constitucionalista. É, na realidade, um agrupamento de diversas sensibilidades oposicionistas à ditadura, juntando progressistas e jacobinos, numa mixórdia que faz lembrar os partidos radicais do final do século XIX na Europa. Esta comparação com o contexto europeu não deve ser menosprezada. Se Mário Rui Pinto, o editor do livro, tem razão em destacar a especificidade regional e circunstancial, ao lermos os diversos textos da autoria de RFM compreendemos facilmente que ele não está assim tão distante do vocabulário usado pelos anarquistas europeus da altura. No «Segundo Manifesto do PLM», já depois de RFM ter radicalizado a plataforma liberal e a ter aproximado do seu anarquismo, graças, principalmente, ao seu trabalho como editor do jornal *Regeneración*, encontramos o mesmo determinismo histórico de Kropotkine («A morte da velha sociedade está próxima, não tardará a ocorrer, e só poderão negar este facto aqueles a quem interessa que viva (...). Tudo indica, com força de evidência, que a morte da sociedade burguesa não tarda em sobrevir.»). Ou no artigo «A Revolução», que fecha com a sentença «ponho de pé os homens que esfregam os ladrilhos dos templos, promovo o progresso, faço a História./ Deixem-me passar!/ Sou a Revolução!», deparamo-nos com a vul-

gata iluminista, de que algumas expressões anarquistas europeias são a expressão mais radical, e a crença no progresso como motor da História, sempre em caixa alta como manda a sapatilha. O que RFM parece realizar é uma síntese de diferentes correntes europeias: desde o hiper-racionalismo de Kropotkine e Reclus ao ilegalismo de Ravachol, passando pela fetichização da violência revolucionária, que por momentos faz lembrar um Sorel em descontos («Sem necessidade de haver guerra, há vítimas em tempo de paz e, segundo as estatísticas, as vítimas em tempo de paz são mais numerosas que as vítimas em tempo de guerra»). Sem querer questionar as bem-informadas estatísticas de RFM, às quais não tive acesso, gostaria apenas de lembrar que mais de 5% da população mexicana morreu durante a década revolucionária, à qual também não se faltaria à verdade se se chamasse apenas de guerra civil. Também a selecção literária, que só com alguma condescendência pode assim ser chamada, faz lembrar os contos sociais de transição entre o naturalismo e o realismo socialista deste lado do oceano, polvilhada com um romantismo revolucionário delicado. Os temas estão lá todos: exploração laboral, diatribes contra padres, miséria e a ignorância da plebe. E é certamente graças a este último aspecto que se podem compreender as enormes contradições discursivas de grande parte dos anarquistas da transição entre o séc. XIX e o séc. XX, no que diz respeito a um certo tom paternalista que põe em confronto o pobre imbecil ao bem-informado intelectual, ao qual cabe a tarefa de guiar o miserável na direcção da luz. Nem sempre o espaço anarquista conseguiu aceitar que a tal revolução social ansiada só será obra da vontade dos invisíveis e anónimos ou não será, mesmo que isso adie indefinidamente a festa. Se não se aceitar esta premissa, há dois caminhos possíveis: gritar contra a imbecilidade alheia, atacando os trabalhadores por não se consciencializarem da necessidade de tomarem o que é deles por direito, ou insistir na evangelização e em guiar o rebanho, segundo um pretensso conhecimento que podia ser sintetizado na máxima «eu sei o que é melhor para eles». Como bem sabemos, esta última possibilidade foi (ou deveria ter sido) o que distinguiu as práticas anarquistas do vanguardismo marxista. Para sermos justos, RFM tenta contornar esta problema através da interpretação das condições materiais dessa ignorância, principalmente o ensino religioso ou a propaganda capitalista do *self-made man*, que constrói a escravidão voluntária, que é precisamente o título de um dos contos do mexicano. Mas se procurarmos a relevância, actualidade e originalidade do seu pensamento, teremos de procurar alhures. O posfácio do editor garante uma contextualização relevante do pensamento de RFM, depois de lhe ter dedicado uma biografia bem-informada logo no início do livro. O argumento do Mário Rui Pinto é de que RFM prepara aquilo a que hoje em dia podemos chamar de anarco-indigenismo, uma corrente que visa reclamar as terras indevidamente expropriadas pelos estados-nação ou pelo aparelho corporativo. É claro que quanto à intuição expropriadora também podemos sentir o eco de Malatesta («À Expropriação»). E podemos ainda pensar em como RFM influenciou o agrarismo dos zapatistas («O Trabalho em Comum da Terra»), o insurreccionalismo da Federação Anarquista Ibérica pós-1930 ou de Bonanno («À Mulher»), ou o ultra-esquerdismo do Partido Comunista Mexicano inicial. Talvez não seja

correcto falar em magonismo, se nos recordarmos da verve anti-personalista que estava na base do PLM, mas de uma corrente de ideias difusa e sintetizada por RFM para dar resposta aos problemas específicos de uma realidade política particular. No entanto, a importância de RFM pode não estar circunscrita ao seu México, ou ao seu presente. Transcende-o para ecoar em outros presentes: no dos Chicanos (1940-1970), no da luta armada (1960-1970), no da anti-globalização (a partir dos 90). Mas é provavelmente neste longo presente de luta contra o neo-colonialismo que Magón mais se faz ouvir, não fosse a tomada das terras Yaqui no Texas um dos primeiros actos de expansionismo do estado *gringo*.
[ANTÓNIO BAIÃO]

VÁRIOS

***DIVERSOS POESIA E TRADUÇÃO*, n.º 30/31, Novembro, 2020**

Fundada em 1996 por Carlos Leite, Jorge Vilhena Mesquita, José Carlos Marques e Manuel Resende, esta revista, a única que com regularidade e há tanto tempo se dedica em Portugal em exclusivo à edição de poesia, é hoje editada pelas Edições Sempre-Em-Pé e coordenada por José Carlos Marques. A primeira e a mais diferenciadora das suas características, que de resto se encontra logo no seu nome de baptismo, está inscrita na sua divisa, *diversi diversa orant* [sendo diversos, fazem preces diferentes], do músico Nicolas Gombert (1500-1556), e que a revista adaptou a seu modo *sendo diversos, fazem poesia diferente*. Este respeito e interesse por manifestações poéticas diversas é todo um programa pessoal, uma orientação de princípios e de caminhos que nos é maximamente simpática e grata e que nos parece até singular e invulgar no panorama literário português onde, mesmo nas melhores publicações, prevalece o espírito de capelinha e o conluio de grupo. *DiVersos* não tem grupo, não se fecha num único círculo, antes abre as suas páginas aos vários grupos, que assim fraternizam em cada volume da publicação. O único princípio que tem em poesia é o da aceitação da *diversidade* e o da abertura a todas as manifestações em verso. Não obstante a desconfiança que isto gera em alguns redutos mais obstinadamente fechados, a revista tem tido um papel inestimável e único na divulgação em língua portuguesa de poetas de todo o mundo – traduziram-se poemas de mais de vinte línguas mundiais, algumas delas quase até aí inacessíveis – e na promoção de poetas portugueses, quer os muito conhecidos quer os pouco ou mesmo nada, já que a revista não se rege por qualquer exclusividade e menos ainda por aquela que decorre do mediatismo dos poetas premiados, falados e comentados. Dedicado à memória de Manuel Resende e António Fournier, o primeiro um dos fundadores da revista e o segundo seu colaborador, este novo número de *DiVersos*, com 314 páginas, faz justiça ao longo passado da publicação com a apresentação de três poetas da Bahia (Florisval Mattos, Riberval Pereyr e João Filho) de sucessivas gerações, traduções do búlgaro, do alemão, do inglês, do italiano, do grego, do islandês (através do inglês), do espanhol, do macedónio (através do inglês) e apresentação de inúmeros poetas portugueses e brasileiros, alguns deles nascidos já depois da década de 70 do século passado. Entre este variadíssimo magma, damos destaque à tradução de Lawrence Ferlinghetti, numa altura em que o poeta estava ainda

vivo e activo, com um poema extraído do seu mais conhecido e traduzido livro, *A coney island of the mind*, tradução e nota biobibliográfica da responsabilidade do editor e coordenador José Carlos Marques. Não podemos ainda deixar passar as colaborações de Margarida Vale de Gato, traduzindo Herman Melville e publicando uma reflexão de sua lavra cheia de verve sobre o ofício do eco (a tradução), de José Pascoal, de Nicolau Saião e de Maria Amélia Neto (1928-2016), esta numa mini antologia organizada pelo editor e com uma pormenorizada nota da sua responsabilidade em que se fica a saber a história do resgate desta poetisa que apenas publicou em vida — foi também tradutora de T.S. Eliot — cinco livros de versos, quatro deles nos primeiros anos da década de 60 do século passado, e que morreu esquecida, sem um único obituário nos jornais, na rádio, na televisão e na *rede*. *DiVersos* presta assim um inestimável serviço a uma poetisa que merecia ter tido em vida outra atenção mais favorável. [A.C.F.]

RICARDO DE VARGAS GOLARONS [org.]

SALVADOR PUIG ANTICH E A LUTA ARMADA NA CATALUNHA, 2021

Salvador Puig Antich é um nome que não causa estranheza a quem mais ou menos está por dentro dos acontecimentos que marcaram os últimos cinquenta anos na Península Ibérica. Seguramente, as gerações mais velhas, que viveram os tempos efervescentes das décadas de 1960 e 1970, terão uma ideia mais nítida de quem foi e do que representou então. Mas as gerações mais novas, que já nasceram depois da sua morte, mesmo aquelas mais alheadas das ideias da autonomia operária e do anarquismo, poderão estar familiarizadas com o nome. Salvador Puig Antich foi um dos últimos combatentes anticapitalistas assassinados pelo regime de Franco, um dos últimos a serem garrotados no Estado espanhol, método torcionário que remonta ao período romano e que Espanha usou desde a Idade Média, inclusive nas colónias americanas, até ao dia 2 de Março de 1974, dia em que Salvador Puig Antich (e Georg Michael Welzel) morreu. O livro *Salvador Puig Antich e a Luta Armada Anticapitalista na Catalunha nos Últimos Anos do Franquismo* traz à memória a vida e a morte de Salvador Puig Antich, o que representou e por que lutou durante o período que antecedeu a morte de Franco e a transição pseudodemocrática para a actual monarquia parlamentarista. O trabalho de organização do livro coube a Ricard de Vargas Golarons, antigo militante do Movimento Ibérico de Libertação (MIL), grupo a que Puig Antich pertencia, e da Organização de Luta Armada (OLLA), que juntou a alguns textos da sua autoria outros de historiadores, companheiros de luta e familiares de Puig Antich, bem como textos e cartas do próprio, culminando o livro com um anexo fotográfico e documental, que nos dão uma visão geral de quem foi este lutador libertário. Compreender quem foi Salvador Puig Antich implica também compreender uma época, em que os sonhos revolucionários estavam bem vivos e se sentia, na pegada daquilo que havia sido o Maio de 68 francês, que nada era impossível. Época em que proliferou, em diferentes partes do globo, um grande conjunto de grupos que pegaram em armas para lutar pelos mais diversos sonhos de libertação, quer do colonialismo, quer do fascismo, quer do capitalismo. Puig Antich vivia na barriga do

monstro fascista que desde a Guerra Civil de Espanha dominava aquele território pelo medo, mas vivia precisamente na sua parte mais revoltosa, na Catalunha, que mesmo depois da derrota republicana em 1939 nunca se rendera completamente ao fascismo. E ele pegou o testemunho de muitos outros lutadores que lutaram com armas na resistência antifranquista, lutadores como Facerías ou Quico Sabaté, com o intuito de golpear o monstro fascista, destruindo ao mesmo tempo a outra face desse monstro, o capitalismo. O MIL surgiu em 1971 como um movimento de agitação, que pretendia, através de expropriações, recolher fundos suficientes para publicar diversos textos revolucionários que pudessem ser distribuídos pela classe operária catalã no sentido de agitar contra o fascismo e o capitalismo. Puig Antich integrou a facção armada do MIL, os Grupos Autónomos de Combate (GAC), e depois de muitas acções bem-sucedidas, com a polícia no seu encalço e cada vez mais perto depois das detenções de outros membros do grupo, acabou por ser detido em 25-9-1973, não sem que antes tentasse resistir à detenção, resistência essa que quase lhe tirou a vida depois de ter recebido dois disparos e que culminou na morte do subinspector Francisco Anguas Barragán, vítima de cinco tiros. Ainda hoje se discute se as balas que mataram o subinspector saíram da pistola disparada por Puig Antich ou das disparadas pelos outros inspectores, pois os impactos de bala no corpo de Anguas Barragán não correspondiam ao número de balas saídas da pistola de Puig Antich, mas o que é certo é que essa morte lhe custou também a vida, ceifada naquele fatídico 2 de Março de 1974, que levou Lluís Llach a cantar que «se eu canto triste é porque não pude apagar o medo dos meus pobres olhos». [PEDRO MORAIS]

FERNANDO BARBERO

BREVE HISTÓRIA DO ANARQUISMO, 2021

É preciso recuar alguns anos até encontrarmos a última história do anarquismo editada em Portugal, quando as Edições 70 publicaram o livro de Jean Prépou-siet. Saiu à estampa, há coisa de um mês e picos, a tradução de Carlos d'Abreu do livro *Breve y somera historia del anarquismo* (Queimada, 2018). São cerca de 250 páginas [Carava Ibérica/A Ideia] que compreendem inúmeros verbetes curtos que traçam uma cronologia dos eventos mais célebres que marcam a história canónica do anarquismo. Escrever *o anarquismo* faz-me coçar a cabeça e pensar se essa é uma forma adequada de denominar um corpo ideológico que dificilmente pode ser singularizado. É certamente mais correcto falar de vários anarquismos que partilham algumas motivações entre si, mas que é difícil encontrar neles um denominador comum. Fernando Barbero parece, ao início do livro, inclinar-se para esta posição, que tem tido cada vez mais aderentes na historiografia anarquista, como Ruth Kinna e Sureyya Evren, mas rapidamente abandona esta ideia para se lançar à feitura de um esboço que segue a linhagem das histórias do anarquismo de Eltzbacher, Woodcock, Guérin ou Arvon, com todos os seus defeitos e méritos. Esta história do anarquismo traça um perfil universal a partir do ponto de vista de um observador espanhol. Por isso, navega entre uma história global e uma abordagem regional da especificidade espanhola, desde Anselmo Lorenzo ao ressurgimento da CNT depois da queda

do franquismo, dedicando longas páginas à sobrevivência de anarquistas na oposição à ditadura. É um equilíbrio difícil de manter, pois coloca-se perante uma contradição difícil de solucionar, procurando enunciar o geral a partir do particular. Se esta é uma história universal do anarquismo, como contemplar em si os anarquismos com as suas especificidades culturais? Se esta é uma história das diferentes expressões dos anarquismos, como parece acontecer com os verbetes dedicados ao México, Portugal, América Latina ou Ásia, estaremos ainda perante uma história do anarquismo ou perante uma história dos anarquismos? Porque se é certo que há pedras de toque, não é menos verdade evidenciar as inúmeras diferenças que enriquecem as práticas destes espaço de ideias. Mas na leitura do livro paira sempre a ideia de que uma síntese é possível, que alcançar o sincretismo é exigido, mesmo que para isso se desvalorizem as correntes egoístas, pós-egoístas, individualistas e ilegalistas, ao mesmo tempo que se corre a agitar a bandeira do comunismo e sindicalismo libertários. Sabemos que estas foram as correntes que se tornaram hegemónicas, mas não deve uma história dos anarquismos pugnar por uma reabilitação dos desprezados pela história? Além disso, esta forma de pensar a história tem também um problema de fundo de reabilitar o velho romantismo historiográfico: a história de eventos e a história de heróis. É difícil aceitar que uma historiografia anarquista, se for desejável, se possa encerrar na idolatria dos grandes vultos e dos grandes eventos. Não é necessário realizar uma profunda reflexão sobre as possibilidades teóricas de uma história cultural, económica, ou qualquer coisa desde os *Annales*: mas simplesmente pensar que se os anarquismos reclamam um anti-autoritarismo, isso também deve aplicar-se ao seu próprio olhar sobre o seu espaço ideológico. A hagiografia e a glorificação serviram sempre um conservadorismo mitificante, que deviam merecer uma crítica demolidora por quem faz a história dos anarquismos. Há, por outro lado, um mérito importante deste tipo de edições, que se dirige a um público mais amplo e que pode encontrar aqui uma adequada porta de entrada ao tema. É certo que se pode apontar o dedo a um enorme ecletismo inclusivista, onde cabem todos desde Bakunine a Kerouac e Rabelais, que se pode questionar a análise de práticas anarquísticas em praticamente todos os autores desde o começo dos tempos, e que se pode ainda perguntar que lugar ocupam as correntes anarquistas que emergiram a partir do insurreccionalismo e que desaguam nas águas turvas do pós-nihilismo. De qualquer forma, no deserto editorial português, esta edição, por mais epidérmica que seja, desempenha a sua função publicista, retomando a tradição dos livros de divulgação cultural. Para quem há pouco começou a interessar-se pelos anarquismos e pouca informação tem, este compêndio cumpre a sua propedêutica para iniciantes. [A.B.]

JACQUES ELLUL

ANARCHIA E CRISTIANESIMO, 2021

Texto do final da vida de Jacques Ellul (1912-1994), este livro que ora se republica em tradução italiana (Elèuthera, 2021, pp. 176, trad. Liliana Ribet, nota intr. Goffredo Fofi e pref. Mimmo Franzinelli) teve inicialmente edição original

em francês em 1988, na chancela Atelier de Création Libertaire (Lyon) e a primeira tradução italiana na casa editora Elèuthera, em 1993, pouco antes do autor falecer. Ellul é um pensador atípico, reivindicado hoje por uma franja da ecologia política, aquela que descende de Serge Latouche e de Ivan Illich e se mostra a mais crítica e fria ao inofensivo jogo partidário dos partidos Verdes. Na sua juventude, na década de 30 do século passado, ensaiou conciliar socialismo e cristianismo, não perdendo nunca ao longo da vida estas duas raízes. Embora a sua reflexão mais promissora e pessoal, aquela que mais interessa hoje a ecologia social acabe por passar ao lado das questões morais e bíblicas, versando antes a autonomia social da técnica na modernidade e as suas imposições burocráticas e totalitarizantes, Ellul nunca deixou de ser um cristão — foi até ao fim membro da Igreja protestante — preocupado com a hermenêutica da Bíblia, a ponto de o podermos avaliar, na enfiadura de Karl Barth, como um dos “teólogos” mais singulares da segunda metade do séc. XX. A originalidade da exegese bíblica de Ellul centra-se numa ideia para ele central: embora com dados que podem parecer contraditórios, o conjunto da Bíblia, e não apenas o Evangelho, aponta para que Deus e o Estado sejam inconciliáveis. Segundo ele, aquele que dialoga com o Deus bíblico, hebraico e cristão, não pode aceitar o Estado, a hierarquia do poder, a submissão ao Rei, a César ou a qualquer tirano, ou até a qualquer poder político que esteja divorciado das pessoas, e está obrigado a bater-se por formas de convívio social e político em que o poder seja exercido de forma directa por todos, em comunidades livres e auto-organizadas que fujam à alçada do Estado. Para se entender esta teologia é necessário saber que ela se recusa a definir Deus — e é todo o lastro da “teologia negativa” e até da “teologia da morte de Deus” que destarte desagua neste pensar — e que apenas lhe aceita uma única identidade sem rosto, o Amor. Esta ideia — a incompatibilidade do Deus bíblico, entendido como Amor, com o Estado — é em Ellul fundadora e irradiante, acabando a justificar o seu diálogo com a tradição anarquista, de que este livro é a súpula final, organizada em dois capítulos — um sobre a anarquia que lhe interessa, “L’anarchia dal punto de vista di un cristiano”, e outro de exegese de passos bíblicos, “La Bibbia fonte di anarchia” —, uma introdução maioritariamente autobiográfica e uma rápida conclusão, em que preserva a identidade dos dois modos de pensar aqui em causa, o anárquico e o cristão. Talvez a teologia *ateológica* — subterrânea e libertária — de Ellul não seja assim tão original como possa parecer ao leitor desprevenido. Tolstoi no seu tempo disse exactamente o mesmo, com a diferença de Ellul aceitar as palavras “anarquia” e “anarquismo”, “la forma più completa e coerente di socialismo” (p. 37), ao invés de Tolstoi, nascido em 1828, quando a palavra “anarquia” nem sequer existia no sentido moderno e paradoxal de “ordem”. E um livro como *The pursuit of the millenium: revolutionary and mystical anarchists of the Middle Ages* de Norman Cohn, cuja primeira edição é de 1957, colocou no centro do debate, ao tratar dos anabaptistas, muitas das questões que a teologia de Ellul levanta. Ele próprio, Ellul, reconhece um precursor para o seu pensar no domínio das valências libertárias da Bíblia — o dinamarquês Kierkegaard. Há algo porém que neste livro é novo e só do seu autor. Trata-se das perspectivas que Ellul abre ao anarquismo, ao anarquismo

pacifista por natureza e por tática, considerando-o uma teoria política plena de futuro (p. 59) — desde que se saiba continuar a modernizar, sem perder porém o que nele há de distinto, e não recuse convergir com os demais embriões autogestionários — sobretudo as franjas decrescentistas da ecologia. A singularidade de Ellul no domínio da hermenêutica bíblica, renovando-a com recurso ao pensamento acrata, teve ainda uma outra consequência: se por um lado gerou uma forte curiosidade por parte de sectores anarquistas, como esta reedição italiana faz prova, por outro gerou desconfianças, como aquela que ele mesmo conta com alguma mágoa na introdução do volume (p. 36). Trata-se da adesão que Ellul pretendeu dar à Internacional Situacionista e que foi recusada por Guy Debord e seus amigos. A decisão fundamentou-se no facto de se tratar dum cristão, cuja mundividência era vista como incompatível com o movimento a que pretendia aderir. [A.C.F.]



CARTA ABERTA AOS ESTUDIOSOS ACADÉMICOS DO SURREALISMO

Peculiar Mormyrid é uma revista surrealista em papel da costa oeste dos Estados Unidos, que se define como “elefante e peixe”. No sítio informático, publicaram a 27-3-2021 *an open letter to academic students of surrealism*, de Mattias Forshage, que dá conta dos mal-entendidos que se podem gerar no estudo académico do surrealismo, segundo métodos que nada têm a ver com a sua experiência. Deixamos aqui de seguida um curto passo do texto: *Entendam por favor que a estrutura académica não é uma posição particularmente favorável para promover a radicalidade do surrealismo. Na verdade, houve muitos esforços e tentativas de transformar a universidade num reduto de resistência e num lugar teórico radical, mas em nenhum lugar isso funcionou de forma consistente e continuada. Hoje em dia, isso é cada mais difícil, até porque uma posição institucional está fortemente associada a uma carga pesada de tarefas administrativas, bem como a objetivos de produtividade em termos de pesquisas publicadas ou número de alunos processados e aprovados.[...] Atendendo a que o surrealismo é um tipo de actividade que depende muito mais do irreproduzível e do evasivo, da ambiguidade e do desconhecido, do acaso e dos efeitos involuntários das associações livres, é esperado que ele, surrealismo, se encaixe mal dentro duma estrutura académica, uma vez que é o oposto do método académico. E se alguém pretende reformar os padrões académicos para poder acomodar também essas operações, isso na verdade significa dissolver o método académico a ponto dele perder a razão de ser. [...]*

EDIÇÕES 100/CABEÇAS

Em São Paulo, animada pela editora Ameli Jannarelli e por Alex Januário, este ligado ao grupo surrealista DeCollage e colaborador de Sergio Lima na sua revista *A Phala*, surgiu a Edições 100/cabeças, consagrada ao surrealismo, que se estreou em 2020 com um livro de René Crevel, *A Morte Difícil seguido de O Espírito Contra a Razão, Se a Morte Fosse Apenas Uma Palavra, além da resposta do autor à Enquete sobre o suicídio 1* de Souza e Bruno Costa, posfácio de Marcus Rogério Salgado e nota biográfica de José Miguel Perez Corrales. No mesmo ano, publicaram: Mina Loy, *Escritura Estilhaçada — manifesto feminista, notas sobre a existência e outros escritos* (tradução de Maíra Mendes Galvão, nota biográfica de Alexandre Barbosa de Souza e cronologia de Roger Conover); Em 2021, lançaram os títulos, Antonin Artaud, *Carta à vidente* (tradução de Bruno Costa, carta com reenvio de Sergio Lima e ilustrações de António Gonçalves); Leonora Carrington, *Lá Embaixo* (tradução de Alexandre Barbosa de Souza, apresentação de Diogo Cardoso e posfácio de Marcus Rogério Salgado); Michael Löwy *O cometa incandescente - romantismo, surrealismo, subversão* (tradução de Diogo Cardoso e Elvio Fernandes, prefácio de Alex Januário, ilustrações de Guy Girard). Para este ano, outros títulos do surrealismo estão sendo publicados, entre eles: André Breton (Nadja), Giorgio de Chirico (Hebdomeiros), Jacques Vaché (Cartas de Guerra). Do texto de Sergio Lima que acompanha o estojó da edição de Artaud, “A carta do vidente e vidências das cartas de amor”, destacamos o seguinte passo: *convém dizer que Antonin Artaud, ao escrever sua “Carta à vidente”, tinha em mente a “Carta do vidente de Arthur Rimbaud.*

[...] Além da crítica radical de toda a poesia ocidental, à exceção de nomes de seus primórdios na Grécia antiga e certos românticos, a “Carta do vidente” traz a defesa e pede a emergência de uma nova poesia para falar do novo. [...] E mais, nessa “Carta do vidente” é que se descortina e se apresenta, já em fulgurante visão e lado a lado, a revelação na poesia do feminino e da mulher.

MICHAEL LÖWY

Na editora paulistana 100/cabeças, acabou de sair, em 2021, como se disse acima, com prefácio de Alex Januário e desenhos de Guy Girard, o livro *O cometa incandescente – romantismo, surrealismo, subversão* (308 pp.), que reúne textos soltos sobre tópicos gratos ao surrealismo (ocultismo, liberdade, magia, jogo), autores (Vincent Bounure, Michel Zimbacca, Sergio Lima, Eugenio Castro e outros) e ainda um conjunto de documentos ligados ao movimento e relativos ao período que vai de 1987 a 2020. Dando seguimento ao trabalho anterior de Löwy, em especial n’ *A estrela da manhã – surrealismo e marxismo* (2000), cuja segunda edição brasileira (2018) se recenseou em volume anterior desta revista, o livro mostra a vitalidade dum movimento 100 anos depois de emergir, dando a perceber a pertinência da sua presença. Revisto pelo autor, publicamos neste volume, o seu primeiro capítulo “Surrealismo e Liberdade”.

MICHEL ZIMBACCA [1924-2021] & ALAIN JOUBERT [1936-2021]

Filho de pais sírios, nasceu em Paris em 28-7-1924. O seu nascimento nesta cidade coincidiu com a saída do primeiro manifesto do surrealismo. Veio a interessar-se por este movimento em 1946, no momento do regresso de André Breton do seu exílio nos Estados Unidos. Passou a participar nas actividades do grupo surrealista de Paris e em várias das suas publicações – o que durou a bem dizer até aos dias de hoje, em que continuava a colaborar com a actual revista do grupo de Paris, *Alcheringa*. Cineasta, documentalista, collagista, poeta e pintor, morreu em Paris a 1-4-2021. Da sua obra retemos os seus dois livros de poesia *Le centaure inoxydable* (1994) e *Sans cent vierges ni virgules* (2017), co-editado este pelas editoras surrealistas Éditions Sonámbula (Quebec) e Edições Loplop (São Paulo) e o filme com Bédouin e Péret, *L’invention do monde* (1952). Ainda no mês de Abril de 2021, no dia 22, faleceu outro membro histórico do grupo surrealista de Paris, Alain Joubert, que descobriu o surrealismo no final da adolescência, entrando em contacto com Breton no início da década de 50. A partir daí não mais abandonou o grupo que se reunia em torno de Breton e de Péret, dando um contributo a todas as publicações que o grupo de Paris publicou desde então até aos dias de hoje. Registamos a sua colaboração activa em 2014 no grande *Almanaque Surrealista* publicado pelo grupo holandês *Bru-mes Blondes*, organizado por Laurens Vancrevel e Her de Vries.

UMA CARTA DE EUGENIO CASTRO

Eugenio Castro acaba de publicar *Madrid rediviva* (Pepitas de Calabaza, 2021, 192 pp.) “testemunho de uma relação passionnal com a cidade de Madrid que vai além dos enfoques urbanísticos ou sociais a que estamos habituados.” Eugenio precisou alguns aspectos do livro na seguinte carta que nos enviou (17-4-2021):

Gracias por darme noticia de que lo habéis recibido: / Se trata del ensayo que más me ha exigido y yo mismo más me he exigido, querido António. Es de gran importancia en lo personal, y no dejo de estar expectante de cara a saber si tiene parecida importancia, al menos, dentro del universo surrealista. / No es solamente un libro de “paseo” por Madrid (discúlpame la precisión). La demostración de amor pasional hacia Madrid reduciría su intensidad si no se hiciese acompañar por una crítica implacable a los modos de humillación empleados contra la ciudad. Y, aunque pienso que he podido decírtelo previamente, me gustaría destacar que el encuentro es la columna vertebral; el encuentro que, a partir de los hechos-resbalón y los hechos-precipicio, se despliega horizontal y verticalmente. El vórtice del libro está localizado en la unión del alumbramiento del amor y el estallido de la revuelta de Madrid de mayo de 2011. / Permíteme reafirmarlo, António, pero he tenido el deseo, la voluntad, la aspiración de que Madrid rediviva llegue a formar parte de la constelación surrealista que aborda la cuestión de la ciudad conforme a sus preceptos de revelación poética, crítica contra el urbanismo capitalista y surrealidad: errancia, “repetición ritual”, hallazgo, imaginación onírica. / Disculpa, de nuevo, estas precisiones, que no obstante me parecen oportunas, sabiendo sobradamente que tú formas parte de los iniciados en la desalienación del espíritu humano y del mundo sensible. / Os mando un nuevo y fuerte abrazo.

UMA CARTA DE JOSÉ MANUEL ROJO

De uma carta de José Manuel Rojo (4-5-2021) retemos o seguinte passo: *¡llego A Idea, y el bello libro de Cruzeiro! [...] Sobre Cruzeiro, ¡que sorpresa más hermosa! Conocía su poesía por un libro bilingüe en francés y portugués que publicó Ab Irato, y precisamente el año pasado, en Faro, encontré el Tomo I Obra Poética de sus obras completas, organizada por Isabel Meyrelles...y tengo que decir una herejía: quizás me gusta más su poesía que su obra plástica. En cualquier caso, un gran poeta surrealista, otro más surgido de la inaudita y prodigiosa floración del surrealismo en Portugal (muy superior, en mi humilde opinión, a los tan cacareados poetas españoles del 27 que se acercaron al surrealismo sin serlo, exceptuando, quizás, al Lorca de Poeta en Nueva York)...hay además en Cruzeiro una ira y una rabia, y un humor negro, que asocio no sé si con acierto a Forte. ¡Mejor que mejor!*

CRUZEIRO SEIXAS [1920-2020]

Assinalamos a exposição na BNP, “Velocidade de Cruzeiro”, de 26-5-2021 a 27-8-2021, celebrando o centenário de Cruzeiro Seixas. Foram expostas 144 obras, criadas entre os anos 40 e 70 do século passado, selecionadas entre muitas que ele ofereceu à BNP em 1993. Texto introdutório de Bernardo Pinto de Almeida.

THE OYSTERCATCHER

Publicada na ilha de Denman (Canadá) por iniciativa de Ron Sakolsky, saiu em Maio de 2021 com capa de Franklin Rosemont o n. 18 da revista *Oystercatcher* (32 pp.). Síntese de duas linhas de pensamento afins, a surrealista e a anarquista, a revista é um exemplo desta convergência, dando continuação à linha de actuação do Grupo Surrealista de Chicago, muito activo nas últimas décadas do séc. XX e com o qual Mário Cesariny colaborou, chegando mesmo a ir a

Chicago em Maio de 1976. Deste número retemos a atenção prestada aos Índios, “Beyond the ecology of presence – being anarchists on indigenous lands” (pp. 6-7), as collages de Janice Hathaway (pp. 15-18) e o memorial de Penelope Rosemont, “Diane di Prime: the she-wolf – an anarchist poet/surrealist provocateur” (pp. 22-24), sobre a relação que manteve com a escritora nova-iorquina.

SALAMANDRA & FLAUTA DELUZ

No final da Primavera de 2021, apareceu em papel o novo volume da revista *Salamandra* (n.º 23/24) do Grupo Surrealista de Madrid. Com mais de 450 páginas, e a colaboração de vários portugueses (Júlio Henriques, Joëlle Ghazarian, Ana Marques...), merecerá da nossa parte no próximo volume atenção. Já no início do Verão, em Julho, com este volume em provas, apareceu o n.º 8 de *Flauta de Luz*, que merecerá também no volume de 2022 comentário.

COMUNA DE PARIS

Organizada pela CNT-RP (Confédération Nationale du Travail-Région Parisienne) e pelo grupo “Comuna de Paris” da Federação Anarquista francesa (FA) teve lugar num Liceu de Paris, a 12 e 13 de Junho, um colóquio dedicado a este evento com o título “Toujours Debout” e distribuído em 6 secções (Os internacionalistas anti-autoritários; A Comuna e as mulheres; A Comuna e a educação; os artistas e a Comuna – Courbet e os outros; As outras Comunas (Marselha, Lião, Limoges e Grenoble; O decreto de 16-4-1871). Deixamos o texto geral de apresentação do evento de Paris: *Durante os 72 dias da Primavera revolucionária de 1871 que assistiu ao levantamento do povo parisiense, mas também de outras cidades do país, as iniciativas criadoras duma classe operária livre de tutelas patronais e estatais manifestaram-se e revelaram-se à luz do dia aos olhos de todos. Século e meio depois, estes 72 dias de esperança, de combate, de dor, de alegria, de sacrifício, de heroísmo, alimentam sempre reflexões, análises e controvérsias. É assim uma Comuna viva que a Federação Anarquista e os grupos da CNT da região parisiense decidiram evocar num colóquio que terá lugar nas instalações do Liceu Autogerido de Paris (LAP). Abordar em 2021 a luta social dos Comunalistas significa para os libertários, sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas, ocupar um espaço de luta essencial, o da memória, questão vital da luta de classes. A burguesia não deixou nunca de polir a sua visão da História, lendo o passado à luz dos seus interesses presentes e futuros, mesmo com o risco de dourar, deformar e maquilhar os factos – donde se tira que o estalinismo não tem o monopólio do travestir da História. Logo depois dos acontecimentos carroças de lama foram despejadas sobre os cadáveres ainda fumegantes de Montmartre e do Père-Lachaise e logo aí os plumitivos a soldo dos vencedores destilaram o seu fel. “Ajuntamentos de vilões... Paris nas mãos da escumalha...” proclamava Alphonse Daudet, enquanto Alexandre Dumas filho vomitava a sua misoginia, “... e nada diremos das suas fêmeas, por respeito às senhoras, com quem elas apenas se parecem depois de mortas...” Prestar homenagem é assim antes de mais exercer o direito de resposta aos falsificadores da História e logo depois compreender o alcance deste movimento revolucionário, integrando-o nas lutas presentes, nos combates pela abolição do capitalismo e pela chegada duma sociedade au-*

togestionária, única saída para a barbárie programada. As temáticas tratadas sintetizam a filiação que liga os Comunalistas de 1871 às necessidades das lutas do século seguinte: organização autogerida do trabalho e cooperativismo, feminismo como componente da luta social, práticas pedagógicas em correlação com um projecto social autogestionário, coordenação das lutas sobre o conjunto do país, o futuro da arte desligada das leis do mercado, a afirmação dos princípios anti-autoritários e federalistas como alternativa às hierarquias estatistas e patronais, internacionalismo em acção como forma de negação do chauvinismo e do patriotismo. Finalmente, este colóquio é o resultado duma harmoniosa cooperação entre duas componentes distintas do movimento libertário, a CNT-RP e a FA. A sua organização e a sua gestão, esta com o apoio do LAP, põem em prática e de forma exemplar os princípios que nos são caros do federalismo e da autogestão: autonomia das componentes, decisões colectivas, coordenação sem hierarquia. Fazemos votos para que esta iniciativa mostre ao maior número que um outro futuro é desejável e possível. Viva a Comuna!

A COMUNA, CESARINYE O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS

Uma das medidas do municipalismo parisiense foi reverter a simbólica da cidade a um ponto a partir do qual fosse possível reinventar um outro imaginário urbano. Foram assim abolidas na toponímia das ruas e dos bairros as alusões a figuras ligadas ao despotismo político, militar e religioso. A acção mais emblemática nesse campo foi a destruição da Coluna Vandoma na Praça do Império, também ela rebaptizada. Há parcelas da História que nos envergonham e que, não devendo ser esquecidas, não merecem ser celebradas. A arte que celebra figuras criminosas é em geral medíocre, pomposa, académica e servil. Merece bem ser substituída por uma arte mais simples, que faça justiça à simplicidade e à generosidade, não à conquista, à guerra, ao militarismo, à tirania e a outras formas de desumanidade. Bom conhecedor de Lisboa e do que nela mais importava, Mário Cesariny foi da opinião que o Padrão dos Descobrimentos de Cottinelli Telmo e de Leopoldo de Almeida devia ser arredado de Belém. Afirmou-o numa entrevista ao jornal *Independente* (20-5-1988): *O monumento aos Descobrimentos em Belém é muito pior [do que as Amoreiras]. Devia ser rapado dali.* Erguido de forma efémera no quadro da Exposição do Mundo Português em 1940, o monumento foi fixado depois de forma definitiva à beira Tejo em 1960, quando passavam cinco séculos sobre a morte do infante Henrique de Avis, ligado aos primórdios da expansão marítima portuguesa e à reintrodução da escravatura em Portugal. A monumentalidade da arte estatal soviética não seria menos chocante e assustadora do que este monólito de 56 metros de altura, 46 de comprimento e 20 de largura.

A COMUNA E O CINEMA DE PETER WATKINS

Entre a filmografia dedicada à Comuna, há que destacar o trabalho de Peter Watkins, “La Commune (Paris, 1871)”. Cineasta inglês, Watkins cometeu a proeza de filmar ao *vivo* os acontecimentos parisienses da Primavera de 1871 transpostos para o ano da realização do filme – 1999. Imaginou duas cadeias televisivas, TV Versalhes e TV Comunal, que apresentam duas versões distintas do acontecimento, uma com telejornais assustadores e outra com filmagens em

directo da nova organização comunal. Verdadeira aventura cinematográfica que mobilizou 300 pessoas e várias associações da esquerda alternativa, o filme foi realizado em três semanas e tem a duração de seis horas.

MEMÓRIA DA COMUNA

Transcrevemos o primeiro parágrafo dum editorial duma revista francesa a propósito da Comuna: *Paris sitiada, Paris humilhada, Paris revoltada, mas Paris massacrada! Nesse 28 de Maio de 1871 a gloriosa Comuna de Paris termina os seus dias num rio de sangue. Os derradeiros combates desenrolam-se na Rua Oberkampf e depois entre as campas do Père-Lachaise. Mulheres e crianças disparam ainda, rua a rua, casa a casa, enquanto as últimas barricadas se desmoronam na Porta de Saint-Denis e de Ménilmontant. Na Rua Montmartre, Eugène Varlin é massacrado e logo abatido como um cão. Seguiu-se uma repressão atroz, impiedosa, à medida do medo dos proprietários e do cobarde alívio com que viam acumular-se os fuzilamentos sem julgamento, os mortos transportados à pressa para fossas comuns, as “classes perigosas” despedaçadas. Quantos mortos? Cerca de 25 000 fuzilados federados, 45 000 mil presos e 14 000 deportados. Aqueles que preferem a ordem à justiça – sem verem que a injustiça é uma das grandes desordens – aplaudem com as duas mãos. Espectáculo abjecto. O povo de Paris morreu em 1871, vítima da Semana Sangrenta.* Não se trata de qualquer revista de esquerda, mas do primeiro parágrafo do editorial da revista *Éléments – pour la civilisation européenne* (n.º 189, Abril/Maio, 2021), a revista da nova direita francesa, assinado por Alain de Benoist, o seu ideólogo mais preparado e capcioso. Com uma chamada de atenção na capa para a Comuna, este número da revista traz ainda uma entrevista de Benoist a Denis Collin, que alinha pelo timbre apologetico do editorial. A Comuna de Paris foi um acontecimento com valências contraditórias, o que justifica que forças tão diferentes como a Federação Anarquista francesa, a Câmara de Paris ou a extrema-direita o possam reivindicar. No caso da revista de Alain de Benoist, cujo “dossier” é dedicado aos 200 anos da morte de Napoleão, o que lhe interessa é o levantamento patriótico que a Comuna também foi – ou começou por ser. No caso das instituições republicanas francesas, a começar pela Câmara de Paris que comemorou o evento com um demorado programa, trata-se de assinalar um dos momentos capitais da fundação da III República, alicerces do regime actual. O perigo destas comemorações oficiais é esvaziar o evento do seu conteúdo mais vivo, mumificando a sua história, como já alertou Charles Reeve. Por fim, para a ala libertária – e assinale-se o trabalho do mensário da Federação Anarquista francesa, *Le Monde Libertaire*, que dedicou um excelente número monográfico (n.º 1828, Maio, 2021, 54 pp.) aos 150 anos dos eventos parisienses – trata-se de lembrar um evento que contribuiu como nenhum outro, através do mandato imperativo e do elo federal, para a democratização real e social do poder, superando o formalismo político do século XVIII que nunca conseguiu resolver de forma satisfatória com os seus instrumentos (partidos, sufrágio universal, Estado-nação) a questão do divórcio entre representantes e representados, o que levou Castoriadis a dizer que o “princípio da representação” em política era de essência aristocrática e não democrática.

LOUISE MICHEL

Discurso de L. Michel no processo judicial do VIº Conselho de Guerra (16-12-1871): *Não me quero defender, nem quero ser defendida. Pertencço toda inteira à revolução social e declaro aceitar toda a responsabilidade inerente a actos meus. Aceito-a plenamente e sem restrições. Acusais-me de ter participado no assassinato de generais? A isto, respondo que sim, caso estivesse estado em Montmartre quando eles decidiram disparar sobre o povo. Não teria hesitado um segundo em eu própria disparar contra aqueles que davam tais ordens. Não compreendo nem aceito porém que quando foram feitos prisioneiros os tenham mandado fuzilar. Avalio esse acto como uma insigne infâmia. Quanto ao incêndio de Paris, sim, participei nele. Quis opor uma barreira de chamas aos invasores de Versalhes. Não tive qualquer cúmplice neste feito. Agi apenas segundo a minha vontade. Dizem ainda que sou cúmplice da Comuna. É verdade que sim, já que a Comuna queria antes de mais a revolução social e que esta é o mais caro dos meus votos. Mais do que cúmplice, tenho a honra de ser um dos promotores da Comuna, que nada por nada, é preciso sabê-lo e dizê-lo alto e bom som, tem a ver com assassinatos e incêndios. Eu que assisti a todas as sessões da Municipalidade, declaro que nunca aí se deliberou sobre assassinatos e incêndios. Quereis conhecer os verdadeiros culpados? São os agentes provocadores da polícia. Talvez mais tarde se faça luz nova sobre estes acontecimentos que todos avaliam hoje por natural culpabilizar os partidários da Comuna. Fazei de mim o que bem entenderdes. Tomai a minha vida se quiserdes. Não sou mulher para vo-la disputar um único instante.*

LIVRO DE ALEXANDRE SAMIS

O mais documentado e fecundo livro que conhecemos em língua portuguesa sobre o episódio histórico de Março/Maio de 1871 é o livro do investigador brasileiro Alexandre Samis, *Negras tormentas – o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris* (Hedra Editora, São Paulo, 2011, 368 pp). Com um informado prefácio de René Berthier (pp. 11-25), dividido em três capítulos e com uma bibliografia final bem escolhida, o livro toca naquilo que foi o cerne inovador do municipalismo parisiense de 1871, o federalismo e o internacionalismo operário, quer dizer, a reforma do poder político tal como os Estados centralizados o punham em prática e a reforma social, avançando com medidas a favor do trabalho e da socialização do capital.

CONFERÊNCIAS DEMOCRÁTICAS DO CASINO

A guerra franco-prussiana e a Comuna de Paris foram eventos com repercussões europeias e mundiais, que chegaram ao outro lado do Atlântico, tocando países como os Estados Unidos e o Uruguai, e ainda o Brasil, o Chile, a Bolívia e a Argentina, onde foram criadas publicações de apoio à Comuna. Até na Argélia colonial rebentou uma insurreição cabila em Março de 1871, aproveitando o dissídio civil em França. Na geografia internacional da Comuna, Portugal em geral é deixado de lado, ao contrário da Espanha e da Itália que forneceram contingentes importantes de voluntários internacionalistas para defender a causa republicana em França e depois a Comuna. Como quer que seja, as Conferências do Casino, onde se afirmou a chamada Geração de 70, tutelada por Antero de Quental, coincidiu no tempo com a Comuna – o primeiro anúncio

das Conferências teve lugar a 29-4-1871, o panfleto do programa das Conferências que circulou em Lisboa estava datado de 16-5-1871, a primeira palestra teve lugar no Casino Lisbonense a 22-5-1871 e a quinta e última no mesmo lugar a 19 de Junho e a sua índole e a direcção das suas ideias, com a intervenção de Antero apresentando o municipalismo, o federalismo e o socialismo como poderosos antídotos para a decadência dos povos ibéricos e com a de Eça, recorrendo a Proudhon e a Courbet para elogiar o realismo em Arte, vão no mesmo sentido dos factos estruturantes da Comuna e da minoria Internacionalista que nela tinha lugar. No final de Junho, a 26, quando prosseguia em Versalhes a repressão impiedosa sobre os 40 000 presos da Comuna, as Conferências Democráticas foram proibidas em Lisboa pelo governo porque “atacavam a religião e as instituições políticas do Estado.”

CRONSTADT [1921-2021]

O sesquicentenário da Comuna de Paris não deve fazer esquecer os cem anos dos acontecimentos insurreccionais que tiveram lugar nesta cidade fortificada do Báltico, a escassos 20 quilómetros de Petrogrado, em Fevereiro e Março de 1921 e que, depois de meses de insatisfação com o rumo da revolução de Outubro, tomaram como pretexto imediato a Nova Política Económica, que reintroduziu o mercado na economia colectivizada, e o fim da diversidade de tendências políticas dentro do Partido. Os marinheiros sublevados exigiam soviets eleitos livremente, autonomia das organizações operárias, liberdade de expressão e de reunião, libertação dos presos políticos de esquerda, igualdade nas rações alimentares, abolição da pena de morte. O poder respondeu com uma campanha difamatória, acusando os marinheiros de terem caído nas mãos da contra-revolução. Depois dum rápido ultimato e duma tentativa de mediação e de conciliação por parte de Emma Goldman e Alexandre Berkman, cerca de 50 000 soldados comandados por Trotsky tomam a cidade e massacram a população resistente. Cerca de 10 a 15 000 resistentes foram mortos em combate, 10 000 presos, dos quais 2 000 condenados à morte e 6 500 a trabalhos forçados. A insurreição foi esmagada, ironia trágica, no aniversário dos 50 anos da Comuna de Paris 18 de Março.

CRONSTADT SEGUNDO R. ROCKER

Com testemunhos privilegiados dentro da cidade Emma Goldman e Alexandre Berkman o movimento libertário na Europa apercebeu-se depressa do que se passava na ilha do Báltico (Kotline), onde a cidade se erguia. Rudolfo Rocker, na Alemanha, escrevia o seguinte no momento dos acontecimentos: *Os marinheiros de Cronstadt são maioritariamente anarquistas. Não se situam à direita, mas à esquerda dos comunistas. Nas emissões de rádio que fazem, eles aclamam: “Viva o poder dos soviets!” Nem uma só vez declaram: “Viva a Assembleia Nacional!” Por que razão se sublevaram contra o governo soviético? Porque o não acham suficientemente soviético. Eles inscreveram na sua bandeira a mesma palavra de ordem, quer libertária quer comunista, “Todo o Poder aos Soviets”, que os bolcheviques aclamaram há três anos e meio, na véspera da Revolução de Outubro. Trata-se, pois, duma insurreição de esquerda, nunca de direita.*

UMA CARTA DE KROPOTKINE A GEORG BRANDES

A propósito da revolução russa (Outubro, 1917) damos a conhecer carta de Kropotkine, cujo centenário da morte se evoca em 2021, ao crítico dinamarquês Georg Brandes (Primavera, 1919) e aqui traduzida por J. Freire a partir de Daniel Guérin [*Ni Dieu ni Maître*, Lausanne, 1965: 376-7]. *Meu caro amigo, / Tenho finalmente uma oportunidade para vos escrever e apresso-me a aproveitá-la, de resto sem estar certo de que ela chegue ao seu destino. / A minha mulher e eu próprio agradecemos do coração o vosso interesse fraterno por este vosso velho amigo quando correu que eu teria sido preso, assim como os rumores sobre o meu estado de saúde. / O portador desta carta informar-vos-á sobre a vida isolada que estamos tendo nesta pequena cidade de província: na minha idade, é materialmente impossível ter qualquer espécie de vida pública em período revolucionário, e ocupar-se disso como diletante não faz parte da minha natureza. No último Inverno, que nós passámos em Moscovo, eu trabalhei com um grupo de colaboradores na elaboração de um projecto de República Federalista. Mas o grupo teve de dispersar-se e eu voltei ao trabalho sobre a Ética que tinha começado há uma quinzena de anos em Inglaterra. / Tudo o que agora posso fazer é dar-vos uma ideia geral da situação na Rússia, de que vós, no Ocidente, não vos dais bem conta. Talvez uma analogia possa explicá-lo. / Nós atravessamos neste momento o que a França viveu durante a revolução jacobina, de Setembro de 1792 a Julho de 1794, com o acréscimo de uma revolução social que taceia o seu caminho. / O método ditatorial dos jacobinos estava errado. Não podia criar uma organização estável e forçosamente desencadeou uma reacção. Mas, apesar disso, os jacobinos efectivaram em Junho de 1793 a abolição dos direitos feudais começada em 1789, que nem a Assembleia Constituinte nem a Legislativa quiseram concluir. E eles proclamaram solenemente a igualdade política de todos os cidadãos. Foram duas enormes e fundamentais mudanças que, ao longo do século XIX, deram a volta à Europa. / Um facto análogo acontece na Rússia. Os bolchevistas esforçam-se para introduzir, através de ditadura de uma fracção do partido social-democrata, a socialização do solo, da indústria e do comércio. Esta mudança, em que eles estão empenhados, é o princípio fundamental do socialismo. Infelizmente, o método que eles procuram empregar, com um Estado fortemente centralizado, um comunismo que lembra o de Babeuf – e que paralisará o trabalho construtivo do povo –, este método torna o sucesso absolutamente impossível. E prepara-nos uma reacção furiosa e má. Esta, procura já organizar-se para voltar ao regime anterior, aproveitando o esgotamento geral produzido pela guerra e depois pela fome que sofremos na Rússia central, pela desorganização completa das trocas e da produção, inevitáveis numa tão ampla revolução, realizada por decretos. / Fala-se, no Ocidente, em restabelecer “a ordem” na Rússia com uma intervenção armada dos aliados. Pois bem, caro amigo! Vós sabeis quão criminosa para o progresso social da Europa foi a atitude daqueles que procuraram sabotar a resistência da Rússia – que arrastou a guerra por mais um ano, deu-nos uma ocupação alemã a coberto de um tratado e custou rios de sangue para impedir que a Alemanha esmagasse a Europa com a sua bota imperial. Vós conheceis bem a minha posição sobre esta questão. / E, no entanto, eu protesto com todas as minhas forças contra qualquer espécie de intervenção armada dos aliados nos assuntos internos rus-*

... Esta intervenção teria por consequência um acesso de chauvinismo russo. Ela traria de volta uma monarquia chauvinista – de que já vemos indícios – e, note-se bem, produziria no conjunto do povo russo uma atitude de hostilidade para com a Europa ocidental – atitude que teria as mais tristes consequências. Os americanos compreenderam-no logo. / Imagina-se talvez que ao apoiar o almirante Koltchak e o general Denikine, está-se a fortalecer um partido liberal republicano. Mas é realmente um erro. Quaisquer que fossem as intenções pessoais destes dois chefes militares, a maioria daqueles que se agruparam em torno deles têm outros objectivos. Certamente que aquilo que eles nos trariam seria um regresso à monarquia, a reacção e rios de sangue. / Os aliados mais clarividentes deveriam, pois, repudiar qualquer intervenção armada. Tanto mais que, se eles querem realmente ajudar a Rússia, terão muito que fazer, mas numa outra direcção. / Nós temos falta de pão em todo espaço imenso das províncias centrais e setentrionais. Temos a fome, com todas as suas consequências. Uma geração inteira está a estiolar-se... E recusam-nos a possibilidade de comprar pão no Ocidente! Porquê? Seria para que aceitássemos um Romanoff? / Em toda a Rússia temos falta de bens fabricados. O agricultor paga preços loucos por uma foíce, uma enxada, um metro de qualquer tecido – mil rublos (que antes valiam 2.500 francos) por uma má carroça russa de quatro rodas. Na Ucrânia é ainda pior: não se encontram mercadorias por preço nenhum. / Em vez de repetir o papel da Áustria, da Prússia e da Rússia em 1793 para com a França, os aliados fariam melhor em ajudar o povo russo a sair desta terrível situação. De resto, ainda que fizessem correr muito sangue para que o povo russo regressasse ao passado – não o conseguiriam. É para construir um novo futuro pela elaboração construtiva duma vida nova, que apesar de tudo já está à vista, que os aliados deveriam ajudar-nos. Sem demora, ajudem as nossas crianças! Ajudem-nos no trabalho construtivo necessário! E, para isso, enviem-nos, não diplomatas ou generais, mas pão, utensílios para o produzir... e organizadores, que tão bem ajudaram os aliados nestes terríveis cinco anos para impedir o caos e repelir a invasão bárbara dos alemães. / Fazem-me sinal que devo terminar esta carta, já tão longa. E faço-o enviando-vos o meu abraço fraternal. / Piotr Kropotkine

ANARQUIA E ANARQUISMOS

Com coordenação de José Maria Carvalho Ferreira, João da Mata e Juniele Rabêlo de Almeida, saiu no Brasil (Nau Editora, Rio de Janeiro, 2021) o livro *Anarquia e Anarquismos – práticas de liberdade entre histórias de vida (Brasil/Portugal)*, que registamos aqui e merecerá atenção no próximo volume da revista.

SACO & VANZETTI 100 ANOS DEPOIS

Em Maio de 1920 Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, dois emigrantes italianos radicados na costa leste dos Estados Unidos, empenhados na propaganda libertária, foram presos na cidade de Boston acusados de dois crimes. Foram julgados e condenados à morte – embora sem provas formais. A confederação sindical IWW lançou de imediato uma vasta campanha de denúncia do processo e a favor da sua revisão, que tomou proporções internacionais. Em Novembro de 1925 elementos do gangue de Joe Morelli confessaram os crimes, mas até assim a pena de morte dos dois anarquistas italianos foi confirmada em 12-5-1926. Foram executados em 23-8-1927. Cinquenta anos depois, a 23-8-1977, o governador do Estado de Massachusetts, Michael Dukakis, invalidou o

juízo e reabilitou a memória de Sacco e Vanzetti. Foi então instituído a 23 de Agosto o *Nicola Sacco and Bartolomeo Vanzetti Memorial Day*. Vinte anos depois, a Câmara Municipal de Boston aceitou colocar um baixo-relevo homenageando os dois anarquistas italianos na Biblioteca Pública da cidade.

DAVID GRAEBER [1961-2020]

Pouco depois do desaparecimento de Stuart Christie, foi a vez de David Graeber nos deixar em 2-9-2020. Antrópologo e anarquista, nasceu e cresceu em Nova Iorque, no bairro popular de Penn South, no seio duma família judia e operária, que subscrevia o jornal libertário em yiddish *Frei arbeter stimme* e o seu pai, Kenneth Graeber, chegou a ir para Espanha em 1937 integrado nas Brigadas Internacionais. David Graeber militou nos sindicatos da IWW, a velha confederação anarco-sindicalista estadunidense, participou nas primeiras manifestações altermundialistas — esteve em 1999 em Seattle — e implicou-se no movimento *Occupy Wall Street* de que foi acusado de ser o principal inspirador, acusação de que se defendeu dizendo ser apenas uma das pessoas que nele participou. A paternidade da principal palavra de ordem do movimento “Nós somos os 99%” é-lhe atribuída. Mas Graeber não foi apenas um anarquista activo, que escreveu livros sobre a democracia e os problemas sociais do seu tempo, foi também um antropólogo de renome, que aos 11 anos de idade começou a estudar os hieróglifos Maias para os quais propôs uma tradução que surpreendeu o mundo académico. Fez depois disso um impressionante percurso, ensinando antropologia nas universidades de Chicago, Havard, Nova Iorque, Yale, Londres e por fim na London Economics School, percurso não isento de problemas devido às suas opções políticas, como sucedeu em Yale, com o seu despedimento em 2005 depois de oito anos de ensino e sem que nenhuma regra do protocolo académico houvesse sido posta em causa por ele. Considerado hoje um dos mais marcantes antropólogos da sua geração, ele não deixou de cruzar as suas investigações com o seu pensamento político, como se vê no livro *Fragments of an anarchist anthropology* (2004), em que estuda o funcionamento de sociedades alternativas à nossa. O seu mais conhecido estudo é *Debt: the first 5 000 years* (2011), um clássico da história monetária, a que prestamos atenção noutra local deste volume. Como disse Mireille Mercier (*Chroniques Noir & Rouge*, n.º 3, Dezembro, 2020), depois da morte de Graeber não haverá com certeza *graeberismo*, mas Graeber ficará a ser um antropólogo anarquista, cujos trabalhos serão indispensáveis ao nosso entendimento do mundo.

JOSÉ GABRIEL PEREIRA BASTOS [1943-2021]

Antropólogo com formação psicanalítica — deu aulas durante muitos anos de Introdução à Psicanálise em cursos de Literatura e era um dos que melhor se movia nos meandros da teoria freudiana —, enveredou por um conhecimento geral dos processos sociais identitários que o levou a interessar-se pela comunidade cigana portuguesa, a quem dedicou estudos marcantes como *As minorias étnicas em Portugal* (1997) e *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal* (2012). Em resposta a declarações da historiadora Fátima Bonifácio, “A paixão xenófoba de Bonifácio, a questão cigana e o racismo de Estado” (*Público*, 11-7-

-2019), voltou a repetir o que foi desde sempre a sua linha de orientação: “Os ciganos são, a muito grande distância, a mais grave e escandalosa de todas as situações de racismo e xenofobia registada em Portugal”.

JORGE DIAS DE DEUS [1941-2021]

Faleceu no início de 2021 o Jorge Dias de Deus, após doença prolongada. Tinha 79 anos, foi cientista reputado no domínio da Física mas aberto à transdisciplinaridade e curioso por tudo o que no mundo nos surpreendia e interrogava. Activista antifascista desde o Liceu Camões, e depois no Instituto Superior Técnico, chegou a presidir à respectiva associação de estudantes e teve um papel importante na politização da jovem estudantada de Lisboa. Mas a maior parte dos anos 60/70 passou-os no estrangeiro, em Inglaterra e na Dinamarca, investigando em física de partículas, e regressando depois do 25 de Abril para fazer carreira como professor do IST. Foi próximo amigo do grupo que em Paris editou os *Cadernos de Circunstância* e participou em várias iniciativas d’*A Ideia*, tendo apresentado uma comunicação no nosso colóquio internacional de estudos ‘Tecnologia e Liberdade’, em 1987. Autor de livros teóricos e também de debate e divulgação, como *Ciência, Curiosidade & Maldição* (1986) ou *Da Crítica da Ciência à Negação da Ciência* (2003).

JOSÉ PASCOAL [1953-2021]

Faleceu em Abril de 2021. Poeta, colaborou com esta revista e foi seu assinante fiel. Manteve durante alguns anos um sítio informático dedicado à poesia, “Gazeta de Poesia”, que publicava todos os dias um poema inédito. Temos dele um conjunto de poemas inéditos que mais tarde daremos a público.

LAWRENCE FERLINGHETTI [1919-2021]

Descendente de judeus portugueses e de cristãos-novos de Trás-os-Montes, Ferlinghetti foi um dos pilares da Geração Beat, ao fundar na cidade de São Francisco a livraria City Lights Books, que editou em 1956 o poema *Howl* de Allen Ginsberg, e se tornou abrigo para toda uma nova geração de poetas. Mas a City Lights foi ainda nos Estados Unidos a editora que mais fez pelo surrealismo, traduzindo os poetas franceses e outros ligados a este movimento e mantendo relações próximas com o surrealismo autóctone, sobretudo os Rosmont de Chicago. Próximo de Kenneth Rexroth, Ferlinghetti tomou sempre posições contra a guerra e pela defesa intransigente da paz e do pacifismo, denunciando a hipocrisia dos governos e das grandes instituições mundiais. Faleceu a 22 de Fevereiro de 2021. O jornal *Coice de Mula*, que anunciou premonitoriamente a sua morte em 2001, consagrou-lhe então uma nota exaltante, “Em Memória de Lawrence Ferlinghetti”, de que extraímos o seguinte passo: *Além de livreiro e editor, um dos primeiros activistas anti-nuclear, anarco-pacifista, L. Ferlinghetti foi um destacado poeta Beat. A sua poesia, acessível a todos, aborda temas sociais e também da vida interior de cada um de nós. Por detrás daquilo que a crítica costuma chamar “dinâmica, fluente, sedutora, inquietante”, existe um pensamento sério e erudito. Segundo o próprio Ferlinghetti a sua motivação estava em ser “um agente provocador – subversivo, anarquista, fatídico.*

UMA CARTA DE JOSÉ TAVARES

Deste nosso companheiro, que foi talvez o principal esteio do jornal *Coice de Mula*, recebemos a seguinte carta a propósito do volume anterior desta revista, com duas rectificações que nos apraz registar: “Amigo Cândido, recebi o último número de *A Ideia* e agradeço o cuidado. Acabada de chegar, ainda não li com a atenção que merece, porém, não deixei de dar uma olhadela, parar em algumas páginas. Leitura rasa, no entanto, permite-me realçar o interesse que desperta o seu principal conteúdo, os surrealistas portugueses e apontar os seguintes deslizos: 1. Quando se fala do antigo sindicalista revolucionário da antiga CGT portuguesa, José Reis Sequeira, não é verdade que este último teve «um papel importante na greve geral de 1934». De facto, não teve papel importante ou não importante. Porque, como o próprio afirma, não teve qualquer papel na greve de carácter insurreccional de 18 de Janeiro de 1934. É dele o testemunho: «eu não fui protagonista directo neste movimento.» (in *Relembrando e Comentando*). Como o conheci pessoalmente, tinha eu 15 anos de idade e com ele convivi na FARP (Federação Anarquista da Região Portuguesa), chegando, mais tarde, a registar esse seu depoimento para o vídeo documentário *Memória Subversiva – história do anarquismo e sindicalismo em Portugal*. A cidade de Faro, onde o RS se encontrava no momento desse último gesto do sindicalismo independente e livre em Portugal, nada fez, quer dizer, os membros da CGT e anarquistas existentes nessa cidade nada fizeram ou puderam fazer para levar a bom porto o plano traçado. Como sabe, não sou historiador profissional, nem especialista em nada. Exijo um eventual desconto para este meu atrevimento, sem deixar de ter o crédito necessário para o fazer. 2. Quando no texto que abre a revista menciona, de resto brevissimamente, o *Coice de Mula*, dá aos leitores de *A Ideia* uma informação errada, «sete números editados». Para que conste, foram oito números (consultar, por exemplo, a *Esfémera* de Pacheco Pereira). A publicação nasceu em 1999 e foi inicialmente um boletim das livrarias Crise Luxuosa – Lisboa, Nihil Obstat – Coimbra e Utopia – Porto. Logo no n.º 2, abandonando a exclusividade da temática livreira, passámos a assuntos mais sérios e esses eram a atualidade da crítica, do discurso e práxis anarquista, sem necessitarmos de apregoar o rótulo. É de notar que pertencendo à redação da *Utopia*, assim continuei, embora acabasse por não ficar até ao fim da mesma, ao mesmo tempo que me lancei no *CdM*. Teve o apoio de companheiros anarquistas de todo o país. Colaboradores vindos de diversas áreas, como por exemplo, o meu querido amigo António Pocinho já falecido. A maioria dos seus leitores localizavam-se fora do habitual ‘movimento libertário’. Dos 1500 exemplares impressos, poucas eram as sobras, alguns números esgotaram. Em Leiria, além de uma base de apoio dos companheiros que vinham já do grupo libertário Salvador Puig Antich, depois Ateneu Libertário de Leiria (o primeiro ateneu libertário que existiu em Portugal), da publicação *Revolta* e da revista *Maldição* (esta já com sede em Coimbra) estava também a alma gráfica do *CdM*, Alexandre Gaspar. Conheci-o por ser amigo da família quando ele era criança. Embora o Alex não fosse anarquista ou outro ista que não “desenhista”, com ele tinha uma grande afinidade na construção *CdM*. Foi a sua

morte que interrompeu a publicação do *Coice de Mula* e foi ele que teve um papel inestimável na renovação do grafismo das nossas publicações. O Júlio Henriques, inicialmente um leitor entusiasmado, foi também colaborador. Por via da sua conhecida atividade e experiência foi um dos seus coordenadores (particularmente do último número). O termo «incursão» é militar, mesmo se o J.H. o emprega. Antes de tudo, o que eu acho é que existiu sempre amizade e uma enorme cumplicidade para emprendermos a obra em mãos. Enfim, estou a alongar-me sobre o *Coice de Mula* e talvez a maçar, fico por aqui. Um destes dias haverá ocasião de descrever com mais detalhe a história desta publicação sem paralelo, apreciada além fronteiras e que muitos ainda lembram com entusiasmo. Este apontamento é uma retribuição pelo envio de *A Ideia*, com amizade e estima”.

UMA CARTA DE JORGE DOMINGOS

Deste nosso companheiro recebemos a seguinte carta: “Obrigado pelo envio feito do último número da *A Ideia* [...]. Notei que fazes questão de a “cultura libertária”, a que se vincula a revista *A Ideia*, ser havida como “aquela [cultura] que de feito pode representar *um avanço no aperfeiçoamento moral e social e na emancipação humana de todo e qualquer jugo exterior ou interior*”. Pois bem, embora eu evite o uso do termo/conceito “moral”, em razão de esta remeter para a totalidade “comunidade” e portanto ser susceptível de se haver como potestade sobre os “indivíduos”, cuja realidade onto-sociológica é ulterior às comunidades, que o mesmo é dizer uma “emancipação humana” realizada através da concomitante constituição das “sociedades” de “indivíduos” (ver o livro de Guyau, *Sociedade sem moral nem religião*, o que remete para o filósofo Espinosa, separação da ciência e sociedade face à religião – religião que sempre houve o Estado como seu apêndice instrumental para a realização da moral). O designado agatonismo ou ética humanista, porventura também havido, nomeadamente por Mario Augusto Bunge (1921-2021), seu defensor, como um particular “credo moral humanista” que se interessa pela humanidade, assim como pelos indivíduos; e cujo princípio supremo é “viver e ajudar a viver” (M. Bunge, *Ethics: the good and the right*, 1989) por contraposição e diferenciação desta máxima à difundida “viver e deixar viver”, que, diz Bunge (*Filosofia política – solidaridad, cooperación y “democracia integral”*, 2009), esta última máxima, nos exorta a não prejudicar, mas que não nos pede que façamos nada pelos demais, isto é, este (em relação ao agatonismo) um princípio mais débil, o qual, denominado “universalismo ético”, foi adoptado por Buda, Epicuro, Kant, Bentham, Popper, entre outros, nenhum dos quais defendeu a reciprocidade, muito menos a solidariedade. De facto, Bunge (que criticava os anarquistas argentinos seus conterrâneos e contemporâneos) era, como seu pai, médico e deputado socialista, um socialista cooperativista não-estatal, democrata integral e solidarista, e por isso teve de se exilar politicamente em 1963 no Canadá, onde foi catedrático de metafísica e lógica, abandonando a sua carreira de físico matemático teórico. Foi aluno do Guido Beck que a PIDE e o Salazar prenderam no Aljube de Lisboa, salvo erro em 1943, e expulsaram de Portugal, quando era professor de doutorandos em física quântica da Faculdade de Ciências da

universidade do Porto, a convite do professor Rui Luís Gomes (v. Augusto Santos Fitas, físico, filósofo e historiador da ciência, da universidade de Évora, *Cartas entre Guido Beck e cientistas portugueses*). Enfim, filosofias morais = éticas = teorias da moralidade. Para Jeremias Bentham, na sua ética utilitarista ou, melhor dito, ética liberal hedonista, dos ilustrados franceses (Claude Helvétius e Joseph Priestley), que Esperanza Guisan perfilhava, resumia-se a questão na fórmula “buscar a maior felicidade para o maior número” e para isso escreveu o *Panóptico* e sugeriu ao parlamento liberal da monarquia constitucional portuguesa propostas de leis e de organização do Estado liberal português recém instaurado pela revolução liberal de 1820. Pois bem, o importante é: ser pessoa humana em vez de ser personagem, diz com clarividência Maria Zambrano (1904-1991) no seu *Persona y democracia* (1958), pois, como teorizou, o “indivíduo” é um emancipado humano da “comunidade” e construtor de “sociedade de indivíduos”. No sentido dado a esta sua obra filosófica, a história, toda ela, poderia titular-se: “história de uma esperança em busca do seu argumento” na verdade, o Ser humano como criador de si próprio, superando a tragédia humana que foi a sua circunstância histórica. Obrigado amigo Cândido Franco. Saudações libertárias. S. Miguel, 11 de Maio de 2021, Jorge Domingos Dias de Andrade.”

GRUPO “UNIÃO LIBERTÁRIA”

O grupo União Libertária nasceu há pouco mais de um ano na região Norte. Pedimos aos seus animadores que fizessem uma apresentação do grupo e dos seus propósitos. Recebemos o texto colectivo, com o título “Liberdade sem vanguardas”, que de seguida se dá a conhecer.

Fruto da vontade em trazer de novo para a discussão pública novas formas de organização política e social que ponham em causa o modelo capitalista que há séculos limita a nossa liberdade impondo modelos padronizados que impedem a afirmação individual e colectiva dos cidadãos, a União Libertária – surgida num momento em que a pandemia da Covid-19 já assolava o mundo – assume-se como uma organização libertária que, sem negar o legado daqueles que se bateram contra todas as formas de opressão, olha para a realidade que nos cerca com a consciência de que os desafios que tem pela frente não são de hoje mas usam agora mecanismos mais sofisticados para estreitar até ao limite o raio de acção das pessoas através de dispositivos que visam condicionar o nosso pensamento aprisionando-o seja pelo medo ou pelo velho slogan da ausência de alternativas. Estamos conscientes da necessidade premente de construir uma sociedade horizontal, liberta de quaisquer mecanismos que levem à constituição de estruturas de comando que se legitimam através de uma ficção: a de que o poder deve ser delegado no Estado para que este determine, de acordo com a vontade popular, os destinos da comunidade. Desta forma, pretende-se eternizar o estafado jogo das chamadas democracias eleitorais e das táticas dos partidos que, num intrincado labirinto de jogos de poder, representam apenas os interesses das elites económicas apostadas, desde sempre, em golpear as expectativas de todos aqueles que se situam na base da pirâmide em que se estrutura o sistema capitalista. O filósofo russo Mikhail Bakunine (1814-1876), afirmou que o “Estado é a negação da Humanidade”. E é verdade que passado tanto tempo continuamos a assistir a uma coligação entre

este e o mercado, mesmo que, por vezes, este relacionamento seja negado através de um falso confronto de palavras e uma divisão artificial entre partidos de esquerda que o vêem como a solução para todos os males, por oposição àqueles que numa visão liberal querem sujeitar tudo às leis do mercado enveredando assim pelas teses do “Estado mínimo” a única forma, dizem, de nos desenvencilharmos do colete de forças a que este nos submete. No entanto, a oposição Estado/mercado, é uma falsa questão que reduz o debate político a um antagonismo que não existe, uma vez que ambos (sobre)vivem numa relação que nada tem de ambígua e serve apenas para dividir falsamente o campo entre a esquerda e a direita. São no fundo, duas faces de uma mesma moeda. Num momento em que sistema capitalista se apresta para dar mais um passo com vista a solidificar o seu poder destrutivo aproveitando-se da crise gerada pela pandemia, a União Libertária considera que é urgente trazer as pessoas para o campo da discussão política e travar as polémicas artificiais criadas pelos partidos políticos e ampliadas por uma comunicação social limitada pelos interesses dos grupos económicos a que tem de prestar contas. Assumimos o compromisso de criar espaços de discussão onde a luta de classes deixe de ser uma realidade levada pelos ventos da História, porque só através de uma profunda consciência política haverá lastro suficiente para “ajudar o povo a ter consciência da necessidade dessa mudança.” [Carlos d’Abreu] Ao consumismo desenfreado para onde somos empurrados todos os dias e que nos vem transformando em peças que alimentam a máquina gigantesca e triturada de um sistema apostado unicamente na acumulação de capital, propomos uma realidade assente numa solidariedade de matriz não caritativa porque é imperativo que todos possamos estar num patamar de dignidade. Às desigualdades crescentes, responderemos dando o nosso contributo para que todos sejamos iguais, banindo as teses daqueles que dizem que tal é impossível. À financeirização da economia, lutaremos pela autogestão e pelo desmantelamento dos chamados mercados financeiros e da globalização capitalista que gerem a economia mundial de acordo com interesses obscuros e fortemente penalizadores para os mais fracos. Sem vanguardas, sem sectarismos, e pondo de lado o espectáculo mediático, queremos que todos, sem excepção, sejam determinantes na condução dos destinos da comunidade o que só poderá ser uma realidade através do autogoverno e da acção directa para que a palavra de todos conte de igual forma. A luta contra o racismo, a defesa do ambiente, bem como a concretização da igualdade de género são para nós essenciais assim como o internacionalismo porque é preciso unir todos aqueles que procuram construir sociedades onde a justiça não seja um mero artifício de linguagem. Queremos viver numa sociedade organizada e dotada de um alto sentido de responsabilidade e por isso não temos estratégias de poder porque não queremos governar nem ser governados. Empenhar-nos-emos na desmontagem dos falsos sinónimos em que tentam encerrar o anarquismo, abrindo o campo à verdade porque como escreveu Proudhon (1809-1895) à medida que o conhecimento avança, a autoridade diminui. É este o nosso caminho.

PAUL GOODMAN & URSULA K. LE GUIN

Autor marcante na renovação do pensamento libertário da segunda metade do séc. XX, isto no quadro da contracultura estadunidense, de que foi um dos pilares, Paul Goodman (1911-1972) regressa ao convívio do leitor português com uma selecção de poemas seus, *Cem mil anos para ir à escola – antologia poética*

(Abril de 2021, 120 pp.), traduzida e anotada por André Tavares Marçal e editada pela chancela A Batalha e pela editora Barricada de Livros. No próximo volume desta revista consagraremos mais atenção ao livro e ao autor.

Bem conhecida do leitor português, Ursula K. Le Guin (1929-2018) tem sido de há muito traduzida e editada entre nós por chancelas comerciais (Europa-América, Livros do Brasil, Presença, Relógio de Água, Saída de Emergência e outras). Tocou quase todos os géneros literários – verso, livro infantil, ficção histórica, ensaio – mas foi na ficção científica que se notabilizou. A editora Barricada de Livros acaba de publicar uma selecção de contos seus, *O dia antes da revolução e outros contos* (Abril, 2021; 88 pp.), com tradução de Pedro Morais, Carlos Jacques e Mário Rui Pinto. O seu romance mais conhecido, *The dispossessed* (1974), antecipa um mundo onde o anarquismo como filosofia política triunfou sob o nome de odonianismo. No livro agora editado, o primeiro conto, “O dia antes da revolução”, também de 1974, retoma o tema. Na breve introdução, a autora esclarece o seguinte: *Odonianismo significa anarquismo. Não o das bombas, que é terrorismo, independentemente do nome com que se tente engrandecer; não o libertarianismo económico social-darwinista da ultra-direita; mas o anarquismo, tal como foi esboçado nos primórdios do pensamento taoista e exposto por Shelley e Kropotkine, Goldman e Goodman. O principal alvo do anarquismo é o Estado autoritário (capitalista ou socialista); a sua principal característica prática e moral é a cooperação (solidariedade, apoio-mútuo). É a mais idealista e, na minha opinião, a mais interessante das teorias políticas.*

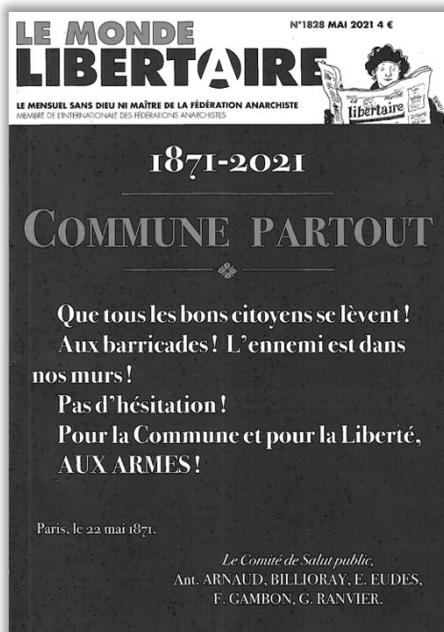
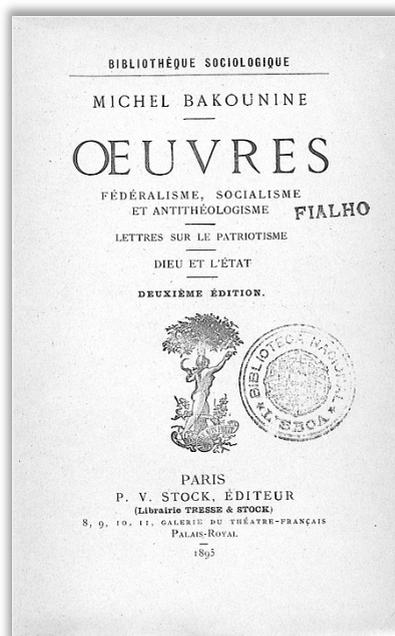
NOVA SÍNTESE & DEVIR

Publicação da responsabilidade da associação promotora do Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira) e de António Mota Redol, filho do escritor Alves Redol, o volume de 2020 de *Nova Síntese* (pp. 462), com coordenação de José Manuel Vasconcelos e Mota Redol, elege como tema o “neo-realismo português e realismo no mundo”, com variadíssimas colaborações, de que nos interessa aqui destacar o texto de Ricardo António Alves, “Ferreira de Castro, degraus duma escadaria”, que estuda as primeiras fontes da literatura deste escritor, que ajudou na década de 20 a construir *A Batalha*, e onde se destaca o duplo magistério de Tolstoi e de Zola. *Nova Síntese* encara a possibilidade de dedicar um volume próximo aos escritores ligados ao sindicalismo revolucionário/anarco-sindicalismo, de Manuel Ribeiro a João Evangelista Campos Lima. A “revista ibero-americana de cultura” *Devir*, animada por Ruy Ventura e Nuno Matos Duarte, publicada pela ed. Licorne de Évora, acabou de editar na Primavera de 2021 o seu n.º 7, depois de fazer o sexto em 2019. Destes números, retemos o material dedicado a Sebastião da Gama em 2019, com cartas inéditas ao compositor Filipe de Sousa, e no n.º de 2021 a pasta consagrada a Fernando Echevarría, com poemas inéditos e um texto de Levi Condinho.

UMA CARTA DE ANTÓNIO COUVINHA

A propósito do chocante brasão da cidade de Évora, interpelámos António Couvinha e dele recebemos um desenho que se publica junto a um texto de Rui Arimateia e a seguinte carta que achamos por bem dar a conhecer: “Depois daquela breve conversa telefónica procurei aqui em casa em pastas e pastas por

desenhos e estudos sobre o brasão de Évora e de facto não encontrei grande coisa. Apenas vestígios, pistas do que foi um pequeno estudo sobre a heráldica do brasão de Évora. O mais importante ficou pela Câmara Municipal. Eu e o Rui Arimateia trabalhámos juntos nessa hipótese de alteração do brasão da cidade. O Brasão desenhado ao gosto do Estado Novo nem sequer estava legal pois não estava aprovado por questões ligadas a regras heráldicas como por exemplo a forma do escudo. Tentámos ir mais longe, mas a opinião dos mais tradicionalistas prevaleceu. E conservaram as inqualificáveis cabeças cortadas e ensanguentadas!... Resumindo, o que a mim e ao Rui nos inspirou foi o mais antigo brasão de armas da cidade, séc. XIV, em baixo relevo que se encontra na Sé de Évora (Fig.1). Nesse baixo relevo são visíveis duas cabeças no cimo da composição mas não são de modo nenhum cabeças cortadas nem de muçulmanos. Serão talvez símbolos, o Sol e a Lua? Com leves sorrisos. E o Cavaleiro não me parece o Giraldo nem sequer um guerreiro. Desenho meu desse baixo relevo (Fig. 2). Seguem-se mais 2 desenhos de estudos geométricos do baixo relevo sem muito interesse assim fora do contexto, mas apenas como curiosidade (Fig. 3 e 4). Finalmente uma possibilidade de adaptação do antigo brasão à actual heráldica vigente (Fig. 5). Nota: 1 última composição foi feita hoje em computador para dar ideia do desenho que fiz na altura mas que não tenho comigo. Para mais pormenores aconselho-vos uma conversa com o Rui Arimateia. Ele terá mais elementos que eu. Talvez até desenhos. [...] António”



Alexandre Samis estudioso e militante libertário brasileiro. Biografou Neno Vasco no livro *Minha pátria é o mundo inteiro* (2009; 2018).

Álvaro Rosendo (1960). Artista plástico. Exposições colectivas e individuais em vários países da Europa. Representado em colecções públicas e privadas.

António Eloy eleito em autarquias locais, membro e dirigente de vários partidos políticos e associações cívicas e ambientais. Professor de vários graus de ensino. Colaborador ou autor de mais de 50 livros sobre ambiente, política, cidadania, sociedade e direitos, além de gastronomia e viagens. Moleiro e agricultor.

António Martins Gomes nasceu em Lisboa, em 1960. Docente da UNL e investigador do CHAM – Centro de Humanidades. Tem publicado textos sobre cultura e literatura em diversos lugares, destacando-se a org. da *Antologia Crítica de Cultura Portuguesa Oitocentista* e a colaboração na *ERNIE – Encyclopedia of Romantic Nationalism in Europe*.

Carlos Alberto Braga nasceu em Vila Nova de Gaia, 1959. É economista e docente convidado do ensino superior. Reuniu a sua poesia no volume *Razão Poética* (Porto, 2016; 2.^a ed., 2019, pref. José Rui Teixeira).

Charles Reeve [pseudónimo de Jorge Valadas; homenagem a revolucionário australiano condenado (1916) por sabotagem ao “esforço de guerra”], nasceu em Lisboa, 1945, e entrou com 18 anos na Escola Naval para descobrir que se tinha enganado. Desertou em 1967 para Paris, onde viveu o Maio de 68 ao lado das correntes antiautoritárias. Fez parte dos *Cadernos de Circunstância* (1969-71) e participou no jornal *Combate* (1974-78). Publicou: *China, o Tigre de Papel* (1975); *Crónicas Portuguesas* (2001) e *A Memória e o Fogo* (2006) e *O Socialismo Selvagem* (2019), revisitação de 2 séculos de contestação social.

Henrique Garcia Pereira nasceu em Lisboa, em 1949. Professor catedrático jubilado do IST. Viveu em 1971/1972 na mesma casa de Luiz Pacheco.

Jacinto Rego de Almeida nasceu em 1942, Alcanhões (Santarém). Exilado antes do 25 de Abril e diplomata no Brasil depois da Revolução. Contista, romancista e cronista.

José (Fernando Delgado) Mendonça nasceu em Montes da Senhora, 1950. Engenheiro Civil. Trabalhou no Teatro Nacional D. Maria II e na JAE / Estradas de Portugal. Tem quatro livros de poesia: *Dias Claros*; *Outros Dias*; *Dias de Poesia*; *troquei as cores do arco-íris*. Coordena há vários anos a tertúlia: Poesia com Chá Luchapa, em Oeiras.

Leonor Coutinho nasceu em Vendas Novas, em 1947. Foi estudar matemática para França (1964). Integrou movimentos estudantis e de apoio aos emigrantes portugueses até finais de 1968. Participou como urbanista no “novo” Plano director de Paris, cidade de onde voltou para Portugal a 29-4-1974. Trabalhou em projectos de transporte, foi deputada, autarca e membro do governo português entre 1995 e 2001.

Max Hölzer poeta austríaco (1915-1984). Conviveu com André Breton.

Miguel Martins nasceu em Lisboa, em 1969. É poeta, prosador, crítico, tradutor, letrista de canções, arqueólogo, músico. Publica em livro desde 1995. Traduziu, entre outros, Rabelais, Lorca, Luigi Russolo, E. M. Forster, Henry Roth e Aminata Sow Fall.

Ricardo Álvaro (Porto, 1976), poeta, editor e livreiro.

Zetho Cunha Gonçalves nasceu no Huambo, em 1-6-1960. Poeta, ensaísta, tradutor e autor de literatura infantil. Editou a obra de A. José Forte e organizou a mais completa edição do escândalo em torno da edição de 1922 das *Canções* de António Botto.

pintura de Mário Cesariny & Rik Lina (2001)



ACREDITO MAIS NOS CONTOS DE FADAS
QUE NAQUILO QUE SE LÊ NOS JORNAIS

Lotte Reiniger
(1899-1981)

SALAMANDRA

GRUPO SURREALISTA DE MADRID

ardente & solsticial

assim saiu em 2021 das profundezas magmáticas da Terra e do Tempo

o número 23/24 da revista Salamandra



EROS

EXTERIORIDADE

PROCURA DO AMOR

CRISE & RESISTÊNCIA DA IMAGINAÇÃO

POESIA POR OUTROS MEIOS

COMUNISMO DO GÊNIO

ESCRITA AUTOMÁTICA

MAGIA QUOTIDIANA

COLAPSO CIVILIZACIONAL

ANOMIA DIGITAL

UTOPIA



VEM MANUSEAR ESTE FOGO NEGRO



edições 100/cabeças

IRRADIANDO A REVOLUÇÃO SURREALISTA!

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS:

JACQUES VACHÉ ♦ Cartas de Guerra
BENJAMIN PÉRET ♦ Na zona tórrida do Brasil
GIORGIO DE CHIRICO ♦ Hebdómeros
ANDRÉ BRETON ♦ Nadja

RENÉ CREVEL

A morte difícil, seguido de o espírito contra a razão, se a morte fosse apenas uma palavra, além da resposta do autor à enquete sobre o suicídio publicada na revista LA RÉVOLUTION SURREALISTE

MINA LOY

Escritura estilizada – manifesto feminista, notas sobre a existência e outros escritos

ANTONIN ARTAUD

Carta à vidente (com reenvio de Sergio Lima)

MICHAEL LÖWY

O cometa incandescente: romantismo, surrealismo e subversão

LEONORA CARRINGTON

Lá embaixo

collage: Ameli Jannarelli

@

@100cabecas

@livrariadatravessalisboa

@loploplivros

ONDE ENCONTRAR?

Livraria Travessa (Lisboa)

livraria@travessa.pt

Loplop Livros (São Paulo)

loploplivros@gmail.com

A revista *A Ideia* é uma publicação em papel, sem fins lucrativos ou comerciais, que não se destina ao normal circuito livreiro comercial; vive do contributo voluntário dos colaboradores e dos leitores. A revista é enviada a um grupo de pessoas que acompanha o seu trajecto desde há anos ou décadas e que cobre o envio através dum donativo. Os trabalhos publicados, salvo indicação em contrário dos autores, não têm direitos reservados e podem ser reproduzidos livremente. Em contrapartida, na livre reprodução, é necessário respeitar as seguintes condições: assinalar sempre autor e local primitivo de publicação; não alterar a criação original; não ter objectivos comerciais.

Atribui-se um valor simbólico a cada exemplar – 20 € para número triplo ou quadrúpulo – e que se destina em exclusivo a compensar os custos de edição e expedição. Contra este donativo o editor compromete-se a fazer o envio regular por correio postal da revista – que pode ser encontrada também nas mesmas condições em depositários (v. ficha técnica). O leitor em falta pode conferir a sua situação com o responsável (acvdf@uevora.pt), agradecendo-se caso possa o envio do donativo.

A revista pode ainda ser enviada pela primeira vez, e sem solicitação, a um destinatário. Pretende-se nesse caso sondar o seu interesse sobre a publicação. Em caso afirmativo solicita-se o envio do donativo pelos meios indicados, bem como indicação escrita da sua intenção para o responsável, para que se proceda de futuro ao envio postal da revista; caso contrário, agradece-se que o destinatário assinale para o mesmo endereço a rejeição, de modo a suspender a expedição futura, não ficando obrigado à devolução do exemplar recebido.

Estimula-se a permuta com outras publicações afins e sempre que isso aconteça a revista será expedida com uma indicação expressa: *oferta para permuta*. Há porém casos – bibliotecas públicas, municipais e outras – em que a revista é enviada a título de oferta, sem solicitação de permuta. Os colaboradores têm direito à oferta dum exemplar da publicação em que estão presentes, o que não obsta a que, podendo, contribuam de forma voluntária com um donativo para o seu prosseguimento.



Os donativos podem ser liquidados do seguinte modo:
envio de cheque, ao cuidado de *antónio cândido franco*
rua Celestino David n.º 13-C, 7005-389 Évora, Portugal.
transferência bancária à ordem da conta com o nib/iban:

PT50 0035 0734 0001 4449 4001 3

